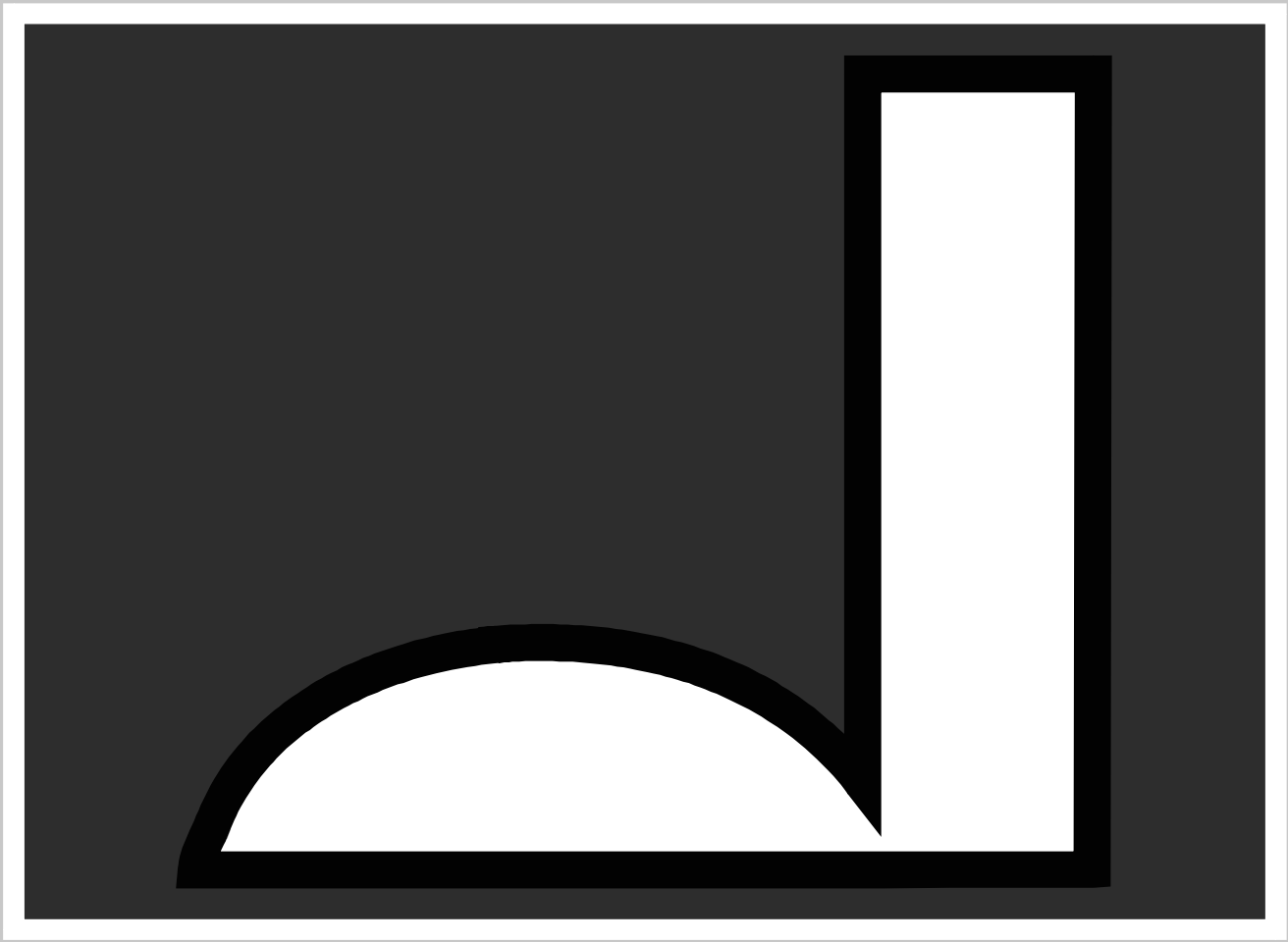
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 122, DE 2007-CN
(nº 678/2007, na origem)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2004-2007 (ANO BASE 2006)

VOLUME I/IV
TOMO II

ANO LXII - SUP. "A" AO Nº 146 - QUARTA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES
3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM[1]/PSDB) – 29
LÍDER	**LÍDER** **Ideli Salvatti – PT**	**LÍDER** **Demóstenes Torres**
VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles	VICE-LÍDERES
.....	.....	.....
LÍDER DO PMDB – 19 **Valdir Raupp**	**LÍDER DO PT – 12** **Ideli Salvatti**	**LÍDER DO DEM – 16** **José Agripino**
VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves
	LÍDER DO PTB – 6 **Epitácio Cafeteira**	**LÍDER DO PSDB – 13** **Arthur Virgílio**
	VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3 **João Ribeiro**	
	VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3 **Renato Casagrande**	
	VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1 **Inácio Arruda**	
	LÍDER DO PRB – 1 **Marcelo Crivella**	
	LÍDER DO PP – 1 **Francisco Dornelles**	
LÍDER DO PDT – 4 **Jefferson Péres**	**LÍDER DO P-SOL – 1** **José Nery**	**LÍDER DO GOVERNO** **Romero Jucá - PMDB**
VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias		VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

[1] Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal	**Cláudia Lyra Nascimento** Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	**Maria Amália Figueiredo da Luz** Diretora da Secretaria de Ata
José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	**Denise Ortega de Baere** Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SUMÁRIO

VOLUME I

Apresentação .....
Introdução .....
Avaliação do Cenário Macroeconômico .....
Avaliação da Gestão do Plano .....
Avaliação dos Programas .....
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....
Ministério da Ciência e Tecnologia .....
Ministério da Cultura.....
Ministério da Defesa .....
Ministério da Educação .....
Ministério da Fazenda .....
Ministério da Integração Nacional.....
Ministério da Justiça.....
Ministério da Previdência Social.....
Ministério da Saúde .....
Ministério das Cidades.....
Ministério das Comunicações.....
Ministério das Relações Exteriores .....
Ministério de Minas e Energia .....
Ministério do Desenvolvimento Agrário .....
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome .....
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ....
Ministério do Esporte.....
Ministério do Meio Ambiente .....
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....
Ministério do Trabalho e Emprego.....
Ministério do Turismo .....
Ministério dos Transportes.....
Presidência da República .....
Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca .....
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial ...
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres .....
Secretaria Especial dos Direitos Humanos .....
Poderes Legislativo e Judiciário e TCU .....

VOLUME II

Anexo I (1ª parte) . . . . . .

VOLUME III

Anexo I (2ª parte) - Continuação. . . . . .
Anexo II . . . . . .

VOLUME IV

Anexo III - Programas Finalísticos - PPA 2008-2011 . . . . . .
Anexo IV - Programas de Apoio às Políticas
Públicas e Áreas Especiais - PPA 2008-2011 . . . . . .
Anexo V - Ações Não Orçamentárias - PPA 2008-2011 . . . .

ÍNDICE GERAL POR ÓRGÃO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Sumário Executivo
Abastecimento Agroalimentar
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico
Desenvolvimento da Avicultura
Desenvolvimento da Bovideocultura
Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura
Desenvolvimento da Economia Cafeeira
Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta
Desenvolvimento da Horticultura
Desenvolvimento da Suideocultura
Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura
Minimização de Riscos no Agronegócio
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Sumário Executivo
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima .....
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa.....
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE .....
Nacional de Atividades Nucleares.....
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

MINISTÉRIO DA CULTURA .....

Sumário Executivo .....
Brasil Patrimônio Cultural.....
Brasil, Som e Imagem.....
Cultura Afro-Brasileira.....
Cultura, Educação e Cidadania .....
Engenho das Artes .....
Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural .....
Livro Aberto.....
Monumenta .....
Museu Memória e Cidadania .....

MINISTÉRIO DA DEFESA.....

Sumário Executivo .....
Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas .....
Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica .....
Adestramento e Operações Militares da Marinha.....
Adestramento e Operações Militares do Exército .....
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil .....
Calha Norte .....
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos .....
Desenvolvimento da Aviação Civil .....
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária.....
Ensino Profissional da Aeronáutica .....
Ensino Profissional da Marinha .....
Ensino Profissional do Exército .....
Mobilização para Defesa Nacional .....
Proantar .....
Produção de Material Bélico.....
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira .....

Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil. . . . . .
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro . . . . . .
Recursos do Mar. . . . . .
Segurança da Navegação Aquaviária. . . . . .
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. . . . . .
Serviço de Saúde das Forças Armadas. . . . . .
Tecnologia de Uso Aeroespacial . . . . . .
Tecnologia de Uso Naval . . . . . .
Tecnologia de Uso Terrestre . . . . . .

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos . . . . . .
Brasil Escolarizado . . . . . .
Desenvolvimento da Educação Especial . . . . . .
Desenvolvimento da Educação Infantil . . . . . .
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica . . . . . .
Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação
e da Pesquisa Científica . . . . . .
Desenvolvimento do Ensino Fundamental. . . . . .
Desenvolvimento do Ensino Médio . . . . . .
Educação para a Diversidade e Cidadania. . . . . .
Universidade do Século XXI. . . . . .
Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores
da Educação Básica. . . . . .

MINISTÉRIO DA FAZENDA . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais . . . . . .
Banco para Todos. . . . . .
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários . . . . . .
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional. . . . . .
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros,
Previdência Complementar Aberta e Capitalização . . . . . .
Educação Fiscal. . . . . .
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes. . . . . .

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada. . . . . .
Desenvolvimento da Faixa de Fronteira . . . . . .
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – Conviver .
Drenagem Urbana Sustentável . . . . . .
Eficiência na Agricultura Irrigada. . . . . .
Integração de Bacias Hidrográficas. . . . . .
Organização Produtiva de Comunidades - Produzir. . . . . .
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres . . . . . .
Proágua Infra-estrutura . . . . . .
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso .
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões – Promover. . . . . .
Resposta aos Desastres . . . . . .
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação . . . . . .

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Assistência Jurídica Integral e Gratuita. . . . . .
Combate à Criminalidade . . . . . .
Combate ao Crime Transnacional . . . . . .
Defesa do Consumidor. . . . . .
Defesa Econômica e da Concorrência. . . . . .
Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal . . . . . .
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas. . . . . .
Migração e Acordos Internacionais. . . . . .
Modernização da Polícia Federal . . . . . .
Modernização do Sistema Penitenciário Nacional . . . . . .
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial
e Etnodesenvolvimento. . . . . .
Reforma do Judiciário. . . . . .
Segurança Pública nas Rodovias Federais . . . . . .
Sistema Único de Segurança Pública - SUSP . . . . . .

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Educação Previdenciária . . . . . .

Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União . . . . . .
Previdência Complementar . . . . . .
Previdência de Inativos e Pensionistas da União. . . . . .
Previdência Social Básica . . . . . .
Qualidade dos Serviços Previdenciários . . . . . .
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. . . . . .

MINISTÉRIO DA SAÚDE. . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Alimentação Saudável. . . . . .
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos . . . . . .
Assistência Suplementar à Saúde . . . . . .
Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas . . . . . .
Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos. . . . . .
Atenção Básica em Saúde . . . . . .
Atenção Especializada em Saúde. . . . . .
Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde . . . . . .
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde . . . . . .
Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase . . . . . .
Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde. . . . . .
Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde. . . . . .
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis . . . . . .
Saneamento Rural . . . . . .
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue . . . . . .
Vigilância Ambiental em Saúde . . . . . .
Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis . . . . . .
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis . . . . . .
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis . . . . . .
Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue . . . . . .
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes . . . . . .

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Sumário Executivo
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros
Financiamento Imobiliário Habitacional
Fortalecimento da Gestão Urbana
Habitação de Interesse Social
Mobilidade Urbana
Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos
Serviços Urbanos de Água e Esgoto
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Sumário Executivo
Aprimoramento dos Serviços Postais
Inovação Tecnológica em Telecomunicações
Oferta dos Serviços de Telecomunicações
Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica
Universalização dos Serviços de Telecomunicações

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Sumário Executivo
Análise e Difusão da Política Externa Brasileira
Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional
Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior
Ensino Profissional Diplomático
Promoção das Exportações
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros

Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais. . . . . .

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis . . . . . .
Atuação Internacional na Área de Petróleo . . . . . .
Brasil com Todo Gás . . . . . .
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia . . . . . .
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis . . . . . .
Eficiência Energética. . . . . .
Energia Alternativa Renovável . . . . . .
Energia na Região Nordeste . . . . . .
Energia na Região Norte. . . . . .
Energia na Região Sul. . . . . .
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste . . . . . .
Energia nos Sistemas Isolados. . . . . .
Geologia do Brasil . . . . . .
Indústria Petroquímica. . . . . .
Luz para Todos. . . . . .
Mineração e Desenvolvimento Sustentável. . . . . .
Oferta de Petróleo e Gás Natural . . . . . .
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural . . . . . .
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica. . . . . .
Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis .
Refino de Petróleo . . . . . .
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados . . . . . .
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados . . . . . .

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Agricultura Familiar - Pronaf . . . . . .
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais . . . . . .
Crédito Fundiário. . . . . .

Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais . . . . . .
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária . . . . . .
Educação do Campo (Pronera) . . . . . .
Paz no Campo . . . . . .
Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária . . . . . .

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Acesso à Alimentação . . . . . .
Erradicação do Trabalho Infantil . . . . . .
Proteção Social Básica. . . . . .
Proteção Social Especial . . . . . .
Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família . . . .

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Arranjos Produtivos Locais . . . . . .
Artesanato Brasileiro . . . . . .
Competitividade das Cadeias Produtivas . . . . . .
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte . . . . . .
Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora . .
Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental . . . . . .
Metrologia e Qualidade Industrial . . . . . .
Pólo Industrial de Manaus . . . . . .
Propriedade Intelectual. . . . . .

MINISTÉRIO DO ESPORTE . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Brasil no Esporte de Alto Rendimento . . . . . .
Esporte e Lazer da Cidade . . . . . .
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo . . . . . .
Rumo ao Pan 2007 . . . . . .
Segundo Tempo . . . . . .

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Amazônia Sustentável . . . . . .
Áreas Protegidas do Brasil . . . . . .
Combate à Desertificação . . . . . .
Comunidades Tradicionais . . . . . .
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros . . . . . .
Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos . . . . . .
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas . . . . . .
Desenvolvimento Sustentável do Pantanal . . . . . .
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis . . . . . .
Nacional de Florestas . . . . . .
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer . . . . . .
Proambiente . . . . . .
Probacias . . . . . .
Qualidade Ambiental . . . . . .
Recursos Pesqueiros Sustentáveis . . . . . .
Resíduos Sólidos Urbanos . . . . . .
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental . . . . . .
Zoneamento Ecológico-Econômico . . . . . .

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Governo Eletrônico . . . . . .
Inclusão Digital . . . . . .
Recenseamentos Gerais . . . . . .

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Democratização das Relações de Trabalho . . . . . .
Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda .
Economia Solidária em Desenvolvimento . . . . . .
Erradicação do Trabalho Escravo . . . . . .

Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. . . . .
Microcrédito Produtivo Orientado. . . . . .
Primeiro Emprego . . . . . .
Qualificação Social e Profissional . . . . . .
Rede de Proteção ao Trabalho . . . . . .
Segurança e Saúde no Trabalho . . . . . .

MINISTÉRIO DO TURISMO. . . . . .
Sumário Executivo . . . . . .
Brasil: Destino Turístico Internacional. . . . . .
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos . . . . . .

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES . . . . . .
Sumário Executivo . . . . . .
Corredor Araguaia-Tocantins . . . . . .
Corredor Fronteira Norte . . . . . .
Corredor Leste . . . . . .
Corredor Mercosul . . . . . .
Corredor Nordeste . . . . . .
Corredor Oeste-Norte . . . . . .
Corredor São Francisco. . . . . .
Corredor Sudoeste . . . . . .
Corredor Transmetropolitano . . . . . .
Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário . .
Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante
e da Indústria Naval . . . . . .
Infra-estrutura de Transportes . . . . . .
Manutenção da Malha Rodoviária Federal . . . . . .
Manutenção de Hidrovias . . . . . .
Navegação Interior . . . . . .
Serviços de Transporte Aquaviário . . . . . .
Serviços de Transporte Rodoviário . . . . . .

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA . . . . . .
Sumários Executivos . . . . . .
Certificação Digital. . . . . .

Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental . . . . . .
Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural . . . . . .
Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica . . . . . .
Informações Integradas para Proteção da Amazônia. . . . . .
Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem . . . . . .

SECRETARIA ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura. . . . . .
Desenvolvimento Sustentável da Pesca. . . . . .

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Brasil Quilombola . . . . . .

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho . . . . . .
Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres . . . . . .

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS . . . . . .

Sumário Executivo . . . . . .
Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas. . . . . .
Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei .
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes .
Direitos Humanos, Direitos de Todos . . . . . .
Nacional de Acessibilidade . . . . . .
Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente . . . . . .
Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência . . . . . .
Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional . . . . . .

PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO E TCU . . . . . .

Câmara dos Deputados

Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados . . . . . .

Tribunal de Contas da União

Controle Externo . . . . . .

Superior Tribunal de Justiça

Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça . . . . . .

Justiça do Trabalho

Prestação Jurisdicional Trabalhista . . . . . .

ÍNDICE EM ORDEM ALFABÉTICA DE PROGRAMAS

Abastecimento Agroalimentar . . . . . .
Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural
e Biocombustíveis . . . . . .
Acesso à Alimentação . . . . . .
Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas . . . . . .
Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica . . . . . .
Adestramento e Operações Militares da Marinha . . . . . .
Adestramento e Operações Militares do Exército . . . . . .
Agricultura Familiar - Pronaf . . . . . .
Alimentação Saudável . . . . . .
Amazônia Sustentável . . . . . .
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais . . . . . .
Análise e Difusão da Política Externa Brasileira . . . . . .
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário . . . . . .
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios
de Médio e Grande Porte . . . . . .
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios
de Pequeno Porte . . . . . .
Aprimoramento dos Serviços Postais . . . . . .
Áreas Protegidas do Brasil . . . . . .
Arranjos Produtivos Locais . . . . . .
Artesanato Brasileiro . . . . . .
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais . . . . . .
Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior
e Atendimento Consular . . . . . .
Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas . . . . . .
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil . . . . . .
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos . . . . . .
Assistência Jurídica Integral e Gratuita . . . . . .
Assistência Suplementar à Saúde . . . . . .
Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências,
Violências e outras Causas Externas . . . . . .

Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos . . . . . .
Atenção Básica em Saúde . . . . . .
Atenção Especializada em Saúde. . . . . .
Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde . . . . . .
Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei . . . . . .
Atuação Internacional na Área de Petróleo. . . . . .
Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados . . . . . .
Banco para Todos. . . . . .
Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos . . . . . .
Brasil com Todo Gás . . . . . .
Brasil: Destino Turístico Internacional. . . . . .
Brasil Escolarizado . . . . . .
Brasil no Esporte de Alto Rendimento. . . . . .
Brasil Patrimônio Cultural. . . . . .
Brasil Quilombola . . . . . .
Brasil, Som e Imagem. . . . . .
Calha Norte . . . . . .
Certificação Digital. . . . . .
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde . . . . . .
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social. . . . . .
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) . . . . . .
Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima . . . . . .
Combate à Criminalidade . . . . . .
Combate à Desertificação. . . . . .
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes . .
Combate ao Crime Transnacional . . . . . .
Competitividade das Cadeias Produtivas . . . . . .
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas . . . . . .
Comunidades Tradicionais. . . . . .
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros . . . . . .
Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos . . . . . .
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas . . . . . .

Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase . . . . . .
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos . . . . . .
Controle Externo . . . . . .
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional . . . . . .
Corredor Araguaia-Tocantins . . . . . .
Corredor Fronteira Norte . . . . . .
Corredor Leste . . . . . .
Corredor Mercosul . . . . . .
Corredor Nordeste . . . . . .
Corredor Oeste-Norte . . . . . .
Corredor São Francisco. . . . . .
Corredor Sudoeste . . . . . .
Corredor Transmetropolitano . . . . . .
Crédito Fundiário . . . . . .
Cultura Afro-Brasileira . . . . . .
Cultura, Educação e Cidadania . . . . . .
Defesa do Consumidor . . . . . .
Defesa Econômica e da Concorrência. . . . . .
Democratização das Relações de Trabalho . . . . . .
Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental . . . . . .
Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural . . . . . .
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros . . . . . .
Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda . . . . . .
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada. . . . . .
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico . . . . . .
Desenvolvimento da Aviação Civil . . . . . .
Desenvolvimento da Avicultura . . . . . .
Desenvolvimento da Bovideocultura . . . . . .
Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura . . . . . .
Desenvolvimento da Economia Cafeeira . . . . . .
Desenvolvimento da Educação Especial . . . . . .
Desenvolvimento da Educação Infantil . . . . . .
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica . . . . . .

Desenvolvimento da Faixa de Fronteira . . . . . .
Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta. . . . . .
Desenvolvimento da Horticultura . . . . . .
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária . . . . . .
Desenvolvimento da Suideocultura . . . . . .
Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais . . . . . .
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas . . . . . .
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte . . . . . .
Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora . . . . . .
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro . . . . .
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural . . . . .
Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica . . . . . .
Desenvolvimento do Ensino Fundamental. . . . . .
Desenvolvimento do Ensino Médio . . . . . .
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários . . . . . .
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional. . . . . .
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização . . . . . .
Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal . . . . . .
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – Conviver .
Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura. . . . . .
Desenvolvimento Sustentável da Pesca. . . . . .
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau . . . . .
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais . . . . . .
Desenvolvimento Sustentável do Pantanal . . . . . .
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária . . . . . .
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia . . . . . .
Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior . . . . . .
Direitos Humanos, Direitos de Todos . . . . . .
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis . . . . . .
Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica . . . . . .
Drenagem Urbana Sustentável . . . . . .

Economia Solidária em Desenvolvimento
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis
Educação do Campo (Pronera)
Educação Fiscal
Educação para a Diversidade e Cidadania
Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde
Educação Previdenciária
Eficiência Energética
Eficiência na Agricultura Irrigada
Energia Alternativa Renovável
Energia na Região Nordeste
Energia na Região Norte
Energia na Região Sul
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste
Energia nos Sistemas Isolados
Engenho das Artes
Ensino Profissional da Aeronáutica
Ensino Profissional da Marinha
Ensino Profissional Diplomático
Ensino Profissional do Exército
Erradicação do Trabalho Escravo
Erradicação do Trabalho Infantil
Esporte e Lazer da Cidade
Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário
Financiamento Imobiliário Habitacional
Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa
Fortalecimento da Gestão Urbana
Geologia do Brasil
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes
Governo Eletrônico
Habitação de Interesse Social
Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas
Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho
Inclusão Digital

Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União . . . . .
Indústria Petroquímica . . . . . .
Informações Integradas para Proteção da Amazônia. . . . . .
Infra-estrutura de Transportes . . . . . .
Inovação Tecnológica em Telecomunicações . . . . . .
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo . . . . . .
Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. . . . .
Integração de Bacias Hidrográficas . . . . . .
Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental . . . . . .
Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde . . . . . .
Livro Aberto . . . . . .
Luz para Todos . . . . . .
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura . . . . . .
Manutenção da Malha Rodoviária Federal . . . . . .
Manutenção de Hidrovias . . . . . .
Metrologia e Qualidade Industrial . . . . . .
Microcrédito Produtivo Orientado . . . . . .
Migração e Acordos Internacionais. . . . . .
Mineração e Desenvolvimento Sustentável. . . . . .
Minimização de Riscos no Agronegócio . . . . . .
Mobilidade Urbana. . . . . .
Mobilização para Defesa Nacional . . . . . .
Modernização da Polícia Federal . . . . . .
Modernização do Sistema Penitenciário Nacional . . . . . .
Monumenta . . . . . .
Museu Memória e Cidadania . . . . . .
Nacional de Acessibilidade . . . . . .
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE . . . . . .
Nacional de Atividades Nucleares . . . . . .
Nacional de Florestas . . . . . .
Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem . . . . . .
Navegação Interior . . . . . .
Oferta de Petróleo e Gás Natural . . . . . .
Oferta dos Serviços de Telecomunicações. . . . . .
Organização Produtiva de Comunidades - Produzir. . . . . .
Paz no Campo . . . . . .

Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social . . . . . .
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio. . . . . .
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural . . . . . .
Pólo Industrial de Manaus . . . . . .
Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça . . . . . .
Prestação Jurisdicional Trabalhista . . . . . .
Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres . . . . . .
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer . . . . . .
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis . . . . . .
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres . . . . . .
Previdência Complementar . . . . . .
Previdência de Inativos e Pensionistas da União. . . . . .
Previdência Social Básica . . . . . .
Primeiro Emprego . . . . . .
Proágua Infra-estrutura . . . . . .
Proambiente . . . . . .
Proantar . . . . . .
Probacias . . . . . .
Produção de Material Bélico. . . . . .
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico . . . . . .
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso . .
Promoção das Exportações . . . . . .
Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente . . . . . .
Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência . . . . . .
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões – Promover . . . . . .
Propriedade Intelectual. . . . . .
Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional . . . . . .
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento
Proteção Social Básica. . . . . .
Proteção Social Especial . . . . . .
Qualidade Ambiental . . . . . .
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários . . . . . .
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica. . . . . .

Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis .
Qualidade dos Serviços Previdenciários . . . . . .
Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H. . . . . .
Qualificação Social e Profissional . . . . . .
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais . . . . . .
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira . . . . . .
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil. . . . . .
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro . . . . . .
Recenseamentos Gerais . . . . . .
Recursos do Mar. . . . . .
Recursos Pesqueiros Sustentáveis . . . . . .
Rede de Proteção ao Trabalho . . . . . .
Refino de Petróleo . . . . . .
Reforma do Judiciário. . . . . .
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. . . . . .
Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária. . . . . .
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros . . . . . .
Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais . . . . . .
Resíduos Sólidos Urbanos . . . . . .
Resposta aos Desastres . . . . . .
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental. . . . . .
Rumo ao Pan 2007. . . . . .
Saneamento Rural . . . . . .
Segundo Tempo . . . . . .
Segurança da Navegação Aquaviária. . . . . .
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. . . . . .
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos. . . . . .
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas . . . . . .
Segurança e Saúde no Trabalho . . . . . .
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários. . .
Segurança Pública nas Rodovias Federais . . . . . .
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue . . . . . .
Serviço de Saúde das Forças Armadas. . . . . .
Serviços de Transporte Aquaviário . . . . . .

Serviços de Transporte Rodoviário . . . . . .
Serviços Urbanos de Água e Esgoto . . . . . .
Sistema Único de Segurança Pública - SUSP . . . . . .
Tecnologia de Uso Aeroespacial . . . . . .
Tecnologia de Uso Naval . . . . . .
Tecnologia de Uso Terrestre . . . . . .
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação . . . . . .
Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família . . . . . .
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados . . . . . .
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados . . . . . .
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos . . . . . .
Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica . .
Universalização dos Serviços de Telecomunicações. . . . . .
Universidade do Século XXI. . . . . .
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários . . . . . .
Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica. . . . . .
Vigilância Ambiental em Saúde . . . . . .
Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis . . . .
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis . . . .
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis . . . . . .
Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue . . . . . .
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes . . . . . .
Zoneamento Ecológico-Econômico . . . . . .

DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS

OBJETIVO

Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir as suas gestões para os governos locais.

PÚBLICO-ALVO

População das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Maceió, João Pessoa e Natal.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 808.085.286,00	Empenho Liquidado:	R$ 754.967.241,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 754.967.241,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. TAXA PONDERADA DE TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS SISTEMAS DE TRENS URBANOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 75,4
Índice previsto ao final do PPA: 88,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Contribuem para a viabilidade da meta as transferências dos sistemas de trens urbanos de Fortaleza (CE) e Salvador (BA), firmadas no final de 2005, e a expectativa de reiniciar as negociações de descentralização dos sistemas de Belo Horizonte (MG) e Recife (PE) com suas inclusões no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado em 2007. Deve-se ter em vista, porém, que ainda existem sistemas em que as negociações não foram iniciadas, a despeito do alto custo social que isto representa, como os de Maceió (AL), João Pessoa (PB), Natal (RN) e Porto Alegre (RS).

2. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE (MG)

Unidade de medida: Milhar
Índice apurado em 2006: 35.557
Índice previsto ao final do PPA: 96.624

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Devido às restrições orçamentárias verificadas durante o período, não foi possível a conclusão de etapas fundamentais do empreendimento que permitiriam o alcance dos índices programados.

3. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE (PE)

Unidade de medida: Milhar
Índice apurado em 2006: 57.211
Índice previsto ao final do PPA: 89.088

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Devido às restrições orçamentárias verificadas durante o período, não foi possível a conclusão de etapas fundamentais do empreendimento que permitiriam o alcance dos índices programados.

4. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA (CE)

Unidade de medida: Milhar
Índice apurado em 2006: 7.656,4
Índice previsto ao final do PPA: 8.856

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Devido às restrições orçamentárias verificadas durante o período, não foi possível a conclusão de etapas fundamentais do empreendimento que permitiriam o alcance dos índices programados. Em 2005, a ação foi incluída no Projeto-Piloto de Investimentos (PPI), minimizando o problema do fluxo de recursos. Entretanto, foi reduzido o escopo do projeto, o que impediu o progresso esperado do aumento de demanda e comprometeu a meta proposta para 2007.

5. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR (BA)

Unidade de medida: Milhar
Índice apurado em 2006: 4.166,3
Índice previsto ao final do PPA: 29.832

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Devido às restrições orçamentárias verificadas durante o período, não foi possível a conclusão de etapas fundamentais do empreendimento que permitiriam o alcance dos índices programados. Em 2005, a ação foi incluída no PPI, reduzindo-se, entretanto, o escopo do projeto. Isto, aliado à paralisação das obras imposta pelo Tribunal de Contas da União, por indícios de irregularidades no empreendimento, provocou um atraso irrecuperável no progresso esperado do aumento de demanda em 2007.

6. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE (RS)

Unidade de medida: Milhar
Índice apurado em 2006: 45.787
Índice previsto ao final do PPA: 54.450

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Em 2006, o índice atingido foi de 45,8 milhões de passageiros, tendo registrado queda de 3,1% em relação a 2005, apontando um distanciamento da meta prevista ao final do PPA.

7. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ (AL)

Unidade de medida: Milhar
Índice apurado em 2006: 1.499,7
Índice previsto ao final do PPA: 1.890

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Em 2006, o resultado alcançado poderia ter se aproximado mais do índice previsto ao final do PPA caso não tivesse ocorrido a paralisação do sistema para realização de serviços de manutenção na via permanente. Dessa forma, é esperado um aumento de demanda para o exercício de 2007, atingindo o índice previsto para o PPA.

8. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA (PB)

Unidade de medida: Milhar
Índice apurado em 2006: 2.591
Índice previsto ao final do PPA: 2.260

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Ao término de 2006, foi superado o índice previsto ao final do PPA com o transporte de 2,59 milhões de passageiros.

9. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE NATAL (RN)

Unidade de medida: Milhar
Índice apurado em 2006: 2.443
Índice previsto ao final do PPA: 2.835

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Em 2006, o resultado alcançado poderia ter se aproximado mais do índice previsto ao final do PPA caso não tivesse ocorrido movimento de greve dos funcionários do sistema. Além disso, o início da operação de mais uma composição de trens ao final de 2006 contribuirá para que seja alcançada a meta proposta até o final de 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os sistemas operados pelo Governo Federal devem ser transferidos a Estados e Municípios, por determinação constitucional. Sob gestão local, torna-se possível sua integração com outros modos de transporte e com o planejamento urbano específico de cada região. Para viabilizar as transferências, o Governo Federal realiza um programa de investimentos nos sistemas, destinados à sua expansão e/ou à sua modernização, propiciando melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços, bem como melhores condições de mobilidade às populações urbanas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Transporte de 99,3 milhões de passageiros nos sistemas operados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) em 2006, registrando crescimento de 6,8% em relação a 2005. Destacam-se os incrementos de demanda nos sistemas de Recife (PE) (5,3%) e Belo Horizonte (MG) (11%), que abarcaram 93% da demanda total de transporte dos sistemas da CBTU em 2006;

• Transporte de 45,8 milhões de passageiros no sistema de trens urbanos de Porto Alegre (RS) em 2006, registrando-se, entretanto, queda de 3,1% em relação a 2005.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento das metas físicas não foi satisfatório. A principal causa é a não liberação de recursos de investimentos em tempo hábil para as conclusões das expansões previstas no exercício. Em grande medida, o desempenho deriva da insuficiência e descontinuidade do fluxo dos recursos observados nas intervenções em sistemas que não integraram a carteira de projetos do PPI em 2006, tais como: Belo Horizonte (MG), Recife (PE), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Natal (RN) e Porto Alegre (RS). Nos casos dos sistemas de João Pessoa (PB), Maceió (AL), Natal (RN) e Porto Alegre (RS), foi marcante a prática de contingenciamento severo e fluxo financeiro intempestivo. Nos casos de Recife (PE) e Belo Horizonte (MG), o problema da insuficiência de recursos foi minorado com a ampliação do orçamento disponível por meio de créditos extraordinários, entretanto, não mais em tempo hábil para a plena aplicação dos recursos no exercício.

Mesmo os projetos incluídos no PPI (Salvador-BA e Fortaleza-CE), nos quais o problema de fluxo de recursos é minorado, apresentaram avanços modestos. Para tanto, foram determinantes as dificuldades de readequação de contratos antigos que já estavam em andamento, imposta pela alteração dos escopos dos projetos definida nos processos de descentralização dos sistemas em 2005. Além disso, no caso de Salvador (BA), também foram constatados atrasos na prestação de contas da unidade executora (Companhia de Transporte de Salvador) e houve uma paralisação das obras, já superada, por motivo de contestação judicial do processo de descentralização.

Um problema de ordem geral na execução do Programa foi a quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras. Observa-se que não tem havido aumento

suficiente do quadro de funcionários compatível com as recentes expansões dos sistemas. No entanto, o monitoramento do desempenho físico das ações do Programa tem sido realizado de modo adequado, abarcando reuniões entre as equipes gestoras e as empresas responsáveis pela implantação dos projetos, realização de visitas *in loco* e uso de sistema de informações gerenciais de acompanhamento dos projetos. Dessa maneira, o preenchimento do SIGPlan é atualizado mensalmente, da mesma forma que são disponibilizados relatórios mensais de gestão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, como os serviços de atendimento ao usuário, existentes nos sistemas de Recife (PE), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS), o atendimento ao usuário de forma direta pelo pessoal da área de operação nos sistemas de Natal (RN), João Pessoa (PB) e Maceió (AL), além das pesquisas de opinião sobre a satisfação do usuário. Estas iniciativas subsidiam a implementação de melhorias no atendimento, conforto e segurança nas estações e trens. Destaca-se ainda a prática de reuniões com grupos de interesse, que permitem que as Ações de Implantação, Expansão e Modernização dos Sistemas, bem como o processo de descentralização dos sistemas, sejam discutidos com os principais atores envolvidos, em especial os governos locais.

RECOMENDAÇÕES

• Adequar a quantidade de recursos humanos nas equipes executoras, de modo proporcional às expansões dos investimentos ocorridas nos sistemas de trens urbanos.

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO HABITACIONAL

OBJETIVO

Ampliar o mercado imobiliário, permitindo novas formas de acesso ao financiamento habitacional.

PÚBLICO-ALVO

Famílias com renda superior a cinco salários mínimos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): -	**Empenho Liquidado:**	**-**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**-**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 4.874.312.480,92	**R$ 6.841.984.625,79**	

INDICADORES

1. NÚCLEO DO DEFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ACIMA DE CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 1.509.002

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
A viabilidade de alcance do índice originariamente previsto para o indicador ao final do PPA 2004-2007 é alta, uma vez que as metas programadas para 2006 foram superadas.

2. NÚCLEO DO DEFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ACIMA DE 10 SALÁRIOS MÍNIMOS

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 633.079

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
A viabilidade de alcance do índice originariamente previsto para o indicador ao final do PPA 2004-2007 é alta, uma vez que as metas programadas para 2006 foram superadas.

3. TAXA DE DOMICÍLIOS ALUGADOS COM ÔNUS EXCESSIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ACIMA DE CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 5,55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A viabilidade de alcance do índice originariamente previsto para o indicador ao final do PPA 2004-2007 é alta, uma vez que as metas programadas para 2006 foram superadas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O deficit quantitativo habitacional brasileiro, na ordem de 6,6 milhões, implica a necessidade de construção de novas moradias, tanto para a reposição (domicílios rústicos e domicílios depreciados pela idade) como para o incremento (domicílios improvisados, domicílios com coabitação familiar e domicílio com ônus excessivo de aluguel) do estoque existente.

A produção de moradias dotadas de infra-estrutura para a população com renda até cinco salários mínimos apresenta vários problemas relacionados à baixa participação dos setores empresarial e cooperativo (estima-se que 70% das novas moradias são produzidas por autogestão), dos baixos padrões de tecnologia aplicada na produção de moradias e de um passivo financeiro elevado.

Há que se considerar que, historicamente, as fontes de financiamento da Política Habitacional não aportaram recursos suficientes para o atendimento de parcela significativa da demanda constituída pela população com renda familiar de até três salários mínimos, estrato onde se concentra o deficit habitacional. Importa registrar a existência no País de um expressivo número de imóveis urbanos vagos que não estão necessariamente ajustados à demanda habitacional, tanto no que se refere à sua adequação para moradia como para atendimento dos grupos sociais mais carentes.

Em termos relativos, o deficit habitacional equivale a 14,8% dos domicílios particulares permanentes brasileiros, proporção ligeiramente inferior nas áreas urbanas (14,5%) e ligeiramente superior em áreas rurais (16,5%). A expressão relativa do deficit habitacional tende a ser maior nos Estados nordestinos e áreas urbanas do Norte. Esta percentagem é de 13,7% nas áreas metropolitanas, tendendo, também, a ser mais expressivo naquelas localizadas nas Regiões Norte e Nordeste.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Atendimento a cerca de 55.880 famílias com renda de cinco a 12 salários mínimos por meio de financiamento para aquisição de imóveis e atendimento habitacional com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

• Concessão de 50.451 financiamentos imobiliários com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) operados pela Caixa Econômica Federal (CEF).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa apresentou desempenho satisfatório. O cumprimento global das metas físicas programadas foi de 97%, ao passo que sua execução financeira global superou em 40% a meta originalmente prevista. O resultado relaciona-se, basicamente, às diversas medidas adotadas no intuito de impulsionar a oferta de crédito pelos agentes financeiros e incentivar o mercado da construção civil, dando mais garantias jurídicas ao empreendedor e ao comprador do imóvel. Ainda, as medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em relação à obrigatoriedade de os bancos aplicarem em financiamento imobiliário os recursos captados na caderneta de poupança geraram uma disponibilidade elevada de recursos desta fonte, resultando no expressivo resultado dos financiamentos imobiliários.

Apesar do bom resultado global do Programa, cabe um destaque negativo para a Ação de Financiamento a Pessoas Jurídicas para construção habitacional para famílias com renda entre cinco e 12 salários mínimos, que apresentou execução nula.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Embora as ações do Programa sejam destinadas ao financiamento direto à pessoa física, existe a previsão de parcerias, no caso das operações estruturadas de forma associativa em grupos formados por condomínios, sindicatos, cooperativas, associações, Companhias de Habitação (COHAB) ou empresas do setor da construção civil. Ademais, a participação social no Programa é realizada por meio da Ouvidoria da CEF.

RECOMENDAÇÕES

• Não há recomendações.

FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA

OBJETIVO

Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos Municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional.

PÚBLICO-ALVO

Prefeituras municipais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 33.425.162,00	Empenho Liquidado:	R$ 13.322.747,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 13.322.747,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
R$ 659.000.000,00	-	

INDICADORES

1. TAXA DE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PARA HABITAÇÃO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Não houve cálculo do índice do indicador em 2006. Dentro do Programa Fortalecimento da Gestão Urbana, não foi priorizada a ação voltada para Municípios consorciados para habitação. De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2004, aproximadamente 1,5% da totalidade dos Municípios participavam de consórcio voltado para habitação.

2. TAXA DE MUNICÍPIOS COM PLANOS DIRETORES APROVADOS E ELABORADOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 67,2
Índice previsto ao final do PPA: 32

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Ao longo do ano de 2006, foi constatada a preocupação dos Municípios em ter seus Planos Diretores concluídos, principalmente, daqueles com obrigatoriedade legal de elaborar/revisar seus Planos Diretores até outubro de 2006. Dessa forma, pode-se inferir que até o final de 2007, a totalidade destes Municípios terá seus planos concluídos. Além disso, outras determinações legais, oriundas de alguns governos estaduais (a exemplo dos Estados de São Paulo e Santa Catarina), tornam obrigatória a elaboração dos Planos Diretores para todos os Municípios do Estado, o que pode ser qualificado como uma contribuição adicional para o alcance das metas da ação. Além disso, as parcerias firmadas reforçam a probabilidade de alcance das metas.

3. TAXA DE MUNICÍPIOS COM CADASTROS IMOBILIÁRIOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 86,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Não foram disponibilizados dados atualizados para o ano de 2006 para os Municípios que possuem cadastros imobiliários. No entanto, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, divulgada pelo IBGE em 2005, apontava que aproximadamente 93,05% dos Municípios possuíam cadastros imobiliários.

4. TAXA DE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PARA SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 7,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Não foram disponibilizados dados atualizados para o ano de 2006 em relação aos Municípios que possuem serviço de esgotamento sanitário. Mas, de acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais divulgada pelo IBGE em 2004, aproximadamente, 3,57% dos Municípios possuem consórcio para serviço de saneamento básico.

5. TAXA DE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PARA SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o montante de recursos destinados aos setores de saneamento e habitação favorece o alcance das metas previstas.

Ressalta-se que não foram obtidos dados atualizados para o ano de 2006 em relação aos Municípios que possuem serviço de coleta de lixo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Desde a Constituição de 1988, houve um crescimento significativo de novos Municípios no Brasil, na sua maioria de pequeno porte e com pouca sustentabilidade econômica e ambiental. Contudo, uma dificuldade comum tanto a novos como a antigos Municípios reside na sua parca capacidade de gestão e planejamento urbano e territorial, particularmente, na questão do manejo e controle do uso e da ocupação do solo. Do mesmo modo, a problemática do desenvolvimento institucional e da capacitação técnica constituem desafios à gestão e ao planejamento territorial dos Municípios.

Por outro lado, dentro do sistema de cidades brasileiro, em nenhum outro lugar a tomada de decisões ao nível supralocal assume tamanha importância como nas áreas metropolitanas, tendo em vista não só o caráter sistêmico das relações e funções assumidas pelos Municípios que as compõem, mas, principalmente, pelo fato de vivenciarem problemas comuns causados pelo intenso processo de urbanização que compartilham. Muitos destes problemas extrapolam as fronteiras de seus Municípios, tendo em vista o fenômeno da conurbação e a mobilidade diária de seus moradores, assim sendo problemas como transporte, saúde, saneamento ambiental, etc. tornam-se impossíveis de serem solucionados individualmente.

Desta forma, verifica-se também a necessidade de se construir e disseminar novos arranjos de gestão metropolitana e de consórcio intermunicipal para permitir a adoção de políticas participativas e integradas ao nível supralocal para o enfrentamento de problemas comuns.

A manutenção do atual padrão de ausência de planejamento e gestão territorial com exclusão social, econômica e territorial e precarização da qualidade de vida da população de baixa renda são conseqüências da não implementação do Programa.

A vontade política de enfrentar o problema, a intenção do Ministério em realizar intervenções integradas, a experiência consolidada no Ministério para atuar neste segmento e a existência de instrumentos urbanísticos adequados previstos no Estatuto da Cidade são condicionantes favoráveis para a implementação.

A falta de estrutura e de capacitação das prefeituras para atuar neste segmento, o processo demorado de intervenção e a ausência de recursos suficientes são condicionantes desfavoráveis.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Apoio direto a 63 Municípios para elaboração dos Planos Diretores Participativos no ano de 2006;

• Realização da Campanha Nacional de Sensibilização e Mobilização para Planos Diretores Participativos que atingiu a marca de 129 oficinas de capacitação, com alcance de aproximadamente 442 Municípios e 4.911 pessoas;

• Elaboração de publicações para apoiar as atividades de capacitação em Planos Diretores – Plano Diretor: Participar é um Direito, A Cidade que Queremos, Plano Diretor na Amazônia: Participar é um Direito, Os Vereadores no Processo de Construção de Planos Diretores Participativos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento de metas físicas do Programa foi razoável, entretanto, ainda não corresponde de maneira linear à expectativa. Em grande medida, porque os Municípios encontram dificuldades em assinar seus contratos em função de pendências anteriores que se tornam impedimentos legais como o Cadastro Único de Exigências para Transferência de Recursos Voluntários da União (CAUC). Ademais, os recursos orçamentários executados foram insuficientes para atender à demanda verificada e, em algumas ações, o andamento dos trabalhos foi prejudicado pela indisponibilidade financeira, o que prejudicou o cumprimento dos cronogramas pelos Municípios tomadores dos recursos. A aplicação de recursos não-orçamentários também se mostrou insatisfatória, uma vez que os financiamentos foram inviabilizados pelas exigências feitas pelos concedentes.

A execução do Programa também foi comprometida pela infra-estrutura inadequada, pela quantidade insuficiente e baixa qualificação dos recursos humanos das equipes executoras. Não obstante, foram observados atrasos nas prestações de contas dos Estados e Municípios, dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes e dificuldades na realização de licitações e celebração de contratos, o que atrasa o início dos projetos, provoca o descumprimento dos cronogramas estabelecidos e gera a perda de recursos orçamentários. A continuidade das capacitações desenvolvidas no âmbito do Programa tem buscado minimizar este quadro. Entretanto, a distribuição das ações voltadas à promoção do desenvolvimento institucional dos Municípios entre as diversas secretarias do Ministério das Cidades (MCidadesades) fragmentou as atividades e dificultou a articulação entre estas secretarias para os fins a que se propõe o Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social. A metodologia desenvolvida para orientar os Municípios na elaboração de planos diretores segue as diretrizes determinadas no Art. 2º inciso II da Lei nº10.257/01 (Estatuto da Cidade), que estabelece a "gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano". Portanto, na metodologia para elaboração de planos diretores, constam a realização de audiências públicas e de reuniões com os diversos grupos de interesse da sociedade, por tema e por localidade, com o intuito de realizar a leitura da realidade do Município, a partir da qual, são definidas as ações e estabelecidas as prioridades. As experiências do Programa mostram que o engajamento da população nas atividades auxilia o Poder Público na priorização das políticas públicas a serem implementadas.

RECOMENDAÇÕES

• Redefinir indicadores. Os indicadores somente são capazes de medir os quantitativos referentes às metas, mas não satisfazem a necessidade de dimensionar, de fato, se os objetivos do Programa foram alcançados.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

OBJETIVO

Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural.

PÚBLICO-ALVO

Famílias com renda familiar até cinco salários mínimos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 600.779.904,00	Empenho Liquidado:	R$ 273.857.501,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 273.857.501,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
R$ 4.830.001.174,99	R$ 4.039.694.254,38	

INDICADORES

1. NÚCLEO DO DEFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 2.388.744

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
A viabilidade do alcance do índice foi favorecida pela ampliação dos recursos para o Programa em 2006. A mensuração do indicador não foi possível no curto prazo. Os índices utilizados são extraídos dos estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico realizado em 2000.

2. NÚCLEO DO DEFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 2.351.825

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
A viabilidade do alcance do índice foi favorecida pela ampliação dos recursos destinados aos subsídios em 2006, extremamente necessários para o atendimento da

faixa de renda até três salários mínimos. A mensuração do indicador não foi possível no curto prazo. Os índices utilizados são extraídos dos estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico realizado em 2000.

3. TAXA DE DOMICÍLIOS ALUGADOS COM ÔNUS EXCESSIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 20,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

A viabilidade do alcance do índice foi favorecida pela ampliação dos recursos destinados aos subsídios em 2006, extremamente necessários para o atendimento da faixa de renda até três salários mínimos. A mensuração do indicador não foi possível no curto prazo. Os índices utilizados são extraídos dos estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico realizado em 2000.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O deficit quantitativo habitacional brasileiro da ordem de 6,6 milhões implica a necessidade de construção de novas moradias, tanto para a reposição (domicílios rústicos e domicílios depreciados pela idade) como para o incremento (domicílios improvisados, domicílios com coabitação familiar e domicílio com ônus excessivo de aluguel) do estoque existente.

A produção de moradias dotadas de infra-estrutura para a população com renda até cinco salários mínimos apresenta vários problemas relacionados à baixa participação dos setores empresarial e cooperativo (estima-se que 70% das novas moradias são produzidas por autogestão), dos baixos padrões de tecnologia aplicada na produção de moradias, de um passivo financeiro elevado.

Há que se considerar que, historicamente, as fontes de financiamento da Política Habitacional não aportaram recursos suficientes para o atendimento de parcela significativa da demanda constituída pela população com renda familiar de até cinco salários mínimos, estrato em que se concentra o deficit habitacional. Importa registrar a existência no País de um expressivo número de imóveis urbanos vagos que não estão necessariamente ajustados à demanda habitacional, tanto no que se refere à sua adequação para moradia como para atendimento dos grupos sociais mais carentes.

Em termos relativos, o deficit habitacional equivale a 14,8% dos domicílios particulares permanentes brasileiros, proporção ligeiramente inferior nas áreas urbanas (14,5%) e ligeiramente superior em áreas rurais (16,5%). A expressão relativa do deficit habitacional tende a ser maior nos Estados nordestinos e áreas urbanas do Norte. Esta percentagem é de 13,7% nas áreas metropolitanas, tendendo, também, a ser mais expressivo naquelas localizadas nas Regiões Norte e Nordeste.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Atendimento a 222,7 mil famílias com faixa de renda até cinco salários mínimos, por meio de linhas de financiamento para aquisição e construção da casa própria;

• Atendimento a 40.247 famílias por meio de Ações de Arredamento Residencial;

• Atendimento a 11.500 famílias com faixa de renda de até três salários mínimos por meio de apoio aos entes públicos para a construção habitacional;

• Atendimento a 4.390 famílias com faixa de renda de até três salários mínimos por meio de financiamento habitacional para cooperativas e associações populares (Crédito Solidário);

• Subsídio a 21.492 unidades habitacionais destinadas a famílias com faixa de renda de até três salários mínimos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O desempenho do Programa foi satisfatório, principalmente, em função do impacto das ações que utilizam recursos onerosos. Dentre elas, merecem destaque a Ação de Arrendamento Residencial, que utiliza recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e as Ações de Financiamento a Pessoa Física para Aquisição de Imóvel Usado e para Atendimento Habitacional, lastreadas por recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que apresentaram elevado cumprimento de suas metas. Foi negativo, entretanto, o baixo nível de execução da Ação de Financiamento aos Entes Públicos para Construção Habitacional (Pró-Moradia), decorrente das restrições de crédito ao setor público.

A execução das iniciativas com recursos orçamentários, por outro lado, foi abaixo do desejável. Sobretudo, nestes casos, as metas são estabelecidas em função dos recursos disponíveis, ficando muito aquém das reais necessidades. Ademais, a aplicação dos recursos foi prejudicada por contingenciamentos orçamentários e financeiros, que atrasaram a formalização de contratos e o andamento das obras. No intuito de minorar o problema da carência de recursos orçamentários, foi ampliada em R$ 50 milhões por meio de crédito extraordinário, a dotação orçamentária para apoiar entes públicos na construção habitacional para famílias de baixa renda.

Outras restrições à execução do Programa foram os recursos materiais insuficientes na equipe gerencial, a infra-estrutura disponível inadequada, além da quantidade insuficiente de recursos humanos na equipe gerencial. Em que pese o concurso público e a admissão de novos funcionários no decorrer do ano de 2006, vários servidores já solicitaram exoneração, especialmente, em razão da procura por outras atividades que oferecem melhores remunerações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Diversas de suas ações envolvem a parceria de associações, movimentos de moradia, sindicatos, etc. Ademais, existem mecanismos que promovem a participação social. São realizadas reuniões com grupos de interesse, que envolvem parcerias com as prefeituras, associações e movimentos de moradia. Em muitos casos, a definição da demanda envolve reuniões com os beneficiários finais das ações e há formação de mutirões para execução de obras de conjuntos habitacionais.

RECOMENDAÇÕES

- Aprimorar a infra-estrutura e os recursos materiais disponíveis;
- Ampliar a quantidade de recursos humanos.

MOBILIDADE URBANA

OBJETIVO

Promover o aumento da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transporte metro-ferroviários estaduais ou municipais por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas.

PÚBLICO-ALVO

População urbana nas metrópoles e grandes cidades.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 183.457.873,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 147.061.803,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 147.061.803,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 2.250.000.000,00	**-**	

INDICADOR

1. COEFICIENTE DE MOBILIDADE URBANA

Unidade de medida: viagens ao dia/habitante
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Não apurado. O indicador está sendo aperfeiçoado para que possa medir o impacto de ações localizadas. Para tanto, estrutura-se uma base de dados que permita superar as insuficiências de informações e construir Indicadores de Acessibilidade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A ocupação das cidades de forma irracional e socialmente excludente e as dificuldades do Poder Público em garantir meios e sistemas adequados e suficientes para o deslocamento de pessoas, vêm gerando uma redução expressiva na mobilidade e acessibilidade urbana. A alta densidade populacional existente nas Regiões Metropolitanas, a saturação das vias principais e de acesso às áreas centrais e o grande contingente populacional que reside em áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos, vêm comprometendo a qualidade de

vida de toda a população urbana, assim como promovendo deseconomias importantes para os Municípios componentes das Regiões Metropolitanas.

Os pedestres, as pessoas com restrição de mobilidade, os usuários de veículos não-motorizados e a população de baixa renda, residentes nas periferias das cidades, sofrem com maior intensidade os efeitos das deficiências dos sistemas de transportes urbanos. Os seus direitos básicos de cidadão, como o acesso à oportunidade de trabalho, aos serviços de saúde e educação e às atividades sociais, religiosas e de lazer, estão comprometidos.

Os serviços de transportes urbanos oferecidos nas cidades mostram deficiências no planejamento, na gestão e na utilização de tecnologias, na inadequação do uso das vias, na inexistência de calçadas, vias e sinalização que permitam o deslocamento a pé ou de bicicleta, de forma segura, na inacessibilidade do uso dos transportes coletivos, pela população de baixa renda, devido aos valores tarifários praticados pelas municipalidades incompatíveis com a renda desta população. O tempo gasto em longos percursos e em congestionamentos, as perdas de vida ocorridas nas vias urbanas, a impossibilidade de mobilidade das pessoas com deficiências, o alto gasto com energias não-renováveis, as doenças causadas pela poluição ambiental, tendo os veículos de transporte como os principais agentes poluidores, são efeitos da insuficiência e inadequação dos sistemas de transportes urbanos de massa adotados nas grandes cidades e regiões metropolitanas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Conclusão das duas primeiras etapas do projeto de implantação do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano - Trecho Parque Dom Pedro II - Cidade Tiradentes (SP);

• Apoio a 26 projetos de circulação não-motorizada;

• Apoio a 26 projetos de corredores estruturais de transporte coletivo urbano;

• Capacitação de 400 técnicos municipais em Gestão Integrada da Mobilidade Urbana em 11 capitais de regiões metropolitanas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa não cumpriu satisfatoriamente as metas físicas, apresentando baixo índice de aproveitamento. Para tanto, foram determinantes a insuficiência dos recursos orçamentários e a baixa aplicação dos recursos não-orçamentários. Destaca-se que, em 2006, a disponibilidade de recursos orçamentários permitiu atender apenas 0,57% da demanda apresentada pelos Estados e Municípios na sistemática de seleção pública de projetos de melhoria da mobilidade urbana. Ademais, o fluxo de recursos orçamentários sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Por motivo da demora na aprovação do Orçamento de 2006, os projetos só puderam ser liberados a partir do segundo semestre, gerando atrasos na assinatura dos contratos de repasse e no início das obras. A insuficiência de recursos orçamentários também prejudicou as atividades de capacitação e desenvolvimento institucional, estreitamente relacionadas com a eficiência, a eficácia e a

efetividade dos projetos de mobilidade financiados pelo Governo Federal. Por sua vez, o impacto das ações com recursos não-orçamentários foi muito baixo, uma vez que o limite de endividamento do setor público definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) permaneceu como um entrave para a efetivação dos contratos de financiamento de infra-estruturas para o transporte coletivo.

A execução do Programa também foi caracterizada por outras restrições, como a inadequação da infra-estrutura disponível para a equipe gerencial do Programa, a quantidade e a qualificação insuficiente dos recursos humanos existentes e a dificuldade na celebração de licitações e contratos. Vale ressaltar que a tentativa de sanar o problema dos recursos humanos pela contratação de profissionais por meio de Plano de Consolidação de Carreira (PCC) não tem obtido êxito, haja vista a grande evasão de profissionais por causa da baixa remuneração oferecida neste tipo de contratação.

No que tange à concepção do Programa, é positivo o tratamento de temas transversais. Todos os projetos apoiados incluem a acessibilidade universal, que visa a promover acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para pessoas com deficiência e para pessoas com mobilidade reduzida, assegurando-lhes autonomia, segurança e qualidade de vida.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, com destaque para as discussões em conselhos setoriais – Comitê Técnico da Mobilidade Urbana e Conselho das Cidades. Tais esferas constituíram fóruns importantes de interlocução e consolidação da Política Nacional de Mobilidade Urbana e o Anteprojeto de Lei de Mobilidade Urbana.

RECOMENDAÇÕES

• Aperfeiçoamento do indicador para que o mesmo possa medir o impacto de ações localizadas;

• Incluir a população urbana das cidades com mais de 60 mil habitantes no público-alvo do Programa;

• Criação de uma Ação para Fortalecimento Institucional dos Gestores do Setor de Mobilidade Urbana.

QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT – PBQP-H

OBJETIVO

Elevar os patamares da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda.

PÚBLICO-ALVO

Profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.512.001,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 368.996,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 368.996,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE QUALIDADE DOS MATERIAIS E COMPONENTES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 82
Índice previsto ao final do PPA: 87,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

A natureza do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos do PBQP-H é extremamente dinâmica e evolutiva. O Indicador de Conformidade Setorial é obtido a partir da média dos Indicadores de Conformidade dos Programas Setoriais da Qualidade (PSQ). Novos PSQ podem ser inseridos continuamente no Sistema, fazendo com que esse índice reduza, uma vez que normalmente um novo PSQ não possua Indicador de Conformidade Setorial apurado, ou o tenha com um valor bem menor do que o desejado. Além disso, outro fator que também impacta a previsão de viabilidade média do alcance do índice final do PPA, em 2007, é a renovação periódica dos parâmetros normativos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em relação a determinados materiais, o que tem reflexos ocasionais nos índices de conformidade dos PSQ. Entretanto, como previsto na última avaliação do PPA, para melhor expressar os resultados do Programa em relação à qualidade dos materiais, propôs-se uma comparação

entre dois indicadores: a Taxa da Qualidade e o número de PSQ com indicador constantemente calculado e monitorado. Em 2005, esse número foi 13 e, em 2006, a taxa foi de 82%, considerando-se o número de 14 PSQ.

2. TAXA DE DESPERDÍCIO DE MATERIAIS E COMPONENTES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 22

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Conforme exposto nas avaliações do PPA dos exercícios de 2004 e 2005, esse indicador não representa corretamente os resultados das ações desenvolvidas no âmbito do PBQP-H, além de ser um indicador que relaciona dados de difícil obtenção. Dessa forma, foram propostos três indicadores possíveis, para se demonstrar, de forma mais compatível, os resultados do Programa em relação à qualidade das empresas de serviços e obras, e dos materiais de construção:

a) satisfação dos usuários do Programa;
b) ocorrência de problemas construtivos pós-ocupação nos empreendimentos produzidos e que obedecem às diretrizes do PBQP-H;
c) número de empresas de serviços e obras com certificado vigente de avaliação da conformidade do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC)/PBQP-H.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Um dos maiores desafios do Estado brasileiro e da construção civil é encontrar soluções para a melhoria das condições do ambiente construído. A baixa qualidade das edificações e de seu entorno imediato prejudica fundamentalmente os segmentos de baixa renda da população. O setor da construção de edifícios habitacionais no País tem se caracterizado, historicamente, por um baixo grau de desenvolvimento e de evolução tecnológica, comparativamente a outros setores industriais. Nesse contexto, o fortalecimento e a melhoria do desempenho da cadeia produtiva da construção certamente contribuirá para:

a) o fortalecimento da economia e do setor produtivo nacional;
b) o aumento da capacidade tecnológica do País;
c) o aumento da geração de emprego e renda;
d) o combate ao deficit habitacional e suas conseqüências sociais e urbanas;
e) a melhoria das condições de vida das comunidades urbanas em geral, e, particularmente, das de baixa renda.

Em síntese, no caso da habitação, além da questão relacionada ao deficit quantitativo, existe ainda uma deficiência na qualidade das construções e obras que compõem o ambiente construído. Historicamente, frente à necessidade de reduzir o custo de seus produtos, a construção civil teve dificuldades em manter o padrão de qualidade dos projetos e obras, resultando em soluções insatisfatórias e de curta vida útil. Grande desigualdade nos padrões de qualidade, prática da não-conformidade intencional, desarticulação, concorrência

predatória, desperdício na produção e baixo nível de inovação tecnológica têm se refletido em um ambiente construído de baixa qualidade, necessitando de constantes reparos e serviços de manutenção. Este ainda é o retrato da construção civil, um dos setores produtivos mais importantes da economia, mas que necessita de um esforço conjunto em busca de qualidade e produtividade. Esse esforço ganhou corpo com a criação do PBQP-H, que passou então a apoiar o esforço de reestruturação do setor produtivo em torno de duas questões fundamentais: a melhoria da qualidade e a modernização produtiva. O setor público participa, principalmente, como indutor de um processo evolutivo de qualidade e estimulador do aumento da produtividade, e o setor privado assume o compromisso com a implementação dos sistemas de qualidade e combate ao desperdício. Para tanto, os recursos fiscais do Programa representam apenas uma parte menor do que normalmente é investido pelos principais agentes do setor, significando uma forma de alavanca dos recursos das parcerias público/privado: Caixa Econômica Federal (CEF), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresas privadas. O grande montante dos recursos alocados pelo setor privado, envolvendo as entidades e as empresas produtoras de materiais e componentes e de serviços - construtoras, projetistas, etc - são destinados ao desenvolvimento de mecanismos de promoção e avaliação da qualidade e, principalmente, na adaptação e ajuste das empresas aos padrões de qualidade exigidos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Carta de Acordo com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) para concepção e implantação do Sistema Nacional de Avaliações Técnicas (SINAT): elaboração da primeira fase da Atividade de Implementação do SINAT (proposta de Regimento Interno e de documentos complementares para operacionalização do sistema) e apresentação/discussão dos documentos com o setor da construção civil;

• Adesão dos Municípios de Vitória(ES) e Rio Branco(AC) ao PBQP-H;

• Lançamento do Portal PBQP-H <http://www.cidades.gov.br/pbqp-h>, com interface *web* das ferramentas do Sistema de Informações, estruturado em 80%, com implantação do sistema de gerenciamento de serviços e obras, materiais e componentes; do jornal virtual; do sistema de troca de mensagens e do gerenciamento de base documental *on-line*, e o sistema de alimentação e visualização *on-line* de casos de experiência de sucesso.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa apresentou desempenho mediano. O cumprimento global das metas físicas programadas ficou entre 40% e 80% do previsto, ao passo que sua execução orçamentária global atingiu apenas 40% da meta originalmente prevista. O resultado é devido, principalmente, ao contingenciamento e ao descompasso no fluxo de liberação financeira que atingiu o Programa em 2006. Foram liberados apenas 40% dos recursos em mais de nove meses transcorridos do ano. Este descompasso entre o fluxo de recursos e a programação física do Programa tem afetado negativamente a implementação das atividades do plano de trabalho nos últimos anos, já que o repasse dos recursos tem ocorrido próximo ao fim do exercício, impedindo que haja tempo suficiente para a execução de todas as

ações previstas, fato ainda mais agravado pela necessidade de transferência desses recursos empenhados para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), objetivando a efetiva operacionalização das atividades do plano de trabalho.

Outro aspecto importante diz respeito à escassez de recursos materiais, que se traduz em disponibilidade insuficiente de espaço físico, para que a equipe técnica da Coordenação Geral realize eventos/reuniões necessários à condução da gestão do Programa, e de espaço físico/mobiliário para a organização de documentos técnicos relativos ao Programa. Soma-se a isto a quantidade reduzida de técnicos na equipe gerencial do Programa, e sua inadequada especialização.

Apesar do resultado insatisfatório do Programa, cabe destacar que no último ano se consolidou a ampliação das bases do mesmo, com o desenvolvimento do processo de sensibilização e adesão de Municípios, objetivando aproximar os benefícios do Programa dos usuários finais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O PBQP-H fundamenta seu arranjo institucional na gestão compartilhada, contando, para isso, com uma estrutura composta por:

a) Coordenação Geral;
b) Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH);
c) Coordenação Nacional de Projetos e Obras;
d) Coordenação Nacional de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos;
e) Coordenações Estaduais e/ou Regionais;
f) Grupo de Assessoramento Técnico.

Todas essas instâncias de gestão permitiram, no exercício de 2006, o monitoramento sobre o desempenho físico das ações do Programa.

Outra característica relevante do Programa é possuir forte articulação com seus parceiros institucionais. Devido ao seu objetivo de induzir a melhoria da qualidade e produtividade da cadeia produtiva do setor da construção civil, parte significativa de suas ações são realizadas devido ao intenso processo de articulação e parcerias, que se inicia com a fase de sensibilização regional, assinatura de termo de Adesão ao PBQP-H, construção de um pacto setorial local, consensuado em torno de metas de qualidade e modernização produtiva, e, finalmente, consolidação em um acordo setorial.

RECOMENDAÇÕES

• Desenvolvimento de novos indicadores que permitam mensurar e avaliar com maior precisão o desempenho do Programa ao longo de cada exercício.

REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS

OBJETIVO

Promover a reabilitação urbana e o adensamento de áreas centrais desocupadas em capitais e Municípios integrantes de regiões metropolitanas, de forma a otimizar a infra-estrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e a dinâmica econômica.

PÚBLICO-ALVO

População residente ou usuária das áreas urbanas centrais de capitais e Municípios integrantes de regiões metropolitanas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 21.404.868,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 12.266.571,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 12.266.571,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.560.000.000,00	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE DOMICÍLIOS VAGOS NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 8,6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

O indicador escolhido para o Programa está em acordo com suas principais diretrizes, que se referem à diminuição dos imóveis vazios e subtilizados nas áreas centrais. Contudo, são necessárias ações mais efetivas para concretização dos objetivos do Programa. Apesar do Programa contemplar ação que tem por fim a elaboração de planos de reabilitação de áreas urbanas centrais, a ação de apoio a projetos de infra-estrutura, que deveria apoiar projetos consoantes com os planos, recebe apenas emendas, normalmente, dissociadas do planejamento efetuado pelo Governo Federal e pelos Municípios.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há a existência de deficit habitacional total de quase 8 milhões de moradias conjugado com simultânea ocorrência de 4,5 milhões de imóveis urbanos vazios; a existência de moradias localizadas em áreas de risco e insalubres; a disponibilidade de infra-estrutura urbana e um expressivo acervo de imóveis habitacionais e comerciais subtilizados ou em

desuso, localizados em áreas centrais; a expansão desordenada e/ou desnecessária das cidades brasileiras; a existência de imóveis antigos com situação fundiária irregular; e o subaproveitamento e a degradação do patrimônio cultural nas áreas centrais antigas.

A falta de critérios racionais de priorização no que concerne à expansão das cidades brasileiras; a continuidade dos riscos de vida e dos relativos à saúde para os moradores dos imóveis em situação precária; o desperdício ambiental; e a perda do patrimônio cultural, em prejuízo das gerações futuras são conseqüências previstas da não implementação do Programa.

A vontade política de alguns setores do Poder Público em trabalhar de forma articulada; a existência dos instrumentos do Estatuto da Cidade; a disponibilidade de infra-estrutura; o estoque de imóveis residenciais não-ocupados; as leis de incentivo fiscal aplicáveis em áreas de interesse cultural; o baixo custo das obras de infra-estrutura, uma vez que haverá o aproveitamento daquela já existente são condicionantes favoráveis da implementação do Programa.

A falta de vontade política de alguns setores do Poder Público; o alto custo das obras de reabilitação; o baixo grau de desenvolvimento, no Brasil, de tecnologias e técnicas adequadas à reabilitação; o pouco interesse do setor da construção civil na reabilitação; a insuficiente capacitação profissional dos setores público e privado atinente às questões de reabilitação urbana; a inadequação/insuficiência das linhas de financiamentos voltadas para reabilitação urbana; a falta de flexibilidade na operacionalização das leis de incentivo fiscal, aplicáveis em imóveis simultaneamente de interesse cultural e social são condicionantes desfavoráveis.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre a União e a Prefeitura do Rio de Janeiro para elaboração e implementação de projetos de parceria entre os governos federal e municipal, com o intuito de reabilitar a área portuária do Rio de Janeiro (RJ), compreendendo os bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo, São Cristóvão, Benfica, Vasco da Gama e Caju;

• Assinatura de Convênio entre Ministério das Cidades, Ministério da Previdência Social e Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para estabelecer condições de operacionalização nos processos de alienação de imóveis pertencentes ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social para fins de provisão habitacional de interesse social;

• Implantação de projetos-piloto de conversão e recuperação de imóveis ociosos, subutilizados e insalubres, através da destinação de sete imóveis do INSS (três em São Paulo, e um em cada uma das cidades: Rio de Janeiro-RJ, Porto Alegre-RS, Belo Horizonte -MG e Vitória-ES);

• Contratação de seis planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas, em São Luiz (MA), Maceió (AL), Belém (PA), Osasco (AP), Camaragibe (PE) e Santo André (SP).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa teve desempenho abaixo do esperado, com uma execução física média de 39,1% em suas duas ações principais. A Ação de Apoio à Elaboração de Planos cumpriu 60% da meta prevista na LOA, contratando seis dos 10 planos previstos, permitindo assim uma concentração maior de recursos em Municípios que já haviam elaborado seus planos e passaram agora a elaborar projetos executivos de intervenção. Essa estratégia está vinculada à lógica maior da Política de Desenvolvimento Urbano do Ministério das Cidades e de aplicação de recursos em obras com projetos realizados e vinculados a planos participativos.

A Ação de Apoio a Projetos de Infra-Estrutura, por sua vez, cumpriu 18,3% do previsto. A baixa execução relaciona-se ao fato de que os recursos para esta ação são destinados através de emendas parlamentares que muitas vezes não respeitam os critérios do Programa, o que leva à proposição de projetos que não se enquadram na lista de possibilidades de apoio previstas no manual do Programa.

Quanto à execução orçamentária e financeira, a Ação de Apoio a Planos executou integralmente sua dotação, enquanto a de apoio a obras executou pouco mais da metade, devido aos problemas relatados anteriormente. Deve-se salientar também que o repasse tem sofrido descontinuidade, com grandes liberações precedidas de longos períodos sem nenhum repasse financeiro.

Destacam-se como entraves à insuficiência de recursos humanos e materiais, o espaço físico totalmente inadequado, contingenciamentos orçamentários, a baixa capacidade gerencial dos Municípios e as dificuldades com o órgão executor do recurso, acostumado a fazer repasses de investimentos e não de custeio.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Importante destacar a adequação dos novos contratos de 2006, da Ação de Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais, aos critérios do Programa. Nos anos de 2004 e 2005, dos 149 empenhos, apenas 19 estavam em acordo com os critérios do Programa, que corresponde a 12,75% dos contratos. Já no ano de 2006, dos 16 empenhos, 10 estão de acordo com os critérios do Programa, equivalendo a 62,5% dos empenhos.

RECOMENDAÇÕES

• Utilizar normatização que torne obrigatório o enquadramento dos recursos oriundos de emendas parlamentares aos critérios definidos no Plano e no Manual do Programa, sob pena de não-execução.

SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS

OBJETIVO

Reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País.

PÚBLICO-ALVO

Usuários do serviço de trânsito.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 79.920.520,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 65.437.652,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 65.437.652,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. COEFICIENTE DE VÍTIMAS POR ACIDENTE DE TRÂNSITO NO BRASIL

Unidade de medida: 1/100.000
Índice apurado em 2006: 271,7
Índice previsto ao final do PPA: 180,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
Os recursos orçamentários liberados anualmente têm sido substancialmente inferiores aos previsto no PPA 2003-2007. Além disso, desde 2003, foram realizados esforços no sentido de melhorar as estatísticas de trânsito, o que promoveu alterações na metodologia e abrangência da coleta de dados, prejudicando a comparação do índice de referência do indicador com os índices atualmente apurados.

2. COEFICIENTE DE ACIDENTES DE TRÂNSITO

Unidade de medida: 1/10.000
Índice apurado em 2006: 91,1
Índice previsto ao final do PPA: 82,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
Os recursos orçamentários liberados anualmente têm sido substancialmente inferiores

aos previsto no PPA 2003-2007. Além disso, desde 2003, foram realizados esforços no sentido de melhorar as estatísticas de trânsito, o que promoveu alterações na metodologia e abrangência da coleta de dados, prejudicando a comparação do índice de referência do indicador com os índices atualmente apurados.

3. COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO

Unidade de medida: 1/100.000
Índice apurado em 2006: 14
Índice previsto ao final do PPA: 8,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Os recursos orçamentários liberados anualmente têm sido substancialmente inferiores aos previsto no PPA 2003-2007. Além disso, desde 2003 foram realizados esforços no sentido de melhorar as estatísticas de trânsito, o que promoveu alterações na metodologia e abrangência da coleta de dados, prejudicando a comparação do índice de referência do indicador com os índices atualmente apurados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com os registros estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o processo de crescimento das cidades, nos últimos 60 anos elevou a Taxa de Urbanização de 31,4% para cerca de 82% da população. Nesse período, 130 milhões de pessoas passaram a viver em cidades, e são responsáveis por cerca de 90% do Produto Interno Bruto (PIB). As cidades no Brasil passaram a ser vistas, portanto, como focos de concentração de atividades e de irradiação de inovações, funções estas essenciais no contexto do processo de desenvolvimento econômico e social do País. Acompanhando o crescimento urbano, o fenômeno do trânsito passou a ser visto como elemento de preocupação na gestão intra e interurbana, principalmente, no que se refere à melhoria da qualidade de vida da população.

O sistema de trânsito ocupa um papel de destaque sob o aspecto social e econômico, na medida em que envolve, no dia a dia, praticamente, todos os cidadãos brasileiros no exercício pleno do seu direito de ir e vir, de se locomover livremente para satisfação de suas necessidades, em busca de seu bem-estar e da comunidade em que vivem. Diversos são os meios de locomoção por via terrestre, que envolvem diretamente o cidadão e o transporte de produtos diversos em seu benefício. Tais dinâmicas, intensas e ininterruptas, caracterizam o trânsito em seus desdobramentos urbanos, regionais e nacionais, o qual se organiza em um sistema nacional que deve produzir resultados focados no cidadão brasileiro.

Por outro lado, gera um sem número de problemas, desafiando governos e toda a coletividade para a sua solução. Tais problemas traduzem-se, por exemplo, em elevadas taxas de ocorrência e de severidade de acidentes de trânsito; em congestionamentos e em degradação do ambiente urbano, influenciando negativamente a qualidade de vida da população. O Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), órgão máximo executivo de trânsito da União, no empenho de cumprir sua missão de promover o desempenho

eficiente e eficaz dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) administra políticas, regulamenta e executa programas que contribuem para a fluidez e a segurança do trânsito, respeitando o meio ambiente e visando à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Os acidentes de trânsito representam uma das mais freqüentes causas de óbitos no Brasil. De acordo com as estatísticas, ocorreram 307,29 mil acidentes com vítimas no ano de 2001. Destas, cerca de 374,56 mil foram vítimas não-fatais e 20.039 vítimas fatais de acidentes de trânsito. Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), 55% das vítimas fatais situam-se na faixa etária economicamente ativa (de 20 a 49 anos), representando um custo social estimado da ordem de 4 bilhões de reais por ano. Justificativa legal: Código de Trânsito Brasileiro, Artigo 3º parágrafo 5º, 19 e 76.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Capacitação de 4.096 profissionais de trânsito nas áreas de engenharia, educação, policiamento ostensivo, fiscalização, operação, administração de trânsito e avaliação de condutores;

• Atualização e manutenção dos sistemas Registro Nacional de Carteiras de Habilitação (Renach) e Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), que foram consultados, respectivamente, 72 milhões e 220 milhões de vezes, no ano de 2006;

• Realização de três campanhas educativas de utilidade pública por meio da veiculação de peças publicitárias na TV, rádios nacionais e outras mídias, com o objetivo de conscientizar a população brasileira sobre a importância de um comportamento seguro e solidário no trânsito;

• Desenvolvimento do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (Renaest), que viabiliza a troca *on-line* de informações sobre acidente de trânsito entre os órgãos municipais, estaduais e federais responsáveis pela área.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento das metas físicas do Programa foi abaixo do esperado. O contingenciamento orçamentário interferiu diretamente no desempenho das Ações 4414 - Educação para Cidadania no Trânsito e 6622 - Capacitação de Profissionais do Sistema Nacional de Trânsito, consideradas de grande impacto na execução do Programa. Ademais, as limitações de contratações no período eleitoral e a insuficiência do orçamento disponível prejudicaram a realização de estudos e projetos previstos para o exercício, assim como a realização de convênios com órgãos e/ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, promovendo baixo desempenho nas Ações 4398 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na Área de Trânsito, 4408 - Melhoria da Fiscalização de Trânsito pelos Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito e 8487 - Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes de Trânsito.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social. Por meio das Câmaras Temáticas do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), integradas por especialistas que têm o objetivo de estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões do Conselho. São constituídas por representantes de órgãos e entidades executivos da União, dos Estados ou do Distrito Federal, e dos Municípios, além de especialistas representantes dos diversos segmentos da sociedade relacionados com o trânsito. Em 2006, foram decididas 33 Resoluções do Contran, que regulamentaram artigos do Código de Trânsito Brasileiro e são de importância significativa para o Sistema Nacional de Trânsito. Essas Resoluções foram originadas e/ou analisadas pelas seis Câmaras Temáticas integradas por representantes de órgãos e entidades executivos da União, dos Estados ou do Distrito Federal, e dos Municípios, além de especialistas representantes dos diversos segmentos da sociedade relacionados com o trânsito.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO

OBJETIVO

Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

PÚBLICO-ALVO

População urbana de menor nível sócio-econômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em Municípios de pequeno porte.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.108.871.179,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 936.076.669,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 936.076.669,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 2.774.250.000,00	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE COBERTURA DOS SERVIÇOS URBANOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 94

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Mesmo considerando o expressivo número de contratações de obras em 2004 e 2006, a interrupção das contratações de recursos onerosos em 2005 colocou em risco o alcance da meta. Ademais, cumpre salientar que mesmo mantendo elevado o índice de execução dos investimentos programados no PPA, corre-se o risco de não atingir as metas programadas, uma vez que as últimas Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNAD) apontam que a Taxa de Crescimento de Novos Domicílios tem sido mantida em níveis muito elevados, superiores a 3,5% ao ano. Com Taxas de Crescimento de Domicílios desta magnitude, o denominador do Indicador de Cobertura é afetado, com viés de baixa.

2. TAXA DE COBERTURA DOS SERVIÇOS URBANOS DE COLETA DE ESGOTO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 57,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Mesmo considerando o expressivo número de contratações de obras em 2004 e 2006, a interrupção das contratações de recursos onerosos em 2005 colocou em risco o alcance da meta. Ademais, cumpre salientar que mesmo mantendo elevado o índice de execução dos investimentos programados no PPA, corre-se o risco de não atingir as metas programadas, uma vez que as últimas Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNAD) apontam que a Taxa de Crescimento de Novos Domicílios tem se mantido em níveis muito elevados, superiores a 3,5% ao ano. Com Taxas de Crescimento de Domicílios desta magnitude, o denominador do Indicador de Cobertura é afetado, com viés de baixa.

3. TAXA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS COLETADOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 36,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Mesmo considerando o expressivo número de contratações de obras em 2004 e 2006, a interrupção das contratações de recursos onerosos em 2005 colocou em risco o alcance da meta. Ademais, cumpre salientar que mesmo mantendo elevado o índice de execução dos investimentos programados no PPA, corre-se o risco de não atingir as metas programadas, uma vez que as últimas Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNAD) apontam que a Taxa de Crescimento de Novos Domicílios tem se mantido em níveis muito elevados, superiores a 3,5% ao ano. Com Taxas de Crescimento de Domicílios desta magnitude, o denominador do Indicador de Cobertura é afetado, com viés de baixa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Deficiências de cobertura e de qualidade dos serviços de saneamento ambiental, que atingem de forma mais intensa a população de menor nível sócio-econômico, com conseqüências negativas sobre o ambiente e a qualidade de vida nas cidades. Escassez de recursos para expansão da cobertura dos sistemas existentes. Ausência de mecanismos de controle social na prestação dos serviços.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Conclusão de 172 obras de saneamento no País, correspondentes a investimentos de R$ 62,3 milhões e beneficiando em torno de 270 mil famílias;

• Certificação e apoio financeiro a cinco estações de tratamento de esgoto no âmbito da Ação de Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas (Prodes);

• Aprovação e sanção da Lei nº 11.445/2007 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Federal de Saneamento Básico.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O desempenho do Programa foi satisfatório em 2006. Houve uma retomada do processo de contratação de projetos de saneamento com recursos onerosos (Fundo de Amparo ao Trabalhador e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que havia sofrido uma inflexão importante em 2005. Esta retomada foi proporcionada pelo estabelecimento de novos limites de contratação para saneamento com mutuários públicos, no valor de R$ 2,2 bilhões (Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3331/2005, de 28.11.2005), que permitiu as contratações de novas operações de empréstimo e o alcance dos resultados esperados. Da mesma forma, o desempenho geral do Programa com recursos orçamentários melhorou, substancialmente, uma vez que 84% dos recursos foram empenhados e os desembolsos foram equivalentes a 45% da dotação original (incluindo restos a pagar de exercícios anteriores). O não aproveitamento integral das dotações orçamentárias previstas deveu-se, principalmente, ao contingenciamento de recursos. Ademais, foram prejudiciais o atraso na liberação de recursos e o grande volume financeiro comprometido com restos a pagar. Em vista da natureza plurianual das intervenções de saneamento, os recursos financeiros de um exercício ficam completamente ou quase integralmente comprometidos com o pagamento das despesas das obras contratadas em anos anteriores e em execução. Em geral, o fluxo de recursos financeiros tem sido insuficiente, instável e com previsibilidade baixa, determinando a paralisação freqüente das obras e contribuindo para o encarecimento das intervenções.

Outras restrições de destaque foram o atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios e as dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes. Observa-se uma baixa capacidade técnica dos entes, sendo comuns o desconhecimento da legislação, a rotatividade do quadro de funcionários, a incapacidade de obtenção dos certificados de regularidade fiscal e previdenciária, exigidos para celebração de convênios, além da baixa qualidade dos projetos apresentados. Ressalta-se também a lentidão no processo de licenciamento ambiental, por deficiência da estrutura dos tomadores dos recursos (Estados e Municípios) e dos órgãos estaduais de meio ambiente, e a dificuldade dos Municípios e Estados para comprovar a regularidade fundiária do terreno onde será edificada a obra, ou parte dela. Quando há posse pública dos terrenos, ela não está formalizada, o que exige um demorado processo de regularização ou de desapropriação do terreno. Esta demora é em geral incompatível com o ritmo pactuado para execução do projeto, provocando atrasos que encarecem as intervenções, quando não comprometem sua funcionalidade.

O monitoramento e a execução das ações do Programa carecem de recursos materiais, infra-estrutura adequada e recursos humanos. No caso do Ministério das Cidades (MCidades), que delega à Caixa Econômica Federal (CEF) a tarefa de acompanhamento da execução das obras por não dispor de equipe própria, não há pessoal suficiente sequer para supervisionar os trabalhos da CEF. Da mesma forma, a equipe gerencial da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) é insuficiente para coordenar, supervisionar e normatizar o trabalho das equipes locais e executar as atividades necessárias junto aos parceiros externos. Ademais, a própria CEF apresenta dificuldades para o acompanhamento da grande diversidade de empreendimentos, inviabilizando a necessária especialização dos

seus profissionais. Ressalta-se que as tentativas de solucionar o problema de carência de recursos humanos não têm se mostrado eficazes, uma vez que a baixa competitividade das remunerações oferecidas tem provocado a evasão e a baixa motivação dos técnicos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

É importante esclarecer que as iniciativas de saneamento são plurianuais por natureza, envolvendo a execução de obras de engenharia complexas, que demandam licenciamento ambiental, contratação e elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia, aspectos que demandam tempo e apresentam inúmeras variações. Levantamento empreendido pela equipe da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental mostra que, em um universo de 2.314 intervenções de saneamento apoiadas ou financiadas pelo Governo Federal e concluídas entre janeiro de 2002 e junho de 2006, a duração média de execução das obras foi de 2,4 anos, que aumentam para 4,9 anos se considerarmos o período entre a assinatura do contrato e o início físico da intervenção. Portanto, é imprudente esperar que haja execução física significativa no mesmo exercício de contratação da intervenção. A apuração da execução física deveria ser empreendida, em cada exercício, a partir das iniciativas concluídas durante aquele exercício e cujo desembolso está computado, essencialmente, na rubrica de restos a pagar de anos anteriores. Também não é adequada a apropriação da execução física das intervenções parcialmente, ano a ano, a partir dos desembolsos financeiros realizados, pois as obras de saneamento só beneficiam a população após a sua conclusão e não durante sua execução. A esse respeito é importante destacar que a forma de execução da ação determina a maneira como se interpreta o desembolso financeiro. O MCidades, por trabalhar por meio de contratos de repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a execução física, aferida pela CEF, de forma que a execução física precede à financeira. Essa forma de trabalho pode comprometer o resultado de qualquer avaliação fundamentada em indicadores de desempenho financeiro. Em vista do exposto, não houve execução física significativa das ações com recursos da LOA 2006. Houve apenas recursos empenhados da ordem de R$ 552 milhões e desembolso de apenas R$ 78,2 milhões. No entanto, se acrescentados os desembolsos realizados nas rubricas de restos a pagar (R$ 220,7 milhões) e nos contratos com recursos onerosos (R$ 749,2 milhões) o valor global dos desembolsos do Programa sobem para R$ 1,03 bilhões.

RECOMENDAÇÕES

• Submeter as emendas parlamentares aos critérios de seleção pública de projetos característicos das ações do Programa;

• Manter em patamares elevados as contratações de novos investimentos em 2007;

• Aprimorar a gestão dos convênios e contratos firmados nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006 de forma a tornar mais ágil a execução das obras, especialmente, nas Regiões Nordeste e Sudeste;

• Aprimorar o gerenciamento financeiro dos convênios e contratos com recursos não-onerosos, de maneira a minimizar problemas de interrupção de obras provocados por atrasos nos repasses de recursos.

URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

OBJETIVO

Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade.

PÚBLICO-ALVO

Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.147.116.570,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 949.371.636,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 949.371.636,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 750.030.187,50	**R$ 453.963.517,78**	

INDICADORES

1. TAXA DE DOMICÍLIOS EM ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS NAS ÁREAS URBANAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 2,82

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Embora o indicador seja adequado em relação ao objetivo proposto, não é mensurável no curto prazo, pela própria natureza das intervenções que levam mais de 18 meses para chegar à conclusão e passar a surtir efeitos na população beneficiária. Ademais, sua mensuração é prejudicada pela baixa qualidade e precisão dos dados da dimensão do problema.

2. TAXA DE DOMICÍLIOS URBANOS COM IRREGULARIDADE FUNDIÁRIA OCUPADOS POR FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 3,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Embora o indicador seja adequado em relação ao objetivo proposto, não é mensurável no curto prazo, pela própria natureza das intervenções que levam mais de 18 meses para chegar à conclusão e passar a surtir efeitos na população beneficiária. Ademais, sua mensuração é prejudicada pela baixa qualidade e precisão dos dados da dimensão do problema.

3. TAXA DE DOMICÍLIOS EM ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS SEM INFRA-ESTRUTURA URBANA ADEQUADA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 28,25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Embora o indicador seja adequado em relação ao objetivo proposto, não é mensurável no curto prazo, pela própria natureza das intervenções que levam mais de 18 meses para chegar à conclusão e passar a surtir efeitos na população beneficiária. Ademais, sua mensuração é prejudicada pela baixa qualidade e precisão dos dados da dimensão do problema.

4. TAXA DE DOMICÍLIOS EM ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS COM ADENSAMENTO EXCESSIVO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 6,59

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Embora o indicador seja adequado em relação ao objetivo proposto, não é mensurável no curto prazo, pela própria natureza das intervenções que levam mais de 18 meses para chegar à conclusão e passar a surtir efeitos na população beneficiária. Ademais, sua mensuração é prejudicada pela baixa qualidade e precisão dos dados da dimensão do problema.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Dados oficiais revelam que, do total da população brasileira, 82% vivem em cidades, sendo que 15,1 milhões de moradias apresentam uma ou mais das seguintes inadequações:

a) carência de infra-estrutura urbana (10,2 milhões de domicílios);
b) adensamento excessivo (2 milhões de domicílios);
c) indefinição fundiária (1,5 milhão de domicílios);
d) inexistência de unidade sanitária interna (1,4 milhão de domicílios).

A maior parte desse contingente de moradias está nos assentamentos precários, que fazem com que a cidade irregular cresça quatro vezes mais depressa que a cidade formal, à

margem das normas urbanísticas, em áreas ambientalmente não recomendadas, que oferecem risco à vida da população, agressão à natureza e custos adicionais à economia. Na década de 80, por exemplo, verificou-se um crescimento populacional das regiões metropolitanas da ordem de 24%, enquanto a população que mora em áreas faveladas aumentou 118%. As conseqüências desse quadro são as ocorrências freqüentes nos noticiários de perda de vidas humanas e de bens materiais das famílias e doenças originadas pela ausência de saneamento básico nos locais onde residem. Existem estudos que comprovam que para cada R$ 1,00 investido em água tratada, serão gastos menos R$ 4,00 em serviços de saúde. Além da baixa qualidade de vida, morar nestas localidades também implica estar sujeito a um processo de estigmatização e exclusão social e territorial, limitando o acesso desta população aos mecanismos formais de sua reprodução econômica e social. Residir numa propriedade legalizada, de endereço reconhecido, e integrada ao tecido da cidade permite não só ampliar a qualidade de vida e a mobilidade da população, como também viabilizar o acesso ao crédito e ao emprego.

O Programa é voltado a apoiar Estados, DF e Municípios e contempla intervenções necessárias à segurança, salubridade e habitabilidade da população localizada em área inadequada à moradia, visando à sua permanência ou reassentamento, por intermédio da execução de:

a) parcelamento de glebas;
b) regularização fundiária;
c) implantação de melhoria de habitações;
d) construção de instalações hidráulico-sanitárias domiciliares;
e) obras e serviços de infra-estrutura, prevenção de riscos e recuperação ambiental;
a) construção de equipamentos comunitários e trabalho social e comunitário.

As áreas inadequadas à moradia podem estar localizadas em sítios urbanos, rurais, centros de cidades, periferias e estarem sujeitas a fatores que colocam em risco a vida (erosões, deslizamentos, enchentes, desmoronamentos e outros); insalubridade (lixões, favelas, cortiços, palafitas e outros); ou serem impróprias para moradia (área de proteção ambiental e outros).

As conseqüências da não implementação deste Programa são: manutenção do atual padrão de exclusão social, econômica e territorial e precarização da qualidade de vida da população de baixa renda. As condicionantes favoráveis para sua gestão são:

a) vontade política de enfrentar o problema;
b) intenção do MCidades em realizar intervenções integradas;
c) experiência consolidada no MCidades para atuar neste segmento;
d) existência de instrumentos urbanísticos adequados previstos no Estatuto da Cidade.

Por outro lado, as condicionantes desfavoráveis à sua gestão são:

a) falta de estrutura e de capacitação das prefeituras para atuar neste segmento;
b) processo demorado de intervenção;
c) ausência de recursos suficientes.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Contratação de R$ 893,10 milhões para o apoio à urbanização e à melhoria das condições de habitabilidade em assentamentos precários, em benefício de cerca de 81.200 famílias;

• Contratação de uma proposta de financiamento ao poder público no valor de R$ 180 milhões, para a urbanização de assentamentos precários, em benefício de 15 mil famílias;

• Atendimento de cerca de 82.200 famílias, no âmbito dos financiamentos a pessoas físicas, para a melhoria habitacional (Carta de Crédito/Material de Construção);

• Início do processo de regularização fundiária de 104,2 mil famílias;

• Apoio a 16 Municípios na elaboração de planos municipais de redução de riscos em assentamentos precários.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O desempenho do Programa não foi satisfatório. Importa esclarecer que suas metas foram estabelecidas em função dos escassos recursos disponíveis, portanto, ficando muito aquém das reais necessidades. No geral, a execução das ações foi inferior à previsão, principalmente, face aos contingenciamentos orçamentários e à descontinuidade dos fluxos financeiros, que atrasaram a celebração de novos contratos e o avanço das obras em andamento. Ademais, o impacto das ações com recursos não-orçamentários foi muito baixo, uma vez que a aplicação de recursos onerosos (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS) em financiamento do setor público para urbanização de assentamentos precários foi restringida pelos limites de concessão de crédito ao setor público determinados pela Política de Ajuste Fiscal. No intuito de minorar o problema da carência de recursos orçamentários para o Programa, foi ampliada em R$ 840 milhões, por meio de crédito extraordinário, a dotação orçamentária para apoiar entes públicos na melhoria das condições de habitabilidade em assentamentos precários.

A execução das ações também foi prejudicada por dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes, que impediu a assinatura de novos contratos e a liberação de recursos para ações em andamento, e pela lentidão no processo de licenciamento ambiental. Em geral, a insuficiente capacidade técnica e institucional da maioria dos Municípios e Estados brasileiros prejudicou o atendimento das exigências normativas exigidas para contratação e execução das obras.

Destacam-se ainda os problemas referentes à insuficiência de recursos materiais e à

inadequação da infra-estrutura disponível na equipe gerencial e executora do Programa. Além disso, há uma grande carência de recursos humanos nas equipes gerenciais e executoras do Programa. O quadro de servidores permanentes do MCidades ainda é extremamente reduzido para o gerenciamento das ações, assim como as equipes técnicas dos Estados e Municípios responsáveis pela sua execução.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social. O MCidades instituiu o Conselho das Cidades, que reúne representantes de entidades de movimentos populares, trabalhadores, empresários, organizações não-governamentais e entidades acadêmicas e profissionais, com a missão de assessorar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano, políticas de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana. É um instrumento que assegura a participação cidadã nas decisões sobre as políticas públicas. Além disso, com a Implementação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), foi constituído o Conselho Gestor do FNHIS que contempla a participação de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação. Em muitas ações, são também realizadas reuniões com as comunidades beneficiárias com o objetivo de contribuir na elaboração, aprovação, concepção dos projetos, e fiscalização da execução das obras.

RECOMENDAÇÕES

• Adequar as metas físicas, estabelecidas em função dos recursos disponíveis e não das reais necessidades para o alcance dos objetivos do Programa;

• Adequar a composição das fontes de financiamento do Programa, ampliando a participação dos recursos não-onerosos;

• Aprimorar a infra-estrutura e os recursos materiais disponíveis;

• Ampliar a quantidade de recursos humanos;

• Analisar, junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a possibilidade de alteração da forma de cálculo dos indicadores e da coleta dos dados, de modo a aprimorar a qualidade das informações para apuração dos resultados do Programa.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Aprimoramento dos Serviços Postais

Inovação Tecnológica em Telecomunicações

Oferta dos Serviços de Telecomunicações

Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica

Universalização dos Serviços de Telecomunicações

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério das Comunicações (MC), foram utilizados **R$ 1.326.667.780,00** para a execução de programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 4.485.328.645,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 1.326.667.780,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 4.485.328.645,00**	**Total realizado:**	**R$ 1.326.667.780,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MC não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 72.962.322,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 47.577.097,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• As macrodiretrizes para a execução das políticas setoriais do MC se baseiam nos princípios de democratização, universalização e melhoria da eficiência institucional e tecnológica. A universalização, em particular, desdobra-se em um efetivo processo de inclusão social e digital, desenvolvido tanto de forma vertical, em cada uma das três áreas de atuação do Ministério, Radiodifusão, Telecomunicações e Serviços Postais, como também de forma transversal, abrangendo simultaneamente todas essas áreas, sempre em consonância com a orientação estratégica de governo, consubstanciada no megaobjetivo I do Plano Plurianual 2004-2007, cujo desafio Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais, em seu tópico 10, dispõe: "Ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio de novas tecnologias, promovendo a inclusão digital e garantindo a formação crítica dos usuários", garantindo à população o acesso aos meios de comunicação como instrumentos determinantes para seu desenvolvimento e sua inclusão no mundo moderno.

• Resultados alcançados em 2006:

a) o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) começou a tomar forma com a assinatura, em junho de 2006, pelo Presidente da República, do decreto que define o regime de transição da TV analógica brasileira para o sistema digital. Instado a escolher entre três sistemas atualmente existentes (americano, europeu ou japonês) o governo resolveu criar um sistema, com características brasileiras. Tal sistema, a ser desenvolvido em parceria com o Japão, será um projeto direcionado não apenas para aqueles que podem pagar por um serviço a cabo ou satélite, mas voltado para toda a sociedade;
b) no intuito de promover a inclusão social por meio da inclusão digital, o Programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) já atendia, ao final de 2006, 2,1 mil Municípios, com 3,3 mil pontos de conexão à Internet

em banda larga por satélite. A intenção é atender a todos os 5.565 Municípios brasileiros, com 8.000 pontos de presença até o final de 2007. Nessa mesma direção, foram realizados estudos para a implantação de telecentros comunitários visando à geração de renda para a população através do acesso à informação e à qualificação das famílias carentes;

c) a Subsecretaria de Serviços Postais (SSPO) realizou o acompanhamento do processo de execução orçamentária para a contribuição das quotas partes anuais devidas à União Postal Universal (UPU) e à União Postal das Américas, Espanha e Portugal (UPAEP), interagindo com os órgãos de controle do MC a fim de garantir, na época oportuna, a respectiva execução financeira, bem como evitar possíveis pendências de pagamentos. No que diz respeito à Ação Reformulação da Política para o Setor Postal Brasileiro, a SSPO basicamente acompanhou a tramitação do Projeto de Lei nº. 1.491, enviado ao Congresso Nacional em 1999, que se destina a aprimorar o status regulatório postal, com propostas de um novo modelo de regulação, que estabeleçam condições para a fixação de novas políticas e diretrizes para o setor e de um moderno sistema nacional de correios para o País;

d) no âmbito da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica (SSCE) foram desenvolvidas as seguintes atividades: treinamento de 67 técnicos em radiodifusão, através da realização de 18 oficinas junto a 28 comunidades quilombolas beneficiadas pelo programa Luz para Todos, em 11 Estados do País; concessão de um total de 703 outorgas de serviços de radiodifusão: 256 de Rádio FM Comercial, cinco de Rádio FM Educativa, uma de Rádio de Ondas Médias, 298 de Rádios Comunitárias, oito de TV Educativas e 135 de Retransmissão de TV. Atualmente, do total de 5.565 Municípios brasileiros, 3.037 (54,6) são atendidos por serviços de radiodifusão e 2.296 (41,3%) são atendidos pelo serviço de radiodifusão comunitária.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

A atual estrutura programática dos planos de governo pertencentes ao MC guarda identidade com sua estrutura organizacional, o que propicia, na maioria das vezes, um funcionamento sinérgico e independente no que se refere à execução dos mesmos. No entanto, alguns entraves existem, pois nem sempre é possível sanar rapidamente as dificuldades encontradas.

No que se refere à área postal, persiste a falta de um marco regulatório, uma vez que o Projeto de Lei nº. 1.491 que tramitava desde 1999, foi retirado da pauta por não se vislumbrar a continuidade de um projeto que já tramitava há tantos anos.

Na área de Comunicação Eletrônica, a Secretaria alcançou o número de 703 outorgas, ou seja, 70,3% da realização física prevista no PPA 2004-2007. Não foi possível alcançar a meta em sua totalidade devido à dificuldade das entidades em atender as exigências legais nos procedimentos de outorga, a existência de sistemas de informação ainda em desenvolvimento emperra a agilização das análises processuais, há, ainda, falta

de recursos humanos.

O Programa Governo Eletrônico é majoritariamente sustentado pela Ação 2184 - Operação do Sistema de Acesso a Serviços Públicos por Meio Eletrônico, por intermédio de um contrato de prestação de serviços, contrato nº 02/2005-MC, pelo qual são fornecidos serviços de conectividade para o Programa, bem como serviços de capacitação, apoio à gestão e de equipe de campo para atuação junto aos Pontos de Presença (implementadores sociais). O cronograma contratual prevê que o GESAC se expandiria ao final de 2006 para 4.400 Pontos de Presença, atingindo a meta física da Ação, constante da Lei Orçamentária Anual, de 37.500 terminais de usuários. No entanto, atrasos por parte da prestadora de serviços responsável pela migração tecnológica da plataforma utilizada no contrato anterior para a utilizada atualmente, levaram ao atendimento de apenas 3.305 Pontos de Presença ao final de 2006, totalizando 25.000 terminais em operação.

Os contingenciamentos das despesas também costumam, em maior ou menor medida, prejudicar a execução dos programas do MC.

ASPECTOS RELEVANTES

Avanços na implantação do SBTVD e crescimento relativo na universalização do acesso à comunicação eletrônica e na Inclusão Digital por meio de telecentros.

RECOMENDAÇÕES

• Buscar a adequação dos marcos regulatórios - notadamente a Lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) e a Lei Geral das Telecomunicações (LGT) - que permitam o efetivo uso dos recursos do FUST, gerando o impacto esperado nas ações de Universalização do Acesso às Telecomunicações e naquelas voltadas para a Inclusão Digital;

• Buscar a implantação efetiva da Televisão Digital;

• Continuar os esforços para a interiorização do acesso aos serviços postais nos distritos;

• Sanar as dificuldades de pessoal e informatização relacionadas aos processos de outorga, paralelamente a esforços que visem a facilitar às entidades comunitárias interessadas a atenderem os requisitos legais para a obtenção das outorgas de radiodifusão.

APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS

OBJETIVO

Garantir e ampliar o acesso e a qualidade dos serviços postais por meio da manutenção, ampliação e modernização da infra-estrutura de atendimento e produção e distribuição.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 341.647.856,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 166.126.501,00
	Total:	R$ 166.126.501,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. PERCEPÇÃO DOS CLIENTES EM RELAÇÃO À SUA EXPECTATIVA NA ATIVIDADE DE ATENDIMENTO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 97,38
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
O índice atingido demonstra o acerto das ações que vêm sendo desenvolvidas para satisfazer a população em relação ao atendimento.

O resultado ultrapassa a meta prevista para o indicador, o que demonstra o acerto das ações desenvolvidas para satisfazer a população com os serviços prestados pelos Correios.

2. PERCEPÇÃO DOS CLIENTES EM RELAÇÃO À SUA EXPECTATIVA NA ATIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 98,87
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

O índice atingido demonstra o acerto das ações desenvolvidas para satisfazer a população em relação ao atendimento.

O resultado ultrapassa a meta prevista para o indicador, o que demonstra o acerto das ações que vêm sendo desenvolvidas para satisfazer a população com os serviços prestados pelos Correios.

3. TAXA DE DISTRITOS, COM POPULAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 500 HABITANTES, COM ATENDIMENTO POSTAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 85,49
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Está sendo realizada a remodelagem das Agências de Correio Comunitárias (ACC), para possibilitar a criação das unidades em parceria com entidades privadas, via processo licitatório, viabilizando o possível alcance da meta.

O não alcance da meta prevista, 91%, se deve ao fato de que quando o projeto foi modelado em 1998, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) definiu uma escala de prioridade para a seleção de parceiros. Primeiro, deveria ter sido oferecido parceria a órgão público. Caso não lograsse sucesso, poderia ser oferecida à entidade privada sem fins lucrativos. Em terceiro lugar, caso não houvesse sucesso nas duas primeiras tentativas, poderia ser oferecida à entidade privada com fins lucrativos, desde que a atividade objeto da atuação da empresa não fosse incompatível com a atividade postal. Em 2005, o TCU determinou que a ECT suspendesse a formalização de convênio com entidades privadas, sem processo licitatório formal, com publicação de edital. A determinação do TCU acabou por impactar a realização da meta, pois nem sempre as Diretorias Regionais obtinham sucesso na negociação com as prefeituras por vários motivos, dentre os quais: falta de documentos legais, principalmente os relativos à regularidade fiscal e o próprio interesse dos prefeitos, pois, nem todos conseguiam enxergar os benefícios da parceria. Alegavam dificuldades em função das limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

4. TAXA POPULACIONAL COM DISTRIBUIÇÃO POSTAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 85,09

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

A tendência para o índice é crescente, porém, a apuração para 2006 não foi concluída. Está sendo viabilizada junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a apuração dos índices.

O último índice apurado foi em 2004 (81,02%). No momento, está sendo viabilizada a pesquisa junto ao IBGE para nova apuração.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A promoção de oportunidades para o cidadão deve passar pela oferta, prioritariamente aos menos favorecidos, de infra-estrutura que permita o acesso às oportunidades de mercado e serviços do setor público, mudanças que tornem a administração pública e a prestação de serviços públicos mais eficientes e responsáveis perante a sociedade. Desta forma, a ampliação da oferta e a melhoria da qualidade na prestação dos serviços postais, implantadas por meio de projetos e atividades vinculadas ao Programa Aprimoramento dos Serviços Postais, visa a proporcionar a universalização do acesso da população a estes serviços, com qualidade e a preços acessíveis, independentemente da localização do seu domicílio ou da sua condição pessoal, social ou econômica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A ECT procurou atuar em ações sociais, conforme diretrizes governamentais. Para atingir o grau de satisfação esperado pela população na prestação de serviços postais, foram realizadas as seguintes iniciativas: ampliação da rede de atendimento, modernização da rede de atendimento e intensificação das obras para melhoria do atendimento e da distribuição.

• As principais causas que prejudicaram o resultado foram: dificuldades encontradas para não finalização de processos de aquisição de máquinas e mobiliários e não cumprimento do cronograma de desembolso, de entrega de materiais e reavaliação de projetos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A gerência desenvolve monitoramento sobre o desempenho físico das ações por meio de:

a) reuniões de trabalho mensais;
b) utilização de ERP (Enterprise Resources Planning), sistema de informações que integra todos os dados e processos de gerenciamento e organização em um único sistema;
c) acompanhamento das execuções físicas e financeiras, mensalmente pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan);
d) relatórios de gestão tais como: Plano Empresarial de Ações e Projetos, Relatório Avaliação Empresarial, Relatório de Acompanhamento da Execução Física e Financeira das Ações do Plano Plurianual, emitido mensalmente.

A realização física ficou em 88,95% sendo que a maior dificuldade encontrada foi em relação à entrega, em tempo hábil, de material e equipamentos previstos.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes e a dotação autorizada na Lei Orçamentária Anual foi compatível com as necessidades da Empresa, sendo que os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação física.

Por sua característica, o orçamento da ECT é derivado de recursos próprios e, após aprovação pelos órgãos competentes, sua liberação ocorre de acordo com as necessidades de execução.

Ocorreram dificuldades na celebração de convênios em decorrência da não comprovação de regularidade fiscal, por parte dos parceiros, bem como dificuldades em licitações e celebração de contratos em decorrência da sobrecarga de licitações ocorridas no período.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa avaliou a satisfação de seus beneficiários mediante pesquisa de satisfação, contando, também, com o Centro de Atendimento ao Usuário, Departamento de Ouvidoria e Acesso via Internet - Fale Conosco.

Apresenta, também, boas práticas de gestão refletidas nos acompanhamentos mensais, realizados por gestores e avaliadores dos projetos e atividades. Para tal, é utilizada a Ferramenta de Acompanhamento dos Planos de Trabalho Corporativo (PTC), com a qual acompanha-se a realização das metas físicas e financeiras, desempenho, situação prevista e atual dos projetos/atividades. Também são realizadas reuniões mensais do Comitê de Estratégia e Gestão, que acompanha a execução do Programa.

RECOMENDAÇÕES

• Dar maior foco na universalização do acesso aos serviços postais, levando-os aos distritos ainda não abrangidos;

• Ampliar e modernizar os serviços disponibilizados via Internet no portal dos Correios.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES

OBJETIVO

Pesquisar, desenvolver e difundir inovações tecnológicas voltadas à competitividade de produtos e serviços de telecomunicações.

PÚBLICO-ALVO

Centros de pesquisa, tecnologia, desenvolvimento de recursos humanos, instituições de ensino e pesquisa, no setor de telecomunicações.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$133.634.782,00	Empenho Liquidado:	R$ 92.451.384,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 92.451.384,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. DESEMPENHO DE EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 42
Índice previsto ao final do PPA: 79

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
A expectativa de alcance do índice do indicador ao final do PPA é baixa, tendo em vista que, restando apenas um ano para o término do PPA 2004-2007, só se alcançou pouco mais da metade da previsão final.

Há a necessidade de se desenvolver novos indicadores para a mensuração de execução e impacto dos projetos apoiados pelo Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL). Estes novos indicadores deverão ser objeto de elaboração por meio da contratação de consultoria junto à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e espera-se que sejam contemplados no PPA 208-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Entre os setores econômicos, as telecomunicações ocupam lugar de destaque, por ser um fator essencial à competição econômica. No cenário anterior à privatização, a formulação e a implementação da política tecnológica no Brasil, para o setor de

telecomunicações, estavam alicerçadas no poder de compra do Sistema Telebrás e na capacidade de geração tecnológica da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) e sua interação com o setor privado nacional. Com a abertura do setor de telecomunicações à competição, o quadro anterior foi substancialmente alterado, ocorrendo, por conseguinte, aumento do volume de importações.

Observa-se o predomínio do fornecimento de tecnologias pelas empresas multinacionais no País, com participação reduzida das empresas de capital nacional. Esse Programa, financiado pelo FUNTTEL, visa a estimular o processo de inovação tecnológica voltada às telecomunicações, incentivar a capacitação de recursos humanos em tecnologias aplicadas às telecomunicações, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O Projeto do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) concluiu a sua primeira fase em 2006, conforme previsto no cronograma de execução, cujo resultado foi altamente positivo em relação ao PPA, o que enseja a definição do Padrão de TV Digital que será implantado no Brasil;

• O desenvolvimento de tecnologia de próxima geração para telefonia pela empresa Trópico, o desenvolvimento de componentes ópticos para indústria nacional e o desenvolvimento de multiplexadores para Rádio;

• O desenvolvimento do sistema Genius, de reconhecimento de voz;

• Soluções em Telecomunicações para a Inclusão Digital (STID) e o Tisma que trata de pesquisas sobre a influência da radiação eletromagnética na saúde.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

No âmbito da gerência, há mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) reuniões de trabalho para acompanhamento e fiscalização da execução de cada projeto;
b) visitas *in loco* de todos os projetos apoiados e financiados com recursos do FUNTTEL no exercício de 2006, estando todos os relatórios à disposição dos órgãos de controle interno e externo e submetidos à aprovação do conselho gestor do FUNTTEL;
c) desenvolvimento de sistema próprio para acompanhamento sistemático de cada um dos projetos apoiados e financiados com recursos do FUNTTEL;
d) inserção de informações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento;
e) elaboração do relatório de gestão do FUNTTEL anualmente e apresentação ao conselho gestor.

De modo geral, o Programa apresenta boa execução física, alcançando níveis de 80% a 100% do previsto na LOA 2006, nas ações de apoio a projetos de inovação tecnológica, que são as mais influentes na consecução dos impactos almejados pelo Programa, no que tange aos seus benefícios econômicos e sociais, sendo desenvolvido de forma compatível com a liberação de recursos.

No entanto, a execução orçamentária foi insuficiente. Apesar do contingenciamento orçamentário em 2006, boa parte do atraso na execução dos projetos existente em 2005 foi recuperada.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, fato que não prejudicou decisivamente a execução programada, tendo um impacto médio das ações com recursos não-orçamentários.

O Programa é executado somente no âmbito do Ministério das Comunicações (MC), não havendo execução com recursos descentralizados, tampouco parceria com outro Ministério, sendo executado diretamente pelo FUNTTEL.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possibilita o desenvolvimento científico e tecnológico do País e pode ter reflexos positivos na área social.

O modelo das telecomunicações vigente teve como conseqüência a retração da pesquisa e do desenvolvimento nacional no setor, levando à importação de produtos e processos pelas empresas que dominam o segmento, nem sempre adequados às características brasileiras. Adicionalmente, deixa o País numa situação de dependência tecnológica deletéria, indo de encontro ao domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), fator de alta importância estratégica para a economia nacional.

Vale salientar a inexistência de mecanismos efetivos para a promoção da participação social no Programa.

RECOMENDAÇÕES

• Sugere-se um maior controle sobre os recursos do FUNTTEL geridos pelas Financiadoras de Estudos e Projetos (FINEP);

• Paralelamente, deveria ser adotada a prática da inserção, no SIGPlan, do andamento e das realizações de cada um dos projetos apoiados, de modo a permitir que seu monitoramento seja mais efetivo;

• Igualmente, seria recomendável permitir maior transparência ao Programa, desde sua formulação até a aferição de seus impactos, o que implica a incorporação de diretrizes que garantam a participação social nas suas diversas etapas.

OFERTA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

OBJETIVO

Garantir a prestação dos serviços de telecomunicações, de forma contínua e em condições adequadas de preço e qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Usuários dos serviços de telecomunicações.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 42.074.029,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 29.783.048,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 29.783.048,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.600.000.000,00	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE TELEFONES EM SERVIÇO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 20,7
Índice previsto ao final do PPA: 26

A viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A série histórica do indicador apresenta redução desde o início do PPA, o que revela uma tendência do não alcance do índice esperado para o fim do PPA. O fato explica-se pela tendência de estagnação, e até leve retração, no mercado de telefonia fixa comutada, por causa da substituição, por parte da população, deste serviço pelo da telefonia móvel, notadamente com o advento do serviço pré-pago.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O atual modelo do segmento de telefonia fixa indica a necessidade de fomentar a competitividade entre as prestadoras, a efetividade da participação das empresas-espelho nos mercados, levando a prestação dos serviços com padrões de qualidade e regularidade compatíveis com as exigências dos usuários.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• 4,03 milhões de solicitações de usuários atendidas;

• 365,9 mil ações de fiscalização realizadas;

• 15.442 concessão de outorgas de: Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, (18) e Serviços Privados (15.424), onde destacam-se para Serviço de Radioamador (1.915), para Serviço Limitado Privado (3.906), para Serviço de Rádio Cidadão (7.948) e Serviço de Comunicação Multimídia (174), sendo o restante pulverizado entre os demais serviços;

• 13 regulamentos sobre o Uso do Espectro de Radiofreqüência publicados;

• nove regulamentos sobre os Serviços de Telecomunicações publicados;

• 1.534 certificados de homologação de produtos de telecomunicações emitidos;

• 430 ações de auditoria realizadas nas seis empresas de telefonia em regime público.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa é de execução exclusiva da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

No âmbito da gerência, é realizado o monitoramento sobre o desempenho físico das ações. O Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) é a ferramenta utilizada para acompanhamento das metas físicas das ações do Programa, e a execução física se situou no nível dos 80% a 100% do que foi previsto na LOA 2006.

O desempenho de algumas ações acima do esperado deveu-se principalmente à inadequação, na definição das metas propostas, que ficaram abaixo da real capacidade. No decorrer do ano, essas metas foram revistas pela Anatel. As ações que tiveram desempenho abaixo do esperado tiveram como principal problema o fato dos limites para empenho terem sido liberados no final do exercício, quando já não era mais possível realizar qualquer tipo de contratação e, conseqüentemente, impedindo estudos e serviços, que demandavam vários meses.

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes e as dotações inicialmente aprovadas na LOA foram ampliadas no decorrer do ano. Entretanto, as liberações de limites para empenho não acompanharam o ciclo de execução da despesa; dessa forma não foi possível finalizar diversos processos licitatórios.

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade de liberação, prejudicando a execução física programada, sendo que, para algumas ações, os recursos foram insuficientes. Além disso, os recursos não foram liberados em tempo hábil que permitisse qualquer tipo de contratação.

No que tange ao fluxo de informações, o MC e a Anatel tiveram troca de informações adequadas, tendo a Anatel sempre apresentado ao MC as dificuldades enfrentadas e demandas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução, mas possui mecanismos que promovem a participação social, quais sejam:

a) Ouvidoria da Anatel, que tem a característica de atender ao público interno e externo. Dessa forma, demandas da sociedade que não tenham sido atendidas pelas prestadoras, tampouco pela Agência, têm ainda um outro recurso para apresentar suas sugestões e críticas;
b) Consultas Públicas realizadas pela Anatel em seu rito processual de aprovação de regulamentos, nas quais a sociedade pode se manifestar apresentando sugestões e críticas;
c) a sociedade pode interagir com a Anatel por meio de diversos outros mecanismos, como cartas, correio eletrônico, *Call-Center* (telefone 0800) ou consultando diretamente a Sala do Cidadão, presente em todas as capitais brasileiras.

Na elaboração dos regulamentos, a Anatel abriu espaço para a sociedade se manifestar, contribuindo para que os regulamentos aprovados representassem os diversos interesses que a Agência precisa harmonizar. Por meio de chamadas ao serviço 0800, cartas e correio eletrônico, a Agência pode receber denúncias, críticas e elogios relativos aos serviços de telecomunicações, o que contribui para a abertura de processos de auditorias e fiscalizações a empresas.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Para esta aferição, a Anatel precisaria contratar uma pesquisa, o que não foi possível devido às dificuldades, já relatadas anteriormente, da liberação tardia dos recursos.

RECOMENDAÇÕES

• Recomenda-se a elaboração de novos indicadores, que reflitam de maneira mais adequada a amplitude e a diversificação dos serviços de telecomunicações e os impactos que as diversas ações do Programa têm sobre eles, notadamente quanto à penetração dos serviços e a qualidade de sua prestação;

• Recomenda-se que sejam adotadas práticas mais efetivas de mitigação e solução das reclamações dos usuários, e que isso seja refletido em indicador específico, além da mera ampliação da estrutura de recepção dessas reclamações.

UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

OBJETIVO

Universalizar o acesso aos serviços de comunicação eletrônica nos Municípios brasileiros e diversificar os conteúdos de programação mediante a expansão dos serviços de radiodifusão.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades e regiões carentes e/ou sem acesso aos serviços de comunicação eletrônica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.050.000,00	**Empenho Liquidado:**	**-**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**-**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM PELO MENOS UMA ESTAÇÃO LOCAL DE RADIODIFUSÃO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 54,6
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A viabilidade de alcance foi baixa porque os interessados encontraram dificuldades quanto às exigências legais dos procedimentos de outorga, estando os sistemas de informações ainda em desenvolvimento, o que emperra a agilidade das análises processuais já vagarosas devido à falta de recursos humanos.

2. TAXA DE MUNICÍPIOS COM PELO MENOS UMA ESTAÇÃO LOCAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 41,3
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A situação ocorre devido à dificuldade das entidades comunitárias em atender as exigências legais nos procedimentos de outorga, adicionado às dificuldades de gestão dos processos de outorga, devido à incipiência dos sistemas de informatização ainda não totalmente implantados, que dificultaram as análises processuais. Concorreu para este quadro a carência de recursos humanos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O quadro atual da radiodifusão no Brasil apresenta grande desigualdade inter-regional e intra-regional no que se refere às outorgas concedidas, notadamente no que se refere às geradoras de televisão e às rádios comunitárias. Atualmente, no Brasil, 50% dos Municípios aproximadamente não possuem acesso aos serviços de comunicação eletrônica sonora, por exemplo. Esta é uma realidade que não condiz com o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, trazendo à tona que boa parte da população brasileira ainda se encontra socialmente excluída, sem o legítimo acesso à informação, à educação, à cultura e à integração social. Além disso, comunidades carentes e grupos sociais específicos não possuem o satisfatório acesso aos meios de comunicação eletrônica, não tendo nestes o legítimo e necessário espaço para sua socialização e integração, bem como para as manifestações sociais que valorizem os interesses e as culturas locais. A implementação deste Programa irá auxiliar e amenizar a imensa exclusão social existente no Brasil, contribuindo para a valorização da cultura brasileira e maior socialização e integração das comunidades carentes urbanas e rurais, tribos indígenas e outros grupos específicos. Sua não implementação agravará o quadro atual, aprofundando a precariedade de veiculação de conteúdos locais e de disponibilização de informações essenciais à socialização e à integração dessas comunidades e grupos, bem como a geração de empregos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Quanto aos resultados de execução física tivemos 703 outorgas assim distribuídas:

a) 256 outorgas de emissoras de rádio FM comercial;
b) cinco outorgas de emissoras de rádio FM educativa; uma outorga de emissora de rádio em onda média (OM);
c) oito outorgas de emissoras de TVs educativas;
d) 135 autorizações de retransmissoras de televisão (RTV);
e) 298 autorizações de radiodifusão comunitária.

• O objetivo estratégico da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica (SCE) é a universalização dos serviços de radiodifusão. Tal objetivo estratégico divide-se em dois objetivos complementares: o crescimento do número de Municípios com acesso à execução local de serviços de radiodifusão, educativos e comerciais, públicos e privados, baseado no princípio de livre acesso à informação e a expansão do acesso dos cidadãos aos meios de produção e transmissão de rádio e TV, como, por exemplo, as rádios comunitárias, fundamentada no princípio de liberdade de expressão;

• Dessa forma, a universalização dos serviços de radiodifusão compreende a realização plena dos direitos fundamentais de acesso à informação e liberdade de expressão no setor de comunicação eletrônica nacional. Com relação aos serviços de radiodifusão comunitária, no ano de 2006, houve a parceria entre o Ministério das Comunicações (MC), o Ministério de Minas e Energia (MME) e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) para atingir e beneficiar as comunidades quilombolas e indígenas situadas em áreas rurais, relacionadas no Programa Luz para Todos, com a realização de 18 oficinas, junto a 28 comunidades quilombolas em 11 Estados do Brasil;

• Visando orientar a população, a SCE distribuiu 13.310 manuais de orientação e 26.340 cartilhas contendo os princípios e orientações acerca da execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, bem como todos os procedimentos relativos ao processo de seleção das entidades que têm interesse na autorização para execução deste serviço, acompanhado de modelos de documentos, declarações e Estatuto Social;

• Além disso, houve publicação do Aviso de Habilitação nº 1/2006, que abriu processo seletivo para canais de radiodifusão comunitária em 527 localidades, alcançando o número de 2.300 entidades participantes, levando adiante as metas de universalização de serviços de radiodifusão comunitária. Em dezembro de 2006, foi publicado o Aviso de Habilitação nº 3 para a localidade de São Paulo-SP, resultado das articulações da SCE junto ao Legislativo, Executivo, instituições de ensino e movimentos populares para o compartilhamento de responsabilidades mediante a atuação conjunta da esfera federal com a municipal, a qual resultará na fundamentação do Plano Diretor de Radiodifusão Comunitária da cidade;

• Com relação à meta física, a SCE alcançou o número de 703 outorgas de serviços de radiodifusão, cerca de 70% da meta prevista. Não foi possível atingir a meta em sua totalidade devido às dificuldades já relatadas nos indicadores, relativas ao cumprimento das exigências legais pelos interessados, da gestão informatizada e dos recursos humanos do órgão.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O desempenho físico das ações é medido trimestralmente com base nas outorgas e licenças de radiodifusão concedidas pelo MC, com dados dos sistemas de informática e que instruem os relatórios de gestão, havendo chegado a um nível de execução física entre 40% e 80% do previsto na LOA 2006.

Não houve execução financeira, em razão da SCE ter concluído somente no mês de outubro de 2006 o edital de contratação de consultoria para atender a finalidade desta Ação. Não houve tempo hábil para realização do pregão eletrônico no exercício de 2006. Com relação à meta física, a SCE alcançou o número de 703 Outorgas de Serviços de Radiodifusão, cerca de 70% da meta prevista.

O fluxo financeiro sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

O concurso público realizado propiciou o atendimento, em parte, da necessidade de pessoal para a formação das equipes executoras, persistindo a falta de analistas na área jurídica.

Não houve execução das ações com recursos descentralizados nem envolvimento de outras unidades administrativas na execução das ações implementadas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução e não possui mecanismos que promovem a participação social. Para a implementação dos mecanismos de participação é necessária a disponibilização de recursos humanos e financeiros. O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

OBJETIVO

Garantir a todos os cidadãos o acesso aos serviços de telecomunicações, visando à inclusão social, independentemente de localização e condição sócio-econômica.

PÚBLICO-ALVO

População das localidades com menos de 100 habitantes, populações de baixo poder aquisitivo de regiões remotas e de fronteira de interesse estratégico. Deficientes, carentes, estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde, órgãos de segurança pública, unidades de serviço público em pontos remotos do Território Nacional e instituições de assistência a deficientes.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.388.001,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	-
	Total:	-
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. TAXA DE INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA COM ACESSO À INTERNET

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito baixa
Até o momento, não houve execução no Programa.

2. TAXA DE REGIÕES REMOTAS E DE FRONTEIRA DE INTERESSE ESTRATÉGICO COM ACESSO À INTERNET

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

3. TAXA DE COMUNIDADES DE BAIXO PODER AQUISITIVO COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Unidade de medida:%
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

4. TAXA DE LOCALIDADES COM MENOS DE CEM HABITANTES COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Unidade de medida:%
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

5. TAXA DE PROPRIEDADES RURAIS COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

6. TAXA DE REGIÕES REMOTAS E DE FRONTEIRA DE INTERESSE ESTRATÉGICO COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

7. TAXA DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

8. TAXA DE BIBLIOTECAS COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

9. TAXA DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE SAÚDE COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

10. TAXA DE INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 40
Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

11. TAXA DE DEFICIENTES CARENTES COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, INCLUINDO OS EQUIPAMENTOS DE INTERFACE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

12. TAXA DE INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA A DEFICIENTES COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, INCLUINDO EQUIPAMENTOS DE INTERFACE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 40
Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

13. TAXA DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO COM ACESSO À INTERNET, INCLUINDO OS EQUIPAMENTOS TERMINAIS

Unidade de medida:
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

14. TAXA DE BIBLIOTECAS COM ACESSO À INTERNET, INCLUINDO EQUIPAMENTOS TERMINAIS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 40

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa tem como objetivo promover a democratização do acesso aos serviços de telecomunicações.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Com o objetivo de subsidiar a definição de políticas, diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) foi realizado um extenso estudo que compreendeu as seguintes atividades: diagnóstico das necessidades de universalização; análise das ações governamentais em inclusão digital; análise custo-benefício das soluções em banda larga; definição das políticas para aplicação do Fust; estudos técnicos e de viabilidade econômico-financeira para a imputação de metas e estudos técnicos e de viabilidade econômico-financeira dos serviços de redes digitais faixa larga. A partir da elaboração deste estudo foi possível identificar programas elegíveis a serem implantados com recursos do Fust, em prazos compatíveis com a demanda social;

• Para a seleção dos programas, foram realizadas análises de custo-benefício, baseadas em metodologia desenvolvida para essa finalidade, que considerou as dimensões econômica, social e administrativa. Como resultado da aplicação desta metodologia elegeu-se o Programa para Atendimento às Pessoas com Deficiência, contendo dois projetos, submetidos à consulta pública, e com Portaria publicada pelo Ministro de Estado das Comunicações. O Projeto selecionado foi o de Atendimento às Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva. Tal Projeto visa ao fornecimento de acessos individuais aos serviços de telecomunicações e equipamentos de interface às instituições de assistência às pessoas com deficiência auditiva;

• De acordo com as atuais regras que regem a aplicação dos recursos do Fust, destinam-se à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) as ações para implantação do referido Projeto. Assim foi feita consulta pública do Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva para atendimento ao projeto selecionado, como também, a elaboração e o envio ao Ministério das Comunicações (MC) de proposta de Decreto para o referido Plano. Após análise de Decreto proposto pela Anatel, o MC encaminhou Exposição de Motivos, juntamente com Minuta de Decreto para apreciação e aprovação do Presidente da República;

• O Decreto nº 6.039, de 7 de fevereiro de 2007, aprovou o Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva. Com a aprovação do referido Plano, a Anatel está apta a dar continuidade ao processo, visando à imputação de metas às concessionárias do serviço telefônico fixo comutado, conforme estabelece a Resolução Anatel nº 269, de 9 de julho de 2001;

• Contudo, as finalidades do Programa não foram alcançadas, pois não houve a sua execução, no ano de 2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Visando à aplicação dos recursos do Fust em 2006, o MC desenvolveu todas as ações sob sua responsabilidade, quais sejam:

a) consulta pública para instituir o Programa de Atendimento às Pessoas com Deficiência – Portaria MC nº 206, de 4 de março de 2006;

b) instituição do Programa de Atendimento às Pessoas com Deficiência – Portaria MC nº 263, de 27 de abril de 2006;
c) encaminhamento à Anatel da Portaria MC nº 206, para a implementação de ações visando à aplicação dos recursos do Fust;
d) encaminhamento à Anatel da Portaria MC nº 263, para a implementação de ações visando à aplicação dos recursos do Fust;
e) encaminhamento à Anatel do Termo de Referência do Projeto de Atendimento a Instituições de Apoio a Pessoas com Deficiência Auditiva, elaborado pela Coordenação Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH);
f) encaminhamento de Minuta de Decreto com proposta do Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva para apreciação da Presidência da República. Vale ressaltar que, na elaboração da proposta deste Ministério, considerou-se a proposta do Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva aprovada pelo Conselho Diretor da Anatel e enviada ao MC.

A despeito do que foi mencionado, esta aplicação não foi viabilizada, haja visto que o Decreto que aprova o referido Plano foi publicado somente em 7 de fevereiro de 2007.

É importante frisar que a versão final do Decreto foi resultado de discussões entre a Casa Civil e o MC.

No entanto, vale destacar que Anatel vem trabalhando no sentido de viabilizar a implementação deste Projeto ainda no primeiro semestre de 2007.

É importante citar ainda que o MC, visando a reduzir os prazos para a aplicação dos recursos do Fust, apoiou a Anatel na elaboração do estudo para a definição de uma metodologia simplificada para cálculo da parcela não recuperável de custos para imputação de metas a serem financiadas com recursos do Fust.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O MC tem o preceito de responder às demandas do público sobre os programas sob sua responsabilidade, por meio da Anatel, onde existem dois órgãos que propiciam a participação social e foram criados especificamente para esse fim: a Assessoria de Relações com os Usuários e a Ouvidoria.

Além disso, a Agência interage e conhece a opinião da população em geral por meio de consultas e audiências públicas.

A Agência mantém, em operação, diversos mecanismos de relacionamento com o cidadão (Central de Atendimento, Sala do Cidadão, Fale Conosco, correspondência

e fax), pelos quais fornece informações relativas à regulamentação dos serviços de telecomunicações, acolhe reclamações, sugestões e denúncias, garantindo aos usuários o direito de peticionar contra as prestadoras.

Também é instrumento de participação institucionalizada da sociedade na Agência o Conselho Consultivo, integrado por representantes indicados pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados, pelo Poder Executivo, pelas entidades de classe das prestadoras de serviços de telecomunicações e por entidades representativas dos usuários e da sociedade.

RECOMENDAÇÕES

• Revisão dos instrumentos formais que possibilitam a universalização do acesso à banda larga.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Análise e Difusão da Política Externa Brasileira

Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular

Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional

Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior

Ensino Profissional Diplomático

Promoção das Exportações

Relações do Brasil com Estados Estrangeiros

Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério das Relações Exteriores (MRE), foram utilizados **R$ 1.535.890.405,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 1.642.401.788,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 1.535.890.405,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 1.642.401.788,00**	**Total realizado:**	**R$ 1.535.890.405,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MRE não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 129.020.378,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 86.656.343,00.**

PRINCIPAIS RESULTADOS

O planejamento e a execução dos Programas e das Ações sob a responsabilidade do MRE são realizados com o intuito de atender às demandas definidas pelos Megaobjetivos e Desafios que compõem a Orientação Estratégica de governo.

• A fim de ampliar os laços com os países em desenvolvimento, com prioridade para a América do Sul e a África (sobretudo os países-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP), foram abertos os seguintes postos:

a) 10 Embaixadas (cinco delas em países africanos): Cartum, Conacri, Cotonou, Lomé, Malabo, Astana, Ierevan, Zagreb, Belmopan e Bagdá (reabertura);
b) quatro Consulados-Gerais: Mumbai, Madri, Paris e Mendoza;
c) duas Missões junto a Organismos Internacionais: Missão junto à CPLP, em Lisboa, e Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em Viena;

• Foram realizados eventos internacionais de grande vulto, como a II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora e o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS);

• Em resposta a um dos principais desafios do Plano Plurianual 2004-2007, combater a fome visando a sua erradicação, destaca-se, como resultado significativo alcançado em 2006, o pagamento de passivo referente a crédito extraordinário e fluxo anual destinado à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO);

• No que se refere ao objetivo de garantir e ampliar a assistência e a proteção aos brasileiros residentes no exterior, bem como àqueles que se encontram em viagens

internacionais, foram registradas 12.803 ocorrências, com destaque para a assistência emergencial prestada por ocasião do conflito no Líbano, quando cerca de 4.000 cidadãos brasileiros regressaram ao Brasil, em ação coordenada pelo MRE;

• As ações de difusão da cultura brasileira e promoção da imagem do Brasil no exterior também obtiveram resultados acima do inicialmente previsto. Foram realizados 618 eventos de divulgação do Brasil no exterior, dentre os quais, 131 festivais de cinema e eventos relacionados à divulgação da produção audiovisual brasileira. Observou-se o aumento da demanda por cursos oferecidos pelos centros de estudos brasileiros e institutos culturais, e mais de 22 mil alunos matricularam-se na Rede de Ensino Brasileira, destinada ao aprendizado da língua portuguesa no exterior;

• Em cumprimento ao objetivo setorial de executar ações de diplomacia comercial, o Ministério promoveu, no âmbito do Programa Promoção das Exportações, missões ao exterior, apoio a missões estrangeiras que visitaram o Brasil, realização de seminários e reuniões de caráter econômico-comercial.

• Cabe destacar a organização das missões empresariais aos seguintes países: Botsuana, Argélia, Reino Unido, China, Granada e Uruguai, e a realização da visita do Presidente do Banco Central do Brasil (BC) a Moscou, durante a qual foi assinado Memorando de Entendimento relativo à abertura de diálogo e à instalação da prática de troca de informações de natureza macroeconômica entre o BC e o Banco Central russo;

• Apoio a empresas brasileiras em missões comerciais aos seguintes países: Arábia Saudita, Bolívia, Costa Rica, México, Panamá, Romênia e Rússia;

• Ainda no âmbito da Promoção Comercial, registrou-se expressivo aprimoramento do portal BrazilTRadeNet, considerado o mais avançado instrumento eletrônico de promoção comercial da América Latina. Dotado de mais recursos para investimento no atendimento ao usuário, o Portal ampliou a gama de serviços prestados e apresentou crescimento do número de empresas cadastradas;

• No ano de 2006, foram alcançados excelentes resultados no que concerne ao desenvolvimento e à intensificação da cooperação científica, técnica e tecnológica internacional. Foram registrados expressivos avanços nas negociações de cooperação bilateral com os seguintes países: Alemanha, África do Sul, Argentina, Bélgica, Canadá, China, Colômbia, Cuba, Egito, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Índia, Israel, Itália, Japão, Moçambique, Peru, Portugal, Reino Unido, República da Coréia, Rússia, Uruguai e Venezuela;

• Foram assinados cinco Acordos Básicos de Cooperação Técnica com Afeganistão, Nauru, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue;

• Quanto às questões transversais de inclusão social (temas de raça, gênero, pessoa com deficiência, criança e juventude), observou-se, em 2006, a manutenção e ampliação do Programa de Ação Afirmativa no processo de seleção de diplomatas brasileiros:

a) concederam-se vinte Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia a candidatos afro-descendentes para que se preparassem para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD);

b) concessão de nove bolsas para o ensino de inglês a estudantes indígenas;
c) registra-se, também, as contribuições a fundos internacionais especificamente destinados à proteção da infância e à valorização dos povos indígenas e das mulheres, como o Fundo Internacional das Nações Unidas de Socorro às Crianças (UNICEF), o Instituto Indigenista Interamericano e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre outros.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

O êxito obtido pelo conjunto de programas do MRE no alcance e, não raro, superação dos resultados previstos para as ações sob sua responsabilidade, deve-se, antes de tudo, ao fato de que os programas abrigam atividades tradicionalmente desenvolvidas pelo Itamaraty, o que proporciona aos gerentes acesso a um conhecimento institucional confiável subsidiador dos processos de planejamento e execução das atividades.

Em junho de 2006, foi publicada Portaria de Gestão do Plano Plurianual no MRE com o obejtivo de atualizar o texto e corrigir incoerências ou incompatibilidades identificadas entre a estrutura programática do Plano e a estrutura hierárquica organizacional vigente no Ministério. Assim, alguns problemas de articulação entre gerentes de programa e coordenadores de ação ainda são identificados, por encontrarem-se, tais ações, inseridas em programas gerenciados por unidades pertencentes às Subsecretarias-Gerais diferentes daquelas às quais pertencem suas unidades Coordenadoras. Essa dificuldade é contornada pela ampliação e intensificação do papel da Unidade de Monitoramento e Avaliação (UMA) na gestão do Plano no MRE. Assim, a UMA se responsabiliza por facilitar e intermediar a comunicação entre gerentes e coordenadores de ação, além de instruir os gerentes de programa e coordenadores de ação sobre a gestão do Plano Plurianual, no Ministério, e a alimentação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

ASPECTOS RELEVANTES

Em 2006, o Ministério realizou concurso público que resultou na contratação de 65 novos Oficiais de Chancelaria e realizou ações de capacitação de 954 servidores do seu quadro funcional. Isto representou um significativo reforço em termos de recursos humanos disponíveis e resultou em aumento dos níveis de eficiência na execução das ações previstas.

Outro fator importante para a melhoria no desempenho de algumas atividades foi o esforço de aparelhamento das unidades da Secretaria de Estado e postos no exterior, com a instalação de novas estações de trabalho, bem como o desenvolvimento e aperfeiçoamento de programas e aplicativos próprios, destinados a promover ganhos em eficiência nas rotinas de comunicação, pesquisa e arquivamento de informações.

ANÁLISE E DIFUSÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

OBJETIVO

Difundir as pesquisas sobre relações internacionais e política externa brasileira de modo a esclarecer a opinião pública sobre as relevantes questões mundiais.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade, meio acadêmico e diplomático.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 5.383.882,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 5.108.663,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 5.108.663,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE EVOLUÇÃO DA DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 113
Índice previsto ao final do PPA: 98

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O indicador é obtido pela relação percentual entre o número de pesquisas publicadas e o número de pesquisas realizadas.

Tendo em vista a ampliação das atividades no âmbito deste Programa, espera-se que, em 2007, esses índices sejam novamente superados em relação ao previsto.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A necessidade de maior conhecimento do público em geral sobre a atividade diplomática brasileira e sobre temas de política internacional justifica o Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Projetos especiais

• Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, que teve como tema "O Brasil no mundo que vem aí";

• Cursos para Diplomatas Sul-Americanos;

• Encontros Negociações Internacionais Estados e Municípios;

• Encontros com o Barão, que trata de uma série de conferências para apresentar a visão de grandes intelectuais brasileiros e estrangeiros sobre o Brasil;

• Prêmio América do Sul, realizado o segundo Concurso de Monografias dirigido a mestres e doutores sul-americanos sobre temas de interesse da região, cujo tema de 2006 foi "Bolívia: de 1952 ao Século XXI';

• Difusão e divulgação dos temas da Política Externa e da História Diplomática junto à sociedade brasileira com doações e entregas de bibliotecas básicas de livros editados pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), para a formação de acervo bibliográfico de diversos órgãos e instituições;

• Apoiada, também, a Biblioteca América do Sul-Países Árabes;

• Produzido e distribuído material institucional da FUNAG, com o objetivo de divulgar a história do patrono da desta Fundação, tendo sido lançado, também, o livro **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid** em parceria com a Imprensa Oficial de São Paulo. Dando continuidade à implementação da Biblioteca Digital de Política Externa Brasileira, no sítio da Fundação, foram inseridos novos títulos;

• Início do projeto especial de Disponibilização das conferências e seminários realizados pela FUNAG, em DVD. Foi editada e lançada a primeira coleção contendo 14 DVDs.

Projetos em cultura

• Zumbi dos Palmares, no âmbito das comemorações do Dia de Zumbi dos Palmares;

• Retorno de Vinicius ao Itamaraty e Homenagem a Nelson Pereira dos Santos, realizado no Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro, ocasião em que foi inaugurado o Espaço Vinicius de Moraes;

• As Diásporas Africanas na América do Sul - Uma Ponte sobre o Atlântico, implementado em parceria com o Departamento da África e o Instituto Empreender, que envolveu a realização de exposição itinerante nos países africanos.

Estudos e pesquisas da história diplomática e relações internacionais

• Pesquisa e Transcrição de documentos de interesse para a História Diplomática do Brasil;

• Pesquisa sobre caricaturas e relações internacionais;

• Elaboração do livro de Personalidades da Política Externa Brasileira da República, envolveu, em 2006, levantamento e pesquisa implementados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), com vistas à editoração pela FUNAG;

• Inventário Sul-Americano de Pesquisas em Relações Internacionais, parceria entre a FUNAG e o Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEPED/UFRGS);

• Apoio à pesquisa promovida pelo Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI) sobre países do leste europeu, com a ida de um pesquisador sênior à Polônia e à República Tcheca;

• Transferência de tecnologia no período imperial: o Papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros por meio de parceria firmada entre a FUNAG e o Centro Histórico de Documentção Diplomática (CHDD), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Fundação José Bonifácio (FUJB) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);

• O Programa Centro de Estudos de Relações do Brasil com Países do Hemisfério Sul (CESUL), abrangeu parcerias com universidades federais, estimulando a elaboração de teses sobre temas relacionados ao país-objeto do Centro e a realização de pesquisas nesses países, além da doação de bibliotecas às universidades.

Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)

• Parceria com a União Planetária, que envolve entrevistas a serem veiculadas pela televisão;

• Parceria com o Banco do Brasil, com vistas à doação de bibliotecas básicas da FUNAG aos projetos sociais do banco e aos seus centros culturais;

• Parceria com o Supremo Tribunal Federal (STF), pela qual foram traduzidos os extratos das decisões do STF para o inglês e espanhol, com divulgação pela Internet;

• Parceria com a Escola Superior de Guerra abrangendo uma série de atividades conjuntas;

• Parceria Fundação Alexandre de Gusmão/Ministério Relações Exteriores/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Ministério da Ciência e Tecnologia (FUNAG/MRE/CNPq/MCT) para implementação do Projeto Renato Archer, com o objetivo de estimular a pesquisa em programas de pós-graduação em relações internacionais;

• O Programa Editorial da FUNAG publicou, em 2006, quarenta e quatro livros.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A FUNAG executou mais de 100% do que o previsto inicialmente na LOA, tendo contado com recursos adicionais de crédito suplementar e destaques orçamentários

recebidos. Porém, o crédito suplementar foi recebido somente na segunda quinzena do mês de dezembro de 2006, e parte desses recursos teve que ser inscrita em restos a pagar, por não haver prazo hábil para conclusão dos serviços contratados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A quantidade de recursos humanos nas equipes é muito reduzida. Há necessidade de ampliar e aprofundar a capacitação dos servidores, o que não é possível por falta de recursos. Está sendo aguardada a aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) de realização de concurso público para o preenchimento de vagas existentes. Os equipamentos de informática e sistemas de informação encontram-se defasados e insuficientes. O mobiliário também é insuficiente para o atendimento das equipes. A FUNAG conta com apenas um veículo para a realização dos serviços.

RECOMENDAÇÕES

• A ação finalística necessita ser ajustada, bem como o objetivo deste Programa, visando refletir as diversas formas de atuação para atingir seu público-alvo e seu tema.

ASSISTÊNCIA A CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR

OBJETIVO

Prestar assistência a cidadãos brasileiros no exterior e dar ao público atendimento consular de qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Cidadãos brasileiros no exterior e estrangeiros demandantes de atendimento consular brasileiro.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 31.682.629,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 24.396.284,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 24.396.284,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. COEFICIENTE DE ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS NO EXTERIOR

Unidade de medida: 1/1.000
Índice apurado em 2006: 2,8
Índice previsto ao final do PPA: 3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
É impossível avaliar a precisão desse índice em vista da dificuldade de apuração do número de brasileiros que residem ou se encontram no exterior.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Reflete a competência do Ministério das Relações Exteriores (MRE) na prestação de serviços consulares, obrigação de documentar o cidadão brasileiro e assisti-lo, especialmente em situação de desvalimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Prestação de assistência consular a 12.803 brasileiros no Exterior, auxílios com transporte, alimentação, hospedagem, assistência jurídica e repatriações;

• Atendimento consular ao público-alvo do Programa;

• Aproximadamente 4.000 brasileiros assistidos (evacuados) durante a Guerra no Líbano;

• Desenvolvimento de sistema integrado e informatizado para a emissão de documentação, inclusive passaportes e vistos biométricos e digitais;

• Desenvolvimento e aquisição de equipamento e material (passaportes e outros), especialmente desenvolvidos para atender os requisitos de segurança nacional, bem como o controle de fronteiras, portos e aeroportos nacionais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Em 2006, os resultados do Programa superaram as expectativas, apesar do contingenciamento orçamentário que limitou a abrangência de algumas ações. O número de brasileiros assistidos no episódio da guerra no Líbano, isoladamente, foi superior ao número de brasileiros assistidos ao longo de todo o ano de 2005.

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Houve contingenciamento orçamentário no decorrer de 2006 que garantisse a disponibilidade de recursos para assistência a brasileiros no exterior durante todo o ano, o que limitou o atendimento a 85% das demandas recebidas na unidade gestora. Como o orçamento de 2006 foi aprovado em Fevereiro do mesmo ano, a liberação de recursos por duodécimos restringiu sensivelmente a prestação de assistência consular aos cidadãos brasileiros no exterior nos dois primeiros meses do ano. Entretanto, o contingenciamento financeiro restringiu a resposta deste Ministério à crescente demanda por Serviços Consulares. Por esta razão, e pela exigüidade da data limite para envio de recursos para assistência consular, houve excedente orçamentário no final de 2006.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As Representações diplomáticas e consulares informam a Secretaria de Estado anualmente, sobre as atividades consulares prestadas aos cidadãos brasileiros no exterior. As informações são enviadas por meio de formulários preenchidos *on-line*, denominados Relatórios Consulares (RCN). A cada ano, as Embaixadas, os Consulados e os Vice-Consulados enviam à Secretaria de Estado um relatório de gestão de todas as atividades efetuadas: visitas a detentos, reuniões com autoridades locais, número de brasileiros assistidos pelas diversas dotações orçamentárias e realização de eventos culturais.

RECOMENDAÇÕES

• Ter presente a natureza quantitativamente imprevisível da prestação de assistência consular, em função do aumento paulatino dos números das comunidades brasileiras no exterior e da dificuldade de mensuração, devido ao grande número de brasileiros em trânsito e/ou em situação migratória irregular; assim como de eventuais catástrofes naturais e conflitos de ordem política que potencialmente afetam, ano a ano, a demanda por serviços consulares.

COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA INTERNACIONAL

OBJETIVO

Aprofundar a cooperação científica, técnica e tecnológica entre o Brasil e os países com os quais mantém relações diplomáticas.

PÚBLICO-ALVO

Governos de países parceiros tradicionais ou não tradicionais, comunidade científica, tecnológica e acadêmica nacional e internacional, instituições de pesquisa e de ensino superior no Brasil e no exterior, setor empresarial nacional e internacional e organismos internacionais de interesse estratégico.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 25.008.856,00	Empenho Liquidado:	R$ 19.544.695,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 19.544.685,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. TAXA DE CRESCIMENTO DA COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 52
Índice previsto ao final do PPA: 14,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Efetivou-se crescimento significativo, conforme índice apurado em 2006 (52%).

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional visa a incrementar a cooperação científica e tecnológica para a transferência de tecnologias de ponta, por meio de acordos, projetos e programas de cooperação internacional, viabilização de instrumentos de cooperação, gestão estratégica do conhecimento e da informação, concessão de bolsas e intercâmbio de pesquisadores, especialistas e técnicos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Avanços na cooperação bilateral com os seguintes países: Alemanha, África do Sul, Argentina, Bélgica, Canadá, China, Colômbia, Cuba, Egito, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Índia, Israel, Itália, Japão, Moçambique, Peru, Portugal, Reino Unido, República da Coréia, Rússia, Uruguai e Venezuela;

• Elaboração do Programa Quadro de Cooperação em Ciência e Tecnologia do Mercosul;

• No âmbito da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, participação nos seguintes eventos:

a) I Reunião do Fórum de Governança da Internet;
b) Reunião Ministerial da América Latina e Caribe e União Européia sobre Sociedade da Informação;
c) 36a Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre Governabilidade e Desenvolvimento na Sociedade do Conhecimento;
d) reuniões e seminários realizados pela Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ECOSOC/ONU), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pela União Internacional das Telecomunicações (UIT) e também por entidades não-governamentais;

• Avanços na implantação do Sistema de Informação em Ciência e Tecnologia do Exterior (SICTEX), que prevê a modernização e introdução de novas técnicas de gerenciamento e uso da informação nos Setores de Ciência e Tecnologia (SECTEC) de missões diplomáticas brasileiras selecionadas;

• Aproximação entre comunidades científicas dos países sul-americanos e árabes, como desdobramento da Cúpula América do Sul - Países Árabes (CASPA);

• Acordo de Cooperação e adoção de plano de trabalho bienal nas áreas de inclusão digital e e-gov, no Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS);

• Adoção do Plano de Cooperação em Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento, no contexto da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), elaborado por iniciativa brasileira;

• Participação na VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Países de Língua Portuguesa (CPLP), apoio financeiro à organização do evento;

• Contribuição para Reunião do Grupo-Piloto sobre Alternativas Financeiras Inovadoras ao Desenvolvimento, particularmente no que se refere à Central Internacional de compra de medicamentos contra HIV/aids , Malária e Tuberculose (CICON);

• Participação no Seminário sobre Constitucionalismo na Guiné-Bissau, no âmbito da contribuição a CPLP;

• Participação no Seminário das Cortes Constitucionais de países da CPLP em Brasília, no Supremo Tribunal Federal (STF);

• Cinco Acordos Básicos de Cooperação Técnica com Afeganistão, Nauru, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue;

• Revitalização do Fundo Brasileiro de Cooperação (FBC), no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA);

• Consolidação do Japan-Brasil Partnership Programme (JBPP);

• Aprovação dos Marcos de Cooperação 2007-2010 para o Fundo Internacional das Nações Unidas de Socorro às Crianças (UNICEF), Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e Segundo Marco de Cooperação para o Desenvolvimento das Nações Unidas no Brasil (II UNDAF);

• Fortalecimento da cooperação trilateral com o Canadá e Espanha, em benefício do Haiti.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

As ações executadas por outras unidades atingiram o resultado esperado e, no caso da Ação Cooperação Técnica Internacional, a previsão foi superada. Apenas a Ação Cooperação com os Países de Língua Portuguesa não atingiu 100%, pela dificuldade de previsão dos eventos, o que requer a confluência de fatores, como a pertinência do evento e o contexto favorável para o encontro.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O SICTEX encontra-se em fase final de reestruturação e reformulação estratégica, permitindo sua ampliação e facilitando maior inserção dos países que apresentam dinâmica atividade em ciência e Tecnologia, além dos parceiros tradicionais. Tem-se buscado também a cooperação tripartite no âmbito do IBAS. No Mercosul, o objetivo continua a ser a utilização de ciência e Tecnologia como um importante vetor de cooperação.

A participação social ocorre através de reuniões para discussão de estratégias comuns, envolvendo, via de regra, diversos grupos de interesse (principalmente na esfera governamental), possibilitando certo nível de consenso nas posições oficiais adotadas e contribuindo para uma maior legitimidade dos agentes públicos encarregados de cumprir as metas do Programa.

RECOMENDAÇÕES

• Fundir com o Programa de Gestão da Política Externa.

DIFUSÃO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR

OBJETIVO

Ampliar o conhecimento de governos e povos estrangeiros sobre a cultura e a sociedade brasileira e as políticas interna e externa do País.

PÚBLICO-ALVO

Governos estrangeiros, entidades culturais, comunidade internacional, populações e empresas estrangeiras, meios de comunicação de massa nacionais e internacionais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 22.297.766,00	Empenho Liquidado:	R$ 20.221.211,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 20.221.211,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. NÚMERO DE ALUNOS ESTRANGEIROS FORMADOS NOS CURSOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA

Unidade de medida: Pessoa
Índice apurado em 2006: 22.148
Índice previsto ao final do PPA: 20.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Em 2006, o indicador superou a meta estabelecida, de 20.000 alunos formados para o final do período de 2007. A variação positiva do índice relaciona-se ao aumento geral do interesse dos alunos estrangeiros pelo aprendizado da língua portuguesa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O trabalho de divulgação da imagem do Brasil no exterior advém da necessidade de difundir a realidade e a cultura brasileira no exterior, sem escamotear seus aspectos negativos, mas identificando sua complexidade e os esforços empreendidos pela sociedade civil e pelo governo brasileiro em resolver as questões pendentes.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• No ano de 2006, não obstante ter havido redução no volume de recursos disponível, foi possível manter o número de alunos. Em 2006, o número de alunos matriculados nos centros de estudos brasileiros e nos institutos culturais foi de 22.148. A Rede como um todo encerrou suas atividades com mais de 30.000 alunos matriculados em seus cursos;

• 3.200 candidatos aprovados no exame para a obtenção de certificado de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros (CELPE-BRAS) em 2006;

• Concessão de bolsas, no sistema educacional brasileiro, a 667 estudantes-convênio. A cooperação educacional constitui importante instrumento de política externa brasileira com a América Latina, Caribe e África. Nesse contexto, destacam-se os Programas de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG), que oferecem ingresso em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras;

• Realização da II Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora (CIAD), em Salvador;

• Realização da exposição de fotografias AMRIK: Presença árabe na América do Sul em Argel, Assunção, Madri, Cairo, São Paulo e Santiago;

• Realização da exposição Encontros e Reencontros na Arte Naïf: Brasil-Haiti em Washington e Porto Príncipe;

• Realização da exposição Cartunistas da América do Sul, em São Paulo, Rio de Janeiro, La Paz, Lima e Assunção;

• Edição e distribuição de 45 publicações em idiomas estrangeiros. Em 2006, foram distribuídos aos postos no exterior 14.048 exemplares;

• Merecem destaque as iniciativas de apoio a 131 festivais de cinema e eventos relacionados à promoção audiovisual brasileira. Destaca-se a criação, em dezembro de 2006, da Divisão de Promoção do Audio-Visual (DAV), no âmbito do Departamento Cultural, do Ministério de Relações Exteriores (MRE);

• A Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC) agiu no ano de 2006 visando a incentivar e promover no exterior as mais diversas manifestações culturais brasileiras dentro de sua área de competência. Ao todo foram organizados ou apoiados 618 eventos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. O desempenho do Programa esteve dentro do esperado. A condução das atividades de Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior não sofreu solução de continuidade uma vez que os recursos financeiros foram liberados regularmente, apesar de contingenciamento de 17,82% dos recursos orçamentários previstos. O contingenciamento se deu principalmente em recursos de capital, o que representou limitação no atendimento de projetos voltados para aquisição de bens de caráter permanente.

Ao longo de todo o período são realizadas reuniões de acompanhamento e de avaliação dos projetos conduzidos pelos postos no exterior. Iniciativas nas áreas de educação, divulgação da cultura e da imagem do Brasil no exterior são todas avaliadas *in loco*.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa busca promover atividades culturais de conteúdo social com o intuito de garantir a participação de movimentos e manifestações artísticas dessa natureza.

Na área das artes cênicas, os destaques da programação cultural da DODC em 2006 foram a realização do Ciclo do Teatro Brasileiro em Montevidéu, a participação do Brasil no Festival Encontro de Teatro Popular Latino (ENTEPOLA) no Chile. Ressalte-se ainda o planejamento, concepção, produção e execução, pela DODC, do espetáculo Samwaad/Milágrimas, do coreógrafo Ivaldo Bertazzo, por ocasião da Cúpula Presidencial do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), realizada em Brasília, em outubro de 2006.

A cooperação educacional constitui importante instrumento de política externa brasileira com a América Latina, Caribe e África. Nesse contexto, destacam-se os PEC-G e PEC-PG, que oferecem ingresso em IES brasileiras.

No âmbito da II CIAD foram organizadas oficinas de artesanato, cartum, instrumentos percursivos e cinema digital (para dois mil alunos da rede pública).

Adicionalmente, a Fundação Cultural Palmares (FCP), com o apoio da Secretaria de Promoção de Políticas de Integração Racial (SEPPIR), organizou, nos dia 15 e 16 de julho, no auditório da reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e no auditório Caetano Veloso da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o Fórum Social da II CIAD, reunindo representantes do movimento negro e intelectuais brasileiros e estrangeiros, para debates sobre o problema penitenciário no Brasil, a situação da mulher e a necessidade de um contato mais estreito entre as comunidades afro-descendentes latino-americanas e caribenhas.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO

OBJETIVO

Formar e aperfeiçoar pessoal para o serviço exterior brasileiro.

PÚBLICO-ALVO

Candidatos à carreira de diplomata, cidadãos afro-descendentes, diplomatas e oficiais de chancelaria e servidores públicos atuantes na área de política externa.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.940.668,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 2.666.114,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 2.666.114,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE HABILITAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO À DEMANDA DO ÓRGÃO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 87,41
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Tendo em vista que, no ano de 2006, 125 diplomatas foram aprovados nos cursos realizados no Instituto Rio Branco (IRBr), a meta prevista para o final do PPA 2004-2007 já foi superada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A inserção internacional do Brasil, crescentemente complexa, requer um constante aprimoramento do pessoal diplomático, que deve estar apto a lidar com os mais diversos aspectos da cena internacional e a defender os interesses do País nos âmbitos bilaterais e multilaterais. O Programa visa a capacitar o diplomata a tratar com igual competência temas que vão dos direitos humanos ao meio ambiente, da promoção comercial à difusão cultural.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização de concurso público de Admissão à Carreira Diplomática, com preenchimento de 100 vagas entre 6.308 inscritos;

• Conclusão do Curso de Formação dos 30 Terceiros Secretários que ingressaram na carreira em 2004;

• Realização de dois Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CADs), com aprovação de 64 Segundos Secretários;

• Realização de uma edição do Curso de Altos Estudo s (CAE), em duas etapas, com aprovação de 31 Diplomatas (cinco Primeiros Secretários e 26 Conselheiros);

• Concessão de 20 Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia a candidatos afro-descendentes, para se prepararem para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD);

• Concessão de nove bolsas para ensino de inglês a estudantes indígenas;

• Um total de 52 bolsas concedidas, dessas 12 são do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), sete da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPIR) e quatro da Fundação Cultural Palmares (FCP).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução física ficou acima de 100% do previsto na LOA 2006. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Os recursos liberados foram suficientes para as execução física das atividades do Programa: índice de 99,92% da execução financeira na Ação de Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-Descendentes à Carreira Diplomática e de 86,42% da execução financeira na Ação de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas.

No âmbito da Ação Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas, os alunos do Instituto são constantemente avaliados pelos professores e pela coordenação de ensino por meio de provas e outras atividades acadêmicas. Os alunos passam ainda por avaliação da Chefia das Unidades em que realizam estágios acadêmicos, seja em Brasília, seja em Missões sediadas no exterior. O Curso de Formação está ainda sujeito ao crivo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a quem devem ser submetidos relatórios periódicos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES:

O Instituto promove um programa de Ação Afirmativa que concede bolsas de estudo a afro-descendentes, para preparação ao concurso público de admissão à carreira diplomática. Outra ação social é a promoção de cursos de inglês para indígenas estudantes de universidades localizadas no Distrito Federal, que são preparados para integrar delegações oficiais brasileiras em reuniões internacionais sobre temas de interesses variados, dentre eles o ambiental, por exemplo.

O IRBr promove todos os anos reuniões entre os bolsistas da ação afirmativa e os alunos do Curso de Formação de Diplomatas. Essas reuniões servem para que os bolsistas estabeleçam contato com integrantes da carreira diplomática e possam tirar dúvidas não só sobre o CACD, mas também sobre a própria carreira. Nessas ocasiões, em que há também palestras e contatos com as instituições partícipes, os bolsistas fazem sugestões sobre o desenvolvimento da Ação e fornecem subsídios para o seu aperfeiçoamento. Todos os bolsistas se comprometem a se submeter aos exames do CACD. Em 2005, seis bolsistas obtiveram aprovação na primeira fase do concurso.

Em virtude da manutenção da ampliação da oferta de vagas no CACD, serão necessárias reformas para ampliação do prédio. Além disso, a repetição da oferta, pela primeira vez na história do Itamaraty, de 105 vagas no CACD e o constante remanejamento para outros postos no Brasil e no exterior, característico da carreira, implicarão a necessidade tanto de mais recursos financeiros e orçamentários, quanto de um aumento significativo do quadro de pessoal do IRBr. As mesmas medidas se fazem necessárias em razão do conteúdo da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006. Além de criar mais um curso obrigatório aos membros da carreira diplomática, o Curso de Atualização em Política Externa (CAP), essa lei aumentará fortemente a demanda nos próximos semestres pelos cursos oferecidos no âmbito do IRBr em razão do previsto no seu Artigo 65.

O IRBr mantém contrato com o Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Fundação Universidade de Brasília (Cespe/FUB), para prestação de serviços técnico-especializados de auxílio à consecução das atividades do IRBr, em particular do CACD. A cooperação do Cespe permitiu a expansão da base territorial em que são prestadas as provas do concurso de admissão à carreira diplomática.

A parceria com o CNPq foi o agente operador do Protocolo de Cooperação sobre ação afirmativa no IRBr, permitindo a concessão de maior quantidade de bolsas-prêmio para candidatos afro-descendentes à carreira diplomática.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

OBJETIVO

Ampliar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional.

PÚBLICO-ALVO

Empresas exportadoras ou com potencial exportador e empresas com potencial para captação de investimento direto estrangeiro.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.583.785,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 11.370.088,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 11.370.088,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE APOIO A EMPRESAS EXPORTADORAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 93,5
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A viabilidade de alcance do índice originariamente previsto é alta, já que a evolução do indicador foi a seguinte: 85% (2003), 88% (2004), 92% (2005) e 93,5% (2006).

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa tem a finalidade de apoiar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional, mediante o emprego da diplomacia comercial. O Programa envolve a promoção de investimentos, e, mais recentemente, atividades de promoção de importações de outros países sul-americanos visando a substituir, quando possível e de forma competitiva, importações brasileiras de terceiros mercados por importações provenientes de países da América do Sul.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 15.720 registros de empresas brasileiras;
- 38.079 registros de empresas não-brasileiras;
- 3.008 oportunidades comerciais divulgadas;
- 3.125 ofertas de exportação;
- 152 projetos de obras públicas;
- 48 concorrências públicas internacionais divulgadas;
- 51 volumes da publicação **Como Exportar**;
- 272 pesquisas de mercado realizadas;
- 1.858 Informações sobre produto disponibilizadas;
- 20 estudos sobre áreas e blocos econômicos;
- 172 indicadores econômicos de países inseridos no sítio;
- 50 cruzamentos estatísticos;
- Outra variável relevante é a evolução do número de acessos mensais ao sítio da BrazilTradeNet: 18.000 (2004), 18.587 (2005) e 68.407 (2006). O total de acessos no ano de 2006 foi de 820.878;
- Com relação ao BTN*showroom*, durante o ano de 2006, 499 empresas criaram suas vitrines na BrazilTradeNet;
- Realização de 53 feiras no exterior, relativas aos setores de agropecuária e alimentação (12); couro e calçados (2); informática e telecomunicações (1); máquinas, ferramentas e ferragens (1); turismo (10); plásticos (1); energia e petróleo (1); *design* (1) e saúde (1);
- II Reunião da Comissão Mista Brasil-Tunísia;
- Missão Empresarial Saudita ao Brasil
- Seminário Brasil-Botsuana: Oportunidades de Comércio e Investimentos;
- Missão dos Países do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) do setor de Etanol ao Brasil;
- Missão Empresarial à Argélia;
- Missão à China;
- Seminário Brazil-United Kingdom Economic and Business Relations: a New Approach to the 21st Century;
- Missão financeira a Riade-Trade and Investment Forum;
- Missões da empresa brasileira (Konlink International Trade) à Rússia e Romênia;
- Missão empresarial a Granada;

• III Reunião do Conselho Empresarial Brasil-Rússia;

• Cúpula América do Sul - Países Árabes;

• Reunião de Ministros Árabes e Sul-Americanos da Economia e áreas afins;

• Missão Financeira do Presidente do Banco Central do Brasil (BC) a Moscou;

• Missão empresarial ao Uruguai;

• Missão do empresário paquistanês Rehan Shoukat, dos setores de açúcar (inclusive etanol), soja, algodão e agropecuária, ao Brasil;

• Encontro Econômico e Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha;

• Missão ao Brasil de Delegação de Alto Nível do Afeganistão;

• Visita ao Brasil do Primeiro Ministro de Portugal;

• Missão de Etanol e Setor Automobilístico à África do Sul;

• Reunião do Conselho Empresarial Brasil-China;

• Seminário empresarial do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e visita ao Brasil;

• I Encontro Empresarial Brasil-Uruguai;

• Missão de Solidariedade da Comunidade Empresarial Brasileira ao Líbano (Beirute);

• Missão Empresarial à Itália (Roma e Milão);

• Seminário Internacional de Negócios Brasil-China;

• Missão empresarial do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares (SINDVEL);

• Seminário Como fazer negócios com o Brasil e Rodada de Negócios da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA);

• Missão empresarial e oficial do Estado de São Paulo à República Popular da China e Hong Kong;

• Seminário Oportunidades de Negócios entre Pequim e São Paulo;

• Missão do Estado de Goiás à Europa;

• Seminário Como fazer negócios com as Nações Unidas;

• Participação conjunta do Mercosul na Feira Internacional de Tecnologia de Informação, Telecomunicação, *Software* e Serviços (CeBit), em Hannover, e na XXIV Feira Internacional de Havana;

• Lançamento do *CD-Rom* **Investindo no Brasil**, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e do Rio de Janeiro (FIRJAN);

• Realização, em Buenos Aires, de duas Jornadas Jurídico Empresariais;

• Assinatura do Memorando de Entendimento na Área de Turismo entre o Ministério do Turismo do Brasil e o Ministério do Turismo do Equador, em Quito;

• Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Mundial do Turismo para a Realização da Conferência sobre Parceria Público-Privada e da Reunião Geral dos Membros Afiliados;

• Assinatura de Memorandos de Entendimento com o Peru e o Equador;

• Realização dos seminários Programa de Substituição Competitiva de Importações e Como Exportar para o Brasil no Suriname, Equador, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru e Colômbia;

• Rodadas de negócios com a Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai;

• Missões de estudos sobre a importação e comercialização de produtos provenientes da Bolívia na região fronteiriça;

• Publicação de Catálogo de Importadores Brasileiros e do guia **Como Exportar para o Brasil**;

• Reuniões do Grupo Executivo de Trabalho no Equador, Chile, Colômbia e Peru;

• Elaboração de 44 estudos de inteligência comercial sobre o mercado brasileiro para produtos procedentes de países da América do Sul;

• As missões comerciais deram especial foco a mercados novos e não tradicionais, além de reforçar parcerias comerciais tradicionais. Foram promovidos 37 eventos de caráter econômico-comercial, além de apoio à vinda de missões estrangeiras.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento das metas físicas esteve acima do previsto, tanto no caso da Ação Missões Comerciais Setoriais e Multissetoriais e na Ação Sistema BrazilTradeNet.

O portal da BrazilTradeNet monitora o acesso mensal ao sítio e realiza enquetes periódicas para avaliar o grau de satisfação dos usuários. Anualmente é elaborado balanço de resultados de atividades de promoção de exportações, no âmbito do Ministério de Relações Exteriores (MRE), e o documento é publicado e disponibilizado no sítio da BrazilTradeNet.

Os Setores de Promoção Comercial do MRE (SECOMS), distribuídos em 57 postos no exterior, carecem ainda de melhor infra-estrutura e recursos humanos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Destacam-se parcerias junto a entidades de classe, como as Federações de Comércio e Indústria e Câmaras de Comércio, além de governos estaduais e municipais, que contribuem com recursos humanos, operacionais e institucionais.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

RELAÇÕES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS

OBJETIVO

Representar o Brasil e negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e manter o governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

PÚBLICO-ALVO

Governo brasileiro, sociedade brasileira e comunidade internacional.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 308.825.907,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 290.514.619,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 290.514.619,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE RELACIONAMENTO DIPLOMÁTICO COM ESTADOS ESTRANGEIROS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 90,63
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O indicador Taxa de relacionamento diplomático com Estados estrangeiros, é definido como a relação percentual entre o número de países onde o Brasil possui representação diplomática e o total de países que mantêm atividade diplomática.

CONTEXTUALIZAÇÃO

No âmbito de sua competência, cabe ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), como órgão auxiliar da Presidência da República (PR) na formulação da política exterior do Brasil, estabelecer relações com Estados estrangeiros, organizações e organismos internacionais.

O Programa Relações do Brasil com Estados Estrangeiros tem por objetivo representar o Brasil e negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e manter o governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

Reflete as competências do MRE, estabelecidas no Decreto nº 5.032/04, que são a política internacional, as relações diplomáticas e os serviços consulares; a participação nas negociações comerciais, econômicas, técnicas e culturais com governos estrangeiros; programas de cooperação internacional e o apoio a delegações, comitivas e representações brasileiras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Abertura das Embaixadas/Consulados-Gerais em Cartum, Conacri, Cotonou, Lomé, Malabo, Astana, Ierevan e Zagreb, Belmopan, Madri, Paris, Mendoza e Mumbai;

• Ampliação da Chancelaria e das Embaixadas/Consulados-Gerais ou Residências Oficiais em Kinshasa, Cidade do Cabo, Tel Aviv, Sidney, Chicago, Houston, Los Angeles, Montevidéu, Buenos Aires, Nova Délhi, Viena, Kingston e São Domingos;

• Recuperação e modernização das Chancelarias das Embaixadas/Consulados-Gerais/Residências Oficiais em Lisboa, Roma, Bruxelas, Haia, Madri, Viena, Argel e Iquitos;

• Instalação da nova Residência Oficial das Embaixadas/Consulados-Gerais em Trípoli, Sidney, Tóquio, Budapeste, Sófia, Barcelona, Frankfurt, Londres, Roterdã, São Francisco, Nova Délhi, Montevidéu e Buenos Aires;

• Construção do Setor Consular da Embaixada em Abuja;

• Licitação para a reforma da Embaixada em Dar es Salaam;

• Reativação da Embaixada em Bagdá;

• Reformas de conservação do Palácio Pamphilj em Roma;

• Aluguel de imóveis para abrigar as Chancelarias e as Residências Oficiais das novas Embaixadas ou Consulados-Gerais em Ierevan, Zagreb, Belmopan, Beirute, Paris, Madri, Cotonou, Malabo, Cidade do Cabo, Astana, Mumbai, Nagóia, Mendoza e Teerã;

• Aquisição de veículos para renovação parcial da frota de veículos oficiais para as Embaixadas/Consulados–Gerais em Acra, Argel, Nairobi, Dacar, Trípoli, Cartum, Conacri, Dar es Salaam, Lomé, Malabo, Montevidéu, Mendoza, Quito, Porto Príncipe, Tegucigalpa, Beirute, Madri, Paris, Rabat, Riade, Ierevan, Zagreb, Kiev, Tóquio, Astana, Mumbai e Bissau;

• Liberação de recursos à Embaixada em Assunção para apoio financeiro ao governo da República do Paraguai para revitalização da Ponte da Amizade;

• Operação emergencial de resgate de brasileiros na área de conflito no Líbano;

• Manutenção de Postos de Representação do Brasil no exterior.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. A despeito do contingenciamento orçamentário e da falta de continuidade do fluxo financeiro, a execução das ações componentes do Programa ficou dentro do esperado, sendo possível manter as atividades de representação diplomática e assistência consular dos postos no exterior. No período em foco, foram criadas 12 Representações diplomáticas ou Consulares no exterior.

As duas únicas ações componentes do Programa implementadas por outras unidades administrativas do próprio Ministério foram executadas com recursos oriundos de crédito suplementar. Foram elas: Ação - 0B94 - Apoio Financeiro ao Governo da República do Paraguai para a Revitalização da Ponte da Amizade, executada pela Coordenação de Orçamento e Finanças e Ação - 2D27 - Operação emergencial brasileira na área de conflito no Líbano, executada pela Divisão de Assistência Consular.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social ocorreu através de reuniões com as comunidades brasileiras no exterior, reuniões e contatos com exportadores brasileiros e apoio às negociações bilaterais de interesse do governo brasileiro.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO ÂMBITO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

OBJETIVO

Representar o Brasil e negociar interesses brasileiros no âmbito de organizações internacionais e manter o governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

PÚBLICO-ALVO

Governo brasileiro, sociedade brasileira e comunidade internacional.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 41.102.876,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 31.313.320,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 31.313.320,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE REPRESENTAÇÃO DO BRASIL EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 100
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O indicador é definido pelo número de organizações internacionais nas quais o Brasil está representado, sobre o número de organizações internacionais de interesse do País, onde o denominador indica: "o universo de organismos internacionais estabelecidos como prioritários, onde o Brasil tem interesse em ser representado ou onde há uma demanda da sociedade brasileira para fazer-se representar oficialmente". Considera-se que o índice foi atingido.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado a partir da demanda pela defesa do interesse do Brasil junto a organismos internacionais e objetiva assegurar a participação do Brasil nas negociações dos interesses brasileiros junto a esses organismos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Manutenção dos postos de representação no exterior;

• Desenvolvimento de negociações, reuniões e assinatura de acordos no âmbito dos organismos internacionais;

• Abertura das Missões junto à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Lisboa, e junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em Viena;

• Aquisição de veículo para a Missão junto à CPLP em fase de instalação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução das ações componentes do Programa ficou dentro do esperado. A execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006.

A meta física das ações componentes do Programa expressa a quantidade de postos de representação mantidos no exterior. Esta quantidade se mantém dentro do previsto ao longo do ano, sendo ajustada para o ano seguinte, se necessário, em caso de abertura de novos postos (delegações ou missões).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O valor previsto na LOA não foi disponibilizado devido ao contingenciamento. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

RECOMENDAÇÕES

• Não há recomendações.



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis

Atuação Internacional na Área de Petróleo

Brasil com Todo Gás

Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia

Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis

Eficiência Energética

Energia Alternativa Renovável

Energia na Região Nordeste

Energia na Região Norte

Energia na Região Sul

Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Energia nos Sistemas Isolados

Geologia do Brasil

Indústria Petroquímica

Luz para Todos

Mineração e Desenvolvimento Sustentável

Oferta de Petróleo e Gás Natural

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural

Qualidade do Serviço de Energia Elétrica

Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Refino de Petróleo

Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados

Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério de Minas e Energia (MME), foram utilizados **R$ 35.404.039.508,64** para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 41.014.929.091,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 31.486.656.241,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**R$ 7.612.590.285,00**	**Realizado não-orçamentário:**	**R$ 3.917.383.267,64**
Total previsto:	**R$ 48.627.519.376,00**	**Total realizado:**	**R$ 35.404.039.508,64**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MME não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 78.554.169,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 56.900.428,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Atingiu-se, em 2006, a auto-suficiência em Petróleo e foi lançada uma nova política de exploração e produção do gás natural. Também em 2006 se encerra a transição para o novo Modelo do Setor Elétrico, com a contratação de energia pelas empresas distribuidoras até o ano de 2010. Na área de geologia e mineração, se estabelecem o planejamento e a formulação de políticas setoriais;

• Leilão de Energia e de Novas Linhas de Transmissão: na geração foram realizados três leilões de energia em 2006, sendo comercializados 2.990 MW médios. Na transmissão, dois leilões foram realizados perfazendo 3.291 km de linhas e investimentos da ordem de R$ 1,7 bilhão (destaque para linha de transmissão Acre - Rondônia 230kV, 949 km, que deverá proporcionar uma economia de cerca de R$ 1,5 bilhão por ano na Conta Consumo de Combustíveis (CCC);

• Expansão do Setor Energético: a potência instalada em todas as usinas geradoras de energia elétrica no Brasil totalizou, no final de 2006, 105.414 MW, incluindo a importação. Nos últimos quatro anos, ocorreu um incremento de potência ao sistema elétrico brasileiro de 16,8%, correspondente a 15.191 MW. Esse acréscimo da capacidade de produção, no período 2003/2006, foi composto por fontes hidrelétricas, que responderam por 7.901 MW, por fontes termelétricas e outras fontes, que responderam por 7.290 MW. Merecem destaques a ampliação da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí, com a entrada em operação de 3.375 MW de sua segunda etapa, a Usina Termoelétrica (UTE) Norte Fluminense, com 857 MW, utilizando gás natural como combustível, a UHE Aimorés, com 330 MW, a UHE Barra Grande, com 698 MW, a UHE Peixe Angical, com 483 MW, a UHE Itapebi, com 450 MW, a UHE Ponte de Pedra, com 176 MW, a UTE Fortaleza, com 346 MW, e seis unidades geradoras da UTE Termorio, com 776 MW;

• Expansão da Transmissão: a extensão total do sistema de transporte de energia elétrica no Brasil alcançou, no final do ano de 2006, a marca de 86.468 km. Entre 2003 e 2006, foram implementados cerca de 14.000 km de linhas de transmissão, com incremento de 19,3% em relação a 2002. Este importante crescimento no sistema de transmissão proporcionou uma maior integração dos subsistemas elétricos, ampliando a capacidade de transferência de energia elétrica entre as regiões, aproveitando a diversidade hidrológica do País e garantindo as condições necessárias para o suprimento de energia com a qualidade e a confiabilidade requeridas pela sociedade. Entre as obras de transmissão, realizadas neste período, destacam-se as ampliações e implantações das interligações regionais. Estas obras proporcionaram incrementos nas capacidades de importação e exportação das regiões, tais como: a capacidade de exportação do Norte para o Sudeste foi duplicada; a capacidade de importação do Nordeste foi ampliada em 2,5 vezes; a capacidade de importação do Sudeste/Centro-Oeste foi ampliada em 45% e a capacidade de importação do Sul foi duplicada;

• O sucesso exploratório por petróleo e gás natural dos últimos quatro anos não se prendeu apenas ao expressivo volume de petróleo descoberto, tendo se destacado, também, pela identificação de novas reservas de óleo de excelente qualidade e de gás natural e condensado. Essa mudança no perfil das descobertas, anteriormente pautado por petróleo pesado, de menor valor econômico, deverá propiciar maior rentabilidade aos investidores, tornando as bacias sedimentares brasileiras mais atrativas ao investimento de risco. Em 2006, a produção de petróleo alcançou seu ponto máximo em 23 de outubro, quando foi batido o recorde de produção diária da Petrobras, com 1,91 milhão de barris. Em maio deste ano, pela primeira vez na história, a produção média de petróleo superou a demanda interna por derivados. As políticas governamentais permitiram e incentivaram a ampliação do parque de refino existente no Brasil, bem como o aumento da qualidade dos produtos. A partir disso, a utilização do petróleo nacional aumentou. Concomitantemente, o Governo tem viabilizado a ampliação da malha de gasodutos em todo o Território Nacional, totalizando 2.038 km que estão em fase de construção ou testes;

• Destaca-se a implementação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA), no qual a contratação de energia de Produtores Independentes (PIEs) de fontes alternativas, eólica, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e biomassa tem permitido o aumento da oferta de energia elétrica. Após a realização de duas chamadas públicas, foram contratados pela Eletrobrás, os 3.300 MW estipulados em lei, sendo 1.423 MW de usinas eólicas, 1.191 MW de PCHs e 685 MW de biomassa, perfazendo um total de 144 empreendimentos. Dos 144 empreendimentos, 30 entraram em operação em 2006, representando 795,28 MW;

• O Programa Luz para Todos alcançou a marca de 5 milhões de pessoas beneficiadas. Somente em 2006, levou energia elétrica, gratuitamente, para 2,5 milhões de pessoas em todo o País. Dentre eles, foram beneficiados cerca de 435 mil assentados, 40 mil remanescentes de quilombos e 15.400 índios;

• No ano de 2006, a mudança de concepção de política pública implementada no setor mineral resultou na intensificação da construção de programas e ações voltadas ao aumento da produção de minérios, à agregação de valor ao produto mineral e à elevação

do conhecimento das riquezas do nosso subsolo. As ações prioritárias foram distribuídas em três programas:

a) Gestão da Política Mineral, cujas ações deram suporte à coordenação, ao planejamento, à formulação de políticas setoriais e à avaliação e controle dos programas finalísticos nas áreas de geologia e mineração;
b) Geologia do Brasil, que concentra as ações de geração e difusão do conhecimento geológico e hidrogeológico do Território Nacional, com uma nova sistemática agregando novas tecnologias de processamento de dados aos clássicos modelos de trabalhos de campo, cartografou cerca de 800 mil km², equivalendo a aproximadamente 9% do Território Nacional, produzindo cartas geológicas destinadas à descoberta de novas jazidas e ao ordenamento territorial. Com relação aos levantamentos aerogeofísicos foram executados cerca de 813 mil km², prioritariamente na escala de semi-detalhe, compatível com as atividades de pesquisa e exploração mineral com vista a descoberta de novas jazidas minerais;
c) Mineração e Desenvolvimento Sustentável, cujo objetivo central é a gestão dos recursos minerais, por meio, principalmente, de ações de outorga e fiscalização das concessões. As ações de modernização da estrutura de Estado, aliadas ao aquecimento mundial do comércio mineral, proporcionaram resultados significativos nos últimos anos. O prazo de emissão dos alvarás de pesquisa, que era de quatro anos em 1999, caiu para apenas três meses. Além disso, a melhoria no controle resultou na elevação da arrecadação setorial, que passou de R$ 210 milhões, em 2002, para R$ 480 milhões no final de 2006.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

A estrutura organizacional do MME, embora baseada no modelo funcional hierárquico, desempenhou um excelente papel na condução dos programas de responsabilidade desta pasta. O desenvolvimento do Plano de Gestão, a criação de salas-de-situação e o monitoramento intensivo dos programas e ações por parte do Gabinete do Ministro e da Secretaria Executiva, aliados a uma redistribuição mensal de limites orçamentários, estabeleceram um novo marco na gestão do PPA no âmbito do MME. Existe a convicção de que a experiência obtida com o Plano de Gestão em 2006 será de grande valia para a construção da uma nova programação do PPA 2008-2011, mais aderente à realidade do Ministério e às novas demandas associadas ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

OBJETIVO

Garantir as condições para satisfação da demanda atual e futura de petróleo e seus derivados, gás natural e outros combustíveis em todo Território Nacional.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel e agentes da indústria de petróleo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 85.486.415,00	Empenho Liquidado:	R$ 76.413.489,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 76.413.489,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. TAXA DE REPOSIÇÃO DAS RESERVAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 9,51
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA -

CONTEXTUALIZAÇÃO

A flexibilização do monopólio, estabelecida a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 9 e da Lei nº 9.478/97, exigiu do Estado ações de natureza regulatória que permitissem garantir o abastecimento de petróleo e seus derivados dentro das condições previstas na Política Energética Nacional. Nesse contexto, foi fundamentada a construção desse Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização da 8ª Rodada de Licitações: foram oferecidos 284 blocos com risco exploratório, porém, a rodada foi suspensa por força de liminar judicial. No momento da suspensão, apenas dois setores já haviam sido licitados. Ainda assim, a 8ª Rodada registrou valor superior a 587 milhões de reais como bônus de assinatura. A rodada permanece

suspensa até momento. Uma das hipóteses de desfecho é a manutenção do resultado parcial dos blocos licitados até a ocasião da suspensão;

• Realização da 2ª Rodada de Licitação de Áreas Inativas: do total de 14 áreas ofertadas, 11 foram arrematadas, tendo sido recolhido um total de R$ 10.677.058 em bônus de assinatura;

• Intensificação da fiscalização: foram recuperados cerca de R$ 459 milhões a título de recolhimentos adicionais de *royalties* e participação especial. A relevância das participações governamentais é crescente: em 2006, os *royalties* pela produção de petróleo e gás natural distribuídos foram de R$ 7,7 bilhões e a participação especial atingiu o valor arrecadado de R$ 8,8 bilhões;

• Concessão de 14 autorizações para produção de biodiesel, incluindo as ampliações de capacidade de plantas industriais: a capacidade total autorizada chega a 2.129.433 litros por dia, utilizando vários tipos de oleaginosas e rotas metílicas e etílicas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A maioria das ações apresentou resultados conforme previsto para o ano de 2006. A execução orçamentária do programa ficou em torno de 90%, contudo os recursos foram contingenciados no início do exercício e liberados apenas no final.

A Lei nº 9.478/97 define uma série de vinculações de receitas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Entretanto, esses recursos foram contingenciados, sendo alocados na Reserva de Contingência para ajudar no cumprimento da meta de *superavit* primário.

Em relação à Ação 2380 - Outorga de Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, os resultados obtidos no exercício de 2006 foram muito inferiores aos previstos devido à suspensão da 8ª Rodada de Licitações por decisão judicial. De acordo com as metas estipuladas, esperava-se que nesse ano fossem outorgadas 210 novas concessões. Caso a rodada em questão não tivesse sido interrompida, certamente esses valores seriam atingidos, na medida em que seriam licitados 274 blocos. Em relação à Ação 2050 - Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural, o fato da Diretoria da ANP permanecer incompleta, por longo período em 2006, impossibilitou a aprovação de projetos que foram iniciados apenas a partir de agosto de 2006.

A gerência executiva do Programa acompanha, mensalmente, a dinâmica de preenchimento das metas físicas das ações por parte dos coordenadores de ação. Houve, no entanto, dificuldades na adequação do ritmo de lançamento de dados, com os prazos definidos no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), principalmente em virtude da dependência do recebimento de informações oriunda de convênios, que necessitam de maior tempo para sua consolidação.

Embora o ano de 2006 tenha marcado o início das atividades dos servidores oriundos do primeiro concurso público da ANP, houve, no decorrer do ano, um número expressivo de solicitações de exoneração. Dos cerca de 280 servidores que entraram em exercício, aproximadamente 60 servidores solicitaram exoneração.

As participações sociais, em particular consulta e audiência pública, são processos mediante os quais os agentes integrantes do setor têm a oportunidade de se posicionarem acerca das resoluções que regulamentam suas atividades, propiciando aos agentes econômicos e aos consumidores a possibilidade de encaminhamento de sugestões, identificando os aspectos relevantes à matéria objeto, dando publicidade, transparência e legitimidade às ações e programas da ANP.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO

OBJETIVO

Incorporar novas reservas e aumentar a participação do sistema Petrobras no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de gás natural, petróleo e seus derivados.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.705.481.476,00	**Empenho Liquidado:**	**-**
	Pago Estatais:	**R$ 5.945.327.383,00**
	Total:	**R$ 5.945.327.383,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 14.380.800,00	**-**	

INDICADORES

1. PRODUÇÃO MÉDIA DE GÁS NATURAL NO EXTERIOR

Unidade de medida: milhões de m^3/dia
Índice apurado em 2006: 17,2
Índice previsto ao final do PPA: 23,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

A produção de gás natural no exterior está baseada, principalmente, na Bolívia e na Argentina. A Bolívia modificou sua legislação de hidrocarbonetos, com aumento significativo da carga tributária. Os investimentos realizados em 2005 e 2006 foram menores que os planejados, face à instabilidade mencionada, comprometendo a meta proposta de 23,5 milhões de m^3 dia.

2. CAPACIDADE DE REFINO INSTALADA NO EXTERIOR

Unidade de medida: mil barris por dia
Índice apurado em 2006: 240,8
Índice previsto ao final do PPA: 180,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O aumento da capacidade instalada de refino deu-se em função, principalmente, da aquisição da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, ocorrida em 2006, com capacidade de processamento de 100 mil barris por dia.

3. PRODUÇÃO MÉDIA DE ÓLEO E LÍQUIDO DE GÁS NATURAL NO EXTERIOR

Unidade de medida: mil barris por dia
Índice apurado em 2006: 142,2
Índice previsto ao final do PPA: 238

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

As quedas na produção de petróleo e de líquido de gás natural (LGN) são devidas, sobretudo, aos seguintes fatores:

a) os contratos de prestação de serviços existentes na Venezuela migraram para empresas mistas (Petrobras como acionista minoritário) a partir de 1.4.2006, havendo redução de participação;
b) declínio natural de produção, principalmente na Argentina (campos maduros);
c) postergação da entrada em produção de projetos no Equador, devido a atrasos na emissão de licenças ambientais;
d) postergação para 2008 da entrada em produção dos campos na Nigéria, em função de atraso na aprovação do plano de desenvolvimento por parte do governo nigeriano.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa a ampliação da participação do Sistema Petrobras no exterior, aproveitando as oportunidades de negócios, reduzindo a dependência externa e promovendo a integração tecnológica e energética, prioritariamente, na América Latina.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Posicionamento estratégico nos EUA, com a aquisição, por meio de licitação, de 44 blocos exploratórios na região americana do Golfo do México;

• Aquisição de 50% de participação da Refinaria de Pasadena, em Houston, nos EUA, com capacidade de processamento de 100 mil barris por dia. Esta aquisição possibilitará, após adaptações técnicas, o refino do óleo pesado brasileiro, agregando valor e fornecendo-o ao maior mercado consumidor do mundo;

• Ampliação da carteira de projetos em Angola, onde foi adquirida a participação em quatro blocos exploratórios. Com esta aquisição, a Petrobras passa a ter posições em seis blocos (um de produção e cinco blocos exploratórios). Angola é atualmente um dos países com maior concorrência do mundo na indústria petrolífera;

• A aquisição e/ou construção de recursos críticos visa a diminuição da dependência da Petrobras, principalmente quanto a disponibilidades de sondas, bem como a diminuição dos custos de diárias (aluguéis);

• Aquisição de negócios de Distribuição na Colômbia, Paraguai e Uruguai. Tais mercados apresentam ótimo potencial de crescimento e possibilidade de sinergia com os atuais ativos da Petrobras no continente.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os mecanismos de monitoramento utilizados pela gerência do Programa são: reuniões de trabalho, sistemas de informação, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e relatórios de gestão.

As restrições no ano de 2006 foram relativas a questões regulatórias na Venezuela e na Bolívia (mudanças de contrato), questões ambientais no Equador, e dificuldades na contratação de sondas para atividade *offshore* (recursos críticos).

O orçamento foi insuficiente, tendo em vista os investimentos ocorridos nos EUA e o bônus pago na licitação ocorrida em Angola.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O gerenciamento do Programa utiliza as melhores práticas de gestão da indústria do Petróleo. O acompanhamento de metas físicas e financeiras é realizado através de relatórios mensais e reuniões trimestrais. O planejamento estratégico anual revisa, além das metas físicas e financeiras, os objetivos do Programa e as estratégias para atingi-lo.

A Área de Negócios Internacionais da Petrobras mantém práticas abrangentes de planejamento e controle visando ao acompanhamento, com a periodicidade adequada, do desempenho de suas unidades no exterior.

Mensalmente é acompanhado o desempenho individualizado das ações, onde são realizados comentários sobre os principais acontecimentos.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

BRASIL COM TODO GÁS

OBJETIVO

Promover o uso do gás natural de forma segura e continuada a preços competitivos e aumentar a flexibilidade de seu transporte por meio de interligação entre suas reservas e os mercados consumidores.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de gás natural.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.543.104.447,00	**Empenho Liquidado:**	
	Pago Estatais:	**R$ 455.536.190,00**
	Total:	**R$ 455.536.190,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 649.000.000,00	**-**	

INDICADORES

1. CAPACIDADE DA REDE DE DUTOS PARA O TRANSPORTE DE GÁS NATURAL

Unidade de medida: bilhão de m³. km
Índice apurado em 2006: 27,1
Índice previsto ao final do PPA: 34,48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

O alcance do índice previsto ao final do PPA depende do início da operação dos gasodutos em pauta no Programa Brasil com todo Gás. Alguns obstáculos interferem na execução das ações dentro do cronograma previsto, que independem da Petrobras como obtenção de licenças ambientais para elaboração das obras, resultados de licitações realizadas com valores acima do previsto e questões meteorológicas que atrasaram alguns projetos. Dessa forma, a viabilidade de alcance do índice pode ser considerada média.

2. EXTENSÃO DA MALHA DE GASODUTOS DA PETROBRAS

Unidade de medida: km
Índice apurado em 2006: 5.568
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

A extensão dos gasodutos em operação em 2006 correspondeu a 5568 km. Este indicador foi incluído recentemente, não tendo sido estabelecido o índice para 2007.

3. VOLUME DE VENDAS DE GÁS NATURAL NO BRASIL

Unidade de medida: milhões de m^3/dia
Índice apurado em 2006: 38,37
Índice previsto ao final do PPA: 55,31

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Diversas iniciativas são conduzidas, tanto para ampliar a oferta de gás natural (ex. Plano de Antecipação da Oferta de Gás Natural - Plangás) quanto para buscar alternativas que mitiguem o risco de fornecimento às termelétricas (ex.: Projeto Gás Natural Liquefeito – GNL).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Com base nas previsões de disponibilidade dos pólos produtores, faz-se necessária a ampliação da infra-estrutura de transporte e distribuição de gás natural, de forma a permitir sua distribuição para o interior do País. A expansão da produção nacional, a utilização de novos mercados fornecedores e a maximização do aproveitamento do gás associado permitem reduzir a dependência externa, de forma a consolidar o combustível como uma alternativa energética segura e confiável.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O Sistema Petrobras apresentou, em 2006, um aumento nas vendas de Gás Natural de 8% em relação a 2005, atingindo 38,37 milhões de m^3 por dia, decorrente do crescimento do mercado brasileiro durante o ano, da expansão da infra-estrutura logística e da demanda pela utilização de combustíveis menos agressivos ao meio ambiente. Os investimentos realizados em 2006 atingiram a grandeza de R$ 2,1 bilhões de reais, distribuídos entre as ações que compõem o Programa. Como exemplo, foi aprovada a contratação dos serviços de construção e montagem do sistema de transporte de gás Urucu-Coari-Manaus. Foi também criado o Plangás, composto por uma carteira ampla de projetos de exploração, produção, processamento e transporte de gás natural na região Sudeste, o qual tem por objetivo aumentar a produção e oferta de gás nesta região, atualmente da ordem de 15 milhões para 40 milhões de m^3 por dia até o final de 2008 e posteriormente para 55 milhões de m^3 por dia no final de 2010.

• Também em 2006, foi iniciado o projeto GNL, cujo escopo inicial contempla a implantação de um terminal de regaseificação na Baia da Guanabara e outro no Porto de Pecém, no Ceará, visando principalmente a garantir o suprimento de gás para as termelétricas da região.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os mecanismos de monitoramento utilizados pela gerência do programa são: acompanhamento da curva "S" das obras; avaliação mensal dos projetos; visitas *in loco*; sistemas informatizados corporativos e Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Ao longo de 2006, foram realizados investimentos na ordem de R$ 2,1 bilhões de reais, representando 52% do previsto para o período. Os recursos orçamentários não foram utilizados integralmente pela maioria das ações em função de atrasos decorrentes de obtenção de licença ambiental, preços dos prestadores de serviços nas licitações e redefinições de traçados, levando diversos projetos a retardar a fase de construção e montagem. Assim, parte significativa dos recursos programados para o período de 2006 serão necessários em 2007.

Na malha nordeste (ação 12AX) ocorreram atrasos nos cronogramas principalmente em função de dificuldades na liberação de terras, licenciamento ambiental e preços, que provocaram cancelamentos de licitações. Poucos projetos contam com contratos de prestação de serviços de construção e montagem e/ou compras de materiais.

Ocorreram também atrasos nos cronogramas relacionados à Malha do Sudeste (12AY), principalmente em função de dificuldades no licenciamento ambiental e atrasos nas licitações.

Os recursos orçados para a construção do gasoduto Urucu-Coari-Manaus previam a execução da reconversão do duto de 18 polegadas entre Urucu-Coari, além de aquisição de terrenos e outros estudos técnicos. A maioria dessas ações foi postergada para 2007 em função do não início dos serviços de construção e montagem do duto principal. Os pontos de entrega do Lagoa-Parda serão realizados em 2007, exceto o ponto de entrega Arcel, que já foi concluído.

Em julho de 2006, foram assinados contratos para retomada das obras do gasoduto Cacimbas -Vitória.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Algumas ações deste Programa caracterizam-se pela integração entre Gasoduto e Térmica (consumidor final e gerador de energia), ensejando ações conjuntas entre a Eletrobrás e Petrobras.

Os principais mecanismos de participação social no Programa são:

a) Ouvidoria: a Petrobras possui um canal direto com os consumidores via Ouvidoria corporativa.
b) audiência pública. Nas diversas ações foram realizadas audiências públicas que renderam a concretização de parcerias com a sociedade cível organizada, bem como com os poderes públicos, estaduais e municipais.

Lembramos que no processo de licenciamento ambiental o primeiro evento é a licença prévia, onde a sociedade é ouvida através de suas entidades organizadas. Muitas dificuldades são enfrentadas nas audiências públicas devido ao desnivelamento de conhecimento e entendimento do objetivo da ação. É um processo educativo de longo prazo, porém fundamental para garantir a participação e o crescimento social. Em

contrapartida, essas ações têm facilitado as relações com as comunidades na medida em que os benefícios oriundos das ações passam a ser de conhecimento da maioria.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA

OBJETIVO

Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias relacionadas ao setor energético.

PÚBLICO-ALVO

Institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo relacionados com a área energética.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 28.731.725,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.680.000,00
	Pago Estatais:	R$ 19.504.757,00
	Total:	R$ 21.184.757,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. TAXA DE INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 17
Índice previsto ao final do PPA: 25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
Existem grandes dificuldades de apuração deste índice, porém acredita-se que este poderá ser alcançado com a realização de atividades em conjunto entre as instituições que coordenam as ações, o Ministério de Minas e Energia (MME) e outros Ministérios.

No exercício de 2006, finalizou-se um projeto; os restantes encontram-se em andamento.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Existe defasagem científica e tecnológica, além de ociosidade industrial, em áreas estratégicas do Setor de Energia, com conseqüências negativas para os níveis de produção, emprego e renda no País. As principais causas identificadas para a ocorrência destes problemas são: ausência do planejamento determinativo para a expansão do setor energético; arcabouço legal e institucional (Instituto Nacional de Propriedade Industrial

- INPI, Patente) complexo; inconstância da disponibilidade de recursos financeiros para apoio de pesquisa, desenvolvimento e inovação; defasagem da capacidade laboratorial; fluxo de informações tecnológicas ineficiente; interação deficiente entre instituições de pesquisa e indústria; falta de uma coordenação nacional de ações envolvendo pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Este Programa facilitará a transferência de tecnologias dos laboratórios para a indústria, incentivando o investimento produtivo e a elevação da produtividade no setor de energia, fortalecendo as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento brasileiro.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Dos vinte e seis projetos em pauta desde 2002, dois estão concluídos, quatro se encontram em fase de conclusão, dezesseis estão em andamento normal, dois estão em fase inicial e dois foram encerrados;

• No período de 2006, o projeto de Convênio 005/2002-MME/UNI-SOL (Universidade Solidária), iniciado em 2002, foi encerrado com êxito, trazendo progressos no desenvolvimento tecnológico no setor de energias alternativas que aproveitam as potencialidades regionais, gerando emprego, melhor distribuição de renda e inclusão social nas comunidades envolvidas;

• Foram celebrados mais dois convênios de forma conjunta entre os Programas de Energia Alternativa Renovável e Desenvolvimento Tecnológico no Setor de Energia, nas áreas de Plantas Demonstrativas de Geração de Energia Elétrica e Apoio a Centros de Referência e Instituições de Pesquisa;

• As realizações do Programa vêm oferecendo bons resultados e estão de acordo com o planejamento de atividades.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

As ações implementadas em outras instituições são acompanhadas por meio de contatos e reuniões da gerência executiva com os coordenadores de ações, porém existem dificuldades na obtenção das informações referentes ao monitoramento.

As ações de responsabilidade orçamentária do MME são executadas por meio da celebração de convênios. O monitoramento destas ações é realizado conforme previsto nos termos de convênio e na Instrução Normativa nº 01/1997, ou seja, trimestralmente, por meio de relatórios de acompanhamento físico-financeiros e visitas de fiscalização técnico-administrativas.

Os Projetos em andamento estão fornecendo bons resultados, no entanto, em algumas ações a realização das metas físicas foi abaixo do previsto, tendo em vista as dificuldades encontradas nas instituições que coordenam as ações e insuficiência de

recursos, por conta do contingenciamento orçamentário e financeiro, durante o ano de 2006. As dificuldades com os recursos ocasionaram na reprogramação e postergação das atividades previstas para o ano.

Houve descontinuidade dos recursos programados para a celebração de novos convênios, em conseqüência foram firmados somente dois, dos seis programados, da Carteira de Convênios analisada junto ao Programa 1044 – Energia Alternativa Renovável. Os recursos necessários só foram disponibilizados em 18 de dezembro de 2006, quando não se podia mais efetuar notas de empenhos.

A equipe gerencial de estruturação e acompanhamento das atividades previstas no Programa apresenta-se insuficiente, necessitando de pessoal qualificado nas áreas técnica e administrativa. Além disso, a equipe não dispõe de espaço físico adequado e recursos suficientes para realização das viagens de fiscalização.

Espera-se que não haja contingenciamento de recursos da Lei de Orçamento Anual, caso seja necessário uma posterior liberação de créditos adicionais, que seja realizada em tempo hábil para o empenho dos créditos.

No exercício de 2006, verificou-se, nas reuniões junto aos coordenadores de ação, que existem dificuldades na celebração de contratos e na execução de licitações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O cumprimento das atividades executadas juntamente com parceiros não-governamentais está obedecendo às metas acordadas.

O MME dispõe de um serviço de Ouvidoria centralizado que repassa ao Departamento de Desenvolvimento Energético (DDE) os assuntos relacionados às novas tecnologias e às energias alternativas renováveis.

São realizadas, na medida do possível, reuniões solicitadas pelos grupos de interesse. A participação social, por meio desses canais, é produtiva, pois geram novas análises das atividades em desenvolvimento, que resulta em aprimoramento dos processos e resultados do Programa. O programa não possui instrumento oficial de avaliação da satisfação dos beneficiários, porém os índices de satisfação podem ser identificados por meio da adesão da população aos projetos implementados, assim como as suas replicações.

As práticas executadas na gestão do Programa são: reuniões periódicas da gerência executiva com os coordenadores de ação, com o intuito de garantir que as metas físicas e as diretrizes do governo sejam atendidas; acompanhamento dos convênios celebrados da forma como definido na Instrução Normativa nº1 de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) e visitas trimestrais aos Projetos. Como atividade inovadora, ressalta-se a organização, para a divulgação interna e externa, dos resultados das atividades realizadas no âmbito deste Programa.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E OUTROS COMBUSTÍVEIS

OBJETIVO

Oferecer adequada infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados, gás natural, álcool e outros combustíveis.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 705.231.265,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 594.739.620,00
	Total:	R$ 594.739.620,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
R$ 110.000.485,00	R$ 74.615.820,00	

INDICADORES

1. TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTADOS COM AFASTAMENTO - TFCA

Unidade de medida: Taxa
Índice apurado em 2006: 0,51
Índice previsto ao final do PPA: 0,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
A possibilidade de alcance do índice TFCA é alta. Ressalta-se que todas as ações da BR são norteadas por uma adequada política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS).

2. QUALIDADE DOS PRODUTOS DA BR DISTRIBUIDORA - PROGRAMA DE OLHO NO COMBUSTÍVEL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 91,95
Índice previsto ao final do PPA: 87,1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O Programa De Olho no Combustível obteve a marca de 4.778 postos certificados, alcançando o índice de 91,95% dos postos ativos com bandeira BR.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA NO MERCADO DE GLP

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 21,71
Índice previsto ao final do PPA: 21,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

O índice atingido em 2006 foi impactado por perdas significativas de volume para o gás natural para parte das congêneres (Ultragaz, SHV e Butano) no mercado granel, dificultando a conquista de grandes clientes. Além disso, ainda no mercado granel, foram constatadas diminuições de consumo nos segmentos cerâmico (queda das exportações e concorrência do piso chinês no mercado interno), de agronegócios (queda na exportação da soja) e aviário (gripe aviária), compensadas parcialmente pelos aumentos de consumo nos segmentos metalúrgico (crescimento na demanda por parte das montadoras) e de papel e celulose (aumento das exportações). Sendo assim, a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA deve ser classificada como média.

4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA BR DISTRIBUIDORA NO MERCADO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 33,65
Índice previsto ao final do PPA: 35,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Em 2006, houve uma descontinuidade no crescimento da Taxa de Participação no Mercado de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível, devido ao crescimento de outras empresas do setor. As políticas comerciais da BR foram ajustadas de forma a fazer frente às mudanças do ambiente competitivo, visando a dar mais transparência ao mercado, priorizando a inovação e a qualidade dos produtos e serviços e o atendimento a padrões internacionais de SMS.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Diante das taxas de crescimento projetadas para o mercado consumidor de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis, das necessidades percebidas no tocante à energia produzida a partir destes produtos e do crescimento das exigências nos aspectos de SMS, é imperativo ampliar, modernizar e manter a infra-estrutura de distribuição de modo a minimizar o risco ambiental e atender a demanda, preservando ou ampliando a posição de liderança no mercado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Ampliação e manutenção da infra-estrutura varejista: concretizados diversos projetos, merecendo destaque a implantação de 18 postos próprios nas Regiões Nordeste, Norte, Sudeste e Sul; manutenção da rede de 13 Postos Escola; ampliação da rede de postos de Gás Natural Veicular (GNV), inaugurando 53 novos postos em 16 Estados no Brasil, totalizando 348 postos comercializando GNV; comercialização de Biodiesel em 3.740

postos e modernização e adequação de 282 postos através da substituição de equipamentos de distribuição (bombas e tanques) e da imagem, passando para 3.130 o total de postos modernizados, de modo a atender às exigências de segurança e qualidade;

• Ampliação e manutenção da infra-estrutura de atendimento a grandes consumidores: realização de obras e instalação de equipamentos em grandes clientes consumidores, como forma de aumentar o volume dos produtos comercializados;

• Expansão da malha de gás canalizado no Espírito Santo em 43.150, totalizando 88.815 metros de malha. Este investimento permite oferecer uma fonte energética alternativa menos poluente e mais econômica para seus 308 clientes no Estado: 27 indústrias, 23 automotivos, 74 comerciais e 184 residenciais (equivalente a 5.149 unidades consumidoras), localizados nos Municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Aracruz, Viana, Colatina e Linhares;

• Comercialização de Biodiesel em 2.380 grandes clientes consumidores;

• A partir do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) foi criada a sociedade Brasil Pequenas Centrais Elétricas (Brasil PCH), em que a BR detém 50% do capital acionário. Essa sociedade é constituída por treze pequenas centrais hidrelétricas localizadas nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás com a capacidade total de 291 MW. Em 2006, tal empreendimento encontrava-se em fase de construção. Além disso, a BR tem participação, por meio da Termoelétrica Potiguar S.A. (TEP), em outras duas PCHs localizadas em Tocantins com capacidade total de 25,4 MW. Neste projeto, foram investidos R$ 75 milhões em 2006;

• A BR concluiu em 2006 o processo de instalação das três usinas termoelétricas em que possui participação acionária - Tambaqui, Jaraqui e Manauara - com capacidade contratada de 180 MW. A produção da energia elétrica gerada por essas usinas será integralmente comprada e distribuída pela Manaus Energia S.A. (MESA), concessionária de energia responsável pelo atendimento a Manaus e cidades próximas. Cabe ressaltar que, com a entrada de operação do gasoduto Urucu, essas usinas deverão ser convertidas a gás natural.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os mecanismos de monitoramento utilizados pela gerência do programa são:

a) Reuniões de trabalho realizadas mensalmente, com o intuito de acompanhar a performance de resultados da Empresa;
b) Sistema de Gestão Integrada (SAP/R3), Sistema de Informações Gerenciais (Bussiness Warehouse - BW) e Sistema Balanced Scored Card (BSC);
c) Cadastro e acompanhamento das ações realizadas durante o exercício no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento(SIGPlan);
d) Relatórios de Gestão, informando sobre todas as ações implementadas no exercício, bem como a sua prestação de contas;

e) Relatório de Desempenho que detalha a realização de investimentos nos diversos projetos conduzidos pela BR, nos aspectos físicos e financeiros.

Cabe ressaltar que as Ações do Programa são retratadas no Plano Estratégico, que reflete todas as decisões de investimentos da Empresa e exige um controle rigoroso das metas definidas, não se verificando qualquer dificuldade na execução desse monitoramento.

Os recursos autorizados pela LOA 2006 e seus créditos foram adequados para a realização das ações orçamentárias no período. Os recursos originados da geração de caixa da própria Companhia e de aportes de capital realizados pela Petrobras apresentaram fluxo compatível com as necessidades de investimentos.

Foi prevista, inicialmente, a implantação de 22 postos próprios a serem operados em 2006, porém esta meta não foi cumprida, em razão da dificuldade de obtenção de licenças de órgãos ambientais nas esferas municipais, estaduais e federais.

A construção de quatro novas Centrais Avançadas de Inspeção e Serviços (CAIS) não foi concretizada em decorrência da inexistência de uma portaria regulatória relativa aos pontos de abastecimento de consumidores. Dessa forma, a BR optou por suspender temporariamente este projeto até que a atividade referente aos serviços prestados por estas unidades seja regulada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP). A verba de R$ 1,2 milhão foi destinada apenas às melhorias nas CAIS que já estão em operação.

Os atrasos nos cronogramas dos aeroportos de Maceió e Congonhas e nas negociações do aeroporto de Vitória, bem como a alteração do escopo inicial dos projetos de geração de energia elétrica a partir de óleo diesel, levaram à não realização dos investimentos programados para 2006, relativos à Ação 2799 - Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento a Grandes Clientes.

Apesar dessas restrições, os resultados alcançados com a execução do Programa podem ser considerados satisfatórios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Ouvidoria é a referência principal na defesa dos direitos e interesses dos consumidores, dos empregados e da sociedade, com o compromisso de assegurar a solução rápida e eficaz de todas as solicitações, críticas, reclamações e sugestões.

Além da Ouvidoria, a BR disponibiliza diversos canais de comunicação para a sociedade em geral, de modo a promover o fácil acesso ao atendimento às diferentes demandas, com destaque para o Portal BR e os Serviços de Atendimento ao Consumidor (SAC). O Portal BR tem como propósito impulsionar o comércio eletrônico, fidelizar clientes, consumidores e parceiros e melhorar a comunicação e divulgação da Empresa. Já o SAC, acionado via 0800 ou via Portal, recebe todas as mensagens que são analisadas

e tratadas no prazo mais curto possível e, caso haja necessidade, são encaminhadas para tratamento pelas áreas internas competentes.

Além da Ouvidoria e do SAC, o Programa utiliza ainda como mecanismo de avaliação da satisfação de seus beneficiários as Pesquisas de Satisfação de Clientes, que englobam Clientes Revendedores, Consumidores e Finais.

A satisfação dos clientes é demonstrada pela ampliação da liderança no mercado de distribuição de combustíveis e pelas pesquisas de satisfação de Consumidores Finais. Os resultados obtidos nessas avaliações e as expectativas e demandas dos beneficiários são considerados pela BR na definição das metas e estratégicas do seu Plano Estratégico.

São realizados pelo Programa investimentos tanto em melhorias e adequações das instalações da BR, com objetivo de gerar menor impacto ambiental, quanto em garantia de qualidade para os consumidores, inclusive na adaptação de postos de combustível para que se tornem geradores de inclusão social.

O Projeto Cidadão Capaz da rede de postos da Petrobrás está contribuindo para a integração e valorização do portador de deficiência no mercado de trabalho. E o Projeto Posto-Escola é um dos projetos de responsabilidade social da BR que objetiva contribuir para a qualificação profissional de jovens, no padrão BR de atendimento. Os alunos formados estão prontos para atender ao mercado de trabalho, preferencialmente na rede de postos Petrobras.

A BR também se mostra preocupada em atender a demanda de seus clientes e sociedade, investindo em fontes de energia renováveis, como PCHs, biodiesel, hidrogênio e gás natural, buscando diversificar a matriz energética brasileira. O projeto mais relevante de melhoria, iniciado em 2006, objetiva a adequação das unidades operacionais para suportar a comercialização de biodiesel.

Em relação aos projetos de Cogeração, salientam-se aqueles realizados com a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), que consistem no plano de modernização dos aeroportos, permitindo a produção de energia térmica e energia elétrica simultaneamente a partir de gás natural.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

OBJETIVO

Reduzir o desperdício e o uso ineficiente dos insumos energéticos.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores, concessionárias, fabricantes e importadores de equipamentos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 34.481.618,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 448.000,00**
	Pago Estatais:	**R$ 33.544.633,00**
	Total:	**R$ 33.992.633,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 281.900.000,00	**R$ 119.532.447,64**	

INDICADORES

1. ENERGIA ELÉTRICA ECONOMIZADA

Unidade de medida: GWh
Índice apurado em 2006: 2.158
Índice previsto ao final do PPA: 2.500

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

No caso do Programa Nacional de Conservação de Eletricidade (PROCEL), implantou-se nova metodologia de consolidação de informações, o que levou a números ligeiramente inferiores àqueles observados em 2005. Não obstante, incrementou-se o número de equipamentos com Selo de Eficiência Energética. No que tange ao Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET), houve erro no preenchimento dos índices de referência, razão pela qual o índice apurado lhes é superior. Ainda assim, houve incremento de 3,5% em relação à economia observada em 2005.

2. QUANTIDADE DE PETRÓLEO CONSERVADA

Unidade de medida: t equivalente de petróleo por ano
Índice apurado em 2006: 254.400
Índice previsto ao final do PPA: 109.905

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Em conseqüência do aumento da abrangência do CONPET, sobretudo no que diz respeito ao Economizar, desde 2005 já se atingiram as metas originalmente previstas para 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Este Programa pretende desenvolver mecanismos capazes de explorar o potencial de conservação de energia através da promoção de ações com vistas à transformação do mercado atual de energia. Busca agregar valor, desenvolver novas tecnologias, estimular a oferta e demanda de produtos e de serviços mais eficientes no mercado nacional, criando as condições necessárias para atuação de empresas voltadas para este negócio. Fundamentalmente visa a aumentar a disponibilidade de energia para o País.

Há, no Brasil, um significativo desperdício e uso ineficiente de energia, devido basicamente às seguintes causas: falta de acesso à informação para a população e consumidores sobre a importância da energia e seu uso apropriado; carência de educação formal que valorize a energia como um bem fundamental da sociedade; insuficiente capacitação de especialistas em todos os níveis da cadeia energética; ambiente de negócios inadequado para favorecer a sustentabilidade deste mercado; arcabouço legal e institucional ainda inadequado para alavancar o tema; ausência de tecnologias inovadoras para a produção de equipamentos mais eficientes de baixo custo; sinergia insuficiente no uso otimizado de fontes energéticas e política tarifária que não estimula a eficiência energética.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Economia de energia elétrica: 2.150 GWh, alcançada por meio do PROCEL, cujas ações abrangem Selo PROCEL e etiquetagem de Eficiência Energética (89% das ações do PROCEL), de ações de educação (7,7%), de iluminação pública (2,9%), dentre outros, como gestão energética municipal e indústrias;

• Economia de derivados de petróleo: 280 milhões de litros de óleo diesel, alcançada por meio das ações de conservação de derivados do petróleo e do gás natural junto aos setores de transportes, campanhas educativas e etiquetagem, por meio do CONPET;

• O número de veículos monitorados por meio do Programa Economizar, que se volta às empresas de transportes de cargas e passageiros, aumentou para 111 mil veículos;

• Atendimento a 197 novos Municípios por meio de programas de iluminação pública eficiente no âmbito do Programa RELUZ;

• Publicação da Portaria de Regulamentação de Lâmpadas Fluorescentes Compactas (Portaria Interministerial nº 132 de 12.6.2006);

• Elaboração da proposta de regulamentação de edificações, refrigeradores, condicionadores de ar, fogões e fornos a gás.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento das ações do PROCEL e CONPET é realizado com a publicação anual dos resultados obtidos, destacando-se o total de energia e combustíveis economizados, e o total de redução de emissões de poluentes. Ademais, são fornecidas ao Ministério de Minas e Energia (MME), sem periodicidade pré-estabelecida, informações concernentes às ações desempenhadas e aos resultados intermediários obtidos.

A realização das metas físicas ocorreu dentro do previsto, embora algumas ações apresentem deficiências na execução. Esta deficiência decorre, principalmente, em função das dificuldades encontradas no monitoramento e no preenchimento das informações relativas às ações desempenhadas pelas respectivas instituições.

Parte das ações deste Programa é desempenhada com recursos orçamentários de outras instituições (Eletrobrás e Petrobras). Os recursos orçamentários disponibilizados ao MME, no âmbito deste Programa, foram limitados e sofreram forte contingenciamento. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

O impacto das ações com recursos não-orçamentários para o alcance do objetivo do Programa é relevante, na medida em que a maioria dessas contam com recursos de origem no Plano de Dispêndio das Concessionárias.

Para a gestão de todo o Programa, inclusive o desempenho das atividades no âmbito do MME, este Ministério conta somente com dois profissionais. Ademais, a equipe não conta com qualquer apoio administrativo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os mecanismos adotados pela gerência do Programa para a promoção da participação social são:

a) Audiência Pública: etapa obrigatória no caso da implementação da Lei de Eficiência Energética;
b) Consulta Pública: etapa empregada no caso da implementação da Lei de Eficiência Energética, embora não seja obrigatória;
c) reunião com grupos de interesse: há forte interação com entidades representativas de fabricantes e empresas setoriais, além de entidades de defesa do consumidor.

Todas as participações da sociedade foram analisadas cuidadosamente de forma que, quando pertinentes, fossem incorporadas ao processo e discutidas amiúde.

No que tange à Lei de Eficiência Energética, a avaliação da satisfação do beneficiário é feita por meio de consultas e audiências públicas, que ocorrem por meios eletrônico e presencial, respectivamente. Outras formas de avaliação empregadas por meio do PROCEL

e do CONPET é a consulta direta aos fabricantes, associações de empresários, conselhos de consumidores, conselhos de administradores públicos, etc.

As regulamentações no âmbito da Lei de Eficiência Energética são elaboradas de maneira democrática e contando com participações da sociedade, sem que isso lhe furte o caráter de obrigatoriedade. Ademais, ao processo, incorporaram-se consultas públicas por meio eletrônico, que anteciparam as discussões que, de outra forma, seriam limitadas à audiência pública.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL

OBJETIVO

Ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis, em base auto-sustentável, minimizando os impactos ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Concessionárias, permissionárias, agentes produtivos e consumidores de energia elétrica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 40.868.575,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 1.324.495,00**
	Pago Estatais:	**R$ 3.831.916,00**
	Total:	**R$ 5.156.411,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 2.000.000.000,00	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS RENOVÁVEIS NA MATRIZ ENERGÉTICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 44,5
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O índice apurado em 2006, de 44,5% reflete a participação das energias renováveis na matriz energética, não sendo adequado para o Programa supracitado. O resultado do Programa de Energia Alternativa Renovável deve ser contabilizado na matriz elétrica, na qual apresenta um impacto significativo. A partir de 2006, foi criado o indicador Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na matriz elétrica, cuja fórmula de cálculo é porcentagem de FARs na matriz elétrica = potência instalada de FARs (MW)/ potência total instalada (MW).

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Baixa diversidade da matriz energética nacional, evidenciada pelo uso de poucas formas de energia alternativa e pelo atraso tecnológico, impõe ao País a necessidade de ampliar a oferta de energia, com recursos energéticos locais, promovendo a economia de divisas e independência de conjunturas internacionais, além de contribuir para o equilíbrio

de oferta e demanda e reduzir os riscos hidrológicos. No âmbito do Programa, também estão previstos o acompanhamento, a avaliação e a divulgação das ações pouco conhecidas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

O Programa visa estimular a criação de um ambiente de negócios favorável aos certificados verdes e de emissão reduzida de gases de efeito estufa (CDM - Certificados Verdes) e promover o levantamento de potencial energético de fontes alternativas, nos sistemas interligado e isolado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em 2006, entraram em operação comercial pelo PROINFA 28 empreendimentos, perfazendo 755,08 MW, sendo 132,34 MW para a fonte Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH), oito projetos; 414,44 MW para a fonte Biomassa, 15 projetos e 208,3 MW para a fonte eólica, 5 projetos;

• Realização de atividades de disseminação dos conhecimentos e informações referentes às fontes alternativas renováveis de energia elétrica;

• Participação nos processos de regulamentação da legislação de incentivos referentes às fontes alternativas renováveis de energia elétrica;

• Celebração de dois novos convênios junto aos Programas de Energia Alternativa Renovável e Desenvolvimento Tecnológico no Setor de Energia e Apoio a Centros de Referência e Instituições de Pesquisa, bem como o acompanhamento dos convênios em andamento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

As ações implementadas em outras instituições são acompanhadas por meio de contatos e reuniões de trabalho entre a gerência executiva e os coordenadores de ações, porém existem dificuldades na obtenção das informações relativas a algumas ações do Programa, especialmente as não-orçamentárias.

As ações de responsabilidade orçamentária do Ministério de Minas e Energia (MME) são executadas por meio da celebração de convênios. O monitoramento destas ações é realizado conforme previsto nos termos de convênio e na Instrução Normativa nº 01/1997, ou seja, trimestralmente por meio de relatórios de acompanhamento físico-financeiros e visitas de fiscalização técnico-adminstrativa.

Os Projetos em andamento estão fornecendo bons resultados. No entanto, em algumas ações a realização das metas físicas foi abaixo do previsto, tendo em vista as dificuldades encontradas nas instituições que coordenam as ações e a insuficiência de recursos, por conta do contingenciamento orçamentário e financeiro, durante o ano de 2006. As dificuldades com os recursos ocasionaram a reprogramação e postergação das atividades previstas para o ano.

Houve descontinuidade dos recursos programados para a celebração de novos convênios. Em conseqüência foram firmados somente dois, dos quatro programados, da Carteira de Convênios analisada junto ao Programa 0476 - Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia. Os recursos necessários só foram disponibilizados em 18 de dezembro de 2006, quando não se podia mais efetuar notas de empenhos.

O PROINFA é a principal atividade desta ação, representando 144 projetos de geração elétrica, totalizando 3.300 MWN. No entanto, as informações pertinentes à execução dos financiamentos dos projetos são de responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que não fornece as informações para o preenchimento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

A realização dos recursos destinados a este Programa foi afetada pelo contingenciamento orçamentário, como também por dificuldades de execução encontradas nas outras instituições que coordenam as suas ações, exceto o MME. Porém, os recursos do Gerenciamento e Administração do Programa (GAP), executados pelo MME, estão adequados e foram executados estritamente em função das necessidades encontradas.

Outras dificuldades para a execução do Programa, dizem respeito ao reduzido espaço físico, insuficiência de recursos para realização das viagens de fiscalização e dificuldades de manutenção da equipe técnica.

A equipe gerencial de estruturação e acompanhamento das atividades previstas é insuficiente, necessitando de pessoal qualificado nas áreas técnica e administrativa.

No exercício de 2006, foi verificado nas reuniões junto aos coordenadores de ação, que as outras instituições coordenadoras têm dificuldades de aprovação interna na organização de licitações e celebração de contratos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa realiza parcerias com entidades não governamentais e as metas acordadas têm sido cumpridas.

Os mecanismos de participação social utilizados são a Ouvidoria e reuniões com grupos de interesse. Os questionamentos encaminhados são sempre produtivos, pois ensejam novas análises das atividades em desenvolvimento, o que resulta em aprimoramento dos processos e resultados do Programa.

O Programa não possui instrumento oficial de avaliação da satisfação dos beneficiários, porém os índices de satisfação podem ser identificados por meio da adesão da população aos projetos implementados, assim como as suas replicações.

Apesar de todas as dificuldades existentes, apontadas nos itens anteriores, este Programa está sendo implementado de forma satisfatória. As práticas executadas na gestão

são: reuniões periódicas da gerência executiva com os coordenadores de ação, no intuito de garantir o atendimento às metas físicas e às diretrizes do governo; acompanhamento dos convênios celebrados da forma como definido na Instrução Normativa nº 01, de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e visitas trimestrais aos projetos. Como atividade inovadora, ressalta-se o desenvolvimento de trabalhos de divulgação interna e possivelmente externa dos resultados das atividades realizadas no âmbito deste Programa.

RECOMENDAÇÕES

• A Ação 10WD - Implantação de Unidades de Produção de Biocombustível não se enquadra no escopo das ações do Programa, tendo em vista não se tratar de produção de energia elétrica.

ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE

OBJETIVO

Atender as necessidades de energia elétrica da Região Nordeste.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica da Região Nordeste.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 868.795.094,00	**Empenho Liquidado:**	**-**
	Pago Estatais:	**R$ 645.987.573,00**
	Total:	**R$ 645.987.573,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 907.300.000,00	**-**	

INDICADORES

1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Unidade de medida: MW
Índice apurado em 2006: 104.464
Índice previsto ao final do PPA: -
Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

2. CONSUMO DE ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE

Unidade de medida: GWh
Índice apurado em 2006: 347.371
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

3. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO

Unidade de medida: MVA
Índice apurado em 2006: 90.076
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA

4. LINHAS DE TRANSMISSÃO INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV

Unidade de medida: km
Índice apurado em 2006: 86.205
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Região Nordeste caracteriza-se como de capacidade de geração limitada aos aproveitamentos existentes na bacia do rio São Francisco, dependendo de importação de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN). O consumo de energia da região concentra-se nos grandes centros urbanos, notadamente nas capitais dos Estados, com elevada taxa de consumidores de baixa renda. O Sistema Nordeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia.

A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica e outras fontes, contribuindo para a diversidade da Matriz Energética Nacional. As obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram acrescentados, no ano de 2006, mais 197 MW de potência instalada em novas usinas na região Nordeste. Com destaque para a entrada em operação da Usina Termoelétrica (UTE) Veracruz Celulose (Bahia), com 117 MW, com energia produzida a partir de licor negro, um subproduto da celulose. Foram adicionados ainda mais 90 MW em Pequenas Centrais Elétricas (PCHs) e biomassa em diversos Estados da região;

• Em Linhas de Transmissão (LTs), destaca-se a conclusão da LT São João do Piauí-Elizeu Martins, em 230 kV, com 173 km, e o seccionamento da LT Recife II-Bongi em Joairam. Em subestações (SEs), a entrada em operação das SEs Elizeu Martins, Banabuiu, Goianinha, Russas e Joairam, em 230/69 kV, para suprimentos regionais, em 500/230 kV, destaca-se a ampliação da SE Fortaleza, com 600 MVA.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento da expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). São realizadas, mensalmente, reuniões sob

a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME) com participações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entre outros agentes. São realizadas também reuniões sob a coordenação da Eletrobrás e com as empresas do grupo responsáveis por grande parte das ações contempladas no Programa.

Os responsáveis pelo acompanhamento das ações no âmbito executivo do Comitê de Monitoramento realizam visitas *in loco* para avaliar a situação das obras e as necessidades de gestão específicas para o andamento normal da ação.

O acompanhamento da evolução normal das ações é feito por meio de sistemas de informação, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e ferramentas específicas do MME. Utilizado mensalmente para atualização das ações do Programa. São elaborados e disponibilizados para informação gerencial relatórios de acompanhamento da evolução das ações.

O objetivo do programa é atender as necessidades de energia elétrica da Região Nordeste. Nesse sentido, o programa alcançou os resultados esperados. Os atrasos verificados não chegaram a comprometer a qualidade do fornecimento de energia elétrica para a região.

O percentual médio de realização das metas físicas previstas foi de 85%, atendendo às expectativas. Foi verificado atraso no licenciamento ambiental de alguns empreendimentos de transmissão, prejudicando parcialmente o cumprimento da meta. E os recursos orçamentários foram suficientes para a implementação das ações previstas.

Há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos (aprovação do Congresso), prejudicando a execução das ações - programação física. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações. Enquanto não houver sintonia entre as diversas etapas do processo, os resultados do programa serão comprometidos.

O desempenho físico das ações foi prejudicado pelo alongamento dos prazos das licitações, por problemas legais inerentes ao próprio processo. A proposição de adequação da Lei nº 8.666, inserida no conjunto de instrumentos legais do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) - Projeto de Lei nº 7.709/2007, é benéfica para as empresas do setor elétrico, pois proporcionará maior celeridade aos processos de licitação.

Para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, foi observada lentidão no processo de obtenção das licenças.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias com empresas privadas são pouco representativas no conjunto de ações, porém apresentam resultados positivos, especialmente na transmissão.

Os mecanismos de participação social utilizados têm proporcionado maior transparência e aperfeiçoamento dos processos que envolvem autorização/concessão de empreendimentos de geração e transmissão. Os canais utilizados são:

a) Ouvidoria - na captação de sugestões, recomendações, reclamações e outras demandas da sociedade;
b) audiência pública - para as ações/obras que requerem legalmente a realização de audiência pública;
c) as reuniões com grupos de interesse visam a antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Essas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios.

A avaliação da satisfação dos beneficiários do programa é realizada por meio da Pesquisa de Satisfação do Consumidor, realizada pela ANEEL e pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE).

A realização das reuniões de acompanhamento do Programa envolvendo todas as empresas participantes. O monitoramento das ações pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) podem ser consideradas práticas ou procedimentos adequados para a avaliação periódica do Programa.

RECOMENDAÇÕES

• Substituição de todos os indicadores dos programas pelos seguintes:

a) Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica e
b) Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 kV;

• Inclusão dos empreendimentos de geração e transmissão previsto no PAC, incluindo as PCHs, Eólicas e Biomassa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA);

• Alterar o objetivo do Programa.

ENERGIA NA REGIÃO NORTE

OBJETIVO

Atender as necessidades de energia elétrica da Região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional (SIN).

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica da Região Norte.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 443.890.000,00	**Empenho Liquidado:**	**-**
	Pago Estatais:	**R$ 319.980.242,00**
	Total:	**R$ 319.980.242,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 3.650.060.000,00	**R$ 1.691.200.000,00**	

INDICADORES

1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Unidade de medida: MW
Índice apurado em 2006: 104.464
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

2. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO

Unidade de medida: MVA
Índice apurado em 2006: 90.076
Índice previsto ao final do PPA: 0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

3. CONSUMO DE ENERGIA NA REGIÃO NORTE

Unidade de medida: GWh
Índice apurado em 2006: 347.371
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

4. LINHAS DE TRANSMISSÃO INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV

Unidade de medida: km
Índice apurado em 2006: 86.205
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Região Norte caracteriza-se como área de grande potencial hidrelétrico, com regimes hidrológicos diferentes das demais regiões do País, possibilitando a transferência de grandes blocos de energia para atendimento das demandas dos grandes centros de consumo. A expansão da geração e transmissão na região está associada a investimentos em grandes usinas e longas linhas de transmissão em alta tensão, com impactos sócio-ambientais relevantes e de grande importância para o equilíbrio da oferta e demanda, devido ao esgotamento das reservas em outras regiões. As obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. O aproveitamento do potencial hidrelétrico dessa região requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram acrescidos, durante o ano de 2006, 758,3 MW de potência instalada em novas usinas na região Norte. Em especial destaca-se a conclusão da segunda etapa da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí, com a conclusão da última turbina com 375 MW, localizada no Estado do Pará. Outro destaque foi a conclusão da UHE Peixe Angical no Pará com 483,3 MW;

• No segmento Transmissão, foi destaque a conclusão da Linha de Transmissão (LT) em 500 kV, Colinas-Ribeiro Gonçalves-São João do Piaui-Sobradinho com 934 km, que amplia a capacidade de recebimento da Região Nordeste em 1200 MW médio, garantindo o suprimento desta região para os próximos anos. Também tivemos a conclusão da LT Tucurui-Vila do Conde, em 500 kV, com 328 km, necessária para garantir o escoamento da energia gerada na UHE Tucuruí.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento da expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). São realizadas, mensalmente, reuniões sob

a coordenação do Ministério das Minas e Energia (MME) com participações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), do Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS, da Empresa de Pesquisa Energética EPE, dentre outros agentes. São realizadas também reuniões sob a coordenação da Eletrobrás com as empresas do grupo, responsáveis por grande parte das ações contempladas no Programa.

Os responsáveis pelo acompanhamento das ações no âmbito executivo do Comitê de Monitoramento realizam também visitas *in loco* para avaliar a situação das obras e as necessidades de gestão específicas para o andamento normal da ação.

O acompanhamento da evolução normal das ações é feito por meio de sistemas de informação, Sistema de Informações Gerenciais e de Palnejamento (SIGPlan) e ferramentas específicas do MME. O SIGPlan é utilizado mensalmente para atualização das ações do programa. Os Relatórios de Gestão são elaborados e disponibilizados para informação gerencial.

As metas físicas foram realizadas de acordo com a expectativa, apesar do índice de realização orçamentária das concessionárias ter alcançado somente 70%. Vale lembrar que o percentual de recursos não orçamentários nesse Programa foi bastante significativo.

Os recursos orçamentários foram suficientes para a implementação das ações previstas.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

Há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos (aprovação do Congresso), prejudicando a execução das ações - programação física. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações. Enquanto não houver sintonia entre as diversas etapas do processo, os resultados do Programa serão comprometidos.

O desempenho físico das ações também foi prejudicado pelo alongamento dos prazos das licitações, por problemas legais inerentes ao próprio processo. A proposição de adequação da Lei nº 8.666, inserida no conjunto de instrumentos legais do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Projeto de Lei nº 7.709/2007, é benéfica para as empresas do setor elétrico, pois proporcionará maior celeridade aos processos de licitação. Foi observada lentidão no processo de obtenção das licenças ambientais em ações específicas.

As empresas federais têm participado dos leilões promovidos pela Aneel e, para os casos em que saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir sua nova ação e, por conseqüência, suas alterações orçamentárias nos prazos requeridos

pelos cronogramas de obras apresentados. Há necessidade de avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar o processo.

O processo de autorização de ações de expansão e/ou melhorias é demorado pelo excesso de rotinas administrativas. Os procedimentos compreendidos entre a identificação da necessidade da obra até a emissão do ato autorizativo são trabalhosos e morosos, comprometendo as realizações físicas e orçamentárias do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Boa parte do conjunto de obras de expansão do sistema elétrico é executado por investidores privados. Os empreendimentos são outorgados pela Aneel após a realização dos leilões. O desempenho do Programa tem sido satisfatório.

Os mecanismos de participação social utilizados pela gerência do programa têm promovido maior transparência e aperfeiçoamento dos processos que envolvem autorização e concessão de empreendimentos de geração e transmissão. São eles:

a) Ouvidoria - na captação de sugestões, recomendações, reclamações e outras demandas da sociedade;
b) audiência pública para as ações/obras que requerem legalmente sua realização;
c) reunião com grupos de interesse para antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Essas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios;
d) discussão em Conselho Setorial para envolver as ações num contexto mais abrangente, com a participação de especialistas e representantes de outros setores.

A avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa é feita por meio da Pesquisa de Satisfação do Consumidor, realizada pela ANEEL e pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE).

A realização das reuniões de acompanhamento do Programa envolvendo todas as empresas participantes do Programa e o monitoramento das ações pelo CMSE podem ser consideradas práticas ou procedimentos adequados para a avaliação periódica do Programa.

RECOMENDAÇÕES

• Substituição de todos os indicadores dos programas pelos seguintes:

a) Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica;
b) Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 kV;

• Inclusão dos empreendimentos de geração e transmissão previsto no PAC, incluindo as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Eólicas e Biomassa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA);

• Alterar o objetivo do Programa.

ENERGIA NA REGIÃO SUL

OBJETIVO

Atender as necessidades de energia elétrica da Região Sul e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional (SIN).

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica da Região Sul.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 646.677.425,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 346.310.689,00
	Total:	R$ 346.310.689,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
R$ 3.375.248.000,00	R$ 1.239.524.000,00	

INDICADORES

1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Unidade de medida: MW
Índice apurado em 2006: 104.464
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

2. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO

Unidade de medida: MVA
Índice apurado em 2006: 90.076
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

3. CONSUMO DE ENERGIA NA REGIÃO SUL

Unidade de medida: GWh
Índice apurado em 2006: 347.371
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

4. LINHAS DE TRANSMISSÃO INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV

Unidade de medida: km
Índice apurado em 2006: 86.205
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Região Sul caracteriza-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no SIN, além de desempenhar um papel de exportadora para as demais regiões integrantes do Sistema Interligado. Esta região caracteriza-se, também, como pólo de desenvolvimento industrial, com elevado potencial de consumo. O Sistema Elétrico Sul convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica, contribuindo para a diversificação na Matriz Energética, face às elevadas reservas carboníferas existentes e às obras de expansão, além de atender às necessidades energéticas da região e aos sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram acrescentados, no ano de 2006, 938 MW de potência instalada em novas usinas na região Sul. Com destaque especial para a conclusão da Usina Hidrelétrica (UHE) Barra Grande, 466 MW (RS e SC), UHE Fundão 120 MW (PR), UTE Santa Terezinha, 50 MW (PR) e Parque Eólico Osório 150 MW (RS);

• Foram instalados mais 506 km de linhas de transmissão, destacando-se a Linha de Transmissão (LT), em 500 kV, Campos Novos - Blumenau, com 359 km de extensão, no Estado de SC, em operação desde setembro de 2006, e o seccionamento da LT Itá - Santa Rita, em 500 kV no RS. Em subestações (SEs), foram acrescentados 3.834 MVA de transformação, com destaque para a nova subestação 500/230 KV de Santa Rita (RS), a ampliação das SEs Campos Novos (SC) e Caxias (RS), em 500/230 kV- 672 MVA, em cada subestação. Também as ampliações em SC de Joinville e Xanxerê em 230/138 kV e Siderópolis em 230/69 kV.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento da execução das metas físicas e das ações de expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As reuniões, mensais, são realizadas sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME) com participações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), do Operador Nacional do Sistema Elétrico, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), dentre outros agentes. São realizadas também reuniões sob a coordenação da Eletrobrás com as empresas do grupo responsáveis por grande parte das ações contempladas no Programa.

Os responsáveis pelo acompanhamento das ações no âmbito executivo do Comitê de Monitoramento realizam visitas *in loco* para avaliar a situação das obras e as necessidades de gestão específicas para o andamento normal da ação.

O acompanhamento da evolução normal das ações é feito por meio de sistemas de informação, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e ferramentas específicas do MME. O SIGPlan é utilizado mensalmente para atualização das ações do Programa. São elaborados relatórios de gestão e disponibilizados para informação gerencial relatórios de acompanhamento da evolução das ações.

As metas físicas situaram-se dentro das expectativas, apesar dos índices de realização orçamentária das concessionárias terem alcançado patamar próximo de 75%. Vale lembrar que o percentual de recursos não-orçamentários nesse Programa é significativo. Algumas ações de geração não foram iniciadas pelos empreendedores, prejudicando parcialmente a meta do Programa.

Os recursos orçamentários foram suficientes para a implementação das ações previstas, embora tenha havido descontinuidade no fluxo de recursos, este fato não prejudicou decisivamente a execução do Programa.

Há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos, prejudicando a execução das ações - programação física. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações. Enquanto não houver sintonia entre as diversas etapas do processo, os resultados do Programa serão comprometidos.

O desempenho físico das ações foi prejudicado pelo alongamento dos prazos das licitações, por problemas legais inerentes ao próprio processo. A proposição de adequação da Lei nº 8.666, inserida no conjunto de instrumentos legais do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Projeto de Lei nº 7.709/2007, é benéfica para as empresas do setor elétrico, pois proporcionará maior celeridade aos processos de licitação

Para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, foi observada lentidão no processo de obtenção das licenças.

As empresas federais têm participado dos leilões promovidos pela Aneel e, para os casos em que saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir sua nova ação e, por conseqüência, suas alterações orçamentárias, nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. Há necessidade de avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar esse processo.

O processo de autorização de ações de expansão e/ou melhorias é demorado pelo excesso de rotinas administrativas. Os procedimentos compreendidos entre a identificação da necessidade da obra até a emissão do ato autorizativo são trabalhosos e morosos, comprometendo as realizações físicas e orçamentárias do Programa.

Bom desempenho das ações não-orçamentárias no segmento de transmissão foi devido à estabilidade do modelo setorial vigente, proporcionado pelo cumprimento dos contratos firmados após os leilões. Parte do conjunto de obras de expansão do sistema elétrico é executado por investidores privados, os empreendimentos são outorgados pela Aneel após a realização dos leilões. No segmento de transmissão observou-se bom desempenho dessas parcerias. Entretanto, no segmento de geração, parte das ações ficou comprometida por aspectos societários e de ordem ambiental.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os mecanismos de participação social têm promovido a transparência e o aperfeiçoamento dos processos que envolvem autorização e concessão de empreendimentos de geração e transmissão de energia. São eles:

a) Ouvidoria para a captação de sugestões, recomendações, reclamações e outras demandas da sociedade;
b) audiência pública para as ações/obras que requerem legalmente a realização de audiência pública;
c) reunião com grupos de interesse que visam antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Essas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios.
d) discussão em Conselho Setorial para envolver as ações num contexto mais abrangente, com a participação de especialistas e representantes de outros setores.

O Programa avalia a satisfação dos beneficiários por meio da Pesquisa de Satisfação do Consumidor realizada pela ANEEL e Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE).

A realização das reuniões de acompanhamento do Programa envolvendo todas as empresas participantes, e o monitoramento das ações pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) podem ser considerados práticas ou procedimentos adequados para a avaliação periódica do Programa.

RECOMENDAÇÕES

• Substituição de todos os indicadores dos programas pelos seguintes:

a) Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica;
b) Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 kV;

• Inclusão dos empreendimentos de geração e transmissão previsto no PAC, incluindo as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Eólicas e Biomassa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA);

• Alterar o objetivo do Programa.

ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE

OBJETIVO

Atender as necessidades de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional (SIN).

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.817.017.879,00	**Empenho Liquidado:**	**-**
	Pago Estatais:	**R$ 1.189.771.110,00**
	Total:	**R$ 1.189.771.110,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 4.202.331.000,00	**R$ 792.511.000,00**	

INDICADORES

1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Unidade de medida: MW
Índice apurado em 2006: 104.464
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Comentários: Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

2. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO

Unidade de medida: MVA
Índice apurado em 2006: 90.076
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

3. CONSUMO DE ENERGIA NA REGIÃO SUDESTE E CENTRO-OESTE

Unidade de medida: GWh
Índice apurado em 2006: 347.371
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

4. LINHAS DE TRANSMISSÃO INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV

Unidade de medida: km
Índice apurado em 2006: 90.265
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA

CONTEXTUALIZAÇÃO

As Regiões Sudeste e Centro-Oeste caracterizam-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no SIN, além de desempenhar um papel de importadores ou exportadores para as demais regiões integrantes do Sistema Interligado. Estas regiões caracterizam-se, também, pelo elevado consumo de energia elétrica, nos seus diversos segmentos, com ênfase especial para o setor industrial responsável pela maior parcela do Produto Interno Bruto (PIB).

O Sistema Sudeste/Centro-Oeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. As obras de expansão, além de atender às necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. No entanto, o pleno aproveitamento do potencial hidrelétrico remanescente dessa Região requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram acrescidos 770 MW de potência instalada em novas usinas nas regiões Sudeste e Centro Oeste. Em especial destacamos a conclusão das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Irapé, com 360 MW e Capim Branco I, com 240 MW, localizadas no Estado de Minas Gerais;

• Foram instalados mais 1.300 km de novas linhas de transmissão na Região, destacando-se a Linha de Transmissão (LT) Cuiabá-Ribeirãozinho-Itumbiara, em 500 kV, com 808 km de extensão, nos Estados de Mato Grosso e Goiás, em operação desde dezembro de 2006, as LTs Porto Primavera-Dourados, com 190 km de extensão, e Porto Primavera-Imbirussu (Campo Grande), com 300 km de extensão, ambas em 230 kV, no Mato Grosso do Sul.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento da execução das metas físicas das ações de expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As reuniões mensais são realizadas sob a coordenação do Ministério das Minas e Energia (MME) com participações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entre outros agentes. São realizadas também reuniões sob a coordenação da Eletrobrás com as empresas do grupo responsáveis por grande parte das ações contempladas no Programa.

Os responsáveis pelo acompanhamento das ações no âmbito executivo do Comitê de Monitoramento realizam visitas *in loco* para avaliar a situação das obras e as necessidades de gestão específicas para o andamento normal da ação.

O acompanhamento da evolução normal das ações é feito por meio de sistemas de informação, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e ferramentas específicas do MME. O SIGPlan é utilizado mensalmente para atualização das ações do Programa. Os relatórios de gestão são elaborados e disponibilizados para informação gerencial relatórios de acompanhamento da evolução das ações.

As metas físicas foram cumpridas dentro das expectativas, apesar do índice de realização orçamentária das concessionárias ter sido abaixo do realizado em 2005. Vale lembrar que o percentual de recursos não orçamentários nesse Programa é bastante elevado.

Os recursos orçamentários foram suficientes para a implementação das ações previstas, embora tenha havido descontinuidade no fluxo de recursos, este fato não prejudicou decisivamente a execução programada.

Há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos (aprovação do Congresso), prejudicando a execução das ações - programação física. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações. Enquanto não houver sintonia entre as diversas etapas do processo, os resultados do Programa serão comprometidos.

O desempenho físico das ações foi prejudicado pelo alongamento dos prazos das licitações, por problemas legais inerentes ao próprio processo. A proposição de adequação da Lei nº 8.666, inserida no conjunto de instrumentos legais do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Projeto de Lei º 7.709/2007, é benéfica para as empresas do setor elétrico, pois proporcionará maior celeridade aos processos de licitação.

Para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, foi observada lentidão no processo de obtenção das licenças.

As empresas federais têm participado dos leilões promovidos pela Aneel e, para os casos em que saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir sua nova ação e, por conseqüência, suas alterações orçamentárias, nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. Há necessidade de avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar esse processo.

O processo de autorização de ações de expansão e/ou melhorias é demorado pelo excesso de rotinas administrativas. Os procedimentos compreendidos entre a identificação da necessidade da obra até a emissão do ato autorizativo são trabalhosos e morosos, comprometendo as realizações físicas e orçamentárias do programa.

O alto desempenho das ações não orçamentárias no segmento de transmissão deve-se à estabilidade do modelo setorial vigente, proporcionada pelo cumprimento dos contratos firmados após os leilões. No segmento de geração, parte das ações ficaram comprometidas por aspectos societários e de ordem ambiental.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Boa parte do conjunto de obras de expansão do sistema elétrico é executado por investidores privados. Os empreendimentos são outorgados pela Aneel após a realização dos leilões. O desempenho tem sido satisfatório.

Os mecanismos de participação social utilizados pela gerência do programa têm promovido maior transparência e aperfeiçoamento dos processos que envolvem autorização e concessão de empreendimentos de geração e transmissão. São eles:

a) Ouvidoria, na captação de sugestões, recomendações, reclamações e outras demandas da sociedade;
b) audiência pública para as ações/obras que requerem legalmente a sua realização;
c) reunião com grupos de interesse para antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Essas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios;
d) discussão em Conselho Setorial para envolver as ações num contexto mais abrangente, com a participação de especialistas e representantes de outros setores.

O Programa avalia a satisfação dos beneficiários por meio da Pesquisa de Satisfação do Consumidor realizada pela ANEEL e Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE).

A realização das reuniões de acompanhamento do Programa envolvendo todas as empresas participantes do programa e o monitoramento das ações pelo CMSE podem ser consideradas práticas ou procedimentos adequados para a avaliação periódica do programa.

RECOMENDAÇÕES

- Substituição de todos os indicadores dos programas pelos seguintes:

a) Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica;
b) Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 kV;

- Inclusão dos empreendimentos de geração e transmissão previsto no PAC, incluindo as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Eólicas e Biomassa do Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Fontes Alternativas (PROINFA);

- Alterar o objetivo do Programa.

ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

OBJETIVO

Ampliar a oferta nos sistemas isolados ainda existentes, atendendo suas necessidades de energia elétrica.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 536.743.010,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 356.194.594,00
	Total:	R$ 356.194.594,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
R$ 42.800.000,00	-	

INDICADORES

1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Unidade de medida: MW
Índice apurado em 2006: 3.518
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

2. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO

Unidade de medida: MVA
Índice apurado em 2006: 6.288
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

3. CONSUMO DE ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

Unidade de medida: GWh
Índice apurado em 2006: 7.412
Índice previsto ao final do PPA: 9.158

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

4. LINHAS DE TRANSMISSÃO INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV

Unidade de medida: km
Índice apurado em 2006: 2.777
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os Sistemas Isolados caracterizam-se pela insuficiência de oferta de energia e pela baixa qualidade no atendimento das necessidades de energia elétrica. A ampliação da oferta de energia elétrica e a melhoria da qualidade dos serviços podem ser obtidas pela integração dos principais mercados isolados (Acre, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso e Amapá) ao SIN. Nas pequenas comunidades, o parque gerador é composto de unidades dieselétricas, com atendimento parcial, com elevados custos de operação e manutenção associados às dificuldades de logística para suprimento de combustível, principalmente em períodos de águas baixas. Além disso, o perfil dos consumidores, caracterizado por baixa renda e cultura e hábitos diferenciados, requer a adoção de medidas específicas no processo de universalização do uso da energia elétrica. Apesar da realização de importantes ações e projetos em 2006, principalmente no segmento de geração no Estado do Amazonas, ainda há necessidade de novos investimentos para cobrir o *deficit* de atendimento e melhorar a qualidade do fornecimento de energia para a região.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• No segmento de geração, o programa avançou 16,2 %, ampliando a capacidade instalada de geração em 491 MW. No Estado do Amazonas, especificamente na capital Manaus, foram instaladas por produtores independentes cinco novas usinas termelétricas. Esse acréscimo foi fundamental para atender as necessidades do mercado local, sempre crescendo a taxas acima da média nacional. No ano, foram instaladas 71 unidades geradoras de pequeno e médio porte. Nos demais Estados foram realizados os trabalhos de manutenção do parque gerador, sem alterações significativas na capacidade instalada;

• No Estado de Rondônia foram realizadas várias obras para melhorar o atendimento (nível de tensão) e interligar Municípios até então atendidos por usinas termelétricas, em especial o Município de Pimenta Bueno, entre outros Municípios de Rondônia que foram interligados e/ou melhorado o atendimento cita-se: Alto Paraíso, Nova Brasilândia, São Domingos, Novo Horizonte, Alto Alegre do Parecis e São Felipe; foi dado andamento às obras de integração do Mercosul (Município de Vilhena e região - divisa com MT) e até o final de 2007 todo o sistema Acre-Rondônia estará interligado;

• No Estado do Amapá, na capital Macapá, foi concluída a Linha de Transmissão (LT) 69 kV Santana - Santa Rita com 15 km de extensão;

• No Estado do Amazonas foram implantadas as LTs 69 kV Mauá II - Consumidores Industriais - 1,6 km, Ilha do Camarão - Iranduba -13,9 km, Mauá - Cidade Nova - 17,5 km, Manaus - Distrito Industrial - 7 km, Mauá - São José - 4,6 km, entre outras. Foram também realizados investimentos em subestações (SEs), como SEs Mauá, Iranduba, São José e Cidade Nova, entre outras; apesar da expansão verificada na transmissão, a cidade de Manaus requer ainda grandes investimentos neste segmento, inclusive com necessidade de elevar o nível de tensão para 138 kV e até 230 kV;

• No interior do Estado do Amazonas, foram construídos 95 km de redes de distribuição permitindo atender/regularizar aproximadamente quatro mil consumidores. Em Manaus, foram construídos 298 km, permitindo atender/regularizar aproximadamente 8 mil consumidores. Em Boa Vista, foram 80 km de redes, permitindo a ligação/regularização de 2.700 consumidores. O segmento de distribuição necessita de grandes investimentos e de uma atenção especial, pois as empresas distribuidoras não conseguem, normalmente, chegar à frente das demandas da sociedade, acumulando áreas sem acesso à energia em regiões periféricas dos Municípios. Esta situação acarreta o uso de métodos não convencionais de atendimentos (gatos), elevando as perdas das empresas e risco de acidentes.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento das ações de expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). São realizadas, mensalmente, reuniões sob a coordenação do Ministério das Minas e Energia (MME) com participações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entre outros agentes. São realizadas também reuniões, sob a coordenação da Eletrobrás, com as empresas do grupo responsáveis por grande parte das ações contempladas no Programa.

Os responsáveis pelo acompanhamento das ações, no âmbito executivo do Comitê de Monitoramento, realizam visitas *in loco* para avaliar a situação das obras e as necessidades de gestões específicas para o andamento normal da ação.

O acompanhamento da evolução normal das ações é feito por meio de sistemas de informação, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), e ferramentas específicas do MME. O SIGPlan é utilizado mensalmente para atualização das ações do Programa. Os Relatórios de Gestão são elaborados e disponibilizados para informação gerencial.

Para a maioria das empresas, a execução orçamentária ficou muito abaixo das dotações orçamentárias autorizadas na Lei Orçamentária Anual 2006 e suas alterações. As justificativas são: a demora para conclusão dos processos licitatórios, contingenciamento

orçamentário, e a aprovação dos créditos suplementares em período não apropriado. Esses fatores prejudicaram o desempenho das metas físicas das ações.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

A região possui características peculiares, com grandes dificuldades de deslocamentos e acesso a determinadas localidades. Deste modo, a infra-estrutura disponível para as equipes executoras e os problemas de logística para compra e distribuição dos recursos materiais necessários dificultam a implementação das ações.

O quantitativo de recursos humanos existente nas equipes executoras não é suficiente para a execução das ações, principalmente para aquelas voltadas para as atividades de ampliação e manutenção de redes de distribuição. Atualmente, pela simultaneidade de ações com outros programas relevantes do PPA (Luz para Todos), os recursos humanos são compartilhados, prejudicando, fortemente, o desempenho do Programa. Além disso, a força de trabalho, formada por equipe própria e terceirizada, necessita de treinamento técnico para melhorar o desempenho das ações, principalmente na área de distribuição.

O desempenho físico das ações foi prejudicado pelo alongamento dos prazos das licitações, por problemas legais inerentes a este processo. A proposição de adequação da Lei nº 8.666, inserida no conjunto de instrumentos legais do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Projeto de Lei nº 7.709/2007, é benéfica para as empresas do setor elétrico, pois proporcionará maior celeridade nos processos de licitação.

Para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, foi observado lentidão nas autorizações das licenças. Podemos destacar o processo de licenciamento das hidrelétricas do Rio Madeira.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os mecanismos de participação social têm promovido maior agilidade no processo de regularização institucional das obras e melhor direcionamento dos benefícios à sociedade. Esses mecanismos de participação são:

a) as empresas mantém serviços de Ouvidoria para interagirem com os consumidores;
b) audiência pública para as ações/obras que requerem legalmente a sua realização;
c) reunião com grupos de interesse para antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Essas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios;
d) discussão em Conselho Setorial por meio de reuniões com conselhos representativos dos setores de meio ambiente e planos diretores de Municípios.

A avaliação de satisfação do público-alvo é promovida de forma indireta pela Aneel e pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE). Os resultados estão disponíveis nos síteos das respectivas instituições.

A realização das reuniões de acompanhamento do Programa, envolvendo todas as empresas participantes e o monitoramento das ações pelo Comitê de Monitoramento do MME e pelo Sistema de Acompanhamento de Gestão Empresarial (SIAGE/Eletrobrás), podem ser consideradas práticas ou procedimentos adequados para a avaliação periódica do Programa.

Cabe destacar também a experiência positiva das empresas no Amazonas, que vêm mantendo reuniões freqüentes com os órgãos de meio ambiente e de planejamento estadual e municipal. A iniciativa tem resolvido de forma antecipada problemas relacionados com implantação de projetos de linhas de transmissão, especialmente traçado de linhas e redes de transporte de energia elétrica.

RECOMENDAÇÕES

- Substituição de todos os indicadores dos programas pelos seguintes:

a) Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica;
b) Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 kV;
c) Índice de Perdas Técnicas e Comerciais das Empresas Federalizadas; nos Sistemas Isolados;

- Inclusão dos empreendimentos de geração e transmissão previsto no PAC, incluindo as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Eólicas e Biomassa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA);

- Alterar o objetivo do Programa.

GEOLOGIA DO BRASIL

OBJETIVO

Gerar e difundir informações geológicas e hidrogeológicas para subsidiar o planejamento do uso do solo e do subsolo e induzir o aumento dos investimentos no setor mineral.

PÚBLICO-ALVO

Empreendedores, pesquisadores, instituições governamentais e não-governamentais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 157.553.250,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 154.059.225,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 154.059.225,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE COBERTURA DE LEVANTAMENTO GEOLÓGICO DO TERRITÓRIO NACIONAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 4
Índice previsto ao final do PPA: 67,36

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice previsto ao final do PPA em 2007 está impreciso, uma vez que não fixa a escala utilizada no levantamento. Se fossem computadas as escalas da ordem de 1:500.000 ou menores, possivelmente já teria ocorrido a superação da meta prevista, mas não haveria o nível de informação e o detalhamento requerido pelo público-alvo. Dessa forma, a análise do indicador do objetivo do Programa revela a necessidade de se trabalhar com duas escalas: a primeira de 1:250.000 na região amazônica, onde não há condições efetivas para se trabalhar com escalas maiores e a segunda de 1:100.000 aplicada no restante do País. Por isso, haveria a necessidade de dois indicadores: Taxa de Cobertura de Levantamento Geológico na região Amazônica - escala 1:250.000 e Taxa de Cobertura de Levantamento Geológico nas demais regiões - escala 1:100.000.

O índice apurado em 2006, que corresponde a 4%, foi bem mais significativo que o relativo ao ano anterior, principalmente, porque foram concluídos e iniciados diversos

projetos que contribuíram para este resultado. Vale salientar que este índice é o apurado apenas para o ano de 2006, ou seja, não acumulado. Ao se considerar o valor acumulado, o número de 2006 registra 61%, o que demonstra, efetivamente, a alta viabilidade de alcançar o previsto para o final do PPA (67,36%).

CONTEXTUALIZAÇÃO

A descontinuidade dos programas de levantamentos geológicos básicos do Território Nacional tem comprometido a atração de investimentos para a descoberta de novos depósitos minerais, bem como a geração de informações básicas para o planejamento territorial. Por outro lado, a carência de estudos hidrogeológicos sistemáticos é fator limitante à planificação e à gestão do uso, à conservação e à preservação dos recursos hidrominerais. Existem equipes capacitadas em instituições no âmbito do MME para retomar a execução dessas funções. Para tanto, é necessário reafirmar o papel do Estado como gerador do conhecimento geológico por meio da consolidação do Serviço Geológico do Brasil, atribuição da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), conforme previsto na Constituição Federal (Art. 21, inciso XV e Art. 22, inciso XVIII) e Decreto nº 1.524 de 20 de junho de 1995.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Conclusão do levantamento geológico das folhas na escala 1:100.000 e na escala 1:250.000 previstas para o ano de 2006. Considerando definitivamente a retomada dos levantamentos geológicos, os resultados de dezenas de novas folhas concluídas em 2006 permitiram apresentar para a sociedade estes resultados;

• Consolidação da parceria com as universidades como modelo eficiente entre as instituições de ensino e a CPRM, visando à integração do conhecimento acadêmico com o técnico, à otimização de recursos humanos e financeiros, tendo como conseqüência a eficiência, a eficácia e a efetividade dos resultados;

• Ampliação das parcerias com os estados para produção de Sistemas de Informações Geográficas do meio físico regional. Com o incremento no conhecimento geológico regional, será gerado um grande potencial para induzir, no curto e no médio prazos, um investimento em pesquisa mineral e da atividade mineral regional;

• Lançamento do primeiro Mapa da Geodiversidade Brasileira, que é uma excepcional ferramenta de planejamento territorial, na medida em que agrega informações de todos os segmentos importantes para tomada de decisão sobre a gestão do território e do meio ambiente;

• Ampliação significativa da parceria com os Ministérios, Instituições Públicas Federais e Estaduais para perfuração e revitalização de poços de água subterrânea, contribuindo para o planejamento das políticas de abastecimento hídrico para as populações do semi-árido e sul do País;

• Produção e lançamento do primeiro Mapa de Domínios Hidrológicos do País, que significou o primeiro passo para a geração do Mapa de Oferta Hídrica do Brasil;

• Levantamentos realizados principalmente na Região Norte do País. As informações geradas levaram a um aumento significativo de requerimento de pesquisa mineral nas áreas levantadas, confirmando a retomada da atividade de pesquisa mineral;

• Modernização e Adequação do Laboratório de Análises Minerais (LAMIN) e implantação do primeiro Laboratório de Controle da Poluição na Mineração do País.

Os resultados alcançados nas ações do Programa Geologia do Brasil estão satisfatórios, mesmo considerando o nível de contingenciamento, a demora na liberação dos recursos, a perda de recursos humanos capacitados para o mercado e o alto grau de envelhecimento do seu quadro de pessoal. Com estes pontos críticos não seria possível apresentar um resultado de desempenho melhor.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações tem ocorrido da seguinte forma: geralmente, os Chefes de Departamento (coordenadores de ação) reúnem as equipes no início e nas etapas finais dos projetos para avaliação conjunta de resultados. Mensalmente, cada projeto gera relatórios mensais técnicos e gerenciais. Quando o projeto é feito em parceria, são feitas duas audiências públicas, uma no meio e outra ao final dos trabalhos, antes do relatório final. Toda a comunidade técnica regional é convidada para essas audiências.

Os responsáveis pelo acompanhamento das ações realizam visitas *in loco,* para avaliar o seu andamento. O acompanhamento das ações é realizado por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Informações sobre os projetos são sintetizadas no Relatório Anual, de apresentação obrigatória ao Conselho de Administração, em março de cada ano.

O cumprimento das metas físicas das ações ficou acima do previsto, embora tenha havido insuficiência nos recursos orçamentários, atraso nas liberações de recursos e contingenciamento. O fluxo de liberação dos recursos e os contingenciamentos orçamentários prejudicaram a execução das ações programadas, levando à revisão de metas físicas para baixo daquilo que poderia ser realizado. O atraso na liberação de recursos é outro fator crítico para as atividades de campo, que dependem muito da liberação tempestiva dos recursos, em função de condições climáticas. É o caso, por exemplo, dos levantamentos aerogeofísicos na Amazônia, que não podem ser feitos após o início das chuvas. Além disso, embora de impacto pequeno, houve problemas na celebração de alguns convênios, por conta de entraves do próprio sistema.

Em função do crescente uso do conhecimento geológico como base do planejamento territorial, a CPRM tem sido acionada para executar muitas atividades com orçamentos de outros programas, principalmente na disponibilização de água para comunidades afastadas, assentamentos agrícolas e vilas quilombolas no Nordeste e no Sul do País. Em 2006, estes recursos utilizados foram da ordem de oito milhões de reais.

Um dos grandes entraves do Programa hoje é a carência de novos recursos humanos especializados, tanto para arejamento técnico, quanto para renovação da capacidade operacional, uma vez que a idade média dos técnicos operantes está acima dos 55 anos. Na tentativa de solucionar esse cenário, foi realizado concurso público em 2006 e, pouco a pouco, novos profissionais estão sendo convocados. Paralelamente, a Empresa está negociando, junto ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), a adoção de um Programa de Demissão Incentivada.

No que se refere à descentralização, tem havido uma atuação crescente na CPRM, especialmente em ações transversais, junto ao próprio MME, Ministério da Integração Nacional (MI), Ministério das Cidades (MCidades), e outros.

As informações foram disponibilizadas pelos entes executores, através de relatórios mensais. Além disso, o Diretor-Presidente fez visitas a todas as unidades executoras, discutindo, *in loco*, o andamento dos projetos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A CPRM tem feito trabalhos com sindicatos patronais e cooperativas, em Minas Gerais e Santa Catarina, em atividades de monitoramento geoambiental. Em todos os casos, os parceiros cumpriram satisfatoriamente todos os compromissos acordados.

A CPRM possui um canal de comunicação com a sociedade que é a Ouvidoria, com telefone, fax e *link* na Internet. A participação social foi de extrema importância nos resultados do Programa, porque é uma fonte de informação direta. Além disso, realiza audiência pública aberta à sociedade e participa de diversos eventos técnicos do setor, promovidos por entidades técnicas, científicas e classistas, nos quais os resultados do Programa são expostos e debatidos.

RECOMENDAÇÕES

• Elaboração de índices diferenciados que permitam a aferição real da execução e seus impactos;

• Busca de solução para a inadequação do perfil e dos quantitativos de recursos humanos disponíveis para o Serviço Geológico do Brasil.

INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

OBJETIVO

Ampliar a oferta de produtos da indústria petroquímica nacional para atendimento ao mercado.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de produtos petroquímicos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.481.809,00	**Empenho Liquidado:**	**-**
	Pago Estatais:	**R$ 5.765.982,00**
	Total:	**R$ 5.765.982,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 9.570.000,00	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA CAPACIDADE INSTALADA DE POLIETILENOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 20,8
Índice previsto ao final do PPA: 24,77

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Tendo em vista a entrada em operação da Rio Polímeros S.A. (Riopol), Pólo de gás químico do RJ, que em seu primeiro ano operacional - abril a dezembro de 2006 - alcançou um alto índice de eficiência (98%), a probabilidade de atingir o índice final de 24,77 é alta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A demanda brasileira por produtos petroquímicos cresce acentuadamente. Dessa forma, a não implementação de ações que busquem aumentar a oferta nacional ocasionará a importação de tais produtos, resultando na saída de divisas e prejudicando o equilíbrio da balança comercial brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Parque Petroquímico de Triunfo (RS): os valores realizados ocorreram conforme sua previsão e foram aplicados considerando

os serviços de elétrica, mecânica e construção civil, com finalidade de reduzir os custos operacionais e/ou aumentar a produtividade da planta operacional, além da manutenção e modernização da infra-estrutura da companhia, objetivando suporte para toda essa estrutura;

• Em 2006, a Petrobras Química S.A., subsidiária Petrobras (Petrobras/Petroquisa), deu continuidade à avaliação técnico-econômica e ambiental do complexo acrílico integrado de Minas Gerais. A previsão do investimento global para o projeto é da ordem de R$ 1,4 bilhão para a produção de 160 mil toneladas anuais de ácido acrílico cru e alguns de seus derivados. O complexo, pioneiro na América Latina, tem início de operações previsto para 2011.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os recursos financeiros foram liberados de forma compatível com a programação ao longo do exercício, resultando no cumprimento da programação física conforme previsto.

O monitoramento do Programa é realizado por meio de acompanhamento do desempenho físico e financeiro das ações, validados trimestralmente.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A implementação do Programa está fundamentada na formação de parcerias e alianças com outros grupos empresariais, nacionais e/ou internacionais, e empresas detentoras de tecnologia. Na retomada das atividades no setor, a companhia busca expandir a atuação no Brasil e nos países do Cone Sul, associando-se a parceiros estratégicos na produção de insumos básicos e resinas termoplásticas. Com isso, a empresa diversifica seu portifólio e promove competências e sinergias com as outras operações do Sistema Petrobras.

A cadeia produtiva petroquímica gera uma quantidade significativa de empregos indiretos. O complexo gás-químico integrado, localizado em Duque de Caxias, demonstra respeito pelo meio ambiente e preocupação com as comunidades vizinhas por meio dos projetos sócio-ambientais desenvolvidos, integrando a população de baixa renda nas suas ações.

RECOMENDAÇÕES

• Não há Recomendações.

LUZ PARA TODOS

OBJETIVO

Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo localizadas na área rural e atender demandas comunitárias de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento d'água, seja por meio de extensão de redes ou de atendimento descentralizado.

PÚBLICO-ALVO

População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais que desenvolvem equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 669.528.014,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 14.215.301,00**
	Pago Estatais:	**R$ 252.976.094,00**
	Total:	**R$ 267.191.395,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.531.000.000,00	**-**	

INDICADORES

1. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO NORTE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 59
Índice previsto ao final do PPA: 82

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O indicador foi excluído no processo de elaboração do PPA 2008-2011.

2. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO NORDESTE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 81
Índice previsto ao final do PPA: 93

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O indicador foi excluído no processo de elaboração do PPA 2008-2011.

3. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO SUL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 98
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O indicador foi excluído no processo de elaboração do PPA 2008-2011.

4. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 90
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O indicador foi excluído no processo de elaboração do PPA 2008-2011.

5. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL - NACIONAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 85
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O indicador foi excluído no processo de elaboração do PPA 2008-2011.

6. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO SUDESTE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 97
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O indicador foi excluído no processo de elaboração do PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Atualmente, existem no Brasil 2,5 milhões de domicílios sem acesso à energia elétrica, sendo 80% localizados na área rural, resultando em mais de 10 milhões de brasileiros excluídos dos benefícios da eletricidade.

A recente regulamentação da ANEEL, que define metas de universalização para cada Município do País, estabelece, como limite nacional para o completo atendimento, o ano de 2015. A dificuldade e o custo da prestação de serviço definem, dentro de cada área de concessão, o prazo para efetivar o atendimento e, assim, dada sua localização mais adversa

e baixa expectativa de demanda, parte da população mais carente seria contemplada somente no final do prazo limite estipulado pela ANEEL.

O Programa Luz para Todos pretende antecipar estas metas por meio do estabelecimento de mecanismos institucionais e financeiros adequados, além de promover ações integradas de desenvolvimento local/rural.

O fornecimento de energia elétrica às regiões rurais não-atendidas contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e para a criação de novas oportunidades de emprego, favorecendo a fixação do homem no campo em condições mais dignas.

Busca-se, portanto, reduzir as desigualdades regionais e garantir a inserção social e a cidadania além de ações de promoção do desenvolvimento sustentável e do aumento da produção/renda.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• No exercício de 2006, foram assinados 54 contratos entre o Governo Federal (Eletrobrás) e os Agentes Executores para a realização das obras de eletrificação rural totalizando 146 contratos assinados desde 2004;

• Esses contratos assinados possibilitaram o atendimento de 1,1 milhão de domicílios, até dezembro de 2006, sendo que 590 mil somente em 2006 e beneficiando 5, 2 milhões de pessoas, gerando mais de 150 mil empregos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Mensalmente são realizadas reuniões com os Comitês Gestores estaduais, coordenadores regionais e com a diretoria do Programa para avaliação do desempenho e priorização de atendimento. Os Coordenadores Regionais executam periodicamente visitas aos Estados para avaliação de desempenho.

O acompanhamento é efetuado por intermédio de informações obtidas dos agentes executores e coordenadores regionais e estaduais e compiladas em banco de dados. Está implantado também, um sistema de informações *on-line* que agiliza obtenção das informações.

Em 2006, mensalmente foi atualizado o Sistema de Acompanhamento de Ações Prioritárias do Governo Federal (SIGOV), com dados físicos e financeiros do Programa.

As dificuldades encontradas nos processos de negociação dos contratos com os agentes executores e com os Estados foram superadas, fazendo com que as metas estipuladas para o ano de 2006 fossem atingidas.

A execução física foi de 80% em relação ao previsto na LOA 2006. A programação para o exercício de 2006 foi restringida para adequação à previsão orçamentária disponibilizada para o exercício, com isso as atividades relativas à revitalização dos sistemas de bombeamento de água não foram executadas.

Mais de 70% do Programa Luz para Todos é executado com recursos não-orçamentários provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Reserva Global de Reversão (RGR), recolhidos à Eletrobrás que gerencia os recursos e os utiliza para a viabilização do Programa.

Quanto aos recursos humanos, o Ministério de Minas e Energia (MME) não dispõe de quadro pessoal efetivo em quantidade e qualificação adequadas e as dificuldades enfrentadas na execução das ações descentralizadas do Programa são relativas ao controle e ao acompanhamento das ações. Não houve integração entre a gerência e os entes executores das ações.

Ressalta-se que o Programa prioriza comunidades rurais, assentamentos, comunidades quilombolas e indígenas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa é executado com a participação das empresas concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica estaduais ou privadas e possui mecanismos que promovem a participação social, são eles:

a) As audiências públicas realizadas nos Estados, coordenadas pelo Comitê Gestor estadual com a participação de representantes da população interessada;
b) O Programa possui, em cada Estado, um Comitê Gestor, composto de representantes de instituições sociais, tais como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), associações estaduais, universidades, etc, que promove a discussão com agentes executores que recebem as demandas da sociedade.

O Comitê Gestor estadual, formado por até nove membros, inclui representantes do MME, do governo estadual, dos prefeitos, dos agentes executores e, dependendo da realidade de cada Estado, de instituições que representem sua sociedade. Entre as atribuições deste Comitê está a definição das obras a serem priorizadas no Programa.

A avaliação do nível de satisfação dos beneficiários apontou um índice superior a 90%.

RECOMENDAÇÕES

- Inclusão dos seguintes indicadores:

a) Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado – segmentado por Estado;
b) Número de Unidades Consumidoras Atendidas – Nacional;

- Readequação do Programa, com a exclusão de algumas ações.

MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento racional, seguro e ambientalmente sustentável da produção mineral.

PÚBLICO-ALVO

Mineradoras, investidores, instituições governamentais e não-governamentais e comunidades direta ou indiretamente relacionadas às atividades de minerais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 92.755.837,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 84.419.360,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 84.419.360,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUÇÃO MINERAL

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: 188,72
Índice previsto ao final do PPA: 131,08

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A superação das expectativas expressas inicialmente para o ano de 2007 (131,08) tem como reflexo positivo o bom desempenho do setor mineral em nível internacional, o que tem favorecido o excelente desempenho da indústria extrativa mineral do País.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: 106,97
Índice previsto ao final do PPA: 106,14

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A superação das expectativas expressas inicialmente para o ano de 2007 (106,14) tem, também, como reflexo positivo, o bom desempenho da mineração em nível internacional, o que permitiu a ampliação e abertura de novos empreendimentos no setor de mineração no território nacional.

3. TAXA DE REGULARIDADE FISCAL DE EMPREENDIMENTOS DO SETOR MINERAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice de informatização do processo de arrecadação e a nova classificação das receitas do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) possibilitou o desenvolvimento, em 2006, do Índice de Regularidade Fiscal, que é calculado tomando-se como referência as informações de regularidade da arrecadação nas receitas: Receita de Exploração de Recursos Minerais (CFEM), Receita de Outorga do Direito de Exploração Mineral (TAH), Serviços de Inspeção e Fiscalização (Vistoria) e Multas Previstas na Legislação Minerária.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A progressiva desestruturação do aparelho institucional do Estado, aliada à evolução das demandas jurídicas, sociais e ambientais, tem comprometido sobremaneira o exercício eficiente de suas atribuições: outorga, fiscalização, desenvolvimento mineral, arrecadação e monitoramento ambiental das áreas de mineração.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A implantação do formulário de pré-requerimento eletrônico para direitos minerários via *web* no ano de 2006 proporcionou uma redução de custos, além de proporcionar segurança e transparência ao processo de outorga de títulos minerários. Também foi implementado o manual de fiscalização com procedimento padronizado para análise e vistoria dos processos minerários;

• Houve o redesenho de todos os macroprocessos da autarquia, realizado por consultoria especializada contratada para este fim, o que permitiu o avanço no desenvolvimento de sistemas corporativos específicos;

• Com o avanço do uso de tecnologia da informação na autarquia, iniciou-se o desenvolvimento de um novo Sistema de Cadastro Mineiro e de novo sistema de controle de áreas (Sistema Áreas II), diminuindo-se o retrabalho e os conflitos que geram reclamações administrativas e judiciais;

• Destaca-se também a evolução nas receitas da autarquia, com crescimento da arrecadação de 2005 para 2006 de 18,11%, conforme descriminadas a seguir:

Receita	2005	2006	Evolução
CFEM	406.047.694,66	465.883.438,00	14,74%
TAH	40.828.959,89	60.285.088,00	125,59%
Parcelamento	4.148.910,37	8.100.133,06	158,83%
Emolumentos	9.319.594,23	10.067.333,43	87,90%
Visotria de Fiscalização	665.520,98	758.381,05	108,34%
Compras e Publicações	119.752,65	117.678,54	98,06%
Total	465.929.094,98	550.310.479,42	99,83%

• Foram executadas 82% das 12.500 fiscalizações previstas para o exercício de 2006, o que corresponde a cerca de 10.263 fiscalizações registradas, entre análises processuais e vistorias em campo, gerando resultados importantes e positivos para o setor mineral brasileiro e para as comunidades afetadas pela atividade mineral.

• Foram fiscalizadas 1.038 áreas e analisados 3.239 relatórios finais de pesquisa, sendo identificadas novas jazidas minerais para o País, contribuindo para reduzir sua vulnerabilidade externa, atraindo novos investimentos, gerando emprego e renda.

• Os resultados alcançados pelo DNPM em 2006 mantiveram a sua trajetória crescente, superando as previsões contidas no PPA 2004-2007. Esse desempenho positivo é resultado do processo permanente de modernização da autarquia iniciado em 2003.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Como procedimentos utilizados para o monitoramento do programa, identificam-se:

a) reuniões semanais da alta administração para tomada de decisão, visando ao monitoramento do desempenho físico das ações, bem como ao planejamento das ações a serem implementadas. Anualmente é realizado o encontro nacional dos dirigentes da autarquia, envolvendo as 25 unidades descentralizadas que compõem o DNPM. As Diretorias Técnicas e Administrativa realizam reuniões periódicas de trabalho com o seu corpo técnico e administrativo lotados na sede e nas unidades descentralizadas;
b) visitas periódicas das diretorias técnicas às unidades descentralizadas com o intuito de aferir o desempenho dessas unidades, bem como identificar possíveis dificuldades no alcance das metas estabelecidas;
c) sistemas de monitoramento das ações no âmbito da autarquia:
    i) Cadastro Mineiro - permite registrar o ciclo dos processos minerários, a aferição do quantitativo de títulos minerários emitidos, regularizados, cancelados, entre outras funções;
    ii) Sistema de Arrecadação - permite disponibilizar boletos para pagamentos das dívidas via internet, acompanhar e controlar estas dívidas autuando as empresas inadimplentes e emitir relatórios de acompanhamento do desempenho de cada Distrito;

iii) Sistema de Informações que SisPlan-DNPM - permite acompanhar o planejado versus o executado;

iv) SisMine - sistema de informações minerais, utilizado para o acompanhamento e monitoramento das atividades da mineração através do Relatório Anual de Lavra (RAL);

v) DIPEM - Sistema de Informações minerais utilizado para o acompanhamento e monitoramento das atividades e investimento na pesquisa mineral.

Os resultados físicos das Ações do Programa Mineração e Desenvolvimento Sustentável são lançados mensalmente no SIGPlan pelos coordenadores das respectivas ações com o devido acompanhamento pelo gerente.

Os relatórios de gestão são apresentados periodicamente por todas as unidades descentralizadas às Diretorias Técnicas para monitoramento e avaliação dos resultados dos trabalhos dentro de cada ação.

Observa-se que houve execução física acima dos 100% do previsto na LOA 2006. Os resultados da execução física superam a meta estabelecida para 2006, destacando que mais de 60% das ações obtiveram desempenho igual ou superior à meta estabelecida. Dentre os fatores favoráveis, destaca-se o ingresso de novos servidores na autarquia no período em referência. Todavia, ainda há carência de pessoal qualificado, o que tem prejudicado a celebração de contratos e licitações.

A execução orçamentária foi suficiente em relação à dotação autorizada na LOA, contudo no caso em especial da Ação Fiscalização da Atividade Minerária, os créditos suplementares aprovados não puderam ser utilizados em sua plenitude, tendo em vista a insuficiência de tempo entre a liberação e a execução. Os contingenciamentos ao longo do exercício também provocam uma descontinuidade na regularidade da execução. Além disso, ainda não há uma compatibilização entre os limites orçamentários, restos a pagar e os limites financeiros, o que acaba causando descontinuidade no planejamento orçamentário ao longo do exercício. Os restos a pagar também têm comprometido o financeiro. O fluxo de recursos, por sua vez, sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

Destaca-se que, do montante liquidado de R$ 65,5 milhões, foram gastos com pessoal ativo da União R$ 51,3 milhões, de forma que os valores não-passíveis de apropriação em ações finalísticas do programa correspondem a 16,87%. Dentre os principais objetos de gasto dessa ação destacam-se despesas com vigilância, limpeza e conservação, serviços auxiliares, telefone, energia elétrica e água.

O DNPM firmou convênio com a Fundação Gorceix para assessoria técnica, fiscalização e controle da atividade mineral, principalmente, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina, com os objetivos de assessorar o Programa de Fiscalização, assessorar o Cadastro das Atividades Minerais e analisar Documentos Técnicos. No primeiro objetivo, o desempenho não atingiu sua totalidade, mas os dois

outros objetivos superaram as metas inicialmente previstas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O DNPM é um órgão técnico. As ações do programa, em princípio, não dependem de participação social para a sua execução. No entanto, nos trabalhos de regularização da atividade informal são realizadas audiências públicas com as comunidades para fins de orientação técnica.

Com a adesão ao Programa de Qualidade do Serviço Público (PQSP), foi iniciado um processo de avaliação da clientela beneficiária do Programa Mineração e Desenvolvimento Sustentável.

Com a conclusão da primeira etapa do Projeto de Modernização da Gestão, o DNPM inicia a segunda etapa com a reestruturação dos processos e o desenvolvimento de novos sistemas que estão sendo concebidos para permitir a transparência das ações institucionais.

RECOMENDAÇÕES

• Buscar ampliar o foco do Programa para os micro e pequenos empreendedores, aliando diretrizes voltadas para o fomento neste segmento.

OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

OBJETIVO

Aumentar a oferta de petróleo e gás natural ao mercado, de forma a reduzir a dependência externa, observando os padrões de segurança e as exigências ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de petróleo, gás natural e derivados de petróleo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 17.479.415.688,00	**Empenho Liquidado:**	**-**
	Pago Estatais:	**R$ 14.917.055.545,00**
	Total:	**R$ 14.917.055.545,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 1.210.000.000,00	**-**	

INDICADORES

1. VOLUME DE ÓLEO DERRAMADO - VOD

Unidade de medida: m^3
Índice apurado em 2006: 25,38
Índice previsto ao final do PPA: 43

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Expectativa alta de atendimento da meta de VOD ($43m^3$) em 2007 em razão da evolução apresentada nos últimos anos e dos grandes investimentos na prevenção de acidentes.

2. PRODUÇÃO MÉDIA DE ÓLEO E LÍQUIDO DE GÁS NATURAL

Unidade de medida: mil barris por dia
Índice apurado em 2006: 1.777,69
Índice previsto ao final do PPA: 2.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

A elevação do preço do petróleo tipo *brent* provocou o aquecimento do setor e fez com que não se encontrasse no mercado recursos (sondas, barcos, linhas, mão de obra especializada. etc) suficientes para a realização de todo o *portfolio* de investimentos inicialmente previsto. A Empresa foi então obrigada a postergar diversos projetos, fato que comprometeu a viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA.

3. PRODUÇÃO MÉDIA DE GÁS NATURAL

Unidade de medida: milhão de m³ por dia
Índice apurado em 2006: 43,98
Índice previsto ao final do PPA: 60,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

O aquecimento do mercado, devido a alta do petróleo tipo *brent* ao longo do período, fez com que não se encontrasse no mercado recursos (sondas, barcos, linhas, mão de obra especializada, etc) suficientes para a realização de todo o portifólio previsto, sendo a Empresa obrigada a postergar diversos projetos.

4. TAXA DE FREQÜÊNCIA DE ACIDENTADOS COM AFASTAMENTO - TFCA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 0,64
Índice previsto ao final do PPA: 0,82

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

CONTEXTUALIZAÇÃO

Apesar da busca crescente por energias alternativas, o gás natural, o petróleo e seus derivados ainda terão, nos próximos anos, uma participação muito elevada na matriz energética nacional, refletida na crescente demanda por esses produtos. A forma de suprir essa necessidade é por meio do aumento da oferta de petróleo e gás natural no mercado interno, buscando reduzir cada vez mais a dependência externa, evitando assim o risco na redução de oferta de derivados, o que levaria ao racionamento e à redução da atividade econômica nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em 2006, a Petrobras contribuiu para que o Brasil atingisse a auto-suficiência em petróleo. Cabe ressaltar que a produção interna da Companhia responde por mais de 98% do petróleo produzido no Território Nacional. Esse incremento foi devido, principalmente, a entrada em produção de três grandes projetos: a plataforma P-50, que opera desde 21 de abril na Bacia de Campos; o navio-plataforma FPSO-Capixaba, em atividade desde seis de maio na Bacia do Espírito Santo e o FPSO P-34 em atividade desde 17 de dezembro, também na Bacia de Campos;

• A Petrobras declarou, em 2006, a viabilidade comercial de 27 descobertas de campos de petróleo e gás natural à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Dessas descobertas, 18 encontram-se no mar. Algumas foram classificadas como novos campos de petróleo e gás natural, outras, incorporadas a campos vizinhos. O destaque exploratório foi a descoberta de óleo leve e gás no bloco BM-S-11 da Bacia de Santos, em águas ultraprofundas. Nas novas áreas com comercialidade declarada, as estimativas apontam para volumes que somam cerca de 2,44 bilhões de barris de óleo equivalente (boe). A totalização, correspondente à participação da Petrobras, depende de

avaliações mais aprofundadas. Do estimado, 2,387 bilhões de boe estão em acumulações marítimas e 53 milhões de boe, em terra;

• Das 27 áreas, dez estão na Bacia de Campos, quatro na de Santos, sete na do Espírito Santo, e seis nas bacias do Norte e Nordeste;

• Na Bacia de Santos, três áreas operadas pela Petrobras foram declaradas comerciais e transformadas nos campos de óleo e gás natural de Tambuatá, Pirapitanga e Carapiá. Outra área foi anexada ao campo de Mexilhão. As estimativas de volumes somam 560 milhões de boe;

• A companhia ainda detém, além das quatro áreas declaradas comerciais, 40% dos direitos sobre dois campos que também tiveram sua viabilidade comunicada à ANP, Oliva e Atlanta, ambos operados pela Shell;

• Além das declarações à ANP, a descoberta de petróleo leve e gás no bloco BM-S-11, em que a Petrobras tem participação de 65%, abre perspectivas promissoras tanto para as atividades na Bacia de Santos quanto para as operações em águas ultraprofundas em outras regiões;

• Na Bacia do Espírito Santo, quatro áreas no mar e três em terra operadas pela Petrobras tiveram a viabilidade comercial declarada;

• Na plataforma continental, onde as novas descobertas estão estimadas em 168 milhões de boe, foram definidos os campos de gás de Carapó e Camarupim e anexadas duas áreas de gás e óleo leve aos campos de Golfinho e Canapu;

• As declarações de áreas em terra resultaram em três novos campos (Saíra, Seriema e Tabuiaiá), com volumes estimados em 7,4 milhões de boe, que vão contribuir para a manutenção dos níveis da produção terrestre;

• Na Bacia de Campos, as declarações de comercialidade abrangem dez áreas. Sete foram classificadas como novos campos: Maromba, Carataí, Carapicu, Catuá, Caxaréu, Mangangá e Pirambu. Uma área foi anexada ao campo de Baleia Azul e outras duas, aos campos de Viola e Marlim Leste. O volume estimado soma 1,51 bilhão de boe;

• Outra descoberta importante foi realizada em Roncador, em reservatórios abaixo da seção produtora;

• Cinco declarações de comercialidade foram feitas pela Petrobras para áreas em terra nas bacias costeiras do Nordeste. Três originaram campos: Tangará, no Recôncavo Baiano, Pintassilgo e Jaçanã, na Bacia Potiguar. As outras áreas foram anexadas aos campos de Baixa do Juazeiro e Canto do Amaro, também na Bacia Potiguar. Além das declarações, outras três áreas em terra foram descobertas na Bacia de Sergipe-Alagoas e duas no Recôncavo;

• As reservas provadas de óleo, condensado e gás natural da Petrobras no País atingiram 13,753 bilhões de boe em 2006, pelo critério da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético da ANP (SPE), um aumento de 3,9% em relação ao ano anterior. O volume incorporado às reservas ao longo de 2006 foi de 1,266 bilhão de boe, contra uma produção acumulada de 705 milhões de boe. Essa incorporação resultou num Índice de Reposição de Reservas (IRR) de 174%. Isso significa que para cada barril de

óleo equivalente produzido no ano, foi acrescentado 1,74 barril às reservas. O indicador reserva/produção (R/P) foi de 19,5 anos;

• Como resultado dos investimentos e dos esforços empreendidos em segurança e meio ambiente, os indicadores Volume de Óleo Derramado - VOD e Taxa de Freqüência de Pessoas Acidentadas com Afastamento - TFCA apresentaram reduções significativas. Em 2006, o VOD ficou 58% abaixo do volume registrado em 2005. Por sua vez, a TFCA apresentou redução de 28% em relação à taxa registrada em 2005. Com o objetivo de incrementar uma evolução ainda mais significativa neste indicador no ano de 2007, foram implementadas, no decorrer de 2006, várias ações com vistas a promover melhorias na cultura de segurança;

• Apesar do aumento da produção em 2006, que contribui para que, segundo a própria ANP, o País atingisse a auto-suficiência em produção de petróleo no ano de 2006, a média anual ficou abaixo da meta estabelecida, em razão, principalmente, dos atrasos no início das operações da P-50 e da P-34.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os principais recursos utilizados pelo Programa são considerados críticos, ou seja, existe uma pequena disponibilidade em todo o mundo. Por exigirem investimentos muito elevados e serem grandemente dependentes de tecnologia, o acréscimo desses recursos demanda considerável tempo e está atrelado às flutuações de mercado. Diante disso, novos investimentos somente são realizados no longo prazo e com garantia de retorno.

A Petrobras e os órgãos de licenciamento ambiental têm buscado, insistentemente, a melhoria do processo de licenciamento ambiental. Todavia, a despeito dos bons resultados advindos das iniciativas, de todo o esforço da Petrobras e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) na construção desse processo, ele ainda está longe do ideal, o que tem se refletido no atraso de alguns projetos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A realização de parcerias entre a Petrobras e outras companhias de mesmo porte é particularmente interessante, principalmente pela diversificação do portifólio, o que melhora a relação risco x retorno da companhia, e pela agregação de valor ao negócio, através do compartilhamento e incorporação da experiência e do conhecimento tecnológico do parceiro. Existem, ainda, outras vantagens, tais como o carrego do investimento, o bônus e, em alguns casos, a alavancagem financeira. Por carrego entenda-se o pagamento dos investimentos pelo parceiro, em nome da Petrobras, em troca de uma participação no Ativo (bloco ou campo). Os parceiros têm desempenhado as suas tarefas e cumprido as metas de forma satisfatória e as parcerias têm sido vantajosas para a Petrobras.

RECOMENDAÇÕES

• Não há recomendações.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

OBJETIVO

Desenvolver tecnologia de processos, produtos e serviços para o segmento de petróleo e gás natural.

PÚBLICO-ALVO

Petrobras, Universidades e Centros de Desenvolvimento de Tecnologia.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.027.534.733,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 949.557.703,00
	Total:	R$ 949.557.703,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. TAXA DE INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 82,5
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O valor do índice manteve-se acima do previsto ao final do PPA ao longo dos últimos anos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os investimentos em tecnologia na área de petróleo são imprescindíveis para viabilizar a exploração, a produção, o refino, o transporte e a distribuição do petróleo nacional. Este petróleo, pesado e com características físico-químicas diferentes das encontradas em outras regiões do mundo, além de estar predominantemente localizado em jazidas em águas profundas, necessita de tecnologias específicas que não estão disponíveis no mercado.

O aumento das exigências ambientais justifica os investimentos na melhoria da qualidade dos produtos e processos da indústria de petróleo, assim como a crescente importância do gás natural na matriz energética brasileira implica no desenvolvimento de tecnologias para a identificação de novas jazidas de gás natural e para a transformação, o

transporte, o armazenamento e a distribuição do gás. Busca-se, com isto, evitar os riscos de desabastecimento e da perda de autonomia - pelo aumento da dependência externa, tanto econômica como tecnológica, utilizando uma visão integrada e sistematizada da questão tecnológica no segmento de petróleo e gás natural.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Ação 4863 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Desenvolvimento Sustentável para a Área de Petróleo e Gás Natural

• Tecnologias desenvolvidas e validadas em bancada ou em avaliação em unidade experimental:

a) Produção de etanol a partir de resíduos vegetais e produção de combustível renovável a partir de resíduos tais como bagaço e palha de cana-de-açúcar:
   i) caso os resultados obtidos em bancada se confirmem em escala industrial, essa tecnologia tem potencial de duplicar a produção nacional de etanol para a mesma área cultivada;
   ii) está em andamento a montagem de planta-piloto para validação da tecnologia e obtenção de parâmetros para projeto de unidade industrial;
   iii) foram depositados dois pedidos de patentes referentes a esse processo, um deles correspondendo ao milésimo depósito efetuado pela Petrobras;

b) Produção de biodiesel a partir de óleos vegetais ou sementes de oleaginosas:
   i) entrada em operação de duas plantas-piloto, com tecnologias inéditas, uma processando óleos vegetais e outra, sementes de oleaginosas, visando à obtenção de parâmetros para projeto de unidades industriais. Ambas foram objeto de depósitos de pedidos de patente;

c) Desenvolvimento de robô para monitoramento ambiental na região Amazônica:
   i) concluído o protótipo do robô híbrido, que permitirá a realização de coleta e transmissão de dados destinados ao monitoramento ambiental em regiões de difícil acesso;

d) Captura de carbono em unidades de Craqueamento Catalítico Fluido:
   i) validação conceitual da tecnologia de captura de carbono em unidades de refino visando à redução de emissões atmosféricas;
   ii) iniciado o desenvolvimento de projeto-piloto a ser implementado em unidade industrial de Craqueamento Catalítico Fluido;

• Tecnologias desenvolvidas e qualificadas para aplicação comercial: foram concluídos os testes relativos às tecnologias para tratamento e reuso de efluentes, em refinarias e em campos produtores terrestres. As tecnologias foram qualificadas para aplicação comercial. Estão em andamento projetos voltados para a aplicação da tecnologia em diversas refinarias;

• Tecnologias desenvolvidas e implementadas comercialmente: foram aplicadas

comercialmente diversas tecnologias desenvolvidas com o objetivo de aprimorar a caracterização e o monitoramento ambiental. Essas tecnologias têm sido fundamentais para garantir o adequado trato das questões ambientais nos empreendimentos da Companhia, sendo apresentadas sistematicamente nos processos de licenciamento ambiental e implementadas efetivamente nesses empreendimentos.

Ação 4112 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Desenvolvimento da Produção

• Sistemas submarinos para injeção de água, processamento e bombeio submerso: foi concluído o desenvolvimento, juntamente com os respectivos fornecedores, e os testes para qualificação de equipamentos voltados para injeção submarina de água em campos de petróleo, processamento submarino dos líquidos produzidos e bombeio submarino do petróleo produzido. Esses equipamentos estão qualificados para uso comercial e serão utilizados naqueles empreendimentos em que se mostrarem vantajosos, técnica e economicamente, em relação às alternativas existentes;

• Novas tubulações de produção: concluída a qualificação de um novo conceito de tubulações de produção utilizadas na conexão das linhas submarinas (*risers*) às unidades flutuantes de produção. O novo conceito utiliza mecanismo que reduz os esforços impostos à tubulação pelos movimentos naturais das unidades flutuantes, ampliando o campo de aplicação das tubulações existentes em empreendimentos em águas profundas. Está em andamento projeto para implementação da tecnologia em um campo produtor na Bacia de Campos;

• Gerenciamento digital de campos de petróleo: concluída a qualificação da tecnologia voltada para aquisição de dados e operação remota de equipamentos no interior de poços produtores. A tecnologia está sendo implementada, em projeto-piloto, em campo terrestre, em Sergipe;

• Tratamento remoto de incrustações: realizadas dezenas de operações, na Bacia de Campos, de remoção de incrustações em poços produtores e tubulações. Essas incrustações, originadas de reações químicas entre os fluidos presentes nos poços ou tubulações, causam freqüentes obstruções, e a sua remoção, por métodos convencionais, representa operação logisticamente complexa e de elevado custo. A metodologia desenvolvida proporcionou extrema redução de custos e simplicidade operacional, dispensando a utilização de embarcações, uma vez que o tratamento é feito a partir da própria plataforma de produção;

• Perfuração de poços complexos: desenvolvidas tecnologias para perfuração de poços ultra-profundos, poços com grandes espessuras salinas e poços com longos trechos horizontais. Essas tecnologias permitiram acesso a acumulações de petróleo localizadas em jazidas de difícil acesso, com uso de tecnologias convencionais, bem como possibilitaram maior produção comercial de petróleo em diversas situações específicas;

• Separação e tratamento de petróleos pesados em plataformas marítimas: tecnologia desenvolvida para aumento da eficiência da separação e tratamento do petróleo pesado em plataformas marítimas. Essa tecnologia reduz o tempo necessário à adequada separação dos

fluidos produzidos (óleo, água e gás), com impacto direto no porte dos vasos separadores e, conseqüentemente, no porte das próprias plataformas marítimas;

• Sísmica 4D - Implementada na Bacia de Campos: tecnologia de processamento sísmico que, aplicada em diferentes momentos da vida produtiva dos campos produtores, permite identificar regiões com ocorrência remanescente de petróleo. A aplicação dessa tecnologia permite a otimização da estratégia de produção;

• Injeção de traçadores para avaliação de óleo residual: permite a avaliação da saturação residual de óleo em campos produtores, através injeção de traçadores químicos, o uso dessa tecnologia permitiu o aumento das reservas dos campos onde foi empregada, graças à melhor estimativa dos volumes remanescentes;

• Gerenciamento da acidulação biogênica: metodologia para predição, prevenção, mitigação e controle do processo natural de formação de gás sulfídrico em campos e poços produtores. Esse gás, tóxico e de alto poder corrosivo, pode vir a ser gerado, naturalmente, quando ocorre mistura de fluidos presentes nas rochas com fluidos injetados nos poços, na presença de determinadas bactérias. A compreensão desse complexo fenômeno, denominado acidulação biogênica, permitiu o seu adequado tratamento.

Ação 4862 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Exploração

• Tecnologias desenvolvidas e implementadas comercialmente:

a) uso de aplicativo para simulação dos processos geológicos, possibilitando aprimoramento do processo de análise do potencial das diversas bacias e melhor identificação de áreas com possibilidade de ocorrência de hidrocarbonetos;
b) metodologias para aumento da resolução bioestratigráfica: foram utilizadas metodologias que possibilitam melhor resolução e maior acurácia no zoneamento das diversas camadas sedimentares, possibilitando melhor correlação entre os poços e melhor estimativa dos volumes existentes, com conseqüências positivas no planejamento da produção;
c) imageamento sísmico em áreas complexas: implementadas tecnologias para melhoria da resolução e aumento da qualidade da imagem em áreas de difícil visualização diante das tecnologias de processamento sísmico convencionais.

Ação 2763 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Gás Natural

• Tecnologias validadas em bancada ou em avaliação em unidade experimental:

a) produção de combustível sintético a partir de gás natural: início da operação de unidade-piloto de transformação química de gás natural em líquido (Gas-to-Liquids), que tem por objetivo permitir a produção comercial de reservas de gás natural localizadas em regiões remotas, com obtenção *in situ* de combustível líquido de altíssima qualidade. A operação em planta-piloto visa à obtenção de parâmetros para projeto de unidades industriais;
b) validação em bancada de processo alternativo para obtenção de combustível sintético a partir de gás natural, utilizando tecnologia de microcanais;

c) iniciado projeto de construção de unidade-piloto para validação da tecnologia, a ser aplicada em unidades marítimas de produção, visando reduzir queima de gás natural.

Ação 4113 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Refino

• Tecnologias validadas em bancada ou em avaliação em unidade experimental:

a) serão iniciados testes em unidade experimental de catalisador desenvolvido em bancada de catalisador inédito para potencial aplicação em processos petroquímicos, a partir de nanopartículas;
b) programada fabricação em escala experimental de poliestireno de alto impacto, com características superiores ao fabricado pelos concorrentes, que permitirá fabricação de produtos plásticos de maior resistência;

• Tecnologias qualificadas para aplicação comercial:

a) testada e qualificada para uso comercial a tecnologia para refino de petróleos pesados a partir do coqueamento retardado de resíduos atmosféricos, essa tecnologia está sendo utilizada no projeto da Refinaria de Pernambuco;
b) Craqueamento catalítico fluido (FCC) petroquímico: testada e qualificada para uso comercial a tecnologia para processamento de óleo pesado em complexos petroquímicos, visando à obtenção de matéria-prima petroquímica, essa tecnologia está sendo utilizada no projeto do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro;
c) Hidrodessulfurização (HDS) de nafta craqueada: qualificada para uso comercial a tecnologia para processamento de nafta craqueada visando à melhoria da qualidade dos produtos, desenvolve-se projeto para aplicação dessa tecnologia na Refinaria de Capuava;
d) Hidrotratamento de óleos vegetais em refinarias (HBIO): testada e qualificada para uso comercial a tecnologia para processamento simultâneo de cargas de petróleo bruto e de óleo vegetal, em unidades de hidrotratamento existentes nas refinarias. O produto obtido é um diesel de qualidade superior ao normalmente produzido no processo convencional, e estão em andamento projetos para aplicação da tecnologia em larga escala no parque nacional de refino;

• Tecnologias implementadas comercialmente:

a) Gasolina Podium: implementada nova formulação da gasolina Podium na Argentina, com melhor aproveitamento dos petróleos produzidos pela Petrobras naquele País;
b) Diesel Podium: implementada nova formulação de óleo diesel, com alto desempenho e reduzido impacto ambiental.

Ação 2005 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Transporte

• Inspeção de dutos submarinos com obstáculos geométricos: realizadas, na Bacia de Campos, operações de inspeção de dutos submarinos com obstáculos geométricos ou variação de diâmetro. Essas operações foram realizadas graças ao desenvolvimento do *pig multisize*, dispositivo capaz de percorrer tubulações de diâmetro variável, obtendo dados sobre suas condições mecânicas.

Ação 4115 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Demais Atividades da Área de Petróleo e Gás Natural

• Investimentos em infra-estrutura nas instalações próprias do Centro de Pesquisas da Petrobras visando à atualização tecnológica dos prédios e equipamentos, e na obra de sua ampliação, hoje em curso, que duplicará a área existente, possibilitando atender à demanda traçada no Plano Estratégico da Companhia;

• Elevado investimento em infra-estrutura nas Instituições de Ciência de Tecnologia (ICT) nacionais para atender à cláusula de investimentos obrigatórios em pesquisa e desenvolvimento dos contratos de concessão dos campos de petróleo, através de um modelo estruturante que possibilite a sustentabilidade dos núcleos de pesquisa criados nas ICTs, focados no segmento petróleo, gás natural e energia;

• Este modelo, iniciado em 2006, visa criar condições físicas nas instituições para atender à demanda de projetos de pesquisa e desenvolvimento nos próximos anos, que os investimentos obrigatórios gerarão.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa atingiu resultados significativos em 2006, agregando valor ao segmento de Petróleo e Gás do Brasil.

As atividades retratadas neste Programa são de cunho contínuo, executadas por meio de projetos plurianuais, com prazos diferenciados. Desta forma, as metas físicas definidas são inadequadas, principalmente se comparadas com as metas financeiras que se restringem ao exercício. A realização física das ações é comprovada, de fato, através da descrição qualitativa dos resultados feita nos itens anteriores da avaliação.

A gestão da carteira de projetos de pesquisa da Petrobras, desde a criação dos projetos até sua priorização, é feita por comitês que têm a participação das áreas de pesquisa e operacional da empresa, o que assegura a sua implantação dentro dos limites da meta estabelecida.

A meta física das ações é medida pela quantidade de projetos concluídos no período. Como forma de monitorar estes projetos é utilizado o módulo PS (*Project System*) do sistema SAP/R3. Também é utilizado o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) como instrumento de monitoramento das realizações do Programa.

Todos os projetos são avaliados através de relatórios internos, quadrimestrais, que consolidam informações do andamento destes em função do planejado; a gerência responsável pela execução e a gerência da área operacional aprovam as informações destes relatórios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Ouvidoria da Petrobras recebe e analisa reclamações e sugestões de empregados, clientes e fornecedores, encaminhando, quando pertinente, ao Centro de Pesquisas para solução.

Os beneficiários dos projetos executados no âmbito do Programa são as áreas de negócio da Petrobras, tendo em vista suas contribuições aos resultados da empresa.

A satisfação do beneficiário é avaliada em pesquisa de opinião executada anualmente por entidade especializada, de reconhecida competência: em 2006, o índice de satisfação foi de 97% para uma meta estabelecida de 93%; os pontos de melhoria identificados pela pesquisa subsidiam plano de ação implementado e acompanhado pelo corpo gerencial.

Foi realizada avaliação, em 2006, que considerou o Grau de satisfação com as soluções tecnológicas desenvolvidas pelo sistema de provimento de tecnologia da Petrobras, em termos de capacidade de resposta, inovação e sustentabilidade.

RECOMENDAÇÕES

- Não há Recomendações.

QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

OBJETIVO

Propiciar condições para que o processo de concessão e autorização de novos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica se dê de acordo com as necessidades apontadas pelos estudos de planejamento setorial, buscando o desenvolvimento sustentável da economia e o atendimento com qualidade da demanda de energia elétrica.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores e agentes setoriais públicos e privados.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 133.569.708,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 108.507.803,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 108.507.803,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (NACIONAL)

Unidade de medida: Hora
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 19,9

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

2. FREQÜÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (NACIONAL)

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 17,28

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e a Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) do ano anterior são apurados no segundo semestre do ano em curso.

A continuidade dos serviços públicos de energia elétrica é supervisionada, avaliada e controlada por meio de indicadores coletivos (DEC e FEC), que expressam os valores vinculados a conjuntos de unidades consumidoras e indicadores individuais associados a cada unidade consumidora (Duração de interrupção individual por Unidade Consumidora - DIC, Freqüência de interrupção individual por Unidade Consumidora - FIC e Duração máxima de interrupção contínua por Unidade Consumidora - DMIC), que são explicitados nas faturas de energia.

Os indicadores DEC e FEC anuais das concessionárias de distribuição são obtidos pela média ponderada dos valores mensais de cada conjunto. Os indicadores anuais das regiões geográficas são obtidos pela média ponderada dos valores de cada concessionária de distribuição. Finalmente, os indicadores anuais do Brasil são obtidos pela média ponderada dos valores de cada região geográfica do País.

Os índices apurados até o exercício de 2004 vinham indicando redução das freqüências e da duração das interrupções dos serviços de energia elétrica, revelando melhora da qualidade do serviço, com maior expressão nas Regiões Sudeste e Norte do País. Em 2005, identificou-se uma mudança na trajetória de redução das interrupções verificada no período de 1999 até 2004, com elevação dos índices nacionais em 7% para o DEC e 4,9% para o FEC. Em ambos os indicadores a elevação das interrupções incidiram preponderantemente na Região Norte, tendo-se registrado redução na Região Nordeste. A elevação dos índices na Região Norte deveu-se principalmente:

a) à falta de investimentos nos sistemas de distribuição de energia elétrica na cidade de Manaus, implicando elevado número de interrupções e um blecaute com duração de sete horas;
b) à seca no Estado do Amazonas, em 2005, que levou à declaração de estado de calamidade pública, e dificultou a distribuição de combustível para o atendimento às usinas térmicas do Estado.

Os indicadores são apurados pelas concessionárias e encaminhados a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para análise e consolidação, o que requer um prazo de cerca de seis meses. Os indicadores referentes ao ano de 2006 estão em processo de apuração, que deverá ser concluída no primeiro semestre de 2007.

O índice nacional de 2005 do DEC foi de 16,92 e do FEC foi de 12,76. A tendência atual é alcançar índices finais inferiores aos previstos, mas melhorando a qualidade do serviço em relação à previsão inicial do PPA. Assim, recomenda-se uma revisão dos índices finais inicialmente propostos, visto que parece possível alcançar melhores índices finais de qualidade.

3. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (REGIÃO NORTE)

Unidade de medida: Hora
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 48,76

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

4. FREQÜÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (REGIÃO NORTE)

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 44,63

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Os índices da Região Norte de 2005 foram: DEC de 41,15 e FEC de 41,42. A elevação dos índices na Região Norte deveu-se principalmente:

a) à falta de investimentos nos sistemas de distribuição de energia elétrica na cidade de Manaus, implicando elevado número de interrupções e um blecaute com duração de sete horas;
b) à seca no Estado do Amazonas, em 2005, que levou à declaração de estado de calamidade pública e dificultou a distribuição de combustível para o atendimento às usinas térmicas do Estado.

5. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (REGIÃO NORDESTE)

Unidade de medida: Hora
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 30,49

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

6. FREQÜÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (REGIÃO NORDESTE)

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 24,62

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Os índices da Região Nordeste de 2005 foram: DEC de 22,49 e FEC de 14,40.

7. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (REGIÃO CENTRO-OESTE)

Unidade de medida: Hora
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 24,29

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

8. FREQÜÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (REGIÃO CENTRO-OESTE)

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 25,08

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Os índices da Região Centro-Oeste de 2005 foram: DEC de 21,72 e FEC de 18,26.

9. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (REGIÃO SUDESTE)

Unidade de medida: Hora
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 12,03

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

10. FREQÜÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (REGIÃO SUDESTE)

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 10,44

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Os índices da Região Sudeste de 2005 foram: DEC de 10,36 e FEC de 7,46.

11. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (REGIÃO SUL)

Unidade de medida: Hora
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 16,97

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

12. FREQÜÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (REGIÃO SUL)

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 15,42

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Os índices da Região Sul de 2005 foram: DEC de 17,52 e FEC de 13,86.

13. OUTORGA DE GERAÇÃO

Unidade de medida: MW
Índice apurado em 2006: 1.712,33
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
A meta prevista para o exercício de 2006 não foi registrada. A meta alcançada em 2006 foi de 1.712,3 MW outorgados. Cabe destacar que foram ainda leiloados em 2006, para homologação em 2007, mais 1.835,3 MW que, se considerados, corresponderiam ao montante licitado de 3.547,6 MW.

Destaca-se, ainda, a realização de dois leilões de energia nova, sob as regras do novo modelo do setor elétrico, onde foram comercializados 2.581 MW médios de energia, visando ao suprimento a partir de 2009 e 2011, respectivamente. Destes, 1.556MW médios foram homologados em 2006.

As novas unidades de geração que entraram em operação, em 2006, totalizaram 3.935,5 MW de potência instalada. Os processos de regularização, repotenciação, reativação e desativação resultaram em um decréscimo de 506,5 MW na capacidade instalada, cuja expansão real chegou a 3.429 MW, correspondendo a um acréscimo de 3,69% em relação à capacidade instalada até o exercício de 2005. Com isso, o País alcançou, em 2006, a capacidade instalada de 96.294,4 MW, não incluída a importação de energia.

14. OUTORGA DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DA REDE BÁSICA

Unidade de medida: km
Índice apurado em 2006: 3.275
Índice previsto ao final do PPA: 4.181

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
A meta para o exercício de 2006 foi de 2.662 km de linhas outorgadas. Foram licitados e autorizados 3.275 km de linhas de transmissão da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), o que resulta em 123% de atingimento da meta.

A outorga de linhas de transmissão deverá resultar em investimentos da ordem de R$ 1,8 bilhão, abrangendo 12 Estados brasileiros, e inclui a interligação do Sistema Isolado Acre-Rondônia ao SIN. Consideradas as autorizações para instalações do Sistema Isolado, foram outorgados, no total, 3.283,7 km de linhas de transmissão.Além disso, em

2006 foram firmados os contratos de concessão de 3.055 km de linhas de transmissão, totalizando 27 empreendimentos, referentes ao leilão realizado em 17.11.2005.

A rede básica de transmissão foi expandida com a energização de 3.198 km de linhas, relativas a instalações autorizadas e contratadas em anos anteriores, representando um acréscimo de 3,8% na extensão da rede, em relação a 2005. Abaixo encontra-se dados relativos a expansão anual da rede básica de transmissão (km).

Expansão Anual da Rede Básica de Transmissão

Ano	Extensão inicial	Acréscimo Anual	Extensão Final
2004	77.642	2.313	79.955
2005	79.955	3.036	82.991
2006	82.991	3.198	86.189

15. TAXA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS REFERENTES AO SETOR ELÉTRICO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 76,14
Índice previsto ao final do PPA: 85

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

No exercício 2006, houve 1.005 processos julgados e 1.320 processos distribuídos. Sendo assim, a taxa de julgamento de processos do exercício 2006 é de 76,14%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A importância estratégica do setor elétrico para o desenvolvimento nacional e as mudanças verificadas em seu arcabouço institucional e legal implicaram necessidade do Estado prover um ente responsável pelo desenvolvimento, manutenção e fiscalização de regras para a continuidade e a qualidade dos serviços públicos de energia elétrica em benefício da sociedade.

Com aproximadamente 53 milhões de unidades consumidoras distribuídas no Território Nacional, com realidades locais distintas, servidas por 64 concessionárias de distribuição, interligadas por uma rede complexa de transmissão e geração, o setor elétrico exige o provimento de adequados requisitos de qualidade, tarifação, concessão, autorização e permissão, bem como de fiscalização preventiva e corretiva dos agentes do setor, para oferecer um serviço adequado aos consumidores, com equilíbrio econômico e financeiro dos contratos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Publicação de 812 normas, tendo sido 740 previstas;

• Estabelecimento dos conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo 2007-2010 de revisão tarifária periódica das concessionárias de distribuição e da revisão tarifária dos contratos de concessão do serviço público de transmissão outorgados;

• Regulamentação da comercialização de energia elétrica por fontes incentivadas;

• Aprimoramento dos mecanismos de apuração da disponibilidade de combustível para operação de usinas térmicas e estabelecimento de novos critérios para consideração das usinas na Programação Mensal de Operação do Operador Nacional do Sistema (ONS);

• Estabelecimento de critérios para o cálculo da sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustível Fósseis (CCC);

• Definição das condições gerais para a incorporação de redes particulares, conectadas aos sistemas elétricos de distribuição, ao ativo imobilizado em serviço das concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica;

• Alteração da metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e das Tarifas de Energia Elétrica (TE) aplicáveis às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional (SIN);

• Estabelecimento de novos critérios e procedimentos para cálculo de aplicação e recolhimento dos recursos a serem destinados aos projetos de Eficiência Energética e de Pesquisa e desenvolvimento;

• Definição das regras para os leilões de energia, cujo objetivo maior é o de garantir a modicidade tarifária e a justa remuneração aos empreendedores dos novos projetos de geração;

• 1.343 fiscalizações das 1.475 previstas;

• Monitoramento da geração e do consumo de combustíveis em todas as localidades do Sistema Isolado para análise da CCC;

• Fiscalização *in loco* nas obras das linhas de transmissão e nas subestações da rede básica;

• Fiscalização, por monitoramento, dos programas de universalização;

• Aprimoramento da metodologia e dos critérios para reavaliação da base de remuneração das distribuidoras para o próximo ciclo de revisão tarifária;

• Fiscalização *in loco* sobre os aspectos técnicos e comerciais;

• Fiscalizações de pesquisa e desenvolvimento;

• Fiscalização extraordinária de 25 concessionárias de distribuição para validação dos valores dos Encargos de Capacidade Emergencial (ECE) e de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial (EAE), que a União ainda tem a receber, em função do encerramento das atividades da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE).

• 212 outorgas das 183 previstas;

• Outorga de 186 empreendimentos por meio de concessões e autorizações ou registros;

• Realização de dois leilões de energia nova; outorga 3.283,7 km de linhas de transmissão;

• Expansão da rede básica de transmissão com a energização de 3.197,5 km de linhas, relativas a instalações autorizadas e contratadas em anos anteriores;

• 962.350 solicitações atendias por meio da Ouvidoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), número superior as 863.715 previstas;

• Implantação do número 144 em substituição ao número 0800 727 2010, facilitando o acesso dos consumidores ao serviço de Teleatendimento;

• Realização de 19 audiências públicas no exercício;

• Registro de 962.350 atendimentos, dos quais 620.979 referem-se aos atendimentos realizados pela Central de Teleatendimento da ANEEL e 341.371 feitos em nome das agências estaduais conveniadas;

• Realização de 22 consultas públicas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa monitora o seu desempenho físico por meio de reuniões trimestrais, com o intuito de acompanhar a execução, pelo Sistema de Informações Gerencias da ANEEL (SIGANEEL) e por meio de relatório trimestral de avaliação das atividades, elaborado após cada reunião. A ANEEL articula com o Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) a integração do SIGANEEL com o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

O programa Qualidade do Serviço de Energia Elétrica tem como gerente o Diretor-Geral da ANEEL e como gerente executivo o titular da Superintendência de Planejamento da Gestão (SPG).

A coordenação de cada uma das ações do Programa é de responsabilidade do titular de uma das superintendências envolvidas, que conta com o apoio das demais superintendências parceiras participantes do processo.

No âmbito do gerenciamento dos programas e das ações relacionados à agência, e em consonância com o disposto no Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004, foi desenvolvido o Plano Gerencial/Plano de Trabalho Anual, que apresenta o detalhamento e o desdobramento das ações do PPA, de forma a proporcionar maior grau de visibilidade ao conjunto de processos associados ao desenvolvimento da Ação, contribuindo, de forma direta ou indireta, para o sucesso no cumprimento da meta fixada.

Para acompanhar a execução e assegurar o alcance das metas fixadas, a ANEEL adota como sistemática a realização de reuniões trimestrais de avaliação do desenvolvimento do plano de trabalho e do progresso dos itens (atividades) associados à execução de cada ação.

Nas reuniões, participam a gerência executiva do Programa, as coordenações das ações e as superintendências parceiras no desenvolvimento da ação, bem como a Superintendência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios (SLC) e a

Superintendência de Administração e Finanças (SAF), que acompanham o andamento das contratações e a execução orçamentária e financeira, respectivamente. O resultado de cada uma dessas reuniões é consolidado em um relatório denominado Relatório de Acompanhamento do Plano de Trabalho.

A avaliação de desempenho concentra-se no conjunto das ações finalísticas sob a coordenação da agência, cujos níveis de execução orçamentária e física permitem calcular o Indicador de Desempenho Orçamentário (MIRO) e o Indicador de Execução das Metas Físicas (MIMF). O primeiro foi calculado como o percentual de execução global das ações finalísticas dos programas, em relação ao limite de despesa autorizado para essas ações (ajuste real ao contingenciamento), tendo alcançado o percentual de 89,19%. O Indicador de Execução das Metas Físicas (MIMF) foi determinado calculando-se a média aritmética simples dos percentuais de realização de meta física das ações finalísticas, atingindo o valor de 107,47%.

De acordo com as faixas definidas pela metodologia, conclui-se que, as ações da ANEEL alcançaram o índice de desempenho Satisfatório no exercício. Conforme a mesma metodologia, conclui-se que, sob o aspecto da Economia de Recursos, as ações dessa Agência, embora não alcancem o índice de desempenho satisfatório, tampouco podem ser classificadas como insatisfatório.

Cabe destacar que as ações de Fiscalização, Ouvidoria e Outorga tiveram índices de execução das metas físicas acima de 100%. Pode-se concluir que a execução físico-orçamentária da ANEEL foi eficiente, pois o percentual da meta física foi bastante elevado em relação à execução orçamentária.

Contribuíram para a elevada execução física, adiante da execução orçamentária, a utilização massiva do pregão eletrônico, o que reduziu sensivelmente os valores dos contratos em relação ao esperado, e a execução de parte das atividades com pessoal próprio, em razão de dificuldades na condução dos procedimentos licitatórios.

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes, além do que o próprio fluxo desses recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. As incertezas quanto às definições futuras de contingenciamento conjugadas com as orientações vigentes que restringiam os gastos à execução somente de despesas de caráter relevante e inadiável comprometeram a possibilidade de uma atuação mais efetiva nos primeiros meses do exercício.

Essas restrições afetaram as atividades da agência de uma maneira global, uma vez que a liberação paulatina e as incertezas referidas arrefeceram os planos de contratação previstos, refletindo, inclusive, na atuação das ações finalísticas, onde foram postergadas atividades de vulto e de caráter continuado, restringindo-se a execução, no período, a situações emergenciais e fundamentais para manter o funcionamento das atividades.

A infra-estrutura apresenta-se inadequada na equipe gerencial e nas equipes executoras. Os recursos materiais são insuficientes para as necessidades das equipes executoras, principalmente após a contratação de servidores advindos de concursos públicos e a prorrogação dos contratos temporários.

Do mesmo modo, existe uma inadequação temporária de recursos humanos, por falta de experiência e capacitação nas equipes executoras. O concurso público da Agência aumentou o quadro em 140 servidores, como conseqüência, o pessoal efetivo, que em 2004 era de 9%, responde, em 2006, por 46% da força de trabalho. Apesar do grande avanço que representa a incorporação dos novos servidores para o futuro da ANEEL, a transição impactou a atuação institucional, com reflexos na agilidade dos processos operacionais, levando, às vezes, a problemas de continuidade e retardo nos procedimentos, em função da necessidade de adaptação e da inexperiência dos novos funcionários. Observa-se que a estruturação do quadro efetivo e a perspectiva de encerramento dos contratos de pessoal temporário em março de 2007 motivaram a antecipação da saída de profissionais experientes que se encontravam nessa situação.

Apesar dos índices satisfatórios de alcance das metas, observa-se que ficaram prejudicadas ações que promoveriam uma melhor qualidade dos resultados, impactando até mesmo o potencial de ampliação das contratações de serviços terceirizados para as atividades finalísticas, em razão da limitação da capacidade de supervisão técnica dos trabalhos por parte da equipe de servidores.

Em função da peculiaridade e do alto grau de especialização dos serviços que são contratados para apoio técnico às atividades de regulação do setor elétrico, os procedimentos licitatórios para contratação desses serviços têm enfrentado dificuldades para sua efetivação. Não apenas no que se refere à concepção dos Termos de Referência, mas também pelas dificuldades de entendimento por parte dos proponentes, em razão do grau de complexidade técnica e, em decorrência disso, despendido tempo excessivo para licitação e contratação.

Principalmente nas licitações na modalidade Concorrência, houve atrasos que reduziram a execução físico-orçamentária prevista, decorrentes, em geral, de recursos impetrados pelos licitantes, afetando principalmente as ações relativas à regulamentação e à outorga dos serviços de energia elétrica.

Entre as dificuldades encontradas para execução das atividades de outorga, destaca-se a dependência da emissão das licenças ambientais para a definição dos empreendimentos a serem licitados, muitos dos quais têm sofrido embargos e restrições por parte dos órgãos ambientais.

Outra dificuldade decorreu da aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, em agosto de 2006, que de acordo com o Art. 52 da Lei nº 9.433, de 1997, retira da ANEEL a prerrogativa de outorgar os potenciais hidráulicos sem Reserva de Disponibilidade Hídrica (RDH), no caso dos rios estaduais. Como alguns Estados, dentre eles SC, MG e MT, não regulamentaram a forma de emissão de RDH, isso dificultou a outorga de vários empreendimentos.

A definição das diretrizes, procedimentos e prazos para implementação das ações de concessão dos serviços de energia elétrica é de competência do Ministério de Minas e Energia (MME). Além disso, as outorgas dos serviços de energia elétrica sofrem interferências de vários fatores, em especial dos condicionamentos relacionados ao licenciamento ambiental. A ausência de interação e diretrizes governamentais claras e as alterações nas regras e procedimentos para o setor têm implicado indefinições quanto aos procedimentos, assim, os resultados atribuídos a ANEEL ficam condicionados às alterações produzidas em ambientes externos a ela.

É facultada à União descentralizar aos Estados e ao Distrito Federal, mediante Convênio de Cooperação, a execução das atividades complementares de regulação, controle e fiscalização dos serviços e instalações de energia elétrica de competência da ANEEL.

O modelo adotado para descentralização de atividades por meio de convênios de cooperação, atualmente firmados com 13 Estados, vem apresentando dificuldades na sua implementação, em decorrência de regras que não são adequadas à relação de delegação de atividades entre os entes federados.

Com base na experiência acumulada ao longo de mais de seis anos de descentralização, as unidades internas da ANEEL e das agências estaduais vêm apontando a necessidade de uma mudança, de modo a garantir um melhor resultado e eficiência no alcance do objeto, destacando-se, como problema central, o seu direcionamento para o controle dos meios, ao invés do controle dos resultados, o que gera um excesso de procedimentos burocráticos e processuais, os quais, limitam o potencial de atuação e a eficiência do processo.

Desta forma, durante o exercício de 2006, a ANEEL concentrou esforços na busca do aprimoramento das normas relacionadas à descentralização de atividades, propondo uma revisão dos instrumentos normativos que disciplinam os seus procedimentos. Neste sentido, também foram iniciados os estudos para a definição dos custos de referência às atividades descentralizadas pela ANEEL e dos indicadores de desempenho, com vistas a fortalecer a parceria com as agências estaduais, com ênfase na eficácia e eficiência dos resultados.

Todas as informações necessárias ao regular desempenho das ações descentralizadas foram tempestivamente disponibilizadas pelas agências estaduais conveniadas.

As informações técnicas, relativas ao desenvolvimento dos trabalhos, foram encaminhadas diretamente às áreas descentralizadoras e as informações relacionadas aos

aspectos administrativos e financeiros foram encaminhadas a SAF. Por se tratar de parceria, a integração é constante e ocorre durante toda a execução das atividades.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A ANEEL usa os seguintes mecanismos de promoção da participação social:

a) Ouvidoria, estabelecendo canais de comunicação para que o consumidor possa registrar o seu pleito ou descontentamento, a central de teleatendimento da Agência é a principal responsável pelos registros das solicitações. A central de teleatendimento também participa da prestação dos serviços de Ouvidoria conduzidos por oito das doze agências, com as quais mantém convênio de descentralização de serviços;
b) audiências públicas, que podem contar com a realização de sessões públicas para a manifestação de viva voz, chamada de sessão ao vivo (presencial), ou apenas serem feitas por meio de intercâmbio documental;
c) consulta pública, que é uma ferramenta visando ao recolhimento de subsídios e informações dos agentes econômicos do setor elétrico e dos consumidores para o processo decisório da ANEEL, de forma a identificar e a ampliar a visão dos aspectos relevantes dos atos administrativos em questão;
d) discussão em conselhos setoriais, pois desde sua criação, a ANEEL busca estimular o funcionamento desses conselhos e o estreitamento das relações com os mesmos, participando de suas reuniões e prestando informações pertinentes à regulamentação e à fiscalização do setor elétrico.

Houve, de modo geral, uma otimização dos serviços de tratamento das solicitações registradas, possibilitando a redução de três dias no prazo médio entre o registro e a solução de solicitações de consumidores. Ou seja, em 2006, a ANEEL alcançou o prazo médio de 15 dias, que, em 2005, era de 17 dias.

A ANEEL avalia a satisfação de seus beneficiários através do Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC), que constitui em indicador por meio do qual é obtido o grau de satisfação do consumidor para com os serviços prestados pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica. Em outras palavras, funciona como um termômetro, aferido pelo próprio consumidor, para indicar quais os pontos fortes e fracos relativos aos serviços fornecidos pelas concessionárias.

RECOMENDAÇÕES

• Redefinir o objetivo do Programa para regulação do setor elétrico, com intuito de prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos consumidores;

• Excluir o indicador Taxa de Julgamento de Processos Referentes ao Setor Elétrico (TJPSE), que não representa o resultado do Programa;

• Corrigir a inadequação na denominação do Programa, pois o título do mesmo não reflete a sua essência, a sua abrangência;

• Especificar melhor o produto da Ação 4703, pois a denominação do produto como norma publicada tem gerado questionamentos, quanto à abrangência das modalidades de atos regulatórios. Propõe-se alterar para Ato Regulatório Publicado.

QUALIDADE DOS DERIVADOS DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

OBJETIVO

Proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de derivados de petróleo, gás natural, álcool combustível e biodiesel.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados do petróleo, gás natural, álcool combustível e biodiesel.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 49.217.279,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 43.010.027,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 43.010.027,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. GRAU DE QUALIDADE DOS PRODUTOS NOS DIVERSOS AGENTES ECONÔMICOS DO ABASTECIMENTO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 96,41
Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Este índice já foi alcançado em 2004.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Compete à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) implementar, em sua esfera de atribuições, a política de petróleo e gás natural, contida na política energética nacional, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo em todo Território Nacional e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de produtos. O Programa atende à determinação contida na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Fiscalização de 1.375 Municípios, com cobertura de 25% do Território Nacional, representando um aumento de 44% na abrangência de suas ações em relação ao período anterior. O ano de 2006 terminou com a realização de mais de 23.000 ações de fiscalização. Foram também apreendidos mais de 1, 6 milhões de litros de combustíveis líquidos fora de especificação;

• Monitoramento de cerca de 189,7 mil amostras de combustíveis. Verificou-se uma melhora significativa nos índices de qualidade, notadamente do álcool etílico hidratado, cujo índice de não-conformidade de 12,6%, em 2002, caiu para 3,8%, em 2006. Ainda em 2006, foi iniciado o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Lubrificantes (PMQL), com o objetivo de avaliar a qualidade dos óleos lubrificantes comercializados no País. Neste ano, o monitoramento de lubrificantes foi realizado no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Tocantins, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia;

• Realização de três leilões públicos de biodiesel: no dia 30 de março de 2006, a ANP realizou o 2º leilão público de biodiesel. Nele foram arrematados 170 mil m^3 de biodiesel. No 3º e 4º leilões, realizados simultaneamente nos dias 11 e 12 de julho de 2006, foram arrematados 600 mil m^3 de biodiesel para entrega no período de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução física do Programa ocorreu dentro do previsto. A execução orçamentária foi elevada, porém não refletiu as dificuldades ocasionadas pela demora na aprovação do orçamento e pela edição do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira. Este decreto e suas alterações posteriores ocasionaram um contingenciamento elevado no início do exercício de 2006. Essa limitação, combinada à não obtenção de créditos extraordinários para execução das ações do Programa, dificultou a melhoria contínua dos processos e a incorporação de novas tecnologias no combate a práticas ilícitas e desleais, lesivas aos cofres públicos e aos consumidores de derivados de petróleo e biocombustíveis.

Embora o ano de 2006 tenha marcado o inicio das atividades dos servidores oriundos do primeiro concurso público da ANP, houve, no decorrer do ano, um número expressivo de solicitações de exoneração. Dos cerca de 280 servidores que entraram em exercício, aproximadamente 60 solicitaram exoneração.

A gerência executiva do Programa acompanha, mensalmente, a dinâmica de preenchimento das metas físicas das ações por parte dos coordenadores de ação. Houve, no entanto, dificuldades na adequação do ritmo de lançamento de dados, com os prazos definidos no Sistema Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), principalmente em virtude da dependência do recebimento de informações oriundas de convênios, que necessitam de maior tempo para consolidação.

O Centro de Relações com o Consumidor (CRC) funciona como ouvidoria da ANP e encaminha dúvidas, reclamações e denuncias para as áreas competentes, a fim de

que sejam tomadas as providências que podem resultar em ações de monitoramento e fiscalização dos agentes econômicos.

Os mecanismos de participação social adotados, em particular a consulta e audiência pública, são processos mediante os quais os agentes integrantes do setor manifestam-se acerca das resoluções que regulamentam suas atividades, encaminhando sugestões, identificando os aspectos relevantes à matéria objeto. Esses mecanismos promovem a publicidade, transparência e legitimidade das ações e dos programas da ANP.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Faz-se necessária a abertura de novos escritórios regionais, em diversos Estados, de maneira a aumentar o suporte às ações de repressão a práticas ilícitas no âmbito da distribuição e revenda de combustíveis.

RECOMENDAÇÕES

• Fusão dos dois Programas da ANP: Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis e Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

REFINO DE PETRÓLEO

OBJETIVO

Ampliar e modernizar o parque nacional de refino de forma a disponibilizar derivados de petróleo de acordo com a demanda e a qualidade requerida pelo mercado, com o mínimo risco ambiental, maximizando o uso de matéria-prima nacional.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados do petróleo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.344.934.902,00	Empenho Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R$ 3.041.322.541,00
	Total:	R$ 3.041.322.541,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. CAPACIDADE DE REFINO INSTALADA

Unidade de medida: milhão de barris de petróleo por dia
Índice apurado em 2006: 1,99
Índice previsto ao final do PPA: 1,98

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA
A meta já foi alcançada.

2. CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO ANUAL TOTAL

Unidade de medida: milhão de barris de petróleo por dia
Índice apurado em 2006: 1,74
Índice previsto ao final do PPA: 1,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
A carteira de projetos da área de confiabilidade, cuja implantação está prevista para 2007, permitirá o atingimento da meta.

3. CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO NACIONAL

Unidade de medida: milhão de barris de petróleo por dia
Índice apurado em 2006: 1,39
Índice previsto ao final do PPA: 1,44

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Existe previsão de entrada em operação, em 2007, de nova unidade de conversão que permitirá o aumento previsto da capacidade de processamento de petróleo nacional e, conseqüentemente, o atingimento do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O aumento da demanda por derivados de petróleo em quantidade e qualidade exige a adoção de ações visando garantir sua oferta. A ampliação da capacidade de refino nacional e a modernização das refinarias existentes representam oportunidades de desenvolvimento para o País e de ganhos para a balança comercial brasileira. Simultaneamente, os resultados empresariais positivos permitirão a sustentação do processo de desenvolvimento do parque industrial, com seu conseqüente desdobramento na forma de incremento ao mercado de fornecimento de bens e serviços no País e a evolução dos padrões de qualidade de combustíveis para patamares compatíveis com uma visão ecologicamente correta.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Em 2006, foi priorizada a adequação dos combustíveis diesel e gasolina à necessidade de redução de emissão de poluentes;

• Planejamento, em 2006, de novas unidades que permitam a conversão de petróleo nacional, caracterizado pelo seu baixo grau API (petróleo pesado), em derivados médios e leves.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento de metas físicas do Programa ficou dentro do previsto em 2006.

A lentidão dos processos de licenciamento ambiental tem prejudicado o cronograma previsto para os projetos.

O aquecimento do mercado tem tido como conseqüência aumento dos custos de fornecimento de equipamentos, materiais e serviços, tornando morosos os processos licitatórios.

No ano de 2006 foi concluída a etapa de planejamento de grande parte dos projetos envolvidos, estando previsto o início de suas obras para 2007.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O desempenho do Programa é medido mensalmente pelo avanço físico dos projetos. Está em estudo a padronização dos critérios de avanço a partir do uso sistemático do Sistema Integrado de Gestão (SAP R3). São utilizados também para o monitoramento da execução das ações as reuniões de trabalho, visitas *in loco* e o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

O Programa promove a participação social por meio de Ouvidoria, de audiências públicas nos processos de licenciamento ambiental e de reuniões com grupos de interesse. Um exemplo claro desse último mecanismo é o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), à medida que promove o envolvimento social no desenvolvimento dos projetos, inclusive com a participação de entidades de classe como sindicatos, associações patronais, fundações e prefeituras.

Os índices de satisfação dos clientes, medidos pela área de *marketing*, indicam que o caminho trilhado vem atendendo às expectativas dos clientes.

O uso de *benchmark* internacional, a implementação de processos de otimização e melhoria contínua, bem como a adoção de melhores práticas na implantação de projetos, tem sido uma constante no gerenciamento do Programa.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS

OBJETIVO

Prover infra-estrutura de armazenamento e transporte dutoviário de petróleo e derivados adequada ao incremento da demanda e às novas exigências ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de petróleo e derivados.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 689.669.204,00	**Empenho Liquidado:**	**-**
	Pago Estatais:	**R$ 632.599.050,00**
	Total:	**R$ 632.599.050,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. EXTENSÃO DA MALHA DE OLEODUTOS DE TRANSPORTE DA PETROBRAS

Unidade de medida: km
Índice apurado em 2006: 7.011
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

2. CAPACIDADE DA REDE DE DUTOS PARA O TRANSPORTE DE ÓLEO E DERIVADOS

Unidade de medida: milhão de m^3.km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 47.581

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Existe uma dificuldade em relação à apuração do índice devido à falta de informações necessárias para o seu cálculo. Para o PPA 208-2011, foi proposto o indicador Capacidade Máxima de Movimentação dos Dutos Longos da Petrobras (milhão m^3/mês), sendo o índice de referência de 10,05 (2006) e o índice final previsto para 2007 de 10,61.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO TRANSPORTE DUTOVIÁRIO NO TRANSPORTE DE PETRÓLEO E DERIVADOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 18

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Existe uma dificuldade em relação à apuração do índice devido à falta de informações necessárias para o seu cálculo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerando o crescimento da produção de petróleo e derivados estimado para os próximos anos, faz-se necessária a disponibilização de uma infra-estrutura de armazenamento e transporte dutoviário dimensionada para atender aos volumes previstos e aos novos padrões de qualidade, de segurança e de proteção ao meio ambiente.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Implantação de melhorias no terminal de São Sebastião, incluindo a construção de quatro novas linhas de dutos e a substituição de outras duas para agilizar a movimentação de petróleo e de derivados no Terminal Marítimo Almirante Barroso (Tebar), operado pela Petrobras Transporte S.A (Transpetro). Os novos dutos reduzirão as operações de limpeza e drenagem, realizadas para evitar a contaminação dos produtos durante os procedimentos de carregamento e descarregamento de petróleo;

• A Transpetro também reduzirá de 33 para 24 horas o tempo de operação dos navios no Tebar, com a substituição de 19 braços de carregamento nos dois píeres (norte e sul). A instalação dos novos braços será concluída em 2007;

• Em 2006, foram concluídas as linhas 502 e 504, que estão aguardando somente licença ambiental para começar a operação. Além disso, também foi efetivado, junto ao fabricante, o pedido de compra dos braços de carregamento (licitação, negociação e pedidos concluídos);

• Plano Diretor de Dutos de SP (PDD-SP). O PDD-SP é um programa de construção de 500 km de dutos no Estado de São Paulo, além da recuperação de outras linhas já existentes. O empreendimento prevê a desativação de dutos que se encontram em áreas de risco, além de aprimorar a logística de transporte. Em 2006, foram concluídos os serviços de aerolevantamento (vôos alto e baixo);

• Ampliação da capacidade de escoamento de álcool. Essa Ação compreende a adequação e a ampliação de instalações existentes, além da construção de novas instalações, envolvendo toda a cadeia logística (os centros coletores, tancagem reguladora e sistemas de transporte dutoviário). Os projetos serão conduzidos por etapas, realizando os investimentos à medida que o mercado de etanol for sendo desenvolvido;

• A expansão dos investimentos e do cronograma de obras deve-se à ampliação da malha, que passa a incluir o Centro-Oeste. Ao fim das obras, o projeto dos alcooldutos vai triplicar as exportações brasileiras de álcool. Em 2006, o projeto de ampliação da capacidade de escoamento encontra-se na fase de detalhamento básico.

• Está em andamento o processo de licenciamento, que aguarda a conclusão do projeto básico, e a seleção dos fornecedores para contratação de domos. Também foram contratados os estudos de sondagem para a Refinaria do Planalto (REPLAN), bem como a aquisição de bombas (principais e *boosters*);

• Implantação do Terminal de Pecém. Em 2006, os projetos conceitual e básico foram concluídos. Encontra-se em andamento a fase Inicial de projeto de engenharia. Foi concluído o processo de licitação do serviço de terraplanagem e de sondagem. Continuam pendentes a aquisição do terreno e o desdobramento da ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF) contra o Governo do Ceará, que impede o início da terraplenagem do terreno, que foi postergada para o inicio de 2007;

• Ampliação da Capacidade do Sistema de Escoamento de Petróleo e Derivados da REPLAN em Paulínia (SP). O Projeto visa adequar o Oleoduto OSVAT 30 (Oleodutos Replan-Guararema) para abastecer a REPLAN com 63.000m^3 por dia de petróleo. Consiste na melhoria dos sistemas elétrico e de sucção de São Sebastião, substituição do conjunto de bombas e troca de trechos de dutos. Em 2006, foi elaborado o estudo ambiental simplificado para atender às recomendações técnicas de identificação de perigos, análise e avaliação de riscos, em relação à troca de trechos de dutos. O projeto de detalhamento e licenciamento da linha de transmissão está em andamento, bem como a consolidação dos planos do projeto;

• Ampliação da Capacidade do Sistema de Escoamento de Petróleo e Derivados da Refinaria Alberto Pasqualine. Este projeto tem como objetivo ampliar a capacidade de escoamento do sistema do Oleoduto Osório/Canoas (OSCAN) para atender a um aumento de 50% na capacidade de processamento da Refinaria Alberto Pasqualine (REFAP). Visa também permitir a ampliação da capacidade de operação desta refinaria, movimentando a produção de derivados para exportação e expandindo as atividades de refino. Em 2006, foi realizada a fase de detalhamento do projeto com a contratação de empresa para execução da obra. Outras ações estão em andamento, tais como o processo de compra de materiais, a aquisição de equipamentos e bombas e a assinatura de contratos. Também está em negociação a questão dos três tanques hoje arrendados à Companhia Petroquímica do Sul (COPESUL), que deverão ser utilizados pela REFAP para a movimentação de derivados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento das metas ficou abaixo do previsto em função de algumas ações que não foram realizadas conforme o cronograma. Entre as razões, estão o alongamento dos prazos para a obtenção de licenças ambientais, o aumento do escopo de alguns projetos, o atraso na finalização de licitações e as decisões administrativas da Empresa.

O Programa utiliza-se dos seguintes mecanismos de monitoramento: reuniões de trabalho, sistemas de informação (Sistema de Gestão de Empreendimentos da Transpetro - SIGET.net, em implantação, SAP-R3, sistema de informações contábeis da Transpetro e Petrobras e Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan) e relatórios de gestão.

As Ações 4107 e 4451, classificadas como atividades por incluírem diversos projetos destinados a manter permanentemente as instalações em condições adequadas de confiabilidade e segurança operacionais, são de difícil acompanhamento físico global, pois se subdividem em inúmeros projetos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os principais mecanismos de participação social na execução do programa são:

a) Ouvidoria: responsável por receber e dar seguimento, internamente, às questões enviadas por todas as partes interessadas e impactadas pela atividade e pelo Programa;
b) audiência pública: a Transpetro, juntamente com área de Engenharia da Petrobras, realizam audiências públicas para esclarecimentos à comunidade local sobre seus empreendimentos de dutos e terminais;
c) pesquisa de satisfação tanto para clientes, quanto para as comunidades vizinhas às instalações.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS

OBJETIVO

Reduzir a dependência do afretamento de embarcações estrangeiras para o transporte de petróleo e derivados, adequando a frota existente a novas exigências de mercado e ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Consumidores de petróleo e derivados.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 504.513.250,00	**Empenho Liquidado:**	**-**
	Pago Estatais:	**R$ 39.508.250,00**
	Total:	**R$ 39.508.250,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO TRANSPORTE MARÍTIMO NO TRANSPORTE DE PETRÓLEO E DERIVADOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Não apurado

As informações necessários para o cálculo desse indicador não estão disponíveis, visto que o Sistema Petrobras não dispõe mais do monopólio no transporte de petróleo e derivados. Há outros agentes que atuam no mercado.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA FROTA DE NAVIOS PRÓPRIOS DA PETROBRAS NO TRANSPORTE DE PETRÓLEO E DERIVADOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 36
Índice previsto ao final do PPA: 48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O atraso no projeto de construção de navios e o aumento da demanda por transporte marítimo da Petrobras-Afretamentos dificulta o alcance do índice proposto originalmente.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A idade média da frota de petroleiros brasileira é bastante elevada, caminhando para o fim de sua vida útil. Além disso, as novas exigências legais em tramitação, com padrões mais rigorosos de segurança e proteção ambiental, poderão diminuir ainda mais o tempo restante de utilização dos navios existentes.

A renovação planejada e gradual dos navios petroleiros nacionais, além de reduzir a dependência externa, proporcionará a otimização da utilização dos estaleiros nacionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aquisição de navios em estaleiros nacionais: essa ação diz respeito ao Programa de Modernização e Expansão da Frota de navios petroleiros da Transpetro (Promef);

• O cronograma de contratação dos navios contempla a construção, nessa fase, de 26 embarcações até 2012. Em 2006, foram realizadas as seguintes etapas: junho - conclusão da licitação; outubro - aprovação do financiamento pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante; dezembro - aprovação do aumento do limite de endividamento da Transpetro pelo Senado Federal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Modernização e Adequação de Navios: previa a modificação do navio Jurupema para operar como FSO (*Floating, Storage and Offloading*), que não foi implantado em função de reavaliação do campo de produção de óleo pela Petrobras.

A Ação Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais sofreu atraso no lançamento da licitação para a construção de 26 navios (primeira fase). Houve também atraso no lançamento do edital dos primeiros 26 navios.

A gerência do Programa utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento: reuniões de trabalho; sistemas de informação (Sistema de Gestão de Empreendimentos da Transpetro - SIGET.net, em implantação, SAP-R3, sistema de informações contábeis da Transpetro e Petrobras e Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan) e relatórios de gestão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os principais mecanismos de participação social no Programa são reuniões com grupos de interesse.

RECOMENDAÇÕES

• Não há recomendações.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Agricultura Familiar - Pronaf

Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais

Crédito Fundiário

Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Educação do Campo (Pronera)

Paz no Campo

Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foram utilizados **R$ 3.275.095.792,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 3.740.880.866,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 3.275.095.792,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 3.740.880.866,00**	**Total realizado:**	**R$ 3.275.095.792,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MDA não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 332.487.704,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 240.726.236,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Assentamento de novas famílias

• Em 2006, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) assentou 136.358 novas famílias, no maior desempenho anual da reforma agrária da história do País. Nos últimos quatro anos, os assentamentos constituídos já somam 381.419 famílias;

• Cerca de 9,4 milhões de hectares foram incorporados à reforma agrária, marca também recorde na história do Incra. O assentamento de novas famílias envolve um conjunto de atividades que integram um longo e complexo processo: áreas são vistoriadas e avaliadas, decretos desapropriatórios são emitidos, compras de terras são feitas, projetos de assentamentos são criados e famílias são cadastradas e selecionadas para posterior homologação, assentamento, implantação da infra-estrutura, desenvolvimento sócio-econômico e consolidação dos Projetos de Assentamento com sua integração na vida social, cultural e econômica do Município. Todo este processo é permeado pela pungente demanda dos movimentos sociais e regulamentado por todo o aparato burocrático e legal do Estado brasileiro;

• Nos últimos quatro anos, foi destinado um total de 31,7 milhões de hectares para assentamentos da reforma agrária. O sucesso no alcance desta meta deve-se em grande parte pela concentração de esforços humanos e materiais em torno da meta, por parte do Incra/MDA, além da mudança de procedimentos e agilização de processos.

Obtenção de Terras

• O processo de obtenção de terras de área rural através da desapropriação e/ou

aquisição para implantação de assentamentos deve ser entendido como um instrumento para viabilizar o assentamento de famílias de trabalhadores rurais, bem como incorporá-las ao processo produtivo, sendo esta, portanto, sua função básica;

• Do total de recursos orçamentários destinados para esta Ação, da ordem de R$ 1.422.848.455,00, para obtenção de 1.519.435 hectares, foram obtidos 788.961 hectares, correspondendo a 51,92% da meta física programada ao custo total de R$ 1.372.501.660,00, representando 96,46% dos recursos financeiros disponíveis;

• O custo unitário previsto no orçamento foi de R$ 936,43 por hectare, enquanto o realizado foi da ordem de R$ 1.729,63 por hectare. Na maioria das regiões, houve um aquecimento no mercado de imóveis rurais nas áreas com melhor potencial agrícola, fato este que propiciou, em contrapartida, a destinação de parcelas menores por família, aumentando a capacidade de assentamento nestes imóveis.

Reforma Agrária de Qualidade

O compromisso do Governo Federal consiste não só em assentar novas famílias e recuperar os assentamentos antigos, mas também promover uma reforma agrária de qualidade, que a partir do direito à terra e das condições para sua autonomia econômica, garanta o acesso aos demais direitos fundamentais.

• Com vistas à qualificação da reforma agrária, no ano de 2006 foram atendidas 374.792 famílias com Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates);

• Além disso, foram beneficiadas 36.103 mil famílias com ações diretas do Incra na construção/recuperação de 5.152 km de estradas, 1.578 unidades de abastecimento de água e 4.349 de outras ações de infra-estrutura como galpões, casas de farinha, etc;

• No que se refere à eletrificação rural, excetuado o Programa Luz para Todos, foram executados pelo Incra, 9.294 km de rede, beneficiando 21.150 famílias;

• O Projeto Terra Sol beneficiou 58.514 famílias apoiando projetos de implantação de agroindústrias, fomento à agroecologia, desenvolvimento e acompanhamento das empresas sociais, comercialização e turismo rural;

• Foram concedidos 142.779 créditos de instalação, possibilitando melhor condição de vida para o agricultor assentado, através da construção, recuperação e melhoria das suas moradias, também aprimorando suas condições de trabalho, facilitando a aquisição de ferramentas e insumos para as atividades produtivas na terra;

• Formalizaram-se em algumas Superintendências Regionais, Termos de Cooperação Técnica com a Caixa Econômica Federal (CEF), visando à complementação de recursos da Carta de Crédito Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) Individual, o que permitiu a construção de habitações de melhor qualidade;

• Quanto à gestão do Crédito Instalação, ainda implementam-se medidas, visando maior controle de sua aplicação, como a prorrogação da vigência do contrato com o Banco

do Brasil (BB) para repasse de recursos em conta corrente específica e bloqueada, com o pagamento feito diretamente ao fornecedor, mediante a apresentação de nota fiscal, o que proporciona maior controle e transparência;

• Deu-se continuidade, no ano de 2006, à implementação de ações, visando promover a igualdade de oportunidades para gênero, raça e etnia, com a emissão de documentação civil básica para as mulheres trabalhadoras rurais;

• Também foram valorizadas as comunidades tradicionais por meio da identificação e do reconhecimento de 16 comunidades quilombolas.

Escolarização de Trabalhadores Rurais

• Em 2006, foram garantidos a permanência e o acesso à educação formal, pública e de qualidade, a 57.129 jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária e profissionais egressos da área de Ciências Agrárias;

• Na Ação Educação de Jovens e Adultos no Campo foram matriculados 48.694 alunos em turmas de ensino fundamental, estando em execução 39 cursos;

• Outros 8.435 estudantes estão distribuídos em 66 cursos de ensino médio/técnico profissionalizante, sendo:

a) 5.229 atendidos pela Ação Capacitação de Formação e Profissionais de Nível Médio Adaptados à Reforma Agrária e à Agricultura Familiar;
b) 2.751 pela Ação Formação de Profissionais de Nível Superior Adaptados à Reforma Agrária e à Agricultura Familiar;
c) 455 pela Ação Concessão de Bolsas de Capacitação Profissional e Assistência Técnica.

Crédito Rural

• Os dados da aplicação de crédito ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) demonstram de maneira clara e inequívoca a opção deste governo em se voltar para os segmentos mais pobres do meio rural.

• Empréstimos do Pronaf chegaram a R$ 7,5 bilhões na safra 2005-2006 e devem atingir R$ 10 bilhões na safra 2006-2007;

• O número de contratos realizados pelo Programa chegou a mais de 1,9 milhão na safra 2005-2006 e deverá atingir 2 milhões de contratos na próxima safra;

• Houve um esforço muito grande no sentido de reverter a concentração de recursos no Centro-Sul do País, aumentando, especialmente, a participação da região Nordeste. Vale salientar, contudo, que os valores absolutos foram ampliados em todas as regiões, tanto em número de contratos como no montante;

• Novas linhas de financiamento foram implementadas, com a criação de linhas destinadas aos jovens, às mulheres, à agroecologia e à comercialização, com taxa de juros de 4,5% ao ano;

• Foram criadas linhas de financiamento de cotas-parte aos associados de cooperativas de produção e aos agricultores familiares do semi-árido e foram instituídos três financiamentos de custeio para os agricultores familiares assentados;

• O Pronaf também cresceu em eficiência. Houve significativa economia de recursos do Tesouro Nacional com a redução dos custos com equalização e modificação de procedimentos administrativos, fruto das ações da parceria dos agentes financeiros com o MDA;

• Estas ações resultaram em redução expressiva no tempo empregado pelos agricultores para obtenção do crédito, que passou de um a três dias por ano para um dia a cada cinco anos, nos financiamentos de custeio;

• Ações como a redução do *spread* médio em 26,1% e de 42,9% das taxas administrativas bancárias nas operações de financiamento resultaram em economia de mais de R$ 55 milhões para o Tesouro Nacional;

• Houve economia de recursos também com a utilização de fontes sem custo: foi assegurado que, pelo menos, 8% das exigibilidades bancárias do crédito rural sejam aplicadas nos financiamentos do Pronaf. O montante anual desta fonte, sem custo para o Tesouro Nacional, é de R$ 2 bilhões por ano. A economia estimada é de R$ 140 milhões por ano;

• Finalmente, houve um grande esforço para lidar com o processo de endividamento de agricultores, com a renegociação das dívidas. Foram editadas leis e resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) que permitiram a quase totalidade dos agricultores familiares com dívidas contraídas até 31 de dezembro de 2005 efetuassem os ajustes junto aos agentes financeiros para que limpasse o seu cadastro.

Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)

• O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) foi implantado em regime de urgência para operar na safra 2004-2005. Em poucos meses o programa foi formulado, estruturado e começou a operar, algo sem precedentes em toda a história dos seguros. Para essa primeira safra, mais de 550 mil empreendimentos foram amparados pelo SEAF. Apesar de todos os desafios, a operacionalização foi bem-sucedida e os pagamentos estão sendo feitos de maneira geral no mesmo ano agrícola, ao contrário do Proagro tradicional que pagava somente no ano seguinte;

• No primeiro ano de operação, ocorreu na região Sul a maior seca dos últimos 60 anos. O SEAF foi um importante instrumento para administrar o problema, evitando que isso se configurasse como uma grave crise social no campo;

• A experiência de duas safras agrícolas, com forte demanda do seguro em função da forte estiagem no Sul do País, tem feito com que o monitoramento piloto tenha avançado muito, sendo uma ferramenta fundamental na gestão do seguro;

• Dentre os principais avanços alcançados pelo SEAF estão o desenvolvimento de ações integradas com o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), visando à

gestão de riscos na agricultura familiar e à promoção do uso de tecnologias adequadas, que incluíram a adoção de medidas preventivas contra eventos agroclimáticos adversos;

• Até recentemente apenas seis culturas anuais estavam incluídas no Zoneamento Agrícola, sendo que atualmente são 20 as culturas zoneadas.

Produção de Biodiesel pela Agricultura Familiar

• A agricultura familiar tem tido sua produção fortalecida por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). O MDA já concedeu o Selo Combustível Social a seis empresas de biodiesel, fazendo com que mais de 30.000 agricultores tenham a compra de sua produção garantida;

• O MDA aportou também R$ 5 milhões em projetos de formação de pólos de produção de matérias-primas para biodiesel;

• Em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o MDA tem estimulado a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia de baixo custo para extração de óleos vegetais e para detoxicação da torta de mamona, visando a dar maior competitividade à produção familiar no Programa;

• Além disso, foi criado o Pronaf Biodiesel, que permite ao agricultor contrair crédito para plantar sua lavoura e contratar novo crédito para o plantio de oleaginosas no mesmo ano agrícola.

Seleção dos Territórios Rurais e Elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável

• Em 2006, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) apoiou a 118 territórios rurais, selecionados nas 27 Unidades da Federação, abrangendo 1.833 Municípios, com uma população de cerca de 39,7 milhões de pessoas (22,46% do total brasileiro) e correspondendo a uma área de 3.101.227 km^2 (36,4 % da área total do País). Nestes territórios, concentram-se 44,3% dos beneficiários diretos das ações do MDA no Brasil;

• Foram ainda constituídos Colegiados Territoriais em 97 destes territórios rurais apoiados, com grau de consolidação variável, considerando a diversidade existente entre as realidades vivenciadas em cada espaço apoiado;

• Cumpre destacar que o estágio em que se encontra cada um dos territórios selecionados varia muito, assim como a fase do apoio que a SDT presta aos mesmos. Isto decorre do fato de que, além de cada território rural ter suas características próprias e únicas (o nível de organização e mobilização dos territórios é bastante variável, implicando estágios de desenvolvimento, níveis de articulação e fortalecimento do capital social diferenciados), foram inseridos no Programa em momentos diferentes;

• Em 2006, foram elaborados 15 novos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), sendo que no período de 2004 a 2006, 96 territórios rurais concluíram pelo menos a primeira versão do seu PTDRS, construídos pelos atores locais de forma participativa, contendo, além do diagnóstico territorial, os principais eixos

norteadores do desenvolvimento territorial e a visão de futuro do território, constituindo-se desta forma, em um referencial para qualificação e legitimação das demandas locais materializadas em projetos e programas territoriais. O processo de elaboração dos planos territoriais já foi iniciado em outros 22 territórios rurais, totalizando os 118 territórios apoiados pela SDT até o momento;

• Em apoio à elaboração e à gestão dos PTDRS, foram concluídos, em 2006, 87 estudos sobre a dinamização econômica nos territórios rurais;

• Também como componentes complementares aos PTDRS, foram concluídos 38 Planos Safra Territorial e outros 47 estão sendo elaborados em todo Território Nacional, com previsão de conclusão em maio de 2007;

• Considerando que o acesso à informação constitui subsídio imprescindível ao planejamento e à gestão, bem como ferramenta de empoderamento, a SDT desenvolveu, disponibilizou e promoveu atualizações contínuas no Sistema de Informações Territoriais (SIT).

Crédito Fundiário

• Em 2006, a execução Programa Nacional de Crédito Fundiário teve um aumento significativo no ritmo de aprovação de propostas e de contratação, alcançando a marca de 7.232 contratos assinados, o que representou o atendimento de 16.158 famílias de trabalhadores rurais;

• Somente no ano de 2006, o Programa Nacional de Crédito Fundiário incorporou 50 organizações governamentais e não-governamentais, que somadas as 148 já existentes totalizaram 198 organizações, que foram responsáveis pela mobilização, organização e capacitação de beneficiários interessados, o cadastramento dos mesmos nos sistemas de informações gerenciais e a elaboração das propostas de financiamento. Várias destas entidades mantêm convênios ou contratos com os governos estaduais ou com o MDA;

• Outra ação que compõe o Programa de Crédito Fundiário, é a Ação de Capacitação dos Executores do Crédito Fundiário, que, em 2006, superou as metas físicas de capacitação de agentes executores do Programa, atingindo o total de 6.000 agentes capacitados, o que representou um crescimento de 25% além da meta prevista para o período. Isso só foi possível devido à realização de parcerias com entidades cujas ações abrangem todo o Território Nacional, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a União Nacional das Escolas-Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB), permitindo assim a otimização dos recursos aplicados;

Bibliotecas Rurais Arca das Letras

• Em 2006, foi iniciado o Projeto de Extensão Bibliotecas Famílias Agrícolas (BiblioEFA), que implantou 77 bibliotecas com acervos específicos para atender às Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais.Essas escolas atendem aos jovens do meio rural com educação técnica e metodologia da pedagogia da alternância;

• Também constituem resultados alcançados em 2006: 1.243 comunidades atendidas; 2.275 agentes de leitura capacitados; 133.346 famílias beneficiadas e 303.183 livros distribuídos;

• O Programa conta com ações de incentivo à leitura, formação de agentes de leitura e implantação de bibliotecas em comunidades rurais, e tem como público-alvo os trabalhadores rurais e os moradores do meio rural (homens e mulheres, crianças, jovens e adultos);

• O Programa conta ainda com parceria do Ministério da Educação (MEC) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN/MJ), Ministério da Cultura (MinC), Ministério de Minas e Energia(MME), pelo Programa Luz para Todos, BB, Fome Zero, Penitenciárias dos Estados do CE, RN, PE, ES, prefeituras municipais, movimentos sociais e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais;

• O Programa está contribuindo para o desenvolvimento do trabalho, da cultura, da educação e do lazer no campo ao disponibilizar às comunidades rurais informações de acordo com seus interesses e necessidades.

• Estão disponíveis, para as comunidades resolverem problemas práticos, cotidianos e educacionais, manuais técnicos e cartilhas sobre produção rural, cidadania, meio ambiente, saúde e educação, literatura clássica, moderna e popular (brasileira e estrangeira) para todas as faixas etárias, livros de pesquisa e dicionários.

• A leitura no ambiente familiar rural está se tornando uma prática cotidiana e dinâmica, com crianças lendo para os adultos (e vice-versa), os mais jovens lendo para os analfabetos. Os recém-alfabetizados estão encontrando nos livros a motivação para retomarem seus estudos;

• As comunidades vêm reduzindo os índices de evasão e de fracasso escolar com a ajuda da biblioteca rural. Os jovens agora têm condições de encontrar os livros de que precisam para a ascensão nos níveis educacionais.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

Os programas e as ações do MDA apresentam grau satisfatório de aderência à estrutura organizacional do Órgão. Essa vinculação foi construída em 2003 e reforçada pelas revisões anuais do PPA. Contudo, podem ser destacadas algumas questões na programação atual que merecem aperfeiçoamentos:

a) apuração dos índices dos indicadores de programa (especialmente os gerenciados pelo Incra);
b) articulação das ações de apoio à comercialização com as demais ações do Pronaf;
c) apoio ao cooperativismo e ao associativismo no âmbito do desenvolvimento territorial e da agricultura familiar;
d) criação de um programa específico para Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar;

e) fortalecimento da educação para assentados da reforma agrária e agricultores familiares.

ASPECTOS RELEVANTES

O MDA não dispõe de quadro próprio de pessoal. Os servidores que o integram foram convidados para tal e recebem funções comissionadas. Por mais seletivo que seja o critério adotado, a própria característica das nomeações para cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração, não contribui para um aprofundamento do vínculo entre os servidores e o órgão. Em 2006, para iniciar um processo de reversão dessa situação, foi encaminhado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) pedido de realização de concurso para agregar servidores próprios ao quadro de pessoal do MDA.

AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF

OBJETIVO

Fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores.

PÚBLICO-ALVO

Agricultores familiares.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.939.016.058,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.707.000.986,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 1.707.000.986,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
R$ 834.593.736,00	R$ 3.341.207.706,00	

INDICADORES

1. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF - ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 58,41
Índice previsto ao final do PPA: 77,07

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

É provável que não se atinja o índice projetado para o final deste PPA, embora a tendência seja de, este ano, as contratações aumentarem consideravelmente, em virtude dos esforços do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com intuito de consolidação dos assentamentos. A baixa aplicação do crédito para a reforma agrária, bem como sua inadimplência, estão intrinsecamente ligadas às debilidades institucionais do Incra no processo de consolidação dos assentamentos.

2. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF - LINHA B

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 44,07
Índice previsto ao final do PPA: 34,65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice previsto para o final do PPA já foi atingido, em 2005, chegando, em 2006, a 44,07%. Foram feitas algumas alterações no Programa de Fortalecimento da Agricultura Família (Pronaf) que permitiram a superação da meta. Neste caso, destacam-se a transformação da linha em microcrédito, simplificação para contratação e utilização de metodologia diferenciada pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) voltada para orientação às famílias potenciais tomadoras do crédito.

3. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF - LINHA C

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 41,29
Índice previsto ao final do PPA: 46,43

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice provavelmente será atingido ao final de 2007. Houve nos últimos anos migração de agricultores do grupo C para o D, o que pode explicar o não alcance da taxa programada para 2006. Além disso, este é o grupo que, juntamente com o grupo B, mais necessita de assistência técnica pública, e mais sofre com a ausência desta. Com os esforços realizados em 2006 de ampliação da assistência técnica para os potenciais beneficiários do Grupo C, dada a ampliação dos recursos da Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), a tendência é que o indicador programado para o final do PPA seja alcançado.

4. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF - LINHA D

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 62,64
Índice previsto ao final do PPA: 50,79

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice previsto para o final do PPA já foi atingido, chegando, em 2006, a 62,64%. A superação deve-se em grande parte à simplificação dos procedimentos para contratação do financiamento, e ao fato de estes passarem a ser efetuados em época adequada e oportuna, reduzindo os riscos dos empreendimentos financiados. Ademais, é importante frisar que ingressou neste grupo parte dos agricultores do Grupo C mais consolidados, que já toma o crédito Pronaf há mais tempo.

5. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF - LINHA E

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 30,07
Índice previsto ao final do PPA: 72

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Devido à mudança na renda bruta para enquadramento nesta linha houve uma ampliação de seus beneficiários. Quando foi calculado o índice de 72% o público era de 112 mil agricultores. Atualmente o público estimado é de 250 mil agricultores familiares. Se fôssemos considerar o público anterior, a taxa de atendimento chegaria, em 2006, a 66%. Com a mudança ficamos mais distantes da meta para 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os problemas da agricultura familiar têm sua origem na exclusão dessa classe de produtores das políticas públicas dirigidas ao meio rural, quer sejam estas de caráter produtivo ou social. A implementação Pronaf tem por finalidade garantir o acesso às políticas de geração de renda, emprego e exercício de cidadania, consubstanciadas nas políticas de crédito à produção, à infra-estrutura produtiva, à habitação, à saúde, à educação, incluindo-se nesta última as ações de capacitação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aprovação da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que institui a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;

• Ampliação dos recursos para Assistência Técnica e Extensão Rural;

• Ampliação da ação de crédito do Pronaf;

• Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);

• Consolidação dos mecanismos de seguro ao produtor, com o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Com relação ao crédito, houve execução de 88% dos contratos previstos e 81% do montante de recursos disponibilizados, ou seja, foram realizados 1,8 milhão de contratos para o montante de R$ 7,4 bilhões.

As demais ações tiveram execução bastante elevada, ultrapassando as metas físicas estabelecidas em mais de 100%. Cabe destacar que a Ação Fomento à Assistência Técnica e à Extensão Rural teve suplementação de R$ 50 milhões e executou 98,2% dos recursos, embora estes ainda sejam insuficientes frente à demanda.

Também tiveram boa execução às Ações Fomento à Participação da Agricultura Familiar na Cadeia do Biodiesel e Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar, apesar da insuficiência de recursos frente à demanda.

O fluxo de liberação dos recursos foi compatível com a programação. Porém, há que se considerar o fato de 2006 ter sido um ano eleitoral, com impedimento legal de repasse de recursos por um largo período. Assim, houve suplementação de recursos para Ater, mas a mesma só pode ser disponibilizada no segundo semestre.

Quanto à Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP), seus gastos incluem também despesas com monitoramento e avaliação do Programa. No ano de 2006, foram contratados dois estudos de avaliação de impacto do Pronaf por meio de recursos do GAP.

As atividades relacionadas ao Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pronaf (SMAP) também foram custeadas com esses recursos, além das atividades relacionadas à gestão de riscos no Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) que não teve ação específica para sua gestão no ano de 2006.

No que se refere às questões de pessoal, cabe registrar que o Programa é executado em um Ministério que não tem servidores próprios. Toda a equipe da Secretaria da Agricultura Familiar, responsável pelo Programa, é formada por pessoas com cargos de livre nomeação e exoneração (DAS) e consultores contratados por meio de Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais. Além da equipe ser numericamente insuficiente, há precariedade e fragilidade nos vínculos. Não há também espaço físico suficiente no MDA para acomodar a reduzida equipe do Programa.

Quanto à qualificação, tanto o corpo de direção da SAF quanto os técnicos têm formação razoável para atuação na área, com titulação acadêmica e experiência profissional anterior nos temas trabalhados. Entretanto, dada a fragilidade dos vínculos, não há como investir na formação permanente e no crescimento dos profissionais.

Em virtude da falta de pessoal, o MDA tem dificuldades para concluir os convênios demandados a partir das ações do Pronaf. O tempo de tramitação por vezes torna-se excessivamente longo, pois, além da escassez de pessoal, há várias instâncias que devem se manifestar para autorizar a celebração do mesmo. Para a finalidade da Ação Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares, o modelo de repasse de recursos apenas por meio de convênios não se mostra o mais adequado. Estão sendo estudadas outras modalidades, conforme vem sendo executado por outros Ministérios, de maneira a melhor atender ao público beneficiário.

Houve também dificuldade de repasse de recursos para alguns Estados em função de inadimplência, muitas vezes derivada da ausência de prestação de contas.

Em relação à mutissetorialidade, o Pronaf tem ações de crédito no Ministério da Fazenda (MF), que são acompanhadas com razoável precisão, e uma ação no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que não é acompanhada pela ausência de informações por parte da coordenação da ação.

No caso das Ações Fomento à Participação da Agricultura Familiar na Cadeia do Biodiesel e Fomento à Assistência Técnica e à Extensão Rural para Agricultores Familiares, há conflito com diversos órgãos que desenvolvem atividades paralelas e concorrentes, gerando desperdício de recursos.

Em relação aos aspectos de monitoramento e avaliação, destaca-se a importância do SMAP para o acompanhamento da aplicação do crédito rural Pronaf. Sua atualização é mensal e por meio dele se consegue verificar a aplicação do crédito por grupo de beneficiários (A, A/C, B, C, D, E), região e fonte de recursos, o que o registro do Banco Central do Brasil (BC) não permite. O SMAP proporciona um acompanhamento efetivo da aplicação

do crédito, orientando os ajustes a serem realizados no decorrer do Plano Safra. Todavia, o Ministério não possui uma área de avaliação. Por ora, estão sendo realizadas avaliações pontuais do Programa, o que não é o ideal.

Quanto aos indicadores do Programa, os atuais estão focados no crédito. Para o PPA 2008-2011 serão propostos indicadores associados à Assistência Técnica e à Extensão Rural.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Quanto à distribuição regional do Programa, houve avanço nas Regiões Norte e Nordeste. No Nordeste, conseguiu-se progresso significativo, embora ainda exista muito a se fazer. Cabe destacar que a consolidação do Programa na região depende sobremaneira da ampliação da Ater. Já o desafio de ampliação na Região Norte permanece, o que significa a introdução de aspectos de preservação ambiental, além da Ater, qualificada e de crédito dirigido para a realidade da região.

As parcerias com instituições não-governamentais têm sido importantes para a execução do Programa. As metas e tarefas dos convênios realizados com estas organizações têm sido cumpridas, apesar das dificuldades surgidas nos últimos anos em decorrência das mudanças na Instrução Normativa nº 01, que regula os convênios. Para algumas atividades, como Ater, o modelo de convênio não se mostra o mais ajustado, em virtude do caráter contínuo e rotineiro da atividade. Estão em estudo outras formas de repasse de recursos para as instituições que fazem Ater continuamente aos agricultores familiares.

O crédito Pronaf tem, desde a safra 2005-2006, uma linha específica para mulheres, denominada Pronaf Mulher, cujas contratações vêm crescendo desde sua implantação. Além disso, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que define os princípios para atuação da Ater, coloca a necessidade de tratamento às questões de gênero, raça e etnia nos trabalhos realizados com agricultores familiares.

Por último, parte dos recursos de Ater são aplicados exclusivamente em projetos voltados às mulheres, populações indígenas e quilombolas. Da mesma forma, há uma linha específica de crédito para jovens (Pronaf Jovem). Na ação de Ater, há atuação específica com os Centros de Formação por Alternância, escolas rurais com metodologia própria para a formação de filhos de agricultores familiares.

RECOMENDAÇÕES

• Consolidar a vertente de microcrédito do Programa, diferenciando-o progressivamente da assistência social promovida pela Bolsa Família;

• Criar um programa específico para Ater, com destaque para o público do Pronaf B e da Região Nordeste;

• Ampliar o crédito e a Ater na Região Norte, adequando-os às especificidades sociais e ambientais desta região;

• Promover maior participação dos agricultores familiares na produção do biodiesel;

• Incorporar ao Programa as Ações - 2B81 - Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar (PAA), 2B83 - Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar (PAA), provenientes do Programa Abastecimento Agroalimentar e uma nova Ação, denominada Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável em Áreas de Produção de Tabaco.

ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS

OBJETIVO

Promover a democratização do acesso à terra, contribuindo para a segurança alimentar e a geração de emprego e renda.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores rurais sem-terra.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.316.116.796,00	Empenho Liquidado:	R$ 2.200.555.656,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 2.200.555.656,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. TAXA DE FAMÍLIAS ACAMPADAS BENEFICIADAS NOS PROGRAMAS DE REFORMA AGRÁRIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

2. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM CRÉDITO DE INSTALAÇÃO - APOIO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

3. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

4. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

5. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS NOS PROGRAMAS DE REFORMA AGRÁRIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

6. Taxa de Famílias Beneficiadas com Crédito Instalação - Habitação

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

7. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM ELETRIFICAÇÃO RURAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

8. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A reforma agrária constitui elemento essencial do processo de mudança do modelo de desenvolvimento do País. A forte demanda pelo acesso à terra e por condições de sustentabilidade por parte das famílias rurais sem-terra, vinculada a um processo de obtenção de terras insuficiente, reativo, conflitivo e vulnerável em relação às demandas vem gerando intensos conflitos no meio rural. A não intervenção neste processo acarretará o acirramento de conflitos pela posse e pelo uso da terra, impedindo o avanço sócio-econômico e ambiental dos grupos vulneráveis. A existência de um grande estoque de terras públicas e particulares produtivas e/ou improdutivas oportunizará o atendimento dos objetivos propostos.

O modelo de intervenção praticado em exercícios anteriores não foi suficiente para induzir a melhoria na qualidade de vida e trabalho dos assentados, além de gerar um passivo ambiental, ofereceu serviços sociais básicos insuficientes, desintegrados e inadequados em relação às necessidades da população rural e dos beneficiários da reforma agrária, gerando a necessidade de proposição de um novo modelo de assentamento de trabalhadores rurais.

A intervenção para a implantação de novos assentamentos será realizada em áreas prioritárias que possibilitem a potencialização dos investimentos promotores da transformação da estrutura sócio-econômica do meio rural, respeitando as diversidades regionais, visando ao desenvolvimento integrado e sustentável. O processo de planejamento e execução das ações relativas à implementação de projetos de assentamento contará com a efetiva participação da comunidade assentada, de modo a estimular a organização comunitária, promover um processo de capacitação na gestão dos recursos públicos e na organização da produção, assegurar mecanismos de participação das mulheres e dos jovens.

O aporte de recursos necessários à ação de implementação de projeto de assentamento acontecerá de forma não fragmentada, ordenada e assegurada sua disponibilidade conforme o plano de trabalho e o cronograma de desembolso dos recursos previstos para cada ação considerada.

O novo modelo deverá integrar as políticas públicas de assistência técnica, extensão rural, educação, saúde, cultura, eletrificação rural, saneamento básico, meio ambiente, dentre outras, necessárias ao desenvolvimento do projeto de assentamento, com ênfase para a inserção das questões de gênero, raça/etnia e geração de renda.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 9,4 milhões de hectares incorporados ao Programa de Reforma Agrária, sendo destes, apenas 789 mil de forma onerosa;
- 126,5 mil famílias assentadas;
- 94.204 famílias receberam concessão de crédito de instalação;
- 125, 2 mil famílias atendidas pela Assistência Técnica;

• 48.135 famílias atendidas com infra-estrutura básica (água, energia e estradas), do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e serviços topográficos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Do total de recursos orçamentários destinados para a Ação Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária, da ordem de R$ 1,5 bilhões, para obtenção de 1,5 milhão hectares, foram obtidos 789 mil hectares, correspondendo a 51,9% da meta física programada ao custo total de R$ 1,4 bilhão, representando 96,5% dos recursos financeiros disponíveis.

O custo unitário previsto no orçamento foi de R$ 936,43 por hectare, enquanto o realizado foi da ordem de R$ 1.729,63 por hectare. Na maioria das regiões, houve um aquecimento no mercado de imóveis rurais nas áreas com melhor potencial agrícola, fato este que propiciou, em contrapartida, a destinação de parcelas menores por família, aumentando a capacidade de assentamento nestes imóveis.

Um maior volume de terras não-onerosas incorporadas foi resultante de ações na região Amazônica, permitindo o combate à grilagem de terras públicas federais com a adoção de projetos ambientalmente diferenciados.

Em relação à concessão de crédito e à Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), os resultados alcançados, apesar de significativos em sua execução, ficaram aquém do esperado, em face à decisão do governo de estabelecer limites para movimentação e empenho de recursos orçamentários e financeiros por quadrimestre. Também teve impacto negativo na execução das ações de Ates a não liberação de recursos financeiros suficientes e em tempo hábil para a sua aplicação.

Outra dificuldade decorreu do atraso na tramitação do Orçamento Geral da União, cuja sanção ocorreu em 16 de maio de 2006, mediante a Lei nº 11.306. O Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006, estabelece o cronograma mensal relativo à programação orçamentária e financeira de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006.

A Ação Projetos de Assentamento Rural em Implantação, que contempla infra-estrutura básica (água, energia e estradas), Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e serviços topográficos, apresentou uma execução física abaixo da prevista na LOA 2006 pelo fato das obras e serviços terem sido contratados, na sua maioria, apenas no segundo semestre.

O atraso na liberação dos recursos retarda a implementação das ações conforme a previsão estabelecida na programação operacional de cada ano da instituição, que prevê uma execução mensal de forma a possibilitar o alcance das metas juntamente com o acompanhamento qualitativo na implementação destas.

O atraso na prestação de contas dos entes convenentes também compromete o encerramento de convênios estabelecidos e a celebração de novos, o que impossibilita em parte a aplicação efetiva dos recursos para alcance do objetivo do Programa.

Outra restrição relevante é a lentidão do processo de licenciamento ambiental, que afeta, principalmente, a criação de projetos de assentamentos e, conseqüentemente, todas as ações posteriores de implantação inerentes ao Programa. A morosidade na expedição das licenças prévias pelos órgãos competentes (usualmente órgãos estaduais de meio ambiente) por vezes afeta o alcance das metas estabelecidas para o Programa e suas Ações. Ainda que alguns procedimentos tenham sido alterados pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 387, permanecem as dificuldades operacionais por parte dos órgãos licenciadores, que muitas vezes não tem estrutura de pessoal e financeira para a análise das solicitações de licenças protocoladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Face ao volume dos programas e das ações executadas e ainda o volume de recursos abrangidos pelo Programa, há ainda a necessidade de maior quantidade de servidores qualificados que atuam na gestão e execução do Programa.

No que se refere à implementação da Reforma Agrária, é necessário buscar um melhor equilíbrio entre a quantidade e a qualidade dos assentamentos. A pressão social pela ampliação do número de famílias a serem assentadas anualmente e a sustentabilidade dos assentamentos realizados ainda precisa de ajustamentos.

Há também a necessidade de maior interação intrassetorial, seja na definição de territórios de atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a agricultura familiar, com as ações de reforma agrária do Incra, bem como nas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA). É necessário ainda que a aplicação dos recursos de infra-estrutura pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) se direcione para as áreas de atuação do Incra.

No que se refere aos indicadores do Programa, permanece a ausência da sua aferição, o que inviabiliza uma gestão satisfatória.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) estabeleceu como meta o assentamento de 400 mil famílias no período 2003-2006 e de 520 mil famílias no período 2004-2007, conforme a tabela abaixo.

Em relação às metas estabelecidas, nota-se que a quantidade de famílias assentadas apresente resultados satisfatórios. Já no que se refere à qualidade dos assentamentos, a avaliação encontra-se prejudicada pela não apuração dos índices dos indicadores do Programa.

Famílias Assentadas – 2003/2007

Ano	Meta II PNRA	Executado	% EXEC/PNRA
2003	30.000	36.301	121%
2004	115.000	81.254	70,66%
2005	115.000	127.506	110,87%
2006	140.000	136.358	97,4%
2007	150.000	-	-
Total 2003-2006	400.000	381.419	95,35%
Total 2004-2006	370.000	345.118	93,27%
Total 2004-2007	520.000	345.118*	66,36%*

*** Até 31 de dezembro de 2006.**

RECOMENDAÇÕES

• Reformular o Programa, focando-o na obtenção de terras e nas ações preparatórias para a realização dos assentamentos e diferenciando-o do Programa Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária, que passará a focar no desenvolvimento e na qualidade dos assentamentos;

• Reformular os indicadores do Programa, substituindo os existentes pela: Taxa de Famílias Cadastradas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) Beneficiadas no Programa Nacional de Reforma Agrária e Unidade de Produção Familiar Gerada por Imóvel Incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária;

• Estabelecer o horizonte temporal e os recursos necessários para a conclusão do processo de Reforma Agrária no Brasil, sendo o Incra/MDA o elaborador por meio do III PNRA, esclarecendo os direitos e deveres das famílias assentadas, definindo metas anuais e regionalizadas, para a realização dos assentamentos;

• Promover maior coordenação entre as iniciativas voltadas para reforma agrária e agricultura familiar, tendo em vista as potencialidades dos territórios rurais e o desenvolvimento crescente de atividades industriais e de serviços no meio rural.

CRÉDITO FUNDIÁRIO

OBJETIVO

Promover o acesso à terra por meio do financiamento de imóveis rurais que não se enquadrem nos preceitos da desapropriação por interesse social e implantar infra-estrutura nesses imóveis.

PÚBLICO-ALVO

Famílias sem-terra, arrendatários, parceleiros, meeiros, jovens sem-terra e filhos de agricultores familiares.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 551.837.254,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 522.239.590,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 522.239.590,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO NA REFORMA AGRÁRIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 1,6
Índice previsto ao final do PPA: 4,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A Taxa de Participação do Crédito Fundiário no PPA em 2006 foi de 1,6%. No período de 2004-2006, este percentual foi de 3,1%, valor que está dentro da expectativa. Se forem atendidas outras 16 mil famílias em 2007, o índice de referencia de 4,5% será ultrapassado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo estimativas recentes, as áreas ociosas com superfície insuficiente para processo de desapropriação, representam cerca de 40 milhões de hectares. A estas áreas devem-se acrescentar as áreas produtivas, que não podem ser incorporadas ao processo de reforma agrária pela via da desapropriação, mas que podem, em razão de seu preço, dar origem a projetos viáveis. Este Programa de acesso à terra é complementar ao Programa de Reforma Agrária.

O Programa de Crédito Fundiário se dará, através da execução descentralizada pelos Estados e financiará a compra de imóveis rurais, bem como os investimentos básicos necessários à estruturação destas novas unidades produtivas, a capacitação dos beneficiários e a assistência técnica. A descentralização do Programa e a participação efetiva da sociedade civil devem contribuir, por outro lado, para a acumulação de capital social, o fortalecimento da cidadania e para maior articulação com as ações empreendidas em outros programas locais de desenvolvimento, em particular, em matéria de segurança alimentar, geração de emprego e renda, infra-estrutura, educação, saúde, saneamento, combate à pobreza e ação social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Atendimento a 16.158 famílias Crédito Fundiário;

• Capacitação de 6.000 executores e beneficiários do Programa;

• Incorporação de 50 organizações parceiras no Programa Nacional de Crédito Fundiário.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução física do ano de 2006 teve um significativo aumento em relação ao ano de 2005, representando um crescimento da ordem de 73%. Contudo, atingiu-se apenas 60% da meta. Além destas famílias contratadas, o Programa fechou o ano de 2006 com mais de 30 mil famílias em fase de contratação, sendo seis mil em estágio final de contratação nos agentes financeiros e 24 mil nas Unidades Técnicas Estaduais (UTE) em fase final de análise e envio para contratação nos agentes financeiros. O não alcance da meta ocorreu em virtude da descontinuidade nos repasses de recursos durante o ano de 2006, vide os valores empenhados versos a execução financeira (valores pagos). Foram aplicados R$ 339 milhões para o atendimento das 16.158 famílias, sendo que R$ 35,4 milhões referem-se a recursos do Orçamento Geral da União de 2006, R$ 235,4 milhões de restos a pagar de 2005 e R$ 68,3 milhões são oriundos de reservas do Fundo de Terras, que se encontravam junto aos agentes financeiros credenciados.

Em 2006, o Decreto de Programação Financeira estabeleceu um fluxo de liberações muito desproporcional, concentrando-os no final do exercício, o que afetou o ritmo de contratações das operações. O não cumprimento do cronograma preestabelecido, ocasionou a suspensão temporária de contratações. Cabe destacar que apesar da demanda crescente é possível observar que a curva de contratações sofreu oscilações importantes por conta do descompasso nas liberações.

O atraso nas contratações de operações de crédito gerou prejuízos aos beneficiários do crédito fundiário, uma vez que o processo de negociação direta nas aquisições de terras requer agilidade e liquidez. Atrasos nas liberações de recursos para implantação de Subprojetos de Investimentos Comunitários (SIC), além de gerar prejuízos aos beneficiários, interferiram no alcance das metas estabelecidas.

Nos últimos anos, o contingenciamento orçamentário sistemático aplicado à Ação Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários – Combate à Pobreza Rural, despesa discricionária, e a indefinição dos limites orçamentários dado à Ação Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras, despesa financeira, dentro dos Decretos de Programação Financeira Anual, prejudicam a execução do Programa e contribui para o não atendimento das metas estabelecidas, uma vez que as liberações financeiras não estão condicionadas a critérios especificados na legislação.

Devido à inadimplência dos entes, também houve atraso na celebração dos convênios e na liberação das parcelas, prejudicando o cumprimento dos prazos previstos nos planos de trabalho.

Outra dificuldade decorreu da falta de documentação dos interessados e da situação jurídica irregular dos imóveis a serem adquiridos. Contudo, cabe ressaltar que a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) trabalha desde 2005 em conjunto com os governos estaduais, no sentido de realizar campanhas de documentação e executar a regularização fundiária.

Cabe destacar que a série histórica dos gastos administrativos do Programa apresenta uma redução ao longo dos anos, demonstrando que a aplicação dos recursos está sendo realizada de forma mais eficiente. Os recursos da Ação Gestão e Administração do Programa foram utilizados no pagamento de passagens e diárias de servidores, em convênios, objetivando pesquisas e construção de ferramentas de gestão e monitoramento, bem como viabilização da criação de redes de apoio. Em virtude dos investimentos realizados ao longo dos últimos três anos pela SRA, na implementação de sistemas de informações, criação de boletim gerencial e instituição da junta financeira no âmbito da SRA foi possível mapear e apropriar os gastos administrativos e finalísticos do Programa de Crédito Fundiário.

As informações relativas à execução do Programa feitas por meio descentralizado com os parceiros e Estados, são regularmente enviadas à gerência nacional do Programa através de relatórios, prestações de contas, acompanhamento *in loco* por parte das UTE e supervisores, bem como por meio de reuniões periódicas de planejamento e avaliação, visitas técnicas aos Estados e através dos Sistemas Gerenciais do Programa.

A SRA, por meio da sua Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (CGPMA), implementou, em 2006, o boletim denominado de Painel de Indicadores, atualizado semanalmente e disponibilizado para parceiros e UTE, permitindo avaliar o desempenho estadual de cada programa. As informações gerenciais contidas neste boletim estão distribuídas em 16 páginas subsidiando a decisão dos gestores e monitorando as execuções dos programas da SRA.

O Programa trabalha com ações descentralizadas executadas pelos Estados. Além disso, conta com efetiva participação social (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Fetraf)

que proporciona maior controle social. Outra boa prática está no mecanismo de bônus de adimplência de até 10% dado aos beneficiários, se estes negociarem a aquisição dos imóveis abaixo de um valor de referência. Isto significa que uma boa negociação permite uma redução no valor da dívida contraída pelos agricultores.

Por fim, destacam-se as avaliações periódicas do Programa, com ênfase na avaliação de impacto, que se encontra em curso. Esta avaliação tem como objetivo analisar o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental das famílias beneficiadas, desde seu ingresso no Programa (perfil de entrada) até o presente (impacto). Também será possível isolar os resultados alcançados pelas famílias que se encontram no Sistema de Qualificação da Demanda (SQD). Além disso, o estudo verifica a formação e o desenvolvimento do capital social nas associações dos projetos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em 2006, foi apresentado o Diagnóstico Qualitativo dos Projetos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), realizado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Segundo este estudo, o Programa é avaliado como ótimo e bom por 94% das famílias entrevistadas.

O Programa Crédito Fundiário conta com uma linha específica para o atendimento dos jovens agricultores de 18 a 28 anos, denominada de Nossa Primeira Terra. Além disso, desenvolve ações destinadas à mobilização e à organização de públicos específicos:

a) trabalhadores negros (Terra Negra);
b) libertos da condição de trabalho escravo em restrição de liberdade (Terra para a Liberdade);
c) egressos do sistema penitenciário e seus familiares (Nascer da Terra).

RECOMENDAÇÕES

• Aquisição de equipamentos e *softwares* que permitam aprimorar os trabalhos de gestão e o monitoramento das ações do Programa;

• Aquisição de veículos, computadores, Sistema de Posicionamento Global (GPS), dentre outros equipamentos, para as UTEs responsáveis pela execução do Programa a nível estadual;

• Ampliação do quantitativo de servidores públicos nas áreas de gestão, monitoramento, orçamento/finanças e controle das ações do Programa;

• Qualificação dos servidores envolvidos no Programa, visando à melhoria da formação profissional e ao aumento da produção intelectual do corpo técnico envolvido;

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS

OBJETIVO

Promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e a dinamização da sua economia.

PÚBLICO-ALVO

Líderes locais e representantes das entidades que congregam interesses do desenvolvimento rural sustentável, especialmente dos agricultores familiares e assentados pela reforma agrária.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 196.974.918,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 152.600.875,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 152.600.875,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE ATENDIMENTO TOTAL DOS TERRITÓRIOS RURAIS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 26,22
Índice previsto ao final do PPA: 55,56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Os recursos financeiros efetivamente aprovados não são suficientes para o alcance de 250 territórios apoiados até 2007. Com o orçamento previsto para 2007, o número máximo de territórios rurais apoiados pelo Programa, sem comprometer a qualidade das atividades desenvolvidas, não deverá passar de 130, correspondendo a um índice de 28,88 para este indicador.

Em 2006, o número de territórios rurais apoiados foi ampliado de 104, em 2005, para 118. Como em anos anteriores, a dotação orçamentária do Programa em 2006, excluindo as emendas parlamentares, ficou abaixo da previsão inicial do PPA 2004-2007, impossibilitando o atendimento de um maior número de territórios rurais, frustrando grande parte da demanda existente em todos os Estados. Estando a previsão orçamentária,

do ano de 2007, próxima dos valores praticados em 2006, dificilmente será ampliado significativamente o número de territórios rurais apoiados. Esta possibilidade exclui os recursos oriundos de emendas parlamentares pelo fato da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) não ter governabilidade total sobre as mesmas, que são incluídas no Programa já definindo como e onde será aplicado o recurso, muitas vezes dirigido a Municípios localizados fora dos territórios rurais apoiados. Mesmo considerando os recursos das emendas, o orçamento de 2006 foi menor que o previsto inicialmente no PPA 2004-2007.

2. TAXA DE ATENDIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA NOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 18,11
Índice previsto ao final do PPA: 53,83

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Apesar dos recursos insuficientes, o número de Municípios apoiados pelo Programa tem sido alcançado basicamente por causa das emendas parlamentares. O impacto das emendas parlamentares nos demais índices relacionados ao número de territórios rurais apoiados é menor, uma vez que se destinam a Municípios pré-definidos pelo legislativo, que não estão necessariamente inseridos em territórios rurais selecionados. Com a alteração do produto da Ação Orçamentária de Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços para território beneficiado este indicador precisa ser revisto quando da revisão do Programa para o PPA 2008-2011.

Por intermédio da Ação Orçamentária 0620 - Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais, foram apoiados, em 2006, 116 territórios rurais (do total de 118 territórios apoiados pelo Programa) e 2.102 Municípios, sendo 815 diretamente beneficiados (número utilizado para apuração do índice 2006 do presente indicador) e outros 1.287 indiretamente beneficiados. Decorrente da implementação de projetos oriundos de emendas parlamentares, 288 Municípios (do total diretamente apoiado) estão localizados fora dos territórios rurais apoiados pelo Programa. Em 2006, o produto desta ação orçamentária foi alterado de Município Beneficiado para Território Apoiado, sendo que essa alteração precisa ser incorporada na lógica de definição das metas físicas da ação, conforme será abordado nos comentários referentes ao indicador 3 - Taxa de Atendimento em Infra-estrutura nos Territórios Rurais.

3. TAXA DE ATENDIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA NOS TERRITÓRIOS RURAIS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 25,77
Índice previsto ao final do PPA: 55,56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Da mesma forma que no indicador Taxa de Atendimento Total dos Territórios Rurais, os recursos financeiros efetivamente aprovados não são suficientes para o alcance de 250 territórios a serem apoiados até 2007, sendo que com a dotação orçamentária

prevista, este número não deverá passar de 130 territórios, correspondendo a um índice de 28,88 para este indicador.

Os índices apurados anualmente para este indicador dependem diretamente do número de territórios rurais apoiados com projetos de infra-estrutura e serviços, portanto os comentários feitos para o indicador 1, em relação ao número de territórios rurais apoiados, são válidos também para esse indicador, o que será melhor detalhado quando da avaliação dos resultados do Programa, no item de viabilidade de alcance dos índices originalmente previstos ao final do PPA 2004-2007. Conforme já citado nos comentários feitos para o indicador 2, a partir de 2006 o produto da Ação 0620 passou a ser Território Apoiado. Porém, ao se analisar a meta física para esta Ação em 2006 (849 territórios), bem como o realizado nesse ano (240 territórios), pode-se verificar uma inconsistência nos números: o número máximo de territórios rurais no Brasil é 450 (horizonte final do Programa em termos de territórios rurais apoiados, estimado em 2003, número este que a realidade vivenciada na sua implementação tem indicado ser menor). Desta maneira é impossível e inconsistente uma meta anual de 849 territórios apoiados, em um universo máximo de 450. Essa questão será ajustada no PPA 2008-2011.

4. TAXA DE ATENDIMENTO EM ELABORAÇÃO DE PLANOS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PROJETOS SETORIAIS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 25,77
Índice previsto ao final do PPA: 55,56

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Da mesma forma que nos indicadores Taxa de Atendimento Total dos Territórios Rurais e Taxa de Atendimento em Infra-estrutura nos Territórios Rurais, os recursos financeiros efetivamente aprovados não são suficientes para o alcance de 250 territórios apoiados até 2007, sendo que com a dotação orçamentária prevista, este número não deverá passar de 130 territórios, correspondendo a um índice de 28,88 para este indicador.

Em 2006, o Programa apoiou o processo de elaboração e ajustes nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) em 116 territórios rurais (número utilizado para apuração do índice 2006 deste indicador). Os resultados obtidos foram 15 novos PTDRS elaborados em 2006, sendo que no período 2004 a 2006, 96 territórios rurais já concluíram seu PTDRS. Este processo está em andamento nos outros 22 territórios rurais apoiados pelo Programa em 2006. Cabe aqui um comentário final, válido para todo o conjunto de indicadores do Programa, no sentido de destacar a necessidade de ajustes ou mesmo de sua substituição. As alterações verificadas no Programa a partir de seu início em 2003-2004 e decorrentes da sua evolução natural justificam a revisão dos indicadores. Isto já foi proposto pela SDT quando da avaliação do Programa em 2006, porém, a posição do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) foi contrária, sugerindo que essa revisão seja realizada durante a elaboração do PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Grande parte da população está em Municípios que dependem, em grande medida, das atividades rurais para gerarem empregos, crescerem economicamente e garantirem seu desenvolvimento. As políticas públicas até aqui desenvolvidas não foram capazes de generalizar o desenvolvimento, reduzir significativamente a pobreza e banir a fome do Brasil, sendo estes problemas ainda mais acentuados na quase totalidade dos Municípios rurais. A grande maioria desses Municípios não possui condições objetivas de promoverem, autonomamente, seu crescimento econômico, nem mesmo de participarem de processos induzidos não articulados ao conjunto das demandas sociais existentes, o que os obriga a dependerem de transferências constitucionais, de políticas compensatórias e do clientelismo político.

Nesses Municípios, faltam capacidades locais, humanas e institucionais suficientes para que se organizem ações articuladas entre os diversos setores econômicos e sociais, para planejar o futuro, organizar suas demandas e desenvolver mecanismos de gestão social, que enfrentem seus principais problemas e aproveitem suas potencialidades, contribuindo para a segurança alimentar, combate à pobreza e à exclusão social. Para enfrentar este problema, é necessária a promoção do desenvolvimento, pelas políticas públicas. Como também é necessário que pequenos Municípios rurais, de economias e sociedades incipientes, aliem-se a outros Municípios, em melhores condições de desenvolvimento, possibilitando ação de cooperação e maior efetividade nas políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento sustentável.

É necessário que o conjunto formado por esses Municípios, aqui denominado territórios rurais, apropriem-se dos processos técnicos, sociais e políticos de desenvolvimento, para o que é necessário, dentre outros aspectos:

a) o desenvolvimento de capacidades locais;
b) o fortalecimento das institucionalidades capazes de operarem os processos;
c) a estruturação, a modernização e a diversificação das atividades econômicas;
d) a implementação de iniciativas econômicas, sociais e institucionais que sejam inovadoras, demonstrativas e associativas, resultando na articulação das demandas sociais e das políticas públicas, em benefício da concretização da visão de futuro defendida pela sua população.

Em face do imenso esforço a ser desenvolvido pelas políticas que buscam o desenvolvimento equilibrado do País, certamente ainda falta um elemento consolidador destas políticas, frente à heterogeneidade brasileira, e acelerador do desenvolvimento das capacidades para a autogestão do desenvolvimento, valorizando os recursos locais e estimulando a solidariedade e a participação, de tal forma que aquelas políticas possam, efetivamente, provocar as transformações reclamadas pela sociedade nacional. Este elemento é a perspectiva territorial, articulando políticas públicas e demandas sociais.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), órgão colegiado da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), coordenou,

durante quase dois anos, a elaboração de uma proposta intitulada Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDTRS), com a participação de mais de quatro mil pessoas, representando mais de trezentas entidades públicas e da sociedade civil, que concluiu, dentre outras, pela extrema necessidade de se adotar a abordagem territorial na concepção e implementação de políticas para o desenvolvimento sustentável, especialmente para aquelas com maior repercussão nos espaços rurais. Ainda nesse mesmo sentido, movimentos sociais, que representam cerca de 90% dos agricultores familiares do Brasil, reivindicam há vários anos a adoção de mecanismos que possibilitem ampliar e qualificar os impactos das políticas de desenvolvimento rural, sendo a proposta contida neste Programa a resposta do Governo Federal a estas reivindicações.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Capacitação de 30.000 agentes de desenvolvimento nos 118 territórios rurais apoiados em 2006;

• Elaboração de 15 novos PTDRS. No período 2004-2006, 96 territórios rurais concluíram pelo menos a primeira versão do seu plano. O processo de elaboração e ajustes nos PTDRS está em andamento também nos outros 22 territórios apoiados pela SDT em 2006;

• Consolidados de 41 Colegiados Territoriais, sendo que até dezembro de 2006, já haviam constituído seus colegiados em 97 territórios rurais;

• Contratação de 1.158 Planos de Trabalho por intermédio da Caixa Econômica Federal (CEF), beneficiando 116 territórios rurais apoiados e envolvendo diretamente 815 Municípios e indiretamente outros 1.297;

• Produção de quatro publicações de apoio à formação de agentes de desenvolvimento e à consolidação da abordagem territorial como uma estratégia de desenvolvimento rural;

• Realização do Salão Nacional dos Territórios Rurais, com 1.574 participantes credenciados;

• Atuação como Secretaria Executiva do CONDRAF;

• Implementação do Projeto de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Coopersol).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os recursos destinados ao Programa estão aquém do que foi estabelecido inicialmente para o PPA 2004-2007. Especificamente, em termos da execução financeira da Ação de Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços e considerando o somatório das metas financeiras de 2006 do orçamento original da SDT e oriundos de emendas parlamentares (R$ 174,3 milhões), somente 82,72% (R$138 milhões) foi efetivamente disponibilizado, ficando 17,28% contingenciado (7,21% do orçamento direto da ação e 35,63% do proveniente de emendas parlamentares), daí o baixo percentual de execução em relação ao previsto na LOA + créditos. Além disso, em 3,55% dos empenhos não houve efetivação

de contratos por desistência do proponente e/ou falta de apresentação da documentação exigida. Considerando-se o orçamento efetivamente disponibilizado, a execução foi de 95,3%. No caso dos contratos inscritos em restos a pagar, cerca de 14,7% foram cancelados em função do não cumprimento de cláusulas suspensivas. Isso impediu a emissão de ordens bancárias, ocasionado principalmente por problemas na documentação de imóveis, para edificação de construções constantes de metas do projeto e cerca de 2,3% por problemas documentais. Cumpre destacar que o contingenciamento de emendas parlamentares foge à governabilidade da SDT/MDA e, apesar da Assessoria Parlamentar deste Ministério atuar junto à Casa Civil, nem sempre se consegue o descontingenciamento total desta parte do orçamento. Com isto, a execução fica prejudicada.

Em geral, a SDT consegue descontingenciar as ações do Programa. Contudo, a incerteza do montante de recursos realmente disponíveis compromete o planejamento e a execução.

Apesar da insuficiência de recursos, não houve descontinuidade no fluxo de sua liberação. Mas é preciso ressaltar que os impeditivos legais de operacionalização de determinadas atividades no período eleitoral dificultaram de certa forma a execução financeira em 2006.

Há ainda dificuldades relacionadas à celebração de convênios e contratos, tendo em vista a baixa capacidade organizativa e gerencial das entidades situadas nos territórios rurais. As ações de apoio à formação e à capacitação deverão, no médio e longo prazo, minimizar essas restrições.

Quanto aos projetos específicos que exigem licença ambiental, a morosidade no atendimento por parte dos órgãos ambientais compromete a liberação dos recursos para execução dos contratos firmados.

Em relação à adequação da infra-estrutura para a execução do Programa, a SDT não dispõe de espaço físico suficiente para o seu funcionamento. E nas equipes executoras o aporte de infra-estrutura é realizado pelas entidades parceiras no território, as quais dispõem de parcos recursos para uma mobilização imediata. Além disto, a disponibilidade de entidades parceiras aptas à execução de ações do Programa é muito variável, dificultando a operacionalização em determinados territórios rurais.

Quanto aos aspectos de pessoal o MDA, e em especial a SDT, não possui quadro próprio, sendo que a Secretaria dispõe de apenas sete funcionários dos quadros permanentes do Governo Federal. Os cargos em comissão não são suficientes para a formação da equipe gerencial, de coordenação e de assessoramento nacional e regional. O concurso de consultores não atende à necessidade real de pessoal permanente por diversas razões, em especial, devido à característica de trabalho temporário, acarretando perdas em termos de institucionalização de competências pela SDT, cada vez que um consultor deixa de prestar seus serviços. A utilização de uma rede de colaboradores externos reduz pontualmente essa deficiência em nível estadual e territorial, mas não resolve o problema em sua totalidade.

O quadro insuficiente de pessoal permanente ainda dificulta a participação em eventos de qualificação profissional ofertados pelo governo. Quanto aos consultores, existem grandes dificuldades de se encontrar profissionais qualificados no mercado de trabalho, em especial, o de Brasília. Da mesma forma, os valores pagos aos consultores não são estimulantes a ponto de atrair profissionais atuantes em outras localidades. Nas equipes executoras, há um fator adicional de complexidade associado ao caráter inovador do Programa. Espera-se que, com o esforço conjunto de capacitação e formação de agentes de desenvolvimento, a carência de recursos humanos qualificado seja gradualmente reduzida, o que certamente contribuirá para potencializar e qualificar os resultados a serem obtidos no futuro. Deve-se destacar que, fruto desse esforço da SDT e dos próprios parceiros locais, já é possível verificar uma melhoria na qualificação dos recursos humanos das equipes executoras em vários territórios rurais apoiados.

As práticas gerenciais adotadas pelo Programa são continuadas e relativamente inovadoras. A partir de um compromisso de governo e de um pequeno grupo de profissionais, conseguiu-se estruturar um programa nacional em todos os Estados e o Distrito Federal, através da construção de redes de parceiros e de entidades colaboradoras, que, em grande medida, responsabilizam-se pela execução in loco das atividades apoiadas e promovidas pelo Programa. Assim, um grande número de profissionais e de entidades da sociedade civil lograram assumir responsabilidades junto às institucionalidades territoriais, prescindindo da ação direta do governo para o alcance dos seus objetivos. Quanto às propostas adotadas e implementadas pelo Programa, ousou-se propor uma estratégia de gestão pública do desenvolvimento sustentável fundamentada em práticas continuadas e inovadoras, tais como:

a) abordagem integrada da questão do desenvolvimento sustentável e suas conseqüências para a qualidade de vida da população envolvida;
b) planejamento participativo com a base de atores sociais e gestores públicos territoriais;
c) planejamento ascendente com a estruturação de iniciativas próprias e demandas acordadas entre os atores territoriais e os gestores públicos;
d) construção de institucionalidades territoriais encarregadas, e empoderadas, da gestão efetiva das iniciativas apoiadas pelo programa e por outros instrumentos de políticas públicas;
e) resgate da auto-estima, valores e cultura, além de melhorias substantivas nas condições de competitividade sistêmica dos territórios;
f) capacitação de recursos humanos do território, ampliando a sua capacidade e competência humana e institucional para o desenvolvimento sustentável.

No que se refere aos aspectos de monitoramento e avaliação, a SDT já implementou o Módulo I do Sistema de Informações Gerenciais (SIG), que embora ainda seja objeto de manutenções e ajustes, possibilita o acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas pelo Programa por intermédio do Projeto de Cooperação Técnica CONDRAF e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Em 2007, o processo de monitoramento e avaliação deverá ser potencializado, com a

implementação, pelo MDA, do Sistema de Convênios e Finanças (Sicofin), envolvendo as atividades operacionalizadas via convênios e contratos de repasse. Este sistema, aliado do SIG comporá um subsistema do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) em construção pela SDT.

Considerando que o acesso à informação constitui subsídio imprescindível ao planejamento e gestão, bem como ferramenta de empoderamento, a SDT desenvolveu e implementou ainda o Sistema de Informações Territoriais (SIT). O SIT é um sistema de informações que disponibiliza dados sobre os territórios rurais, agrupados por região, território ou Município, nos aspectos demográficos, econômicos e sociais. O sistema permite ainda, a visualização de interfaces dessas informações com espacializações adotadas por outras políticas públicas (Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Consad, semi-árido, região do São Francisco, Amazônia Legal, BR-163, faixa de fronteira, dentre outras) e estará disponibilizando em breve informações sobre os projetos apoiados pela SDT em todo Brasil.

Em relação aos indicadores, com a evolução do Programa e a mudança de foco da ação de Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais, que passou de municipal para territorial, alguns indicadores definidos inicialmente resultam, na prática, nos mesmos índices. Esses ajustes serão alvo de proposição e negociação quando da revisão do Programa para o PPA 2008-2011. Além disto, a conclusão e implementação do sistema de monitoria e avaliação em desenvolvimento contribuirá para a revisão dos indicadores adotados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Durante o Salão Nacional dos Territórios Rurais, realizado entre os dias 29.11.2006 e 1.12.2006, foram desenvolvidas diversas atividades que estão sintetizadas nos itens a seguir:

a) realização de 35 Oficinas de Boas Práticas com a apresentação de 90 experiências territoriais, nos mais diversos temas;
b) realização de 40 Oficinas de Políticas Públicas, envolvendo mais de 30 parceiros institucionais, incluindo Ministérios, empresas públicas, agentes financeiros e organismos internacionais;
c) realização de uma conferência, dois painéis e oito seminários temáticos promovidos por parceiros e pela SDT;
d) realização do Encontro Nacional dos Colegiados Territoriais, com representantes dos 118 territórios rurais apoiados pela SDT;
e) intensa agenda cultural, com apresentações musicais, e artísticas, além de eventos gastronômicos.

Além de representar um espaço de aprendizagem e intercâmbio, o Salão, em especial o Encontro Nacional dos Colegiados Territoriais, constituiu-se em um momento de avaliação do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e de proposição em termos dos desafios a serem superados e dos avanços necessários à sua consolidação. O conjunto de considerações e encaminhamentos, consolidados em relatório específico,

será discutido no âmbito do CONDRAF, com vistas à sua incorporação nas políticas e programas trabalhados pelo MDA e outros parceiros institucionais.

Na condição de Secretaria Executiva do CONDRAF, a SDT apresenta também alguns resultados qualitativos decorrentes da atuação do referido Conselho. Em 2006, destacam-se os seguintes resultados:

a) funcionamento de quatro Comitês permanentes com perfil de gestor de programas do MDA:
   i) Fundo de Terras e do Reordenamento Agrário;
   ii) Desenvolvimento Territorial;
   iii) Assistência Técnica e Extensão Rural;
   iv) Igualdade de Gênero, Raça e Etnia.
b) formulação de Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável, discutidas e aprovadas no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em 2005, e na Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em Porto Alegre (RS), em março de 2006;
c) realização do Seminário dos 10 anos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Brasília (DF), em julho de 2006, em conjunto com a 26ª Reunião Ordinária do CONDRAF.

Destaca-se também o Projeto de Fomento ao Coopersol, que visa a apoiar a organização e o fortalecimento de cooperativas e associações rurais conduzidas por agricultores familiares e pelos assentados da reforma agrária, sobretudo, pelas famílias localizadas nos territórios rurais. Dentre as principais ações realizadas em 2006, destacam-se:

a) investimento de recursos da ordem de R$ 2,5 milhões na capacitação de dirigentes de cooperativas e cooperados, fortalecendo a gestão social desses empreendimentos, bem como na construção de sedes de cooperativas, bases de serviços ou pontos de atendimento, além da compra de equipamentos e programas de informática que permitem a dinamização e/ou o funcionamento das cooperativas, contribuindo para a capacitação de 4.681 pessoas;
b) ampliação do número de cooperativas ligadas aos agricultores familiares para 150 em 2006 (eram 40 cooperativas em 2003), por intermédio da ampliação do convênio entre a SDT/MDA e o Banco Central do Brasil (BC);
c) fortalecimento e consolidação da União Nacional do Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), agrupamento dos ramos crédito, produção, comercialização e serviços, apoio à constituição das Unicafes estaduais, fortalecimento da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (Ancosol);
d) apoio às negociações entre cooperativas de crédito e os agentes financeiros para facilitar o acesso dos agricultores familiares ao crédito rural e ao microcrédito. Isto contribuiu na ampliação da aplicação de crédito da agricultura familiar para R$ 240 milhões na atual safra (R$ 58 milhões na safra 2002-2003).

RECOMENDAÇÕES

• Aperfeiçoar os indicadores do Programa para o PPA 2008-2011;

• Buscar maior coordenação entre o Programa e as iniciativas do MDA voltadas para reforma agrária e agricultura familiar;

• Buscar maior coordenação entre o Programa e as demais iniciativas territoriais do Governo Federal;

• Criar mecanismos de informação e interação com o Congresso Nacional para que as emendas de parlamentares se ajustem à lógica do Programa;

• Buscar o fortalecimento institucional da Secretaria em termos de condições adequadas de trabalho (espaço físico, equipamentos, recursos humanos e recursos orçamentários).

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REFORMA AGRÁRIA

OBJETIVO

Recuperar e consolidar assentamentos da reforma agrária, criados até 2002, de modo a proporcionar à população assentada a capacitação e os meios para gestão e estruturação dos processos organizativo e produtivo, objetivando sua inserção econômica, social, cultural e política, respeitando as diversidades regionais com melhoria de qualidade de vida e cidadania.

PÚBLICO-ALVO

Famílias assentadas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 549.248.641,00	Empenho Liquidado:	R$ 485.278.855,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 485.278.855,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM RECUPERAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 58

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

2. TAXA DE CONCESSÃO DE DOCUMENTAÇÃO AOS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

3. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM CRÉDITO INSTALAÇÃO - RECUPERAÇÃO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 58

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

4. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSSENTADAS COM RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 58

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

5. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO - RECUPERAÇÃO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 58

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

6. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM RECUPERAÇÃO DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 58

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A inexistência de uma estratégia de desenvolvimento local e regional sustentável fundamenta o estabelecimento de ações visando à inserção de famílias assentadas em um contexto de sustentabilidade sócio-econômica por meio da mobilização e da articulação dos atores sociais, governamentais e não-governamentais, reafirmando a importância das ações de reforma agrária como indutoras do desenvolvimento regional e levando qualidade de vida ao campo. Ocorre ainda situação em que os assentamentos localizados em regiões com fortes restrições de mercado, oferta deficitária de serviços sociais, infra-estrutura básica

dissociada da produção e da comercialização, e da ausência de um programa de assistência técnica e de capacitação, resultaram no endividamento e na evasão dos assentados, indicando claramente a desarticulação da Política de Reforma Agrária com os programas locais e regionais de desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 248,25 mil famílias atendidas com Assistência Técnica;
- 48,57 mil famílias receberam concessão de Crédito-Recuperação;
- 58.514 famílias atendidas pela Ação Fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e a Atividades Pluriativas;
- 75.325 famílias contempladas com infra-estrutura básica (água, energia e estradas), ou com recuperação dos assentamentos, ou com serviços topográficos para famílias;
- 11.125 famílias com titulação, concessão e destinação de imóveis rurais;
- 137,76 mil documentos emitidos visando a solucionar a falta de documentação, condição para a titulação das famílias assentadas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Apresentaram execução física acima de 100% do previsto as seguintes Ações: Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Recuperação (151,46%); Fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e a Atividades Pluriativas Solidárias – Terra Sol (177,58%) e Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamento Rural (112,79%).

Já as demais ações apresentaram execução física abaixo do programado. São elas: Concessão de Crédito-Instalação aos Assentados (68,29%); Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (69,61%); Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais (29,3%) e Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária (0%).

Estes resultados, que poderiam ter sido melhores, foram prejudicados pelas seguintes razões:

a) os resultados alcançados na Concessão de Crédito e Assistência Técnica Social e Ambiental (Ates), embora significativos em termos dos recursos aplicados, ficou abaixo do esperado, por causa da decisão do governo de estabelecer limites para movimentação e empenho de recursos orçamentários e financeiros por quadrimestre;
b) a não liberação de recursos financeiros suficientes e em tempo hábil para a sua aplicação também teve conseqüências negativas na execução das ações de Assistência Técnica;
c) outra dificuldade decorreu do atraso na tramitação do Orçamento Geral da União, cuja sanção ocorreu em 16 de maio de 2006, mediante a Lei nº 11.306.

O Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006, estabeleceu o cronograma mensal, relativo à programação orçamentária e financeira, de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006;

d) as ações que contemplam infra-estrutura básica (água, energia e estradas) e serviços topográficos tiveram execução física abaixo do previsto pelo fato das obras e dos serviços terem sido contratados, na sua maioria, no segundo semestre;
e) o atraso na liberação dos recursos retarda a implementação das ações conforme a previsão estabelecida na Programação Operacional de cada ano da instituição, que prevê uma execução mensal de forma a possibilitar o alcance das metas juntamente com o acompanhamento qualitativo na implementação destas;
f) o atraso na prestação de contas dos entes convenentes também compromete o encerramento de convênios estabelecidos e a celebração de novos, o que impossibilita em parte a aplicação efetiva dos recursos para alcance do objetivo do Programa;
g) a amplitude e a diversidade de ações envolvidas neste Programa, além de recursos orçamentários de monta, exigem dos seus agentes executores maior quantidade e maior especialização profissional;
h) dada a atual concepção de Reforma Agrária do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), é necessário um melhor equilíbrio entre a quantidade e a qualidade dos assentamentos. A pressão social pela ampliação do número de famílias assentadas anualmente e a sustentabilidade dos assentamentos realizados precisa de ajustes;
i) há também a necessidade de maior interação intrassetorial, seja no que se refere à definição de territórios para atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a agricultura familiar em conjunto com as ações de reforma agrária pelo Incra, ou no que se refere às ações de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA). É necessária ainda maior integração quanto à aplicação dos recursos de infra-estrutura pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), guardando coerência com os Municípios de atuação do Incra.

No que se refere aos indicadores do Programa, permanece a ausência da sua aferição, o que inviabiliza a sua gestão satisfatória.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) estabeleceu como meta o assentamento de 400 mil famílias no período 2003-2006 e de 520 mil famílias no período 2004-2007, conforme a tabela a seguir.

Em relação às metas estabelecidas, nota-se que a quantidade de famílias assentadas vem apresentando resultados satisfatórios. Já no que se refere à qualidade dos assentamentos a avaliação encontra-se prejudicada pela não apuração dos índices dos indicadores.

Famílias Assentadas – 2003-2007

Ano	Meta II PNRA	Executado	% EXEC/PNRA
2003	30.000	36.301	121,00%
2004	115.000	81.254	70,66%
2005	115.000	127.506	110,87%
2006	140.000	136.358	97,40%
2007	150.000	-	-
Total 2003-2006	400.000	381.419	95,35%
Total 2004-2006	370.000	345.118	93,27%
Total 2004-2007	520.000	345.118*	66,36%*

*** Até 31 de dezembro de 2006.**

RECOMENDAÇÕES

• Reformular o Programa, focando-o no desenvolvimento e na qualidade dos assentamentos, e diferenciando-o do Programa Assentamentos para Trabalhadores Rurais, que passará a focar na obtenção de terras e nas ações preparatórias para a realização dos assentamentos;

• Reformular os indicadores do Programa, consolidando-os no indicador Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento;

• Elaborar o III Plano Nacional de Reforma Agrária, estabelecendo o horizonte temporal e os recursos necessários para a conclusão do processo de reforma agrária no Brasil, estabelecendo os direitos e deveres das famílias assentadas e definindo metas anuais, regionalizadas, para a realização dos assentamentos;

• Promover maior coordenação entre as iniciativas voltadas para reforma agrária e agricultura familiar, tendo em vista as potencialidades dos territórios rurais e o desenvolvimento crescente de atividades industriais e de serviços no meio rural.

EDUCAÇÃO DO CAMPO - PRONERA

OBJETIVO

Promover ações educativas por meio de metodologias específicas à realidade sócio-cultural do campo e propiciar capacitação profissional aos egressos dos cursos de Ciências Agrárias.

PÚBLICO-ALVO

Jovens e adultos assentados da reforma agrária e da agricultura familiar e profissionais egressos das Ciências Agrárias.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 39.071.287,00	Empenho Liquidado:	R$ 35.401.480,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 35.401.480,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. TAXA DE ALUNOS FORMADOS ANUALMENTE NOS CURSOS DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, FINANCIADOS PELO PROGRAMA, TRABALHANDO NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E NAS ÁREAS DE AGRICULTURA FAMILIAR

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 15

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

2. TAXA DE JOVENS E ADULTOS DAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA ALFABETIZADOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

3. TAXA DE JOVENS E ADULTOS DAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA QUE CONCLUIRAM O ENSINO FUNDAMENTAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

4. TAXA DE JOVENS E ADULTOS DAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA QUE CONCLUIRAM O ENSINO MÉDIO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Além da geração de emprego, que se constitui em uma das prioridades de governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem como missão fortalecer a agricultura familiar e avançar na reforma agrária, visando a construir um novo modelo de desenvolvimento rural, com base em uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável.

De acordo com o Mapa do Analfabetismo no Brasil, produzido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o País possui cerca de 16 milhões de analfabetos, com 15 anos ou mais, e 30 milhões de analfabetos funcionais. De acordo com este estudo, a taxa de analfabetismo no meio rural (28,7%) é três vezes superior à urbana (9,5%).

Nesse sentido, o Programa se justifica pela urgência na alfabetização e escolarização destes trabalhadores rurais, não só para o exercício de sua cidadania, que se encontra limitado por não dominarem o mundo da escrita e da leitura, mas também pela premente necessidade do acesso a melhores níveis de escolarização, para viabilizar e tornar mais eficientes as unidades familiares de produção. A permanência dos atuais níveis de analfabetismo e baixa escolarização compromete o sucesso da própria reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, impedindo a promoção do desenvolvimento sustentável no campo.

A geração de empregos para os egressos das universidades, que trabalhariam na assistência técnica aos assentados e agricultores familiares, aliado ao processo de formação pelo qual estes jovens passariam, trabalhando durante dois anos nestas áreas, através da participação em uma Especialização *lato sensu*, contribuiria para um imprescindível

processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para a criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Garantia da permanência e do acesso à educação formal, pública e de qualidade, a 57.129 jovens e adultos das áreas de reforma agrária e profissionais egressos da área de Ciências Agrárias.

• Deste total, na Ação Educação de Jovens e Adultos no Campo foram matriculados 48.694 alunos em turmas de ensino fundamental, estando em execução 39 cursos.

• Os outros 8.435 estudantes estão distribuídos em 66 cursos de ensino médio/técnico profissionalizante, sendo:

a) 5.229 atendidos pela Ação Capacitação de Formação e Profissionais de Nível Médio Adaptados à Reforma Agrária e à Agricultura Familiar;
b) 2.751 atendidos pela Ação Formação de Profissionais de Nível Superior Adaptados à Reforma Agrária e à Agricultura Familiar;
c) 455 atendidos pela Ação Concessão de Bolsas de Capacitação Profissional e Assistência Técnica.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução física foi superior à programada porque convênios plurianuais já celebrados tiveram continuidade em 2006. A execução orçamentária também foi satisfatória, embora descontinuidades no fluxo de recursos tenham prejudicado o pleno cumprimento dos cronogramas de desembolsos estipulados nos planos de trabalho.

Os atrasos na liberação de recursos foram provocados por diferentes fatores:

d) demora na aprovação da LOA;
e) contingenciamento de recursos;
f) dificuldades na tramitação interna dos processos;
g) demora na apresentação das prestações de contas pelas convenentes e na sua análise por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Houve ainda dificuldades de celebração de convênios, principalmente, pelos seus complexos procedimentos e pelas diferentes interpretações das normas jurídicas por parte dos parceiros.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os parceiros são na sua maioria instituições de ensino (universidades federais e estaduais, secretarias de estado de educação, prefeituras), mas também fundações de apoio das universidades e escolas comunitárias.

Os projetos técnico-pedagógicos são discutidos e elaborados pelas representações dos trabalhadores rurais, conjuntamente com as instituições de ensino e executados por professores rurais, que são trabalhadores (as) rurais assentados (as) dos projetos de assentamento da reforma agrária.

O Programa dispõe de Comissão Pedagógica Nacional (sede) e Colegiado Estadual (nas Regionais) formados por servidores do Incra, professores das universidades federais e estaduais, bem como parceiros envolvidos na implementação do Programa, que analisam, avaliam, aprovam e acompanham a execução dos cursos.

RECOMENDAÇÕES

• Para que haja uma gestão satisfatória do Programa, com a devida publicização dos resultados à sociedade, é fundamental que o Incra/MDA apure os indicadores.

PAZ NO CAMPO

OBJETIVO

Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

PÚBLICO-ALVO

Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras e os trabalhadores atingidos por barragens.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 11.213.000,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 9.500.867,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 9.500.867,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. ASSASSINATOS DECORRENTES DE CONFLITOS AGRÁRIOS

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 16
Índice previsto ao final do PPA: 16

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alcançado

As ações de prevenção da tensão social no campo desenvolvidas em parceria com Estados e Municípios, com os Poderes Executivo e Judiciário, com as Superintendências Regionais, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com as organizações não-governamentais, e com as demais instituições que defendem os direitos humanos e apóiam a reforma agrária, bem como a capacitação de técnicos do Incra, representantes dos trabalhadores rurais sem-terras, representantes do Poder Judiciário, em prevenção, mediação de conflitos e legislação agrária, possibilitaram uma diminuição nos homicídios decorrentes de conflitos agrários.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Historicamente, o campo brasileiro tem sido marcado por graves conflitos agrários decorrentes da disputa pela terra e seus recursos naturais, resultando num quadro de violência, impunidade e desrespeito aos direitos humanos. A ausência de mecanismos

para ensejar a participação popular na condução das políticas públicas tem dificultado aos excluídos expor seus anseios nas pautas governamentais, tendo por conseqüência a fragilidade destes grupos sociais. Como condição favorável à implementação da paz no campo evidencia-se a decisão governamental de implementar a reforma agrária de forma democrática, tendo como suporte para superação dos conflitos a atuação da Ouvidoria Agrária Nacional como uma decisiva ação de governo. O Programa Paz no Campo identifica-se com a dimensão democrática das orientações estratégicas e com o mega-objetivo do governo no sentido de fortalecer a inclusão social por meio da atuação da Ouvidoria Agrária Nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Capacitação de 212 mediadores de conflitos;

• Realização de audiências públicas, possibilitando diagnosticar as áreas de tensão social e proporcionar melhor conhecimento da sociedade sobre as causas geradoras de conflitos;

• Intermediação de 512 conflitos agrários, garantindo aos trabalhadores rurais sem-terra a dignidade e o respeito aos princípios constitucionais;

• Distribuição de 890,7 mil cestas básicas para 222,7 famílias acampadas, assegurando a segurança alimentar e nutricional e o exercício da cidadania no campo;

• Elaboração de mapa dos conflitos agrários existentes no País, o que possibilitou promover a prevenção da tensão social no campo.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O alcance das metas acima do esperado deu-se em função do estabelecimento de parcerias com as Superintendências Regionais do Incra, com os Estados e Municípios, com os Poderes Executivo e Judiciário, com as organizações não-governamentais e com as demais instituições que defendem os direitos humanos e apóiam a reforma agrária. A capilaridade do Incra, por intermédio de suas Superintendências Regionais, é fator preponderante para o desempenho das ações do Programa, pois se procura trabalhar em sintonia com as unidades executoras.

Apesar da demora na aprovação e liberação do orçamento da União, os recursos orçamentários foram suficientes para a execução do Programa. O fluxo de liberação sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução.

O Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos procura estabelecer parcerias com os órgãos da esfera administrativa estadual e na maioria das vezes os Estados estão inadimplentes junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o que prejudica a execução do Programa. Além disso, a ligação regimental do Departamento à Secretaria Executiva do MDA implica que as ordenações de despesas sejam realizadas diretamente pelo Secretário-Executivo, o que dificulta os processos licitatórios e a celebração de contratos.

Quanto aos aspectos de pessoal, na equipe gerencial, há necessidade de profissionais especialistas em contas públicas. E nas equipes executoras há necessidade de ampliação do quadro de servidores.

Anualmente, é elaborado o relatório de gestão das atividades desempenhadas pelo Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos visando a apontar os resultados obtidos no desenvolvimento das ações do Programa Paz no Campo. Outros relatórios de gestão realizados:

a) Prevenção da tensão social no campo – elaborado mensalmente, mediante a compilação de dados dos relatórios descritivos das audiências públicas realizadas e dos documentos expedidos às instituições parceiras;
b) Capacitação de mediadores de conflitos sociais - monitoramento feito quando da realização de cursos de capacitação, obedecendo as demandas;
c) Atendimento de denúncias – elaborado mensalmente, mediante a compilação dos dados do sistema Disque Terra e Paz e das demandas apresentadas pelos movimentos sociais rurais;
d) Mediação de conflitos agrários – elaborado mensalmente, mediante a compilação dos dados dos relatórios descritivos dos mediadores de conflitos agrários e dos documentos expedidos às instituições parceiras;
e) Implantação de Ouvidorias Agrárias - monitoramento feito quando da demanda para implantação das Ouvidorias Agrárias;
f) Assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas – elaborado mensalmente, mediante a compilação dos dados enviados pelas Superintendências Regionais do Incra e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

REGULARIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

OBJETIVO

Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, de forma a permitir a gestão da estrutura fundiária para o atendimento da demanda social.

PÚBLICO-ALVO

Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 79.202.909,00	Empenho Liquidado:	R$ 53.660.703,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 53.660.703,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. TAXA DE ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

2. TAXA DE REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS ATÉ QUATRO MÓDULOS FISCAIS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

3. TAXA DE GEORREFERENCIAMENTO DE ÁREAS RURAIS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

4. TAXA DE GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

5. TAXA DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL APARENTE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

6. TAXA DE GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS ATÉ QUATRO MÓDULOS FISCAIS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 2,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Índice não apurado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A grandeza do território, as diversidades regionais, o acentuado grau de concentração da terra e a ausência de informações sobre a distribuição espacial dos imóveis rurais, evidenciam a complexidade e a magnitude da missão de monitorar a ocupação do espaço fundiário e a necessidade de aprimorar os instrumentos de gestão da estrutura fundiária brasileira. A inexistência de informações georreferenciadas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e não integradas ao Serviço de Registro Imobiliário agrava o desconhecimento da realidade fundiária, facilitando a continuidade da grilagem de terra e do equívoco na escolha das áreas objeto de intervenção pelo Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra). O desconhecimento da estrutura fundiária compromete as definições de políticas de desenvolvimento sustentável, necessárias para o crescimento econômico e social

do País, gerando altos custos ao erário público na implantação de programas e projetos. A gestão eficaz da estrutura fundiária, por meio da identificação, caracterização, localização e classificação do imóvel rural, respalda legalmente a aplicação dos instrumentos de correção dessa estrutura e a promoção do controle social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Recuperação de 18 milhões de hectares;

• Reconstrução da infra-estrutura geodésica brasileira, em parceria com o Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico (IBGE);

• Aquisição de equipamentos de mensuração para a Sede e as 30 Superintendências Regionais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os preços unitários estabelecidos na LOA estão abaixo dos praticados no mercado, dificultando a contratação dos serviços, pois as empresas prestadoras não se interessam em participar dos processos de licitação. Conseqüentemente, as metas físicas estão superestimadas.

Houve descontinuidade do fluxo de liberação de recursos, mas não o suficiente para prejudicar a execução programada.

Permanece a necessidade de maior quantidade e qualificação dos servidores que atuam na gestão e execução do Programa.

As estruturas organizacionais da Sede e das Superintendências Regionais do Incra permanecem inadequadas para atender o Programa. Faltam sistemas de monitoramento e avaliação e cultura na organização para trabalhar o conceito de ordenamento fundiário e não só de regularização fundiária.

No que se refere aos indicadores do Programa, permanece a ausência da sua aferição, o que inviabiliza uma gestão satisfatória do Programa. Como providência para sanar esta restrição o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário(MDA) apresentarão sugestão de aperfeiçoamento dos indicadores para o PPA 2008-2011.

RECOMENDAÇÕES

• Reformular o Programa, mantendo o foco no gerenciamento da estrutura fundiária, dando mais ênfase à vertente destinação de terras públicas;

• Reformular os indicadores do Programa, que passam a ser os seguintes: Taxa de Ocupação Territorial Aparente e Taxa de Destinação de Terra Pública;

• Que o INCRA/MDA elabore o III Plano Nacional de Reforma Agrária, estabelecendo o horizonte temporal e os recursos necessários para a conclusão do processo de Reforma Agrária no Brasil, clarificando os direitos e deveres das famílias assentadas e definindo metas anuais, e de forma regionalizada, para a realização dos assentamentos;

• Aperfeiçoar os sistemas de monitoramento e avaliação do Programa, melhorando a qualidade da informação sobre a estrutura fundiária nacional;

• Corrigir os preços unitários estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Acesso à Alimentação

Erradicação do Trabalho Infantil

Proteção Social Básica

Proteção Social Especial

Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto parao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foram utilizados **R$ 21.554.596.470,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 22.597.154.985,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 21.554.596.470,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 22.597.154.985,00**	**Total realizado:**	**R$ 21.554.596.470,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MDS não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

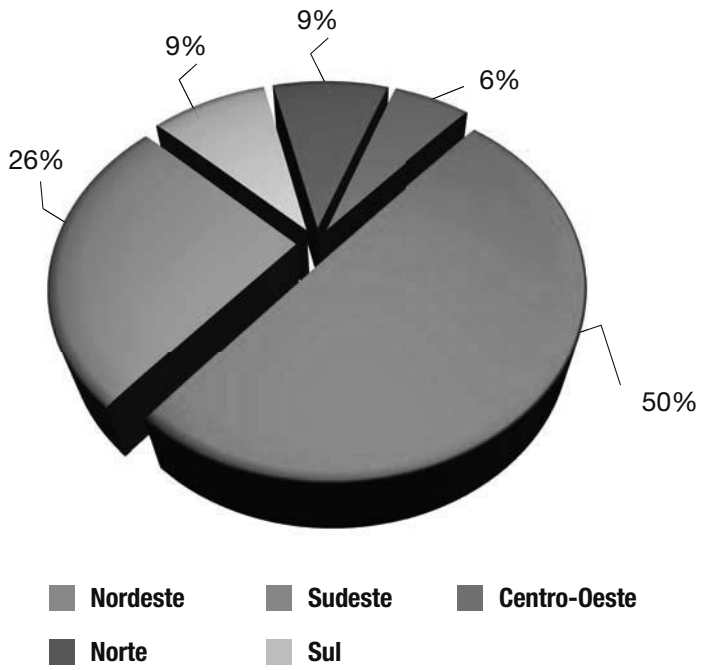
Além disso, do total de **R$ 226.568.659,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 68.271.470,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O ano de 2006 foi marcado pela consolidação da atuação do MDS nas três principais áreas associadas ao órgão: transferência de renda com condicionalidades às famílias em situação de pobreza, assistência social e segurança alimentar e nutricional:

• O Programa Bolsa Família, em dezembro de 2006, atendia a cerca de 11 milhões de famílias por meio da transferência de renda associada a condicionalidades nas áreas de educação e saúde, representando crescimento de 26% em relação a dezembro de 2005. Com isso, o Programa praticamente alcança o número de famílias pobres (com renda *per capita* mensal de até R$ 120,00) definido pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio 2004 do Instituto de Pesquisa de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE 2004). A distribuição do número de famílias atendidas por grandes regiões demonstra a ênfase do Programa na região em que é maior o número de famílias pobres – Nordeste, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 1- Participação relativa das grandes regiões no número de famílias atendidas pelo Bolsa Família - Dez 2006

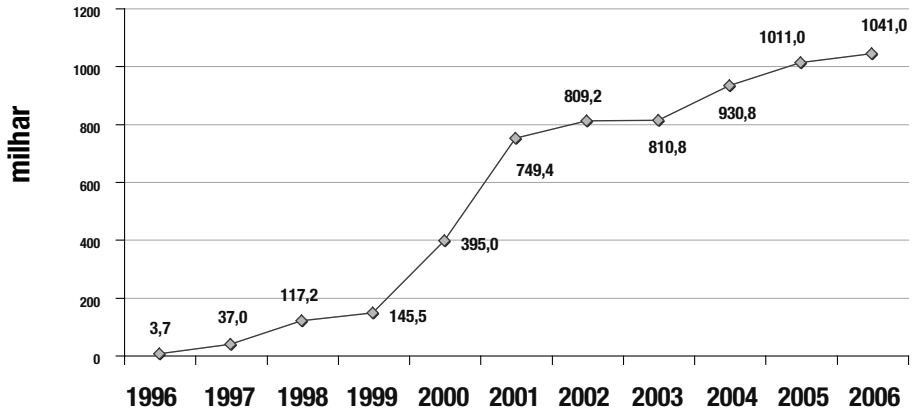


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan)

• Na área de assistência social, vale mencionar a expansão do co-financiamento do Governo Federal aos serviços desenvolvidos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Em dezembro de 2006, havia 3.248 CRAS instalados em 2.629 Municípios (em termos de Municípios, expansão superior a 90% com relação a dezembro de 2005). Desta maneira, o ano de 2006 representou um avanço rumo à meta deliberada pela V Conferência Nacional de Assistência Social, de que, até 2015, deve haver ao menos um CRAS por Município.

• Com relação ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), atendeu-se, por meio de bolsa e ações sócio-educativas, a 1 milhão de crianças e adolescentes retiradas da situação de trabalho precoce, representando, com relação a 2005, crescimento de 3%. O PETI estava, em dezembro de 2006, presente em 3.888 Municípios. Ainda sobre o PETI, vale mencionar, em 2006, os avanços na integração do Programa com o Bolsa Família. Neste ano, foram inscritas no CadÚnico 858.883 crianças e adolescentes em situação de trabalho. Por último, vale observar a evolução da cobertura do PETI.

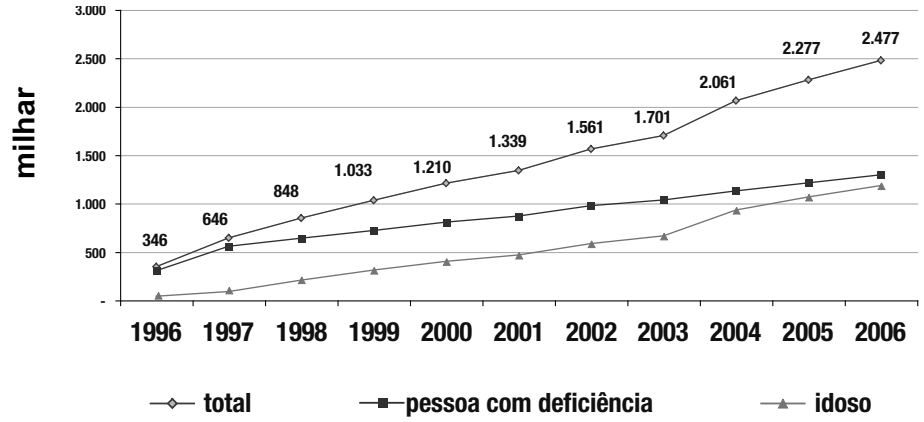
Gráfico 2- PETI - Número de Atendidos (Evolução 1996-2006)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/SIGPlan

• Ainda sobre a assistência social, importa observar a evolução da cobertura dos benefícios de prestação continuada, que consiste em direito garantido pela Constituição Federal, equivalente ao pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos ou mais de idade e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho, em ambos os casos, com renda *per capita* familiar inferior a ¼ do salário mínimo. Em 2006, foram emitidos cerca de 2,5 milhões de benefícios voltados à pessoa idosa e à pessoa com deficiência.

Gráfico 3 - Evolução da cobertura do BCP



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Nota: Não inclui renda mensal vitalícia.

• Na área de segurança alimentar e nutricional, vale destacar as seguintes iniciativas: foram adquiridas 313 mil toneladas de alimentos, beneficiando 90 mil famílias de agricultores familiares. Foram, ainda, beneficiadas sete milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional a partir da distribuição dos alimentos adquiridos. Além disso, foram construídas 68,7 mil cisternas para captação de água no semi-árido.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome possui um conjunto de seis programas, sendo cinco finalísticos e um programa de gestão. São eles: Acesso à Alimentação; Erradicação do Trabalho Infantil; Proteção Social Básica; Proteção Social Especial; Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família e o Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Os programas do MDS atendem a 62 milhões de brasileiros, tendo diversas pesquisas já demonstrado seus resultados, por exemplo, no que se refere à promoção da segurança alimentar e nutricional e queda da desigualdade, da pobreza e da extrema pobreza. Ainda que o Ministério tenha, desde sua criação, em 2004, expandido sua atuação e suas metas de atendimento (por meio, inclusive, de volume crescente de recursos financeiros), há ainda algumas restrições, relativas, por exemplo, à infra-estrutura inadequada, ao quadro de pessoal próprio e aos sistemas informatizados. Além disso, no contexto da elaboração do Plano Plurianual 2008-2011, é preciso discutir o conjunto de ações que deve responder às diversas dimensões do desenvolvimento social, bem como à intersetorialidade que lhe é imanente.

Sobre o quadro de pessoal, o concurso ocorrido em 2005 não foi suficiente para atender a todas as demandas das áreas. A capilaridade exigida pelos programas requer melhorias nos sistemas existentes e a criação de novos sistemas. Por essa razão, o MDS tem investido nessa área, o que se evidencia, por exemplo, pela estruturação da Rede SUAS, Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e pelo desenvolvimento de novos sistemas, como o Sistema Integrado de Gestão das Condicionalidades do Programa Bolsa Família, com previsão de implantação em 2007.

Ainda que haja restrições, tal como mencionado acima, o MDS tem gerido seus programas de modo a alcançar resultados como a extensão da cobertura da rede de proteção social e a maior qualidade na gestão. Neste último aspecto, houve melhoras relativas à comunicação interna, ao fluxo de informação e de documentação, à gestão de convênios, ao atendimento ao público (por meio da Central de Relacionamento Fome Zero que recebeu, em 2006, mais de quatro milhões de ligações), ao desenvolvimento de sistemas de informação e à articulação federativa.

ACESSO À ALIMENTAÇÃO

OBJETIVO

Garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular, adequada à nutrição e à manutenção da saúde humana.

PÚBLICO-ALVO

Agricultores familiares, famílias em situação de insegurança alimentar e/ou risco nutricional, comunidades populacionais específicas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 619.050.424,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 583.650.670,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 583.650.670,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 3,79
Índice previsto ao final do PPA: 8,38

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
A expectativa é que o índice projetado seja parcialmente atingido.

O índice de referência inicial informado foi de 0,48%, sendo, na oportunidade, elaboradas metas para os anos de 2004 a 2007 (3,3%, em 2004; 3,15%, em 2005; 5,7%, em 2006 e 8,38%, em 2007). A partir de 2006, as ações orçamentárias do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) vinculadas à aquisição de produtos da agricultura familiar foram transferidas para o Programa de Acesso à Alimentação, tendo sido criadas, no âmbito do Programa Abastecimento Agroalimentar, duas novas ações sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a mesma finalidade. Considerando que esta alteração foi aprovada após a revisão dos indicadores do PPA para 2006, as projeções ainda levam em conta somente as ações do MDS, cujo volume de recursos destinados às aquisições da agricultura familiar é superior ao do MDA. Em 2006, o índice apurado foi de 3,79%, sendo que o total de aquisições da agricultura familiar realizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), via recursos do MDA, foi de

102,32 mil toneladas e as demais aquisições governamentais desse segmento, envolveram 2,6 milhões de toneladas de diversos produtos agrícolas.

2. TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 3,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Esse indicador não foi apurado, devido a inconsistências em sua definição, pois, além de não contemplar todos os beneficiários do Programa, apresenta, ainda, inconvenientes como múltipla contagem de beneficiários. Há que se refletir também sobre a adequação da definição do indicador para medir a taxa de segurança (ou de insegurança) alimentar.

A definição do indicador não contempla de fato todos os beneficiários do Programa, como, por exemplo, os usuários dos restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Há que se refletir também sobre a adequação da definição do indicador para medir a taxa de segurança (ou de insegurança) alimentar. Está em andamento um contrato com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe/USP) que objetiva a construção de metodologia de monitoramento, avaliação e indicadores dos programas do MDS.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD 2004/IBGE), há cerca de 39 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar e nutricional moderada ou grave, o que pressupõem alguma restrição quantitativa no acesso aos alimentos. Tal população sob risco de alimentação insuficiente remete ao reconhecimento de que a sociedade brasileira defronta-se com um círculo vicioso de massiva geração de pobreza e fome. A persistência desse círculo tende a acentuar, gradativamente, as dificuldades de inserção das pessoas, em situação de vulnerabilidade social, assim como de seus descendentes, nos mercados de trabalho e de consumo, bem como de garantia de cidadania. A suplantação desse círculo vicioso requer um conjunto de políticas de governo, no qual a ação de combate direto à fome, através da ampliação do acesso aos alimentos, se articula, complementarmente, às atividades de geração de emprego e renda, promoção da cidadania, melhoria dos hábitos alimentares e culinários, aprimoramento da gestão do orçamento familiar, saneamento básico, entre outras de caráter estruturante.

Em 2003, o Governo Federal criou, por meio da Lei nº 10.689, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, que passou a integrar o PPA 2004-2007 (a partir de programa homônimo), tendo sido, no exercício de 2006, composto por um conjunto de ações, dentre as quais destaque-se:

a) implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Lei nº 10.696/2006, consiste de aquisição de alimentos, com dispensa de licitação, de agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e os destina às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional ou à formação de estoques estratégicos. É

operacionalizado por meio de parcerias com Estados, Municípios e com a Conab e possui várias modalidades de compra;

b) instalação de restaurantes populares, ou unidades de alimentação e nutrição destinadas ao preparo e à comercialização de refeições saudáveis, ofertadas a preços acessíveis à população, localizadas, preferencialmente, em grandes centros urbanos, com população superior a 100 mil habitantes;

c) construção de cisternas para armazenamento de água no semi-árido, com tecnologia popular para a captação de água da chuva, representa uma solução de acesso a recursos hídricos para a população rural do semi-árido brasileiro. Destinadas à população rural de baixa renda que sofre com os efeitos das secas prolongadas;

d) distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos, convênio firmado entre o MDS e a Conab, com o intuito de distribuir cestas de alimentos a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional, como famílias acampadas que aguardam o Programa de Reforma Agrária, remanescentes de quilombos, comunidades de terreiros, comunidades indígenas, atingidos por barragens e famílias que residem em Municípios vítimas de calamidades públicas que estejam impossibilitadas de produzir ou adquirir alimentos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Adquiridas 313 mil toneladas de alimentos da agricultura familiar, superando em 12% a meta estabelecida no orçamento. Cabe observar que os alimentos adquiridos no âmbito dessa ação têm uma participação superior a 50% na constituição das cestas distribuídas a grupos populacionais específicos. Foram beneficiadas, em 2006, 7 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional a partir da distribuição de alimentos, além de cerca de 90 mil famílias de agricultores que forneceram alimentos para o PAA;

• Construídas cerca de 68,7 mil cisternas durante o ano de 2006, ante uma previsão de 53,6 mil no orçamento. Cabe esclarecer que parte dessas cisternas foi construída com recursos liberados em exercícios anteriores;

• Entregues aproximadamente 1,82 milhão de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos, atendendo a 343 mil famílias. Essas cestas totalizaram cerca de 41 mil toneladas de alimentos, constituídos em sua maior parte (54%) por alimentos provenientes da agricultura familiar e adquiridos por meio do PAA;

• Investidos R$ 35 milhões para conclusão de projetos de apoio à construção de restaurantes populares iniciados em 2005, além da implantação de duas novas unidades. Os 19 restaurantes já em funcionamento até o fim de 2006 totalizavam a oferta de mais de 500 mil refeições por mês.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução orçamentária do Programa Acesso à Alimentação atingiu 94% dos créditos orçamentários consignados no Orçamento da União. As metas físicas também

tiveram um bom desempenho em 2006, com algumas ações tendo superado as metas previstas. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Além disso, o atraso na aprovação do Orçamento pelo Congresso Nacional trouxe algum prejuízo para a execução, superado com a edição de Medida Provisória autorizando crédito especial, o que permitiu recuperar o tempo perdido.

Em relação à instalação de restaurantes populares, cabe um esclarecimento em face da aparente baixa execução física. Em 2005, quando do lançamento do primeiro edital para a seleção de projetos, um número considerável de Municípios teve seus projetos aprovados dentro dos requisitos do edital, mas teriam sido excluídos do Programa por falta de recursos orçamentários. Em razão disso, parcela importante dos gastos daquele exercício foi transferida para execução em 2006, o que inviabilizou o lançamento de edital neste exercício.

O Programa Acesso à Alimentação atua em diversas frentes para alcançar o seu objetivo de reduzir a insegurança alimentar e nutricional de segmentos expressivos da população. A diversidade de grupos sociais objeto da atenção do Programa, bem como a sua dispersão geográfica, impuseram a necessidade de se atacar o problema com ações bastante distintas, como o preparo e a distribuição de refeições prontas, a distribuição de alimentos *in natura* e a construção de cisternas no semi-árido brasileiro. Nesse caso específico, estima-se a necessidade de construção de 1 milhão de cisternas para atender a todo o público-alvo da ação. Nos primeiros quatro anos de estabelecimento da ação de construção de cisternas, foram implantadas cerca de 140 mil unidades, o que sugeriria mais 20 anos para uma cobertura completa do público-alvo. Se for mantido o ritmo de construção do corrente exercício (o melhor ano do programa, com cerca de 69 mil cisternas construídas), seriam necessários mais de 12 anos para construir as 860 mil cisternas restantes. Para se atingir o objetivo proposto na ação, em um horizonte de tempo razoável, seria necessário um aumento substancial nas metas anuais, o que implicaria, também, substancial acréscimo nos recursos orçamentários.

Algumas ações do Programa são executadas de modo descentralizado por meio de repasses. Neste sentido, atrasos e erros nas prestações de conta têm sido um gargalo na execução dos projetos. Há ainda dificuldades em relação ao gerenciamento local da execução, sendo que o ente freqüentemente deixa de solicitar a prorrogação de prazo de vigência do convênio em tempo hábil. Além disso, várias ações do Programa são executadas por meio de projetos que são selecionados por editais públicos. A desistência ou o atraso excessivo em cumprir exigências legais impactam negativamente a execução das ações.

Há restrições relativas a recursos materiais e humanos: espaço físico e equipamentos de informática ainda insuficientes; falta de recursos humanos, principalmente, para o acompanhamento e monitoramento dos projetos e exame das prestações de contas de convênios, problema que tende a se reduzir com a chegada dos novos contratados dos concursos realizados pelo MDS; deficiências de habilidades necessárias ao desempenho das funções da equipe gerencial, apesar da ênfase que vem sendo dada a treinamentos, principalmente, nas áreas de elaboração de convênios e análise de prestações de contas. Esse

problema tende a desaparecer com a chegada dos novos funcionários recém-concursados, que serão capacitados para atuar nas áreas mais carentes da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Por fim, vale destacar alterações na regulamentação do PAA, ocorridas em 2006. O Decreto nº 5.873, entre outras questões, altera o limite máximo para aquisição por agricultor familiar de R$ 2,5 mil para R$ 3,5 mil por ano. Ademais, para uma modalidade específica do PAA – Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – o valor máximo por agricultor será considerado por semestre.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Vale assinalar alguns aspectos com relação à participação social na política de segurança alimentar e nutricional:

a) Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição, de caráter consultivo, assessora o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para garantir o direito humano à alimentação;
b) conselhos municipais e estaduais de segurança alimentar e nutricional, voltados às questões locais relacionadas à segurança alimentar e nutricional;
c) Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad) são uma iniciativa de promoção do desenvolvimento territorial, em áreas periféricas do País, com ênfase na segurança alimentar e nutricional e na geração de trabalho e renda, como estratégia principal para a emancipação sócio-econômica das famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza nessas regiões. Constitui-se como associação civil, sem fins lucrativos, envolvendo um terço de representantes do poder público e dois terços de representantes da sociedade civil. O Consad elabora e operacionaliza um plano de ação, instrumento que define metas e projetos para o desenvolvimento da política no País.

Em 2006, foi aprovada a Lei nº 11.346 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional, com o intuito de assegurar o direito humano à alimentação adequada. Entre outras questões, institui uma Câmara Interministerial, que passa a ter a atribuição de elaborar um plano e uma política de segurança alimentar e nutricional.

RECOMENDAÇÕES

• Excluir o indicador taxa de segurança alimentar, procurando substituí-lo por outros que meçam a evolução da oferta da rede de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Em especial, indicadores relativos às famílias atendidas e aos agricultores beneficiados pelo PAA, assim como de unidades de bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares instalados.

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

OBJETIVO

Eliminar a prática do trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 16 anos incompletos que estão trabalhando em situações ilegais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 359.606.914,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 245.639.093,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 245.639.093,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE TRABALHO INFANTIL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 7,2 (para crianças/adolescentes de 5 a 15 anos)
Índice previsto ao final do PPA: 7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2005) revelou um ligeiro crescimento no de pessoas ocupadas de 5 a 15 anos de idade. Foi observado, em relação a 2004, um aumento de 156,5 mil crianças/adolescentes nesta faixa etária em situação de trabalho. Há, então, na referida situação, 2,9 milhões de crianças/adolescentes. O aumento de 2005 ocorreu nas Regiões Sudeste e Nordeste, sendo o ano base da PNAD 2005, e o presente relatório referente ao exercício de 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O ordenamento jurídico nacional proíbe qualquer trabalho abaixo da idade de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Proíbe, também, o trabalho noturno, insalubre ou perigoso aos adolescentes com idade entre 14 e 18 anos incompletos. O Brasil é signatário das Convenções Internacionais do Trabalho (CIT) nº 138, sobre a idade mínima para admissão ao emprego, e a CIT nº 182, sobre as piores formas de trabalho infantil, estando comprometido com a adoção de medidas imediatas para eliminar

o trabalho ilegal abaixo da idade mínima, erradicar o trabalho de adolescentes nas piores formas e assegurar o trabalho decente aos adolescentes em idade legal para o trabalho.

No entanto, em 2005, havia 2,9 milhões de crianças/adolescentes em situação de trabalho precoce no Brasil. Entre as causas do trabalho precoce, destaca-se a questão da pobreza, influenciada fortemente pela má distribuição de renda. Padrões culturais em determinadas regiões do País também influenciam negativamente esse problema. A permanência de tal fenômeno provoca a perpetuação do ciclo de pobreza que aprisiona famílias, pois a pobreza dos pais leva os filhos precocemente ao trabalho como forma de aumentar a renda familiar, o que gera crianças e adolescentes com baixa escolaridade. Assim, essas crianças e adolescentes ficam impedidos de ocupar postos de trabalho mais bem-remunerados, reproduzindo as mesmas conseqüências na geração seguinte, dificultando o processo de inclusão social. O trabalho precoce traz prejuízos importantes para a saúde física e mental de crianças e adolescentes, bem como para a sua escolaridade. A erradicação do trabalho precoce - objetivo lastrado nas convenções já referidas - permitiria potencializar ganhos de escolaridade, propiciando aos jovens melhores condições de empregabilidade e maiores chances de ocupar um posto de trabalho com maior remuneração, melhorando o seu padrão de vida e de sua família.

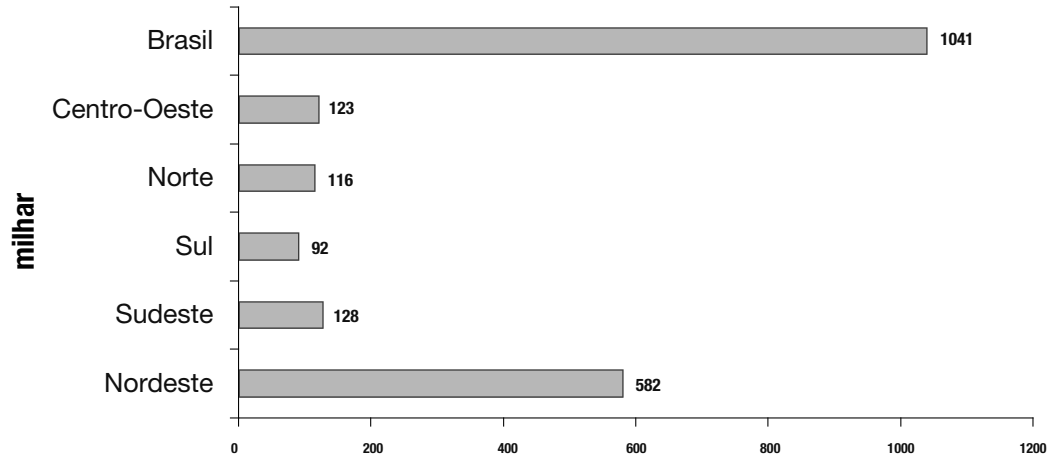
Para atender ao objetivo acima mencionado, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é composto, sobretudo, pelas seguintes ações: concessão de bolsa às famílias cujas crianças/adolescentes são retiradas da situação de trabalho e ações sócio-educativas e de convivência, ambas sob responsabilidade do MDS. A primeira está integrada ao Programa Bolsa Família (PBF) e a segunda co-financia ações sócio-educativas no contra-turno escolar para a criança/adolescente (em 2006, ocorreu a unificação dos valores das ações sócio-educativas e de convivência para as áreas rural e urbana, ambas passam a receber R$ 20,00 *per capita* mensais). Para receber a transferência de renda, as famílias têm que assumir os seguintes compromissos: retirada de todas as crianças/adolescentes de atividades laborais e de exploração; freqüência mínima da criança e do adolescente nas atividades de ensino regular e nas ações sócio-educativas e de convivência (jornada ampliada) no percentual mínimo de 85% da carga horária mensal.

Além destas ações, vale mencionar a ação de fiscalização para erradicação do trabalho infantil (executada pelas Delegacias Regionais do Trabalho), o apoio aos fóruns de erradicação do trabalho infantil; a atualização do mapa de focos do trabalho infantil; e o apoio técnico à escola do futuro trabalhador.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• 1,04 milhão de crianças e adolescentes atendidos por meio da concessão de bolsas e das atividades sócio-educativas e de convivência. O PETI estava presente em 3.388 Municípios no ano de 2006. Segue abaixo a cobertura do PETI para este mesmo ano, por grandes regiões.

Gráfico 4- PETI - Cobertura por Grandes Regiões - Dez 2006)



Fonte: SIGPlan

A fiscalização para prevenir e reprimir a prática de trabalho de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos resultou, em 2006, no afastamento de 12.458 crianças do trabalho. Quanto à fiscalização do trabalho de adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos, resultou na contratação de 40.947 adolescentes na condição de aprendiz.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O PETI passou por modificações importantes no ano de 2006. Em particular, avançou-se na integração do PETI com o PBF, segundo os termos da Portaria nº 666/MDS. A integração traz uma série de vantagens aos beneficiários, tais como: o enfrentamento da duplicidade de benefícios; transferência de renda direta para o cidadão por meio do cartão magnético da Caixa Econômica Federal (CEF), ocasionando maior transparência nos procedimentos, evitando atraso nos repasses e diminuindo custos operacionais aos Municípios; identificação mais precisa – via CadÚnico - das famílias com crianças/adolescentes retiradas do trabalho infantil atendidas pelo Governo Federal. É importante mencionar que a integração, não apenas pressupõe a concessão de bolsa, participação nas ações sócio-educativas e de convivência e cumprimento das condicionalidades previstas, como também estende as ações sócio-educativas aos beneficiários do Bolsa Família em situação de trabalho precoce. Desta maneira, a integração não altera o foco específico de cada programa.

A integração dos programas desencadeou o processo de identificação territorial de crianças/adolescentes em situação de trabalho, inscrevendo-os no CadÚnico, com o objetivo de universalização do acesso ao Programa e recebimento de bolsa pelo PBF. Foi realizada capacitação contínua *in loco* nas 27 Unidades da Federação para operacionalização da integração. De toda maneira, a transferência das famílias que recebiam a bolsa por meio de recursos repassados fundo a fundo para o CadÚnico não se deu na íntegra. Dos cerca de 1 milhão de beneficiários do PETI, 859 mil já estão inscritos no CadÚnico (isto é, pouco mais de 80%), segundo posição em 29.12.2006.

Sobre as metas físicas, não foi possível atender a 3,2 milhões de crianças/adolescentes previstos na Lei Orçamentária Anual, atingindo-se, ao fim do exercício, cerca de 30% do valor previsto. Para esta baixa execução física, concorreu a dificuldade dos Municípios de efetuar o cadastramento das famílias cujas crianças/adolescentes encontram-se em situação de trabalho. Como resultado, da expansão do Programa, o número de crianças/adolescentes atendidos foi de apenas 3%, com relação a 2005. Ademais, comparando-se os dois últimos exercícios, o PETI teve expansão em 79 Municípios. Sobre a questão da expansão do Programa, vale comentar que, efetivada a integração com o Bolsa Família, rompe-se com a lógica da meta pactuada, visando à identificação e ao atendimento de toda situação de trabalho precoce no País.

Houve restrições de limite orçamentário, inviabilizando o pagamento da parcela do mês de dezembro referente às ações sócio-educativas e à bolsa. Além disso, em função dos desdobramentos do processo de integração, identificou-se a necessidade de ampliação dos recursos para a bolsa no âmbito do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), uma vez que várias famílias encontravam-se em critérios mais abrangentes do que o estabelecido no Bolsa Família. Para tanto, além de operar mediante destaque financeiro do PBF, foi solicitado crédito orçamentário. Como não foi aprovada, utilizaram-se recursos de 2007 para sanear tal situação nos meses de janeiro e fevereiro.

Do ponto de vista da concepção, o PETI foi redesenhado na perspectiva da centralidade na família e não em seus membros isoladamente. Assim, a caracterização do seguinte público-alvo ficaria mais adequada: famílias com crianças/adolescentes com até 16 anos que tiveram seus direitos violados no que se refere à ocorrência do trabalho precoce.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A RedeSUAS é o sistema de informação do Sistema Único de Assistência Social e tem a função de responder às novas necessidades de informação e comunicação no âmbito do SUAS. É estruturada segundo a organização da política pública de assistência social, atendendo às necessidades informacionais dos setores que compõem a política: gestores, técnicos, entidades, sociedade civil e usuários. O SUAS *web* é o ambiente de funcionalidades específico para a gestão do Sistema Único de Assistência Social que compreende o plano de ação e o demonstrativo sintético de execução físico-financeira, além de informações sobre as contas correntes, saldos, repasses e cadastros. O SISPETI é o sistema de controle de freqüência de crianças e adolescente nas ações sócio-educativas e de convivência do PETI, com a finalidade de medir e monitorar a freqüência das crianças/adolescentes nas ações sócio-educativas, no contra-turno escolar.

O processo de integração PETI e PBF transcorreu num patamar de discussão e pactuação federativa e junto a parceiros da sociedade civil e de organismos internacionais. Nesse sentido, foram realizadas reuniões do MDS com representantes do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social (Fonseas) e do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) para pactuações pertinentes à implementação e superação de dificuldades decorrentes da integração. Ressalta-se que, no âmbito da Comissão de Intergestores Tripartite (CIT), houve ampla discussão, bem como foram feitas pactuações nesse sentido. De forma descentralizada, o MDS participou e fomentou reuniões de discussões acerca do referido processo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) e Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI). Por último, a PNAD 2005 apresenta um ligeiro crescimento no número de crianças/adolescentes em situação de trabalho, especialmente, na área da agricultura de base familiar. Logo após a divulgação desses dados da PNAD, o MDS estabeleceu parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), para realização do Seminário Nacional de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, visando à discussão e à elaboração intersetorial de estratégias e ações para fazer frente ao fato mencionado.

A PNAS institui a rede de proteção social na qual, com um papel de grande relevância, figura o controle social. O monitoramento e controle social do PETI são realizados através dos conselhos (de assistência social, dos direitos da criança e do adolescente e tutelar) e comissões (estaduais e municipais de erradicação do trabalho infantil) paritárias entre sociedade civil e poder público local ou estadual. Houve contribuição dos Conselhos Nacionais de Assistência Social e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no que tange à articulação e à mobilização junto aos seus respectivos conselhos municipais para o acompanhamento do processo de integração PETI/PBF, especialmente, no que se refere à identificação e ao cadastramento das crianças/adolescentes em situação de trabalho no âmbito local. Registre-se, ainda, a participação da sociedade civil organizada por meio do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, integrados por representações de trabalhadores, empregadores e movimento social da área de prevenção e erradicação do trabalho infantil no Brasil, assim como por organismos internacionais (OIT e UNICEF – órgão das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência). Como restrição, menciona-se a fragilidade e a pouca efetividade das Comissões Estaduais e Municipais de Erradicação do Trabalho Infantil.

RECOMENDAÇÕES

• Adequar o público-alvo do programa, alterando-o para: retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

OBJETIVO

Promover a redução das situações de vulnerabilidade social e prevenir as situações que indicam risco potencial decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou não acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização dos vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras), na perspectiva da prevenção e superação das desigualdades sociais, tendo o País como base de atuação.

PÚBLICO-ALVO

Famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou não acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras), na perspectiva da prevenção e superação das desigualdades sociais, tendo o País como base de atuação.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.384.548.154,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 12.215.993.776,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 12.215.993.776,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE COBERTURA DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), prevista para 2007, será possível apurar o indicador nos anos seguintes.

2. TAXA DE COBERTURA DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA ATENDIDAS PELOS PROGRAMAS E PROJETOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), prevista para 2007, será possível apurar o indicador e informar nos relatórios dos anos seguintes.

3. TAXA DE COBERTURA DE PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE INDIGÊNCIA PELOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO SOCIAL BÁSICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O indicador não foi apurado em virtude das dificuldades de se chegar ao público potencial. A despeito disso, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) financiou pesquisa para, entre outros objetivos, construir e projetar estimativas do público-alvo do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O trabalho baseou-se nos dados do Censo 2000, das Pesquisas Nacionais de Amostragem Domiciliar (PNAD) e nas bases administrativas do BPC e do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Os resultados da pesquisa mostram que, em 2005, estaria completa a cobertura do público idoso. Contudo, deve-se salientar que a metodologia da pesquisa adota uma série de pressupostos, como, por exemplo, ausência de mudanças substanciais no nível e na distribuição de renda entre as famílias, bem como na composição familiar dos idosos e pessoas com deficiência, no período analisado com relação a 2000.

4. TAXA DE COBERTURA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE INDIGÊNCIA PELOS BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

As dificuldades relativas à apuração da cobertura pelo BPC de pessoas com deficiência são as já comentadas no indicador anterior. Entretanto, a também já citada pesquisa estimou esta cobertura, chegando ao resultado de 57% para o ano de 2005. Vale enfatizar, não apenas a metodologia utilizada, mas também, no caso específico de pessoa com deficiência, o fato de que o conceito de pessoa com deficiência do qual se valeu a pesquisa pode ter superestimado os elegíveis pelo BPC.

5. PERCENTUAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), no 1º semestre de 2007, será possível apurar o indicador e informar nos relatórios dos anos seguintes.

6. PERCENTUAL DE PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), no 1º semestre de 2007, será possível apurar o indicador e informar nos relatórios dos anos seguintes.

7. PERCENTUAL DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), no 1º semestre de 2007, será possível apurar o indicador e informar nos relatórios dos anos seguintes.

8. PERCENTUAL DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDOS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), no 1º semestre de 2007, será possível apurar o indicador nos relatórios dos anos seguintes.

9. PERCENTUAL DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDOS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), no 1º semestre de 2007, será possível apurar o indicador nos relatórios dos anos seguintes.

10. PERCENTUAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), no 1º semestre de 2007, será possível apurar o indicador e informar nos relatórios dos anos seguintes.

11. PERCENTUAL DE INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), no 1º semestre de 2007, será possível apurar o indicador e informar nos relatórios dos anos seguintes.

12. PERCENTUAL DE PESSOAS AFRO-DESCENDENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), no 1º semestre de 2007, será possível apurar o indicador e informar nos relatórios dos anos seguintes.

13. ÍNDICE DE GINI DA PROTEÇÃO BÁSICA

Unidade de medida: -
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O indicador procura expressar o grau de desigualdade da cobertura da Proteção Social Básica entre as Unidades da Federação, tomando como parâmetro a distribuição de famílias pobres. Ocorre que os serviços de Proteção Social Básica têm sido dirigidos a situações específicas de risco social, que incluem, mas não se resumem, à condição de pobreza. Por essa razão, a proporção de famílias pobres não é um bom parâmetro para se medir a desigualdade da cobertura da Proteção Social Básica. Neste sentido, convém discutir a pertinência da manutenção do presente indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As inovações no modelo de gestão da política de assistência social requeridas para aprimorar a sua consolidação vêm sendo implementadas por meio da construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este consiste de um modelo de gestão descentralizada e participativa que visa à regulação e à organização, em todo o Território Nacional, das ações da política de assistência social, de acordo com a complexidade dos serviços, fundamentadas na centralidade da família, na participação social e na transferência automática de recursos (fundo a fundo), respeitando as especificidades territoriais. Entre outras inovações introduzidas no processo de implementação do SUAS, os serviços passam a ser organizados nos níveis de Proteção Social Básica e especial de média e de alta complexidade. Para o exercício de 2006, a programação da assistência social passou a ser organizada por níveis de proteção e graus de complexidade dos serviços: programas Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, de modo que o PPA possa refletir as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004 e do SUAS.

A Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou não acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Assim, visando assegurar proteção social às pessoas e às famílias em situação de risco social, o Programa Proteção Social Básica tem como principal iniciativa o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que desenvolve ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social na unidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Os CRAS são espaços físicos públicos onde são ofertados os serviços do PAIF, assim como podem ser executadas outras ações de assistência social, relativas à segurança de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e

comunitária. O co-financiamento dos CRAS pelo Governo Federal tem como parâmetro o número de famílias vulneráveis, público potencial das ações de assistência social, e não o seu atendimento efetivo. Tal critério permite que os CRAS sirvam como equipamentos públicos que referenciem as famílias vulneráveis no Território Nacional. O Governo Federal repassa R$ 1,80 por mês por família referenciada.

Além dos CRAS, o programa é composto por:

a) Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, compreendido como a conjugação da Bolsa Agente Jovem com ação sócio-educativa, devendo promover atividades continuadas que proporcionem ao jovem, entre 15 e 17 anos, experiências práticas e desenvolvimento do protagonismo juvenil, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e possibilitando a compreensão sobre o mundo contemporâneo com especial ênfase sobre os aspectos da educação e do trabalho;
b) serviços de ação continuada destinados ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos, da pessoa idosa e de suas famílias, visando assegurar o desenvolvimento integral da criança, valorizando a convivência social e familiar e assegurar os direitos sociais da pessoa idosa, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade;
c) projetos de estruturação da rede física da assistência social;
d) benefícios de prestação continuada, consistindo de direito garantido pela Constituição Federal de 1988, equivalente ao pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos ou mais de idade e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho, em ambos os casos, com renda *per capita* familiar inferior a ¼ do salário mínimo (a ação é operacionalizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS);
e) renda mensal vitalícia, benefício extinto, pago atualmente àqueles que já detinham o direito de recebê-lo.

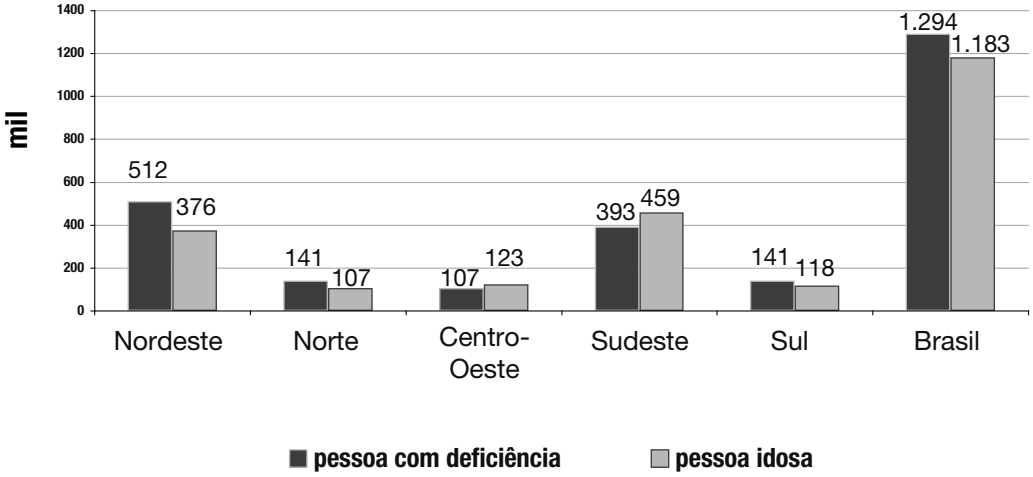
PRINCIPAIS RESULTADOS

• Expansão do número de CRAS co-financiados pelo Governo Federal. Em dezembro de 2006, havia 2.629 Municípios com 3.248 CRAS instalados com o auxílio financeiro do Governo Federal (expansão superior a 60%, com relação ao número de CRAS instalados em 2005 e de mais de 90%, para o mesmo ano, com respeito ao número de Municípios com CRAS). Estes centros servem como referência a 11,9 milhões de famílias pobres, e têm capacidade estimada de atendimento a 2,4 milhões destas famílias. Segue a discriminação do número de famílias referenciadas por grandes regiões;

Famílias Referenciadas	
Grandes Regiões	**dez/06 – famílias referenciadas**
Nordeste	**5.474.651**
Norte	**1.207.322**
Centro-Oeste	**851.983**
Sudeste	**3.396.108**
Sul	**1.040.321**
Brasil	**11.970.385**

• Em 2006, houve crescimento dos BPC emitidos. Foram 1,2 milhão de pessoas idosas beneficiadas (registrando, com relação a 2005, crescimento de 11%). No caso das pessoas com deficiência, foram emitidos, em 2006, 1,3 milhão de benefícios (significando um crescimento, com relação a 2005, de 6,75%). Abaixo, segue gráfico com o número de benefícios emitidos por grandes regiões.

Gráfico 5 - BCP - Benefícios Emitidos por Grandes Regiões - Dez/2006)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Nota: Exclui a renda mensal vitalícia.

• 446,4 mil pessoas beneficiadas com a renda mensal vitalícia;

• 57 projetos de estruturação selecionados da rede de serviços da Proteção Social Básica em 45 Municípios, com ênfase em comunidades de remanescentes de quilombos, que se encontram em situação de vulnerabilidade social;

• 407 mil pessoas idosas beneficiadas com serviços de Proteção Social Básica em quase 2.000 Municípios;

• 1,7 milhão de crianças beneficiadas em 4.727 Municípios com serviços de proteção social básica (financiamento à rede de creches, pré-escolas e ações sócio-assistenciais);

• 112 mil jovens de 15 a 17 anos atendidos pelo Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano por meio de bolsa mensal no valor de R$ 65 e ações sócio-educativas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

No ano de 2006, a Proteção Social Básica seguiu expandindo sua rede de atendimento. Especialmente, por intermédio dos serviços assistenciais no CRAS que passaram de 1.978 a 3.248 unidades co-financiadas pelo Governo Federal. Tal expansão é fundamental à consolidação da meta que resultou da V Conferência Nacional de Assistência Social, prevendo a instalação de ao menos um CRAS por Município até 2015. Com relação aos demais serviços sócio-assistenciais, não houve expansões em 2006. Inclusive, é necessário explicitar que suas metas físicas não guardam relação com a demanda nacional. Por exemplo, o Agente Jovem atende apenas a 3% do que constituiria seu público potencial. A expansão das metas requereria um maior volume de recursos.

A expansão dos CRAS vem sendo efetuada por intermédio de regras claras e objetivas. Primeiro, a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que estabelece a combinação de critérios de partilha de recursos que permitam: equalização, priorização e projeção da universalização na trajetória da Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004). Tais critérios são os seguintes: porte populacional dos Municípios, taxa de vulnerabilidade social por Município, cruzamento de indicadores sócio-territoriais e de cobertura. Este último elemento, ainda segundo a NOB-SUAS, é composto por: taxa de vulnerabilidade social municipal, receita corrente líquida municipal *per capita* e recursos *per capita* transferidos pelo FNAS para a Proteção Social Básica. Além disso, há a referência a um indicador complementar, sendo este de natureza variável (definido em 2006 pela Portaria GM/MDS nº 225/2006). Esta mesma Portaria determinou que os Municípios já contemplados com recursos para os serviços de Proteção Social Básica à família em CRAS não poderão receber novos recursos até que todos os Municípios habilitados no nível de gestão básica ou plena sejam contemplados com recursos para, no mínimo, um CRAS. Tal determinação é compatível com a meta já mencionada para os CRAS, pactuada na V Conferência Nacional de Assistência Social.

Tais regras têm garantido, não apenas a expansão, mas uma distribuição mais equânime dos recursos do FNAS, cobrindo regiões e Estados com populações mais vulneráveis: entre os 17 Estados com cobertura de CRAS maior ou igual a 50%, nove são da Região Nordeste, cinco da Região Norte, dois do Sudeste e um do Centro-Oeste. Dos 5.563 Municípios, 2.629 Municípios, ou seja, 47,26%, têm hoje um CRAS co-financiado pelo Governo Federal. Em 17 Estados, o percentual de Municípios que dispõem de pelo menos um CRAS é igual ou maior que 50%. Sete tem uma cobertura maior que 80% - Rio de Janeiro (100%), Ceará (89,67%), Maranhão (85,25%), Amazonas (83,87%), Alagoas (82,35%), Acre (81,82%) e Pernambuco (81,62%).

Porém, uma restrição que deve ser destacada é a relacionada à consecução de informações detalhadas sobre a execução física das ações de assistência social co-financiadas pelo Governo Federal, dado seu caráter descentralizado. Sobre a questão, importa mencionar o SIGSUAS, Sistema de Gestão do SUAS, já em fase de testes e que deve estar implantado ainda no 1º semestre de 2007. Este sistema terá as seguintes funcionalidades: a recuperação, junto aos Estados e Municípios, de dados detalhados sobre a execução física

e financeira praticada por estes, mensalmente; informações especificadas por piso, ação orçamentária, serviços ofertados, rede prestadora e atividades; cadastro de usuários com Ficha de Cadastro e Gráficos Estatísticos de perfil, e relacionados ao CadÚnico e Cadastro dos Beneficiários do BPC; rotinas de gestão (registros das ações, fluxos e visualização de relatórios); ferramentas de trabalho sócio-educativo (modelos e registros, quadros quantitativos).

Ainda no que se refere às restrições, vale comentar as seguintes: recursos materiais insuficientes na equipe gerencial (no caso do BPC, falta equipamento de informática com capacidade de rodar a base de dados dos beneficiários); infra-estrutura inadequada na equipe gerencial; recursos materiais insuficientes nas equipes executoras; infra-estrutura inadequada nas equipes executoras; quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial (para o assessoramento técnico no acompanhamento das ações de Proteção Social Básica, junto aos Estados e Municípios, existem apenas dez técnicos responsáveis); quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras (as equipes do INSS são insuficientes para o atendimento aos beneficiários do BPC); insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial (constata-se a necessidade de um técnico com formação em estatística para atuar junto ao Programa, para melhorar o trabalho de estimativas e projeções de meta física, bem como análise dos dados referentes à população e outros indicadores sociais).

Por último, a transferência regular e automática de recursos por meio dos pisos de proteção social, aplicada aos serviços sócio-assistenciais, deve ser regular ao longo do ano de modo a propiciar o atendimento das metas físicas. De acordo com a regulação dos serviços sócio-assistenciais foi definido que a data final para efetuar a transferência de recursos aos fundos estaduais, do DF e municipais é o dia 10 de cada mês, o que, juntamente com sistemas de gestão financeira (Rede SUAS), possibilitou em grande medida regularizar esse fluxo e não prejudicar o acesso dos usuários aos serviços. Contudo, ao longo do ano existiram ocasiões em que ocorreu atraso na liberação da cota orçamentário-financeira, o que contribui para gerar atrasos. Em que pese tais dificuldades, essa modalidade de co-financiamento da União proporcionou a alteração de um quadro histórico caracterizado por atrasos sistemáticos no repasse de recursos, divergência de dados e restrições à efetivação de transferências, inviabilizando a oferta de serviços para a população usuária. Destaca-se que a parcela do mês de dezembro não foi empenhada no mês de referência em função de não liberação de limite orçamentário no exercício corrente. Essa situação já foi solucionada nos meses de janeiro e fevereiro de 2007 mediante a utilização de recursos do orçamento do referido ano.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Rede SUAS, implantada em âmbito nacional a partir de 2005, propõe um conjunto de sistemas informatizados para monitoramento sobre o desempenho físico das ações da Proteção Social Básica. Os sistemas utilizados para tal fim são: o SUAS*web* e o SISCON*web*. O SUAS*web* deve atender aos requisitos do novo modelo de gestão e as novas regras trazidas pela NOB-SUAS. Além de ser composto por informações essenciais para gestores, como:

saldos, contas corrente, beneficiários do BPC, parcelas pagas contendo ordem bancária e data do pagamento, o sistema disponibiliza o plano de ação e o demonstrativo sintético físico-financeiro. O plano de ação anual contempla a previsão de atendimento físico-financeiro e a previsão financeira das ações co-financiadas pelo governo federal, entre elas as ações da Proteção Social Básica. O Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira é o instrumento utilizado para a inclusão das informações de execução física e financeira, ou seja, contempla a prestação de contas das ações constantes no plano de ação. Esses instrumentos são preenchidos pelos Municípios, conforme a portaria MDS/SNAS nº 459 de 09 de setembro de 2005. Dessa forma, o plano de ação e o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira permitem o monitoramento físico e financeiro das ações da Proteção Social Básica. Além disso, o SISCON*web* é o instrumento que permite o monitoramento dos Projetos de Estruturação da Rede de Proteção Social Básica e Promoção da Inclusão Produtiva. Esse sistema de gestão de convênios é responsável pelo gerenciamento de convênios, acompanhando todo trâmite desde o preenchimento dos planos de trabalho, formalização do convênio e prestação de contas.

Faz-se necessário um processo de qualificação das equipes que executam diretamente as ações de assistência social no âmbito local. Para isso, o MDS realizou o Iº Encontro Nacional de Coordenadores de CRAS, reunindo 1.200 participantes em Brasília (junho 2006) entre coordenadores, gestores e pesquisadores do trabalho social. A NOB-RH do SUAS, aprovada em 2006, dispõe sobre a demanda de qualificação dos recursos humanos, indicando diretrizes para a política nacional de capacitação. Além disso, em 2007, será implementado pelo MDS o Programa Gestão Social com Qualidade, que vai capacitar, em um ano, 15,6 mil técnicos e gerentes de Estados e Municípios visando a aprimorar a gestão dos programas sociais públicos por meio de qualificação de profissionais em novas práticas e tecnologias para atender com eficiência a população e promover a integração de diversas ações. O módulo V do curso será específico para tratar dos temas relacionados à proteção social básica (acompanhamento familiar e sócio-educativo). O curso atenderá a 14.059 técnicos em aulas à distância e 1.618 gerentes na forma presencial. O investimento será de R$ 15 milhões.

Houve reuniões e pactuações da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), da qual participam representantes das três esferas de governo. A CIT tem suas competências estabelecidas na NOB-SUAS. Essa comissão participa efetivamente atuando como fórum de pactuação de instrumentos, parâmetros, mecanismos de implementação e regulamentação do SUAS, além de pactuar os critérios e procedimentos para o co-financiamento de ações e serviços de assistência social para Estados, Distrito Federal e Municípios. Houve também reuniões do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O CNAS é um órgão superior de deliberação colegiada, de composição paritária (sociedade civil e governo), vinculado ao MDS, instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993). Cabe ressaltar que esse Conselho tem um papel importante de deliberar, entre outras matérias, as pactuações da CIT. Ainda com referência à participação social, os Conselhos Municipais de Assistência Social são os responsáveis pela aprovação ou rejeição do plano de ação e do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira do SUAS (instrumento de prestação de contas).

Em 2006, foram realizadas algumas pesquisas relativas às ações da Proteção Social Básica. Entre elas, assinale-se a pesquisa sobre os impactos do Projeto Agente Jovem sobre as condições de vida dos jovens egressos do Programa, cujos resultados serão divulgados em 2007. Além desta, cabe mencionar também três pesquisas sobre o BPC: a primeira procura estimar o número de pessoas idosas e com deficiência elegíveis para o BPC; a outra avalia o impacto do BPC sobre a vida dos beneficiários, por exemplo, no que se refere ao uso do benefício e perspectivas futuras; a última é um estudo sobre a importância das transferências do BPC sobre a renda municipal.

RECOMENDAÇÕES

• Estabelecer revisão geral de indicadores, procurando, em particular, construir índices relativos à operacionalização do conceito de vulnerabilidade social e à expansão da proteção social básica.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

OBJETIVO

Promover a redução das situações de risco pessoal e social em decorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, entre outras que caracterizam o fenômeno da exclusão social dos indivíduos e famílias que tiveram seus direitos violados, visando à orientação, ao convívio e ao resgate de vínculos familiar e comunitário.

PÚBLICO-ALVO

Crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, migrantes, famílias em situação de risco pessoal e social decorrente da violação de direitos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 159.895.839,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 127.762.804,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 127.762.804,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE COBERTURA DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 2,52
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Conforme estabelece a NOB-SUAS 2005, a matricidade sócio-familiar é referência no planejamento das ações sócio-assistenciais da Proteção Social Especial, entretanto, a definição das metas de atendimento tem como indicativo indivíduo/pessoa atendida. Por meio da consolidação do Sistema de Informações Gerenciais do Sistema Único de Assistência Social (SIGSUAS) será possível obter informações detalhadas dos serviços realizados nos Municípios, viabilizando a apuração mais consistente do indicador.

De toda maneira, supondo-se que a cada pessoa atendida corresponda uma família (em 2006, foram cerca de 280 mil pessoas atendidas pelos serviços de proteção social especial), bem como considerando-se a projeção de famílias pobres utilizada pelo Programa Bolsa Família (a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2004/IBGE), estima-se o índice citado acima para o exercício de 2006.

2. TAXA DE COBERTURA DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA PELOS PROGRAMAS E PROJETOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O Programa basicamente se refere a serviços de proteção social especial (na definição da Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que categoriza a intervenção da assistência social em serviços, benefícios, programas e projetos). Só há projetos (vale a ênfase, no sentido da LOAS) relativos à estruturação da rede prestadora de serviços da proteção social especial, havendo dificuldades em informar sua execução física como famílias atendidas, e não em termos da própria rede coberta. Por essa razão, o indicador não foi apurado, cabendo rediscutir sua pertinência.

Não há índice previsto para o fim do PPA, em razão das dificuldades colocadas.

3. PERCENTUAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 70
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não há índice previsto para o fim do PPA, visto que o indicador se refere tão-somente ao percentual de atendimento a um segmento específico em relação aos serviços de proteção social especial. Isto é, não há meta percentual de atendimento a um público específico.

4. PERCENTUAL DE PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 11,80
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não há índice previsto para o fim do PPA, visto que o indicador se refere tão-somente ao percentual de atendimento a um segmento específico em relação aos serviços de proteção social especial. Isto é, não há meta percentual de atendimento a um público específico.

5. PERCENTUAL DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 18,20
Índice previsto ao final do PPA: 0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não há índice previsto para o fim do PPA, visto que o indicador se refere tão-somente ao percentual de atendimento a um segmento específico em relação aos serviços de proteção social especial. Isto é, não há meta percentual para atendimento a um segmento específico. É importante comentar que os serviços de atendimento à criança e ao adolescente são integrados. Não há, portanto, como tratar em separado o número de crianças e/ou adolescentes atendidos.

6. PERCENTUAL DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDOS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 18,20
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não há índice previsto para o fim do PPA, visto que o indicador se refere tão-somente ao percentual de atendimento a um segmento específico em relação aos serviços de proteção social especial. Isto é, não há meta percentual para atendimento a um segmento específico. É importante comentar que os serviços de atendimento à criança e ao adolescente são integrados. Não há, portanto, como tratar em separado o número de crianças e/ou adolescentes atendidos.

7. PERCENTUAL DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDOS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

A Proteção Social Especial não possui modalidade de atendimento a jovens (este nível de proteção vem atendendo crianças, adolescentes, adultos e idosos em situação de risco e vulnerabilidade social), razão pela qual é necessário discutir a conveniência de manutenção do presente indicador.

Não há índice previsto para o fim do PPA, em razão das dificuldades colocadas.

8. ÍNDICE DE GINI DA PROTEÇÃO ESPECIAL

Unidade de medida: -
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O indicador procura expressar o grau de desigualdade da cobertura da Proteção Social Especial entre as Unidades da Federação, tomando como parâmetro a distribuição de famílias pobres. Ocorre que os serviços de proteção social especial têm sido dirigidos a situações específicas, que envolvem violação de direitos de crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e população de rua. Por essa razão, a proporção de famílias pobres não é um bom parâmetro para se medir a desigualdade da cobertura da Proteção Social. Neste sentido, convém discutir a pertinência da manutenção do presente indicador.

Não há índice previsto para o fim do PPA, em razão das dificuldades.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As inovações no modelo de gestão da política de assistência social requeridas para aprimorar a sua consolidação vêm sendo implementadas por meio da construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este consiste de um modelo de gestão descentralizada e participativa que visa à regulação e à organização, em todo o Território Nacional, das ações da política de assistência social, de acordo com a complexidade dos serviços, fundamentadas na centralidade da família, na participação social e na transferência automática de recursos (fundo a fundo), respeitando as especificidades territoriais. Entre outras inovações introduzidas no processo de implementação do SUAS, os serviços passam a ser organizados nos níveis de proteção social básica e especial de média e de alta complexidade. Para o exercício de 2006, a programação da assistência social passou a ser organizada por níveis de proteção e graus de complexidade dos serviços: programas Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, de modo que o PPA possa refletir as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004) e do SUAS.

A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio–educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços que requerem acompanhamento individual, e maior flexibilidade nas soluções de proteção. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada.

No Brasil, há milhares de famílias em situação de vulnerabilidade social, cuja situação torna-se agravada pelos processos de violação de direitos como núcleo familiar ou de seus membros, exigindo, portanto, atenção diferenciada, especializada, com maior grau de complexidade. Nesse sentido, as ações de proteção social especial, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social, devem ser prestadas de acordo com a situação apurada, sendo caracterizadas como de média e de alta complexidade. A proteção de média complexidade refere-se ao atendimento às famílias e aos indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. A proteção de alta complexidade diz respeito à proteção integral para famílias e indivíduos

que se encontram sem referência e/ou situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

Assim, visando a assegurar proteção social às pessoas e às famílias em situação de vulnerabilidade social, o Programa Proteção Social Especial é estruturado pelas ações que financiam serviços sócio-assistenciais de média e alta complexidade, vinculados a situações, conforme já dito, em que ocorreu rompimento de vínculos familiares (por exemplo, crianças e adolescentes em situação de abandono ou que necessitam de afastamento temporário de seus familiares ou responsáveis, população de rua, atendimento domiciliar, habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, etc). Há também a ação de projetos de estruturação da rede física de atendimento da proteção social especial. Vale destacar que as ações dirigidas ao combate à exploração sexual de crianças/adolescentes e à erradicação do trabalho infantil, todas de proteção social especial, estão predicadas a outros Programas do Plano Plurianual 2004-2007.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram atendidas cerca de 163 mil pessoas com deficiência e mais de 21 mil pessoas idosas com serviços sócio-assistenciais de proteção especial, somando-se um total de 184 mil pessoas/famílias em 1.752 Municípios. Esses serviços específicos foram co-financiados por meio do piso de transição de média complexidade;

• Foram atendidos 50.834 crianças e adolescentes, em 403 Municípios, que se encontram em situação de abandono ou precisam de afastamento temporário de seus familiares ou responsáveis, em virtude da ocorrência de ameaça ou violação de direitos. Atendeu-se, também por estes serviços, a mais de 45.000 pessoas, sendo 12,1 mil idosos e 32,8 mil pessoas com deficiência.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os serviços de proteção social especial, de média e alta complexidade, atingiram as metas físicas propostas para o exercício de 2006. A rigor, foram mantidas as metas já existentes em 2005, embora reordenadas por nível de proteção e grau de complexidade dos serviços, conforme determina a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS). Importa mencionar, todavia, a necessidade de adequar o dimensionamento das metas à demanda real existente.

Para o alcance da execução informada, concorreu a determinação da NOB-SUAS, de que o repasse de recursos passa a ser regular, automático e por meio de pisos aplicados aos serviços. No caso da Proteção Social Especial, há os seguintes pisos: piso de transição de média complexidade, piso fixo de média complexidade, piso de alta complexidade I e piso de alta complexidade II. De acordo com a regulação dos serviços sócio-assistenciais, foi definido que a data final para efetuar a transferência de recursos aos fundos estaduais, do DF e municipais é o dia 10 de cada mês, o que, juntamente com os sistemas de gestão financeira (Rede SUAS), possibilitou em grande medida regularizar esse fluxo e não prejudicar o acesso dos usuários aos serviços. Contudo, ao longo do ano existiram ocasiões

em que ocorreu atraso na liberação da cota orçamentário-financeira, o que contribui para gerar atrasos. A parcela de dezembro não foi empenhada no mês de referência em função de não liberação de limite orçamentário no exercício corrente. Essa situação foi solucionada nos meses de janeiro e fevereiro de 2007 mediante a utilização de recursos do orçamento do referido ano. Em que pese tais dificuldades, essa modalidade de co-financiamento da União proporcionou a alteração de um quadro histórico caracterizado por atrasos sistemáticos no repasse de recursos, divergência de dados e restrições à efetividade de transferências, inviabilizando a oferta de serviços para a população usuária.

Vale registrar também que, para garantir o reajuste do valor do co-financiamento para manutenção e qualificação dos serviços disponibilizados na rede de proteção sócio-assistencial de alta complexidade, foi editada a Portaria nº 381, de 12 de dezembro de 2006, que em seu Artigo 6º estabeleceu o reajuste do valor dos recursos destinados ao co-financiamento para os serviços de acolhimento a indivíduos e famílias privados de convivência familiar, o qual passou a ter como referência o valor de, no mínimo, R$ 50,00 por indivíduo ou família. Para o atendimento ao idoso, houve reajuste de 20% para todas as instituições de longa permanência co-financiadas. Para o atendimento às crianças e aos adolescentes, o reajuste realizado foi de 30%.

A referida Portaria estabeleceu também, respondendo a levantamento sobre a realidade da população em situação de rua realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a transferência de recursos aos Municípios com mais de 300 mil habitantes, que possuam população em situação de rua. Os recursos destinados ao co-financiamento do Piso de Alta Complexidade II financiarão a rede de acolhida temporária destinada à população em situação de rua, na perspectiva de potencializar e diversificar a rede de serviços da proteção social especial de alta complexidade, bem como atender ao disposto no art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (estabelece que na organização dos serviços de assistência social serão criados programas de amparo às pessoas que vivem em situação de rua). O valor dos recursos transferidos deverá variar de acordo com a capacidade de atendimento ou porte de cada Município, ressaltando-se que pela especificidade do serviço de acolhimento à população em situação de rua, os Municípios receberão o valor de R$ 60,00 por família ou indivíduo, na seguinte proporção: I - para as metrópoles, até 200 indivíduos ou famílias; II - para as capitais de Estados, até 150 indivíduos ou famílias; III - para os demais Municípios, até 100 indivíduos ou famílias.

Há restrições no que se refere a: recursos materiais insuficientes na equipe gerencial (os recursos materiais destinados ao desenvolvimento necessário das ações não atendem às demandas dos processos de trabalho, tais como falta de espaço físico para acomodar novos técnicos, equipamentos de informática, linhas telefônicas, etc); infra-estrutura inadequada na equipe gerencial; quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial (a PNAS e a NOB impõem um reordenamento dos recursos humanos envolvidos no gerenciamento e na execução dos programas de modo a assegurar a sua implementação de forma qualificada. Em 2006, foi realizado concurso público para provimento de vagas no MDS para profissionais de nível médio e superior, o que ainda não suprirá a necessidade real).

Do ponto de vista de recursos orçamentários, foram empenhados R$ 24,2 mil em projetos de Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial cuja execução física não foi iniciada. Cabe destacar que todos os recursos orçamentários dessa ação foram assegurados por meio de emendas parlamentares. O recurso empenhado correspondeu a 80% do valor previsto no orçamento devido à não liberação de limite orçamentário e não apresentação de projetos, por parte de algumas Unidades da Federação, tpara a Ação Estruturação da Rede de Serviços.

Por último, o adequado funcionamento do SUAS requer articulação com as Unidades da Federação (UF), dada a descentralização de recursos para a execução da política de assistência social, bem como a necessidade do co-financiamento das ações (definida pela NOB-SUAS). Neste sentido, devem-se registrar, como restrições, os seguintes pontos:

a) insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras das UFs. Como forma de ampliar as competências dos profissionais da área da assistência social, o MDS consolidou um programa de capacitação que mobilizará conhecimentos, metodologias e ferramentas gerenciais para municiar os profissionais em suas atividades visando à qualificação dos serviços e à implementação do SUAS enquanto instrumento de viabilização e consolidação dos direitos sociais;
b) inadequada quantidade de recursos humanos nas equipes executoras. Conforme apresenta a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizada pelo MDS em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os trabalhadores da assistência social eram responsáveis, em 2005, por apenas 2,9% do total de pessoal ocupado na administração municipal, tal como demonstra a tabela abaixo;

Brasil e Grandes Regiões	Relação percentual entre pessoal ocupado na área de assistência social e na administração municipal, por vínculo empregatício				
	Total	Estatutários	Celetistas	Somente comissionados	Sem vínculo permanente
Brasil	2,9	1,8	2,8	6,8	5,4
Norte	3,7	2,3	6,2	7,6	4,7
Nordeste	3,4	1,6	4	7,5	5,9
Sudeste	2,2	1,5	1,9	5,2	4,6
Sul	3,2	2,3	3,1	6,7	8,3
Centro-Oeste	3,4	2,3	6,2	9,6	4,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005.

c) co-financiamento das três esferas federativas como previsto na estrutura de gestão da política de assistência social. A Munic/IBGE registra que 99,1% dos Municípios alocam recursos próprios no seu orçamento para assistência social, embora apenas 50,4% afirmaram ter definição legal de percentual de recursos. Além disso, constata-se a descaracterização da concepção da gestão financeira desses recursos, uma vez que, para 2005, somente 44,8% dos recursos previstos para aplicação dos Municípios em assistência seriam alocados nos fundos municipais de assistência social, lócus privilegiado para assegurar gestão democrática de orçamento público. É preciso ter maior conhecimento sobre a participação dos Estados, DF e Municípios no co-finaciamento dessa política pública. Sobre estas questões, devem-se observar os números abaixo, constantes da pesquisa já citada.

Municípios, total, com definição legal de % do orçamento do Município para a assistência social e valores previstos para 2005, segundo Grandes Regiões				
Recursos previstos para 2005 (%)				
Brasil e Grandes Regiões	Total de Municípios	% dos Municípios com definição legal de % do orçamento para assistência social, em relação ao total de Municípios	Próprios do Município destinados à Função Assistência Social, em relação ao total do orçamento previsto no Município	Próprios do Município destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social, em relação aos recursos do Município destinados à Função Assistência Social
Brasil	5.564	50,4	3,06	44,8
Norte	449	67,7	3,5	42,3
Nordeste	1.793	64,6	3,5	41,2
Sudeste	1.668	40	2,4	46,2
Sul	1.188	39	2,9	42,4
Centro-Oeste	466	45,9	5,3	49,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O monitoramento das ações é efetivado por meio dos instrumentos disponibilizados na Rede SUAS, que tem por função responder às novas necessidades de informação e comunicação no âmbito do SUAS. Dentre esses, o Demonstrativo Anual da Execução Físico-Financeira, instrumento de prestação de contas do co-financiamento federal das ações continuadas de assistência social, elaborado pelos gestores e submetido à avaliação do Conselho de Assistência Social competente, que verifica o cumprimento das metas físicas e financeiras do Plano de Ação, de acordo com a Portaria nº 459 de setembro de 2005.

Conforme destaca a PNAS, a Proteção Social Especial deve priorizar a reestruturação dos serviços de abrigamento para as novas modalidades de atendimento. Para tanto, os parâmetros de atendimento à criança e ao adolescente, aos idosos e à pessoa com deficiência nos serviços de alta complexidade estão sendo redesenhados, de modo a atender aos pressupostos da legislação vigente, a exemplo, a Política Nacional de Assistência Social, o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, o Estatuto e Política do Idoso. Neste sentido, reafirma-se a necessidade na definição de competências da política de assistência social no processo de habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência. A política de assistência vem, historicamente, assumindo e financiando ações que são de responsabilidade de outras políticas públicas, o que acaba por descaracterizar sua especificidade.

Em parceria com o IBGE, o MDS iniciou em 2006, pesquisa que irá avaliar a estrutura técnica, organizacional, financeira e de gestão de mais de 30 mil entidades prestadoras de serviços sócio-assistenciais privadas. O tema é fundamental, uma vez que são, muitas vezes, estas instituições as que executam serviços sócio-assistenciais co-financiados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Estão entre os mecanismos de participação social:

a) Ouvidoria-Geral, canal direto entre cidadãos, cidadãs e governo por meio do recebimento de elogios, sugestões, críticas, reclamações e denúncias;
b) eventos nacionais e internacionais de discussão específica das questões referentes às pessoas idosas, às crianças e aos adolescentes, à pessoa com deficiência e às pessoas em situação de rua;
c) conselhos que se constituem em importantes instâncias de discussão, proposição e avaliação voltadas aos segmentos populacionais atendidos pelos serviços da Proteção Social Especial, sendo o MDS efetivo-titular nos seguintes conselhos nacionais: Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência; Assistência Social; Direitos dos Idosos; Direitos da Criança e do Adolescente;
d) Lei nº 8742/1993 que define como instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, o Conselho Nacional de Assistência Social;
e) Conselhos Estaduais de Assistência Social;
f) Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;
g) Conselhos Municipais de Assistência Social.

RECOMENDAÇÕES

• Estabelecer revisão geral dos indicadores, procurando, em particular, construir índices relativos à expansão da proteção social especial.

TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA

OBJETIVO

Combater a fome, a pobreza e outras formas de privação das famílias e promover a segurança alimentar e nutricional e o acesso à rede de serviços públicos de saúde, educação e assistência social, criando possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e de desenvolvimento local dos territórios.

PÚBLICO-ALVO

Famílias em situação de pobreza, com renda familiar *per capita* de até R$ 100,00[1].

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.911.703.950,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 8.231.021.853,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 8.231.021.853,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE POBREZA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O indicador taxa de pobreza, calculado pela relação percentual entre o número de famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza e o número total de famílias, é influenciado por inúmeras variáveis. Por essa razão, não convém utilizá-lo para medir os resultados do Programa.

1. O público-alvo do Programa foi alterado pelo Decreto nº 5.749, de 11 de Abril de 2006, para Famílias em situação de pobreza com renda *per capita* mensal de R$ 60,00 a R$ 120,00 e extrema pobreza com renda *per capita* mensal de até R$ R$ 60,00. Todavia, o Decreto foi publicado em data posterior à Revisão do Plano Plurianual. Por essa razão, o público-alvo que aqui aparece é o definido anteriormente ao referido Decreto.

2. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS POBRES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 99
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A meta estabelecida para o PBF, em 2006, foi o atendimento a 11,1 milhões de famílias, ou seja, todas as famílias pobres estimadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Esta meta foi atendida no mês de junho, ainda que, em dezembro, em razão de depurações efetuadas no CadÚnico, o atendimento tenha sido a cerca de 11 milhões de famílias.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Elevar a renda da população constitui um dos principais desafios da sociedade brasileira. Cerca de 11,1 milhões de famílias têm renda familiar mensal *per capita* de até R$ 120,00 (PNAD 2004/IBGE).

Neste sentido, a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, institui o Programa Bolsa Família - transferência de renda às famílias pobres associada ao cumprimento de condicionalidades, com o objetivo de contribuir para o enfrentamento da pobreza. São objetivos do Programa: a promoção do acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; o combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional; o estímulo à emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; o combate à pobreza; e a promoção da intersetorialidade, complementaridade e sinergia das ações sociais do poder público.

O Programa, desde sua criação, vem recebendo alocação crescente de recursos orçamentários, de modo a estender o atendimento a todas as famílias em situação de pobreza, com base nos seguintes critérios: famílias com renda mensal *per capita* de até R$ 60,00 recebem benefícios mensais de R$ 50,00, adicionados de uma parcela variável de R$ 15,00, de acordo com o número de crianças e adolescentes até 15 anos, gestantes e nutrizes na família, até o limite de três; famílias cuja renda mensal *per capita* esteja entre R$ 60,01 e R$ 120,00 recebem apenas o benefício variável, segundo as mesmas regras apontadas acima.

Vale assinalar que as famílias beneficiárias devem cumprir as condicionalidades do Programa para que permaneçam recebendo o benefício. Estas estão associadas à participação efetiva (mínimo de 85% de freqüência escolar) no processo educacional pelas crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. No caso da área de saúde, as responsabilidades das famílias são as seguintes:

a) para as famílias com criança até 7 anos: levar as crianças para vacinação e manter atualizado o calendário de vacinação, além de pesar, medir e serem examinadas conforme o calendário do Ministério da Saúde;
b) para as gestantes e mães que amamentam: participar do pré-natal e continuar

o acompanhamento após o parto, de acordo com o calendário do Ministério da Saúde, levando sempre o Cartão da Gestante, assim como participar das atividades educativas desenvolvidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável.

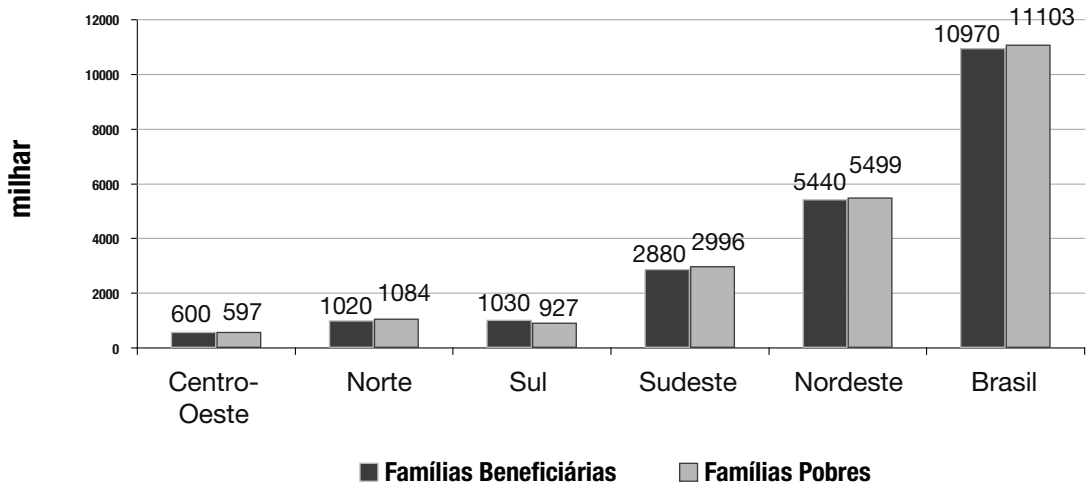
Há ainda mais uma componente do Programa, instituída pelo Decreto nº 5209/2004, que regulamenta a Lei que o institui: ao MDS cabe, em articulação com Ministérios setoriais e entes federados, a oferta de programas complementares, bem como seu acompanhamento e a fiscalização de sua execução.

Cabe mencionar, finalmente, que a lei que cria o PBF determina a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, evitando a sobreposição de ações e conferindo maior racionalidade ao gasto público. Além destes, em 2006, avançou-se na integração do PBF com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Atendimento a 10,97 milhões de famílias em dezembro, com a presença do PBF em todos os Municípios, significando uma expansão de 26% em relação às famílias atendidas em 2005. O gráfico abaixo coteja o número de famílias pobres (renda *per capita* inferior a R$ 120,00, a partir de dados da PNAD 2004) com o atendimento do Programa em dezembro de 2006, demonstrando que a expansão ocorrida neste exercício significou a extensão dos benefícios a praticamente todo o montante de famílias associadas à faixa de renda do Programa.

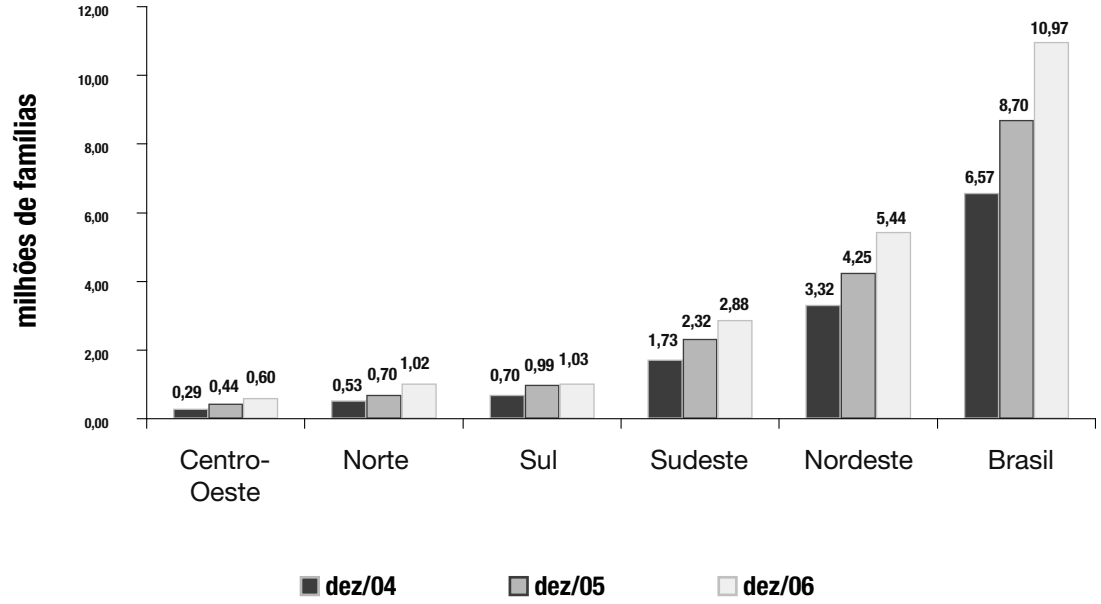
Gráfico 6 - Bolsa Família - Benefícios Emitidos x Números de Famílias Pobres



Fonte: PNAD/2004 e SIGPlan

Pode-se também apreciar a evolução da cobertura do Programa por grandes regiões para os três últimos anos, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 7- Evolução do Bolsa Família - número de famílias beneficiárias



Fonte: SIGPlan

• Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir de dados da PNAD 2004/IBGE, o PBF, individualmente, foi responsável por mais de 20% da queda do Índice de Gini entre 1995 e 2004.

• No decorrer de quatros semestres (2005 e 2006), os resultados do acompanhamento das condicionalidades de saúde tiveram melhorias consideráveis. O número de Municípios que registram informações no sistema subiu de 1.671 Municípios no 1º semestre de 2005 para 4.764 no 2º semestre de 2006. O número de famílias acompanhadas cresceu de 335 mil no 1º semestre de 2005 para 3,2 milhões, no 2º semestre de 2006. Do primeiro ao quarto semestre, a taxa de acompanhamento subiu de 6,0% para 33,4%. O acompanhamento das condicionalidades da área de saúde para crianças menores de 7 anos consiste no registro das informações de vacinação e do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. O total de crianças beneficiárias do PBF nessa faixa etária oscilou de 4 milhões a 5,7 milhões no mesmo período. Desse montante, 299 mil foram acompanhadas no 1º semestre de 2005, tendo este número se elevado para 2,3 milhões no segundo semestre de 2006 (equivalendo a 40% das crianças beneficiárias). Das famílias acompanhadas no 2º semestre de 2006, 99,5% cumpriram as condicionalidades.

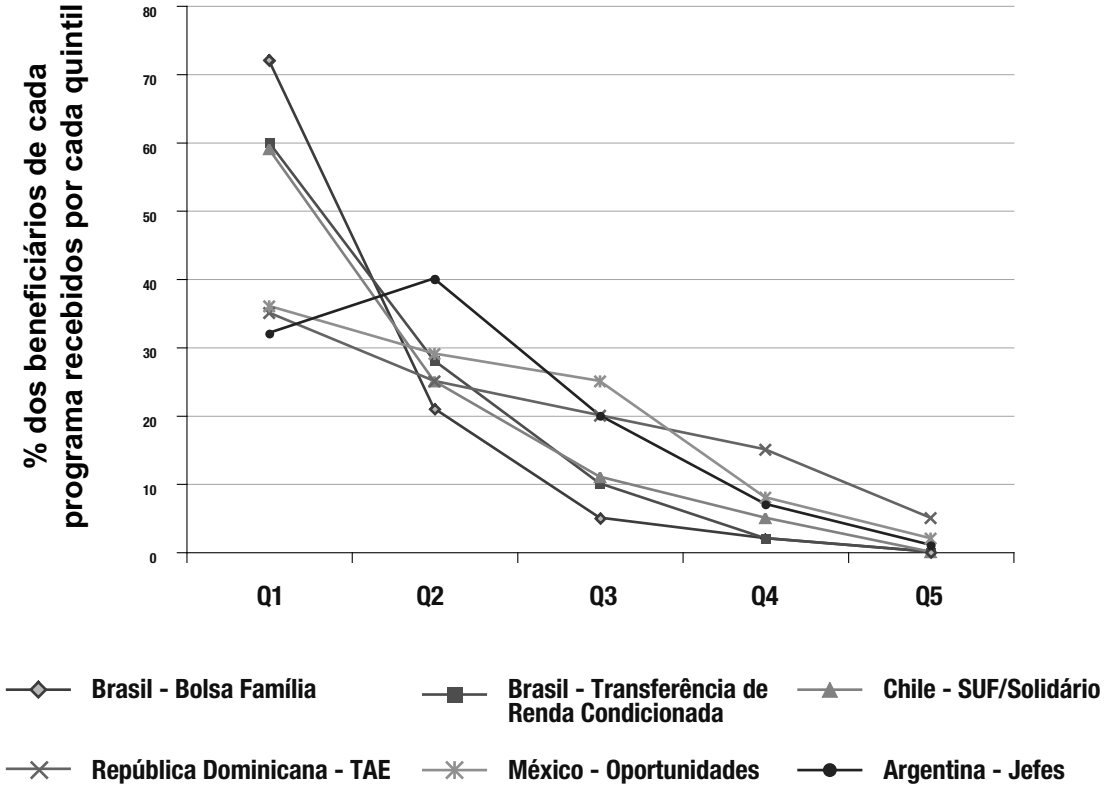
• No último período de acompanhamento das condicionalidades de educação (agosto/setembro de 2006), 5.389 Municípios registraram alguma informação no sistema. Isso representa 96,8% do total de 5.564 Municípios do País. Comparado ao primeiro período de coleta relativo ao PBF, em que 3.872 Municípios (69%) registraram informações no sistema, o crescimento consolidado foi de 39%. O percentual de escolas que realizou o acompanhamento da freqüência escolar também apresentou uma ampliação significativa,

subindo de 55% em 2004 para os atuais 89,8%. Comparado com o período do Programa Bolsa Escola, que chegou a 19% de escolas informando freqüência, este aumento é ainda mais expressivo. Em relação ao número de crianças e adolescentes com a freqüência escolar monitorada, entre o primeiro e o último período de acompanhamento disponível, o número saltou de 6,3 milhões para 11,4 milhões. Entre as crianças e os adolescentes monitorados, a taxa de cumprimento foi sempre superior a 95%, passando de 6 milhões em 2004 para 10,9 milhões em 2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa atendia, em dezembro de 2006, a cerca de 11 milhões de famílias em todos os Municípios, meta pouco abaixo da esperada (11,1 milhões para o exercício de 2006), em razão de depurações executadas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal. O Programa, portanto, teve excelente desempenho, não apenas praticamente alcançando a meta proposta (de universalizar o atendimento às famílias pobres), mas também garantindo, por meio dos instrumentos de gestão, a devida focalização do seu público-alvo. O gráfico abaixo, extraído de estudo do Banco Mundial, demonstra que 70% dos beneficiários do PBF estão no primeiro quintil de renda, resultando numa focalização superior a de outros programas de transferência de renda de países da América Latina.

Gráfico 8- Grau de focalização: comparação com programas de transferência de renda com condiocionalidades na América Latina - Incidência Absoluta



Fonte: Lindert-BIRD

Este desempenho satisfatório, conjugando expansão e boa focalização, foi alcançado por intermédio da gestão descentralizada do programa. O desafio colocado para o PBF é articular os diversos agentes políticos em torno da promoção e inclusão social das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Nesse sentido, o PBF não pode prescindir da participação efetiva das três esferas de governo, como co-responsáveis pela sua implementação, estabelecendo um modelo de gestão compartilhada em que a União, os Estados e os Municípios atuem como co-responsáveis pela sua implementação, gestão e fiscalização. A participação dos Municípios no PBF foi regulamentada pela Portaria GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005, possibilitando a formalização da relação entre os Municípios e o Governo Federal na gestão e implementação do PBF e do Cadastro Único, por meio da assinatura de termo de adesão específico, indicação do gestor municipal do Programa e a formalização da instância local de controle social do PBF. A assinatura do referido termo é condição para que o Município tenha acesso aos recursos financeiros para apoio à gestão do PBF e do Cadastro Único de Programas Sociais, além de algumas ferramentas como, por exemplo, o Sistema de Gestão de Benefícios (SIBEC). Este permite que os gestores municipais realizem bloqueios, desbloqueios, cancelamentos e reversões de cancelamento de benefícios. Além disso, gestores estaduais, integrantes das instâncias de controle social e da rede pública de fiscalização do PBF (formada pelos Ministérios Públicos Federal e Estaduais, Controladoria-Geral da União e o Tribunal de Contas da União) também podem consultar as mesmas informações que os gestores municipais.

Por meio do termo de adesão, os Municípios se comprometeram a cumprir responsabilidades específicas na implementação do Programa, em especial, no que se refere ao cadastramento, ao monitoramento das condicionalidades, à gestão de benefícios e à oferta de programas complementares. Para formalizar e tornar mais expressiva a participação dos Estados na gestão do PBF e do CadÚnico, foi publicada a Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005, que definiu critérios e procedimentos para o apoio financeiro às ações de atualização cadastral conduzidas pelos Municípios, com a parceria também dos Estados. Posteriormente, a remuneração por cadastro válido foi substituída pelo Índice de Gestão Descentralizada (IGD), instituído através da publicação da Portaria GM/MDS nº 148, de 26 de abril de 2006. Com isso, o formato de transferência de recursos para o apoio à gestão dos Municípios foi modificado, passando a ter como base o desempenho em relação ao IGD. O IGD é um indicador (número que varia de 0 a 1), que mede a qualidade da gestão municipal do Bolsa Família. Com base nesse indicador, são repassados recursos aos Municípios para apoio à gestão do Programa. Quanto maior o valor do IGD, de maior monta será o valor do recurso transferido para o Município. O IGD é calculado a partir de quatro variáveis: qualidade e integridade das informações constantes no Cadastro Único; atualização da base de dados do Cadastro Único; informações sobre o cumprimento das condicionalidades da área de educação; e informações sobre o cumprimento das condicionalidades da área de saúde.

Como resultado da política de gestão descentralizada, foi atingida a marca de 97,74% dos cadastros válidos na base nacional do CadÚnico. Também foi importante o trabalho de redução de famílias dos programas remanescentes e a integração com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), principalmente, em função da migração para o

Bolsa Família. Neste sentido, houve a integração em torno de 461 mil famílias ou cerca de 675 mil crianças/adolescentes do PETI para o PBF. De outubro de 2003 a dezembro de 2006, a redução das famílias dos pogramas remanescente foi em torno de : Bolsa Escola - 5 milhões; Bolsa Alimentação - 1,60 milhão; Cartão Alimentação - 742 mil; Auxílio Gás - 9,10 milhões. Em dezembro de 2006, foram pagos cerca de 36.481 mil benefícios do Bolsa Escola, 2.474 do Bolsa Alimentação, 32.136 mil do Cartão-Alimentação e 401,7 mil de Auxílio-Gás.

Sobre a gestão das condicionalidades, a ação intersetorial tem sido implementada por etapas. Em 2004, com o objetivo de definir as competências nas respectivas áreas de saúde e educação nas três esferas de governo, foram publicadas as Portarias Interministeriais nº 2.509, de 18 de novembro de 2004 (Saúde), e nº 3789, de 17 de novembro de 2004 (Educação). Posteriormente, em 09 de novembro de 2005, foi publicada a Portaria GM/MDS nº 551 que regulamenta a gestão das condicionalidades, estabelecendo sanções gradativas aplicadas em caso de seu descumprimento. Nos primeiros anos de implementação do PBF, fez-se esforço para adequar as estruturas existentes nos Ministérios e garantir o efetivo acompanhamento das condicionalidades da saúde e da educação, ao passo que a integração, prevista em Portaria, começou a ser implementada, de fato, no decorrer do ano de 2006. Sendo assim, devido ao pouco tempo de investimento nesse esforço de integração, e considerando a complexidade de um trabalho dessa ordem envolvendo Ministérios com estruturas tão consolidadas como a saúde e a educação, ainda existem algumas dificuldades e lacunas, sobretudo operacionais. Para superar as dificuldades operacionais, o MDS vem trabalhando na perspectiva de implantação do Sistema Integrado de Gestão das Condicionalidades (Sicon), o qual deverá estar interligado aos sistemas da saúde e da educação, prevendo no seu escopo a consolidação automática dos resultados coletados pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) do Ministério da Saúde (MS) e pelo Sistema de Coleta da Freqüência Escolar (MEC), com intuito de promover melhorias na gestão integrada das condicionalidades. O desenvolvimento desse sistema teve início em agosto de 2006, com previsão para ser implantado até julho de 2007.

Já no que diz respeito à integração no sentido de planejar e implementar políticas conjuntas com vistas a alcançar o real objetivo da gestão de condicionalidades, que é fazer as famílias reconhecerem seus direitos básicos à saúde e à educação, o processo caminha a passos mais lentos por dificuldades decorrentes da própria estrutura da administração pública brasileira, a qual, por ser excessivamente setorializada, acaba gerando hierarquizações que dificultam o trabalho integrado. Para buscar sanar as dificuldades dessa ordem, a Coordenação Geral de Condicionalidades está propondo no planejamento para 2007 agendas periódicas entre os três Ministérios, tendo em vista a necessidade de não apenas desenvolver instrumentos operacionais, mas também fortalecer a concepção e os conceitos sobre políticas de transferência de renda com condicionalidades. Especificamente sobre a área de educação, foi desenvolvido um novo sistema para acompanhar a freqüência escolar de crianças e adolescentes do PBF. Com ele, os Municípios poderão captar, de forma mais rápida e fácil, a freqüência escolar das crianças e adolescentes. Além de ser totalmente *on-line*, o novo sistema traz como novidade a possibilidade de alteração imediata da série. Uma das principais inovações do sistema é o registro da freqüência escolar ser efetuado

na própria escola pelos diretores. Cumpre ressaltar que, a despeito das dificuldades mencionadas, houve avanços na gestão das condicionalidades, tanto de saúde, como de educação, tal como explicitado na seção Resultados.

Com relação aos recursos orçamentários, não houve restrições, assim como o fluxo financeiro não prejudicou o ritmo de expansão do Programa. A execução orçamentária, no que se refere à transferência de renda, foi de R$ 7,6 bilhões (caracterizando crescimento de 20% em relação a 2005). Contudo, não foi possível recompor o poder aquisitivo do benefício das famílias em 2006, corrigindo-o pelo índice de inflação, o que pode comprometer a manutenção dos resultados até então alcançados pelo programa. Sobre os recursos destinados aos entes federados, foram repassados via Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), R$ 19,4 milhões às prefeituras para a atividade de atualização cadastral, R$ 13,9 milhões aos Estados, para apoio aos Municípios na realização desta atividade, e ainda R$ 140,7 milhões aos Municípios, referentes ao IGD.

Há infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e nas equipes executoras; quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes gerencial e executoras (havendo urgência na expansão na equipe gerencial); insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial (uma vez que, a despeito da qualidade da equipe, faltam alguns perfis técnicos) e nas equipes executoras (faltam alguns perfis técnicos, havendo também diversidade de formas de contratação).

Ainda no âmbito das restrições, importa mencionar que, embora a gestão descentralizada tenha passado no exercício de 2006 por uma série de avanços, já relatados, há ainda insuficiência de clareza em relação ao papel dos Estados na implementação do programa. É preciso também aperfeiçoar os mecanismos de coordenação no âmbito federal, de forma a reforçar a integração com as ações complementares. Inclusive, estas, ao serem instituídas por decreto que regulamenta o PBF, incorporam uma necessidade de articulação com outros Ministérios setoriais e entes federados, agregando grande complexidade à gestão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O controle social assume uma importância fundamental no processo de acompanhamento e execução do PBF nos Municípios, Estados e Distrito Federal. Pois o acompanhamento da aplicação dos recursos do Programa, de forma transparente e eficaz, é um ponto basilar na atuação da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (Senarc). Uma das formas de materialização do controle social é a instância de controle social que deve ser formada por representantes do poder público e da sociedade civil, de forma paritária e intersetorial. Ela assume a responsabilidade de acompanhar, monitorar, avaliar, fiscalizar e propor políticas para a execução do programa, na perspectiva de contribuir para a garantia de inclusão de famílias que efetivamente atendam aos critérios de elegibilidade definidos na legislação do Programa. Em especial, foram realizadas em 2006 mobilizações com integrantes de instâncias de controle social, estando representados 1.576 Municípios,

com um total de 2.833 participantes, sendo 36% representantes da sociedade civil e 64% representantes do governo.

Em março de 2006, foi publicado edital do Prêmio de Práticas Inovadoras. Este teve como objetivo principal identificar, sistematizar e estimular boas práticas de gestão do PBF, especialmente, nas áreas de cadastramento de público-alvo; gestão de benefícios; gestão de condicionalidades; fiscalização e controle social; articulação de programas complementares e acompanhamento familiar.

O Programa Bolsa Família objetiva atender a todas as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. No caso da população negra, há 3,5 milhões de pessoas beneficiárias com o campo raça/cor do cadastro marcado como negros. Além disso, 25,4 milhões de pessoas beneficiárias têm campo raça/cor marcado como pardo. No caso da população indígena, considera-se que o Bolsa Família não é a política mais adequada para os povos aldeados. Algumas estratégias específicas têm sido implementadas em situações de maior vulnerabilidade, como é o caso de Dourados - MS, em que foi realizado cadastramento de população indígena por meio de estratégia diferenciada, com inclusão de mais de 2 mil famílias indígenas no PBF. Hoje, existem cerca de 382 mil pessoas beneficiárias do PBF, que têm o campo raça/cor do cadastro marcado como indígenas ou amarelos.

Em 2006, foram realizados processos de cadastramento específico de população quilombola e indígena, de forma a adequar metodologia de abordagem e, principalmente, realizar busca ativa daqueles que tradicionalmente estão à margem do poder público. Neste sentido, foram preenchidos 19.258 cadastros relativos a famílias remanescentes de quilombos e de comunidades indígenas de 76 Municípios.

Por último, é importante destacar que, conforme art 23 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, "o titular de recebimento do benefício será preferencialmente a mulher ou, na sua ausência ou impedimento, outro responsável pela unidade familiar". Resultados preliminares da pesquisa O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero, realizada pela instituição Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento – AGENDE e pelo MDS, mostram efeitos positivos do Programa no acesso das mulheres ao crédito, previsibilidade da renda, planejamento orçamentário doméstico, aumento da auto-estima das mulheres, redução da dependência em relação ao parceiro e redução dos conflitos domésticos, o que leva à diminuição da violência contra as mulheres.

Os temas importantes para aperfeiçoamento do Programa estão em discussão no âmbito do Governo Federal, como a recomposição do valor dos benefícios, a incorporação dos adolescentes de 15 a 17 anos no Programa, a ampliação dos programas complementares e os movimentos continuados de aperfeiçoamento da focalização.

Têm sido desenvolvidas diversas avaliações sobre o PBF. Podem-se citar como temas recorrentes: grau de focalização do programa; contribuições para a redução da pobreza e da desigualdade; impacto na garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias. Sobre este último ponto, por exemplo, foi realizada avaliação (DataUFF/

UFBA) de percepção dos beneficiários do Programa sobre a melhoria das suas condições de vida, especialmente, sobre as mudanças referentes à qualidade e à quantidade de alimentos consumidos. Neste aspecto, 38,8% dos beneficiários consideraram o Programa ótimo; 49,9%, bom; e 9,8%, regular.

RECOMENDAÇÕES

• Criar ação específica para o repasse de recursos aos entes federados para melhoria da gestão descentralizada do Programa.

• Excluir indicador taxa de pobreza, substituindo-o por outro que meça o grau de focalização do PBF. Além disso, criar indicadores relativos ao cumprimento das condicionalidades de saúde e educação.

• Alterar o público-alvo do Programa na elaboração do PPA 2008-2011, de acordo com o Decreto nº 5.749, de 11 de Abril de 2006 para Famílias em situação de pobreza com renda *per capita* mensal de R$ 60,00 a 120,00 e extrema pobreza com renda *per capita* mensal de até R$ R$ 60,00.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Arranjos Produtivos Locais

Artesanato Brasileiro

Competitividade das Cadeias Produtivas

Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte

Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora

Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental

Metrologia e Qualidade Industrial

Pólo Industrial de Manaus

Propriedade Intelectual

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foram utilizados **R$ 40.462.444.407,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 1.150.609.503,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 782.795.414,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**R$ 67.657.300.000,00**	**Realizado não-orçamentário:**	**R$ 39.679.648.993,00**
Total previsto:	**R$ 68.807.909.503,00**	**Total realizado:**	**R$ 40.462.444.407,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MDIC não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 85.570.753,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 69.062.737,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• As transações comerciais brasileiras alcançaram US$ 228,9 bilhões, com US$ 137,5 bilhões de exportações e US$ 91,4 bilhões de importações;

• Saldo comercial recorde em 2006: US$ 46,1 bilhões;

• As vendas externas de produtos manufaturados representaram 54,3% do total das exportações em 2006;

• Desenvolvimento do módulo comercial do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) Exportação, denominado de Projeto Novo Módulo do Siscomex Exportação (Novoex);

• Instituição do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

• Atendimento a 2.940 empresas pelo Programa de Extensão Industrial Exportadora (PEIEx);

• Desenvolvimento, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), do Material de Referência Certificado para o álcool combustível;

• Realizados 135,2 mil exames e decisões de registro de marcas e 13.160 exames e decisões de pedidos de concessão de patentes;

• Aprovação, pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), de 278 projetos de investimentos industriais no âmbito do Pólo Industrial de Manaus (PIM).

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

Em 2006, o Brasil alcançou US$ 228,9 bilhões nas transações comerciais com o exterior, resultado de exportações de US$ 137,5 bilhões e importações de US$ 91,4 bilhões. Os resultados das exportações e das importações são recordes históricos. O incremento das vendas externas brasileiras, comparativamente ao ano anterior, atingiu 17,1% e as importações registraram incremento de 25,2%. O saldo comercial foi recorde, atingindo US$ 46,1 bilhões.

A exportação de produtos manufaturados, que responderam por 54,3% da pauta, registrou aumento de 15,6%, comparativamente ao ano anterior, tendo sido o segmento que mais contribuiu para o resultado recorde das exportações. Ocorreu também a ampliação das vendas externas para mercados não-tradicionais ou com pequena participação na pauta exportadora.

Na área operacional, merece destaque o desenvolvimento do novo módulo comercial do Siscomex Exportação (Projeto Novoex), em plataforma *web*, com possibilidade de acesso 24 horas, todos os dias. O novo módulo deverá ser implantado em 2007, permitirá maior agilidade e simplificará, sobremaneira, o processo operacional relacionado às exportações brasileiras.

Foi ampla, em 2006, a atividade do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, coordenado pelo MDIC. O Fórum acompanhou a mobilização nacional pela aprovação e sanção do novo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e a Criação do Programa de Aproximação Banco/Empresa, que consiste na realização de seminários regionais com a presença de representantes do sistema financeiro oficial, MDIC, entidades representativas de micro e pequenas empresas (MPEs) e empresários.

Foram apresentados 19 Planos de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e realizadas quatro Oficinas Regionais de Orientação à Instalação de Núcleos Estaduais de Apoio a APLs articulados ao Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL): Região Sul, Região Centro-Oeste, Região Sudeste e Região Nordeste. Além da instalação de oito Núcleos Estaduais de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais nos seguintes Estados: Espírito Santo (ES), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG), Paraná (PR), Rio de Janeiro (RJ), Santa Catarina (SC) e Tocantins (TO).

No âmbito do Programa de Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, foram atendidas 2.940 empresas pelo Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx) até 31.12.2006, beneficiando 40.650 trabalhadores.

O Inmetro desenvolveu o Material de Referência Certificado (MRC) para o álcool combustível, que é uma ação de fundamental importância para ampliação das exportações deste combustível. Estão em desenvolvimento também atividades referentes ao biodiesel e foi

efetuado o estabelecimento da cooperação em Metrologia e Padrões para os biocombustíveis. O Inmetro equipou o Laboratório de Motores, Combustíveis e Lubrificantes, para dar suporte ao País em toda a cadeia do biodiesel, desde a análise do combustível, por cromatografia e espectrometria de plasma (ICP), até o teste do combustível em motores em bancadas dinamométricas, estando apto a realizar análises em motores padrão/motores CRF. Estas atividades são vitais para alavancar as exportações dos biocombustíveis. Com a Certificação de Manejo Florestal (Cerflor) foram certificadas seis empresas, perfazendo 882 mil hectares de floresta plantada, área superior à do Distrito Federal (DF).

Na área de atuação do INPI, nota-se claramente o aumento da demanda de solicitações dos serviços de informação tecnológica, iniciando-se a implantação do Portal INPI Eletrônico e criando-se a Academia da Propriedade Intelectual e da Inovação. Com a contratação de 440 novos servidores em 2006, aplicou-se um programa de treinamento, redundando em um aumento de técnicos examinando patentes e marcas. Desta maneira, também se verificou ainda mais a necessidade da ampliação das instalações do INPI, que se iniciou em 2006.

O PIM obteve uma aprovação de 278 projetos industriais (94 de implantação, 184 de ampliação/diversificação/atualização), com expectativa de geração de 22.329 empregos e investimento total de US$ 2,27 bilhões, além de expectativa de exportação de US$ 540 milhões, no terceiro ano de produção. Este resultado sinaliza que a Suframa alcançou a meta proposta para implementação de suas ações de desenvolvimento. Também foram realizados 45 convênios com os Estados do Acre (AC) e Rondônia (RO), para implantação de projetos de apoio à produção e de apoio à infra-estrutura econômica.

ASPECTOS RELEVANTES

O MDIC contribuiu de forma direta com o Megaobjetivo II - Crescimento com Geração de Trabalho, Emprego e Renda, Ambientalmente Sustentável e Redutor das Desigualdades Sociais, ao estimular quantitativa e qualitativamente as exportações e a agregação de valor aos produtos exportados, ao fortalecer as microempresas e empresas de pequeno e médio porte e ao contribuir para o aumento da competitividade das cadeias produtivas. Definiram-se os seguintes objetivos:

a) aumentar as exportações e a agregação de valor aos produtos exportados;
b) formular e implementar mecanismos para favorecer a promoção e a defesa comercial;
c) promover e estimular a competitividade das cadeias produtivas;
d) fortalecer as microempresas e empresas de pequeno e médio porte;
e) fomentar a inovação tecnológica das empresas brasileiras;
f) desenvolver o Pólo Industrial de Manaus (PIM);
g) promover a Propriedade Intelectual;
h) reforçar e ampliar o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento integrado de microempresas e empresas de pequeno e médio porte em arranjos produtivos locais, com vistas à geração de emprego e renda e o estímulo às exportações.

PÚBLICO-ALVO

Microempresas e empresas de pequeno e médio porte localizadas em arranjos produtivos locais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 100.000,00	**Empenho Liquidado:**	**-**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**-**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

Este programa não possui indicadores.

O Programa foi extinto na revisão do PPA para 2007 e suas ações migraram para o Programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, cujos indicadores são: Faturamento Médio das Empresas nos Arranjos Produtivos Selecionados, Faturamento Médio das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte e Taxa de Emprego por Microempresa de Pequeno Porte.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As empresas nacionais presentes em Arranjos Produtivos Locais (APLs) apresentam pouca vantagem competitiva, principalmente as microempresas e empresas de pequeno e médio porte, que apresentam deficiências em seus produtos, processos e gestão. Suas dificuldades se refletem na diminuta participação do segmento no volume total de exportações do País e na reduzida percentagem de empresas que entram e permanecem na base exportadora. Assim, é necessário atuar nas empresas dos APLs para aumentar a competitividade e a eficiência produtiva, ampliar a capacidade exportadora, elevar o nível de ocupação e renda nos APLs e promover o fortalecimento e dinâmica de interação no interior dos APLs.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Implementação do Programa de Desenvolvimento de Novos Mercados (PDNM), em cinco APLs do País, em curso, atingindo até 15 empresas por APL;

• Implementação do Programa de Capacitação Máster para Empresários e Gestores de Negócios de Moda, em três APLs no Estado do Paraná, atingindo até 20 empresas por APL;

• Atualização do Documento de Inovação Tecnológica: Onde e Como Buscar Apoio à Inovação Tecnológica para sua Empresa e do Manual de Treinamento de Agentes: Metodologia em APLs - FIESP, como complemento às ações previstas no Projeto de Apoio Conjunto ao Incremento da Competitividade das Micro, Pequenas e Médias empresas do Estado de São Paulo inseridas e organizadas em APLs.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Houve necessidade de aditamento em dois dos convênios firmados ao final de 2005, o que comprometeu o alcance dos resultados previstos. O convênio entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) foi prorrogado até julho de 2007, em virtude de impasse sobre a modalidade de contratação do coordenador e dos técnicos para o projeto. O convênio entre o MDIC e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) referente ao Programa de Capacitação Máster para Empresários e Gestores de Negócios de Moda, também foi prorrogado. Destaca-se que a avaliação do Programa fica prejudicada, pois contempla apenas os convênios assinados em 2005. Os resultados alcançados pelas ações dirigidas aos APLs, no ano de 2006, recaem no escopo da avaliação do Programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte.

Os projetos implementados durante o ano de 2006 referem-se a restos a pagar 2005. O financeiro previsto, no valor de R$ 100 mil, refere-se a uma emenda parlamentar cujo projeto não foi apresentado.

A seguir encontram-se os mecanismos de monitoramento utilizados:

a) visitas in loco – o padrão adotado são duas visitas para cada APL beneficiado. A primeira visita compreende a sensibilização e a apresentação do Programa, visando, principalmente, à exposição acerca das políticas públicas dirigidas aos APLs e aos objetivos do Programa. A segunda, no final do projeto, compreende especialmente a verificação dos resultados alcançados e a pesquisa de satisfação dos beneficiários;
b) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) – todos os meses é realizado relatório resumido acerca dos trabalhos desenvolvidos no âmbito de cada projeto;
c) as instituições convenentes encaminham, mensalmente, relatório resumido acerca dos trabalhos desenvolvidos no âmbito dos convênios.

Está em curso avaliação de impacto a partir de um conjunto de indicadores das empresas beneficiadas pelo Programa. A previsão de término da avaliação é um ano após o término do convênio, no caso, ano de 2008. A avaliação de impacto envolverá apenas a análise da evolução de indicadores selecionados, adotando como base o ano de 2006 e anos de controle: 2007 e 2008.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No que se refere aos mecanismos de participação social:

a) em 2006, foi criado o sistema de Ouvidoria do MDIC, que funciona como um canal aberto e direto à participação do público e dos usuários dos serviços do órgão, visando a promover a harmonia das relações entre os cidadãos e as áreas internas do MDIC;
b) a metodologia de intervenção externa em APLs adotada pelo Ministério envolve a realização de reuniões com o público-alvo do projeto, com intuito de esclarecer os objetivos e a participação dos diferentes atores no processo.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

ARTESANATO BRASILEIRO

OBJETIVO

Fortalecer a competitividade do produto artesanal para a geração de trabalho e renda e promover seu acesso ao mercado externo.

PÚBLICO-ALVO

Artesãos cadastrados nos órgãos estaduais competentes.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 391.798,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 347.794,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 347.794,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE VARIAÇÃO DA RENDA DOS ARTESÃOS CADASTRADOS NOS ÓRGÃOS ESTADUAIS COMPETENTES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 121

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A instalação do Fórum do Artesanato Brasileiro e o desenvolvimento do Sistema de Informações Nacional do Artesanato, em fase de testes a partir de março de 2007, do corrente ano sinalizam que a viabilidade de alcance do indicador é alta.

Ainda não foi possível apurar o indicador em 2006. Contudo, com a implantação do sistema de informações, será possível a apuração do indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O artesanato é um dos segmentos com maior potencialidade para contribuir de forma direta com a geração de trabalho e renda. Trata-se de um modo de produção com características próprias e com grande potencialidade de agregação de valor ao produto, bem como de uma maior inserção tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Gestão do Fórum do Artesanato Brasileiro e de seus respectivos grupos temáticos;

• Desenvolvimento do Sistema de Informações do Artesanato Brasileiro;

• Apoio à realização de feiras de artesanato e à participação de artesãos em feiras nacionais e regionais;

• Capacitação de artesãos em diversos temas pertinentes ao desenvolvimento de suas atividades.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Artesanato Brasileiro (PAB) empenhou e liquidou, em 2006, 88,8% do orçamento aprovado, percentual bem superior ao registrado nos dois exercícios anteriores (2005 e 2004), 44,7% e 20,6%, respectivamente. Entretanto, o montante do orçamento aprovado foi reduzido de R$ 5.734.264,00, em 2005, para R$ 391.798,00, em 2006.

Instalado no final de 2005, o Fórum do Artesanato Brasileiro foi um fato importante para o Programa. Em 2006, o fórum atuou na promoção da discussão em relação aos desafios, gargalos, oportunidades e ações conjuntas para o desenvolvimento do artesanato brasileiro.

No âmbito do fórum acima referido estão sendo dados os primeiros passos para a regulamentação da profissão de artesão, uma reivindicação antiga da categoria. Adicionalmente, outras iniciativas estão em curso, como a implementação do sistema de informações em nível nacional, a implementação da carteira nacional de artesão e a padronização de estandes, fôlderes e cartões para exposições. O PAB atuou também na gestão dos grupos temáticos no âmbito do Fórum.

A inclusão de cerca de 8,5 milhões de artesãos que estão na informalidade é prioridade do Programa.

O PAB apoiou a realização de duas feiras no âmbito nacional: a VII Feira Nacional de Negócios do Artesanato (FENNEART), em Pernambuco (PE), e a Feira de Artesanato Tradicional Brasileira (FEARTBRASIL), no Ceará (CE). Adicionalmente, o Programa apoiou a IV Feira Interestadual de Negócios Artesanais de Guarapari, no Estado do Espírito Santo (ES). As feiras foram apoiadas no âmbito da Ação Feiras e Eventos para Comercialização de Produtos Artesanais, que apresentou aproveitamento financeiro quase integral dos recursos disponíveis no orçamento de 2006.

A Ação Capacitação de Artesãos e Multiplicadores não apresentou execução financeira em 2006 devido, em grande parte, às restrições para assinatura de convênios com os Estados no período eleitoral, uma vez que esta ação é realizada de forma descentralizada. Entretanto, por ocasião da realização da Feira Nacional de Negócios do Artesanato,

realizada em Recife (PE), um curso de capacitação para 260 artesãos foi realizado, sem apoio financeiro do PAB, abrangendo os seguintes temas:

a) Programa do Artesanato Brasileiro;
b) Fórum do Artesanato Brasileiro;
c) Exportação Fácil dos Correios;
d) Roteiro de Exportação;
e) Linhas de Financiamento do Banco do Brasil;
f) Regimes Aduaneiros.

Destaque-se também que, em parceria com a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC), o PAB participou dos Encontros de Comércio Exterior, em Oficinas de Artesanato para Exportação em Niterói (RJ), Porto Velho (RO), Cambé (PR) e Maceió (AL), ampliando, assim, a divulgação das ações do Programa diretamente aos artesãos e representantes do setor artesanal. A exportação de produtos artesanais é uma das prioridades do PAB, com o intuito de aumentar a renda dos artesãos em conformidade com o Indicador Taxa de Variação da Renda dos Artesãos Cadastrados nos Órgãos Estaduais Competentes.

Durante a realização da Conferência Mundial da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizada no Brasil em 2006, artesãos representando 22 Unidades da Federação puderam divulgar e comercializar suas peças para delegações de 70 países.

Vale ressaltar que R$ 783.131,00 do orçamento de 2006 foram gastos no pagamento de restos a pagar de 2005, notadamente nas ações Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal, Capacitação de Artesãos e Multiplicadores e Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal.

A execução física do PAB, em 2006, ficou abaixo do previsto em virtude das restrições orçamentárias, embora se tenha verificado avanços nas discussões ocorridas no âmbito do Fórum do Artesanato Brasileiro. Somente na Ação de Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal a meta física foi atingida em 100%. Nas demais ações, o Programa não teve atuação financeira no período. As dificuldades técnicas na elaboração de projetos e no cumprimento de exigências documentais para o estabelecimento de convênios e contratos foram entraves enfrentados pelo Programa. Porém, no ano de 2006, destacaram-se outras dificuldades alheias aos processos internos, as quais são: o atraso na aprovação do Orçamento da União, o período eleitoral e o contingenciamento de recursos financeiros.

Conforme já evidenciado, o Fórum do Artesanato Brasileiro propiciou avanços em termos estruturais do Programa, possibilitando a discussão e o debate de assuntos relevantes ao setor artesanal, culminando com o desenvolvimento e a implementação do Sistema de Informações do Artesanato Brasileiro, a definição de conceitos fundamentais ao desenvolvimento do setor, o estudo e o encaminhamento de emendas ao projeto

de lei que regulamenta a profissão do artesão e a definição de critérios para a Carteira Nacional do Artesão.

RECOMENDAÇÕES

• O PAB deve promover a capacitação das equipes gerenciais no MDIC e nos Estados em elaboração de projetos e convênios.

COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS

OBJETIVO

Elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com ações voltadas para o incremento das exportações e dos investimentos vinculados ao aumento da competitividade e à substituição de importações.

PÚBLICO-ALVO

Setor industrial produtivo das principais cadeias produtivas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 14.713.338,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 1.484.427,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 1.484.427,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 18.721.336.000,00	**R$ 16.819.401.427,08**	

INDICADORES

1. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE PLÁSTICO

Unidade de medida: -
Índice apurado em 2006: 3,95
Índice previsto ao final do PPA: 7,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 6 para 2007, o que leva a se considerar a possibilidade de alcançar a meta.

2. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE COURO E CALÇADOS

Unidade de medida: -
Índice apurado em 2006: 2,71
Índice previsto ao final do PPA: 4,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 3,6 para 2007, o que leva se a considerar a possibilidade de alcançar a meta. Por outro lado, é preciso ter em vista a ameaça dos produtos chineses, que poderão comprometer tal expectativa. Esta cadeia produtiva é uma das mais atingidas pela concorrência dos produtos chineses.

3. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Unidade de medida: -
Índice apurado em 2006: 4,21
Índice previsto ao final do PPA: 10

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 8 para 2007, o que leva a se considerar a possibilidade de alcançar a meta.

4. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES

Unidade de medida: -
Índice apurado em 2006: -1,15
Índice previsto ao final do PPA: 4,75

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 1,2 para 2007, o que leva a se considerar baixa a possibilidade de alcançar a meta. Esta cadeia produtiva é uma das mais atingidas pela concorrência dos produtos chineses.

5. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE MADEIRA E MÓVEIS

Unidade de medida: -
Índice apurado em 2006: 0,43
Índice previsto ao final do PPA: 7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A expectativa para 2007, com base na evolução da Taxa de Variação, é de 1,6, o que nos leva a considerar muito improvável o alcance da meta.

6. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DO COMPLEXO ELETRÔNICO

Unidade de medida: -
Índice apurado em 2006: 4,21
Índice previsto ao final do PPA: 7,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 6 para 2007, o que leva a se considerar a possibilidade de alcançar a meta. Por outro lado, é preciso ter em vista a ameaça dos produtos asiáticos, que poderá comprometer tal expectativa.

7. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA AEROESPACIAL

Unidade de medida: -
Índice apurado em 2006: 0,89
Índice previsto ao final do PPA: 7,75

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O desempenho do setor em 2004 foi muito superior a de 2003, o que levou a uma meta bastante desafiadora para 2007. A evolução da Taxa de Variação leva a uma expectativa de 4 para 2007. Registre-se que a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) deverá entrar fortemente, a partir de 2008, com o lançamento de vários modelos de jatos executivos, o que acarretará um reforço nas estimativas acima citadas.

8. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE SIDERURGIA

Unidade de medida: -
Índice apurado em 2006: 0,83
Índice previsto ao final do PPA: 10

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 2,8 para 2007, o que leva a se considerar baixa a possibilidade de alcançar a meta. O aço chinês representa uma ameaça às exportações brasileiras.

9. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA FARMACÊUTICA

Unidade de medida: -
Índice apurado em 2006: 5,04
Índice previsto ao final do PPA: 4,25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 3,4 para 2007, o que leva a se considerar a possibilidade de alcançar a meta.

10. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA AUTOMOTIVA

Unidade de medida: -
Índice apurado em 2006: 2,24
Índice previsto ao final do PPA: 7,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um indice de 2,8 para 2007, o que leva a se considerar baixa a possibilidade de alcançar a meta. Esta cadeia produtiva sofre a concorrência dos produtos chineses, particularmente no setor de autopeças.

11. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE BENS DE CAPITAL

Unidade de medida: -
Índice apurado em 2006: 2,62
Índice previsto ao final do PPA: 7,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 4 para 2007, o que leva a se considerar a possibilidade de alcançar a meta, desde que haja um bom desempenho em 2007. Esta cadeia produtiva sofre a concorrência dos produtos chineses.

12. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE HIGIENE PESSOAL

Unidade de medida: -
Índice apurado em 2006: 3,98
Índice previsto ao final do PPA: 10

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 8 para 2007, o que leva a se considerar a possibilidade de alcançar a meta.

13. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE PERFUMARIA E COSMÉTICOS

Unidade de medida: -
Índice apurado em 2006: 3,98
Índice previsto ao final do PPA: 10

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 8 para 2007, o que leva a se considerar a possibilidade de alcançar a meta.

14. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA AGROQUÍMICA

Unidade de medida: -
Índice apurado em 2006: 1,35
Índice previsto ao final do PPA: 3,5
Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 2,8 para 2007, o que leva a se considerar a possibilidade de alcançar a meta.

15. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE GEMAS E JÓIAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 7,69
Índice previsto ao final do PPA: 6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 4 para 2007, o que leva a se considerar a possibilidade de alcançar a meta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O desenvolvimento da indústria brasileira tem de ser pensado nos marcos de um modelo de abertura e integração crescente da economia do País. Logo, o processo de globalização e a inserção competitiva da economia brasileira na economia internacional impõem o incremento da competitividade internacional das cadeias produtivas no Brasil. Impõe-se uma política vigorosa de aumento da competitividade das empresas nacionais pelos seguintes motivos: os ganhos de produtividade são hoje o motor inquestionável do crescimento econômico, e o Brasil apresenta desvantagens significativas em relação aos *benchmarks* internacionais. Tais ganhos são indispensáveis para:

a) o equilíbrio macroeconômico do País, em especial no que concerne ao balanço de pagamentos;
b) a integração soberana do País à comunidade internacional;
c) que se alcance uma redução efetiva da pobreza e da miséria, e aumentos substantivos nos salários reais.

Em sua acepção ampla, a competitividade é aqui abordada, em suas várias faces e dimensões. O grau de competitividade final de uma empresa é, na realidade, o resultado da conjunção de uma série de fatores, no nível das empresas, no nível estrutural e no nível sistêmico. Sendo assim, a competitividade, no sentido mais amplo, é uma referência inevitável para o futuro do setor produtivo do País. Não apenas para disputar mercados externos, mas também para concorrer no mercado doméstico com os competidores internacionais.

Nesse contexto, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) prioriza as cadeias produtivas relacionadas aos setores de fármacos, *softwares*, bens de capital e semicondutores, e os setores portadores de futuro, de biotecnologia, de nanotecnologia, de biomassa e de metais especiais. O conceito de cadeias produtivas é fundamental para se tratar da questão da competitividade em seus aspectos setoriais. Isso será atingido por meio da intensificação do diálogo entre o Poder Público, o setor privado, o terceiro setor e os trabalhadores. O estreitamento dessa relação está centrado no fortalecimento e na ampliação dos fóruns de competitividade como espaços de discussão na busca de

soluções consensuais dos diversos obstáculos que limitam o desenvolvimento industrial e comercial brasileiro.

Os Objetivos Setoriais Associados são:

a) promover a competitividade das cadeias produtivas do País, com especial ênfase nas cadeias relacionadas aos setores considerados prioritários pela PITCE - fármacos, *softwares*, bens de capital e semicondutores, e os setores portadores de futuro, biotecnologia, nanotecnologia, biomassa e metais especiais, objetivando melhor aproveitamento das potencialidades produtivas e setoriais;
b) geração de emprego e renda;
c) redução das desigualdades sociais e regionais e fortalecimento dos pólos produtivos regionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Inserção do *design* nos setores produtivos;

• Avaliação de 1.560 pedidos de ex-tarifários, com a aplicação de 1.350 reduções tarifárias concedidas;

• Fortalecimento das cadeias produtivas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa empenhou e liquidou pouco mais de 10% do orçamento aprovado em 2006, índice inferior ao registrado em 2005, quando o montante alcançou 19,2%. Em 2004, o montante empenhado e liquidado alcançou apenas 4,8% do orçamento aprovado. As informações se referem às ações orçamentárias, que demandam recursos do orçamento da União. A realização financeira das ações não-orçamentárias atingiu o montante de R$ 16,8 bilhões, de uma previsão de R$ 18,7 bilhões, ou seja, 90%.

Os recursos orçamentários destinados ao Programa sofreram forte redução, em 2006, se comparados com 2005: R$ 14,7 milhões e R$ 22,9 milhões, respectivamente. Entretanto, os recursos não-orçamentários se mantiveram no mesmo patamar nesse período, totalizando R$ 18,7 bilhões.

Apesar dos números acima apresentados, os resultados obtidos pelo Programa, em 2006, foram positivos. A avaliação satisfatória se caracteriza mais por resultados qualitativos do que quantitativos. Trata-se de um Programa que busca articulação entre o Governo Federal e diversas cadeias produtivas. A articulação das cadeias produtivas não se dá de forma linear, ou seja, em setores menos estruturados o governo atua como articulador e ator na promoção de desenvolvimento da cadeia.

Os assuntos de interesse das cadeias produtivas são discutidos no âmbito dos Fóruns de Competitividade, tendo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por intermédio de sua Secretaria do Desenvolvimento da Produção

(SDP), o papel de gestor e coordenador dos colegiados, cujos objetivos são a promoção e a articulação das cadeias produtivas, no sentido de identificar e reduzir os gargalos, e promover a competitividade da cadeia considerada.

Assim sendo, diversas ações relevantes foram realizadas em 2006. A I Bienal Brasileira do *Design* e Inovação foi uma delas. O Projeto *Design & Excellence* Brasil continuou viabilizando e apoiando inscrições de produtos brasileiros na maior premiação do *design* mundial, o iF *Design Award*, da Feira Industrial de Hannover, na Alemanha. Com esse projeto, o Brasil ampliou em 10 vezes o número de vitórias, passando de dois prêmios por ano para uma média de 20 prêmios por ano. Em 2006, dos 156 projetos inscritos pelo País, 19 classificaram-se entre os vencedores. Em três edições com o *Design & Excellence*, foram 63 produtos brasileiros premiados, tanto em *design* de produto quanto em *design* gráfico, incluindo-se categorias de maior intensidade tecnológica, como eletrônicos, material de transporte e informática. Trata-se de uma iniciativa pioneira para tornar os nossos produtos competitivos e conhecidos no mercado internacional, ampliando as chances de exportação destes.

As realizações do Projeto *Design* & Excellence poderiam ter sido melhores se não tivessem ocorrido as restrições orçamentárias. Como exemplo, a previsão inicial era custear estudos de prospecção de produtos para a II Bienal Brasileira do *Design* e Inovação, prevista para 2008, o que consumiria grande parte dos recursos da Ação Inserção do *Design* em Setores Produtivos, que empenhou e liquidou R$ 437.917,00 de um montante previsto de R$ 800 milhões. Assim, os recursos foram redirecionados para a realização de duas iniciativas de *design*: pesquisas setoriais sobre o impacto econômico do *design* em 10 setores produtivos e sua divulgação e desenvolvimento do *design* aplicado ao artesanato no Centro de Cultura e Tecnologia para o Artesanato (CCTA). Entretanto, a ação sob a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Fomento a Projetos de Desenvolvimento do *Design* Nacional, alcançou a meta física programada para 2006, que era de dois projetos apoiados.

A Ação Avaliação de Pleitos de Redução de Alíquota dos Ex-Tarifários não teve recurso alocado em 2006. Entretanto, diversas atividades importantes foram realizadas pelo pessoal técnico da SDP/MDIC, com a avaliação de 1.560 pedidos de ex-tarifários, e com a aplicação de 1.350 reduções tarifárias concedidas, o que resultou em um investimento em bens importados de US$ 2,28 bilhões, e investimentos vinculados de US$ 10,76 bilhões em reestruturação e modernização de diversos segmentos industriais. Trata-se de um instrumento valioso de promoção da modernização industrial do País. O desempenho da ação poderia ter sido superior sem as restrições orçamentárias, uma vez que a análise de projetos para redução de ex-tarifários se limitou a equipamentos de menor complexidade, capazes de serem avaliados pela equipe da SDP/MDIC, sem a contratação de especialistas para análise de projetos mais complexos.

No âmbito da Ação Fortalecimento das Cadeias Produtivas foram realizadas ações tais como o acordo automotivo bilateral Brasil-Argentina, a participação no Programa

Biodiesel, Programa Pró-Caminhoneiro, inserção internacional do bioetanol, elaboração da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, Lei do Bem, Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, desoneração da construção habitacional de interesse social, bem como a participação no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Igualmente no âmbito da Ação Fortalecimento das Cadeias Produtivas foram elaborados nove planos de ação, consubstanciados nas reuniões plenárias dos fóruns, conforme descrito:

a) cadeias produtivas da Construção Civil e Siderurgia;
b) cadeias produtivas de Couro e Calçados e da Indústria de Transformados Plásticos;
c) Franquia;
d) Biotecnologia;
e) Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos e da Indústria Farmacêutica;
f) Bens de Capital.

Foi elaborado, ainda, um estudo diagnóstico em um Arranjo Produtivo Local (APL) da indústria moveleira, que servirá de referência para a atuação nos demais APLs desse setor. A meta prevista para essa ação era de dois planos elaborados. Os planos de ação foram elaborados sem utilização de recursos orçamentários, pois foram custeados pelas cadeias produtivas.

Os resultados dos pleitos de redução de alíquota de ex-tarifários são acompanhados mensalmente pela SDP/MDIC e as informações são repassadas à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ADBI) para o acompanhamento das medidas da PITCE.

O fato de não terem sido utilizados todos os recursos alocados não implica a conclusão de que foram suficientes. Houve uma redução no quantitativo destinado para SDP, o que limita sua ação (prova disso é que não houve destinação de recursos para Ação Ex-Tarifários). Se forem disponibilizados poucos recursos, a ação acaba por limitar-se a poucas iniciativas. Se o valor destinado a tais iniciativas não se aproximar do total alocado à ação, no seu somatório, percentualmente essa defasagem se manifesta em maior valor. Nessa mesma linha de raciocínio, como são poucas as iniciativas possíveis, em razão da limitação de valor, qualquer impedimento para a realização de um convênio ou contrato se manifesta em proporções muito maiores do que se fosse possível a condução de várias iniciativas.

Cabe destacar que algumas iniciativas ou ações são desenvolvidas sem a necessidade de alocação de recursos, tais como a emissão de laudos técnicos na Ação Ex-Tarifários - feitos pela própria SDP sem a necessidade de contratação de empresa especializada -, e a elaboração de Planos de Ação Fóruns de Competitividade de Cadeias Produtivas, cuja execução financeira, em 2006, se limitou a restos a pagar do exercício de 2005 e custeios pela própria cadeia produtiva. Por outro lado, o contingenciamento de recursos sem um cronograma definido (prazos e valores) dificulta o planejamento e, por conseqüência, a

execução, uma vez que vários projetos são desenvolvidos com base em amplas articulações, o que gera um desgaste no caso da impossibilidade de implementação, seja pela falta de recursos, seja pelo prazo em que os recursos são liberados.

Em 2006, os recursos foram distribuídos no segundo semestre, com o agravante do período eleitoral, que limitou a aplicação destes.

O Programa Competitividade de Cadeias Produtivas é horizontal. O principal papel da SDP é o de promover a articulação das cadeias produtivas no sentido do desenvolvimento da produção. Essas articulações obrigam a constantes deslocamentos (participações em reuniões de trabalho e eventos) que consomem quase a totalidade dos recursos do Gerenciamento e Administração do Programa (GAP). Limitações de recursos alocados ao GAP implicam limitação do principal papel da SDP na implementação do Programa.

A falta de pessoal e, em contrapartida, o grande número de fóruns coordenados pela SDP fazem com que as equipes sejam gerenciais e executoras ao mesmo tempo, o que reduz a eficiência dos trabalhos. A principal dificuldade encontra-se no acompanhamento dos projetos desenvolvidos sob a forma de convênios ou contratos. Outra dificuldade das equipes se dá na qualificação para a elaboração de convênios e contratos, bem como para o seu acompanhamento.

A gerência do Programa não toma conhecimento dos recursos que são alocados aos demais Ministérios. Essa avaliação foi feita somente com base no quadro de desempenho físico-financeiro do Programa, por intermédio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

O Programa possui 15 indicadores, número considerado excessivo. O Indicador Taxa de Variação Líquida das Exportações do Setor Industrial, que avalia o comportamento exportador de 15 cadeias produtivas, foi concebido em um ambiente de grande flutuação cambial. Nem sempre o aumento do valor das exportações se traduzia em equivalente aumento no volume das exportações. Daí a preocupação de extrair o impacto da variação cambial da avaliação. Com a estabilidade do câmbio ficou mais fácil desenhar uma curva de tendência para cada cadeia produtiva. Os indicadores, embora busquem retirar da avaliação a influência da variação cambial, são de difícil interpretação e não fornecem o devido suporte para a tomada de decisão sobre cada cadeia.

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução como um dos grandes papéis dos fóruns de competitividade. Naturalmente, nem todas as cadeias produtivas têm o mesmo desempenho. Muitas delas são parceiras ativas, inclusive trabalhando sob a forma de convênios, ou mesmo assumindo a totalidade dos custos relativos a eventos destinados ao fortalecimento da cadeia. Outras cadeias só recorrem ao Governo Federal em caso de problemas emergenciais ocorridos.

O Programa promove reuniões periódicas com grupos de interesse. Esse é o papel dos fóruns de competitividade: reunir setores do Governo Federal, representantes do setor empresarial e representantes dos trabalhadores das cadeias consideradas, para identificação de gargalos que impactam o desempenho da cadeia e para busca e oportunidades a serem aproveitadas.

RECOMENDAÇÕES

• Revisar os indicadores do Programa. O atual número de indicadores (15) é excessivo. Já foram iniciadas discussões para se utilizar no futuro apenas um indicador para avaliar o desempenho da indústria como um todo, nos mesmos moldes que tem sido feito para cada cadeia, individualmente. Esse indicador refletirá o resultado da indústria como um todo, sem, contudo, permitir a avaliação do comportamento de cada cadeia, o que se faz necessário para direcionar tomadas de decisão relativas aos resultados insatisfatórios. Trabalha-se na possibilidade de utilizar esse mesmo indicador, individualmente para cada cadeia produtiva, no âmbito do gerenciamento do Programa, bem como se valer de outros indicadores, quais sejam: Taxa de Crescimento da Produtividade, Variação do Número de Empregos (Mercado Formal) na Indústria, Variação Percentual do Índice de Preço e de *Quantum* das Exportações;

• Recomenda-se, como na avaliação referente ao exercício de 2005, que as equipes gestora e executoras do Programa recebam capacitação sobre licitações e celebração de contratos e convênios;

• Recomenda-se que a equipe gestora do Programa mantenha articulação com os responsáveis pela execução de outras ações do Programa em outros Ministérios, bem como nas empresas estatais.

DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

OBJETIVO

Aprimorar o tratamento privilegiado dado às microempresas e empresas de pequeno e médio porte nas áreas de tecnologia, formação e capacitação, acesso à informação, comércio exterior, acesso ao crédito e infra-estrutura, bem como implementar políticas públicas de caráter vertical, buscando a promoção do desenvolvimento integrado dessas empresas em arranjos produtivos locais, possibilitando a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações.

PÚBLICO-ALVO

Microempresas e empresas de pequeno e médio porte.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 49.427.748,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 28.068.828,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 28.068.828,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 29.384.746.000,00	**R$ 34.361.313.068,25**	

INDICADORES

1. FATURAMENTO MÉDIO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

Unidade de medida: R$
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 112

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

2. TAXA DE EMPREGO POR MICROEMPRESA DE PEQUENO PORTE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

3. FATURAMENTO MÉDIO DAS EMPRESAS NOS ARRANJOS PRODUTIVOS SELECIONADOS

Unidade de medida: R$
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

No que tange aos indicadores definidos para o Programa, em face da dificuldade de acesso aos dados definidos para a medição dos indicadores, os mesmos não estão sendo aferidos. De forma que, até o momento, o Departamento de Empresas de Pequeno e Médio Porte (DEPME) desconhece os resultados que vêm sendo alcançados no que se refere aos indicadores de efetividade elencados para o Programa em análise. Contudo, os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do Programa guardam o potencial de alavancar o desenvolvimento desse segmento empresarial, conforme inicialmente proposto.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As microempresas e empresas de pequeno porte representam uma parcela expressiva do setor produtivo nacional - cerca de 98% das empresas em funcionamento. Representam, também, aproximandamente 80% da força de trabalho e respondem por 42% da massa salarial do País. Em termos absolutos são 5,5 milhões de empresas. Esses empreendedores fazem do Brasil o 6º colocado no *ranking* elaborado pela pesquisa internacional anual *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) 2003. O percentual de empreendedores por oportunidade (que resume aqueles que vislumbram novas oportunidades de negócio) já supera o de por necessidade (ou seja, que tiveram de abrir um negócio para sobreviver, em função de desemprego, etc). O grande espaço das micro e pequenas empresas (MPEs) na economia nacional implica a necessidade de combater as carências do segmento.

Estão entre os principais problemas do segmento: dificuldades de acesso ao crédito, à tecnologia e à inovação de processos, falta de capacitação gerencial, baixa capacidade para obter informação e oneração tributária e burocrática para a condução dos negócios no mercado interno e externo. Visto que o critério de pequenas empresas estabelece um volume anual de faturamento relativamente baixo, empresas recém-saídas da condição de pequenas, consideradas médias empresas, também possuem carências semelhantes.

Ainda que condições macroeconômicas interfiram diretamente no desempenho ou na sobrevivência de grande parte das MPEs, a atuação no nível microeconômico pode aperfeiçoar as condições de concorrência e o ambiente de negócios desses atores. O enfrentamento dos problemas mencionados pode se dar por meio de medidas horizontais, com alterações na legislação, por exemplo, ou verticais, por meio de projetos que atendam às formas de organização produtiva baseadas na concentração espacial de empresas com laços de cooperação entre si, e que desenvolvem mecanismos de aprendizagem - em breves linhas, os Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Esses são *locus* privilegiados para as políticas públicas de desenvolvimento, em especial quando realizadas de maneira orientada e coordenada. Espera-se que tal aprimoramento tenha impacto no crescimento da atividade econômica de maneira descentralizada no Território Nacional, causando impactos em índices de empregos gerados, distribuição de renda da população e redução das desigualdades regionais, com a melhoria de regiões menos desenvolvidas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Coordenação e consolidação do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

• Atendimento a 2.940, até o final de 2006, empresas pelo Programa de Extensão Industrial Exportadora (PEIEx);

• Apresentação de 19 planos de desenvolvimento para APLs;

• Instalação de oito Núcleos Estaduais de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais;

• Implantação de 1.154 telecentros de informação e negócios.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa empenhou e liquidou 56,9% do orçamento aprovado em 2006, percentual menor que o verificado em 2005, que foi de 99,3%.

O grande destaque verificado em 2006 foi a sanção, em dezembro, da Lei Complementar nº 123, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Trata-se de instrumento legal que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, pela União, Estados, Distrito Federal (DF) e Municípios. O Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, presidido e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do Comércio Exterior (MDIC), acompanhou a mobilização nacional pela aprovação e sanção do novo estatuto.

A Lei Complementar nº 123 estabelece que o Fórum tem por finalidade orientar e assessorar a formulação e coordenação da Política Nacional de Desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, bem como acompanhar e avaliar a sua implementação.

O estatuto foi fruto de um longo trabalho desenvolvido pelo referido fórum, que é composto por 57 entidades de representação das microempresas e 52 órgãos de governo. Apenas em 2006, mais de 30 medidas de política para o setor foram discutidas e encaminhadas, buscando reduzir a burocracia legal, estimular a entrada no mercado exterior, apoiar a formação e a capacitação, bem como a inovação, o investimento e o financiamento.

O fórum participou das ações para a criação do programa de aproximação Banco/Empresa, que consiste na realização de seminários regionais com a presença de representantes do sistema financeiro oficial, MDIC, entidades representativas de MPEs e empresários. Já foram realizados seminários em Brasília(DF), Belém(PA), Recife(PE), São Paulo(SP), Curitiba(PR) e Vitória(ES).

Adicionalmente, ações de curto prazo foram discutidas e realizadas no âmbito do fórum:

a) redução de custos para as MPEs;
b) criação de produtos e serviços bancários para as MPEs;
c) Cartilha Informativa de Produtos e Serviços Bancários para MPEs;
d) acordos de cooperação para capacitação de funcionários das instituições, empresários de MPEs e agentes bancários firmados pelo MDIC com o Banco da Amazônia (BASA), ao Banco do Brasil (BB) e à Caixa Econômica Federal (CEF), e convênio com o Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S/A (INEC) e o Banco do Nordeste (BNB).

Foi firmado um acordo de cooperação técnica entre o MDIC e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para fortalecimento das ações do Fórum, Permanente e um termo de cooperação técnica entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e o Sebrae para ampliar a participação das MPEs nas compras governamentais. Foi autorizado um novo programa de refinanciamento de débitos tributários e previdenciários de empresas, conhecido por Programa de Recuperação Fiscal (REFIS).

Foram apresentados à Secretaria Técnica do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL) 19 planos de desenvolvimento, e realizadas quatro Oficinas Regionais de Orientação à Instalação de Núcleos Estaduais de Apoio às APLs articulados ao GTP APL nas Regiões Sul, Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste. Foram também instalados oito Núcleos Estaduais de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais nos Estados do Espírito Santo (ES), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG), Paraná (PR), Rio de Janeiro (RJ), Santa Catarina (SC) e Tocantins (TO).

No âmbito da Ação Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, foram atendidas 2.940 empresas pelo PEIEx até 31.12.2006 - beneficiando 40.650 trabalhadores -, sendo 2.376 empresas com atendimento de demanda, com a execução de 8.932 melhorias.

Na Ação Pesquisa de Mercado para APLs, foram assinados convênios para construção de nove Projetos de Pesquisa de Mercado, em nove APLs. A meta inicial era de apenas um projeto.

Foram pagos, com recursos do orçamento de 2006, 13 convênios de construção de barracões industriais, no âmbito da Ação Apoio à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas, provenientes de Emendas Parlamentares, no valor de R$ 1.561.540,00.

Foram capacitados na Ação Capacitação para Crédito e Microcrédito aproximadamente 450 microempreendedores, sendo que a execução física de 1.865 será alcançada no decorrer de 2007, atingindo 311% da meta física de 600 prevista em 2006.

O desempenho do Programa foi satisfatório, em 2006, tendo algumas ações ultrapassado a meta física originalmente prevista, mesmo com o contigenciamento de recursos no período eleitoral, que limitou a aplicação financeira.

Entretanto, a quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial é um dos gargalos na implementação do Programa. A instalação dos Fóruns Estaduais de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, bem como dos Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs articulados ao GTP APL, com o conseqüente aumento da demanda, especialmente por meio de Planos de Desenvolvimento, faz surgir a demanda por mais pessoas devidamente qualificadas para o perfeito andamento do Programa. Ademais, vem sendo ressaltada nos relatórios apresentados a insuficiência de recursos humanos para acompanhamento das ações em curso e, especialmente, para fazer frente aos grandes desafios que o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas do País representa em termos de políticas públicas.

A equipe gerencial conta com pouquíssimos profissionais do quadro efetivo do Ministério. A maior parte dos recursos humanos disponibilizados são terceirizados, o que implica, muitas vezes, descontinuidade nas ações. Dificuldade de celebração de convênios é outro obstáculo relevante no processo de implementação do Programa.

O desempenho de um programa é medido por seus indicadores. Os indicadores do Programa precisam ser aferidos, o que não ocorreu até o momento, em face da dificuldade de acesso aos dados definidos para a medição dos indicadores. De forma que, até o momento, o DEPME desconhece os resultados que vêm sendo alcançados, no que se refere aos indicadores de efetividade elencados para o Programa. Destaque-se que está em discussão a possível troca e formulação de novos indicadores. Os atualmente utilizados não se apresentam como adequados por duas razões: o sigilo fiscal das empresas e o teto fixado para classificação das micro e pequenas empresas, tanto em termos de receitas como de número de empregados. O aumento no faturamento ou no número de empregados ensejaria uma nova classificação das empresas, que sairiam da base de cálculo do faturamento médio ou Taxa de Emprego das MPEs. Postula-se, mais uma vez, a mudança dos indicadores arrolados para o Programa ou a possibilidade de utilização de outra fonte de dados, possivelmente por amostragem. Uma alternativa seria a negociação com a Secretaria da Receita Federal (SRF) para o cálculo dos indicadores arrolados para o Programa.

Os parceiros governamentais e não-governamentais responsáveis pela execução dos projetos vêm cumprindo com o objeto acordado. As ações não-orçamentárias (Linhas de

Crédito a Micro e Pequenas Empresas) tiveram bom desempenho financeiro em 2006, e algumas superaram as metas físicas previstas.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA

OBJETIVO

Expandir a pauta brasileira de exportação em quantidade, qualidade e variedade de produtos, em mercados de destino e de empresas brasileiras participantes no mercado internacional, bem como defender a indústria nacional contra práticas desleais de comércio internacional.

PÚBLICO-ALVO

Segmentos econômicos importadores e exportadores.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.925.115.717,00	Empenho Liquidado:	R$ 1.330.614.948,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 1.330.614.948,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
R$ 44.026.986.000,00	R$ 40.051.323.790,38	

INDICADORES

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE PRODUTOS DE MAIOR VALOR AGREGADO NO VALOR TOTAL DAS EXPORTAÇÕES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 54,3
Índice previsto ao final do PPA: 58

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Das três categorias de produtos (básicos, semimanufaturados e manufaturados), o segmento de manufaturados foi o que mais contribuiu para o resultado recorde das exportações, tendo registrado US$ 74,696 bilhões, e aumento de 15,6% pela média diária comparativamente ao ano anterior. Os produtos básicos registraram vendas de US$ 40,273 bilhões, com crescimento de 16,9%, e os semimanufaturados, US$ 19,520 bilhões, com aumento de 23,3%. A maior contribuição foi dada pelos produtos manufaturados, setor que cresceu US$ 9,554 bilhões, correspondendo a 49,9% do crescimento ocorrido no período, de US$ 19,162 bilhões.

2. PARTICIPAÇÃO EM MERCADOS DE DESTINO RELEVANTES (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)

Unidade de medida: Número-Índice
Índice apurado em 2006: 18,1
Índice previsto ao final do PPA: 17,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Este indicador reflete a participação em mercados de destino relevantes (índice de concentração). O crescimento do índice, em relação ao de referência, demonstra a desconcentração das exportações brasileiras por mercados de destino, o que representa menor vulnerabilidade frente à ampliação do leque de países compradores significativos.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS NA PAUTA DE EXPORTAÇÕES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 2,8
Índice previsto ao final do PPA: 16,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

O ano de 2006 foi marcado pela exportação mais significativa de produtos tradicionais da pauta.

4. TAXA DE VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 16,2
Índice previsto ao final do PPA: 5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

As exportações de 2006 registraram recorde histórico e totalizaram US$ 137,5 bilhões, resultado acima da meta traçada pelo Governo Federal.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A participação brasileira nas exportações globais estacionou, há mais de 12 anos, abaixo de 1%. As exportações mundiais, por sua vez, atingiram, em 2002, valores superiores a US$ 6,4 trilhões, contra exportações brasileiras de US$ 60,4 bilhões no mesmo período. Mesmo com o excepcional desempenho da balança comercial brasileira no ano passado, o Brasil apenas manteve a 26ª posição no *ranking* dos principais países exportadores.

Ressalte-se, ainda, a geração de empregos conseqüente do crescimento das vendas externas brasileiras: estima-se que cada bilhão de dólares de exportação resulte na criação de 60 mil novos empregos. Nesse sentido, torna-se indispensável a manutenção do esforço na implementação de medidas que contribuam para a simplificação do comércio exterior brasileiro, o engajamento de novas empresas na atividade exportadora e a disponibilização ao empresariado de informações que facilitem sua inserção na atividade exportadora de forma competitiva.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Recorde histórico nas transações comerciais do País, que atingiram US$ 228,9 bilhões;

• Exportações de US$ 137,5 bilhões em 2006, com incremento de 17,1% em relação a 2005;

• Saldo comercial recorde de US$ 46,1 bilhões;

• Incremento da participação dos produtos manufaturados na pauta de exportação, representando 54,3% do total;

• Ampliação das vendas externas para mercados não-tradicionais ou com pequena participação na pauta das exportações.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Em 2006, o Brasil alcançou a cifra recorde de US$ 228,9 bilhões nas transações comerciais com o exterior, resultado de exportações de US$ 137,5 bilhões e importações de US$ 91,4 bilhões. Os resultados das exportações e das importações são recordes históricos. O incremento das vendas externas brasileiras, comparativamente ao ano anterior, atingiu 17,1% e as importações registraram incremento de 25,2%.

O intercâmbio comercial brasileiro atingiu cifra superior a US$ 228,9 bilhões em 2006 - patamar inédito, de valor 19,2% acima dos US$ 191,9 bilhões de 2005, com saldo comercial recorde de US$ 46,1 bilhões. A exportação de produtos manufaturados, que responderam por 54,3% da pauta, registrou aumento de 15,6% comparativamente ao ano anterior, tendo sido o segmento que mais contribuiu para o resultado recorde das exportações, com ampliação das vendas externas para mercados não-tradicionais ou com pequena participação na pauta.

O ano de 2006 terminou com exportações de US$ 137,5 bilhões e importações de US$ 91,4 bilhões.

É de se destacar que as exportações brasileiras mais que dobraram nos últimos quatro anos, considerando-se que, em 2002, somavam US$ 60,361 bilhões, o que significou, em valor, aumento de US$ 77,109 bilhões (correspondente a 127,8%). As importações, de igual modo, elevaram-se de forma significativa, com aumento de 93,5% em relação a 2002, quando alcançaram US$ 47,240 bilhões.

O maior crescimento relativo ocorreu nas exportações destinadas aos países do Oriente Médio, com aumento de 35,1%, perfazendo um total de US$ 5,7 bilhões em compras de produtos brasileiros. A participação do bloco na pauta exportadora brasileira teve ampliação de 3,6%, em 2005, para 4,2% nesse ano.

O bloco com o segundo maior crescimento relativo nas compras de produtos brasileiros foi a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) - exceto Mercosul -, com variação positiva de 28,2%, passando de US$ 13,7 bilhões para US$ 17,4 bilhões.

A exportação para União Européia (UE) foi de US$ 30,4 bilhões, o que representou crescimento de 15,6%. As vendas ao mercado asiático cresceram 13% em 2006. Evoluíram de US$ 18,6 bilhões para US$ 20,8 bilhões. Para o principal parceiro brasileiro no bloco, a China, as exportações cresceram 23,9%, chegando a US$ 8,4 bilhões, ocupando o terceiro lugar dentre os países compradores de produtos brasileiros.

As vendas destinadas ao mercado norte-americano tiveram expansão de 9,4%, passando de US$ 22,7 bilhões para US$ 24,7 bilhões.

A difusão da cultura exportadora foi positiva para a diversificação da pauta de exportação e a conquista de novos mercados. Assim, foram realizados, em 2006, 11 Encontros de Comércio Exterior (Encomex), sendo quatro em capitais e sete em grandes cidades do interior com potencial exportador. Participaram dos eventos 6.130 empresários, representando cerca de 2 mil empresas. A meta física prevista era a realização de 17 eventos, o que não foi possível cumprir em 2006.

A Ação Análise de Processos de Defesa Comercial teve sua meta física ampliada de 40 processos analisados para 50 processos, com menos recursos. Entretanto, a Ação Capacitação de Profissionais de Comércio Exterior não atingiu a meta física programada para 2006, com a capacitação de 914 profissionais, de uma meta prevista de 3.429. O número de empresários capacitados no âmbito da Ação Capacitação para Empresários Exportadores atingiu 10.620, quase o dobro da previsão inicial de 5.809 empresários capacitados.

Foram distribuídos 47.500 materiais técnicos para orientação ao exportador em 2006. A meta prevista era de 65 mil materiais.

A meta física do componente Negociações Internacionais nas Áreas de Indústria, Comércio e Serviços foi 100% alcançada, com três acordos firmados em 2006.

O desempenho do instrumento de informação Portal do Exportador ultrapassou, em 2006, 1,6 milhão de acessos e o ambiente Fala Exportador recebeu, com redução do tempo de resposta para um dia útil, cerca de 19 mil consultas provenientes de mais de mil cidades de todas as Unidades da Federação. Por intermédio desse portal, o Governo Federal oferece a empresários e exportadores informações claras e diretas sobre os principais termos, mecanismos, legislações, eventos e atividades ligadas à exportação.

O desempenho do Programa foi satisfatório em 2006, como mostram seus indicadores. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação e com os dispêndios necessários.

As ações que utilizam recursos não-orçamentários são quase todas destinadas ao financiamento de operações de comércio exterior, fator preponderante para o alcance dos objetivos do Programa.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

OBJETIVO

Contribuir para o desenvolvimento na Amazônia Ocidental, em Macapá e em Santana, no Amapá (AP).

PÚBLICO-ALVO

Organizações dos setores industrial, comercial e de serviços, e a população dos Estados e Municípios da Amazônia Ocidental e área de livre comércio de Macapá (AP) e Santana(AP).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 55.415.889,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 26.779.448,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 26.779.448,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO PIB REGIONAL NA COMPOSIÇÃO DO PIB NACIONAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 1,75
Índice previsto ao final do PPA: 1,73

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice previsto para 2007 já foi alcançado e superado (1,75%). Considerando-se o resultado, a autarquia deve propor novos patamares para o indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Devido às suas peculiaridades, a Amazônia apresenta desafios de ordem econômica, social e ambiental que requerem a adoção de políticas públicas adequadas à sua realidade, visando a reduzir desigualdades intra e inter-regionais. Neste sentido, torna-se necessário implementar um modelo de desenvolvimento que propicie melhoria da qualidade de vida da sua população mediante promoção de ações que reduzam os gargalos existentes, quais sejam:

a) dificuldades logísticas;
b) ausência de infra-estrutura econômica;
c) baixo nível de renda;
d) desigualdades sociais;
e) desigualdades intra-regionais;
f) grande extensão territorial;
g) produção econômica centrada em atividades primárias;
h) baixo nível de escolaridade;
i) concentração da atividade econômica na cidade de Manaus (AM), causando êxodo rural crescente;
j) exclusão social.

Com base nessa realidade, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) vem promovendo ações voltadas para o alcance da sustentabilidade econômica e o maior aproveitamento das potencialidades regionais, apoiando programas que assegurem a continuidade do processo de desenvolvimento, com o objetivo de a atrair novos investimentos, gerar emprego e renda e possibilitar melhor distribuição de riqueza na região.

PRINCIPAIS RESULTADOS

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa empenhou e liquidou 48,3%, em 2006, praticamente o mesmo percentual de 2005 (49,1%). Tal como ocorreu nos exercícios de 2005 e 2004, os recursos foram liberados tardiamente, comprometendo a realização das metas físicas do Programa. As metas foram realizadas parcialmente e/ou transferidas para o exercício de 2007.

A principal ação do Programa Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana (AP) viabilizou a assinatura de convênios, abrangendo a 45 projetos de desenvolvimento, de uma meta física prevista de 73. A dotação orçamentária para 2006 foi de R$ 40,2 milhões, representando 75% do orçamento do Programa em 2006. Entretanto, os recursos financeiros liberados só atingiram R$ 14,6 milhões. Os 45 convênios firmados beneficiaram os Estados do Acre (AC) e Rondônia (RO) - 22 e 23, respectivamente -, para implantação de projetos de apoio à produção e de apoio à infra-estrutura econômica. Os resultados desses convênios só poderão ser mensurados a partir da implantação dos projetos. Considerando-se que os recursos foram liberados no final de dezembro de 2006, os projetos deverão ser implantados em 2007.

Na Ação Apoio a Arranjos Produtivos Locais na Amazônia Ocidental, foram realizados quatro convênios com o Estado do Amazonas (AM). Entretanto, os resultados desses convênios também só poderão ser mensurados a partir da implantação dos projetos,

prevista para 2007. Os recursos foram liberados em dezembro de 2006. Os convênios vão permitir:

a) construção de ponte sobre o rio Preto da Eva, no Município de Rio Preto da Eva;
b) construção de barco tipo *ferry boat* para o Município de Autazes;
c) aquisição de Patrulha Agrícola Mecanizada para o Município de São Sebastião do Uatumã;
d) construção de tabuleiro em concreto na ponte sobre o rio Cachoeirinha.

O cumprimento das metas físicas foi abaixo do previsto, devido principalmente a três fatores:

a) recursos orçamentários/financeiros aprovados insuficientes para execução plena das metas físicas propostas para o exercício;
b) contingenciamentos dos recursos com liberação de apenas 48,3% dos recursos financeiros aprovados para o Programa;
c) atraso na liberação dos recursos, contingenciados, prejudicando a execução do cronograma físico.

A área de atuação da Suframa é muito extensa, abrangendo cinco Estados e 154 Municípios, conforme se vê a seguir:

a) Acre (22 Municípios);
b) Amazonas (62 Municípios);
c) Rondônia (53 Municípios);
d) Roraima (15 Municípios);
e) Amapá (dois Municípios).

A Suframa tem atuado de forma efetiva na região no acompanhamento e na avaliação de projetos (objetos de celebração de convênios entre os governos federal, estadual e municipal). Entretanto, o crescente número de convênios celebrados está causando dificuldades em seu monitoramento, no que diz respeito às fases de implantação, acompanhamento e avaliação.

Há necessidade de ampliação do quantitativo de recursos humanos (situação que depende de concurso público). Neste sentido, a Suframa já solicitou autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Há também necessidade de capacitação da equipe gerencial e dos técnicos nas áreas de análise de projetos, acompanhamento e fiscalização de obras e convênios, entre outras.

A questão financeira não foi o único problema que inibiu a execução satisfatória do Programa em 2006. Falta capacidade técnica dos Municípios executores para realização das licitações e celebração dos contratos e demora no envio das prestações de contas dos Estados e Municípios. Em decorrência desses fatores, somente será possível mensurar os resultados do Programa em 2007.

RECOMENDAÇÕES

• Capacitar os Municípios nas áreas de licitação, contratos e prestação de contas, e preparação de projetos;

• Capacitar servidores da Suframa nas áreas de análise de projetos, acompanhamento e fiscalização de obras e preparação e celebração de convênios.

METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL

OBJETIVO

Elevar a qualidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor e contribuir para o aumento da competitividade nos mercados interno e externo.

PÚBLICO-ALVO

Setor produtivo; sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 322.664.041,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 316.187.154,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 316.187.154,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE CREDIBILIDADE DO INMETRO JUNTO À POPULAÇÃO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 93,4
Índice previsto ao final do PPA: 85

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A Taxa de Credibilidade mede o percentual da população que confia no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), segundo a percepção de consumidores individuais que declaram conhecer a autarquia e citaram de forma espontânea e correta pelo menos uma atividade realizada pela instituição. Este indicador se encontra em patamar bastante elevado e tem aumentado ao longo dos anos.O objetivo é manter este indicador acima dos 85% - meta prevista no Plano Plurianual (PPA). Este indicador tem margem de erro de 2,2 % e se encontra em patamar bastante elevado.

2. TAXA DE RECONHECIMENTO DO INMETRO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 55
Índice previsto ao final do PPA: 42

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A Taxa de Reconhecimento é constituída pelos consumidores individuais que declaram conhecer o Inmetro e citam de forma espontânea e correta pelo menos uma atividade realizada pela instituição (filtro), sobre o número de pessoas entrevistadas. O filtro é uma pergunta formulada pelo entrevistador sem uso de qualquer recurso que possa induzir a uma resposta do entrevistado a respeito do que o Inmetro faz. Devido à necessidade de se licitar o contrato de realização da pesquisa, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) deixou de fazer esta. A empresa vencedora da licitação nos últimos dois anos, *Microbank*, apresentou um resultado muito maior que a série histórica deste indicador (da faixa de 42% para a faixa de 55%).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Tendo em vista a inserção do País num cenário internacional cada vez mais globalizado, o acirramento da concorrência interna e o fortalecimento do Estado regulador, a Metrologia e Qualidade tem um papel decisivo para o aumento da competitividade de produtos e serviços brasileiros e para proteção ao consumidor. Neste contexto, as ações deste Programa deverão apoiar tanto a exportação brasileira, quanto fortalecer o controle sobre os produtos nacionais e importados no que se refere aos requisitos básicos de qualidade e segurança.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Ampliação do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade, com a quantidade de produtos com avaliação compulsória de qualidade saltando de 20, em 2002, para 70, em 2006, sem contar com os mais de 200 produtos de adesão voluntária ao Programa;

• Programa do padrão de biocombustíveis, com o desenvolvimento de Material de Referência Certificado (MRC) para álcool combustível e montagem de suporte à análise da cadeia produtiva de biodiesel;

• Consolidação da metrologia química no País, buscando a independência e a liderança, na América Latina, na confecção de MRCs.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O objetivo da Ação Ampliação do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade foi melhorar a competitividade dos produtos brasileiros para facilitar acesso a novos mercados. Como resultado, o número de produtos com avaliação da conformidade compulsória cresceu significativamente entre 2002 e 2006, passando de 20 para 70 itens, além de mais de 200 de adesão voluntária, entre os quais as frutas, segmento para o qual foi criado o Programa de Avaliação da Conformidade de Produção Integrada de Frutas (PIF), cachaça, através do Programa de Certificação da Cachaça e o Programa de Certificação de Manejo Florestal (Cerflor).

Com relação ao Programa do padrão de biocombustíveis, o Inmetro está desenvolvendo um Manual de Referência Certificado (MRC) para o álcool combustível, ação de fundamental importância para a ampliação das exportações deste combustível. Além disso, estão em desenvolvimento atividades referentes ao biodiesel. Nesse sentido, equipou o Laboratório de Motores, Combustíveis e Lubrificantes, para dar suporte ao País em toda a cadeia do biodiesel, desde a análise do combustível por cromatografia e espectrometria de plasma (ICP), bem como o teste do combustível em motores em bancadas dinamométricas, estando apto a realizar análises em motores padrão/motores CRF. Este tipo de análise é essencial para determinação do número de cetanos, o que caracteriza a qualidade do produto, e as mencionadas atividades são vitais para alavancar as exportações dos biocombustíveis. Outra ação importante nesta área foi o estabelecimento da cooperação em Metrologia e Padrões para Biocombustíveis, dentro dos acordos estabelecidos no primeiro Diálogo Comercial Brasil-Estados Unidos, de 21 de julho de 2006, entre o Inmetro e o *National Institute of Standards and Technology* (NIST) dos Estados Unidos. Além do desenvolvimento de materiais de referência certificados e técnicas padrão de medição na área de biocombustível, o Programa visa a estabelecer um fórum para que organizações privadas e governamentais dos dois países compartilhem experiências e identifiquem questões relativas à metrologia e a padrões que possam se configurar como obstáculos à mudança do petróleo para os biocombustíveis. Esses esforços devem contribuir para a rápida transformação dos biocombustíveis em *commodities*, o que é muito importante para o Brasil.

A metrologia química é uma área de vital importância para o País. Suas atividades têm impacto direto em segmentos como fármacos e medicamentos, proteção da saúde do cidadão e ao meio ambiente, aumento da competitividade da indústria nacional e superação de barreiras técnicas à exportação. Nesse sentido, o Inmetro vem atuando fortemente em cinco áreas da metrologia química, cujas atividades estão consolidadas: eletroquímica, orgânica, inorgânica, gases e motores, combustíveis e lubrificantes, despontando como liderança para o desenvolvimento da metrologia química na América Latina, já participando dos fóruns internacionais e produzindo MRC, para medição de pH, condutividade, metais pesados, metanol e carbamato de etila, as três últimas ligadas diretamente à qualidade da cachaça. Dentre os MRCs produzidos pode-se citar um para a cachaça, que possibilitará o aumento da exportação, pois agrega maior confiabilidade e qualidade ao produto. Estão também em desenvolvimento os MRCs para o etanol combustível e para o biodiesel, o que impactará na aceitação desses produtos como *commodities* internacionais e na metodologia para produção de material de referência para medição de gás natural, tão importante para o País, e que ainda hoje é importado.

O Inmetro atua em fóruns internacionais, no contexto de seus macroprocessos, junto a outras instituições públicas e privadas que exercem atividades similares às suas e com as quais mantém relacionamento e/ou parceria. Também mantém parcerias no País, com instituições de ciência e tecnologia, com órgãos de governo e com entidades do meio empresarial. Dentre as formas de relacionamento/parcerias, podemos destacar: acordos de cooperação científica e tecnológica e de reconhecimento internacional, *benchmarkings* e

intercomparações metrológicas, com os institutos: NIST (EUA), *Bureau* Internacional de Pesos e Medidas (BIPM), PTB (Alemanha), NPL (Reino Unido), NRLM (Japão), NRC (Canadá), IMGC (Itália), LATU (Uruguai), BNM (França).

O Programa empenhou e liquidou 98% do orçamento aprovado, resultado superior ao exercício anterior, de 95,9% em 2005. A execução física foi satisfatória e algumas ações ultrapassaram a meta física prevista em 2006. O fluxo financeiro sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

A Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação capacitou, em 2006, 3.827 servidores, de uma meta prevista de 400. Entretanto, a execução do Programa enfrenta algumas dificuldades. Os recursos materiais são inadequados, pois o Inmetro precisa manter uma frota de veículos atualizada, uma vez que os mesmos se constituem em instrumento de trabalho fundamental para a execução das atividades de campo - verificação/fiscalização metrológica. Devido à escassez de recursos, isto nem sempre é possível. Apesar de haver um crescimento significativo da importância do papel desempenhado pelo Inmetro e uma ampliação da demanda por serviços prestados pelo Programa, houve uma redução do seu quadro de pessoal no período 1993-2005. Muitos funcionários estão em vias de se aposentar. Acredita-se que para os próximos três anos (2007, 2008 e 2009) essa carência será amenizada com a realização de concurso público que oferecerá 639 vagas.

Outro problema que o Inmetro enfrenta é o espaço físico inadequado para as responsabilidades do órgão. Está em negociação com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) a cessão do prédio da Praça da Bandeira, no Rio de Janeiro. O Inmetro pretende iniciar reforma no citado prédio ainda em 2007.

Para a execução da Ação Controle Metrológico, o Inmetro optou por um modelo descentralizado, delegando por meio de convênios as atividades de fiscalização a órgãos metrológicos estaduais e municipais que constituem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro (RBMLQ-I). Afora isso, também contou com superintendências do Inmetro. Existe o processo de prestação de contas da execução financeira e física com supervisão técnica e auditoria técnica, contábil e financeira. Através desta ação foram fiscalizados mais de 11 milhões de instrumentos de medição em todo o Território Nacional, de um total previsto de 9 milhões em 2006.

A concepção do Programa é adequada. Entretanto, a Ação Ampliação da Infra-Estrutura Acreditada e Qualificada não é pertinente, pois é redundante. Outras ações do Programa Metrologia e Qualidade Industrial, tais como Controle Metrológico, Avaliação da Conformidade e Padronização das Unidades de Medida, ampliam a infra-estrutura acreditada e qualificada.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Foi criado o Grupo de Trabalho sobre Acessibilidade, composto pelo Inmetro, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE)/Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) e Ministério das Cidades (MCidadesades), para as ações necessárias à implementação do referido Decreto nº 5.296, que visa a proporcionar a acessibilidade de pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida a locais públicos e meios de transporte coletivo rodoviário e aquaviário. A seguir são descritos os avanços observados:

a) conclusão de três normas sobre acessibilidade do transporte rodoviário e aquaviário: NBR 15320, NBR 14022 e NBR 15450;
b) treinamento da RBMLQ-I e coordenação da pesquisa para elaboração do diagnóstico do sistema de transporte aquaviário no País;
c) participação do Projeto Brasil Acessível, do MCidades, em representação do Grupo de Trabalho (GT) do Inmetro;
d) realização de palestras em seminários e feiras relacionados com o tema, divulgando os trabalhos do Inmetro - (Distrito Federal (DF), Minas Gerais (MG), Amazonas (AM), São Paulo (SP) Rio de Janeiro (RJ) -;
e) representação do Inmetro junto ao Ministério Público Federal (MPF) nas ações de seguimento à implementação do Decreto nº 5.296;
f) articulação da participação do Inmetro na avaliação dos centros de treinamento de cães-guia e dos instrutores, com a finalidade de elaboração de um programa de Avaliação da Conformidade (AC) específico;
g) elaboração do artigo **Acessibilidade como parte da Responsabilidade Social** (Caderno de Textos: Subsídios para o Conferencista - I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - maio de 2006);
h) participação na Chamada Pública Finep, com a apresentação do Projeto Programa de AC para Acessibilidade do Portador de Deficiência Física nos Transportes Coletivos do Setor Aquaviário.

O processo de cadastramento dos Organismos de Certificação de Produtos (OCP), no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), já está implantado, mas não é compulsório, ocasionando uma baixa demanda dos organismos pelo Projeto Bônus Certificação.

O Inmetro, através da fiscalização dos instrumentos de medição e dos programas de certificação aumenta a proteção do consumidor principalmente nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente, como atua no caso de água mineral comercializada, de capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares e da Certificação Florestal (Cerflor), respectivamente.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários, como demonstram seus dois indicadores . O Inmetro contrata uma empresa para realizar diversas pesquisas de satisfação

dos principais serviços prestados aos seus clientes, tais como: nível de satisfação do usuário direto com os serviços de verificação periódica, verificação inicial, arqueação de tanques, aprovação de modelos, credenciamento, certificação compulsória, certificação voluntária, calibração e ensaio, ouvidoria, entre outros. Em adição, são realizadas pesquisas de imagem (credibilidade e reconhecimento) junto à população. Todas estas pesquisas servem de insumo para que o instituto consiga captar o anseio da população/clientes por melhorias e para a criação de novos produtos, serviços e processos.

RECOMENDAÇÕES

• Excluir a Ação Ampliação de Infra-Estrutura Laboratorial Acreditada e Qualificada porquanto os objetivos já estão sendo contemplados por outras ações do Programa;

• Aumentar a demanda das empresas (micro e pequenas) pelo Projeto Bônus Certificação.

PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS

OBJETIVO

Consolidar a estrutura produtiva do Pólo Industrial de Manaus, ampliar a geração de emprego e renda e contribuir para o equilíbrio da balança comercial do modelo.

PÚBLICO-ALVO

Sistema produtivo do Pólo Industrial de Manaus (PIM).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 67.593.161,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 51.939.293,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 51.939.293,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. ÍNDICE DE MÃO-DE-OBRA NO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 10,05
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O PIM abriga cerca de 512 empresas acompanhadas que proporcionaram a geração de 98.194 empregos diretos (média mensal) representando um incremento de 10,05% em relação a 2005 (89.224). Merece destaque o mês de maior pico (dezembro), quando se atingiu 105 mil postos de trabalhos. Este resultado sinaliza que a instituição está no caminho certo em relação à implementação de suas ações de desenvolvimento. A perspectiva de alcance da meta proposta é alta, considerando-se que o crescimento definido para o indicador é de 4% ao ano e, que o número de empregos no PIM cresce a uma taxa superior a 10% ao ano.

2. COEFICIENTE DE PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NA BALANÇA COMERCIAL DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 61,91
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O indicador demonstra que o resultado negativo da balança comercial do PIM cresceu 61,91% em relação ao ano anterior. Portanto, as expectativas de se alcançar um resultado satisfatório de avanço rumo ao equilíbrio são baixas.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS NA 2ª REGIÃO FISCAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 64,02
Índice previsto ao final do PPA: 52,61

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Em 2006, o Estado do Amazonas representou 64,02% da arrecadação de tributos da 2ª Região Fiscal - Acre (AC), Amazonas (AM), Amapá (AP), Rondônia (RO), Roraima (RR) e Pará (PA) - superior em 1,55% em relação a 2005 (63,04%) e superior á meta prevista (52,61%) para o final do Plano Plurianual (PPA). Nesse percentual levou-se em consideração a arrecadação de tributos e contribuições federais contabilizados pela Receita Federal mais a Taxa de Serviços Administrativos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa – TSA), que, no caso do Estado do Amazonas, mostra uma tendência de crescimento da arrecadação federal no Estado até o final do PPA. A conjuntura política e econômica sinaliza para a manutenção de crescimento desse indicador.

4. TAXA DE VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 25,08
Índice previsto ao final do PPA: 48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

As exportações do PIM, segundo os indicadores da Suframa, totalizaram US$ 1,48 bilhão em 2006 representando uma queda de 26,73% em relação a 2005 (U$$ 2,02 bilhões). Essa queda no volume de exportação se justifica pela paralisação de algumas linhas de produção de aparelho celular no PIM - principal componente da balança comercial do Estado do Amazonas. Foram realizadas ações para recompor a capacidade exportadora com base na classificação de produtos e de mercados. Todavia, os resultados esperados somente aparecerão no médio prazo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Zona Franca de Manaus é um modelo vitorioso de desenvolvimento regional implantado para reduzir as diferenças econômicas e sociais da Amazônia Ocidental, frente às regiões mais desenvolvidas do País. O PIM é o principal setor responsável pelo crescimento econômico e social da região, registrando, no ano de 2004, a instalação de 467 empresas fabris, propiciando cerca de 82.527 postos de trabalho, um volume de exportação da ordem de US$ 1,1 bilhão, e participação de 61,44% na arrecadação federal da Região Norte. A gestão do modelo conduz à Suframa, à superação das ameaças impostas pelas conjunturas nacional e internacional e à busca da sua consolidação. A ampliação dos efeitos positivos para a região apresenta os maiores desafios a serem superados. Neste sentido, visando à permanência e à auto-sustentabilidade do modelo, na perspectiva do longo prazo, é que a Suframa criou o Programa Pólo Industrial de Manaus, vital para o modelo Zona Franca de Manaus, composto por ações convergentes e sinérgicas, voltadas para o atendimento das demandas e para a redução dos gargalos existentes, especialmente os de ordem tecnológica. Estas ações estarão convergentes com a necessidade de atrair investidores, buscar a melhoria de infra-estrutura logística, equilibrar a balança comercial, explorar a biodiversidade visando à implantação de um pólo de biodiversidade, aprimoramento e promoção do capital intelectual, adensamento das cadeias produtivas e desenvolvimento do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aprovação de 278 projetos industriais, sendo 94 de implantação e 184 de ampliação/diversificação/atualização;

• Aprovação de 39 projetos agropecuários, além do acompanhamento de 489 outros;

• Realização da 3ª edição da Feira Industrial da Amazônia (III FIAM), com seminários, mostras de trabalhos científicos e rodadas de negócios e projetos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

EM 2006, O PIM APRESENTOU OS SEGUINTES RESULTADOS:

a) faturamento de US$ 22,85 bilhões;
b) exportação de US$ 1,48 bilhão;
c) mão-de-obra (média mensal *) no Parque Industrial de Manaus: 98.194;
d) investimentos totais realizados de US$ 5,54 bilhões.

Os tributos federais arrecadados no Amazonas totalizaram R$ 4,9 bilhões. A Taxa de Adensamento da Cadeia Produtiva do Pólo Industrial de Manaus foi de 31,9 % e a Taxa de Nacionalização do Pólo Industrial de Manaus alcançou 50,34%.

No âmbito da Ação Análise e Controle de Projetos Beneficiados com Incentivos Fiscais, foram aprovados 278 projetos industriais, sendo 94 de implantação e 184 de ampliação/diversificação/atualização, com expectativa de geração de 22.329 empregos, investimento total de US$ 2,27 bilhões, previsto no 3º ano de produção, e expectativa de exportação de US$ 540 milhões, no 3º ano de produção. Adicionalmente, ocorreu o acompanhamento e a avaliação de 1.743 projetos industriais e de serviços. Igualmente foram aprovados 39 projetos agropecuários e o acompanhamento e o controle de 489 projetos agropecuários.

Na Ação Divulgação do Pólo Industrial de Manaus, as principais realizações em 2006 foram a III FIAM e a realização de missões precursoras com participação em 63 eventos nacionais e internacionais para divulgação das potencialidades regionais. A III FIAM superou as expectativas mais otimistas. O evento teve sua terceira edição realizada entre 30 de agosto e 2 de setembro de 2006, e vem ganhando espaço e importância nacional e internacional.

No âmbito da Ação Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, a Suframa mantém e provê infra-estrutura econômica, social e ambientalmente adequada para a manutenção dos projetos já existentes e a implantação de novos projetos no Pólo Incentivado de Manaus. Foram realizadas, em 2006, as seguintes atividades: Recuperação de Pavimento, Recuperação de Meio-Fio e Sarjeta, Recomposição de Sistema de Drenagem e Limpeza e Execução de Coleta de Lixo.

O cumprimento das metas físicas foi abaixo do previsto em 2006. O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. A execução das metas físicas do Programa foram programadas baseadas em desembolso financeiro que deveria ocorrer simultaneamente. Entretanto, como os recursos foram contingenciados e liberados tardiamente, as metas previstas para o exercício foram realizadas parcialmente e/ou transferidas para o próximo exercício. O Programa empenhou e liquidou 77% do orçamento aprovado, percentual pouco abaixo do verificado em 2005 (79,5%).

A Ação 12CB - Divulgação do Pólo Industrial de Manaus - obteve um excelente desempenho e foi a única ação do Programa que alcançou a meta prevista, inclusive superando-a em 57,5%.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

OBJETIVO

Garantir a proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual, considerando o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

PÚBLICO-ALVO

Empresas; instituições científicas e tecnológicas, inventores isolados.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos): R$ 120.286.587,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 105.924.574,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 105.924.574,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>-</td><td colspan="2">-</td></tr>
</table>

INDICADORES

1. TAXA DE VARIAÇÃO DE PEDIDOS DE REGISTRO DE MARCAS DEPOSITADOS POR RESIDENTES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -3,39
Índice previsto ao final do PPA: 1,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice apurado de -3,39 não é definitivo, uma vez que o número de pedidos referentes a essa taxa ainda não está fechado, e deverá crescer ao longo de 2007, devido ao lapso de tempo no processamento das entradas desses pedidos no Sistema de Informações de Propriedade Industrial (SINPI). Provavelmente a meta de 2007 será alcançada, conforme resultado apurado em 2005, de 3,55%.

2. TAXA DE VARIAÇÃO DE PEDIDOS DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL DEPOSITADOS POR RESIDENTES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -5,70
Índice previsto ao final do PPA: 18

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

O índice apurado -5,70 não é definitivo, uma vez que o número de pedidos referentes a esta taxa ainda não está fechado, e deverá crescer ao longo de 2007, devido ao lapso de tempo no processamento das entradas desses pedidos no SINPI. O alcance do índice de 2007 estará condicionado ao comportamento da demanda, uma vez que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) tem sido capaz de registrar todos os pedidos a ele apresentados.

3. TAXA DE VARIAÇÃO DE PEDIDOS DE PATENTES DE INVENÇÃO DEPOSITADOS POR RESIDENTES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 0,04
Índice previsto ao final do PPA: 10,8

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

O índice apurado de 0,04 não é definitivo, uma vez que o número de pedidos referentes a esta taxa ainda não está fechado, e deverá crescer ao longo de 2007, devido ao lapso de tempo no processamento das entradas desses pedidos no SINPI.

4. TAXA DE VARIAÇÃO DE PEDIDOS DE PATENTES DE MODELOS DE UTILIDADES DEPOSITADOS POR RESIDENTES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -5,05
Índice previsto ao final do PPA: 2,05

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O índice apurado de -5,05 não é definitivo, uma vez que o número de pedidos referentes a esta taxa ainda não está fechado, e deverá crescer ao longo de 2007, devido ao lapso de tempo no processamento das entradas desses pedidos no SINPI.

5. PRAZO DE CONCESSÃO DE PATENTES

Unidade de medida: Ano
Índice apurado em 2006: 11,61
Índice previsto ao final do PPA: 10

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Apesar dos esforços da administração para diminuir o prazo de concessão de patentes, que hoje está em 11,61 anos, tal índice ainda não é satisfatório. Com a contratação e o treinamento de novos servidores, este prazo deverá diminuir substancialmente nos próximos anos.

6. PRAZO PARA CONCESSÃO DE REGISTRO DE MARCAS

Unidade de medida: Ano
Índice apurado em 2006: 3,34
Índice previsto ao final do PPA: 2,4

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Apesar dos esforços da administração para diminuir o prazo de concessão de registro de marcas, que hoje está em 3,34 anos, tal índice ainda não se mostra satisfatório. Com a contratação e treinamento de novos servidores, este prazo deverá diminuir substancialmente até o ano de 2009.

7. PRAZO DE CONCESSÃO DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL

Unidade de medida: Mês
Índice apurado em 2006: 0,98
Índice previsto ao final do PPA: 1,09

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O resultado do indicador (0,98 mês) pode ser considerado satisfatório, uma vez que o registro de desenho industrial vem sendo concedido rapidamente, em consonância com a Lei nº 9.279/1996.

8. PRAZO DE ANÁLISE DE CONTRATOS E FATURAS DE TECNOLOGIA

Unidade de medida: Mês
Índice apurado em 2006: 0,95
Índice previsto ao final do PPA: 1,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O resultado do indicador (0,95 mês) pode ser considerado satisfatório, uma vez que a análise de contratos e faturas de tecnologia vem sendo realizada rapidamente, em consonância com a Lei nº 9.279/1996.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A propriedade intelectual é e tende a ser cada vez mais um importante instrumento de apoio à competitividade econômica, exercendo um papel crítico no processo de desenvolvimento tecnológico dos países. Ao se conferir o direito da propriedade intelectual, contribui-se diretamente com os esforços para estimular a criação e absorção de tecnologia, aumentar o valor agregado dos produtos e serviços nacionais, melhorando, assim, o desempenho das exportações do País, e colocando nossos produtos e serviços em posição mais favorável no mercado interno, frente aos importados. O sistema de propriedade intelectual também contribui para a repressão à concorrência desleal, em especial no combate à pirataria, aumentando os negócios das empresas estabelecidas, o número de postos de trabalho e o nível de arrecadação de impostos no País. Mesmo dispondo de uma legislação reconhecidamente alinhada com a normativa internacional, os direitos relativos à propriedade intelectual ainda são conhecidos e usufruídos por poucos no Brasil. Os setores diretamente interessados da sociedade brasileira (setores produtivo e científico-tecnológico) ainda não estão suficientemente conscientizados e capacitados para a proteção da propriedade intelectual, notadamente o patenteamento e a comercialização da tecnologia desenvolvida por empresas e institutos de pesquisa nacionais. Uma evidência

disso são os índices de desenvolvimento tecnológico do País que, se medido pelo número de pedidos e concessões de patentes de invenção junto ao escritório norte-americano de patentes (USPTO), mostram um fraco desempenho do Brasil quando comparado com outros países em desenvolvimento como, por exemplo, a Coréia do Sul.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 135,2 mil exames e decisões de pedidos de registro de marca realizados;
- 13.160 exames e decisões de pedidos de concessão de patentes realizados;
- 694 programas de computador registrados;
- 4.948 exames e decisões de pedidos de concessão de registro de desenho industrial realizados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Em 2006, o Programa apresentou resultados satisfatórios na maioria de suas ações, mas esses resultados ainda são insuficientes para atender às necessidades e às expectativas dos seus usuários/beneficiários, particularmente no que se refere aos prazos (ainda excessivamente longos) para concessão de patentes e marcas pelo INPI - em torno de 11,61 anos e 3,34 anos, respectivamente, conforme demonstrado nos indicadores 5 e 6. Entretanto, o prazo de concessão de registro de desenho industrial e análise de contratos e faturas de tecnologia alcançou índices de 0,98 por mês e 0,95 por mês em 2006, respectivamente - valores abaixo dos previstos para 2007 (1,09 por mês e 1,3 por mês) -, indicando que as concessões estão ocorrendo de forma mais rápida do que a prevista, e em padrões internacionais. A atual administração do INPI adotou uma série de medidas estratégicas para o alcance dos objetivos organizacionais, que se traduziram em um programa de reestruturação do Instituto. Várias medidas já foram tomadas e, entre elas, destacam-se a contratação de 440 novos servidores em 2006, início da implantação do Portal do INPI Eletrônico, a criação de uma nova carreira para o instituto e a criação da Academia da Propriedade Intelectual e da Inovação, além da ampliação das instalações físicas.

Os indicadores Taxa de Variação de Pedidos de Registro de Marcas Depositados por Residentes, Taxa de Variação de Pedidos de Registro de Desenho Industrial Depositados por Residentes e Taxa de Variação de Pedidos de Patentes de Modelos de Utilidades Depositados por Residentes apresentaram variação negativa em 2006, se comparada com 2005, com diminuição de 3,39%, 5,7% e 5,05%, respectivamente. Assim, torna-se difícil o cumprimento do índice previsto para 2007, exceto do índice referente ao pedido de registro de marcas, com viabilidade de alcance alta. O Indicador Taxa de Variação de Pedidos de Patentes de Invenção Depositados por Residentes apresentou variação positiva em 2006, se comparado a 2005, mas de apenas 0,04%. Mesmo assim, é remota a possibilidade de se atingir o índice previsto ao final do PPA. Espera-se que as taxas dos referidos indicadores cresçam ao longo de 2007, devido ao lapso de tempo no processamento das entradas desses pedidos no SINPI. Observe-se que os dados ainda são provisórios.

Vale ressaltar que o INPI não tem como influenciar expressivamente essa taxa de variação, e a taxa depende de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte, principalmente, das empresas. Apesar dos esforços da administração para diminuir o prazo de concessão de patentes, que hoje está em 11,61 anos, tal índice ainda não é satisfatório. Com a contratação e o treinamento de novos servidores, esse prazo deverá diminuir substancialmente nos próximos anos.

Foram desenvolvidos pelo INPI normativos para obter redução no *backlog* de marcas, tendo-se alcançado ganho de 500% na capacidade operacional em marcas, o que permite assegurar prazo inferior a 18 meses para o primeiro exame das depositadas, a partir de outubro de 2006, e inferior a 12 meses para as que venham a ser depositadas a partir de julho de 2007. A racionalização e informatização de procedimentos de análise de marcas foram responsáveis pelo aumento do número de exames, que saltou de 45 mil, em 2003, para 294 mil, em 2006.

O INPI tem procurado promover a cultura da propriedade intelectual no País, conforme registram os dados físicos da Ação Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual, que realizou 260 eventos em 2006 - um incremento de mais de 73% em relação ao previsto, que era a realização de 150 eventos. Igualmente, a Ação Disseminação de Informações Tecnológicas realizou 94.042 consultas, um aumento de mais de 155% em relação à meta prevista de 26.460 consultas. As duas ações visam a incrementar os pedidos depositados no INPI, principalmente patentes e marcas.

Embora as metas estipuladas para as ações Registro de Programa de Computador; Concessão de Registro de Desenho Industrial e Concessão de Registro de Indicações Geográficas não tenham sido alcançadas, considera-se o resultado satisfatório, uma vez que toda a demanda pelos serviços nessas ações foi atendida. No entanto, as ações Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia, Disseminação de Informações Tecnológicas, Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual e Concessão de Registro de Marcas alcançaram resultados positivos, superando a meta física. No caso da Ação Concessão de Patentes, o resultado alcançado já estava previsto no Plano Gerencial do Programa Propriedade Intelectual, pois passou de 13 mil decisões de patentes em 2005 para 19 mil decisões de patentes em 2006 (meta física prevista), o que representou um aumento de 46% de decisões, sem que houvesse um correspondente acréscimo no número de examinadores e técnicos.

A necessária ampliação dos quadros técnicos foi efetivada através da realização de concurso público. Até dezembro de 2006, a lotação de servidores desta autarquia atingiu o quantitativo de 883 servidores, revelando um aumento aproximado de 31% em relação aos servidores ativos em dezembro de 2005. Em 2007, ingressarão 127 novos servidores, resultando em um aumento de 49% em relação ao quadro de servidores de 2005. Nota-se que tal aumento se concentra no quantitativo de profissionais de elevada qualificação, necessários à realização das atividades precípuas da autarquia. Observou-se um crescimento maior de examinadores de marcas e patentes, que necessitam de adequada supervisão dos processos de exame. De modo a assegurar a adequada supervisão dos processos de exame e

das demais atividades, faz-se necessária a readequação da estrutura regimental, tornando-a compatível com a nova realidade vivida pela autarquia.

A implementação do Programa foi satisfatória em 2006. O Programa empenhou e liquidou mais de 88% do orçamento aprovado, resultado melhor do que no ano de 2005, que foi de 73,3%. Em 2004, o percentual foi de 65%, o que demonstra um crescente aproveitamento de recursos por parte do INPI. Entretanto, o Programa enfrenta ainda alguns problemas, como a falta de sistemas de informações gerenciais (SIGs) que permitam o mais apurado controle das atividades e projetos, e a inadequação e insuficiência física do edifício-sede do INPI. Esta inaquedação foi parcialmente solucionada no, final de 2006, com o aluguel de um novo prédio e a ocupação de três andares no edifício que abriga a representação do MDIC no Rio de Janeiro. Dessa forma, os novos servidores puderam ser progressivamente alocados com instalações modernas de trabalho.

Ademais, outros problemas também podem ser citados:

a) não há suficiente capacitação gerencial na autarquia, apesar do Programa Anual de Capacitação tentar minimizar os problemas existentes - principalmente na área administrativa -, além da insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras. Em razão do ingresso dos novos concursados, a área de recursos humanos priorizou a capacitação *in company* desses servidores, destacando-se o Programa de Ambientação. Dessa forma, os treinamentos voltados para a qualificação das equipes executoras foram realizados em menor número, mas a meta da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação apresentou realização física superior à prevista. Ou seja, 1.121 servidores capacitados, de uma previsão inicial de 665 servidores capacitados;
b) dificuldades na celebração de convênios, contratos e licitações também impedem a agilização da implementação do Programa.

RECOMENDAÇÕES

• Reforçar o treinamento de servidores do INPI nas áreas de celebração de convênios e contratos, e em processos licitatórios.



MINISTÉRIO DO ESPORTE

Brasil no Esporte de Alto Rendimento

Esporte e Lazer da Cidade

Inserção Social pela Produção de Material Esportivo

Rumo ao Pan 2007

Segundo Tempo

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério do Esporte (ME), foram utilizados **R$ 738.156.527,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 1.019.433.029,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 738.156.527,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 1.019.433.029,00**	**Total realizado:**	**R$ 738.156.527,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo ME não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 199.477.810,00.**

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Entendido como um direito fundamental, durante os últimos quatro anos de governo, em especial no ano de 2006, o esporte conquistou importância de política de Estado. A atual Política Nacional do Esporte (PNE) tem como alicerce o fortalecimento da identidade cultural, da cidadania e da autodeterminação do povo brasileiro, contribuindo para a defesa da soberania do País;

• Pautado pelo diálogo, o Governo Federal assumiu uma postura de aproximação com os vários segmentos do esporte e do lazer para elaboração, implementação e avaliação de sua política. A atuação do Conselho Nacional do Esporte (CNE) foi uma marca importante nesse sentido, inclusive, acrescentando novas representações, abrangendo, além das entidades de administração e de prática do esporte e paraesporte - olímpicos e não-olímpicos -, os intelectuais, os parlamentares, os atletas, os gestores públicos municipais e estaduais, os conselhos de profissionais e outros;

• Tornou-se imperativo mobilizar a sociedade para organizar demandas e tomar decisões sobre os rumos de uma política para o desenvolvimento do esporte e do lazer. Legitimar esse processo não foi tarefa fácil e ainda é um desafio. Foi necessário retomar e fortalecer as relações com os gestores públicos de esporte e lazer, valorizar os Municípios e o pacto federativo, aproximar os movimentos sociais e articular entidades públicas e privadas, ressaltando:

a) a ampliação do processo de interlocução na consolidação e materialização da PNE e das políticas setoriais, valendo-se da reconstrução do Sistema Nacional de Esporte e Lazer - que teve seu início por meio da realização da II Conferência Nacional de Esporte e de seu processo de avaliação e capacitação de gestores, que atuam junto aos programas e políticas estaduais e municipais de esporte e

lazer. Neste sentido, tornou-se possível uma maior articulação entre as esferas de governo e a iniciativa privada, permitindo a otimização de recursos e a ampliação do atendimento à população, como se constata nas ações realizadas em 2006, em cada um dos programas;

b) a manutenção e a ampliação do atendimento ao público-alvo dos programas esportivos sociais - Segundo Tempo e Esporte e Lazer da Cidade -, permitidas por meio da ampliação do orçamento destinado aos programas, o que possibilitou sua qualificação e redimensionamento;

c) o aperfeiçoamento do processo de acompanhamento e avaliação dos programas e ações do ME por meio de parcerias estratégicas estabelecidas com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), bem como e por meio da elaboração de termos de referência específicos para a aquisição de uma solução integrada de gestão de contratos, convênios e obras - ainda em processo de licitação, mas que possibilitará melhoria de processos, além do monitoramento, fiscalização e avaliação de contratos e convênios, promovendo a integração de várias áreas do ME e maior transparência na gestão;

• Em maio de 2006, em Brasília (DF), o ME realizou a II Conferência Nacional de Esporte, que teve como tema A construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Contou com o envolvimento direto de 44.954 pessoas (43.162 participantes nas etapas estaduais, regionais e municipais, e 1.792 participantes na etapa nacional).

• A Lei de Incentivo ao Esporte, encaminhada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional durante a II Conferência Nacional de Esporte, e já aprovada na Câmara e no Senado, é uma grande conquista, que vai contribuir para o fortalecimento do esporte;

• O ME procurou traduzir o foco da PNE no investimento de seus principais programas de inclusão social, conhecidos como: Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade e Pintando a Liberdade;

• Sem perder de vista o desenvolvimento do esporte como um todo, em conformidade com a Constituição Federal em seu art. 217, II, o ME priorizou o Programa Segundo Tempo que, mesmo com muitos desafios a enfrentar, tem causado impacto social positivo, atendendo, nestes últimos quatro anos, sistematicamente, por períodos iguais ou superiores a 10 meses, a mais de 2,2 milhões de crianças, adolescentes e jovens, chegando a 695 convênios firmados. O Programa Segundo Tempo, cumprindo a agenda de cooperação internacional, foi implantado em Angola e Moçambique, e está sendo implantado no Haiti;

• Houve reestruturação do Programa Inserção Social pela Produção de Material Esportivo, um dos principais responsáveis pela geração de emprego e renda no esporte e lazer. Na Ação Pintando a Liberdade, houve um salto de 16 unidades de produção de materiais esportivos, até 2003, para 89, em 2006, atingindo todos os Estados e outros países, como Angola e Moçambique, produzindo mais de dois milhões de itens. Além de contribuir com a ressocialização e profissionalização dos detentos do sistema carcerário

brasileiro. Foi criada a Ação Pintando a Cidadania, que possibilita às comunidades pobres e em situação de risco social a inserção no mundo do trabalho, com a produção de materiais esportivos. Embora grandes desafios devam ser superados na elevação da qualidade do material produzido e do número de postos de trabalho, o Programa beneficiou, em 2006, mais de 6,9 milhões de pessoas. A avaliação é anual;

• O Brasil está viabilizando uma edição memorável do principal evento esportivo das Américas: os Jogos Pan-americanos. E uma edição igualmente memorável dos Jogos Parapan-americanos. Trata-se de mostra real e significativa da vontade política do Governo Federal de tornar o esporte um fator de desenvolvimento econômico e social. O Governo Federal está investindo mais de R$ 3 bilhões para a preparação do evento, especialmente em termos de infra-estrutura. Além dos resultados esportivos, ficarão no País os legados social, econômico e de infra-estrutura. É mostra disso a implementação do Projeto Legado Social do PAN 2007, um conjunto de ações de inclusão social, articulando diversos Ministérios. Do pleno sucesso desse empreendimento, postula-se o direito de sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2004;

• Ainda tratando do segmento escolar, é importante citar a Ação Descoberta do Talento Esportivo, que realizou uma avaliação científica de, aproximadamente, 103.300 atletas escolares do ensino fundamental em 2006. Isso possibilitou a criação de um banco de dados, que pode servir de referência para elaboração de políticas transversais de saúde, esporte e educação, inclusive contribuindo para uma política de formação e desenvolvimento de talentos esportivos;

• Foi criado o Programa Bolsa-Atleta, que possibilita apoio financeiro a atletas de várias categorias, para garantir a manutenção pessoal mínima, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e às competições, visando ao desenvolvimento de sua carreira esportiva. Implantado em 2005, contemplou, em 2006, algo em torno de 860 atletas. Esse foi um passo firme, que deve começar a se refletir nas grandes competições dos próximos anos;

• No plano internacional, o Brasil dirigiu o Conselho Sul-Americano do Esporte (Consude), o Conselho dos Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o Centro de Desenvolvimento e Estudos do Esporte (CIDE), tendo participado de competições e de cooperação internacional, implantando o Programa Segundo Tempo e as unidades de produção do Pintando a Liberdade em outros países;

• O ME coordenou pesquisa sobre o esporte, com levantamento de perfil dos Municípios brasileiros neste aspecto. A pesquisa foi publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o diagnóstico é o de maior abrangência e mais informações científicas já registrado a respeito no País. O último diagnóstico do esporte havia sido publicado em 1971;

• Foi aprovada, em 2006, a Timemania, loteria que tem a finalidade de auxiliar na amortização das dívidas dos clubes de futebol, favorecendo uma política de ocupação dos espaços esportivos destas entidades, por projetos e programas que beneficiem diretamente a população em situação de vulnerabilidade social;

• A ampliação da ação de articulação da Secretaria Executiva, com a gestão dos programas, possibilitou a utilização de melhores práticas de gestão, até então realizadas pelo esforço individual de cada responsável, aprimorando, assim, as diferentes fases: iniciação do processo, escopo do programa, desenvolvimento e metodologias, controle, execução, avaliação e desempenho. A Ouvidoria tem sido significativa para o acompanhamento e controle dos programas e das ações descentralizados, demonstrando-se eficaz no processo de avaliação do desempenho do ME, permitindo a correção dos rumos e de falhas que possam ocorrer;

• As ações e o processo de capacitação de servidores do ME e de gestores de esporte justificam o maior engajamento dos servidores e dos diferentes segmentos para o cumprimento da missão do ME e, conseqüentemente, a implantação e o aperfeiçoamento da PNE e a reconstrução do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. A existência de mecanismos de avaliação da satisfação dos usuários dos programas e das ações do ME tem sido possível por meio dos relatórios trimestrais, e pelo rigor e orientação específica do setor de prestação de contas, seja no momento da elaboração dos projetos e convênios, seja na apresentação de sua conclusão.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

A atual estratégia setorial do ME, vinculada aos objetivos setoriais formalmente estabelecidos, está consistente com as orientações estratégicas do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e das metas presidenciais (Programa Segundo Tempo). Os nossos programas estão em convergência com os três megaobjetivos do Governo Federal:

a) inclusão social e redução das desigualdades sociais;
b) geração de trabalho e renda;
c) promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

Os principais problemas encontrados em 2006 podem ser identificados como:

a) precariedade do modelo de acompanhamento e monitoramento das ações, em especial, devido à ausência de um Sistema de Gestão implantado e em funcionamento, de forma a integrar os diferentes sistemas operacionais do ME, e possibilitar maior transparência da execução dos recursos públicos;
b) ausência de controle da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa, uma vez que as despesas administrativas não são planejadas, executadas e controladas pela gerência de cada programa;
c) inadequação dos recursos humanos que compõem o quadro do ME e da infra-estrutura de recursos humanos, frente ao que atualmente é demandado junto ao atendimento, apesar das diferentes iniciativas para solução;
d) falta de estabelecimento de critérios e diretrizes para que sejam atendidas as demandas apresentadas ao ME, dificultando a promoção de um atendimento mais qualificado;
e) dificuldades apresentadas no processo de licitação e celebração de contratos e convênios, em especial, após as Instruções Normativas I e II, que ampliaram as

barreiras para os entes vinculados a instâncias estaduais e municipais tornarem-se aptos a receber recursos do Governo Federal;

f) capacidade governamental reduzida de integração com outras políticas setoriais, na busca da abordagem transversal ao combate dos problemas sociais, principalmente no que tange ao alto potencial intersetorial oferecido pelos programas de esporte e lazer, em todas as suas dimensões;

g) dificuldade dos entes governamentais de se manterem adimplentes, face ao Governo Federal, por motivos variados;

h) necessidade de ampliação de recursos orçamentários e financeiros, para garantir o processo de avaliação das políticas públicas e de programas por meio da Ação 2600 - Avaliação das Políticas Públicas e de Programas de Esporte e Lazer;

i) necessidade de ampliação do limite de passagens e diárias do ME, para garantir a atuação de acompanhamento *in loco* e fiscalização das ações e projetos descentralizados no Território Nacional.

Pode-se reforçar este último item citado com as dificuldades elencadas no processo de encaminhamento das resoluções/deliberações apresentadas em maio de 2006, na ocasião da II Conferência Nacional de Esportes:

a) restrição orçamentária para o esporte e lazer, tanto pela União como pelos Estados e Municípios;

b) pouca mobilização dos segmentos do esporte e lazer, por se tratar de uma temática recente no âmbito da elaboração de políticas públicas como direito social;

c) fragilidade na estrutura e institucionalidade do esporte, nos Estados e Municípios demonstrada pela ausência de órgãos específicos e de conselhos estaduais e municipais para efetivar a gestão e o controle social;

d) ausência de uma política integrada de formação de recursos humanos para o esporte e lazer, entre entidades do âmbito federal, do estadual e do municipal;

e) distanciamento entre as ações sobre esporte e lazer nas instâncias públicas, privadas e do terceiro setor.

Tendo em vista que o PPA 2007 deve refletir as necessidades sociais e permitir o desenvolvimento dos processos necessários à boa execução da PNE, inicialmente, sugere-se a ampliação do limite orçamentário e financeiro, especialmente para 2007, ano em que acontece a realização de eventos preparatórios, permitindo a realização da III Conferência Nacional de Esporte.

Por fim, para garantir o desenvolvimento da PNE, deve haver maior integração entre os órgãos federais que desenvolvem políticas sociais, possibilitando tratamento intersetorial de projetos e programas de grande alcance para políticas de universalização, como é o caso específico do esporte e lazer, que tem uma grande proximidade com as áreas de educação, cultura, saúde, juventude e cidades.

Ampliar, diversificar e redimensionar as fontes, para além dos recursos orçamentários da União, é decisão fundamental para o compartilhamento de responsabilidades, como forma de viabilizar a universalização do esporte e do lazer, com amplitude democrática e diversificação na participação.

BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

OBJETIVO

Diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas, melhorando o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais e promover a imagem do País no exterior.

PÚBLICO-ALVO

Atletas das diversas modalidades desportivas de alto rendimento.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 22.889.000,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 22.063.917,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 22.063.917,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS OLÍMPICOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice final do Plano Plurianual (PPA) vai corresponder ao último índice apurado neste indicador, 1,07 em 2004 (Atenas-Grécia), tendo em vista que os próximos Jogos Olímpicos só ocorrerão em 2008 (Beijing-China) e, portanto, no próximo PPA. No entanto, é importante ressaltar que a mais importante competição mundial multiesportiva terá o impacto das ações realizadas no Programa entre 2004-2007. A gerência do Programa apurou o índice de 2004, mas não atualizou a informação no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

2. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS PAN-AMERICANOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 14

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Os Jogos Pan-Americanos acontecem de quatro em quatro anos, sendo que o último índice apurado foi em Santo Domingo na República Dominicana em 2003 (11,34%). Desta maneira, este indicador terá seu índice final apurado em 2007, quando os jogos serão realizados no Rio de Janeiro. O Programa tem contribuído diretamente na preparação das equipes e dos atletas brasileiros que competirão nesses jogos. Existe um alto grau de possibilidade de alcance do índice previsto.

3. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS PARAPAN-AMERICANOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Os Jogos Parapan-Americanos acontecem de quatro em quatro anos, sendo que o último índice apurado foi em Santo Domingo na República Dominicana em 2003 (42,8%). Desta maneira, este indicador terá seu índice final apurado em 2007, quando os jogos serão realizados no Rio de Janeiro. O Programa tem contribuído diretamente na preparação das equipes e dos atletas brasileiros que estarão competindo nesses jogos. Existe um alto grau de possibilidade de alcance do índice previsto.

4. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS PARAOLÍMPICOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice final do PPA vai corresponder ao último índice apurado neste indicador - 2,1 em 2004 (Atenas-Grécia) -, tendo em vista que os próximos Jogos Paraolímpicos só ocorrerão em 2008 (Beijing-China) e, portanto, no próximo PPA. No entanto, é importante ressaltar que a mais importante competição mundial paraesportiva terá o impacto das ações realizadas no Programa durante o PPA 2004-2007. A gerência do Programa apurou o índice de 2004, mas não atualizou a informação no SIGPlan.

5. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS SUL-AMERICANOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice final do PPA vai corresponder ao último índice apurado neste indicador, 20,9%, tendo em vista que os próximos Jogos Sul-Americanos só ocorrerão em 2010 e, portanto, no próximo PPA. Houve uma queda do índice apurado em 2006 com relação ao índice de referência de 2002 (28,7%). Isso ocorreu em função do índice inicial ter sido apurado quando a competição ocorreu no Brasil, em que as equipes participaram com sua força principal além de estarem competindo em locais já conhecidos e com todo apelo emocional a favor. Em 2006, o foco principal e estratégico passou a ser os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007, portanto, o Brasil não participou com suas principais equipes e seus principais atletas, pois muitos estavam treinando em outros locais do mundo.

6. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS 20 PRIMEIROS COLOCADOS NOS JOGOS OLÍMPICOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice final do PPA vai corresponder ao último índice apurado neste indicador - 53% em 2004 (Atenas-Grécia) -, tendo em vista que os próximos Jogos Olímpicos só ocorrerão em 2008 (Beijing-China) e, portanto, no próximo PPA. No entanto, é importante ressaltar que a mais importante competição mundial multiesportiva terá o impacto das ações realizadas durante o PPA 2004-2007. A gerência do Programa apurou o índice de 2004, mas não atualizou a informação no SIGPlan.

7. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS CINCO PRIMEIROS CLASSIFICADOS NOS JOGOS PAN-AMERICANOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Os Jogos Pan-Americanos acontecem de quatro em quatro anos, sendo que o último índice apurado foi em Santo Domingo, na República Dominicana, em 2003 (64,68%). Desta maneira, o indicador terá seu índice final apurado em 2007, quando os jogos forem realizados no Rio de Janeiro. O Programa tem contribuído diretamente na preparação das equipes e dos atletas brasileiros que competirão nesses jogos. Existe um alto grau de possibilidade de alcance do índice previsto.

8. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS TRÊS PRIMEIROS CLASSIFICADOS NOS JOGOS SUL-AMERICANOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 57,85
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice final do PPA vai corresponder ao último índice apurado neste indicador – 57,85%, tendo em vista que os próximos Jogos Sul-Americanos só ocorrerão em 2010 e, portanto, no próximo PPA. Houve uma queda do índice apurado em 2006 com relação ao índice de referência de 2002 (94,87%). Isso ocorreu em função do índice inicial ter sido apurado quando a competição ocorreu no Brasil, em que as equipes participaram com sua força principal, além de estarem competindo em locais já conhecidos e com todo apelo emocional a favor. Em 2006, o foco principal e estratégico passou a ser os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007, portanto, o Brasil não participou com suas principais equipes e seus principais atletas, pois muitos estavam em treinamento em outros locais do mundo.

9. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS 20 PRIMEIROS CLASSIFICADOS NOS JOGOS PARAOLÍMPICOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice final do PPA vai corresponder ao último índice apurado neste indicador - 60% em 2004 (Atenas-Grécia) -, tendo em vista que os próximos Jogos Paraolímpicos só ocorrerão em 2008 (Beijing-China) e, portanto, no próximo PPA. No entanto, é importante ressaltar que a mais importante competição mundial paraesportiva terá o impacto das ações realizadas no Programa durante o PPA 2004-2007. Este indicador foi incluído na revisão de 2006.

10. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS CINCO PRIMEIROS CLASSIFICADOS NOS JOGOS PARAPAN-AMERICANOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 75

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Os Jogos Parapan-americanos acontecem de quatro em quatro anos, sendo que o último índice apurado foi em Santo Domingo, na República Dominicana, em 2003. Desta maneira, este indicador terá seu índice final apurado em 2007, quando os jogos serão realizados no Rio de Janeiro. O Programa tem contribuído diretamente na preparação das equipes e dos atletas brasileiros que competirão nesses Jogos. Existe um alto grau de

possibilidade de alcance do índice previsto (75%). Este indicador foi incluído na revisão de 2006, com índice de referência de 2003, mas não registrado no SIGPlan.

Apesar do entendimento que a análise dos índices do Programa deve ser sobre o conjunto das competições compreendendo todo o período do PPA, ressaltamos que os maiores esforços e o principal foco do Programa em 2006 foi preparar os atletas e as equipes que participarão do Pan-Americano do Rio de Janeiro em 2007, entendendo também que essa preparação influencia positivamente no aprimoramento dos demais índices.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil é um País com grande diversidade de modalidades esportivas com finalidades competitivas, mas apresenta grande disparidade de resultados no cenário internacional, tendo modalidades ranqueadas nas primeiras colocações, assim como outras modalidades com resultados intermediários e até insignificantes. Os resultados esportivos brasileiros alcançados ao longo da sua participação em jogos Pan-americanos e Olímpicos têm sido considerados muito aquém das potencialidades nacionais, além de muito díspares.

Nas Olimpíadas de Sidney em 2000, por exemplo, o Brasil ficou em 52º lugar na classificação geral, atrás de países com menor tradição esportiva. Vale ressaltar que a imagem do País no exterior está também ligada ao desempenho das delegações esportivas nos grandes eventos internacionais, assim como este desempenho influencia diretamente na auto-estima da população brasileira.

O apoio ao esporte de alto rendimento nacional, além de prerrogativa constitucional, é fundamental para o desenvolvimento e a melhoria dos resultados das modalidades esportivas, contribuindo para a diminuição das diferenças entre performances esportivas, aumentando o resultado global das delegações nacionais, que acabam por influenciar diretamente no incentivo à prática e na consolidação do segmento esportivo, além de promover a imagem positiva do Brasil no exterior.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• 835 atletas de diversas modalidades beneficiados com a Bolsa Atleta, principalmente, aqueles que fazem esportes menos atrativos à mídia e, portanto, com maiores dificuldades de patrocínio;

• 103,3 mil atletas de alto rendimento avaliados, auxiliando na detecção de talentos para alimentação das futuras equipes nacionais;

• 3.075 atletas de alto rendimento beneficiados com a participação em delegações brasileiras em competições internacionais, sendo 2.253 nas competições para pessoas portadoras de deficiência;

• 1.737 atletas de base beneficiados;

• Três Centros de Treinamento de Alto Rendimento modernizados, fortalecendo o processo de diminuição das disparidades entre as modalidades;

• 3.680 pessoas capacitadas para o esporte de alto rendimento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento do Programa é de importância fundamental para que se comprove, ou não, aquilo que se espera da intervenção prevista. No entanto, a gerência tem se preocupado mais com os processos internos para dar efetividade e eficácia ao processo, ficando em segundo plano a questão do acompanhamento. Existem questões administrativas que ainda devem ser solucionadas para que haja possibilidade de realizar os procedimento de monitoramento.

No âmbito da gerência do Programa, são utilizados os seguintes mecanismos de monitoramento:

a) reuniões de trabalho semanais com os coordenadores de ação, para acompanhar os dados da planilha geral do Programa e assim detectar possíveis dificuldades e execuções positivas (na maioria das ações, existe uma grande dificuldade de acompanhar a execução no local, por indisponibilidade de recursos, sendo que alguns projetos têm um acompanhamento mais sistemático como a Implantação de Centros de Treinamento de Alto Rendimento, por ter custo mais elevado e implementação mais complexa);
b) sistemas informatizados de caráter interno, realizados por meio de planilhas para o acompanhamento da execução do Programa;
c) utilização do SIGPlan como um sistema mais informativo do que gerencial, em vista das diversas peculiaridades e necessidades que não são contempladas por ele, apesar de ser o principal parâmetro para as avaliações posteriores à execução anual;
d) relatórios de gestão que representam um importante *feedback* de caráter gerencial ao gerente e sua equipe, de ano para ano.

Em conseqüência das modificações alcançadas em 2006, principalmente, com relação à autonomia gerencial na execução orçamentária e no acesso de informações, foi importante o estabelecimento de uma metodologia adequada para aferição dos indicadores de gestão que espelha a ação do Programa de forma objetiva. O Programa alcançou um indicador de eficiência na execução orçamentária e financeira de 96,39%.

Sob o aspecto de eficácia, a gestão do Programa teve índice de 89,41% na execução das metas físicas. O método utilizado considera as metas físicas planejadas frente às executadas, no entanto, expurgando da análise as ações que tiveram problemas de definição de metas e que extrapolaram em mais de duas vezes o previsto da LOA 2006. No entanto, ainda é necessário um controle mais rígido sobre a execução das ações, pois, só assim, tanto as metas relatadas como executadas poderão ser confirmadas.

No que diz respeito à Ação Concessão de Bolsa a Atletas, convém destacar que a meta realizada ficou muito aquém da prevista, apenas 691 bolsas foram concedidas, das 1.412 previstas.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Vários fatores influenciaram no fluxo de recursos financeiros, entre eles, o período eleitoral e a tardia aprovação do Orçamento 2006. No entanto, a quase totalidade desses recursos acabou chegando e proporcionando uma plena execução orçamentário-financeira pelo Programa.

A GAP ainda representa um valor muito pequeno em relação ao montante do Programa (0,7%). Apesar do valor ter sido executado em sua totalidade, a ação poderia ter proporcionado melhores condições de gestão ao Programa, principalmente, quanto ao monitoramento e à avaliação. A totalidade dos recursos da GAP foi utilizada com passagens e diárias, entendendo que estas são também finalidades desta ação. Tais viagens a serviço estão muito mais ligadas à preparação de implementação das ações do que à verificação e a capacitação da equipe.

Com relação aos recursos materiais e de infra-estrutura do Programa, são assinalados os seguintes pontos:

a) recursos materiais insuficientes na equipe gerencial, com relação a equipamentos de informática, sistemas informatizados para gestão, salas inadequadas, necessitando de modernização;
b) infra-estrutura inadequada na equipe gerencial, necessitando adequação e reformulação em função do modelo gerencial;
c) recursos materiais insuficientes e infra-estrutura inadequada nas equipes executoras, comprometendo os processos desde a proposição, instrução da proposta e execução dos projetos até a prestação de contas.

Isto tem acarretado diversas alterações de planejamento do Programa e acaba por atrasar e até dificultar os resultados.

A equipe gerencial é composta por poucos servidores o que gerou a necessidade de arranjo diferenciado, visando a diminuir os problemas com a falta de funcionários. No entanto, as dificuldades continuam à medida que o Programa é implementado e necessita de novos procedimentos. Com o intuito de diminuir tais disparidades, a gerência do Programa prepara proposta de alteração na estrutura administrativa para que a mesma possa dar mais efetividade na resposta das demandas.

Juntamente com a falta de pessoal, existe uma necessidade de qualificação na equipe gerencial, assim como uma adequação do perfil da equipe tendo em vista o objeto do Programa. Tais dificuldades já vêm sendo levantadas em avaliações anteriores, por representarem um dos principais aspectos que influenciam no desempenho da equipe gerencial, mais até que a quantidade. Quanto às equipes executoras, também é um gargalo que tem dificultado o andamento e, muitas vezes, a qualidade da execução. Apesar da

pouca governabilidade sobre a questão, a gerência tem exigido critérios de formação para composição das equipes executoras.

Algumas estratégias de execução tiveram que ser alteradas em função de problemas com prestação de contas de parceiros.

Todas as ações do Programa são realizadas por meio de recursos descentralizados. Portanto, o resultado de execução do Programa corresponde ao resultado de recursos descentralizados. Em 2006, houve uma execução de 96,39%.

De maneira geral, existe uma integração entre a gerência e os entes executores. As formas básicas são:

a) reunião mensal;
b) visitas *in loco*;
c) relatórios trimestrais;
d) sistema informatizado.

Apesar destes contatos, é premente a necessidade de sistematização e padronização da relação de maneira que as mesmas sirvam, em tempo real, para o acompanhamento e avaliação dos projetos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No esporte de alto rendimento, a maior parte das parcerias ocorre com entidades não-governamentais, como confederações, federações, comitês (olímpico e paraolímpico), associações esportivas e outros. Estas parcerias têm sido satisfatórias tanto na implementação como nos resultados. Os pontos mais críticos estão ligados a questões de documentação legal, dificuldade em formatar um projeto e até mesmo executar o que foi proposto; problemas com equipes executoras (qualidade) e problemas com trâmites legais de execução (compras, aquisições, pagamento de recursos humanos, entre outros). Para cada dificuldade, são preparados manuais de execução, instrumentos de controle das atividades e orientações das equipes do Ministério do Esporte (ME), quanto às questões legais.

Os mecanismos de participação social são:

a) Ouvidoria do ME que, segundo levantamento, tem seu maior grau de participação relacionado ao Programa e alto grau de retorno relacionado às questões levantadas e providências tomadas;
b) definição de algumas ações do Programa e de sua execução em reuniões com grupos de interesse, caso da Ação de Avaliação de Atletas de Alto Rendimento, que é fruto de reuniões bimestrais entre as universidades participantes da Rede Cenesp, do ME, dos comitês (olímpico e paraolímpico), das confederações e federações esportivas;
c) apresentação das ações do Programa para aprovação do Conselho Nacional de Esporte (CNE).

O Programa contém ações específicas para pessoas com deficiência, pela importância que esta vertente do esporte de alto rendimento tem tido para esse segmento da população. Inclusive seus resultados internacionais têm sido muitas vezes superiores ao esporte tradicional, o que demonstra a influência direta que o Programa tem nesses bons resultados.

As ações Concessão de Bolsas a Atletas, Funcionamento de Núcleos de Categoria de Base, Promoção de Eventos Esportivos de Alto Rendimento têm atendido aos paraatletas, que são atletas dos gêneros masculino e feminino de diversas faixas etárias, agrupados por tipo e grau de deficiência física, auditiva e visual, e que praticam as modalidades paradesportivas regidas segundo normas nacionais e internacionais.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Essa é uma dificuldade que permanece desde avaliações anteriores. Em função de diversas dificuldades, o Programa tem priorizado ações administrativas internas em detrimento de ações gerenciais externas. Desta maneira, foi possível atingir um ótimo nível de execução financeira, ainda sendo necessário, no entanto, aprimorar as questões de acompanhamento e avaliação.

RECOMENDAÇÕES

• Os indicadores do Programa apontam o resultado do setor (esporte de alto rendimento), sem conotação direta com as ações do Programa. Podem ser considerados indicadores de apoio, uma vez que os resultados não são alcançados apenas em função da intervenção direta do Governo Federal, mas também de ações de várias entidades desportivas (confederações, federações, associações, clubes e outros) e da iniciativa privada;

• É importante a realização de estudos durante a elaboração do próximo PPA, no sentido de criação de indicadores de resultados do Programa, e ainda a possibilidade de criação de um índice agregado do esporte de alto rendimento, considerando os indicadores atuais;

• Faz-se necessária, também, uma redefinição da relação entre meta física e custo unitário. Este tem sido o problema na hora de definir a meta, pois, em alguns casos, houve uma extrapolação do previsto em relação ao executado pela falta de um parâmetro adequado de custo unitário.

ESPORTE E LAZER DA CIDADE

OBJETIVO

Promover a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, visando à melhoria da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade social.

PÚBLICO-ALVO

Segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 377.272.325,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 267.199.249,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 267.199.249,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. NÚMERO DE ATENDIMENTOS NOS NÚCLEOS DE ESPORTE E LAZER

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 109.630.800
Índice previsto ao final do PPA: 103.040.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Superado

Este indicador foi desconsiderado desde 2004, pois o índice de referência mostrou-se inconsistente. Ou seja, não representava uma taxa de cobertura que permitisse comparação e acompanhamento. De qualquer forma, é possível observar que os atendimentos tiveram um crescimento significativo e já ultrapassam o índice final do PPA em 2007. Esse fato se deve ao aumento da conscientização dos parceiros - gestores municipais, estaduais, de universidades, organizações não-governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) -, a respeito da importância do investimento nas políticas públicas de esporte e lazer, o que tem elevado os valores das contrapartidas e permitido maior e melhor atendimento. O índice apurado em 2006 é o mesmo que aparece como meta física realizada, multiplicado pelo número de vezes que cada pessoa beneficiada foi atendida.

2. TAXA DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 2,11
Índice previsto ao final do PPA: 0

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Após quatro anos do Governo Lula, identifica-se uma redução substancial no número das famílias em situação de vulnerabilidade social. A taxa de cobertura de 2005 foi calculada levando-se em consideração 48.985.599 pessoas. Porém, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006, esse número caiu para 43.334.459. Consideradas as metas físicas da Ação 2667, em 2006, incluindo-se restos a pagar (RAP), o índice chega a 2,11% da população-alvo. Os números apontam para o total de pessoas beneficiadas. Ou seja, a soma dos participantes, inscritos previamente ou não, nas atividades assistemáticas dos convênios pagos em 2006 e dos RAP 2005. A ausência de índice final previsto em 2007 se deve ao fato de ter sido elaborado durante o processo de andamento deste Plano Plurianual (PPA) - mais precisamente em 2005 -, e não ter havido esta previsão. A Ação 8453 aparece no SIGPlan com um erro de preenchimento. Na meta física realizada o valor é 12.850 e não 4, como consta. O número registrado (4) diz respeito às edições e não ao "exemplar distribuído," que corresponde à unidade de medida da ação. Cabe salientar que as metas físicas das ações 1F70, 5450 e 3073 são alimentadas no SIGPlan a partir do empenho, enquanto as demais se referem a convênios pagos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Esporte e Lazer da Cidade tem justificativa na constatação da necessidade de políticas públicas que atendam às crescentes demandas da população por esporte recreativo e lazer, expressão da condição de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social à qual estão submetidas significativas parcelas da população brasileira.

O Programa é executado de forma descentralizada por meio da celebração de convênios com Municípios, Estados e entidades não-governamentais, considerando-se a disposição dos parceiros de garantir a gestão participativa e democrática do Programa, afirmando o esporte e o lazer como direitos sociais. Nesta perspectiva são implantados os Conselhos Municipais de Esporte e Lazer, aplicada metodologia de avaliação processual de políticas para essas áreas, e formados agentes sociais de esporte e lazer - em conformidade com os requisitos conceituais do Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Programa teve execução financeira de 66,52%. Os resultados a serem destacados são:

• 21 Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES) em funcionamento nas universidades;

• 913.590 pessoas, de diversas faixas etárias, beneficiadas com atividades de esporte e de lazer;

• 1.447 equipamentos de esporte e de lazer implementados e/ou qualificados em espaços públicos das cidades brasileiras.

Visando à qualificação das ações, devem ser destacadas as seguintes atividades:

• Construção de ação voltada ao público de terceira idade, que, em 2007, aparece no Programa de Desenvolvimento de Atividades Esportivas e Recreativas para a Terceira Idade - Vida Saudável. Foi realizado o Seminário de Vida Saudável, com a participação de oito Estados para análise das experiências de consultores em gestões públicas e estudos no meio acadêmico;

• Realização da 1ª reunião nacional dos agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade com a participação de 22 Estados, 71 entidades, 151 Municípios, 400 núcleos de esporte recreativo e de lazer e 13 núcleos da Rede CEDES, totalizando 531 participantes;

• Organização da publicação dos registros da reunião nacional, contendo textos das mesas, oficinas, textos técnicos e relatos de experiências, para distribuição aos parceiros do Programa (agentes públicos, universidades e centros de pesquisa, entre outros);

• Implantação do Observatório do Torcedor, junto aos centros da Rede CEDES. O observatório desenvolve estudos e coletas de dados referentes à implantação do Estatuto do Torcedor no Brasil, com o objetivo de nortear ações que visem à sua qualificação e à sua efetivação;

• Parceria com o Programa Escola Aberta para coordenação e execução conjunta, de julho a dezembro, de cerca 31 formações em nove Estados – Roraima (RR), Bahia (BA), Pernambuco (PE), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), Minas Gerais (MG), Rio Grande do Sul (RS), Distrito Federal (DF) e Mato Grosso do Sul (MS) -, capacitando 5.300 agentes (oficineiros, coordenadores temáticos de esporte e lazer e professores de educação física), em 1.256 escolas municipais e estaduais destes Estados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações são: reuniões, visitas *in loco*, sistemas informatizados, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e relatórios de gestão.

As reuniões de trabalho variam de periodicidade e as demandas abrangem a equipe gestora no Ministério do Esporte (ME), as entidades conveniadas, de controle social e coordenadores de núcleo.

Em 2006, a equipe gerencial visitou e acompanhou 24 convênios, em eventos de formação das equipes de trabalho, fez 20 visitas técnicas de fiscalização e acompanhou oito eventos científicos e tecnológicos.

Foi desenvolvido, em 2006, um sistema que permitirá, a partir de 2007, a apresentação, acompanhamento e avaliação on-line dos pleitos e convênios relacionados ao Programa, com exceção da Ação 5450 - Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, por demandar uma discussão no ME em geral.

Houve a alimentação sistemática dos dados no SIGPlan. Há uma certa dificuldade de compatibilização de alguns dados que aparecem no sistema com o controle interno feito diretamente nos processos de convênio. No caso específico da alimentação de dados referentes aos repasses de recursos às entidades federais, a dificuldade é ainda maior, uma vez que a mesma só é feita a partir da utilização do recurso, o que dificulta o controle do coordenador de ação.

O relatório de gestão é elaborado anualmente, de maneira coletiva pela equipe do Programa. Percebe-se grande dificuldade no momento de organizar os dados para os referidos relatórios, uma vez que não há um controle interno organizado.

As ações do Programa tiveram uma execução física média de 79% em relação ao previsto, sendo executadas as ações que envolvem recursos para infra-estrutura. A não execução de 100% se deveu, especialmente, aos valores que não puderam ser pagos até 31.12.2006, devido à falta de disponibilidade financeiro-orçamentária no ME, o que deixou muitos convênios sem serem empenhados. Outro fator que contribuiu para este índice se refere aos recursos que ficaram em RAP apresentando meta física prevista, mas sem serem alimentados como metas físicas realizadas e vice-versa, gerando distorções.

A não utilização de 100% dos recursos orçamentários do Programa se deu devido a dificuldades como:

a) longo período impeditivo relacionado à legislação eleitoral;
b) demora na aprovação do orçamento;
c) demora ou não apresentação de pleitos completos, especialmente os relacionados às emendas parlamentares;
d) dificuldades das entidades proponentes de providenciar documentação em dia;
e) contingenciamento de recursos.

Desde sua criação, o Programa vem sendo ampliado, qualitativa e quantitativamente. Em 2006, houve um avanço significativo nas Ações Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer e Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer, principalmente para a Região Norte e para a Região Nordeste do País. Para assegurar ao Programa uma estrutura nacional, têm sido multiplicadas experiências de convênios organizados em forma de consórcios regionais, buscando o aprimoramento do controle social e da intersetorialidade.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. O atraso na aprovação do orçamento, o período impeditivo eleitoral, o contingenciamento e a falta de disponibilidade financeira do ME, em dezembro

de 2006 - quando a maior parte dos processos estavam prontos para serem pagos -, dificultaram a execução da programação.

Os recursos não-orçamentários dizem respeito às contrapartidas oferecidas pelos conveniados. Estes valores têm sido significativos, tanto para a ampliação do Programa como na conscientização a respeito da importância de investimentos públicos em políticas de esporte e lazer para a população.

A Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) teve uma execução de 100%. Os valores foram utilizados para pagamento de passagens e diárias, na maior parte dos casos, dos servidores da gerência do Programa para visitas técnicas aos convênios, acompanhamento da formação prevista nos mesmos, preparação da conferência nacional e participação em eventos diretamente relacionados ao ME (acompanhamento de formação: 24; conferências estaduais: 15; visita técnica institucional: 20; seminários e congressos: 33). O restante foi destinado ao pagamento de diárias e passagens de colaboradores eventuais. A avaliação da utilização do recurso é muito positiva, uma vez que o acompanhamento da formação e a visita técnica em muito qualificam a execução dos convênios. Muitos desses, porém, não receberam visita técnica e/ou acompanhamento da formação, pois os valores previstos não foram suficientes.

A falta de computadores e/ou máquinas defasadas e as dificuldades no sistema operacional são as principais dificuldades da equipe gerencial. Além disso, o espaço físico de trabalho não é adequado, o mobiliário está desgastado e o espaço é muito pequeno, o que dificulta o atendimento ao público.

A equipe do Programa é pequena para atender à demanda, além de estar dispersa pelo ME. As pessoas que organizam e acompanham a execução da ação orçamentária do Programa de maior dotação, não têm vínculo direto com as demais equipes. Outro aspecto é a necessidade de maior qualificação técnico-pedagógica para desempenho das funções, visando a atender as necessidades de implementação e qualificação do Programa.

Quanto à infra-estrutura nas equipes executoras, muitos locais não dispõem de espaço físico adequado, especialmente para o desenvolvimento de atividades de esporte recreativo e de lazer (quadras, parques, praças, ginásios, salas, etc), previstos em muitos convênios firmados pelo Programa. É importante destacar que esta responsabilidade é da entidade conveniada. Avalia-se que uma maior articulação entre a ação de infra-estrutura com as demais ações do Programa poderia contribuir, em alguns casos, com a redução desta dificuldade.

As principais restrições que interferiram nos desempenhos das ações de maior impacto foram:

a) a Ação 5450 - Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, de maior valor orçamentário, sofreu contingenciamento de recursos previstos para emendas parlamentares, o que reduziu significativamente sua execução físico-financeira;

b) os créditos orçamentários adicionais, além de raramente serem disponibilizados, quando o foram não chegaram a ser executados por falta de orçamento;
c) a previsão de realocação de crédito (do Segundo Tempo para o Esporte e Lazer da Cidade) não foi disponibilizada, apesar de publicada, impedindo o pagamento de diversos convênios;
d) os recursos do Orçamento União só foram disponibilizados no mês de maio, o que atrasou o início da execução do Programa;
e) a parcela de recursos financeiros, comprometida por RAP, interferiu especialmente na Ação 5450. Nesta ação, muitos Municípios encontram dificuldades nos processos de licitação e celebração de convênios;
f) as diversas entidades atrasaram prestação de contas e isto acabou impedindo a celebração de novos convênios. Em alguns casos, a tramitação interna lenta agravou estes atrasos;
g) o período de celebração de convênios ficou restrito pela demora na aprovação do orçamento e pela legislação eleitoral, tendo acarretado acúmulo de demandas e atrasos em diversos processos;
h) as dificuldades na celebração de convênios por inadimplência dos entes, principalmente nas entidades indicadas para serem beneficiadas pelas emendas parlamentares.

A execução orçamentária foi média, pelos motivos já expostos anteriormente. A integração entre a gerência do programa e os entes executores das ações foi dificultada especialmente por ter ocorrido, durante um mesmo processo, diversas trocas de interlocutores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os parceiros não-governamentais têm tido um bom desempenho no cumprimento das metas. Existem algumas entidades que apresentam dificuldades pontuais de execução, as quais podem ser atenuadas com acompanhamento, fiscalização, orientação técnica, administrativa e pedagógica em geral.

Os mecanismos de participação social são: Ouvidoria - utilizada principalmente com relação às ações que envolvem investimentos em infra-estrutura - e reuniões com os mais variados parceiros do Programa. Os convênios de funcionamento de núcleos prevêem ainda a existência de entidade de controle social para acompanhamento e fiscalização de sua execução. A principal contribuição da participação social foi permitir que a avaliação processual e os conseqüentes ajustes repercutissem em melhor qualidade na execução do Programa.

RECOMENDAÇÕES

• Alterar o nome do Programa para Programa de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer;

• Rever, no próximo PPA, os índices e indicadores para estabelecer um dos parâmetros de avaliação do Programa;

• Fusão da Ação 3988 - Implantação e Modernização de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer com a Ação 2426 - Funcionamento de Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer, uma vez que o descritor da primeira pode ser contemplado pela segunda.

INSERÇÃO SOCIAL PELA PRODUÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO

OBJETIVO

Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social.

PÚBLICO-ALVO

Detentos cumprindo pena no sistema penitenciário, adolescentes e jovens em conflito com a lei, e populações em situação de vulnerabilidade social.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 20.972.711,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 19.167.542,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 19.167.542,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA MÉDIA DE REDUÇÃO NA REINCIDÊNCIA DE PRESOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 33,33

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

A Taxa Média de Redução na Reincidência de Presos é a relação percentual entre a reincidência de detentos onde existe o Programa e o número de reincidências onde não existe o Programa. Nesse contexto, o índice estabelecido anualmente para o Programa, que, na verdade equivale apenas à Ação 2362 (Produção de Material Esportivo por Detentos - Pintando a Liberdade), no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, foi de 33,33% em 2004. No exercício de 2006, o Programa promoveu, de acordo com as informações prestadas pelos diretores de presídios e representantes das Varas de Execuções Penais nas quais funcionam as unidades de produção, uma transformação no dia-a-dia dos detentos, geralmente marcado pela ociosidade, rebeliões e planos de fuga. De acordo com os Fundos Penitenciários dos Estados, o índice de reincidência carcerária nas penitenciárias que têm o Programa instalado é de cerca de 30%, enquanto em outras instituições é de 60% a 90%.

Como o objetivo é manter o índice de 33,33% no período, é grande a possibilidade de alcance do índice. Não há registro de índice para 2005 e 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Originado a partir da Ação Pintando a Liberdade inserida no Programa Reestruturação do Sistema Penitenciário do PPA 2000-2003, o Programa representa a ampliação necessária da idéia original de buscar a inserção social pela produção a baixo custo de material esportivo. A prioridade dada pelo Governo Federal à geração de emprego e renda levou à inclusão da Ação Pintando a Cidadania, que envolve a montagem de unidades de produção em comunidades de risco social. Assim, este Programa compreende três linhas de ações distintas, todas elas destinadas à geração de material esportivo:

a) Pintando a Liberdade (com a finalidade de reintegração do detento à sociedade);
b) Pintando a Esperança (com a finalidade de reinserção social do adolescente em conflito com a lei);
c) Pintando a Cidadania (com a finalidade de geração de emprego e renda em comunidades de risco social, preferencialmente, na busca do primeiro emprego).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• 1.509.050 itens de material esportivo produzidos, quantidade suficiente para contemplar aproximadamente 6.899.800 pessoas, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa;

• 1.077.873 itens esportivos liberados para atender à demanda dos programas e das ações conduzidos em parceria com entidades estaduais, municipais e filantrópicas, objetivando promover a inclusões social de crianças, jovens e adultos por meio da prática de esportes, beneficiando 2.844 entidades por todos os Estados do País;

• 4.802.977 pessoas beneficiadas residentes em comunidades reconhecidamente carentes, jovens em situação de vulnerabilidade social e portadores de necessidades especiais;

• 12.700 internos do Sistema Prisional Brasileiro beneficiados pela geração de renda;

• 1.781 pessoas residentes em comunidades reconhecidamente carentes absorvidas como mão-de-obra na produção de materiais esportivos, promovendo a inclusão social desses indivíduos e proporcionando-lhes uma renda mensal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são:

a) reuniões de trabalho entre os membros da equipe do Programa e destes com os parceiros nos Estados, quando também são realizados treinamentos e capacitações específicas;
b) visitas de acompanhamento e vistoria para averiguar o processo de implantação e de funcionamento das unidades de produção;
c) elaboração e utilização de sistemas informatizados de acompanhamento por meio da utilização da página do Ministério do Esporte (ME) na Internet;
d) alimentação e atualização do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), de forma a acompanhar a execução orçamentária do Programa em relação às metas orçamentárias e físicas propostas inicialmente;
e) inclusão de informações detalhadas da execução do Programa nos relatórios de gestão, de tomada de contas anual e no balanço de quatro anos de governo, dentre outros.

A execução das metas físicas do Programa foi exitosa, visto que o conjunto das duas ações foi superior a 90%, apesar da não execução de um emenda nacional, devido à impossibilidade de operacionalização dos recursos na rubrica disponibilizada. As ações 2352 - Produção de Material Esportivo por Comunidades Carentes em Situação de Vulnerabilidade Social - Pintando a Cidadania, e 2362 - Produção de Material Esportivo por Detentos - Pintando a Liberdade, alcançaram, respectivamente, 147,65% e 51,47% da meta prevista.

O Programa teve uma execução financeira de 91,34% e os recursos orçamentários foram suficientes para a meta prevista da Ação 2362 - Pintando a Liberdade. Estes recursos não serão suficientes, no entanto, com a ampliação do Programa, por meio da Ação 2352 - Pintando a Cidadania, além da possibilidade de ampliação dos itens produzidos nas unidades de produção implantadas junto às comunidades, como por exemplo, a produção de jogos de xadrez, em atendimento ao Projeto Xadrez nas Escolas - parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) -, e a produção de piso para pistas de atletismo com restos de pneu, como já vem sendo experimentado na unidade de Feira de Santana (BA).

Devido ao cronograma diferenciado de implantação das novas unidades de produção e da renovação dos convênios já existentes, a liberação dos recursos ao longo do exercício acompanhou o planejamento do Programa.

A Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa permitiu a realização do acompanhamento *in loco* do processo de implantação, operacionalização e prestação de contas dos convênios firmados em Território Nacional, garantindo a implantação das unidades, a produção e a entrega do material esportivo pactuado, assim como a realização de algumas despesas com envio e transporte do material esportivo aos parceiros dos programas sociais do ME.

O Programa está operando em todo o Brasil, contando com 87 unidades de produção em funcionamento, com a participação de 12.700 detentos e 1.781 pessoas que residem em comunidades carentes - atuando diretamente no processo de produção de material esportivo, em caráter de atividade continuada -, e uma unidade internacional de produção implantada em Angola. Este cenário suscita uma maior demanda gerencial na elaboração e no desenvolvimento de projetos, planejamento, monitoramento e fiscalização das ações do Programa, processo limitado pela quantidade inadequada de recursos humanos da equipe gerencial deste.

O atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, em alguns casos, retardou a renovação dos convênio, e o processo de produção da nova remessa de material esportivo a ser distribuída nos núcleos dos programas esportivos sociais. Esse fato, porém, não prejudicou o cronograma de distribuição do material em 2006 devido à impossibilidade de distribuição no período que antecedeu as eleições.

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes, em alguns casos, não permitiram a renovação dos convênios, havendo perda no processo de produção. A mais antiga e maior unidade de produção, no que se refere ao quantitativo e qualitativo, localizada no Estado do Paraná, devido à inadimplência, encontra-se com suas atividades suspensas, sem garantir a produção de material esportivo, a ser distribuído nos programas sociais, tornando necessário o deslocamento de materiais produzidos em outras Unidades da Federação para atendimento dos projetos neste Estado.

Consideradas as dificuldades enfrentadas de entrega de matéria-prima em péssimas condições de uso para algumas unidades de produção, devido às possíveis falhas provocadas pelo processo licitatório, no ano de 2006, também em função do período eleitoral que suspendeu a distribuição do material esportivo já produzido, toda a demanda dos programas esportivos sociais do ME foi atendida. Os dados específicos que comprovam estas afirmações se encontram especificados no texto e nos anexos do relatório de tomada de contas anual - 2006.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias com organismos não-governamentais têm trazido bons resultados, como por exemplo os alcançados pela Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana (FAMFS) e pela Associação Cultural Jacuipense, ambas na Bahia. Sugestão aceita pelo ME e formalizada contratualmente, permitiu a construção de pistas de atletismo com material reaproveitado de fábricas de produção de pneus e a manufatura de peças de xadrez com material plástico reciclado. Tais projetos, além de possibilitarem aos jovens o acesso a um espaço esportivo nobre, atendem às exigências ecológicas e propiciam condições adequadas ao melhor desenvolvimento intelectual dos adolescentes.

Os mecanismos de promoção da participação social são: Ouvidoria, conferências nacionais de esporte - com função de consulta pública por meio da participação dos diferentes segmentos sociais, na elaboração das políticas públicas e do Sistema Nacional de

Esporte e de Lazer -, e reuniões com grupos de interesse - encontros de capacitação com coordenadores dos projetos em Municípios onde as unidades de produção se encontram implantadas possibilitam a troca de informações e o acompanhamento mais preciso da execução do projeto na ponta.

São contribuições da participação social para os resultados do Programa os aprimoramentos do sistema on-line de acompanhamento do funcionamento das unidades de produção, e o intercâmbio de vivências e experiências entre os diferentes Estados e com outros países, que reconheceram a importância e o significado do Programa para o processo de inclusão social.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários por meio de reuniões de capacitação com os representantes das unidades de produção e visitas de acompanhamento *in loco* a estas e aos núcleos de esporte que recebem o material produzido pelo Programa.

Todas as entidades parceiras que receberam os materiais esportivos das unidades de produção, seja pelos detentos, seja pelas comunidades, demonstraram satisfação, apesar da durabilidade do material produzido, que sofre desgaste maior provocado pela forma de uso e pelos locais precários onde o mesmo é utilizado.

Foi detectada a necessidade de maior articulação com o Sistema Penitenciário Federal (SPF), com os sistemas penitenciários estaduais e com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), bem como com as unidades de internação de menores do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), para melhor mapeamento das necessidades mais urgentes de implantação de novas unidades de produção, inclusive no sentido de integrar as duas ações do Programa em um mesmo Município.

O Programa apresenta, como boas práticas de gestão, o processo de encaminhamento e a logística de distribuição do material esportivo produzido, junto aos núcleos dos programas esportivos sociais do ME.

Levando-se em consideração as recomendações das auditorias da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) - realizadas no ME -, e as recomendações feitas pelos mesmo órgãos ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) está sendo contratada uma solução integrada de gestão de contratos, convênios e obras, de forma a estruturar um sistema de informações para gestão setorial (Infrasig) eficaz, que possa fazer a interlocução com os demais sistemas gerenciais do Governo Federal e, em tempo real, possibilitar acesso da população às informações referentes à execução do ME, permitindo a transparência na execução de recursos públicos. A previsão é que sua implantação ocorra no primeiro semestre de 2007.

RECOMENDAÇÕES

• O único indicador do Programa é resultado da Ação Pintando a Liberdade, comparando a reincidência carcerária entre as penitenciárias nas quais existem ou não núcleos instalados. Há necessidade de melhor definição da apuração do índice. É importante registrar, ainda, a ausência de indicador sobre a cobertura do Programa em comunidades em situação de vulnerabilidade social. Devido à inconsistência do indicador atual, que é composto por variáveis que não podem ser efetivamente mensuradas, um novo indicador que contemple todas as ações significativas deve ser estudado para a proposta do PPA 2008-2011;

• Embora o Programa tenha dois méritos inquestionáveis - produzir/distribuir material esportivo à população carente e contribuir para a reinserção social de detentos e jovens em conflito com a lei -, entende-se que o cerne do Programa não é de natureza esportiva. Tal qual estabelece seu objetivo, trata-se de uma estratégia de reinserção social por intermédio do trabalho que, no caso específico, consiste na produção de material esportivo. Ainda que as práticas esportivas no País estejam sendo beneficiadas com a utilização desses materiais, esta seria uma conseqüência secundária, haja vista que o indicador utilizado é a Taxa Média de Redução na Reincidência de Presos;

• No que se refere à participação social, talvez viesse ao caso criar um instrumento de avaliação do impacto dos materiais esportivos nas instituições beneficiárias, sob a forma de questionário, a ser encaminhado juntamente com os materiais esportivos.

RUMO AO PAN 2007

OBJETIVO

Realizar os Jogos Pan-americanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro.

PÚBLICO-ALVO

Comunidade Esportiva Nacional.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 423.957.488,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 265.565.332,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 265.565.332,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

O Programa não possui indicador. Tal situação se justifica em virtude da existência de prazo determinado para a realização dos Jogos Pan-americanos e dos Jogos Parapan-americanos de 2007 no Rio de Janeiro. Ou seja, trata-se de um programa temporário, com responsabilidades pactuadas nos níveis federal, estadual e municipal. Apesar da não existência de indicador no Programa, como o resultado a ser alcançado é a própria realização do evento, a meta será plenamente atingida.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os resultados esportivos brasileiros alcançados ao longo da sua participação em Jogos Pan-americanos e os Jogos Olímpicos têm sido considerados muito aquém das potencialidades nacionais. Nas Olimpíadas, por exemplo, o Brasil tem ficado atrás de países cujas populações, economias e desenvolvimentos tecnológicos são muito menores. Nesse sentido, vale ressaltar que a imagem do País no exterior está ligada ao desempenho das delegações esportivas nos grandes eventos internacionais, assim como vale ressaltar que este desempenho influencia diretamente a auto-estima da população brasileira.

O País passa por mudanças substanciais na reorganização do sistema esportivo. A criação de um Ministério exclusivo para tratar de assuntos do esporte dá ao segmento um fôlego maior para alavancar o desenvolvimento do esporte de alto rendimento. No entanto, esse objetivo depende da busca de aprimoramento do nível técnico dos atletas e dos profissionais que atuam na área. A carência de recursos humanos e físicos compatíveis

com o potencial esportivo nacional é objeto de preocupação do setor, considerando que o esporte de alto rendimento, nos seus mais elevados níveis de disputa, exige uma grande complexidade de organização.

Uma das principais causas da fraca participação nacional nesses eventos pode ser encontrada no próprio nível de desenvolvimento de cada modalidade esportiva praticada no Brasil. Sob essa perspectiva, o Programa procura contemplar os processos científicos, participativos e administrativos que envolvem o intrincado sistema esportivo, apontando as alternativas viáveis, que buscam reverter o quadro crítico e o baixo desempenho dos atletas brasileiros. Procura, ainda, criar mecanismos para dar condições de treinamento e competitividade, investindo em equipamentos e materiais esportivos, assim como ampliar o capital humano envolvido com o esporte na perspectiva de alto rendimento e no incremento da performance. Além disso, depois de 44 anos o Brasil voltará a sediar os Jogos Pan-americanos, evento esportivo de magnitude continental e visibilidade mundial, que poderá elevar o esporte brasileiro a um novo patamar entre as grandes potências esportivas. Neste sentido, o maior desafio é alcançar resultados técnicos esportivos que levem o País a figurar entre os mais destacados no cenário esportivo internacional. Esse evento poderá se tornar um divisor de águas para o esporte brasileiro, não só no campo estritamente técnico, mas também na gestão do esporte e na infra-estrutura.

Um evento desse porte propicia impactos econômicos e sociais por meio da melhoria na estrutura e nos serviços, fortalecimento do setor de pequenos e médios negócios, aumento da oferta de empregos, desenvolvimento de projetos de preservação ambiental, desenvolvimento econômico regional, divulgação do País no exterior, aumento do turismo interno e externo e a atração de novos eventos internacionais, com os conseqüentes impactos positivos para a população mais carente, como demonstram as experiências internacionais. Talvez o grande legado para o País, ao realizar um evento esportivo de grande porte, seja a melhora da sua auto-estima. Após as Olimpíadas de Sidney, em 2000, o comitê organizador, em seu relatório final, concluiu que o maior ganho para o País foi a melhora da sua imagem, interna e externamente. Nesse panorama, em que se mostram concretos o problema e a oportunidade, cabe ao Poder Público orquestrar uma intervenção direcionada com reflexos que deverão marcar o setor esportivo nacional como um todo, tendo claro que o evento marcado como foco é o resultado de um processo que deve ter seu início imediato.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Construção de 62,45% das instalações do Pólo Aquático do Rio/Complexo do Autódromo Nélson Piquet através de convênio com a prefeitura do Rio de Janeiro;

• Implementação de 52% da infra-estrutura do Complexo Esportivo de Deodoro, que abrigará o Centro Nacional de Hipismo e o Centro Nacional de Tiro, além das modalidades de tiro com arco, hóquei sobre a grama e pentatlo moderno;

• Contratação de equipamentos, sistemas e serviços, na área de tecnologia (integrador dos jogos) para fornecimento dos sistemas de resultados, sistemas para gerenciamento

dos jogos (chegadas e partidas, transportes, credenciamento, etc), sistemas de segurança da informação, sistemas de gestão para o Comitê Organizador, sistemas de difusão de informações (Internet, SMS, gráficos para TV, mídia, etc), computadores (estações de trabalho, servidores e *notebook*), impressoras, equipamentos de reprografia, equipamentos de cronometragem e medição (dentre outros), Centro de Operações de Tecnologia, Data Center primário e secundário, laboratório, fábrica de PC (instalação e configuração de equipamentos), *Call Center*, etc;

• Contratação dos serviços e equipamentos de comunicação para os jogos, incluindo telefonia fixa e móvel, rede de dados, rede de segurança (imagens de CFTV), rede de contribuição (imagens geradas pela TV Pan), rede de distribuição (imagens de CATV-cabo) e acesso à Internet;

• Contratação de agência implementadora para elaboração dos projetos básicos e editais de licitação, assim como para acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados;

• Contratação de serviços de sonorização, apresentação e cabeamento nos locais de competição (ginásios, estádios, arenas, etc) e outros (hotel oficial, assembléia da Odepa, etc).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O acompanhamento das ações, identificando eventuais desvios e sugerindo intervenções, é empreendido através de:

a) sistema colaborativo e de reuniões e contatos com os grupos de trabalho envolvidos;
b) planejamento e coordenação de sistemas e métodos de controle nas áreas afins e de projetos;
c) alocação de recursos de acordo com prioridades estratégicas do Governo Federal;
d) resolução de conflitos.

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são:

a) reuniões quinzenais de trabalho;
b) visitas *in loco* e sistemas informatizados executados por meio da agência implementadora contratada;
c) utilização do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) para acompanhamento das ações e suas respectivas metas físicas mensais;
d) sistema *Project Builder* que demonstra o acompanhamento físico e financeiro de todos os projetos e subprojetos;
e) relatórios de gestão elaborados mensalmente pela agência implementadora, com análise de projetos e subprojetos e acompanhamento fotográfico.

As principais dificuldades para a realização dos jogos têm sido a imprevisibilidade na execução das ações, devido à falta de conhecimento em eventos similares, e novas demandas por recursos, decorrentes de atividades não constantes no planejamento inicial do Comitê Organizador (CO-RIO). Outro importante elemento de preocupação tem sido a dificuldade da Prefeitura e do Estado do Rio de Janeiro em cumprir as obrigações inicialmente acordadas, levando ao aumento, por meio de créditos extraordinários, da participação do Governo Federal nos custos do evento.

Com uma execução financeira global de 62,63% em 2006, o Programa tem como destaques as seguintes ações:

a) a Ação 2430 - Realização dos Jogos Pan-americanos e dos Jogos Parapan-americanos de 2007 no Rio de Janeiro, apesar de menor execução financeira (6,98%), realizou diversos eventos preparatórios e de teste. Além disso, foi possível a reunião de inúmeras equipes no âmbito nacional e internacional, permitindo avaliar a atual condição dos atletas a fim de melhorar e aperfeiçoar a preparação dos mesmos. Implantação de Núcleos de Esporte de Base (NEB) para iniciação, treinamento e competição de atletas, atendendo também às comunidades do entorno, de forma que os equipamentos construídos tenham utilização após os jogos. Realização do Mundial Militar de Equitação, tiro esportivo na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e a reforma da quadra da Escola de Educação Física do Exército (EsFEx), onde vários atletas profissionais puderam treinar. Na área social, foi efetuado um diagnóstico sócio-esportivo das comunidades carentes adjacentes aos locais de realização dos jogos, além de convênio com a Central Única das Favelas (CUFA) para a realização do basquetebol de rua. Foram realizados, ainda, repasses às confederações para realização dos seguintes eventos:

   i) 15º Campeonato Mundial de Basquetebol;
   ii) Campeonato Brasileiro Masculino de Basquetebol em Cadeira de Rodas;
   iii) World BMX Championship;
   iv) copas Brasil de Atletismo e Natação para Cegos;

b) a Ação 3950 - Implantação de Infra-Estrutura Física para a Realização dos Jogos Pan-americanos e dos Jogos Parapan-americanos de 2007 no Rio de Janeiro, com execução física de 68,16%, para realização, basicamente, da importação de material esportivo e implementação do Complexo Esportivo de Deodoro que abrigará o Centro Nacional de Hipismo e o Centro Nacional de Tiro Esportivo, além das modalidades de tiro com arco, hóquei sobre a grama e pentatlo moderno;

c) a Ação 1D72 - Implantação de Infra-estrutura Tecnológica e de Serviços para a realização dos Jogos Pan-americanos e dos Jogos Parapan-americanos no Rio de Janeiro, com 83,35% de alcance da meta física, realizando a contratação do sistema integrador dos jogos, a contratação do esquema de serviços e equipamentos de telecomunicação para os jogos, o gerenciamento de projetos por meio de agência implementadora e os serviços de áudio, vídeo e cabeamento

nos locais de competição e afins.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os créditos extraordinários liberados no decorrer do ano de 2006, foram superados pela não liberação de limite ao final do ano, ocorrendo assim a baixa execução orçamentária. Até o dia 22.12.2006 o Programa tinha um total de R$ 223,6 milhões de convênios e pagamentos prontos para empenho nas ações 2430, 3950 e 1D72. Estes não puderam ser empenhados por falta de limite. Portanto, se o Programa tivesse recebido limite orçamentário, haveria a possibilidade de maior realização dos recursos alocados no exercício. A falta de garantia e previsão dos recursos orçamentários é hoje o principal fator que compromete a gestão orçamentária do Programa. A não liberação dos limites para empenho no ano de 2006 atrasou convênios e a consecução de ações.

Outro aspecto a se considerar é a auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), que fez uma série de recomendações com relação a procedimentos de contratação das obras dos jogos.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

SEGUNDO TEMPO

OBJETIVO

Democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte como instrumento educacional, visando ao desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como meio de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

PÚBLICO-ALVO

Estudantes do Ensino Fundamental e Médio.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 148.038.841,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 130.789.007,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 130.789.007,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE ATENDIMENTO DO SEGUNDO TEMPO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 1,31%
Índice previsto ao final do PPA: 9%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O índice esperado pela gerência em 2006 era de 6%, sendo que a apuração (1,31%) indicou que o mesmo está longe do previsto. Diante da realidade orçamentária e financeira do Programa, há enorme dificuldade em atingir os índices propostos.

2. TAXA DE ATENDIMENTO DO SEGUNDO TEMPO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 3,39%
Índice previsto ao final do PPA: 20 %

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O índice esperado pela gerência em 2006 era de 13%, sendo que a apuração (3,39%) indicou que o mesmo está longe do previsto. A dificuldade em se definir o conceito de

vulnerabilidade social, e a própria obtenção de dados quanto ao universo das crianças e dos adolescentes nessa situação, tornou necessária a adoção do seguinte parâmetro: crianças e adolescentes de sete a 17 anos, com renda de até meio salário mínimo, matriculados no ensino fundamental e médio do País. Assim, essa taxa corresponde à fórmula: (crianças e adolescentes no Programa X 100) / 15.000.000 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2003) = 3,39%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A construção e a oferta de espaços públicos coletivos (organizados pedagogicamente), favoráveis ao fomento da prática esportiva na comunidade, poderão possibilitar o estabelecimento e o desenvolvimento de políticas públicas para o esporte educacional, em parceria com governos estaduais e municipais, instituições de ensino superior, associações e entidades representativas dos segmentos, com abordagens de temas de interesse direto da comunidade e conseqüente contribuição para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida.

De acordo com o artigo 217 da Constituição Federal, a prática esportiva é direito de cada cidadão. Portanto, a democratização do acesso a essa prática, por si só, é uma forma de inclusão social. E quando o esporte é efetivado como instrumento de formação integral do indivíduo, terá ainda como conseqüência a convivência social, a disseminação de valores, a saúde e a consciência crítica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Programa teve execução financeira de 88,35%. Os resultados a serem destacados são:

• Atendimento a 941.912 beneficiários, distribuídos em 4.710 núcleos esportivos, localizados em 741 Municípios das 27 Unidades da Federação;

• Conclusão da capacitação de 682 pessoas no processo de educação continuada (156 na 1ª turma do Curso de Especialização e 526 na 3ª turma do Curso de Extensão), em parceria com o Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília (CEAD/UnB);

• 861 pessoas cursando a 2ª turma do Curso de Especialização com previsão de encerramento para fevereiro de 2007.

Visando à qualificação das ações devem ser destacadas as atividades:

• Continuidade da parceria com a Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura (Unesco), com o propósito de construir indicadores e implantar um sistema de avaliação para o Segundo Tempo;

• Avaliação do Programa estruturada em modelo lógico pela Comissão Técnica de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (CTMA/MP);

• Realização de eventos nacionais e internacionais, envolvendo estudantes de ensino fundamental, médio e superior do País;

• Estabelecimento de Termos de Cooperação/Protocolos de Intenção com diversas entidades governamentais e não-governamentais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações são: reuniões, visitas *in loco*, sistemas informatizados, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e relatórios de gestão. Sempre que possível, sendo regra para o caso de instituições com sede no Distrito Federal (DF) e entorno, ou seja, instituições próximas à sede do ME, são feitas reuniões prévias, antes da implementação dos convênios e ao longo da vigência dos mesmos. Esta prática tem auxiliado enormemente na identificação e correção de problemas relacionados à execução.

Todos os convênios do DF e entorno são visitados periodicamente. O restante do País é alvo de vistorias por amostragem, devido à impossibilidade tanto pela escassez de recursos financeiros para o deslocamento de servidores quanto pelo número reduzido de recursos humanos da equipe para a enormidade da tarefa de cobrir todos os núcleos em funcionamento no Território Nacional.

O Programa dispõe de sistema informatizado no qual todos os convênios são cadastrados. O banco de dados possui registro de todos os recursos humanos envolvidos nos núcleos, todos os beneficiados, endereços dos núcleos e atividades desenvolvidas. As entidades parceiras devem cadastrar todos esses dados no sistema, como pré-requisito para o desembolso da segunda parcela dos recursos. Além disso, a partir de 2007, todos os pleitos serão cadastrados no sistema, única via de entrada de novas solicitações. Até o fim do exercício, pretende-se trabalhar também com o módulo final - dedicado à prestação de contas -, de forma que todas as fases de uma parceria possam ser acompanhadas de modo mais ágil e com maior transparência na gestão.

Todos os meses são feitos os registros da evolução do SIGPlan, que serve, ainda, de fonte de dados para a elaboração de diversos relatórios. Por último, os parceiros têm a obrigatoriedade de enviar relatórios trimestrais ao longo da vigência da parceria. Tais instrumentos são fundamentais para o acompanhamento da execução e para a identificação de problemas ou impropriedades na implementação do Programa.

Conforme previsão orçamentária e custo médio, a meta estipulada pela equipe gerencial era manter um milhão de crianças e jovens em atividade, em 5.000 núcleos de esporte educacional. Embora o Programa contasse, ao fim de 2006, com 941.912 beneficiados, apenas 508.702 foram oriundos de parcerias firmadas em 2006. Um total de 243.890 beneficiados provieram de parcerias de 2005, inscritas em restos a pagar (RAP), e outros 189.320 de parcerias cujo público-alvo já era beneficiado nos núcleos ao término de 2005. A citada meta levava em conta, para o cálculo do custo médio por criança, apenas dois itens: as ações de recursos humanos e o material esportivo. Para viabilizar os projetos

e garantir o funcionamento dos núcleos, entretanto, fez-se necessário que o Ministério do Esporte (ME) apoiasse integralmente a Ação de Reforço Alimentar, além de conceder recursos para material esportivo suplementar e, em alguns casos, receber financiamento de entes que não são da esfera pública, para os recursos humanos ou para a Ação Transporte para os Beneficiados. Desta forma, o cálculo inicial do custo médio foi majorado.

Em 2006, a Ação 4377 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional totalizou 508.702 beneficiados, em 2.867 núcleos, por meio dos empenhos realizados em 2006 - que somam R$ 95.613. Conforme verificação do SIGPlan, o percentual atingido da meta física é de 20,81%, condizente com 508.702 beneficiários. Conforme já colocado, a meta de 2,5 milhões de alunos beneficiados foi estabelecida a partir do cálculo do custo médio, levando-se em conta apenas as ações de recursos humanos e material esportivo, de modo a permitir a expansão do número de atendimentos, contando com a possibilidade de ampliação da contrapartida oferecida pelos parceiros, o que na prática se mostrou inviável.

Alguns outros fatores impactaram negativamente a consecução da meta em 2006, como a Lei Eleitoral, que determinou a suspensão de repasses para órgãos municipais e estaduais até o término do processo, e a dificuldade de um grande número de prefeituras para obter todos os documentos exigidos pela legislação vigente, principalmente o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, e impactou a execução do planejamento do Programa fortemente. Mesmo assim, a execução orçamentária do Programa na sua ação principal atingiu 94,43%. Em 2006, foi atingida a quantidade de 941.912 crianças, adolescentes e jovens, distribuídos em 4.710 núcleos esportivos localizados em 741 Municípios. Com 341 convênios, dois termos de cooperação e 13 termos aditivos firmados até o fechamento do exercício, apesar das dificuldades, aumentaram significativamente as parcerias com entes públicos, aprimorando-se a distribuição de recursos nas mais diversas regiões.

Os recursos materiais na equipe gerencial são insuficientes, uma vez que os móveis, equipamentos (computadores, aparelhos telefônicos, de fax, impressoras) ainda não atendem totalmente à demanda. Não foram adquiridos os móveis solicitados e a situação se agrava a cada dia, com mesas, cadeiras e armários quebrados e sem segurança para a guarda dos processos. Apesar da aquisição das máquinas fotográficas, os técnicos que fazem as vistorias continuam sem telefones celulares ou *notebook*.

Permanecem as dificuldades relacionadas à infra-estrutura física e aos recursos humanos, em virtude da dimensão de atendimento do Programa Segundo Tempo e do fato de grande parte do quadro de funcionários ser formado por terceirizados. Os problemas enfrentados vão do diminuto número de técnicos especializados à ausência de espaço físico e equipamentos compatíveis com a demanda.

A quantidade de recursos humanos na equipe gerencial continua muito reduzida para a enormidade da tarefa. Além disso, nem todo o corpo técnico possui qualificação e/ou experiência para desempenhar suas funções.

Com relação à qualificação dos recursos humanos, foi oferecido a todos os servidores curso de capacitação sobre convênios, em parceria com a Escola de Aministração Fazendária (ESAF), entre outubro e novembro de 2006. Estas ações devem ser ampliadas em 2007. Com o objetivo de descentralizar e qualificar a ação de capacitação, a gerência do Programa está propondo uma parceria com o Instituto Ayrton Senna para desenvolver a capacitação dos recursos humanos envolvidos nos convênios do Programa Segundo Tempo por meio da formação em serviço. A capacitação, que será presencial, prevê tratar de questões pedagógicas, técnicas e de gestão, necessárias ao desenvolvimento das parcerias.

O contingenciamento orçamentário impede que o Programa adquira a fluidez necessária à sua execução. O desgaste ocasionado pelo atraso na liberação de recursos financeiros impediu, inclusive por falta de tempo hábil para o cumprimento de todos os trâmites burocráticos e administrativos, a renovação de algumas parcerias e a implantação de outras. Desde o início do exercício de 2006, inclusive em observância às recomendações dos órgãos de controle - notadamente Tribunal de Contas da União (TCU) -, o Programa passou a exigir não só a apresentação da prestação de contas de convênios anteriores, mas também a aprovação, pela área técnica, do cumprimento do objeto das referidas parcerias. Tal medida, embora contribua para uma maior transparência e controle, também impacta diretamente na renovação de projetos, algumas vezes, inclusive, inviabilizando a continuidade do atendimento.

O acompanhamento e a fiscalização dos convênios, concomitante à intensificação das vistorias *in loco* por técnicos do ME, foram vitais para a melhoria da execução do trabalho desenvolvido nos núcleos de esporte. Paralelamente, a disseminação das diretrizes do Programa para os gestores das instituições parceiras permitiu o aperfeiçoamento do processo.

A implantação de um setor responsável pelo acompanhamento da execução dos convênios, desde a liberação dos recursos financeiros até a prestação de contas, trouxe uma ferramenta importantíssima à gestão do Programa.

O Programa Pintando a Liberdade, responsável pela distribuição de material esportivo e uniforme aos beneficiados nos núcleos de esporte, supriu parte da demanda do Segundo Tempo. Apesar da integração, essa demanda não pôde ser totalmente atendida devido a restrições, tanto orçamentárias quanto financeiras.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui diversas parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos e organizações governamentais. O acompanhamento precisa ser implementado no que concerne, principalmente, a vistorias e capacitação dos recursos humanos.

Os mecanismos utilizados pelo Programa para promoção da participação social, são os seguintes: a Ouvidoria e a realização de reuniões com grupos de interesse, que auxiliam no processo de fiscalização e disseminação das diretrizes e da proposta do Programa.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários por meio de relatórios encaminhados periodicamente pelos conveniados, os quais auxiliam no monitoramento e constituem material para aperfeiçoamento da gestão.

A obrigatoriedade de designação de uma entidade fiscalizadora local, que emite relatório de acompanhamento sobre a execução do convênio, tem agregado informações e apontado problemas difíceis de serem identificados de outras formas, dada a abrangência territorial do Programa.

Está sendo viabilizada parceria com o Banco do Brasil (BB), visando à abertura de contas massificadas e específicas ao convenente pelo próprio ME. Isto representa a possibilidade do ME ter acesso a saldo e extrato da referida conta, podendo monitorar a implementação do projeto, bem como auxiliar na prestação de contas da entidade, dando maior transparência à execução dos convênios. Também estão sendo estudadas regras específicas quanto à movimentação da conta, pagamento com ordem bancária e possibilidade ou não de emissão de cheques, conforme as regras da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente. Esta parceria também teria como benefício a utilização do sistema de pregão deste banco, auxiliando os parceiros no cumprimento do Decreto nº 5.504, de 5 de agosto de 2005 e da Portaria Interministerial nº 217, de 31 de julho de 2006, dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda (MP).

Pela avaliação dos relatórios trimestrais, enviados pelos gestores de cada convênio firmado, pode-se constatar que não apenas os beneficiários diretos, mas também toda a comunidade envolvida (pais e professores) têm uma avaliação muito positiva dos resultados alcançados pelo Programa.

RECOMENDAÇÕES

• Sugere-se que a meta física da principal ação do Programa (4377 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional) seja alterada para criança/adolescente/jovem beneficiado;

• Faz-se necessário definir melhor qual o custo médio por aluno beneficiado na Ação 4377 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional, pois é um parâmetro importante para alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Amazônia Sustentável

Áreas Protegidas do Brasil

Combate à Desertificação

Comunidades Tradicionais

Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos

Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas

Desenvolvimento Sustentável do Pantanal

Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

Nacional de Florestas

Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer

Proambiente

Probacias

Qualidade Ambiental

Recursos Pesqueiros Sustentáveis

Resíduos Sólidos Urbanos

Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), foram utilizados **R$ 1.320.519.058,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 2.391.458.395,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 1.320.519.058,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 2.391.458.395,00**	**Total realizado:**	**R$ 1.320.519.058,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MMA não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 107.385.289,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 68.323.895,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do MMA em 2006 foram:

• Consolidação da Política Ambiental Integrada por meio de iniciativas em diferentes políticas públicas, contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável;

• No Plano Amazônia Sustentável (PAS) foram realizadas discussões públicas por meio de parcerias com o Ministério da Integração Nacional (MI), com os sete governadores da Região Norte e com os Estados do Maranhão e de Mato Grosso, que aderiram ao plano em 2006, apresentando um conjunto de estratégias e orientações que devem ser consideradas na implementação de políticas públicas para a região, organizadas em cinco grandes eixos;

• O Plano BR-163 Sustentável, lançado em 5 de junho de 2006, estabeleceu novos paradigmas para o desenvolvimento da Amazônia em Território Nacional, apresentando um plano operacional que visa a implementar ações e políticas governamentais em toda a região, contemplando ações de ordenamento do território, infra-estrutura, fomento às atividades econômicas sustentáveis, melhoria dos serviços públicos e outras ações voltadas à inclusão social e ao fortalecimento da cidadania. O plano foi elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), composto por 22 Ministérios, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, com parcerias dos governos dos Estados do Pará, do Amazonas e Mato Grosso, das organizações da sociedade civil e do setor privado;

• Uma das grandes preocupações do MMA foi o aperfeiçoamento do licenciamento ambiental. Nesses quatro anos, o licenciamento ambiental na esfera federal avançou significativamente em números e em qualidade. A quantidade de licenciamentos passou

de 145 empreendimentos por ano para 225 por ano, permitindo o licenciamento, de 2003 a 2006, entre outros empreendimentos, de 21 hidrelétricas (4.880,6 MW), estando oito já em operação; de três termelétricas capazes de produzir 744 MW; de 3.134 km de gasodutos, sendo 1.824 km para início de obras; de trechos significativos de rodovias e ferrovias, como 840 km da rodovia BR-163 e 637 km da ferrovia Transnordestina. A área de portos, especialmente o de Santos, também foi objeto de concessão de licenças ambientais. Ademais, nesse período, o licenciamento ambiental feito pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) permitiu a auto-suficiência brasileira no setor de petróleo;

• Lançamento, em março de 2004, do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, elaborado por um Grupo Permanente de Trabalho Interministerial, instituído em março de 2003, envolvendo 13 Ministérios e coordenado pela Casa Civil. Esse plano tem como objetivo diminuir as taxas de desmatamento na região amazônica considerando fatores econômicos e sociais. Assim, diferencia-se das ações passadas, uma vez que não se limita exclusivamente a ações ambientais voltadas para a fiscalização, mas contempla também ações de ordenamento fundiário e territorial e de fomento às atividades sustentáveis. Os resultados do Plano sobre o desmatamento já são muito positivos, tendo alcançado a redução de 31% no período 2004-2005 em relação ao período anterior. É o maior percentual de redução do índice de desmatamento na Amazônia dos últimos nove anos. Conforme previsão do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a taxa de desmatamento de 2005-2006 será de 13.100 km², segundo menor registro feito desde que o INPE iniciou o levantamento anual;

• Unidades de Conservação (UCs). No Programa Áreas Protegidas do Brasil destacam-se:

a) ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em cerca de 11 milhões de hectares com a ampliação de áreas já existentes e a criação de 21 UCs, das quais 13 encontram-se na região da Amazônia;
b) elaboração da versão preliminar da Proposta de Destinação Administrativa provisória da região de influência da rodovia BR-319 e de outras áreas, contemplando a criação de 12 UCs (Proteção Integral);
c) aprovação, por meio do Decreto nº 5.758 de 13 de abril de 2006, do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), que estabelece uma política de gestão integrada do conjunto das áreas protegidas brasileiras (SNUC, Terras Indígenas, Terras Quilombolas, Áreas de Preservação Permanente, Reservas Legais), potencializado o esforço de conservação em todo o Território Nacional;

• Assinatura de 19 Acordos de Cooperação Técnica com Estados, organizações não-governamentais (ONGs), Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com o objetivo de conjugar esforços para implementação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas;

• Publicação da Resolução nº 371/2006 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a qual estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança,

aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental e a publicação da segunda edição do **Atlas de Recifes de Coral nas Unidades de Conservação Brasileiras**, revisada e ampliada com mais 20 mapas novos das áreas de recifes não incluídos nos limites das UCs;

• Florestas Plantadas: de 2002 a 2005 a atividade obteve crescimento expressivo de 71%, passando de 320 mil hectares em 2002 para 553 mil em 2005. Isso se deve, sobretudo, ao esforço do Programa Nacional de Florestas (PNF) em viabilizar os instrumentos políticos e mecanismos institucionais necessários, como crédito compatível com a atividade, assistência técnica e o aprimoramento e ajuste da legislação, assegurando ao produtor a estabilidade de regras. Estima-se que, em 2006, a área de floresta plantada deverá atingir 600 mil hectares. Assim, a área de plantio de 2005 e 2006 superou pela primeira vez, em mais de uma década, a área de colheita. Mantendo este ritmo de plantio e a continuidade da alta produtividade observada, afasta-se a hipótese do chamado apagão florestal nos ciclos de corte que se iniciam em 2012. Em 2002, a participação do pequeno produtor no plantio de 320 mil hectares de florestas foi de apenas 7%, cerca de 20 mil hectares. Já em 2005, a contribuição desse segmento produtivo foi superior a 23%, cerca de 128 mil hectares da área total de 553 mil hectares plantados com florestas em todo o País. Em 2006, estima-se que a participação do pequeno produtor deverá ser de 25% da área de 600 mil hectares;

• Manejo Sustentável de Florestas Naturais. Estas florestas ocupam 85% da Amazônia onde se concentra 90% da produção de florestas naturais no Brasil. Em 2004, a área de manejo florestal certificada era de 1,4 milhão de hectares, e, em 2006, estima-se uma área de 3 milhões de hectares. A principal dificuldade para o alcance da meta de 15 milhões de hectares de florestas naturais manejadas, em 2007, era a ausência de regulamentação para gestão de florestas públicas. Com a promulgação da Lei nº 11.284/06 de Gestão de Florestas Públicas foi possível ao PNF criar as condições para a retomada do ritmo dos trabalhos e iniciar as seguintes atividades:

a) Plano de Ação do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 (DFS BR 163) – criado em 13 de fevereiro de 2006, o DFS BR-163 teve seu Plano de Ação 2006-2007 (desenvolvido por grupo de trabalho interministerial) aprovado pela Presidência da República em junho e está na fase de implementação. Envolve ações de ordenamento fundiário, fomento às atividades florestais sustentáveis e para infra-estrutura;
b) implementação do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) – criado em 05 de junho de 2006 está na fase final de estruturação da diretoria e das superintendências, o que deve acontecer até o final do ano. Estão em fase de elaboração o regimento interno e o modelo de contrato de gestão que lhe confere autonomia;
c) implantação da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOR) – criada pela Lei nº 11.284/06 e regulamentada em junho de 2006;
d) Documento de Origem Florestal (DOF) - entrou em operação completa o novo sistema de emissão de autorizações de transporte de produtos florestais;
e) regulamentação da Lei de Gestão de Florestas Públicas;

f) com relação ao Bioma Caatinga, o PNF realizou o levantamento de áreas prioritárias para o manejo florestal em 100 Unidades de Assentamento Rural, envolvendo 10 mil famílias da região do semi-árido;

• O Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (PZEE). Cabe mencionar que graças à ampliação das parcerias com diversos órgãos do Governo Federal e de governos estaduais foi possível, nos últimos anos, ampliar a área do Território Nacional sob zoneamento, que era de 11% em 2002, de 23% em 2005, e de 25% em 2006. Além disso, estão em andamento projetos que abrangem cerca de 3,05 milhões de km^2, o correspondente a 33% do Território Nacional;

• O Programa de Gestão de Bacias Hidrográficas (Probacias) possui ações de outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Um avanço relevante foi a implantação do primeiro sistema de pagamento voluntário pelo uso da água, na bacia do rio Paraíba do Sul, o qual acumulou o montante de R$ 23,73 milhões, de 2003 a 2006, sendo que a arrecadação, no exercício de 2006, foi de aproximadamente R$ 5,8 milhões, repassados integralmente para aplicação em projetos e investimentos para a recuperação da própria bacia. Com o intuito de regularizar e cobrar pelo uso dos recursos hídricos de forma mais abrangente, a Agência Nacional de Águas (ANA) concluiu a estruturação dos comitês das bacias dos rios Verde Grande (BA/MG), Piracicaba, Capivari e Jundiaí (MG/SP), com 441 usuários, desenvolvendo ações de capacitação nessas regiões. Tais iniciativas levaram o Comitê da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí a implementar a cobrança pelo uso da água, sendo o segundo no País. A cobrança nessa bacia iniciou-se no ano de 2006 e merece destaque, uma vez que em seu primeiro ano obteve o montante de R$ 8,9 milhões. A ANA definiu, ainda, os marcos regulatórios de uso da água nas bacias dos rios Piranhas-Açu (PB/RN), Paranã (GO), Pipiripau (DF/GO) e Poti-Longá (CE/PI), realizando estudos de disponibilidade hídrica, cadastrando e regularizando os usuários. Merece destaque, também, a finalização da elaboração do **Atlas de Obras Prioritárias para a Região Semi-árida**, o qual traz um diagnóstico da situação da oferta de água bruta em todos os nove Estados da Região Nordeste e no norte do Estado de Minas Gerais, totalizando mais de 1.100 Municípios, a fim de identificar as alternativas técnicas para atender às atuais e às futuras demandas de água;

• Além de se notabilizar por sua biodiversidade, o País conta com uma sócio-diversidade expressiva. São mais de 220 etnias indígenas e diversas comunidades locais (quilombolas, caiçaras, seringueiros, etc) que detêm importantes conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Assim, nos últimos quatro anos, o MMA, em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), investiu cerca de R$ 79,5 milhões em 1.756 projetos que beneficiaram 107,54 mil famílias, sendo R$ 22 milhões investidos em 2006, beneficiando cerca de 30 mil famílias. Outras iniciativas foram adotadas para promover a cidadania, a geração de renda e a qualidade de vida dessas populações, fortalecendo institucionalmente suas entidades representativas;

• Em março de 2006, foi instituído o Fundo Nacional de Compensação Ambiental (FNCA), resultado de parceria entre o Ibama e a Caixa Econômica Federal (CEF). Com ele, responsáveis por empreendimentos licenciados que causem danos não mitigáveis ao ambiente devem, em contrapartida, contribuir financeiramente para um fundo destinado a financiar atividades e projetos em benefício das UCs do SNUC;

• Na esfera internacional, o ano de 2006 foi caracterizado pelo fortalecimento do protagonismo brasileiro nas negociações com outros países. De igual maneira, nesse período buscou-se fortalecer o processo de implementação, em caráter nacional, do grande número de acordos e tratados internacionais na área ambiental. O Governo Federal participou ativamente das reuniões relativas a todos os instrumentos internacionais de que o País é signatário, com destaque para a atuação do Brasil nas seguintes convenções internacionais:

a) Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática;
b) 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 8);
c) 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3).

ASPECTOS RELEVANTES

Embora a programação executada em 2006 seja consistente com os objetivos setoriais do MMA e aderente à sua estrutura organizacional, os seguintes problemas dificultaram a plena execução dos programas:

a) a estrutura regimental do MMA não permite que o modelo de gestão do PPA seja adequadamente implementado, uma vez que, por exemplo, as suas secretarias não dispõem de unidades subordinadas (departamentos, coordenações gerais, etc) para que as ações dos seus programas possam ser coordenadas pelas chefias das unidades;
b) o quadro de pessoal é ainda inexperiente, considerando que a grande maioria dos servidores ingressou no MMA a partir de 2004;
c) os recursos orçamentários aprovados foram insuficientes e estiveram sujeitos a contingenciamento;
d) a inexistência, no MMA, de um sistema de informações gerenciais setoriais (Infrasig);
e) a insuficiente articulação entre as unidades internas do MMA e a necessidade de melhoria nas articulações com as vinculadas;
f) as dificuldades enfrentadas na celebração de convênios e contratos, sugerindo a necessidade de uma melhor estruturação do MMA e das entidades conveniadas nessas áreas;
g) merece destaque o recorrente problema da inadimplência de Estados e Municípios com a União, que tem dificultado ou até mesmo impedido a celebração de convênios e, também, a baixa capacidade de implementação de políticas públicas por parte, principalmente, de Municípios menos desenvolvidos;
h) os recursos não-orçamentários disponibilizados ao MMA, mormente os relativos a parcerias internacionais, não estão, em sua maioria, publicizados no PPA da União.

AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento da Amazônia mediante o uso sustentável de seus recursos naturais.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades extrativistas e indígenas, ribeirinhos, associações e cooperativas de pequenos produtores agrícolas e rurais, setor privado empresarial e comunidade científica amazônica.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 57.512.934,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 22.203.075,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 22.203.075,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 25.920.440,00	**R$ 5.130.635,00**	

INDICADOR

1. ÁREA DE ECOSSISTEMA ORIGINAL MANEJADA DE FORMA SUSTENTÁVEL

Unidade de medida: ha
Índice apurado em 2006: 231.221
Índice previsto ao final do PPA: 3.600.997

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

O índice é composto pelo somatório do número de hectares manejados anualmente de forma sustentável, considerando-se áreas de ecossistema original manejadas de forma sustentável. Foi considerada para 2006 a previsão de 479,22 mil hectares. Considerando-se que algumas ações migraram para outros programas do Plano Plurianual (PPA), o componente ficou comprometido na sua fase de consolidação.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Com o intuito de reverter o ritmo de destruição das florestas tropicais ao mesmo tempo em que se propicia melhor qualidade de vida aos habitantes das regiões, foi criado, no início dos anos 90, o Programa Piloto para a Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7).

Em Rio Branco (AC), o Presidente da República e os governadores dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima assinaram um termo de cooperação com o objetivo de elaborar grande Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia – o Amazônia Sustentável, no âmbito do PPA 2004-2007. O Programa foi construído a partir de diagnósticos e propostas estaduais estruturadas em torno de eixos temáticos estabelecidos com a ativa consulta e participação da sociedade civil, estabelecendo como prioridade absoluta a internalização transversal do conjunto das políticas públicas dos princípios do desenvolvimento sustentável, considerados cruciais para um novo modelo de desenvolvimento regional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Aporte de R$ 15,80 milhões para a execução de 147 projetos nos componentes do Programa Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas (Padeq);

• Implementação de novos instrumentos de controle e monitoramento fundamentais para coibir fraudes e procedimentos ilegais na atividade florestal na Amazônia;

• Informatização do Sistema de Declaração de Origem Florestal (DOF) em substituição à extinta Autorização de Transporte de Produto Florestal (ATPF);

• Publicação do Manual do Laudo de Vistoria de Campo de Planos de Manejo Florestal;

• Publicação de *CD-Rom* contendo estudos produzidos nos últimos 10 anos pelos diversos projetos no âmbito do Programa Amazônia Sustentável (PAS) e do PPG7;

• Aprovação do aporte de US$ 1 milhão oriundos do Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais para apoio à participação social na execução e no controle de políticas ambientais;

• Repasse de R$ 6,20 milhões a iniciativas de sensibilização e capacitação em manejo florestal, tendo sido beneficiadas cerca de 7 mil pessoas nas diferentes ações executadas;

• Implantação do Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais (SLAPR) nos Estados da Amazônia (exceto Maranhão e Roraima);

• Continuidade do treinamento e fortalecimento para a Gestão da Flora do Tapajós.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os resultados de 2006 foram considerados dentro do esperado. O Programa Amazônia Sustentável é composto por sete ações, sendo cinco consideradas de campo. Destas, duas excederam as metas físicas em função da ampliação dos acordos de pesca e sua área de abrangência, uma não atingiu o resultado esperado devido ao baixo acesso ao crédito disponível para o turismo regional em 2006 e, as demais foram satisfatórias.

A gestão de recursos humanos do Programa "Amazônia Sustentável" representou uma restrição à plena execução das ações, em função da necessidade de treinamento e

capacitação contínua e cumulativa de técnicos temporários, substituídos por permanentes, que ainda careciam de experiência.

Foram identificadas algumas dificuldades na gestão dos contratos de financiamentos internacionais vinculados ao Programa, em decorrência dos dispositivos legais para atender às demandas muito específicas e de desempenho dos componentes da Ação, aliado à carência de pessoal capacitado para operar jurídico-administrativamente os contratos externos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A concepção geral do Programa está correta, apesar de alguns de seus aspectos ainda serem passíveis de aprimoramento, a exemplo do seu objetivo, de forma a expressar a natureza experimental e pioneira das ações e a caracterização do público-alvo, devido à ampliação do leque de parcerias estabelecidas em âmbito local para a implementação das atividades previstas nas ações.

Quanto à forma de implementação do PAS, verifica-se que este possui mecanismos que promovem a participação social nas formas de ouvidoria e reuniões com grupos de interesse, acarretando uma maior eficiência na concretização dos objetivos das ações.

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução e, em geral, tem executado suas ações de forma satisfatória, contribuindo para o resultado positivo na execução e no cumprimento de metas das ações.

O Programa opera de forma descentralizada, repassando os recursos diretamente para o conjunto de subprojetos apoiados. A liquidação orçamentária em seu âmbito depende da dinâmica das instituições e subprojetos apoiados, portanto, sob esta ótica, o desempenho da execução do Programa é de médio a alto. Embora o Programa não possua outra avaliação além da anual do PPA, as ações que o compõem, por receberem recursos de doação internacional, desenvolveram uma metodologia própria de acompanhamento e monitoramento técnico e financeiro dos subprojetos, servindo de modelo para outras instituições. O Sistema de Monitoria Participativa, com foco na geração de conhecimento para o aperfeiçoamento contínuo da gestão dos subprojetos, consiste na realização de oficinas de estabelecimento de diagnóstico, definição dos indicadores de impacto e elaboração de modelo de relatório semestral para cada subprojeto apoiado.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL

OBJETIVO

Expandir e consolidar o sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes.

PÚBLICO-ALVO

População residente nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de unidades de conservação.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 56.627.619,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 42.926.884,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 42.926.884,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE PROTEÇÃO INTEGRAL DOS BIOMAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 5,60
Índice previsto ao final do PPA: 6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Para o cálculo do índice foram levadas em consideração as áreas das Unidades de Conservação estaduais e federais identificadas e mapeadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). A Taxa de Proteção Integral dos Biomas foi de 5,6%, havendo expectativa de superação do índice previsto para o final do Plano Plurianual (PPA).

2. TAXA DE USO SUSTENTÁVEL DOS BIOMAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 9,2
Índice previsto ao final do PPA: 7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Para o cálculo do índice foram levadas em consideração as áreas das Unidades de Conservação estaduais e federais identificadas e mapeadas pelo MMA. A Taxa de Uso Sustentável dos Biomas obtida foi de 9,2, portanto, o índice do indicador já foi superado em 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O estabelecimento de um Sistema Nacional de Áreas Protegidas está previsto no Programa de Governo da Coligação Lula Presidente e nas orientações estratégicas do Governo Federal, contidas no Plano Plurianual da União, dentre as quais o Mega Objetivo II, que trata da proteção da biodiversidade como aspecto fundamental para alcançar a sustentabilidade.

A Diretriz 12 do Desafio 17 (Melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com justiça ambiental), por sua vez, orienta as ações de governo necessárias para a conservação e manejo de áreas protegidas.

A proteção de áreas naturais resulta em benefícios à sociedade, refletindo na qualidade de vida das gerações atuais e nas necessidades das gerações futuras, além de gerar benefícios econômicos diversos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Ampliação do Sistema Federal de Unidades de Conservação da Natureza em 11 milhões de hectares;

• Reconhecimento de quatro Mosaicos de Unidades de Conservação: unidades Costeiras e Marinhas do litoral sul do Estado de São Paulo e litoral do Estado do Paraná, Mosaico Bocaina, Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense e o Mosaico Mantiqueira;

• Elaboração do Plano de Ação visando à promoção do turismo nos Parques Nacionais;

• Acesso da sociedade às informações do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação realizado por meio da URL <http://www.mma.gov.br/cadastro_uc>;

• Capacitação de 120 pessoas no curso Monitores Ambientais Locais para Unidades de Conservação;

• Elaboração do Manual para Capacitação em Gestão Ambiental para o Turismo Sustentável, com o objetivo de oferecer orientações em gestão ambiental para as instituições e docentes que trabalham na capacitação em turismo.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

As demandas enfrentadas pelas instâncias gerenciadoras e implementadoras do Programa têm se ampliado na medida em que setores da sociedade identificados com a conservação da natureza vêm cobrando atuação mais intensa e maior investimento de recursos por parte do Governo Federal na criação e gestão de áreas protegidas.

O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, previsto pela Lei nº 9.985/2000, possibilitará o acompanhamento de implementações nos três níveis de governo do desempenho físico das ações.

A regularização fundiária é uma questão-chave para a implementação das Unidades de Conservação pelo fato de garantir o zoneamento e a efetiva gestão destas áreas, além da implementação de infra-estrutura adequada. Os aportes, ainda parcos, provêm de recursos da compensação ambiental.

A criação de novas Unidades de Conservação para proteger os biomas superou as expectativas iniciais. No entanto, as ações de implementação nessas áreas, em especial a implementação de infra-estrutura, disponibilização de pessoal e regularização fundiária, ficaram abaixo do esperado.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Verifica-se, como resultado obtido em 2006 no Programa, um acréscimo na área protegida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), refletido de maneira similar tanto em Unidades de Conservação de Proteção Integral quanto de Uso Sustentável combinado com o esforço para implementar modelos conservacionistas de desenvolvimento territorial. Este bom desempenho é, em grande medida, fruto de parcerias não-governamentais para a execução das ações, que constituem importante canal de diálogo com a sociedade, além de auxiliar amplamente no processo de gestão e construção de políticas públicas para as áreas protegidas.

O Plano Nacional de Áreas Protegidas é um instrumento de elaboração que fortaleceu a participação da sociedade civil organizada, inclusive de instituições e atores ligados às terras indígenas e aos territórios Quilombolas.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

OBJETIVO

Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação.

PÚBLICO-ALVO

População das Áreas Susceptíveis á Desertificação (ASD)

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.124.698,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 633.753,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 633.753,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. ÁREAS ATENDIDAS POR INTERVENÇÕES QUE VISEM AO COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Unidade de medida: km²
Índice apurado em 2006: 3.475
Índice previsto ao final do PPA: 14.600

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Com a mudança do indicador em 2006, tornou-se viável avaliar e medir as áreas atendidas por intervenções de combate à desertificação. As várias ações implementadas nos Núcleos de Desertificação superaram as expectativas, que levaram ao alcance, em 2006, de um índice de 3.475 km² que, somado a área atendida anteriormente, resultou no total 13.225 km².

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CCD), define desertificação como "a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e subúmidas secas resultante de vários fatores incluindo as variações climáticas e as atividades humanas". No Brasil, denominou-se de Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD) a região atingida por esse problema, que inclui Municípios de todos os Estados do Nordeste, além de alguns Municípios do Norte do Estado de Minas Gerais e Noroeste do Estado do Espírito Santo.

O Brasil, seguindo a orientação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, da qual é signatário desde 1997, elaborou o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil). Esse Programa, instrumento de planejamento que define as linhas e as principais ações para o combate e a prevenção do fenômeno da desertificação, tem como elementos-chaves o combate à pobreza e às desigualdades sociais, aliados à recuperação, à preservação e à conservação dos recursos naturais e o objetivo geral de estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais que permitam otimizar a formulação e a execução de políticas públicas e investimentos privados nas áreas susceptíveis à desertificação.

O Programa Combate à Desertificação justifica-se pela necessidade de se promover uma centralização, um único programa contemplando as diversas ações governamentais que visam à implementação de práticas sustentáveis para a convivência com a seca e a redução do processo de desertificação na região. Além disso, o Programa pretende desenvolver algumas das ações previstas no PAN-Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Contribuição para o aprimoramento do conhecimento sobre a situação e os processos de desertificação e de ocorrência de secas nas ASD, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Integração Nacional (MI) inseriram no Programa Proágua Nacional um subcomponente específico para ações de combate à desertificação intitulado Proágua Semi-Árido Antidesertificação;

• No âmbito da VIII Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Diversidade Biológica (COP 8), a Secretaria de Recursos Hídricos do MMA promoveu o *Side Event Strategic Alliance Between the Convention on Biological Diversity and the Convention to Combat Desertification: Advances and Challenges*. Durante o evento foi discutido e aprovado o documento intitulado Diversidade Biológica nas Áreas Semi-Áridas e Subúmidas Secas;

• Negociação com as Delegações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para discutir documento de apoio ao Treinamento na Captação de Recursos para Implementação dos Programas Nacionais de Combate à Desertificação;

• Grupo de Trabalho (GT) de vulnerabilidade cujo tema Os Efeitos das Mudanças Climáticas sobre a Desertificação no Brasil foi abordado pela SRH/MMA, destacando a implementação de ações transversais e a importância de se construir parcerias para que se possa reproduzir os cenários de mudanças climáticas e os cenários científicos necessários para a previsibilidade dos eventos climáticos e seus efeitos que permitam a ampliação da capacidade de resposta a eventos extremos;

• Elaborado o Relatório Nacional - **Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação 2002-2006**, que tem por objetivo relatar os avanços logrados pelo Brasil na implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), no período compreendido entre maio de 2002 e maio de 2006, que será apresentado pelo governo brasileiro às instâncias responsáveis pelo acompanhamento da implementação da Convenção;

• No âmbito da Cooperação Internacional foi organizada e apoiada a realização de um ciclo de reuniões envolvendo representantes da Cooperação Técnica Alemã (GTZ), Mecanismo Global, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), autoridades e técnicos de instituições governamentais brasileiras;

• Realizado, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o Programa Salto para o Futuro da TV Escola, um programa de Educação à Distância realizado pela TV Escola e produzido pela TVE Brasil, que tem como proposta a formação continuada e o aperfeiçoamento de docentes, bem como de estudantes dos cursos de magistério.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os resultados obtidos em 2006 foram considerados acima do esperado. As atividades desenvolvidas foram especialmente importantes pelo fato das Nações Unidas terem declarado o ano de 2006 como sendo o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação, tendo como conseqüência uma maior mobilização e divulgação da temática junto aos mais variados segmentos da sociedade em âmbito nacional.

O fluxo de recursos liberados limitou o desenvolvimento de algumas ações, que com um trabalho permanente de articulação e parceria com órgãos da Administração Federal, dos Estados, da sociedade civil e dos organismos de cooperação internacional, não foram comprometidas.

O Programa apresenta boas práticas de gestão, caracterizando-se como uma permanente e verdadeira "co-gestão" entre governos (federal e estaduais), sociedade civil e cooperação internacional, mobilizando recursos privados para fins públicos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A implementação do PAN-Brasil tem suas ações monitoradas e avaliadas pela estrutura encarregada de sua implementação, e para o cumprimento dessa tarefa são elaborados relatórios de gestão, tais como: Relatório Nacional de Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Relatório de Gestão do Tribunal de Contas da União (TCU), Relatório de Monitoramento e Avaliação das ações desenvolvidas no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica (IICA/SRH/MMA), Relatório do Progresso dos Resultados alcançados pelo Projeto BRA/OEA/01/002, Relatório de Progresso dos Resultados alcançados pelo Projeto GTZ/SRH/MMA e Balanço Geral da União.

Dentre as iniciativas da sociedade civil, principalmente as lideradas pela Articulação do Semi-árido (ASA), destacam-se a realização de oficinas microrregionais, estaduais e nacionais, com a participação de lideranças de entidades de base e de ONGs, com o objetivo de qualificar os atores sociais referidos na temática da desertificação para atuarem como articuladores e multiplicadores nos seus respectivos Estados. Desta forma, essa estratégia de participação mais ativa da ASA, vem contribuindo para a visibilidade do tema junto às populações residentes nas áreas susceptíveis à desertificação e, conseqüentemente, legitimam o processo de implementação do Programa e de elaboração dos Programa de Ação Estadual (PAEs).

RECOMENDAÇÕES

• A infra-estrutura da equipe gerencial e a qualidade dos recursos humanos deverão ser reforçadas.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

OBJETIVO

Melhorar a qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, por meio de assistência técnica e financeira a empreendimentos produtivos e a iniciativas de auto-organização associadas à gestão ambiental.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 13.292.540,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 12.617.677,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 12.617.677,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 17.000.000,00	-	

INDICADORES

1. VARIAÇÃO DO VALOR AGREGADO DOS PRODUTOS SUSTENTÁVEIS ORIUNDOS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O indicador foi proposto durante a revisão do Programa em 2005, mas após análise conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ficou definido que este indicador não seria incluído, devido à inviabilidade de sua medição.

2. TAXA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS COM BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 20,38
Índice previsto ao final do PPA: 17,59

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Em 2006, a proporção de organizações inseridas em processos produtivos foi superada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil é um dos países de maior diversidade cultural do planeta. Do ponto de vista conceitual, as "populações tradicionais" são caracterizadas para os propósitos deste Programa, por sua relação com a base de recursos naturais e a gravidade e premência de suas demandas por políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Ao longo da história do Brasil, os territórios por elas ocupados e os direitos de acesso e uso de recursos naturais têm sido usurpados, o que resultou em êxodo rural e aumento da pobreza, agravados pela degradação ambiental de seus territórios remanescentes. Com a democratização do País refletindo em sua crescente organização, as populações tradicionais construíram alianças e se tornaram sujeitos ativos no processo político.

O Programa Comunidades Tradicionais pretende atingir seu objetivo focalizando inicialmente suas ações em diferentes grupos sociais e em regiões distintas. A maior parte das ações incide sobre a Amazônia, pois a maioria das populações tradicionais vive nessa região. De início, o Programa vai trabalhar com extrativistas (seringueiros, quebradeiras de coco, extrativistas de açaí, etc) e com grupos quilombolas. Posteriormente, o Programa buscará incorporar outros grupos sociais em função da gravidade de sua demanda latente por ações de gestão ambiental e de apoio ao uso sustentável de recursos naturais.

O Programa também pretende contribuir para recuperar a base de recursos degradados, com a participação decisiva das próprias comunidades detentoras de patrimônio inestimável de conhecimentos sobre o uso sustentável da biodiversidade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Elaboração do Decreto relativo à Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decretado em fevereiro de 2007);

• Ampliação da Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais garantindo a participação paritária dos representantes das comunidades;

• Gestão sustentável de territórios quilombolas e de organização social das comunidades tradicionais extrativistas e agricultores, inclusão do Programa no Plano de Desenvolvimento Sustentável da Área de Influência da BR 163 e do Plano de Ação para Combate e Controle do Desmatamento na Amazônia e o atendimento de demandas em áreas até então não-atendidas (novas áreas);

• 54 Projetos aprovados para o apoio às atividades produtivas, gestão sustentável de territórios quilombolas e de organização social das comunidades tradicionais extrativistas e de agricultores;

• Capacitação e treinamento de 668 extrativistas, líderes comunitários e agricultores

(elaboração de projetos, comercialização de produtos, manejo florestal, agroecologia, uso correto de equipamentos e organização e gestão comunitária);

• Integração com o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, assumindo-se a coordenação de ações relacionadas aos povos e às comunidades tradicionais da região amazônica;

• Mapeamento de sete comunidades tradicionais através da integração com o Programa Corredores Ecológicos;

• Inclusão do tema Agroextrativismo na proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

• Ampliação do acesso ao Programa de grupos não-organizados juridicamente;

• Elaboração de material didático de apoio (quatro cartilhas).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O alcance dos resultados, em 2006, ficou acima de 100%, pois além das metas físicas terem sido alcançadas, outros resultados não-quantitativos e não expressos na forma de produtos de ações foram atingidos além do planejado.

O Programa trabalha, basicamente, com recursos descentralizados, sendo esse o fator principal que confere o alto desempenho da execução das ações, uma vez que os executores são as entidades que diretamente representam o público-alvo do Programa ou entidades que os assessoram. Isto confere maior eficiência, pois diminui custos uma vez que não há necessidade de deslocamentos de técnicos de Brasília para a execução das ações, além de que confere maior legitimidade ao Programa, pois os beneficiários tornam-se protagonistas do mesmo, participando, inclusive, das tomadas de decisões.

As agências implementadoras são entidades da sociedade civil com inserção local. Estas entidades apóiam na divulgação do Programa, assim como na elaboração, execução e avaliação dos projetos. Foram realizadas cinco consultas públicas para a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

As restrições previstas na Legislação Eleitoral inviabilizaram os novos repasses de recursos. Além disso, a legislação que rege a celebração de convênios, vem se mostrando pouco efetiva para as organizações de base. A regulamentação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é insuficiente e inadequada para as Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

Ao longo de 2006, teve andamento a montagem do Sistema de Informações da Coordenadoria de Agroextrativismo, um dos executores do Programa Comunidades Tradicionais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa Comunidades Tradicionais tem recorde quanto à questão de gênero, juventude, raça e etnia. A participação de mulheres e jovens é utilizada como critério de priorização para aprovação dos projetos. Foram apoiados mais de 30 projetos de mulheres, 57 indígenas e 31 quilombolas.

Em 2006, a área de abrangência do Programa foi ampliada para todo o território nacional, não mais se restringindo a região Amazônica. Para que a Coordenadoria possa atender suas demandas, é necessária a contratação, a título de reforço, de técnicos qualificados para trabalhar nas áreas de agroextrativismo, análise, monitoria e avaliação de projetos, prestação de contas e políticas públicas para as Comunidades Tradicionais.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS

OBJETIVO

Contribuir para a sustentabilidade das políticas públicas que afetam os biomas Cerrado, Pantanal, Marinho, Costeiro, Caatinga, Mata Atlântica e Pampas, por meio da implantação de Sistemas de Gestão Integrada e capacitação, a partir das especificidades de cada bioma.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.564.872,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 2.172.484,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 2.172.484,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE REMANESCENTES DO BIOMA DA MATA ATLÂNTICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 27,40
Índice previsto ao final do PPA: 8,48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O índice apurado do ano de 2006 refere-se aos estudos apoiados pelo Programa de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), com base em imagens primordialmente de 2002. No entanto, esse índice pode não refletir as áreas significativas em bom estado de conservação, pois incluem áreas secundárias e ecótonos. Dessa forma, esse resultado poderá apresentar decréscimo nos próximos anos em virtude de refinamentos que serão realizados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Historicamente, acreditava-se que seria suficiente garantir a conservação de espécies isoladamente, passando depois para a conservação de amostras de ecossistemas por meio da criação de Unidades de Conservação. Finalmente, embasado em um consenso científico, percebeu-se que é necessária uma visão sistêmica que incorpore uma ação mais ampla sobre as potencialidades e as ameaças a que estão submetidos os recursos naturais em todos os biomas, envolvendo, inclusive, as atividades produtivas, a partir do levantamento de seu passivo ambiental e da adoção de medidas que tornem mais articulado o desenvolvimento econômico com a necessária manutenção de sua base sócio-ambiental. Uma agenda por bioma é praticamente imprescindível neste estágio de conhecimento científico e de necessidade de articulação territorial de práticas de conservação e uso sustentável.

A articulação e execução integrada de políticas e ações precisam ser assumidas pelo setor público, pela sociedade civil e pelo setor empresarial para se tornarem efetivas. Nesse sentido, foram criados, no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas/MMA, em 2004, Núcleos de Assessoramento por Biomas (Caatinga, Cerrado e Pantanal, Mata Atlântica e Pampas, e Costeiro e Marinho), que são os executores das ações do Programa. Os Núcleos desempenham o papel de canal de comunicação e articulação para as demandas da sociedade civil organizada, refletidas na existência de redes organizadas por biomas. Como exemplos práticos das ações deste Programa, foram criados Grupos de Trabalho para cada bioma, instituídos por Portarias do MMA, que funcionam como instâncias de articulação entre as três esferas de governo, organizações não-governamentais, movimentos sociais e a sociedade científica. Ademais, já se encontram em execução programas financiados por meio de recursos externos, como o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) Caatinga e o Programa Mata Atlântica, além do GEF Mangue e do GEF Cerrado, que estão em fase final de elaboração. Nesse sentido, a existência do Programa no Plano Plurianual (PPA) é fundamental para a formalização de financiamentos, uma vez que é necessária contrapartida, com exigência de que existam linhas orçamentárias específicas por biomas, em muitos casos, para garantir o repasse de recursos.

O Programa trabalha com a riqueza de espécies, com interações entre os seres vivos e os processos ecológicos, com a implantação de corredores ecológicos, bem como na recuperação de Áreas de Preservação Permanente, que, muitas vezes, não são suficientes para garantir a conservação da biodiversidade e a promoção do desenvolvimento sustentável, sendo primordial estimular a adoção de práticas de recuperação, conservação e uso sustentável dos biomas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Instalação da Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (Conacer);

• Criação das Reservas Extrativistas no Estado de Goiás, sendo as primeiras Reservas Extrativistas (Resex) criadas no bioma Cerrado;

• Atualização das Áreas e implementação de ações prioritárias para a conservação, uso

sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade nos biomas Cerrado e Pantanal;

• Revisão/atualização das áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade no Bioma Caatinga;

• Foram desenvolvidos estudos, visando a criação de novas Unidades de Conservação na Mata Atlântica;

• Articulações entre os diversos atores públicos e privados em um processo de catalisação e convergência de ações voltadas à conservação, ao uso sustentável e à repartição dos benefícios da biodiversidade;

• Criação do Grupo de Trabalho do Bioma Pampa;

• Mapeamento dos ecossistemas da Zona Costeira e definição de prioridades para conservação e uso sustentáveis;

• Acompanhamento dos projetos bilaterais do *KFW- Group* com os Estados e do Projeto Corredores Ecológicos do PPG7 no bioma Mata Atlântica;

• Criação de 06 novas Unidades de Conservação na Mata Atlântica;

• Articulação institucional com os diversos setores governamentais e não governamentais que atuam na área de domínio dos biomas Mata Atlântica e Pampa;

• Acompanhamento técnico do convênio com o Instituto Recifes Costeiros – Programa de Monitoramento de Recifes de Corais Brasileiros (*Reef Check*);

• Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais com o lançamento e distribuição de vídeo educativo, contendo os princípios de conduta consciente para a visitação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os resultados referentes ao ano de 2006 foram alcançados de forma satisfatória e estão sendo aprimorados. A atuação dos Núcleos, no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, vem consolidando de forma eficaz as políticas públicas e diretrizes por Bioma.

O desempenho das ações com recursos descentralizados foi satisfatório, tendo em vista que uma das atividades de maior relevância foi a atualização das áreas prioritárias para a conservação, o uso sustentável e a repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira.

A participação em diversos colegiados tem sido uma prática freqüente de interlocução com a sociedade. Esse mecanismo, entretanto, enfrenta problemas de representatividade e carência do empoderamento desses atores para uma efetiva participação dos cidadãos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O aporte técnico-científico e de conhecimento tradicional têm contribuído substancialmente para o alcance dos objetivos do Programa. Além disso, têm sido primordial para a legitimação das várias etapas de formulação de políticas públicas.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS

OBJETIVO

Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.

PÚBLICO-ALVO

Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, a academia e a comunidade internacional.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 55.641.084,00	Empenho Liquidado:	R$ 40.995.197,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 40.995.197,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. TAXA DE CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES AMEAÇADAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 9,00
Índice previsto ao final do PPA: 12

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

As ações desenvolvidas durante o ano de 2006 permitem inferir que, somadas às desenvolvidas anteriormente (2004-2005), a taxa de conservação das espécies ameaçadas de extinção obteve um incremento de 7% em dezembro de 2005 e de 9% em dezembro de 2006, portanto, se manteve a previsão de atingir 12% até o final do ano de 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil abriga a maior diversidade biológica dentre os países megadiversos. Apresenta, ainda, uma diversidade cultural expressiva composta por inúmeras populações tradicionais/locais detentoras de conhecimentos preciosos associados ao uso da biodiversidade.

A Convenção sobre Diversidade Biológica tem como princípios a conservação e o uso sustentável dos componentes da biodiversidade, a repartição justa e eqüitativa dos benefícios resultantes do uso dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados, a soberania nacional sobre os recursos da biodiversidade, a proteção dos conhecimentos tradicionais e a aplicação do princípio da precaução. O Decreto nº 4.703, de 22 de agosto de 2002, instituiu em seu anexo, os princípios e as diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade (PNB). O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio do Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio), coordenará a formulação e a implementação dessa Política, mediante a promoção da parceria entre o Poder Público e a sociedade civil.

O Programa Biodiversidade proposto, deve, portanto, além de promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, gerar mudanças na qualidade de vida da sociedade brasileira, criando alternativas viáveis de produção, alinhadas com a conservação ambiental e contribuindo, ainda, para a inclusão social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A realização da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP8/CDB) e da 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) (MOP3), que contribuíram para a consolidação desse Programa e da Política Nacional de Biodiversidade;

• Está sendo realizado um amplo levantamento visando à identificação de instituições, inclusão de movimentos sociais e das organizações não-governamentais, envolvidas na conservação dos recursos genéticos do País;

• Estão concluídos estudos sobre as Espécies Ameaçadas de Extinção;

• O MMA desenvolveu uma série de ações de articulação e fomento à construção de corredores da biodiversidade/ecológicos, bem como o apoio aos trabalhos de revisão da Lista das Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção;

• Foi assinado, pela Ministra Marina Silva, um Protocolo de Intenções visando à implementação no Brasil da Aliança Brasileira para a Extinção Zero;

• Foram consolidados e implementados 11 Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAs) em nove Estados brasileiros;

• Desenvolvimento de uma série de ações voltadas à conservação, à promoção do uso e à ampliação dos conhecimentos sobre os recursos genéticos do País, tanto de plantas e animais quanto de microrganismos (DCBio);

• Promoção de agroextrativismo sustentável e manejo de animais crioulos, especialmente em áreas de reforma agrária comprometidas com a recuperação dos passivos ambientais e intensa participação de mulheres e jovens rurais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Em termos gerais, os resultados de 2006 foram satisfatórios, apesar da necessidade de um aporte maior de recursos, das dificuldades operacionais por parte de alguns parceiros e da carência de pessoal técnico.

Destacam-se, positivamente, as ações: Promoção da Repartição de Benefícios Decorrentes do Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional associada e de Identificação de Espécies da Flora Brasileira de Importância Econômica, que ultrapassaram substancialmente os resultados previstos em termos de metas físicas.

Foram instituídas várias Câmaras Técnicas para discussões de temas específicos, que contribuíram com propostas para melhorar o alcance dos resultados do Programa.

O Ministério desenvolveu o Sistema Integrado de Gerenciamento do Meio Ambiente (SIGMA), que é utilizado no monitoramento da execução financeira dos Convênios que possuem recursos oriundos de doações ou empréstimos de organismos internacionais. As demais ações são analisadas e acompanhadas via Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Encontra-se em funcionamento o sistema de ouvidoria - Linha Verde do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e os links específicos do Conselho Nacional de Biodiversidade (Conabio), que recebem demandas e reclamações da sociedade.

A repartição dos benefícios relacionados aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e ao próprio anteprojeto de lei sobre Acesso aos Recursos Genéticos, ainda em fase de negociação junto à Casa Civil da Presidência da República (PR), são exemplos de políticas públicas em construção que tiveram e terão ampla participação de todos os setores da sociedade e, certamente, serão concluídos após audiência pública.

O Programa atua em todo o Território Nacional e seus beneficiários são povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, a academia e a comunidade internacional. Considera-se pertinente a inclusão dos Movimentos Sociais e Organizações não-governamentais, Organizações Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs), como público-alvo beneficiário.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

CONSERVAÇÃO, USO RACIONAL E QUALIDADE DAS ÁGUAS

OBJETIVO

Melhorar a eficiência do uso dos recursos hídricos, da conservação e da qualidade das águas.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 18.999.004,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 15.100.317,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 15.100.317,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 275.000.000,00	**-**	

INDICADOR

1. CONSUMO MÉDIO ANUAL DE ÁGUA NO SETOR DE IRRIGAÇÃO

Unidade de medida: vazão em litros/segundo/ha
Índice apurado em 2006: 0,79
Índice previsto ao final do PPA: 0,55

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

O indicador do Programa trata da taxa de redução do volume de água consumido no setor de irrigação. Não foi apurada a evolução do indicador de desempenho do Programa, consoante argumentações da avaliação 2005, que levaram à incorporação de suas ações pelo Programa de Gestão de Bacias Hidrográficas (Probacias) - Conservação de Bacias Hidrográficas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil, apesar de possuir reservas substanciais de águas superficiais, sofre um crescente e preocupante processo de degradação dos seus corpos d'água, em função do adensamento populacional, principalmente nas regiões metropolitanas, e da poluição agrícola, urbana e industrial. Em outro extremo, destaca-se a situação das regiões críticas decorrentes de baixa disponibilidade natural de água, em particular o semi-árido

nordestino. É fundamental que sejam empreendidos esforços para controle deste processo, envolvendo diferentes escalas econômicas e arranjos institucionais. Nesse sentido, o Programa de Conservação e Uso Racional da Água visa a preservar as disponibilidades de água na natureza através de medidas no âmbito das bacias hidrográficas, na conservação de solo e água, reduzindo as perdas nas estruturas de fornecimento para as mais diversas aplicações, através da implementação de tecnologias adequadas, incentivos e instrumentos econômicos que estimulem a maior eficiência do uso da água em processos de produção, especialmente na irrigação, no saneamento e na indústria; minimizar os desperdícios de água, buscando a racionalidade e o aproveitamento no limite das reais necessidades; reduzir o consumo, promovendo a reciclagem da água em circuitos abertos ou fechados; reduzir as quantidades de novas vazões captadas nas coleções hídricas naturais, através da utilização da prática do reuso de forma adequada e em bases sustentáveis; e preservar a qualidade da água na natureza, condicionando adequadamente as águas residuárias antes de sua disposição nas coleções hídricas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Reconhecimento e valorização das iniciativas da sociedade, indivíduos, empresas, poder público, comitês de bacias hidrográficas, instituições de ensino e pesquisa, que se destacaram pela excelência de sua contribuição para a gestão e o uso sustentável de recursos hídricos. Para tanto, foi instituído o Prêmio ANA;

• O projeto atua em nove Estados do Nordeste, áreas de Minas Gerais e Espírito Santo, tendo capacitado, só neste ano, 124,26 mil famílias;

• O projeto do Centro de Educação Popular e Formação Sindical (CEPFS) é sediado na cidade paraibana de Teixeira e conseguiu que mais de 870 cisternas fossem construídas na localidade;

• Realizou-se, pela Agência Nacional de Águas (ANA) em parceria com o WWF-Brasil, a Exposição Itinerante Água para a Vida, Água para Todos, tendo por objetivo a sensibilização de crianças e jovens para a questão da água no Brasil e no mundo.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa foi concebido para agregar o conjunto de ações voltadas para a recuperação de áreas degradadas, minimização do desperdício de água nos grandes setores usuários e a conservação das áreas com alto potencial hídrico. Para alcance dos resultados esperados foi proposto um indicador que procurou mensurar a taxa de redução no consumo da água no setor usuário de irrigação, num primeiro momento, e de outros grandes setores usuários, posteriormente. Não houve a esperada adesão de outros órgãos ao Programa prejudicando, portanto, a sua capacidade de influenciar no indicador de resultados proposto. Esse fato levou a unidade administrativa responsável a propor a exclusão do Programa, integrando ao Probacias, a partir de 2007. Ainda assim, excetuando-se a ação não-orçamentária do Programa, o desempenho orçamentário foi considerado bom, tendo em vista a execução de praticamente 80% dos recursos alocados em 2006.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As ações coordenadas pela ANA são objeto de acompanhamento diário, tanto na execução orçamentária quanto nos resultados implementados. A Agência conta com o Sistema de Informações Setoriais de Planejamento, Orçamento e Gestão da Ana (Sisplan/ANA), sistema informatizado que disponibiliza informações quali-quantitativas da execução orçamentária das ações sob a responsabilidade da ANA. Cabe aos demais órgãos com ações no Programa, informar seus resultados por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento sustentável da bacia do Alto Paraguai, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema.

PÚBLICO-ALVO

População residente na bacia do Alto Paraguai.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.402.000,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 2.680.596,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 2.680.596,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE ÁREA PRESERVADA DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 5,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Não houve modificação do índice do indicador em função da atual situação do Programa, sendo que a ação atual corresponde à identificação das áreas prioritárias para implantação de Unidades de Conservação (UCs).

2. TAXA DE QUALIDADE DA ÁGUA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 21

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O indicador não foi aplicado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As atividades antrópicas desordenadas (mineração, agropecuária, pesca e caça predatórias e o turismo) e o crescimento acelerado das cidades, sem a devida urbanização, geraram condições críticas de assoreamento, poluição e contaminação dos corpos hídricos, além de degradação dos ecossistemas, afetando o desenvolvimento sustentável da bacia do Alto Paraguai (BAP).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Reformatação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal para o período de 2008 a 2011, a ser executado com recursos da União, dos Estados e dos Municípios;

• Estruturação de curso de especialização, para a capacitação por servidores públicos efetivos federais e dos Estados de Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS), atuantes na região do Pantanal em técnicas e elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Pantanal;

• Estruturação de curso de graduação em Agroecologia para estudantes indígenas do Pantanal com nível médio de ensino completo, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a participação do Ministério da Educação (MEC), do Ministério da Justiça/da Fundação Nacional do Índio (MJ/FUNAI), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do governo do Estado de Mato Grosso do Sul;

• Implantação do Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal, que será um fórum permanente e democrático para a discussão e a construção de consensos, visando à promoção do desenvolvimento sustentável da bacia do Alto Paraguai;

• Criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) do Taquari e do Pantanal, com a finalidade de definir e implementar ações para promover a proteção e a recuperação ambientais da bacia hidrográfica do rio Taquari, de forma compatível com os objetivos de proteção do Pantanal;

• Celebração de convênio com a prefeitura de São Gabriel do Oeste (MS), com o objetivo de recuperar, reformar e ampliar o viveiro de mudas silvestres, que deverá dar suporte ao Projeto de Recuperação da Bacia do Alto Rio Taquari, bem como dar suporte aos viveiros dos demais Municípios que compõem a bacia do Alto Taquari (BAT);

• Apoio à elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) do Estado de Mato Grosso, em parceria com a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) do MMA e do governo do Estado;

• Atividades diversas de recuperação de afluentes do rio Taquari no Estado de Mato Grosso, implementadas pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA–MT);

• Por meio da Diretoria de Educação Ambiental (DEA) do MMA, articulação do Programa de Formação em Educação Ambiental no Pantanal (ProFEAP), que tem por objetivo principal contribuir para o surgimento de uma dinâmica contínua de

formação de educadores e educadoras ambientais na BAP, envolvendo diversos segmentos da sociedade em processos reflexivos, críticos e emancipatórios, potencializando o papel da educação ambiental nas mudanças culturais e sociais, rumo à construção de sociedades sustentáveis;

• Apoio às ações do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) na realização de atividades de defesa do Pantanal e na elaboração, por parte do Ministério da Integração Nacional (MI), do Plano de Manejo da Estrada-Parque, em Corumbá (MS).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os resultados de 2006 superaram as previsões. Apesar das dificuldades decorrentes da não renovação do contrato de financiamento externo vinculado ao Programa, a articulação e o planejamento de atividades tiveram continuidade, possibilitando a implementação a partir do exercício de 2006.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A obtenção de resultados pelas instituições locais apoiadas com a descentralização de recursos financeiros é favorecida pela proximidade destes em relação aos atores sociais, que constituem o alvo destas ações.

O controle social sobre as ações do Programa será executado por meio do Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal, envolvendo representações governamentais e da sociedade civil, na promoção do desenvolvimento sustentável. Há possibilidade de monitorar e avaliar a execução das políticas públicas, planos e programas na BAP, através da AAE.

RECOMENDAÇÕES

• Não há recomendações.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

OBJETIVO

Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis.

PÚBLICO-ALVO

Educadores ambientais, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, profissionais da mídia, voluntários atuantes na área ambiental e usuários e manejadores diretos de recursos ambientais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 9.979.676,00	Empenho Liquidado:	R$ 5.781.379,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 5.781.379,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. NÚMERO DE COLETIVOS EDUCADORES CONSTITUÍDOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 60
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Mesmo com a constatação de que o resultado obtido, no que se refere a Coletivos Educadores, alcançou a meta prevista para o ano de 2006, entende-se que o Programa reúne as condições necessárias para ampliar o índice originariamente previsto.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Resolução das Nações Unidas de 1989 sustenta: "a causa maior da deterioração contínua do Meio Ambiente Global é o insustentável modelo de produção e consumo, particularmente nos países industrializados" e "nos países em desenvolvimento a extrema pobreza e a degradação ambiental estão estreitamente relacionados". O Tratado

de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, produzido participativamente no Fórum de Organizações Não-Governamentais (Fórum de ONGs) e Movimentos Sociais, na Conferência Nacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) do Rio de Janeiro, em 1992 (a Rio-92), se insere nessa mesma perspectiva, propondo uma educação ambiental participativa, política e emancipatória.

A Lei nº 9.795/99 (regulamentada pelo Decreto nº 4281/02), por sua vez levou à promoção da democratização do acesso à Educação Ambiental, como parte do processo educativo mais amplo, ao incumbir o Poder Público, nos termos do art. 205 e do art. 255 da Constituição Federal, a definir políticas públicas de incorporação da dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), em sua orientação estratégica, estabelece três eixos fundamentais para a implementação da Política Pública Ambiental:

a) a transversalidade da dimensão ambiental;
b) a adoção de práticas sustentáveis;
c) o controle social sobre as políticas ambientais.

A implementação de uma política pública ambiental pautada por tais orientações demanda o fortalecimento da Educação Ambiental, através de seu enraizamento em todo o Território Nacional.

Desse modo, o Programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), pretende:

a) potencializar as interfaces com o conjunto dos Ministérios, as demais secretarias do MMA e os órgãos vinculados;
b) fortalecer parcerias com a sociedade civil organizada;
c) articular as equipes de Educação Ambiental nos diversos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama);
d) fortalecer a Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA) do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e as ações de fomento a projetos de educação ambiental por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA);
e) apoiar o órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e seu Comitê Assessor.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Implementação de 225 novas Salas Verdes, criadas a partir da chamada-pública de processo seletivo 01/2006, e que, somadas às já existentes, totalizam 390 propostas aprovadas e implementadas no Território Nacional, distribuídas regionalmente da seguinte forma:

a) Região Norte: (9,74%);
b) Região Nordeste: (25,38%);
c) Região Centro-Oeste: (12,05%);
d) Região Sudeste: (36,15%);
e) Região Sul : (16,67%);

• Formação de 116 novas propostas de Coletivos Educadores, constituídos a partir da chamada-pública 01/2006, com 654 instituições envolvidas, entre proponentes e parceiros, abrangendo 715 Municípios em 25 Estados;

• Implementação do Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental (SIBEA);

• Capacitação de 840 técnicos do Sisnama, em Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão do Meio Ambiente;

• Realização do trabalho de enraizamento e fortalecimento da Educação Ambiental nas 27 Unidades da Federação, sendo que 22 já possuem a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), e cinco possuem um grupo pró-CIEA;

• Realização do trabalho de apoio e fortalecimento das 42 Redes de Educação Ambiental (REAs) em todo o País;

• Realização do trabalho de estruturação e articulação do órgão gestor da PNEA e do seu respectivo Comitê Assessor.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução física acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2006 é justificada em função das estratégias definidas para as ações executadas, que se revelaram eficientes, superando as expectativas iniciais. Além disso, se justifica em função do comprometimento da equipe técnica em relação às articulações necessárias nesse processo, encaminhadas por meio do trabalho em redes, que potencializa o alcance das propostas.

O Programa executou aproximadamente 100% dos recursos disponibilizados na LOA. Este índice, cotejado com a avaliação das possibilidades de ampliação das ações - em função das estratégias concebidas -, e do trabalho da equipe técnica alicerçado na perspectiva de rede, permite a interpretação e a projeção de uma disponibilidade de mais recursos como viabilidade de uma maior execução.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Ao longo da execução do Programa, a experiência demonstrou a necessidade de concepção de um instrumento que viabilize a confluência e a consolidação das ações desencadeadas no âmbito governamental e não-governamental. O enraizamento, a articulação e a consolidação dessas ações significam, de fato, a implementação da PNEA. O instrumento concebido para alcançar este intento é o denominado Sistema Nacional

de Educação Ambiental (SINEA). Nesse sentido, entende-se que o objetivo do Programa deve contemplar a estruturação deste sistema.

A parceria se constitui num instrumento fundamental no processo de implementação do ProNEA. Os parceiros não-governamentais estão presentes nos diferentes programas, ações, atividades e projetos, representados por distintas formas da sociedade civil organizada, associações comunitárias, ONGs, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), centrais sindicais e, de forma particular, as dezenas de REAs espalhadas pelo Brasil. A contribuição desses parceiros tem sido decisiva na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

NACIONAL DE FLORESTAS

OBJETIVO

Promover o manejo sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas e a expansão sustentável da base florestal plantada.

PÚBLICO-ALVO

Populações tradicionais e comunidades usuárias de recursos florestais, produtores rurais e empresários do setor florestal.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 33.809.847,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 24.256.931,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 24.256.931,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. ÁREA DE FLORESTAS PLANTADAS

Unidade de medida: ha
Índice apurado em 2006: 627.000
Índice previsto ao final do PPA: 550.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O índice previsto de 550 mil foi alcançado em 2005 e, em 2006, já se tem 627 mil hectares de área de florestas plantadas.

De 2002 a 2006, a atividade obteve crescimento expressivo de 97%. Isto se deve, sobretudo, ao esforço do Programa Nacional de Florestas (PNF) para viabilizar os instrumentos políticos e mecanismos institucionais necessários, como crédito compatível com atividade, assistência técnica, aprimoramento e ajuste da legislação, assegurando ao produtor a estabilidade de regras.

As áreas com plantio florestal de 2004 a 2006 foram recordes. Outro fato também de extrema relevância foi o aumento do fomento florestal com a participação de pequenos produtores rurais nesse período. Em 2002, os dados mostram que a participação do pequeno produtor no plantio de 320 mil hectares de florestas foi de apenas 7%, cerca de

20 mil hectares. Já em 2006, a contribuição desse segmento produtivo foi da ordem de 25%, cerca de 156 mil hectares da área total de 632 mil hectares plantados com florestas em todo o País. A área de plantio de 2005 e 2006 superou, pela primeira vez, em mais de uma década, a área de colheita. Mantendo este ritmo de plantio e a continuidade da alta produtividade observada, afasta-se a hipótese do Apagão Florestal nos ciclos de corte, que se iniciam em 2012.

Porém, a falta de investimentos no plantio florestal na década de 90 traz ainda fortes riscos para o abastecimento industrial de matéria-prima florestal na Região Sul a partir de 2008, especialmente, de pinus. A alternativa de substituição da matéria-prima de pinus por eucalipto é tecnicamente limitada. Portanto, a importação de pinus dos países do cone sul será inevitável. Para enfrentar esse período de escassez, algumas alternativas estão sendo estudadas pelos empreendedores, dentre elas, melhorar a eficiência do uso da madeira e adaptar o ciclo de manejo e colheita.

Outro fato que colabora com a preocupação atual diz respeito ao passivo ambiental instalado na região de Carajás (sul do Pará). Essa região constitui a principal fronteira a ser trabalhada com plantio florestal. A região do Pólo Carajás tem um *deficit* anual de plantio da ordem de 100 mil hectares, o que vem provocando uma enorme pressão no desmatamento da região.

2. ÁREAS DEGRADADAS QUE FORAM RECUPERADAS

Unidade de medida: ha
Índice apurado em 2006: 50.000
Índice previsto ao final do PPA: 70.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

É necessário um montante de recursos anuais da ordem de R$ 150 milhões ao custo de R$ 3 mil por hectare recuperado.

Um passo importante foi o lançamento do edital de recuperação e conservação de nascentes e margens dos cursos d'água. Um terço dos recursos a serem alocados será destinado para a seleção de projetos no vale do rio São Francisco no âmbito do Programa de revitalização daquela bacia hidrográfica. Para tanto, foi elaborado o Plano Estratégico de Implementação das ações de recuperação de áreas ciliares degradadas e manejo florestal da bacia para o período de 10 anos.

3. ÁREA DE FLORESTAS PROTEGIDAS COM ALTO VALOR PARA CONSERVAÇÃO

Unidade de medida: ha
Índice apurado em 2006: 600.000
Índice previsto ao final do PPA: 3.000.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Esse índice está diretamente associado ao índice de área de florestas naturais manejadas para produção sustentável. Para efeito de planejamento, o registro dessa meta é

feito considerando 20% da área manejada. Portanto, ao considerarmos os dados em 2006 de três milhões de hectares manejados, temos 600 mil hectares de áreas conservadas.

4. ÁREA DE FLORESTAS NATURAIS MANEJADAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Unidade de medida: ha
Índice apurado em 2006: 3.000.000
Índice previsto ao final do PPA: 15.000.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

A principal dificuldade para o alcance da meta de 15 milhões de hectares de florestas naturais manejadas foi a ausência de regulamentação para gestão de florestas públicas. Com a promulgação da Lei nº 11.284/06 de Gestão de Florestas Públicas foi possível ao PNF criar as condições necessárias para a retomada do ritmo dos trabalhos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A história do Brasil foi marcada pelo paradigma, equivocado, do desenvolvimento rural e urbano, no qual as florestas, apesar da sua importância, em termos econômicos, ecológicos e sociais, tiveram papel marginal e foram consideradas como bens inferiores e obstáculos ao progresso. Assim, a pressão ambiental sobre todos os biomas brasileiros ocorreu, por um lado, em função da expansão de zonas urbanas e, de outro, devido à conversão de matas nativas em áreas agrícolas ou pastagens.

Vários são os fatores que geram a degradação dos ecossistemas brasileiros. Entre eles, merece menção especial o emprego de inadequadas tecnologias de uso dos recursos florestais e as falhas no sistema de gestão das atividades florestais. O uso sustentável e a valoração das florestas, como produtoras de bens e serviços ambientais, geradoras de emprego e renda, juntamente com o desenvolvimento do sistema nacional de unidades de conservação, o trabalho de prevenção e combate ao desmatamento e queimadas, constitui a base para promover a conservação do patrimônio florestal brasileiro e todos os seus valores associados.

O Brasil reúne incontestáveis vantagens comparativas na área florestal, o que lhe confere uma nítida vocação potencial para assumir a liderança mundial desse setor. As extensas áreas de ricas florestas nativas existentes e a posição de vanguarda no domínio tecnológico da formação e do manejo de florestas de rápido crescimento são algumas das características que conferem ao País a garantia potencial de competitividade internacional. O setor florestal é responsável por 8% das exportações, 4% do PIB e 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no Brasil.

O Brasil tem a segunda maior área florestal do mundo. Mais de 60% do País é coberto por florestas que abrigam a maior diversidade biológica do planeta e uma extraordinária diversidade cultural. O País é também o maior produtor e consumidor mundial de produtos florestais tropicais. No entanto, a produção florestal tem se caracterizado, em grande medida, por ser migratória, predatória e pouco eficiente. A prática dominante de

extração madeireira produz expressivos impactos sobre a floresta, tornando-a empobrecida e vulnerável a incêndios e desmatamentos. O nível de desperdício tanto na etapa de exploração quanto no processamento da madeira é alto e os produtos gerados são de baixo valor agregado.

Nos últimos 10 anos, uma série de experiências, tanto empresariais como comunitárias de manejo sustentável das florestas, foi implementada no Brasil, em especial na Amazônia e na Caatinga. Estas experiências atingiram ponto de maturação comercial no início da década de 2000 e estão mostrando que é possível promover o uso e a conservação das florestas, gerar empregos duráveis e de melhor a qualidade, contribuindo para o estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento regional baseada no estabelecimento de um setor florestal estruturado, competitivo e estável. O bom manejo dos recursos florestais naturais propicia aumento da produtividade e a redução de desperdícios, minimiza os impactos sobre a biodiversidade, assegurando a permanência da cobertura florestal e dos serviços ambientais.

Ampliar e consolidar as atividades florestais em bases sustentáveis nas florestas naturais exige:

a) o estabelecimento de novas regras e mecanismos de manejo, crédito, treinamento, assistência técnica e gestão de florestas públicas, com a participação efetiva das comunidades e populações tradicionais;
b) o pleno conhecimento das cadeias produtivas;
c) a valorização dos usos múltiplos e dos serviços ambientais decorrentes.

O País já chegou a possuir 6,2 milhões de hectares de florestas plantadas no início da década de 90; hoje são 4,9 milhões de hectares. Essa queda decorre do crescimento da indústria e da redução da área plantada no País, devido, especialmente, à falta de políticas de estímulo. O Brasil consome anualmente cerca de 400 a 450 mil hectares de florestas plantadas e planta somente 250 mil hectares, representando um *deficit* anual de 200 mil hectares. No entanto, o mercado para produtos oriundos das florestas plantadas está crescendo e a indústria de base florestal em plena expansão demanda, cada vez mais, madeiras de florestas plantadas.

A atividade florestal tem um caráter de longo prazo e requer condições compatíveis para seu desenvolvimento. Se por um lado existe o reconhecimento da importância e a necessidade urgente de se expandir a base florestal plantada, por outro se reconhece que os parâmetros de gestão desta expansão são fundamentais para garantir a sustentabilidade social, ambiental e econômica da atividade.

O Programa apoiará, especialmente, a ampliação da participação dos pequenos produtores no total da produção florestal de origem plantada, contribuindo significativamente para a mudança no perfil da produção atual que é amplamente baseada nos latifúndios. A produção em propriedades familiares deverá constituir-se numa importante base de suprimento de produtos e serviços, levando-se em conta as oportunidades decorrentes da avançada tecnologia silvicultural existente no País, as

condições edafoclimáticas favoráveis e o potencial de geração de emprego, renda, tributos e divisas, além da redução da pressão sobre produtos oriundos de florestas naturais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A meta prevista para o final do PPA de plantar cerca de 550 mil hectares de florestas foi superada em 2005, com expressiva participação do pequeno produtor rural, com plantio de cerca de 25% da área plantada em 2006;

• Promulgação da Lei nº 11.284/06 de Gestão de Florestas Públicas, que permitiu ao PNF criar as condições para a retomada do ritmo dos trabalhos relacionados com a meta de área de florestas naturais manejadas para a produção sustentável;

• Criação do Serviço Florestal Brasileiro como órgão responsável pela gestão de áreas de florestas públicas;

• Criação do 1º Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR-163, visando à organização de um espaço físico para a exploração florestal sustentável;

• Institucionalização do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) para a promoção do fomento florestal;

• Áreas experimentais de manejo para produção madeireira, trabalho desenvolvido deste 1984, localizados em oito áreas da Caatinga;

• Estudo de caso em duas áreas de manejo comercial em segunda rotação (15 anos) no Estado do Ceará;

• Levantamento de áreas prioritárias para o manejo florestal em 100 unidades de assentamento rural, envolvendo 10 mil famílias da região do semi-árido;

• Foram contratados e estão sendo implementados os planos de manejo em 20 Assentamentos das 30 unidades selecionadas para o início dos trabalhos na região da caatinga;

• Apoio técnico ao Projeto Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) - Caatinga nas seguintes atividades: capacitação, publicações, banco de dados sobre produtos florestais não-madeireiros, eficiência energética na indústria de cerâmica da região do Seridó no Estado do Rio Grande do Norte;

• Acompanhamento da execução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Florestal nas regiões de Mata Atlântica e Caatinga;

• Implantação da Rede de Sementes Florestais;

• Revisão da Instrução Normativa sobre o manejo florestal da Caatinga;

• Apoio às ações florestais do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O índice previsto para as áreas de florestas plantadas ao final do PPA 2004-2007 foi atingido em 2005, e ultrapassado em 14% no ano de 2006. No entanto, quanto aos demais indicadores, esses foram prejudicados por dependerem de aprovação de fatores externos, a exemplos da aprovação da Lei nº 11.284/02 que trata sobre a gestão de florestas públicas e a insuficiência de recursos para atender às demandas.

Há muita dificuldade na execução orçamentária e financeira do projeto da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO), em decorrência da falta de pessoal qualificado para executar tais atividades; número insuficiente de pessoal para assumir as atividades do projeto e do PNF; dificuldade em encontrar prestadores de serviços que atendam aos requisitos estabelecidos na Norma e dúvidas quanto aos procedimentos cabíveis às contratações, tendo em vista as normas do organismo internacional e a legislação brasileira.

Por outro lado, o desempenho das ações implementadas foi bastante satisfatório no ano de 2006. O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) realizou diversos convênios para atender aos editais Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Nascentes e do Ibama, na implementação do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor).

No caso da meta de expansão da base florestal plantada com fins comerciais, o envolvimento do pequeno produtor rural assegurou ao Programa a promoção do desenvolvimento florestal com inclusão social. Na área de manejo florestal, a participação de comunidades tradicionais em atividades não-madereiras também contribui para o alcance desse objetivo e para socialização dos resultados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Realizaram-se reuniões entre as unidades para a transmissão das informações e para a maior integração nas atividades. No caso de ações de interesse da sociedade, em especial das comunidades usuárias dos recursos florestais e dos pequenos produtores rurais, que demandam políticas públicas do PNF, foram realizadas consultas públicas para coletar as suas reais necessidades e planejar ações direcionadas a essas necessidades.

Foi instituída a Comissão Nacional de Florestas que fornece diretrizes para a implementação das ações do PNF e permite articular a participação dos diversos grupos de interesse no desenvolvimento das políticas públicas do setor florestal brasileiro. Essa Comissão é composta por 39 representantes distribuídos paritariamente entre governo (20) e sociedade civil (19), incluindo órgãos e entidades do Governo Federal, órgãos estaduais de meio ambiente, sociedade civil organizada, setores da área florestal, ONGs e instituições de ensino e pesquisa.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS - FLORESCER

OBJETIVO

Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 43.466.206,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 42.156.503,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 42.156.503,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. ÁREA ANUAL DESMATADA DA AMAZÔNIA LEGAL

Unidade de medida: km²
Índice apurado em 2006: 13.100
Índice previsto ao final do PPA: 15.582

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

Em 2006, a área desmatada da Amazônia correspondeu a aproximadamente 13.100 km² - fonte: Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Prodes/INPE).

2. NÚMERO DE FOCOS DE CALOR

Unidade de medida: unidade
Índice apurado em 2006: 85.359
Índice previsto ao final do PPA: 200.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

Em 2006, foram registrados 85.359 focos de calor na Amazônia Legal - fonte: Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo)/ Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal (Proarco).

CONTEXTUALIZAÇÃO

A tendência histórica da Política Florestal Brasileira esteve, por muitos anos, vinculada a instrumentos reguladores de comando e controle, no que se incluem estratégias e práticas de fiscalização. Esses mecanismos se desgastaram e não conseguiram conter o avanço do desflorestamento, tampouco evitar as queimadas e os incêndios florestais. Nos últimos oito anos, foram removidas algumas medidas de política não-florestal que induziam ao desmatamento, como os incentivos fiscais à agropecuária, inclusive nas áreas de cobertura da Amazônia. Passou-se, então, a reconhecer a importância estratégico-econômica da ampla base dos recursos florestais nativos e plantados de que o País dispõe. Dentre as medidas e reformas adotadas, pode-se destacar:

a) a incorporação dos princípios e das noções do manejo florestal sustentável na legislação que regulamenta a exploração da floresta da bacia amazônica, através do Decreto nº1.282/94;
b) o reconhecimento de que medidas regulatórias de comando e controle eram insuficientes para viabilizar formas sustentáveis de produção e conservação florestal;
c) adoção de medidas de suspensão ou eliminação de estímulos implícitos ao uso predatório dos recursos contidos em instrumentos econômicos (como a eliminação de incentivos fiscais a projetos agropecuários em áreas florestais da Amazônia, e a eliminação de subsídios ao crédito rural para a agricultura como um todo, dentre outras);
d) a institucionalização do Programa Protocolo Verde, envolvendo os bancos oficiais que trabalham com créditos especiais, para estimular o setor produtivo da economia brasileira a implantar negócios ecologicamente corretos, e para desestimular, com juros maiores, empreendimentos de alto impacto ambiental;
e) a institucionalização da Lei nº 9.393/96, que dispõe a respeito de Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), estabelecendo que, no tocante às propriedades rurais, as áreas de preservação permanente (APPs), de reservas florestais legais (RFLs) e as áreas de relevante interesse ecológico (ARIEs) para a proteção de ecossistemas, declaradas por ato do órgão competente, são áreas não-tributáveis.

A redução de florestas causa perdas econômicas, sociais, biológicas e culturais, além de interferir no ciclo da água e de provocar elevadas emissões de carbono, que contribuem para o aquecimento global. A prevenção e o combate aos desmatamentos e incêndios permitirão evitar este quadro crítico, estimulando a conservação e a promoção do uso sustentável da maior biodiversidade do planeta.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Redução estimada de 30% da Taxa de Desmatamento Florestal na Amazônia Legal (fonte: Prodes/INPE);

• Redução de 49% dos focos de calor (fonte: Proarco e PREVFOGO).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Em 2006, as atividades de fiscalização, monitoramento e prevenção de desmatamentos e incêndios florestais ocorreram de modo integrado, conforme previsão inicial. Isto permitiu atingir resultados satisfatórios quanto às metas físicas, o que se reflete diretamente na redução da taxa de desmatamento e dos focos de calor.

As informações são captadas por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e de relatórios de atividades e resultados, encaminhados pelos coordenadores de ação ao gerente executivo do Programa. Tal encaminhamento é facilitado devido ao fato de que o gerente executivo e a maioria dos coordenadores desempenham as suas atividades na Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro) do Instituto Nacional de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A execução orçamentária foi insuficiente para o cumprimento de 100% das metas físicas, mas o resultado das reuniões com grupos de interesse permitiu o intercâmbio de informações entre áreas e setores afins, a realização de atividades de forma integrada e a otimização de recursos e resultados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O pleno sucesso no alcance das metas físicas ficou comprometido devido ao atraso na liberação de recursos, somado à sazonalidade bem marcada de desmatamentos e incêndios florestais que requerem procedimentos emergenciais.

O desempenho da execução da Ação 2063 - Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais, pelo INPE/Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), apresentou resultados elevados quanto ao monitoramento de desmatamentos e incêndios florestais. Destaca-se o monitoramento ambiental de toda a área correspondente à Amazônia Legal. Foram realizados seminários de apresentação dos resultados da fiscalização e do monitoramento na Amazônia Legal, com a presença de organizações não-governamentais (ONGs) e da sociedade civil de forma geral.

Os aspectos supracitados foram facilitados devido ao fato de estarem no mesmo Ministério/Instituto a gerência do Programa e a coordenação da maioria das ações (exceto a Ação 2063, executada pelo INPE/MCT).

Foram realizados ainda intercâmbios com órgãos e entidades afins, facilitando o fluxo de informações e o desenvolvimento de atividades integradas, com foco na prevenção e controle de desmatamentos e incêndios florestais. Esta prática apresenta como premissa básica a transversalidade das ações, no sentido de permitir a otimização de recursos e a obtenção de resultados expressivos, como a redução da taxa de desmatamento e dos focos de calor no âmbito do Programa Florescer.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

PROAMBIENTE

OBJETIVO

Promover o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e a produção familiar rural, por meio da gestão ambiental territorial no campo, do planejamento integrado das unidades produtivas e da prestação e certificação de serviços ambientais.

PÚBLICO-ALVO

Produtores familiares (agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, indígenas, quebradeiras de coco, quilombolas, ribeirinhos e populações tradicionais), e suas instituições de organização e representação.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.685.153,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 3.652.354,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 3.652.354,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. ÁREA CERTIFICADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS.

Unidade de medida: ha
Índice apurado em 2006: 135.650
Índice previsto ao final do PPA: 269.500

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média.

O processo de normatização da Certificação de Serviços Ambientais está em construção através da elaboração de uma instrução normativa com as bases do processo de certificação. O indicador foi apurado pelos Planos de Utilização das Unidades Produtivas dos pólos com acordos comunitários instituídos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente) surgiu como projeto da sociedade civil e posteriormente foi absorvido como programa de governo. Nesse sentido, a proposta do Programa surge do acúmulo de demandas e carências históricas dos movimentos sociais da Amazônia proponentes do projeto.

O Programa é implementado de maneira descentralizada por meio do estabelecimento de parcerias dentro do Governo Federal, na perspectiva de integrar e qualificar as políticas públicas de desenvolvimento rural existentes. E entre o Governo Federal e governos estaduais e municipais, visando à complementaridade no atendimento às demandas dos produtores familiares rurais organizados.

A gestão participativa e a execução descentralizada contribuem para a eficácia das ações, evitando o custo da criação de uma estrutura executiva local pelo governo, podendo servir de exemplo para outros programas finalísticos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Consolidação dos Pólos Pioneiros do Proambiente: 3.150 famílias beneficiadas pela prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e 1.765 famílias financiadas para implantação dos Planos de Utilização das Unidades Produtivas;

• Consolidação do Projeto-Piloto Gestão Ambiental Rural (Gestar) na Bacia do Rio Ariranha, Estado de Santa Catarina (SC), resultando em importantes estudos sobre os aspectos jurídicos, econômicos e sócio-ambientais da produção suinícola, aproveitado pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) para balizar os termos de ajustamento de conduta;

• Consolidação dos pólos do Projeto Gestar no Araguaia (MT), nordeste de Mato Grosso (MT), Portal da Amazônia, norte do MT, BR-163/Itaituba (PA), norte de Minas Gerais (MG) e Paulo Afonso/Xingó (BA/AL), sendo esses dois últimos articulados com o Programa de Revitalização do São Francisco.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

As metas físicas previstas foram alcançadas em todas as ações. O Programa teve o cumprimento médio de 76% da execução física previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006, comprometido pelo atraso na aprovação do Orçamento 2006 e pelo impedimento legal de celebração de convênios pela Lei nº 9.504/97 - período eleitoral.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa Proambiente conta com o Conselho Gestor Nacional (CONGEN), órgão colegiado integrante de sua estrutura de gestão, com composição paritária entre Governo Federal e sociedade civil organizada, com a finalidade de definir a implementação do Programa. No meio rural, o Proambiente é implantado por adesão coletiva, através da formação de pólos. Cada pólo é formado por um conjunto de grupos comunitários vinculados às associações de produtores e/ou cooperativas de atuação local. Os pólos são constituídos por territórios rurais com similaridades sociais, culturais, econômicas e ambientais, possibilitando a gestão integrada dos recursos naturais em escalas de unidades de produção (propriedades, lotes, reservas extrativistas, áreas de uso comum, etc) e grupos comunitários prestadores de serviços ambientais à sociedade. Foram realizadas reuniões do Congen do Proambiente e outras com equipes de diferentes programas do

Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministérios parceiros e instituições de ensino e pesquisa, com o intuito de discutir e contribuir para a implementação do Programa e possíveis parcerias.

O Proambiente tem como política o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). No ano de 2006, foi constituído um grupo de trabalho para propor diretrizes, critérios, procedimentos e formas de compensação por serviços ambientais. Esta política deverá ser apresentada na forma de Projeto de Lei, normatizando o uso de recursos públicos para os pagamentos por serviços ambientais.

Na metodologia de Certificação de Serviços Ambientais do Proambiente é abordado o Princípio das Relações Sociais, a partir do qual os grupos comunitários devem respeitar os costumes locais, valorizando as tradições e conhecimentos das famílias, e buscando a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o MMA e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), com o intuito de normatizar o processo de certificação, sendo testada uma metodologia de avaliação de impactos, desenvolvida no âmbito do subprograma de pesquisa do Proambiente – com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), incorporando os indicadores dos Padrões de Certificação do Proambiente.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

PROBACIAS

OBJETIVO

Implementar o Sistema Integrado de Gestão de Bacias Hidrográficas.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 44.083.125,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 32.430.325,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 32.430.325,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. NÚMERO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS COM ALCANCE DE, PELO MENOS, 70% DO ÍNDICE DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS.

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 2
Índice previsto ao final do PPA: 5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Houve avanço no processo de implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), porém de forma mais lenta do que o previsto e que depende de fatores externos à atuação da Unidade Responsável pelo Programa. As ações de cobrança pelo uso de recursos hídricos nas demais bacias selecionadas para o período deste PPA, que retratam a efetivação do indicador do Programa, não foram incluídas na Lei Orçamentária 2007, o que evidencia a impossibilidade de ampliação dos resultados alcançados até o exercício de 2006.

2. TAXA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO COM IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS, EXCLUÍDA A BACIA AMAZÔNICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 1,66
Índice previsto ao final do PPA: 20,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Houve avanço no processo de implementação dos instrumentos da PNRH, porém de forma mais lenta do que o previsto e que depende de fatores externos à atuação da Unidade Responsável pelo Programa. As ações de cobrança pelo uso de recursos hídricos nas demais bacias selecionadas para o período deste PPA, que retratam a efetivação do indicador do Programa, não foram incluídas na Lei Orçamentária 2007, o que evidencia a impossibilidade de ampliação dos resultados alcançados até o exercício de 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lei nº 9.433/97, em seu Artigo 1º, estabelece que: "a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos". Desta forma, está reforçado que o modelo de gerenciamento de recursos hídricos pressupõe como unidade de gestão a bacia hidrográfica, no âmbito da qual deverão ser fortalecidos os instrumentos de outorga cobrança e fiscalização e implementados os mecanismos técnicos e operacionais para apoio a atuação dos conselhos e agências de bacias, o que permitirá garantir a descentralização, a participação da sociedade e o fortalecimento do controle social visando a assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos. Cabe ainda, no âmbito desta atuação, apoiar a elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas e a capacitação técnica e operacional das entidades colegiadas, órgãos e instituições envolvidas no sistema, conforme disposto na legislação afeta.

É importante ressaltar a conveniência de um programa que vise a fortalecer o processo de implementaão dos instrumentos do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos no âmbito das bacias hidrográficas, possibilitando dar maior visibilidade às prioridades, aos recursos, aos produtos e aos resultados alcançados, permitindo uma maior clareza gerencial, especialmente na utilização de fontes de recursos vinculados, como no caso dos recursos originários da outorga pelo uso da água, cuja utilização será prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados, apoiando projetos aprovados pelo respectivo comitê.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Publicado o **Atlas Nordeste - Abastecimento Urbano de Água**, um estudo que tem por objetivo identificar os problemas e soluções de abastecimento de água nas sedes municipais com população urbana superior a 5 mil habitantes. A área de estudo abrange toda a Região Nordeste, incluindo a região do semi-árido brasileiro e parte do Estado de Minas Gerais, correspondente às bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha, Mucuri e Pardo;

• Elaborado o **Relatório Geo Brasil Recursos Hídricos**, que adota a metodologia GEO (estado, pressão e impactos, respostas, cenários e propostas) para apresentar análises integradas da gestão de recursos hídricos no Brasil;

• Lançado o livro **A Gestão dos Recursos Hídricos e a Mineração**, cuja edição foi possibilitada pela parceria com o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), com

o propósito de apresentar à sociedade o estado do uso da água na atividade mineradora e de subsidiar, no âmbito empresarial, a implantação da gestão de recursos hídricos nos processos de lavra e beneficiamento de minérios;

• Iniciado o Projeto Caminho das Águas, uma parceria com a Fundação Roberto Marinho, cuja idéia é transmitir ao público-alvo os subsídios básicos para a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, por meio da produção e veiculação de séries de programas televisivos para a grade nacional do Canal Futura;

• Consolidados os procedimentos técnicos e administrativos para análise e emissão da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) para aproveitamentos hidrelétricos. Os aproveitamentos Jirau e Santo Antônio, situados no rio Madeira, foram analisados e tiveram as respectivas DRDHs emitidas em 2006. Foi suspensa a DRDH da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Piraju II, em decorrência do indeferimento da licença ambiental. A DRDH da usina hidrelétrica Dardanelos, no rio Aripuanã (MT) foi revista;

• Rio Paraíba do Sul: concluídas as obras de melhoria na tomada de água para o abastecimento da cidade de Barra Mansa (RJ) e a Estação de Tratamento de Esgotos do Distrito São Silvestre, em Jacareí (SP); iniciadas a execução das ações de controle de erosão em Barra Mansa (RJ) e Ubá (MG) e obras de interceptores e elevatórias em Juiz de Fora (MG) e Resende (RJ); iniciados o combate e controle da proliferação do capim capituva no trecho paulista da bacia; monitorados os reservatórios do Sistema Hidráulico; aperfeiçoados os procedimentos operacionais de cobrança para a bacia, com a migração dos cadastros para o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH);

• Açude Cocorobó (BA): definidas regras de uso da água, limitando a vazão de captação do açude e estabelecendo níveis de eficiência no uso. Regularizados 93 usuários de água e cadastrados 336 usuários;

• Iniciada a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce (MG/ES), com a realização de ajustes nos termos de referências, para inclusão de contribuições dos Comitês das Bacias Afluentes;

• Implementada a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí e criado um mecanismo diferenciado de pagamento;

• Foi definida a regra geral para captações de água na Lagoa Mirim (RS), baseada no nível da água na lagoa, o que permitiu a regularização de 13 grandes usuários de recursos;

• Aperfeiçoada a metodologia aplicada para cadastramento de usuários da bacia do rio São Francisco;

• Rios Tocantins e Araguaia: iniciada a elaboração do Plano Estratégico de Recursos Hídricos;

• Iniciada a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (MG/BA).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução física apresentou resultados compatíveis com a programação. Houve variação de 25% a 300% em relação aos resultados almejados. Esta variação ocorreu ao longo dos anos nos programas coordenados pela Agência Nacional de Águas (ANA), indicando uma dificuldade em aferir os resultados quantitativamente. Assim, aferir os dados qualitativamente, seria uma alternativa ao modelo em uso.

A execução do gasto das ações do Programa apresentou variação de 32% a 100%, sendo os recursos considerados suficientes.

O desempenho do Programa não pôde ser considerado melhor por três razões básicas:

a) limite insuficiente de recursos orçamentários e financeiros;
b) fluxo inconstante na liberação de recursos;
c) não implantação do processo de cobrança em algumas bacias selecionadas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O modelo de definição dos limites orçamentários por órgão, nitidamente decrescente nos últimos anos em relação à ANA, impacta negativamente no desempenho do Programa, uma vez que a demanda de recursos para o cumprimento das atribuições legais - decorrentes da Lei nº 9.433/97 - tem apresentado elevado nível de crescimento, em razão do início da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em diversas bacias hidrográficas de rios de domínio da União. Cabe lembrar que o processo de negociação para implantação de comitês e de agências de bacias é demorado e necessita do apoio técnico e financeiro, até que a cobrança pelo uso de recursos hídricos seja suficiente para a auto-sustentação do sistema local.

Por meio da revisão anual do PPA 2007, foi proposta e incluída a Ação Enquadramento de Corpos D'Água. O Programa também recebeu as ações do Programa 1304 – Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas. Com essas providências, o Programa, agora com o nome Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas, além de implementar os instrumentos da PNRH, executa ações de conservação de bacias hidrográficas, despoluição de corpos d'água e uso racional da água, com recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, e outros do Orçamento da União.

Além do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), a execução de resultados é acompanhada por meio de sistema informatizado, que apresenta as intervenções (convênios, contratos e outros), vinculando-as aos respectivos gastos. Em 2007, entrará em funcionamento o módulo de planejamento, que passará a orientar a alocação de recursos e, inclusive, permitirá o acompanhamento do gasto em nível detalhado e suficiente para o gerenciamento, a tomada de decisão e a correção de rumos. Espera-se uma substancial melhoria da qualidade da informação, da transparência da execução e dos resultados alcançados.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

QUALIDADE AMBIENTAL

OBJETIVO

Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, do controle dos riscos e da melhoria do atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais. Além do controle de gases com a finalidade de proteção da camada de ozônio e do sistema climático global.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 21.899.144,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 16.505.182,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 16.505.182,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. QUANTIDADE DE MATERIAL PARTICULADO LANÇADO NA ATMOSFERA

Unidade de medida: tonelada
Índice apurado em 2006: 116.930
Índice previsto ao final do PPA: 150.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

Conforme comentado no relatório de 2005, o Indicador Quantidade de Material Particulado Lançado na Atmosfera estava com a metodologia de cálculo defasada e, por isso, não poderia ser mais atualizado. Dessa forma, na revisão do Plano Plurianual (PPA) em 2006, foi proposto um novo indicador denominado Número de Episódios Anuais de Violação do Padrão Diário de Qualidade do Ar para os Parâmetros de Material Particulado Inalável (PM10) e Ozônio (O_3). Este indicador quantifica o número de episódios de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros de material particulado inalável e ozônio, registrado durante o ano, através das redes de monitoramento da qualidade do ar das regiões metropolitanas de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR), além da região de Cubatão, no interior paulista, o que corresponde a aproximadamente 22% da população brasileira, segundo o Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No comparativo entre os anos de 2005 (base utilizada ao se criar o indicador) e 2006, observou-se uma diminuição no número de violações do parâmetro material particulado (de 113 para 81), o que pode indicar um avanço nas políticas de controle da poluição atmosférica.

Outro indicador criado na revisão do Programa, em 2006, foi o Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio. Este indicador era utilizado no Programa Mudanças Climáticas e Meio Ambiente, o qual foi encerrado. Para o cálculo desse indicador são considerados os clorofluorcarbonos (CFCs) dentre todas as substâncias que destroem a camada de ozônio (SDOs), por apresentarem maior consumo no Brasil. Esse dado é obtido por meio do Cadastro Técnico Federal (CTF) e diz respeito às substâncias do Grupo I do Anexo A do Protocolo de Montreal (CFC 11, 12, 113, 114 e 115).

2. NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA SEM LICENÇA DE OPERAÇÃO

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 147
Índice previsto ao final do PPA: 50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média.

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a viabilidade para o alcance do índice proposto ao final do PPA está diretamente ligada ao prosseguimento na modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), visando à introdução de novas ferramentas técnicas na avaliação dos processos de licenciamento ambiental.

A apuração do índice representa o número de empreendimentos de infra-estrutura considerando as fases do licenciamento ambiental em andamento - ainda sem a licença de operação, no entanto -, tendo na área de transportes as rodovias, as ferrovias, as hidrovias e os portos, e na área de energia as hidrelétricas, as linhas de transmissão e outros.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A degradação da qualidade ambiental que vem ocorrendo nas últimas décadas tem influenciado de forma negativa a qualidade de vida da sociedade brasileira. A degradação ambiental decorre da utilização desmedida dos recursos naturais, da emissão de gases que afetam a camada de ozônio e o sistema climático global, das substâncias químicas e resíduos industriais perigosos e do nível de poluição do ar. Agregam-se a isso os impactos ambientais decorrentes das atividades de infra-estrutura necessárias ao desenvolvimento do País. Para se ter uma idéia, existem hoje, no mundo, mais de 100 mil substâncias químicas comercializadas e a cada ano são introduzidas cerca de 2 mil novas substâncias, das quais apenas um número reduzido foi testado quanto à sua toxicidade para os seres humanos e para o meio ambiente.

Os especialistas prevêem que esta produção continuará crescendo, principalmente nos países em desenvolvimento, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico entre Países em Desenvolvimento (OCDE). Por isso, a promoção da segurança química tem para o Brasil relevância inequívoca, visto que o País está entre os 10 maiores produtores e é o sétimo maior consumidor de produtos químicos em nível mundial, além de ser o maior produtor e importador, no gênero, na América Latina. Em termos espaciais, os riscos não têm fronteiras; podem ocorrer localmente, ou ter impactos mais amplos, na medida em que afetam ecossistemas regionais ou mesmo globais.

Os padrões de produção não-sustentável provocam o aumento da quantidade e variedade de produtos perigosos persistentes e resíduos lançados no meio ambiente. Uma abordagem preventiva, centrada na mudança de padrões tecnológicos de produção, significa adotar uma estratégia de produção mais limpa, demonstrando ao setor produtivo as vantagens ambientais, sociais e econômicas desta produção, na medida em que possibilita às empresas ganhos de competitividade, com garantias de sobrevivência em um mercado globalizado.

Em relação ao sistema climático global, a continuação das emissões nos padrões atuais provocará um aumento de até 5,8°C na temperatura média da Terra nos próximos 100 anos. E, como conseqüência, o nível dos oceanos aumentará até 88 cm, com prejuízos incalculáveis para regiões costeiras e países insulares, além de problemas como secas severas, modificação de regimes hidrológicos, entre outros. Para enfrentar as constantes ameaças ambientais, o setor público precisa aperfeiçoar seus instrumentos de gestão e promover ações articuladas, as quais possibilitem a eliminação, a mitigação ou o controle de riscos ambientais e o combate rápido e efetivo a situações emergenciais.

Estas ações integradas de monitoramento, fiscalização e atuação direta devem ser desenvolvidas por equipes capacitadas, instrumentalizadas, apoiadas por especialistas e municiadas de informações organizadas e atualizadas. Desta forma, se torna possível apresentar respostas claras e efetivas à sociedade, nas situações em que estiverem ameaçadas as condições e a qualidade de vida das populações, bem como o patrimônio ambiental. Esta diretriz foi explicitada no Programa de Governo, nas Diretrizes da Ministra do Meio Ambiente e nos objetivos setoriais definidos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Emissão de um total de 278 licenças ambientais, englobando todas as modalidades e fases do licenciamento;

• Implementação do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental (PNLA) já concluída em todos os Estados da federação. O PNLA se constitui em um meio de divulgação de informações sobre o licenciamento ambiental em âmbito nacional, atendendo ao disposto na Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, a qual determina o acesso público aos dados e informações ambientais existentes nos órgãos e nas entidades que compõem o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama);

• Foram analisados 79 projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), dos quais 52 foram aprovados. O potencial de redução de emissões dessas atividades ultrapassa os 4 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO_2) por ano. O potencial de redução de emissões dos 52 projetos aprovados, em 2006, encontra-se em torno de 37.143.760 toneladas de CO_2 para o primeiro período de obtenção de créditos (sete anos para algumas atividades e 10 anos para outras). O número crescente de projetos de MDL aprovados certamente contribui de forma direta para a melhoria da qualidade ambiental, através da redução de emissão de gases de efeito estufa;

• Na esfera do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), um dos principais objetivos da Resolução CONAMA 267/2000 foi cumprido em 2006. A importação de CFC, um dos gases que promovem a destruição da camada de ozônio, está proibida a partir de 1º de janeiro de 2007. Com isso, o Brasil se antecipou ao previsto pelo Protocolo de Montreal, quanto à eliminação do consumo desse gás até 2010;

• Foi firmada uma cooperação técnica entre MMA e distribuidoras de energia elétrica, no sentido de promover a substituição de refrigeradores domésticos antigos - de alto consumo de eletricidade - por equipamentos novos, mais eficientes em comunidades de baixa renda. A aquisição e distribuição dos refrigeradores novos são realizadas com recursos das concessionárias por meio dos Programas de Eficiência Energética (PEE);

• Foi lançada a **Coletânea de Legislação para o Licenciamento Ambiental de Resíduos Sólidos Urbanos**, **Sistemas de Tratamento de Esgotos e Assentamentos de Reforma Agrária**;

• Publicação do livro **Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica**;

• Elaboração de dois manuais: **Manual de Normas e Procedimentos para o Processo de Licenciamento Ambiental de Mineração** e **Manual de Procedimentos do Licenciamento Ambiental Federal**. A elaboração de tais manuais é fruto da necessidade de serem ajustados os procedimentos de licenciamento ambiental, em âmbito federal, para suprir às crescentes demandas sobre o licenciamento conduzido na esfera federal, bem como para que os mesmos sejam compatibilizados com as recentes alterações procedimentais definidas pelo Ibama;

• Elaboração de dois estudos: Impactos Ambientais na Cadeia Produtiva, Distribuição e Uso do Biodiesel e Documento-Base de Apoio às Discussões sobre Impacto Socioeconômico no Licenciamento Ambiental;

• Fortalecimento da estrutura institucional do P2R2 prevista no Decreto nº 5.098/04 por meio da criação dos comitês de indústria, transporte rodoviário e transporte ferroviário, com o objetivo de identificar prioridades e demandas de ação e traçar estratégia de atuação;

• Acompanhamento e defesa dos interesses brasileiros nas reuniões internacionais referentes ao tema Mudança Global do Clima, principalmente nas sessões da Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, nas reuniões das Partes do Protocolo de Quioto (COP/MOP) e nas reuniões dos Órgãos Subsidiários de Implementação e de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBI e SBSTA);

• Foram realizadas ações visando à consolidação da implementação das convenções de Estocolmo, Basiléia e Roterdã, que buscam, de forma geral, reduzir e controlar os riscos decorrentes da exposição às substâncias perigosas e aos resíduos industriais;

• Elaboração do Plano de Ação Regional para Prevenção e Controle da Contaminação por Mercúrio nos Ecossistemas Amazônicos (PAM), cujo objetivo é o estabelecimento de uma estratégia de cooperação para promover o controle dessa substância;

• Realização de diversos cursos de capacitação voltados para a temática Qualidade Ambiental;

• No âmbito da qualidade do ar foram elaborados os seguintes relatórios:

a) **Relatório Técnico e Sumário Executivo Avaliação do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores;**
b) **Relatório Técnico e Sumário Executivo Avaliação do Programa de Inspeção e Manutenção dos Veículos Automotores em Uso no Rio de Janeiro;**
c) **Caderno Institucional Proconve: 20 Anos Respirando um Ar Melhor**.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

De maneira geral, foi satisfatório o alcance dos resultados em 2006, asso,assim como a execução física das ações. Todas as ações obtiveram produtos significativos durante o exercício. A execução do Ibama foi acima de 100% para a Ação Licenciamento Ambiental Federal, o que é resultado da superação das dificuldades encontradas, principalmente em relação à falta de treinamento e à capacitação dos servidores.

Nos projetos de cooperação internacional, a execução física e financeira é realizada por meio do Sistema de Informações Gerenciais de Meio Ambiente (SIGMA), como é o caso da Ação Modernização do Processo de Licenciamento Ambiental. Está sendo implementado, no Ibama, o acompanhamento pelo Sistema do Licenciamento Ambiental (SISLIC).

No caso das ações que dependiam da celebração de convênios, a execução foi prejudicada pela dificuldade na viabilização dos mesmos, principalmente pela inadimplência dos órgãos ambientais estaduais.

Em 2006, foram descentralizados recursos para o Ibama, os quais contribuíram na estruturação do órgão para atuação na prevenção, no controle e na fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo.

O relatório de atividades demonstra que os objetivos foram alcançados. Outros recursos repassados por meio de convênio também tiveram execução adequada, sendo que alguns deles estão na fase de entrega final de seus produtos. A execução das ações do Ibama e do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) foram boas, elevando o grau de execução do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa vem sendo aprimorado constantemente. Em 2006, foram criados novos indicadores e o escopo de algumas ações foi ampliado.

O Grupo de Trabalho Ozônio se reúne com diversos órgãos e com a iniciativa privada para solucionar os problemas de emissões de gases que destroem a camada de ozônio. O Ibama complementou: "os órgãos envolvidos nas questões relacionadas aos procedimentos do licenciamento ambiental tais como órgãos governamentais e não governamentais e representação da comunidade reúnem-se nas diversas fases do licenciamento ambiental".

Segundo o Ibama, a capacitação dos técnicos envolvidos no licenciamento ambiental, assim como os equipamentos e o espaço físico, necessitam de reformulação permanente. E não há como atingir os resultados em sua plenitude apenas com recursos da União.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS

OBJETIVO

Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação.

PÚBLICO-ALVO

Pescadores, armadores de pesca, empresários de pesca, aqüicultores e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 346.414.789,00	Empenho Liquidado:	R$ 341.490.638,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 341.490.638,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE PARA O USO DOS RECURSOS PESQUEIROS

Unidade de medida: -
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 1,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito baixa

A principal fonte de dados para a aplicação do indicador é o Sistema de Mapas de Bordo, que fornece a captura por unidade de esforço (CPUE) dos recursos que são utilizados pelas principais pescarias brasileiras. O Sistema encontrava-se desativado e somente no final de 2005 foi retomado. Entretanto, a série de dados gerados foi insuficiente para possibilitar a aplicação da fórmula empregada. Serão necessários pelo menos dois anos de dados disponíveis para que se possa comparar a situação dos estoques de um ano para o outro e, mesmo assim, de forma parcial, já que os resultados alcançados após a aplicação de uma medida podem ser mais demorados e dependem da longevidade dos recursos em questão (recursos com ciclo de vida longo somente irão apresentar resultados após alguns anos).

CONTEXTUALIZAÇÃO

As melhores informações científicas disponíveis sobre o estado dos principais recursos pesqueiros costeiro-marinhos concluem que cerca de 80% deles encontram-se

sobreexplotados, ameaçados de sobreexplotação ou próximos de tais níveis. O excesso de esforço de pesca tem sido apontado como a causa mais visível de tal situação, não se desprezando o efeito deletério do conjunto das ações antrópicas em terra.

No que se refere aos ambientes aquáticos continentais, embora não se tenham informações científicas suficientes, as observações empíricas e as informações correntes de grupos de pescadores apontam para uma considerável perda de produtividade pesqueira em tais ambientes. Este quadro é relacionado principalmente com o barramento dos principais rios para usos múltiplos dos recursos hídricos, o desmatamento das margens e de áreas de cabeceira, o assoreamento de lagos e lagoas marginais, e a poluição, tanto química quanto orgânica.

No plano nacional, a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 20, 23, 24 e 225 define os princípios suficientes para que o Estado estabeleça normas e padrões de acesso e uso dos recursos pesqueiros, tendo a sustentabilidade como objetivo primeiro. No plano infraconstitucional, o Decreto-Lei nº 221, de fevereiro de 1967, se constitui no diploma legal que dá sustentação às normas que disciplinam o acesso e uso dos recursos pesqueiros. No plano internacional, a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar e o Código de Pesca Responsável da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) se constituem nos principais diplomas que orientam tal ação do Estado.

O principal desafio que se apresenta no marco do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 é a construção de um sólido Sistema de Gestão de Recursos Pesqueiros, que tenha a sustentabilidade como elemento central. Devem ser atributos fundamentais de tal sistema: uma estrutura de compartilhamento de poder e responsabilidade entre o Estado e os usuários de tais recursos, e a troca entre o saber científico e os saberes e conhecimentos tradicionais das populações pesqueiras. Crê-se que, desta forma, se possa construir condições para o aumento da produção nacional de pescado, para o aumento do nível de emprego e renda no setor pesqueiro, contribuindo, assim, para a inclusão social e a justiça ambiental. Para tanto, propõe-se que o sistema de gestão que está sendo gerado no marco do PPA 2000-2003 seja implementado com o estabelecimento de fóruns de negociação de objetivos e projetos, entre o Estado e os usuários; que sejam aperfeiçoadas e ampliadas as estruturas conceituais e físicas de coleta e difusão de informações biológico-pesqueiras, bioecológicas e sócio-ambientais e de avaliação de recursos; que sejam gerados e implementados planos de gestão por recurso, bacia hidrográfica ou ecossistema; que seja reconstruído e aperfeiçoado o sistema de licenciamento pesqueiro; que sejam desenvolvidos e implementados instrumentos econômicos específicos e apropriados para a gestão de recursos pesqueiros. E que seja ampliado e aperfeiçoado o Sistema de Fiscalização do Acesso e Uso dos Recursos Pesqueiros.

Constituem-se condicionantes favoráveis à implementação do Programa o próprio Programa de Governo, as diretrizes definidas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), e, por mais paradoxal que pareça, o despertar crescente dos usuários para o fato inconteste de que sem recursos pesqueiros não é possível haver atividade pesqueira. Por

outro lado, o baixo nível histórico de alocação de recursos orçamentários e fragilidade das organizações representativas dos usuários em seus aspectos de representatividade e legitimidade constituem-se nos principais condicionantes desfavoráveis à implementação do Programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Para o período em questão (2006), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concebeu e passou a implantar um Modelo de Gestão Compartilhada do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros, que tem como principal fundamento o compartilhamento de poder e responsabilidade entre o Estado e os usuários (pescadores, armadores, industriais e sociedade civil organizada) dos recursos pesqueiros. Neste contexto, além dos comitês já existentes do uso sustentável da lagosta e sardinha foi criado o Comitê de Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros da Bacia Amazônica, do qual participam os órgãos estaduais de meio ambiente dos Estados da bacia, universidades, representantes dos usuários dos recursos pesqueiros e organizações não-governamentais (ONGs). Como conseqüências desse modelo, foram elaborados, no âmbito de cada Comitê, os Planos de Gestão do Uso Sustentável da Lagosta e da Sardinha, espécies altamente sobreexplotadas;

• No âmbito da ação Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva (Revimar), decorrente da necessidade de se implementar um permanente monitoramento do uso dos principais estoques pesqueiros, foi elaborada a Proposta Nacional de Trabalho (PNT) para o período de validade do VI Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM);

• No processo de ordenamento do acesso e uso dos principais recursos pesqueiros, foram realizadas cerca de 30 reuniões que resultaram na publicação de 36 Instruções Normativas que contribuirão para a diminuição do esforço de pesca sobre esses recursos, a manutenção dos estoques e a garantia da biodiversidade;

• Foi iniciado o ordenamento de recursos pesqueiros em Reserva Extrativista (Resex) nos Estados do Amazonas, de Santa Catarina, do Rio de Janeiro, da Bahia, do Ceará e o apoio à criação de Reservas Extrativistas de Pesca Artesanal em nível federal;

• Com o objetivo de oferecer uma visão geral sobre a situação atual do ordenamento pesqueiro no Brasil e no mundo, considerando os aspectos institucionais e políticos, bem como ferramentas que permitam conhecer os processos adotados para o planejamento adequado da gestão frente às novas demandas relacionadas com a conservação e o uso sustentável dos recursos pesqueiros, foram promovidos dois cursos de Capacitação em Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros onde foram capacitados 77 analistas ambientais do Ibama;

• Realizadas reuniões e oficinas de capacitação relacionadas à elaboração de planos de gestão e de recuperação para as espécies de peixes e invertebrados aquáticos ameaçadas e sobreexplotadas ou ameaçadas de sobreexplotação, sob a coordenação do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), com participação do Ibama, de acordo com a Instrução Normativa MMA nº 05/2004 atualizada por meio da Instrução Normativa MMA nº 52/2005;

• Intensificadas operações de fiscalização dos recursos pesqueiros, visando ao combate da pesca predatória e ao controle do defeso (da lagosta, sardinha, caranguejo e camarão), bem como as operações de rotina e as de defeso da piracema nas bacias hidrográficas brasileiras;

• Implantação dos seguintes programas:

a) Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), implementado em conjunto com a Marinha do Brasil e Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), que possibilitou a publicação de diversas Instruções Normativas Interministeriais, dentre elas a que estabelece os limites estaduais nas águas sob jurisdição brasileira;
b) Programa Nacional de Fiscalização da Lagosta, que elaborou e apresentou o Plano Nacional de Fiscalização da Pesca de Lagostas (PNFPL), bem como possibilitou a operacionalização do Núcleo de Operações Aquáticas do Nordeste do Brasil (NAQUA/NE);

• Concluída a etapa de concepção e encontrando-se na fase de desenvolvimento, para posterior operacionalização, o Sistema para Gerenciamento do Uso dos Recursos Pesqueiros (SIPESCA), que tem como objetivo desenvolver e implantar um sistema de informações que auxilie na tomada de decisões na gestão do uso dos recursos pesqueiros do Brasil;

• Consolidado e disponibilizado o **Boletim da Estatística Pesqueira Nacional do ano de 2005**;

• Além do licenciamento dos pescadores amadores, foram realizadas 24 Oficinas de Guia de Pesca, totalizando 616 pessoas capacitadas, atendidas 14.300 crianças com as Oficinas de Pesca Infantil, e realizadas três prospecções para identificação de áreas com potencial para a pesca esportiva;

• Realizado um amplo trabalho visando a orientar o pescador amador sobre as regras para a pesca amadora pelos seguintes meios: sítio na Internet, publicações (folheto com as regras de pesca, Guia de Pesca Amadora: peixes de água doce, Guia de Pesca Amadora: peixes marinhos, Caderneta de Pesca, Caderneta de Pesca infantil, Guia de Recordes: peixes de água doce, Pesque-e-solte: informações gerais e procedimentos) e participação em eventos de pesca, turismo e meio ambiente;

• A Ação Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática na Amazônia está pautada na execução do Projeto Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Hídricos na Amazônia (AquaBio), de Cooperação Internacional. Os principais eventos vinculados à elaboração e negociação do Projeto AquaBio em 2006 foram os seguintes:

a) Banco Mundial enviou convite para a negociação do Projeto Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Hídricos na Amazônia (AquaBio) com o Governo Brasileiro em 31 de janeiro de 2006;
b) com a autorização para negociar concedida pela Secretaria de Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF), a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento (SEAIN/MP) realizou a negociação do Projeto nos dias 27 e 28 de abril;

c) Acordo de Doação entre o Banco Mundial e o Governo Brasileiro, representado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do MF (PGFN), foi assinado em 15 de setembro de 2006;

d) Projeto de Cooperação Técnica para a execução dos dois primeiros anos do Projeto AquaBio foi assinado pelas três partes: MMA, Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 14 de dezembro de 2006;

• No âmbito da Ação Seguro Desemprego, foi dada continuidade à utilização do instrumento seguro desemprego ao pescador, como apoio às medidas de gestão do uso dos recursos pesqueiros, em especial aos períodos de piracema nas bacias hidrográficas brasileiras e nos períodos de reprodução em águas marinhas.

• A insuficiência de recursos financeiros, o atraso ou mesmo a não liberação de recursos na época adequada para realização de algumas atividades, em especial daquelas que envolvem fenômenos ambientais sazonais, como reprodução de espécies, migração, etc comprometeram a execução na totalidade de algumas atividades.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os resultados, em 2006, foram considerados dentro do esperado e, de modo geral, as metas físicas foram atingidas. Entretanto, uma avaliação qualitativa evidencia alguns prejuízos, especialmente decorrentes da insuficiência de recursos financeiros e da não liberação desses recursos na época adequada para a realização de algumas atividades, especialmente, aquelas que envolvem fenômenos ambientais sazonais como: reprodução e migração de espécies, entre outros. A descontinuidade na liberação dos recursos financeiros e a insuficiência das dotações, associadas a outras situações orçamentárias, têm sido os principais entraves para a consecução de melhores resultados do programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Encontra-se em discussão a ampliação de outros indicadores complementares para o Programa. Apesar da composição estar adequada, entendemos que existe um desequilíbrio na quantidade de recursos alocados para as distintas ações, o que remete à necessidade de adequar e ampliar os quantitativos das mesmas. Como exemplo, citamos os recursos alocados para a ação seguro desemprego em relação às demais ações do Programa.

Após cada evento ou reunião para definição das medidas de ordenamento do uso dos recursos, os participantes são convidados a apresentar uma avaliação dos resultados obtidos. As eventuais falhas ou contribuições são discutidas e, quando apropriadas, incorporadas ao processo de execução das ações. A participação dos usuários é, ainda, indispensável para viabilizar o cumprimento na aplicação das medidas de gestão adotadas.

RECOMENDAÇÕES

• Não há recomendações.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

OBJETIVO

Proporcionar meios para a redução, reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos urbanos, ampliar a cobertura e aumentar a eficácia dos serviços de limpeza pública, de coleta, de tratamento e de disposição final, na perspectiva da universalização dos serviços e da sustentabilidade dos empreendimentos, com ênfase na eliminação de lixões, na erradicação do trabalho infantil e juvenil nos lixões e nas ruas, e na promoção de inserção social de catadores de materiais recicláveis.

PÚBLICO-ALVO

População de menor nível sócio-econômico, residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em Municípios de pequeno porte.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 63.237.670,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 54.749.749,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 54.749.749,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 169.000.000,00	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM DISPOSIÇÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 43

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Este Indicador do Programa, que não se encontra em apuração anualmente com base no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), foi alterado na última revisão do Plano Plurianual (PPA) de agosto de 2006, sendo substituído pelos indicadores: Taxa de Cobertura de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Taxa de Municípios com Destino Final Adequado de Resíduos Sólidos, também apurado na PNAD. Não foi possível avaliar os resultados alcançados pelo Programa, já que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não realizou a medição do índice no ano de 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Justificam a existência do Programa:

a) deficiências de cobertura e de qualidade dos serviços de limpeza urbana, com conseqüências negativas sobre o ambiente e a qualidade de vida nas cidades, e prejuízo maior para a população de menor nível sócio-econômico e para os Municípios de menor porte;
b) a baixa capacitação institucional e técnica dos Municípios, comprometendo a sustentabilidade das ações de limpeza urbana;
c) a disposição inadequada dos resíduos em lixões e cursos d'água, com conseqüências negativas sobre a qualidade das águas, solo e ar e sobre a capacidade de condução dos cursos d'água e dos sistemas de drenagem;
d) a escassez de recursos para expansão da cobertura dos sistemas existentes;
e) a existência de trabalho de adultos e crianças em condições degradantes nos lixões e na coleta seletiva informal e a ausência de mecanismos de controle social na prestação dos serviços.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Celebrados 117 convênios, atendendo a 115 Municípios com até 30 mil habitantes, e beneficiando aproximadamente 124.110 famílias;

• Na Região Nordeste foram liberados R$ 185.681,10 entre 1º de janeiro e 15 de junho de 2006, beneficiando 821 famílias do Estado da Bahia; na Região Norte, as ações foram efetivadas no Município de Rio Branco (AC), com valor do investimento de R$ 10.687 milhões e valor de empréstimo de R$ 9.618,3 milhões; na Região Sudeste foram investidos R$ 22.390.192,67, desembolsados R$ 906.094,47, atendendo a uma população de 256.537 habitantes e gerando 2.495 empregos. As ações foram efetivadas nos Municípios de Ituiutaba (MG), Poços de Caldas (MG), Atibaia (SP), Araguari (MG), Vazante (MG), Santo Antônio do Monte (MG), Várzea da Palma (MG), Capinópolis (MG), Itaú de Minas (MG), Presidente Prudente (SP), Amparo (SP), Peruíbe (SP) e Votorantim (SP);

• Elaboração do Projeto de Regionalização dos Serviços de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conveniado com o Instituto Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Espírito Santo (IEMA-ES);

• Gerenciamento integrado dos resíduos sólidos da bacia hidrográfica do rio Moxotó com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (PE), SECTMA;

• Diagnóstico simplificado das condições de gestão dos resíduos sólidos de 22 Municípios do Estado do Piauí (PI);

• Apoio a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em quatro Municípios, com número de habitantes entre 30 mil e 250 mil: Guaíra (SP), Pato Branco (PR), Laranjeiras do Sul (PR) e Delmiro Gouveia (AL);

• Estruturação de um sistema de assistência técnica a distância e difusão de informações relativas a experiências de gestão de resíduos sólidos com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar);

• Realização de quatro oficinas de capacitação em Municípios do Estado do Piauí (PI) tratando do intercâmbio de experiências entre Brasil, Itália e Portugal sobre a Gestão Associada na Área de Resíduos Sólidos Urbanos;

• Celebração de quatro convênios relativos ao Edital FNMA 4/2003 - Catadores de Materiais Recicláveis: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (CEASB), em Alagoas (AL), Fundação Conscienciarte, em Minas Gerais (MG), Instituto de Estudos Ambientais Mater Natura, no Paraná (PR), e Centro de Estudos Socioambientais PANGEA, na Bahia (BA);

• Celebração de seis convênios relativos ao Edital FNMA 7/2005 - Resíduos Sólidos na Bacia do Rio São Francisco: Formiga (MG), Porteirinha (MG), Lagoa Santa (MG), Correntina (BA), Ouro Preto (MG) e Pirapora (MG);

• Projeto de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), aplicado à redução de emissões do biogás gerado nas unidades de disposição final de resíduos sólidos de 30 Municípios selecionados no âmbito do Projeto MDL, para contribuir com o desenvolvimento sustentável em áreas urbanas, com a erradicação dos lixões, a inclusão sócio-econômica dos catadores e o aproveitamento energético.

• O contingenciamento orçamentário das ações continua sendo a maior restrição que o Programa, em geral, enfrenta no alcance dos resultados. Igualmente, em 2006, as restrições da Lei Eleitoral colaboraram para a baixa execução do Programa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Não houve compatibilidade entre os recursos financeiros liberados e o cumprimento das metas físicas previstas na Lei Orçamentária de 2006. O percentual disponibilizado comprometeu o cumprimento das metas físicas previstas. De modo geral, anualmente, utiliza-se a totalidade dos recursos orçamentários descontingenciados para formalização de novas contratações, enquanto os limites financeiros são utilizados para a liquidação e pagamento das obras/serviços inscritos em restos a pagar. Desta forma, as informações de execução disponibilizadas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) geram a impressão de que a execução física foi incompatível com o montante de recursos liquidados.

As ações com recursos não-orçamentários, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Ministério das Cidades (MCidades), com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), não apresentam resultados preenchidos no Programa. Por outro lado, as ações do componente institucional do Programa (ações de custeio), não previstas com recursos do PPA 2004-2007, sobretudo, as ações apoiadas com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(PNUD), foram responsáveis por intervenções estruturantes, como as ações de capacitação de prestadores de serviço e o desenvolvimento de banco de dados e sistemas de informação na área de resíduos sólidos.

O Programa não dispõe de um processo direto de avaliação e monitoramento junto aos usuários. Uma proposta de solução neste sentido, que está sendo colocada por parte do Grupo Interministerial de Resíduos, é adotar como condicionante nas ações de resíduos sólidos no âmbito do Programa Compartilhado de Resíduos Sólidos a criação ou adequação de conselhos municipais (de saúde, saneamento ou meio ambiente) e/ou a implantação de um fórum municipal para estimular a ampliação da participação dos vários segmentos. Trata-se de municipalidade, comunidade, organizações não-governamentais (ONGs) e outros na gestão dos resíduos sólidos, discutindo, diagnosticando, elaborando e implantando um modelo local de gestão dos resíduos sólidos urbanos que seja participativo, que envolva a sociedade civil e que promova o controle social das atividades realizadas. Desta forma, será possível a interlocução dos conselhos municipais com os conselhos das cidades, do meio ambiente ou da saúde e, em última instância, com o Grupo Técnico Interministerial de Resíduos, envolvendo, ainda, a Caixa Econômica Federal (CEF), como agente operador. Entretanto, os mecanismos para que esta interlocução ocorra ainda estão sendo definidos.

As parcerias com as organizações não-governamentais foram consideradas insatisfatórias, no sentido de consolidar a capacitação para o adequado gerenciamento dos sistemas implantados com os recursos governamentais e com a instrumentalização dos Municípios para a organização dos conselhos municipais - voltados para a gestão e o controle social das ações e para a organização das cooperativas de catadores. O aperfeiçoamento destas parcerias está sendo exercitado. Encontra-se em processo de discussão, a reformulação do Programa Resíduos Sólidos Urbanos, para a implementação de novas diretrizes e novos mecanismos, que propiciem maior integração entre os órgãos executores e os parceiros não-governamentais.

O Programa tem uma boa articulação e os parceiros têm bom relacionamento entre os vários executores das ações. Entretanto, ainda há dificuldade de troca de informações com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), além da dificuldade de preenchimento do SIGPlan durante todo o ano.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A área de abrangência do Programa Resíduos Sólidos Urbanos (PRSU) focaliza, preferencialmente, Municípios com renda média baixa, que necessitam de ação compensatória do Governo Federal para dotá-los de condições adequadas, em relação ao manejo dos resíduos sólidos. Assim, a precariedade dos serviços de coleta e a destinação final adequada de resíduos ocorrem justamente nesta faixa de Municípios brasileiros menos dotados de infra-estrutura, que dispõem de serviço de coleta de lixo quase sempre não-satisfatório, com mais de 70% dos resíduos coletados vazados em lixões e em alagados, o que demonstra, portanto, a necessidade de apoio financeiro nesta área, nos Municípios em

questão. A crônica falta de recursos humanos e financeiros enfrentada por estes têm outras prioridades na aplicação do seu escasso orçamento - o que vem a reforçar a demanda destes por recursos federais. A pressão dos órgãos de controle ambiental e da opinião pública torna ainda mais frágeis as cidades menos favorecidas, fazendo com que elas busquem com mais freqüência os recursos do Orçamento da União para resolver o problema da destinação final adequada dos resíduos.

Na execução das ações com recursos descentralizados, a participação da CEF é muito importante para o inistério das (MCidades), que não possui pessoal em quantidade suficiente para acompanhar os convênios firmados. A agilidade e a permeabilidade das equipes da CEF em todo o País contribui também para o repasse de recursos posteriormente à medição dos serviços executados, o que confere mais agilidade aos processos e um controle maior sobre a qualidade e a execução dos serviços pelos convenentes. No âmbito da FUNASA, a descentralização por meio das suas 26 regionais distribuídas por todos os Estados - todas compostas por um corpo técnico competente para acompanhar os convênios desde a análise dos projetos até a sua execução -, confere maior agilidade e eficiência ao processo e, conseqüentemente, um maior alcance dos objetivos do Programa.

Existe uma iniciativa em curso entre os diversos Ministérios que atuam mais diretamente na área de resíduos sólidos e aqueles responsáveis por ações na área social ligada ao manejo dos resíduos, no sentido de articular as ações, de unificar os critérios de acesso aos recursos e de definir diretrizes e universo de atuação do Programa. Esta parceria, viabilizada e já consolidada por intermédio do Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores e do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, vem ganhando mais força em função da revisão do Programa e da implementação das ações conjuntas emanadas do resultado do Planejamento Estratégico de 2006 proposto para a área de resíduos sólidos.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

OBJETIVO

Promover a recuperação, conservação, preservação e a mitigação de potenciais impactos ambientais decorrentes da crescente ação antrópica crescente, elevado comprometimento ambiental das bacias hidrográficas nacionais.

PÚBLICO-ALVO

Usuários dos recursos hídricos das bacias dos rios São Francisco, Araguaia, Tocantins, Paraíba do Sul e Pantanal.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 131.893.035,00	Empenho Liquidado:	R$ 110.245.253,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 110.245.253,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. TAXA DE VARIAÇÃO DA MELHORIA DA QUALIDADE DA ÁGUA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

2. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO SANTA BRANCA NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL

Unidade de medida: mg/l
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 12
Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

3. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO PARAÍBA DO SUL

Unidade de medida: mg/l
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

4. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO SANTA BRANCA NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL

Unidade de medida: mg/l
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 19

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

5. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO PARAÍBA DO SUL

Unidade de medida: mg/l
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 15

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

6. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO

Unidade de medida: mg/l
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

7. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (A JUZANTE DA FOZ DO RIO PARÁ)

Unidade de medida: mg/l
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

8. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO DAS VELHAS)

Unidade de medida: mg/l
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

9. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO HIDROLÓGICA "PONTE RAUL SOARES" NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

Unidade de medida: mg/l
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 15

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

10. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO VERDE GRANDE NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

Unidade de medida: mg/l
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

11. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO PARÁ)

Unidade de medida: mg/l
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

12. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO PARÁ)

Unidade de medida: mg/l
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 48

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

13. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO DAS VELHAS)

Unidade de medida: mg/l
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 42

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

14. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO PONTE RAUL SOARES NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

Unidade de medida: mg/l
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 192

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

15. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO VERDE GRANDE NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

Unidade de medida: mg/l
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 17

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A ocupação desordenada do Território Brasileiro, em níveis rural e urbano, tem provocado graves impactos ambientais, especialmente no tocante à água. Embora o País possua uma das maiores reservas hídricas do planeta, observa-se um crescente processo de degradação desses recursos, incluindo as áreas de abrangência das respectivas bacias hidrográficas, ocasionando aumento na escassez (quantidade e/ou qualidade) tanto em regiões com alta disponibilidade de água, principalmente nos grandes centros urbanos, como em regiões marcadas pela distribuição irregular das chuvas (semi-árido brasileiro).

A diminuição da oferta de água de qualidade acarreta vários entraves para o desenvolvimento sustentável, seja pelas dificuldades colocadas para a manutenção das necessidades básicas da população brasileira, seja pelo papel da água como recurso básico para impulsionar processos produtivos. A degradação ambiental das nascentes, margens e demais áreas de preservação permanente, agravam ainda mais as condições ambientais das bacias hidrográficas.

A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, estabelece como área de competência do Ministério do Meio Ambiente (MMA), entre outras coisas, a Política Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; a Política de Preservação, Conservação e Utilização Sustentável de Ecossistemas e Biodiversidade e Florestas; proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais e políticas para integração do meio ambiente e produção.

O Decreto Federal de 5 de junho de 2001, criou o Projeto de Revitalização e Conservação do rio São Francisco, assim como também o Comitê de Gestão do Projeto, coordenado pelo MMA, através de sua Secretaria-Executiva. A Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433/97, apresenta como um de seus objetivos centrais, assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.

Além disso, a mesma política apresenta como diretrizes gerais de ação, a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo. Corroborando o que está definido na legislação de recursos hídricos e na definição de competências do MMA, o Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) na Decisão nº 1.259/2002, determinou que o MMA adote critérios para a formulação do planejamento governamental, inclusive do PPA, a serem aplicados todas as vezes em que houver relação do planejamento com a gestão ambiental e de recursos hídricos e elabore um diagnóstico dos problemas da bacia do rio São Francisco, com o intuito de nortear as ações de conservação e revitalização daquela bacia e a partir desses pressupostos que o Programa Revitalização de Bacias Hidrográficas se insere.

O Programa visa a promover e fortalecer a ação integrada de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, concebida e executada de forma articulada e participativa. Dessa

forma, pretende-se convergir esforços a fim de ampliar a efetividade dos resultados das ações de recuperação em bacias com situação de vulnerabilidade ambiental.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Além dos convênios firmados, foram também repassados recursos para autarquias e unidades ligadas ao MMA, ao Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) e ao Ministério da Integração Nacional (MI), com a finalidade de atender aos projetos de demandas técnicas e induzidas referentes às ações desenvolvidas pelo Programa;

• Disponibilização do Sistema de Informações do São Francisco (Sisfran), tendo como sítio: <http://mapas.mma.gov.br/mapas/aplic/sisfran>, além do sítio institucional: <http://www.mma.gov.br/saofrancisco>;

• Lançamento do Edital nº 35/2006, em parceria com o MCT e o MI, para formação da Rede de Pesquisadores do São Francisco, em apoio ao Programa de Revitalização da Bacia;

• Iniciada a implantação do Sistema de Monitoramento Ambiental da Bacia do rio São Francisco, tendo como objetivo principal o acompanhamento das alterações antrópicas futuras, assim como as alterações ambientais ocorridas nos últimos 10 anos na bacia;

• Implantação de dois Projetos Demonstrativos de Fiscalização na bacia do São Francisco, sendo eles: Mata Nativa, em Pernambuco e o Fiscalização Preventiva Integrada, na Bahia, em parceria com os Ministérios Públicos estaduais e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);

• Incentivo à criação da Rede de Educadores Ambientais do São Francisco, em parceria com a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e o Programa Nacional de Educação Ambiental;

• Consolidação de Fóruns Intermunicipais de Revitalização do São Francisco e suas respectivas Comissões Locais de Meio Ambiente e Articulação Sócio-ambiental (Colmeia), que estão sendo criadas nas principais sub-bacias do São Francisco, em parceria com o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, prefeituras, universidades, organizações não-governamentais (ONGs) e os Comitês de Sub-Bacias, consolidando um Sistema de Governança Sócio-ambiental, integrando o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH);

• Iniciadas as implantações das Agendas 21 Locais nas regiões de Três Marias (MG), Xingó (SE) e Araripe (CE) e nas sub-bacias dos rios Verde Grande e Paraopeba;

• Implementação inicial de duas redes de comunicação para as populações tradicionais do São Francisco e apoio à implementação de 46 pequenos projetos para comunidades tradicionais, em parceria com ONGs;

• Implementados 41 projetos demonstrativos de recuperação e manejo de microbacias em Minas Gerais, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Agência Nacional de Águas (ANA) e Empresa de

Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater/MG) e início da implantação do Primeiro Projeto-Piloto de Recuperação e Manejo de Microbacias na Caatinga, na região do rio Pajeú (PE);

• No âmbito do Programa de Revitalização, o MMA iniciou o Projeto Gestão de Conflitos relacionados à Mineração (Gescom), com a realização do I Seminário Gestão de Conflitos Relacionados à Mineração na região das nascentes e o Projeto-Piloto de Recuperação Florestal do Rio das Velhas, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Projeto Manuelzão (MG);

• Elaboração do I Plano de Desenvolvimento Florestal da Bacia do São Francisco em parceria com a Codevasf, a Secretaria de Biodiversidade e Floresta (SBF/MMA) e a Universidade Federal de Lavras (UFLA), incluído a recuperação de Áreas de Proteção Permanente (APP), fomento a Florestas Plantadas, manejo florestal e o fortalecimento institucional envolvendo, inclusive, a difusão de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e a Regularização das Reservas Legais;

• No componente conservação, foram reestruturados os Parques Nacionais da Canastra, de Sobradinho, Marituba do Peixe e Piaçabuçu; finalizados estudos para implementação das Unidades de Conservação do Parque Nacional do Cânion do São Francisco, da Área de Proteção Ambiental (APA) do Xingó e do Monumento Natural de Paulo Afonso e disponibilizados recursos ao Ibama para estudos de criação de outras Unidades de Conservação nas regiões do Boqueirão da Onça, Dunas do Sobradinho (BA) e no sertão de Pernambuco;

• Implantação do Projeto SOS Onças do São Francisco e a II fase da Primeira Expedição de Fauna do São Francisco, contemplando o levantamento de mamíferos, carnívoros, primatas, quelônios, avifauna e ictiofauna;

• Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Municipal nos Municípios de Cabrobó (PE), Salgueiro (PE), Penedo (PE), Santa Maria (PE), Petrolina (PE), Bom Despacho (MG), Caeté (MG), Pirapora (MG), Juazeiro (BA), Barro Alto (BA), Bom Jesus da Lapa (BA), numa parceria com a Codevasf e as prefeituras supracitadas;

• Apoio ao Projeto de Gestão Sustentável dos Resíduos Sólidos Urbanos nos Municípios da Serra Geral no São Francisco no Estado de Minas Gerais e na sub-bacia do rio Moxotó, com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco (SECTMA/PE);

• Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável para a Bacia do São Francisco;

• Implantação do II Pólo de Gestão Ambiental Rural na região de Montes Claros, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a ONG CAANM;

• Mapeamento e regularização das áreas de comunidades tradicionais nas lagoas marginais do São Francisco, parceria entre a Codevasf e Universidade do Vale do São Francisco (Univasf);

• Implantação dos três primeiros Centros de Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) do São Francisco nas cidades de Paracatu (MG), Arcos (MG) e Petrolina (PE), em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), a UFLA e a Univasf;

• Implantação de seis Fóruns de Articulação Estadual e dos respectivos Núcleos de Articulação (NAP) nos seis Estados da bacia hidrográfica do rio São Francisco e instalação dos cinco Fóruns Estaduais de Revitalização da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia;

• Estruturação da Secretaria Executiva do Programa de Revitalização dos Rios Tocantins-Araguaia (PROTAR), em Goiânia (GO), numa parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás (SEMARH/GO);

• Instalação de 12 Câmaras Técnico-Temáticas do Programa de Revitalização, representando o envolvimento direto de 4.585 pessoas no processo;

• Implementação das instâncias de gerenciamento do Programa de Revitalização, contando com cerca de 736 instituições, entre órgãos públicos e organizações da sociedade civil e a assinatura do Termo de Adesão ao Processo de Revitalização Ambiental do São Francisco por 186 prefeituras beneficiárias da bacia do rio São Francisco.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

No cumprimento de metas e demandas apresentadas, várias dificuldades foram superadas mediante a formulação de parcerias com outros programas e/ou instituições. Grandes avanços foram obtidos com relação à prioridade dada para o nível local, formando uma ampla rede de contatos e parcerias com atores governamentais e da sociedade civil, apesar da pouca transversalidade e da baixa integração com políticas que são priorizadas e executadas na região da bacia, voltadas exclusivamente para o desenvolvimento econômico.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Outras ações estruturantes são efetivadas, abrangendo os componentes essenciais para o processo de revitalização, cobrindo todo o território das bacias, tais como: cadastro de usuários de água e o zoneamento econômico-ecológico do São Francisco, que são previstos no Plano Diretor da Bacia do Rio São Francisco. A bacia do São Francisco possui 40 territórios sócio-ambientais, compostos por 32 sub-bacias e pelas suas oito principais sub-regiões, como a foz, a nascente principal, as áreas das cinco grandes represas e as várzeas das lagoas marginais do médio São Francisco. Dessas regiões, estão sendo, inicialmente, priorizadas 12, onde se encontram os principais problemas sócio-ambientais.

Importante salientar que a participação social no Programa ocorre, principalmente por meio de fóruns colegiados, que são instâncias de gerenciamento e articulação tanto nos Estados como nas regiões intermunicipais e pela integração permanente com os Comitês de Bacias e os Conselhos de Meio Ambiente Municipais que atuam como colaboradores diretos do Programa, além das parcerias com as órgãos estatuais de meio ambiente (OEMAs), Ministérios Públicos, prefeituras, ONGs, universidades e escolas técnicas.

RECOMENDAÇÕES

• Os indicadores ambientais devem passar por uma revisão e reestruturação, após a realizaçao do primeiro Seminário Nacional de Indicadores e Bioindicadores de Bacias Hidrográficas, que será realizado no próximo ano pelo MMA, em parcerias com a ANA e o Ibama, para que sejam validados ainda em 2007;

• É necessário:

a) ajustar a parceria com a Codevasf e ampliar a integração com os Ministérios com o intuito de articular melhor os programas voltados para o proceso de revitalização ambiental de bacias hidrográficas;
b) priorizar a alocação de recursos federais e a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional, referente a criação do Fundo de Revitalização, que está em tramitação no Congresso Nacional;
c) ampliar o processo de difusão das ações em andamento, gerando transparência e conhecimento aos atores sociais e governamentais envolvidos sobre esse Programa.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

OBJETIVO

Promover o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País.

PÚBLICO-ALVO

Agentes de planejamento e gestão ambiental (locais, regionais e nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores e trabalhadores).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 13.287.503,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 3.590.371,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 3.590.371,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO NACIONAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 25
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito baixa

Dada a descontinuidade na disponibilização dos recursos, as metas previstas para o final de 2007 (cobrir 60% do Território Nacional) não serão integralmente cumpridas. No entanto, somando-se o índice de projetos concluídos (25% do Território Nacional) com aqueles em andamento (33%) o Programa apresentará valores aproximados do proposto inicialmente.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A ocupação do Território Nacional tem ocorrido de forma desordenada, irregular e sem os investimentos necessários de infra-estrutura, de capacitação institucional e de desenvolvimento tecnológico. Isso tem ocorrido tanto em áreas rurais, com uso extensivo

dos recursos naturais quanto em áreas urbano-metropolitanas, gerando áreas críticas ocupadas, em geral por segmentos da população que não têm acesso ao mercado imobiliário formal, ou por setores privilegiados em áreas de interesse estratégico (turismo, petróleo, aqüicultura, etc).

No caso das áreas rurais, sobretudo na fronteira agrícola, há a intensificação do desmatamento e da proliferação dos incêndios, além de outras conseqüências dos vetores de ocupação constituídos pelos projetos de infra-estrutura econômica. No caso das grandes aglomerações urbanas (como parques industriais e petroquímicos, ou complexos sistemas de transportes intermodais), ocorre a contaminação do solo e dos cursos d´água por sedimentos e efluentes domésticos e industriais, por disposição inadequada de resíduos sólidos e pela proliferação de organismos aquáticos exóticos, com assoreamento e comprometimento das nascentes.

A tradição de setorialidade, no que diz respeito à gestão territorial, tem gerado grande número de áreas críticas no território e nas águas jurisdicionais do Brasil, seja por transporte de cargas poluidoras (sub-bacias, áreas estuarinas e áreas marítimas), seja pelo comprometimento de áreas de risco e ambientalmente sensíveis a óleo e substâncias químicas ou perigosas.

O Programa tem por objetivo consolidar e sistematizar, dentre os instrumentos de planejamento territorial, o ZEE, proporcionando base técnico-científica e negociada para o ordenamento. Como instrumento técnico, o ZEE fornece informações integradas, dividindo o território segundo suas potencialidades e limitações. Como instrumento político de regulação do uso, permite espacializar as políticas públicas em base geográfica integrada, ampliando a escala de abrangência das ações governamentais.

O zoneamento e o ordenamento são instrumentos de políticas governamentais que perpassam por diferentes instituições e vários níveis de poder decisório, o que aumenta as dificuldades de operacionalização nas diferentes esferas administrativas. Nesse sentido, requer uma interlocução com as diversas formas de planejamento participativo, sobretudo com a Agenda 21, com os poderes locais e com projetos integrados. A implementação do Programa se justifica pela premência de criar e aperfeiçoar instrumentos e estratégias de gestão do território e das águas jurisdicionais do País, contribuindo para fortalecer os processos de sistematização de informações, de análise da realidade, de negociação sobre o uso dos recursos e de intervenção no território.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Construção de uma visão integrada do Território Nacional, sistematizando e disponibilizando para os órgãos públicos e para a sociedade em geral um conjunto de dados e informações por meio da publicação do DVD Projeto Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, pelo Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (PZEE), em parceria com o Consórcio ZEE Brasil;

• Nesta mesma perspectiva, foi publicada a terceira edição revisada de Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, pelo PZEE, em parceria com o Consórcio ZEE Brasil;

• Definição das diferentes escalas de zoneamento, para atender às demandas dos Estados e ZEEs locais por meio da revisão consensuada do Decreto nº 4.297/02, que regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece critérios para o ZEE, além de outras providências;

• Apresentação do diagnóstico integrado do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, com a integração dos resultados dos ZEEs estaduais;

• Realização de dois eventos relacionados à biodiversidade, traduzindo o esforço concreto de inserir esta no âmbito do ZEE. O primeiro foi o *Workshop* Alvos e Prioritários para a Conservação da Biodiversidade na Bacia do Rio São Francisco, Subsídios ao Debate. Em maio de 2006, ocorreu, em Manaus (AM), o Seminário Zoneamento Ecológico-Econômico e Proteção da Biodiversidade;

• Aprimoramento na articulação do ZEE com políticas públicas por meio de debates envolvendo diferentes atores. O PZEE promoveu, em Brasília, o *Workshop* ZEE e Políticas Públicas, preparatório para seminário de mesmo nome, em julho de 2006, em Belém (PA), também com ampla e diversificada participação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A maior parte das ações teve execução acima de 90%. A porcentagem de execução das metas físicas foi alta, demonstrando estar dentro do previsto na Lei Orçamentária 2006.

O Programa possui ações descentralizadas no Ministério da Integração Nacional (MI) e no Ministério de Minas e Energia (MME). Neste, a coordenação da Ação 4879 - Levantamento de Informações Técnicas e Estratégicas para o ZEE fica a cargo do Serviço Geológico do Brasil (SGB), com bom desempenho, atingindo taxa de 300% de execução física, a despeito da baixa execução orçamentária, de 2,02%. Já em relação à Ação 8689 - Zoneamento Ecológico-Econômico na Escala 1:250.000, sob coordenação do MI, o desempenho de alguns localizadores estaduais não foi o esperado. Nas ações desenvolvidas nos Estados do Piauí (PI), Maranhão (MA) e Ceará (CE), os recursos empregados - Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba (PLANAP) e recursos dos ZEEs estaduais na escala de 1:250.000 dos três Estados, apoiaram a contratação de estudos e projetos para a implantação de pólo sucroalcooleiro no Vale do Parnaíba. Quanto ao modo com o qual a multissetorialidade pode ser aperfeiçoada, a Coordenação do PZEE está propondo uma agenda de discussão e revisão das ações com o MME e o MI para o ano de 2007.

As ações, coordenadas pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS) e Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos (SQA) apresentaram os seguintes resultados:

a) a Ação 7570 - Implantação do Sistema de Informações Georreferenciadas para o Ecoturismo (SIG Ecotur), da SDS, teve 70% do sistema implementado - o que implicou o desenvolvimento de um protótipo e das suas ferramentas de operacionalização -, a implementação do banco de dados da área piloto 1 – Parque Nacional (PARNA) da Serra dos Órgãos (RJ), e levantamento secundário de dados e informações da área piloto 2 – Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba (PI);
b) a Ação 8665 - Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira, da SQA, - viabilizou a criação da Câmara Técnica do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), para integração entre as Políticas Nacionais de Gerenciamento Costeiro e de Recursos Hídricos, a partir da compatibilização dos instrumentos de planejamento de uso dos recursos e de ocupação do território. Além disso, viabilizou a implementação do Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro e Marinho (SIGERCOM) em oito Estados - incorporando a interface georreferenciada -, e possibilitou a publicação de estudos sobre a dinâmica dos ambientes costeiros, consolidados no livro Erosão e Progradação do Litoral Brasileiro. Também possibilitou a implementação do Programa Nacional de Capacitação Ambiental Portuária (PNCAP) por meio da elaboração e da oferta do Curso Qualidade Ambiental e Atividade Portuária no Brasil aos portos de Fortaleza e Pecém (CE), Aratu, Ilhéus e Salvador (BA), Vitória (ES), e Itajaí, São Francisco do Sul e Imbituba (SC), atendendo a profissionais do corpo técnico-gerencial dos portos (públicos e privados), dos órgãos estaduais de meio ambiente, Municípios, órgãos de controle e planejamento e das universidades.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social é fundamental para a legitimação do Programa e incorporação das diretrizes apontadas no ZEE para a formulação das políticas públicas.

Por meio de audiências públicas, seminários e cursos de capacitação, o Programa promove a participação social. Esses eventos servem de instrumentos de interlocução com a população. A participação social é fundamental para a legitimação do Programa e incorporação das diretrizes apontadas no ZEE para a formulação das políticas públicas.

O Programa conta com parcerias não-governamentais para sua execução e o desempenho tem sido satisfatório. Foram incluídas três instituições no Consórcio ZEE Brasil: a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a Petróleo Brasileiro SA (Petrobras), o que demonstra que o trabalho desenvolvido em parceria entre este consórcio e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) tem dado bons resultados. Ressalte-se, no entanto, que os recursos são insuficientes, embora o corpo técnico seja bem-estruturado.

Há uma grande articulação interinstitucional representada pelo Consórcio ZEE Brasil, que reúne a *expertise* acumulada no Poder Público de maneira integrada e solidária para a definição de estratégias e execução de projetos.

Em relação às Unidades da Federação, o Programa ZEE é pioneiro na articulação técnica e institucional, uma vez que trabalhos conjuntos são desenvolvidos em estreita cooperação, ultrapassando os limites burocráticos da mera descentralização de recursos sem compromisso com os resultados finais. Foram fortalecidas as relações com os Estados da bacia do São Francisco e da Região Nordeste, através de acordos de cooperação técnica e trabalhos visando à implementação do Macrozoneamento do São Francisco e da Rede Virtual de Informações da Caatinga (RVC). O mesmo também ocorreu na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) e na Amazônia Legal, onde inclusive foram implementados, pólos regionais de gestão territorial. O fornecimento de equipamentos (computadores, impressoras, *plotters*, entre outros) também é uma forma de fortalecer as instituições parceiras.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Governo Eletrônico

Inclusão Digital

Recenseamentos Gerais

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), foram utilizados **R$ 2.382.797.019,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 2.630.416.403,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 2.382.797.019,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 2.630.416.403,00**	**Total realizado:**	**R$ 2.382.797.019,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MP não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Cabe ao MP coordenar o processo de elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Plurianual (PPA) e dos orçamentos da União por meio das seguintes atividades:

a) revisão do PPA 2004-2007 e encaminhamento do Projeto de Lei de Revisão ao Congresso Nacional, totalizando 285 programas finalísticos, 43 programas de gestão de políticas públicas, 16 de serviços ao Estado e dois de apoio administrativo;
b) avaliação do PPA 2004-2007, exercício de 2005, e encaminhamento do Relatório Anual de Avaliação ao Congresso Nacional, resultado do trabalho conjunto das equipes gerenciais responsáveis pelos programas, subsecretarias de planejamento, orçamento e gestão (SPOAs), unidades de monitoramento e avaliação (UMAs), secretarias executivas dos órgãos setoriais e equipes técnicas da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
c) avaliação de 115 projetos de grande vulto;
d) desenvolvimento do protótipo do módulo Sociedade do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), por meio da interoperação dos principais sistemas estruturadores do Governo Federal, e a implementação de melhorias no módulo de monitoramento do referido sistema, com a finalidade de proporcionar informações oportunas à confirmação ou à correção da ação governamental;

• O MP também deve planejar e coordenar políticas e ações com vistas à captação de recursos financeiros junto a organismos multilaterais, instituições financeiras oficiais externas e governos estrangeiros destinados à execução de programas e projetos do setor público. Merecem destaque:

a) a negociação e a aprovação de 29 projetos para a captação de recursos financeiros junto a organismos multilaterais, instituições financeiras oficiais externas e governos estrangeiros, somando cerca de US$ 2,128 bilhões, distribuídos entre as Unidades da Federação;
b) a coordenação de 17 negociações contratuais com os diversos organismos internacionais, representando um montante superior a US$ 1 bilhão em novos financiamentos, nos mais diversos setores das três esferas de governo;

• No âmbito do desenvolvimento da gestão pública, o MP promove ações de transformação do Estado e de suas organizações em instituições sólidas que fortalecem a cidadania e a democracia, conforme descrito a seguir:

a) realização de estudos para a elaboração dos seguintes documentos:
   i) **Contratualização de Desempenho Institucional na Administração Pública;**
   ii) **Modelo Conceitual de Organização de Estruturas do Poder Executivo Federal**;
   iii) **Orientações para o Arranjo Institucional das Estruturas do Governo Federal**;
   iv) **Formas e Governabilidade: lições das experiências nacionais**;
   v) **Revisão do Projeto de Lei das Organizações Sociais;**
b) reestruturação de 22 Ministérios e órgãos vinculados;
c) efetivação de 16 convênios com Estados e com o Distrito Federal (DF), no âmbito do Programa Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE);
d) emissão de 1.602 certificados para os órgãos e as entidades que realizaram auto-avaliação continuada da gestão e capacitação de 1.870 pessoas, no âmbito do Prêmio Nacional de Gestão Pública, e 428 instituições do setor de saneamento, em auto-avaliação;
e) atendimento a 80 organizações em desburocratização e com a disponibilização da versão atualizada do **Guia de Simplificação** para órgãos e entidades públicas;
f) realização de estudos para a modernização da Administração Pública Federal (APF) e capacitação de 3.900 servidores públicos, tanto na Europa quanto no Brasil, em cooperação técnica entre o MP e a Comissão Européia;

• No que se refere à promoção da gestão de recursos logísticos, das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e da inclusão digital, tem-se:

a) aperfeiçoamento das normas de licitações, atualização da regulamentação das contratações de serviços (especialmente as de tecnologia da informação), e desenvolvimento de novo Sistema Eletrônico de Compras;
b) implantação do Portal de Tecnologia da Informação e Comunicação, que disponibiliza informações, tais como:
   i) orientações para contratações de bens de tecnologia da informação, ;

ii) especificações técnicas de equipamentos e padronização de formatações e exigências entre órgãos governamentais;

iii) acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) inerentes à tecnologia da informação;

c) implantação do Sistema de Controle de Diárias e Passagens em 41 órgãos e instituições públicas, com os seguintes benefícios:
   i) agilidade no processamento das viagens;
   ii) comparabilidade das tarifas de uso entre as diversas companhias aéreas;
   iii) possibilidade de identificar parâmetros de custos nos trechos voados e publicidade de todas as viagens empreendidas no sítio da transparência pública;

d) integração de sistemas e cadastros sociais;
e) consolidação da Infovia Brasil;
f) publicação do **Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-Mag)** e do Projeto-Piloto dos Indicadores (PPI);
g) lançamento do portal <http://www.inclusaodigital.gov.br>;
h) implantação de mais duas unidades de Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC), no Gama (DF) e em Guarulhos (SP), com o objetivo de formar jovens nas atividades de recondicionamento e reciclagem de equipamentos obtidos do desfazimento de computadores provenientes da APF e de outros doadores;
i) realização da 5ª Oficina para a Inclusão Digital, na cidade de Porto Alegre (RS), em parceria com órgãos governamentais e não-governamentais, com um público circulante aproximado de 3 mil pessoas e 1.108 inscritos oficialmente, reunindo desde gestores de ações dos diferentes níveis de governo, até monitores de telecentros, articuladores e lideranças de todas as partes do País;

• O MP ainda busca desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de governo na gestão das políticas públicas:

a) capacitação de 21.886 servidores em desenvolvimento gerencial, sendo 19.729 servidores com orçamento próprio do MP e 2.157 com recursos provindos de destaque orçamentário de outros órgãos da APF;
b) matrícula de 484 servidores no Curso de Formação Inicial e no Curso de Aperfeiçoamento de Carreiras;
c) matrícula de 169 servidores em curso de pós-graduação *lato sensu* para servidores públicos;
d) realização de intercâmbio com 37 instituições internacionais de excelência em gestão pública;

• Em relação à gestão dos recursos humanos, no que se refere à democratização das relações de trabalho no âmbito do Governo Federal, destacam-se:

a) realização de reuniões de negociação coletiva com os órgãos da APF e com as entidades representativas dos servidores públicos, que resultaram em acordos

firmados, consubstanciados em atos normativos e na edição de atos legais (decretos e leis) para:

i) instituição e estruturação de carreiras;
ii) planos especiais de cargos e de gratificações;
iii) revisão de tabelas remuneratórias e regulamentação de gratificações, com o objetivo de dotar a administração de uma estrutura de carreiras mais moderna e flexível;

b) autorização para a realização de concurso público para o provimento de 21.753 cargos da APF direta, autárquica e fundacional;
c) capacitação de 4.789 dirigentes e técnicos de gestão de pessoas, que integram o Sistema de Pessoal Civil (SIPEC), por meio do ensino a distância e de cursos presenciais;
d) realização de diagnóstico sobre a seguridade social do servidor, cujo resultado subsidiou os estudos e as proposições para o estabelecimento de uma política para a área;
e) publicação do Decreto nº 5.961, de 13 de novembro de 2006, que institui o Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Civil Federal (SISOSP), cujo objetivo é gerir, otimizando os recursos humanos e as matérias existentes para desenvolver, principalmente as ações de perícia médica, readaptação e reabilitação funcional, bem como de avaliação dos ambientes de trabalho, para fins de concessão de adicionais;

• Na promoção da utilização ordenada do patrimônio imobiliário da União, visando aos interesses públicos e sociais, destacam-se:

a) cessão de cinco terrenos (4,2 milhões de m^2) destinados à implantação de projetos de moradia para a população de baixa renda, sob o regime de aforamento gratuito, beneficiando 31.561 famílias;
b) cessão de 17 imóveis (6,8 milhões de m^2) destinados à implantação e à melhoria de atividades de geração de emprego e renda, de fomento ao desenvolvimento econômico (atividades industriais, de turismo, extrativistas, etc), de saúde, cultura e educação regular e profissionalizante, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, entre outras, sempre com a finalidade de apoiar o desenvolvimento local e regional sustentável;
c) regularização fundiária das comunidades quilombolas em imóveis da União, com a entrega do primeiro título definitivo às comunidades de Parateca e Pau D'Arco, na Bahia, atendendo a 500 famílias de comunidades quilombolas;
d) entrega de 56 imóveis (27,6 milhões de m^2) aos órgãos da Administração Direta Federal, otimizando a utilização do patrimônio público imobiliário no suporte à oferta dos serviços públicos federais, em todos os Estados do País, permitindo a redução de gastos com aluguéis e novas aquisições;
e) arrecadação de R$ 261 milhões de receita patrimonial, com um aumento de 9,75% em relação a 2005;
f) cadastramento de 11.616 imóveis, sendo 11.049 dominiais e 569 de uso especial, ampliando a base cadastral em torno de 2%;

• No que se refere à coordenação das Políticas Nacionais de Estatística e de Cartografia e ao conhecimento da realidade demográfica e social do País, com produção e divulgação dos resultados de suas diversas pesquisas, destacam-se:

a) Pesquisas Conjunturais, com disponibilização dos resultados das Contas Nacionais Trimestrais, da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), da Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) e da Pesquisa Industrial de Emprego e Salário (PIMES), além de um conjunto de pesquisas para a agropecuária, onde se destacam o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) e os índices mensais do Sistema Nacional de Índices e Preços ao Consumidor (SNIPC);
b) Pesquisas Estruturais da Área Econômica - Contas Nacionais do Brasil, contemplando, entre várias outras informações sobre a área, Produto Interno Bruto (PIB) de Estados e Municípios e Contas Nacionais Trimestrais;
c) Pesquisas Estruturais da Área Sócio-Demográfica, com informações anuais do Sistema de Estimativas e Projeções da População das Estatísticas do Registro Civil; do corpo básico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2005) – Volume Brasil e Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC 2005), além das Sínteses de Indicadores Sociais 2005 e 2006;
d) Pesquisas e Análises Ambientais, com Produção de Mapas Temáticos de Recursos Naturais da Amazônia Legal com Banco de Dados associado; Mapas de Unidades do Relevo do Brasil, Cartas de Hidrogeologia e Hidroquímica da Paraíba, Mapa da Fauna Ameaçada de Extermínio; Consolidação do Projeto Zoneamento Ecológico Econômico (PZEE) em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, Mapas Geológico, Geomorfológico, Solos e Vegetação do Estado de Roraima, Mapa de Densidade Demográfica e Rede Coletora de Esgoto, Mapa da Logística de Energia, Mapa da Distribuição da Produção Agropecuária e Vegetação Natural,Mapa das Divisões Regionais do Brasil-2006, Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras (1° volume), Macrozoneamento da Bacia do São Francisco; Áreas de Concentração de População;
e) Mapeamento Topográfico de Referência: Folhas Topográficas Raster e vetoriais, Mapas Estaduais Físico e/ou Político; Mapas Regionais (Físico e Político); Estruturação da base vetorial da Mapoteca Nacional Digital, Ortofotomosaicos na escala de 1:25.000, Base Cartográfica Digital Integrada ao Milionésimo-Versão 2.1;
f) Planejamento do Censo Demográfico 2010, com várias entrevistas e discussões com especialistas e organismos internacionais;
g) preparo da operação censitária do Censo Agropecuário 2006 e Contagem da População 2007, com as seguintes atividades:

i) conclusão da atualização de mapas e cadastros que servirão de base para a coleta de dados;
ii) desenvolvimento dos questionários eletrônicos para coleta de dados;
iii) desenvolvimento de sistemas administrativos, de controle e supervisão da operação;
iv) contratação de pessoal temporário;
v) realização de testes e prova-piloto para os questionários da coleta;

vi) instalação das Comissões Censitárias Municipais, em mais de 5 mil Municípios;
vii) aquisição de material de tecnologia;
viii) contratação de serviços de comunicação de dados entre os 1.200 Postos de Coleta Informatizados e a central de processamento;
ix) treinamento do pessoal interno e dos contratados temporários;

• No que se refere à elaboração e à disseminação de estudos, pesquisas, formação de dados, indicadores e processos de avaliação da ação governamental para aprimoramento das políticas públicas, destacam-se:

a) edição do livro intitulado **Brasil: o estado de uma nação – 2006**, que apresenta um retrato amplo da realidade brasileira em seus aspectos econômico, social e institucional, tendo como tema central os desafios do mercado de trabalho brasileiro, contribuindo, dessa forma, para gerar um consenso mínimo em torno de bases para um modelo de desenvolvimento economicamente sustentável, institucionalmente estável e socialmente mais justo;
b) publicação da 2ª edição do **Radar Social** no sítio do MP. Trata-se de um instrumento de acompanhamento das condições de vida da população brasileira, que oferece subsídios para o monitoramento e a avaliação dos principais programas, políticas e ações públicas e privadas de cunho social em implementação no País. As condições de vida da população são analisadas por meio de seis dimensões sociais: trabalho, renda, educação, saúde, moradia e segurança, sob o pano de fundo das mudanças demográficas do País;
c) estudo **Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil**, com o objetivo de documentar, analisar e avaliar a magnitude e importância de tal queda, identificar seus principais determinantes e, por fim, delinear propostas de políticas públicas para que seja prolongada ou mesmo aprofundada nos anos subseqüentes;
d) estudo **Tecnologia, Exportação e Emprego**, que abordou, sob um prisma totalmente inovador, um dos principais desafios da economia brasileira no período recente: a geração de empregos. A motivação para esse estudo partiu de duas indagações: como a demanda por trabalho reage às inovações tecnológicas na produção? Como o pessoal ocupado nas empresas pode impulsionar as inovações tecnológicas?;
e) lançamento do Boletim de Desenvolvimento Fiscal, publicação trimestral sobre política fiscal e gestão e controle dos gastos públicos, voltado para um público de gestores e tomadores de decisão do Executivo e Legislativo;
f) edição de oito livros com os resultados de estudos e pesquisas sobre políticas públicas, e a edição das revistas Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE), Planejamento e Políticas Públicas (PPP) e Desafios do Desenvolvimento.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

O MP vem gradativamente adequando a sua estrutura ao modelo de gestão por programas. Desde a implantação do novo PPA, providências têm sido tomadas, como a revisão/exclusão de alguns programas, além de ajustes na estrutura programática de algumas unidades e na participação dos dirigentes (gerentes) no processo de revisão e avaliação do PPA e na alocação anual de recursos (LOA). Todavia, o MP ainda necessita de ajustes em seu modelo organizacional e programático. A maioria dos programas e das ações é executada tanto por meio de sua estrutura organizacional, quanto por arranjos organizacionais mais flexíveis como comissões, comitês e grupos de trabalho que garantem a harmonização de possíveis disfunções estruturais.

A visão atual é predominantemente unissetorial. Para programas intra-setoriais e multissetoriais, ainda há ausência de uma gestão compartilhada de sua implementação. Na estrutura programática do Ministério, há o exemplo dos programas de Inclusão Digital e Governo Eletrônico, coordenados pelo MP, em que a maioria das ações e dos recursos orçamentários está alocada em outros Ministérios.

GOVERNO ELETRÔNICO

OBJETIVO

Propiciar o atendimento eletrônico das necessidades da sociedade (cidadãos, empresas e governos), ampliando, otimizando e consolidando os serviços e informações *on-line* prestados pela Administração Pública Federal.

PÚBLICO-ALVO

Governo e Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 51.505.241,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 44.868.128,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 44.868.128,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. NÚMERO DE SERVIÇOS OFERTADOS

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 2.844
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O Indicador Número de Serviços Ofertados - relação percentual entre os serviços transacionais ofertados no ano e o total de serviços existentes na Administração Pública Federal (APF), estejam ou não incluídos na Internet - não refletia adequadamente o objetivo das ações desenvolvidas no âmbito do Programa, o que motivou uma reflexão acerca do desenvolvimento de indicadores, resultando na substituição por dois novos indicadores no momento da revisão do Plano Plurianual (PPA) 2006. São eles:

a) Ministérios da Administração Pública Federal Beneficiados pelo Aprimoramento da Infra-Estrutura

Índice de Referência (em 1.3.2006): 33%
Índice Previsto ao Final do PPA: 50%

b) Índice Geral de Qualidade e Alinhamento dos Serviços de Governo Eletrônico

Índice de Referência (em 1.3.2006): 2,4
Índice Previsto ao Final do PPA: 7,6

CONTEXTUALIZAÇÃO

É incalculável o acúmulo de soluções informatizadas desenvolvidas pelo setor público, como resultado de mais de 40 anos de desenvolvimento de *softwares* por instituições públicas em todas as esferas de poder. Nos últimos anos, percebeu-se que boa parte destas soluções serve para atender às demandas de outros órgãos públicos e da própria sociedade.

A Política do Governo Eletrônico (e-Gov) segue um conjunto de diretrizes gerais e possui 45 metas objetivas, que vão do incentivo à popularização do acesso à Internet, com a implantação de 250 mil Pontos Eletrônicos de Presença (PEPs) no País, à realização eletrônica de compras governamentais, chegando, inclusive, a estrutura para o pagamento eletrônico de taxas e impostos.

As metas principais da política são a garantia de universalização do acesso e a disponibilização de todos os tipos de serviços de governo na Internet.

O e-Gov é uma forma de ampliar discussões, democratizar o acesso à informação, dinamizar a possibilidade e a realização de negócios e economizar dinheiro dos recursos públicos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Integração de sistemas e cadastros sociais;
- Consolidação da Infovia Brasil, uma rede para o transporte de dados, voz e imagens criada especialmente para o governo;
- Publicação do **Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-Mag)**.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Merece destaque, em 2006, a melhoria das condições de identificação de irregularidades em benefícios previdenciários, viabilizada pela realização do Censo Previdenciário e pela utilização de metodologia e *softwares* de gestão da qualidade de dados. Técnicas de inferência e similaridade permitiram identificar número considerável de beneficiários com indícios de óbito, invisíveis até o momento (1.100 casos na 1ª etapa do censo), além de 11 mil situações de beneficiários suspeitos de falsidade na declaração da condição de sexo feminino, o que pode apontar para irregularidade na concessão de aposentadorias. A partir de 2007, a atuação conjunta da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência

Social (Dataprev) permitirá a aplicação dessa metodologia em caráter permanente nos cadastros do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no cadastro de aposentados e pensionistas da APF e em outros cadastros sociais, potencializando melhoria expressiva na gestão das ações do setor.

O e-Mag é um conjunto de diretrizes e orientações de acessibilidade eletrônica, composto por duas cartilhas: uma técnica e uma não-técnica. Trata-se de recomendações para que os órgãos da APF adaptem seus sítios e sistemas, de forma a torná-los acessíveis a pessoas portadoras de deficiência. Não há, ainda, resultados muito expressivos em termos de melhoria da acessibilidade dos sítios, já que ainda não houve tempo suficiente desde a publicação do modelo para que os órgãos se adequassem.

O Projeto Infovia Brasil consiste na construção de uma rede integrada de transmissão de dados, voz e imagem, com padrões de desempenho e segurança elevados, para integração de órgãos e entidades governamentais. Em 2006, foram concluídas as obras da segunda etapa da Infovia em Brasília, com a construção de novos segmentos centrais, como os destinados ao atendimento da Asa Sul, da Asa Norte e do Setor Militar Urbano.

Atualmente, a Infovia Brasília encontra-se com um total de 38 órgãos ativos em 57 pontos/locais diferentes da rede. Destaca-se ainda a incorporação da rede de comunicação do Projeto Influenza do Ministério da Defesa (MD) na Infovia, para interligar os gabinetes de crises dos órgãos ligados ao combate preventivo da gripe aviária. Neste projeto, estão contemplados, inicialmente, a Presidência da República, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério da Integração (MI), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Ministério da Justiça (MJ), o Ministério da Saúde (MS), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o MD, totalizando 10 órgãos.

A média da execução física das ações do Programa ficou em 91,6% e a financeira em 61,2%, de modo que se realizou grande parte daquilo que havia sido planejado no âmbito do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa se insere no contexto da participação social por meio da realização de consultas públicas em diversos processos no âmbito de suas ações:

a) Chamada Pública para Prova de Conceito de Integração e Interoperação dos Sistemas Estruturadores de Governo;
b) Termo de Referência para aquisição de equipamentos para Solução de Voz via Sistema de Registro de Preços;
c) Padrões de Especificações de Tecnologia da Informação e Comunicação - Estações de Trabalho;
d) Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING).

RECOMENDAÇÕES

• O objetivo do Programa, como está definido, não reflete o resultado das suas ações, passando uma idéia equivocada de que o Programa seria o responsável direto pela prestação de serviços ao cidadão. Recomenda-se, portanto, uma reavaliação do objetivo para o próximo PPA;

• Da mesma forma, o público-alvo não espelha a abrangência de cada ação que compõe o Programa, notadamente pelo resultado das ações ser mais voltado para a melhoria dos processos de tecnologia da informação e comunicação da administração, ensejando, assim, uma revisão.

INCLUSÃO DIGITAL

OBJETIVO

Promover o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TICs)e ao acervo de informações e de conhecimentos, contribuindo para a inclusão social dos cidadãos brasileiros.

PÚBLICO-ALVO

Comunidades, jovens e outros segmentos identificados cuja situação sócio-econômica imponha dificuldade de acesso aos benefícios das novas TICs.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 190.373.602,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 75.001.901,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 75.001.901,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE ACESSO A MICROCOMPUTADOR NAS FAMÍLIAS DE MENOR RENDA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 16

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O índice não foi apurado, o que torna difícil prever a viabilidade de alcance do índice ao final do Plano Plurianual (PPA).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Buscando a redução do número de brasileiros excluídos do acesso à rede mundial de computadores, o governo tem dado continuidade às ações que permitem ampliar a promoção do conhecimento.

A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) considera a inclusão digital fator indissociável do Governo Eletrônico (e-Gov) e tem conquistado avanços na articulação entre as iniciativas de inclusão digital em curso no País. O Programa de Inclusão Digital gerenciado pela SLTI tem por objetivos: estimular uma política pública de inclusão digital, somando esforços com governos municipais e estaduais, iniciativa privada e sociedade civil,

priorizando o uso de *software* livre; ampliar significativamente o acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, especialmente, entre as camadas mais carentes da sociedade; e promover o acesso às TICs e ao acervo de informações e de conhecimentos, contribuindo para a inclusão social dos cidadãos brasileiros. Seu objetivo setorial consiste em promover a gestão dos recursos logísticos e das TICs para apoiar a ação do Governo Federal, democratizando o acesso, melhorando a qualidade e propiciando o controle social do Estado.

Nesse sentido, o principal foco de atuação é o aumento expressivo na oferta de equipamentos de informática a escolas públicas, bibliotecas e telecentros comunitários, com a criação de uma rede nacional de recondicionamento e doação de computadores descartados pelo governo, por estatais e pela iniciativa privada, no âmbito do Projeto Computadores para Inclusão. Ao referido projeto vincula-se a formação de jovens em atividades de montagem e manutenção, a partir da atuação como aprendizes em Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Início das atividades de duas unidades de CRC, no final de 2006, no Gama (DF) e em Guarulhos (SP). As CRCs que iniciaram suas atividades no final de 2006 receberam recursos do Programa Inclusão Digital por meio de convênios e, juntamente com a unidade de Porto Alegre (RS), já produziram 272 computadores. Há 234 jovens em formação e 11 escolas, bibliotecas e telecentros já beneficiados pelo projeto. Esses CRCs são as primeiras oficinas que irão compor a rede de recondicionamento de computadores que se pretende estabelecer no Território Nacional;

• Lançamento do portal ‹http//:www.inclusaodigital.gov.br›. O mapeamento de informações sobre iniciativas de inclusão digital em andamento resultou no lançamento do portal ‹http//:www.inclusaodigital.gov.br›, reunindo em um único endereço links, notícias, eventos e materiais de referência a respeito do tema, facilitando o acesso de cidadãos, pesquisadores e gestores públicos a um conjunto de conteúdos em permanente atualização. O portal é fruto da parceria entre a SLTI e os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Cultura (MinC), e faz parte das ações do Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID), conduzido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e o comitê técnico da área para acompanhamento, articulação e avaliação das iniciativas em andamento. Desde seu lançamento, em junho de 2006, registrou 59.285 visitas;

• Realização da 5ª Oficina para a Inclusão Digital, na cidade de Porto Alegre (RS), cujo resultado principal foi a **Carta de Porto Alegre**, documento reivindicativo, elaborado por entidades da sociedade civil organizada, por uma política pública mais efetiva de inclusão digital em nível nacional.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Comitê Técnico de Inclusão Digital, instituído no âmbito do Comitê Executivo do Governo Eletrônico, tem por objetivo articular e coordenar a Política de Inclusão Digital

do Governo Federal. Em junho de 2006, realizou, em parceria com órgãos governamentais e não-governamentais, a 5ª Oficina para a Inclusão Digital, na cidade de Porto Alegre (RS), que registrou a presença de 1.108 inscritos, entre gestores de ações governamentais, monitores de telecentros e lideranças políticas e apresentou como um dos principais resultados a **Carta de Porto Alegre** - documento reivindicativo, elaborado por entidades da sociedade civil organizada, por uma política pública mais efetiva de inclusão digital em nível nacional. A Oficina para a Inclusão Digital se firma como evento nacional de diálogo entre uma ampla gama de atores envolvidos na implantação, desenvolvimento e avaliação de projetos e programas de inclusão digital, contribuindo para o acompanhamento, o debate, a articulação e o fortalecimento de parcerias, e integrando novos atores ao tema.

Ainda há muitas deficiências na integração das ações do Programa, devido a dificuldades oriundas da própria multissetorialidade. Falta um maior comprometimento dos coordenadores das ações na consolidação de informações gerais sobre execução, monitoramento e avaliação das mesmas, junto à gerência do Programa.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada, uma vez que tem havido uma adaptação da implementação em função da disponibilidade de recursos. A média da execução física e financeira das ações, (sob a responsabilidade do MP) superou 80%, por sua vez.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Algumas iniciativas foram adotadas no sentido de melhorar o monitoramento do desempenho das ações, destacando-se o Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID), que consiste na elaboração e manutenção de cadastros de projetos nacionais de inclusão digital, com intuito de formar uma base de conhecimentos sistematizados para estudos de impacto e trocas de experiências, além da articulação das iniciativas em curso.

O Comitê Técnico de Inclusão Digital acolheu a participação de parceiros como o Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos, a Fundação Banco do Brasil (FBB) e a Associação de Apoio à Família, ao Grupo e à Comunidade, que contribuíram para o desenho das ações. As diretrizes adotadas nas ações foram previamente validadas com os grupos de interesse, os quais puderam contribuir para a focalização e a priorização das metas.

Parte dos telecentros apoiados desenvolveu capacitação para atendimento a pessoas com deficiências.

RECOMENDAÇÕES

• O indicador do Programa é muito abrangente e depende de uma série de ações e iniciativas que estão fora do escopo atual do Programa. Além disso, há uma certa dificuldade de se obter os dados necessários para a apuração. Portanto, recomenda-se uma reavaliação para o próximo PPA.

RECENSEAMENTOS GERAIS

OBJETIVO

Fornecer informações demográficas, sociais e econômicas, buscando o conhecimento da realidade do País.

PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 172.140.455,00	Empenho Liquidado:	R$ 147.914.217,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 147.914.217,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. INDICADOR EM PROCESSO DE DEFINIÇÃO

Unidade de medida: -
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Em face da dificuldade de se estabelecer um indicador único diante da diversidade do que possa vir a ser mensurado, cabe informar que algumas ações do Programa são mensuradas, em seus diferentes aspectos, por meio da Avaliação de Desempenho Institucional.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Recenseamentos Gerais busca prover o Governo Federal e a sociedade do conhecimento a respeito da realidade física, humana, social e econômica do Brasil, suprindo a necessidade de levantamento das características estruturais relativas ao total da população, às unidades domiciliares e aos estabelecimentos agropecuários do País, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas.

As atividades desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são relevantes para a consecução do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, uma vez que as informações produzidas subsidiam os estudos para o desenvolvimento do planejamento estratégico nacional de médio e longo prazos, a avaliação dos impactos sócio-econômicos dos programas de governo e a formulação de políticas públicas.

Ademais, no contexto das orientações gerais que têm norteado as ações de governo, o IBGE vem continuamente desenvolvendo esforços no sentido de avançar com a qualidade de seu trabalho, com transparência em suas ações e modernização de seus processos para melhor atendimento às demandas, tanto governamentais quanto da sociedade em geral.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Desenvolvimento das atividades de preparo da operação censitária – ações Contagem da População e Censo Agropecuário -, cuja etapa de coleta de dados terá início em abril de 2007;

• Continuidade do projeto de construção do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos;

• Início do planejamento do Censo Demográfico 2010, com a realização da Prova-Piloto Conjunta (Brasil, Argentina e Paraguai) para a rodada dos censos de 2010 sobre o tema Pessoas com Deficiência.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Quanto à realização das ações Censo Agropecuário 2006 e Contagem da População 2007, foram desenvolvidas as atividades preparatórias para a operação censitária, destacando-se a conclusão da atualização de mapas e cadastros, e o desenvolvimento dos questionários eletrônicos, que servirão de base para a coleta de dados, bem como dos sistemas administrativos de controle e supervisão da operação. Além disso, foram desenvolvidos e testados em campo uma metodologia e um aplicativo para uso em PDA – computador de mão - que permitem a atualização dos endereços já existentes no banco de dados (áreas urbanas de ocupação regular) e a construção de um cadastro de endereços das unidades que serão visitadas nas áreas rurais, além da obtenção das coordenadas destes endereços.

O Programa Recenseamentos Gerais, em 2006, deu continuidade ao Projeto Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios, que visa à construção do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos, com o tratamento dos endereços capturados no Censo 2000, alcançando todos os setores censitários urbanos de áreas de ocupação regular (o que exclui as favelas, por exemplo) de todos os Municípios brasileiros, em um total de aproximadamente 143 mil setores, o que representa 81% dos endereços existentes no País em 2000. Ao longo do ano, uma equipe de mais de 100 técnicos, distribuídos em todos os Estados, revisaram, em escritório, cerca de 6,3 milhões de endereços, introduzindo alguma forma de correção em 43% deles.

Além dos preparativos para os censos de 2007, o IBGE deu início ao planejamento do Censo Demográfico 2010, participando das discussões relativas aos temas básicos a serem pesquisados, tendo em vista os Princípios e Recomendações sobre Censos de População e Habitação das Nações Unidas, que define padrões internacionais para os censos populacionais.

Vale comentar a respeito do 10º Censo Agropecuário – cujos preparativos foram iniciados em 2006 –, que levantará informações nos 5,7 milhões de estabelecimentos agropecuários brasileiros e mostrará as mudanças que ocorreram no setor desde o último levantamento desse porte, realizado em 1996. O Censo Agropecuário é o principal e o mais completo levantamento sobre a estrutura e a produção da agricultura e da pecuária brasileiras. De âmbito nacional, seus resultados servem de base aos estudos, análises e projeções sobre o setor agropecuário, constituindo a maior fonte de informações para auxiliar os diversos níveis de governo (federal, estadual e municipal) na elaboração e acompanhamento de políticas públicas, aperfeiçoando cada vez mais o processo de alocação de recursos públicos. Compatível com as metas de desenvolvimento social, o Censo Agropecuário vai suprir a carência de informações sobre os aspectos econômicos, sociais e ambientais da atividade agropecuária, subsidiando o planejamento de políticas públicas direcionadas à inclusão de populações e regiões buscando o desenvolvimento sustentável e integrado da atividade e do País.

A execução plena do orçamento do Programa ficou prejudicada em função da operação censitária ter sido definida somente no final de 2005, com aporte de créditos extraordinários. Tendo em vista que as etapas de planejamento, definição da logística do projeto e a preparação da infra-estrutura necessária à operação demandaram a maior parte do tempo de trabalho durante o exercício de 2006, o Programa registrou, na média de desempenho das ações, 80% de execução física e 85,93% de execução financeira.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O IBGE realiza um acompanhamento trimestral com base nos dados extraídos do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), que retrata o desempenho do IBGE em relação à gestão dos programas e das ações que compõem o PPA, apresentando dados cumulativos e tendo como parâmetros os recursos financeiros e as metas físicas estabelecidas para o exercício. Esse acompanhamento visa a facilitar tomadas de decisão quanto às medidas corretivas que se fizerem necessárias ao longo do processo de gestão institucional.

A materialização ocorre por meio do Relatório de Acompanhamento Trimestral das Ações do PPA, composto por informações atualizadas até o final de cada trimestre, estruturadas em dois blocos: execução e análise físico-financeira dos programas, e desempenho físico das ações.

Para efetuar a análise, são verificados o montante dos recursos orçamentários alocados para cada ação do Programa, as modificações orçamentárias ocorridas (suplementações e cancelamentos), as efetivas realizaçõs em cada ação e os repasses de convênios. A captação dessas informações subsidia a análise do desempenho da ação em relação à sua meta, conciliada com a disponibilidade do recurso.

O relatório elaborado é submetido ao Conselho Diretor (CD), composto pelo presidente do IBGE e titulares das diretorias que coordenam as ações do PPA. A participação/competência do CD - prevista no Regimento Interno do IBGE - é de fundamental importância para o envolvimento de todos no processo de implementação e avaliação do PPA, garantindo o comprometimento das unidades organizacionais da instituição, no que diz respeito à boa gestão das ações sob sua responsabilidade, além de motivar boas práticas de gestão, reavaliando, trimestralmente, o andamento de suas atividades e projetos.

Além disso, o IBGE elabora um relatório de gestão, que apresenta o desempenho institucional dos programas e das ações de responsabilidade do IBGE no PPA do Governo Federal e tem se consolidado como um instrumento eficaz que permite, com mais clareza e concisão, tornar conhecidos os procedimentos administrativos e as atividades desenvolvidas no IBGE. Deste esforço conjunto, que envolve todas as unidades organizacionais do IBGE, resulta o atendimento adequado às demandas do Governo Federal e da sociedade. E, sobretudo, a consolidação de uma rotina útil e adequada de monitoramento do trabalho do IBGE.

Uma importante iniciativa do IBGE, no campo do aprimoramento das estatísticas sócio-demográficas, é a realização dos Estudos de Modalidades Alternativas de Censos Demográficos (EMACD), que tem como objetivo promover o estudo e a avaliação de tais métodos no contexto brasileiro. O foco desse trabalho está na integração do censo demográfico com as pesquisas domiciliares, e numa proposta de reestruturação da rede de agências de coleta de informações, que permitiria não apenas a adoção de um modelo alternativo de censo demográfico, mas também a ampliação já prevista das seguintes pesquisas: Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor (SNIPC), Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

No que se refere à participação social, o IBGE institui Comissões Censitárias Municipais que promovem a participação de autoridades, representantes da sociedade organizada e formadores de opinião, desde a etapa preparatória até a fase de divulgação de resultados. Para os censos de 2007, foram constituídas 7.947 Comissões Censitárias, em diversos Municípios, sendo convidados a participar todos os prefeitos, os presidentes das câmaras de vereadores, os juízes de comarcas e os líderes das associações comunitárias, além de empresários e cidadãos. Essas Comissões contam também com a presença de um representante do IBGE, e têm como objetivo incentivar a boa receptividade e a necessidade de se responder com exatidão às perguntas que serão feitas pelos recenseadores, facilitando a realização do Censo e, acima de tudo, buscando garantir resultados fidedignos.

RECOMENDAÇÕES

• Definição de um indicador que reflita o impacto das ações do Programa no cumprimento de seu objetivo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Democratização das Relações de Trabalho

Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda

Economia Solidária em Desenvolvimento

Erradicação do Trabalho Escravo

Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda

Microcrédito Produtivo Orientado

Primeiro Emprego

Qualificação Social e Profissional

Rede de Proteção ao Trabalho

Segurança e Saúde no Trabalho

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram utilizados **R$ 40.164.246.464,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 35.028.110.031,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 27.896.545.140,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**R$ 6.763.022.490,00**	**Realizado não-orçamentário:**	**R$ 12.267.701.324,00**
Total previsto:	**R$ 41.791.132.521,00**	**Total realizado:**	**R$ 40.164.246.464,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MTE não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 474.838.205,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 456.168.067,00.**

PRINCIPAIS RESULTADOS

• As políticas do MTE favoreceram a contínua recuperação do mercado de trabalho formal. Em 2006, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), foram criados 1,23 milhão de empregos com carteira de trabalho assinada. O estímulo ao investimento e à geração de emprego, trabalho e renda também são evidenciados por meio dos resultados da aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Em 2006, se consideradas apenas as linhas do Programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda, foram contratadas cerca de 2,3 milhões de operações de crédito, com investimentos da ordem de R$ 12,3 bilhões. Considerando-se todas as linhas disponíveis pelo FAT, foram contratadas cerca de 2,8 milhões de operações de crédito, como resultado da aplicação de R$ 25 bilhões. Destaque-se o Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Urbano (PROGER Urbano), cujo público-alvo é composto por micro e pequenos empreendimentos urbanos. Nesta modalidade, foram realizadas 2,2 milhões de operações de financiamento a estes empreendimentos, com a aplicação de R$ 7,1 bilhões. O apoio creditício também foi fortalecido pela operacionalização do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado por meio do qual foram realizados 828.847 contratos de microcrédito, equivalentes a R$ 832 milhões em recursos financeiros emprestados/concedidos, principalmente via Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

• No âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), foram (re) colocados 878,3 mil trabalhadores no mercado de trabalho por meio de ações de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra executadas pelos postos do SPETR, cuja rede de atendimento atingiu a marca de 1.187 postos. Destaque-se a implantação de convênios únicos com Estados e Municípios, com periodicidade plurianual e que prevêem a execução integrada das ações de intermediação, qualificação social, profissional e habilitação ao

seguro-desemprego. Também foram beneficiados cerca de 5,1 milhões de trabalhadores com o pagamento do seguro-desemprego e 11,1 milhões com o abono salarial. E por meio do Programa de Qualificação Social e Profissional foram qualificados 165 mil trabalhadores, sendo encaminhados 87,5% dos educandos pós-qualificação ao mundo do trabalho. No âmbito do Programa Primeiro Emprego foram qualificados 67 mil jovens e foram inseridos 59.602 no mercado de trabalho por meio, principalmente, da regularização do contrato de aprendizagem, devido à ação de fiscalização do trabalho. Estabeleceu-se termo de cooperação com o Ministério da Cultura (MinC) para o desenvolvimento de ações de capacitação e inserção de jovens no mercado de trabalho por meio do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (CULTURA VIVA). Ao todo, 9.393 jovens dos Pontos de Cultura receberam auxílios financeiros no âmbito desta parceria. No que tange às iniciativas voltadas para a Economia Solidária, foram apoiados 4.087 empreendimentos, além da constituição do Conselho Nacional de Economia Solidária e da realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária, que reuniu mais de 1.200 delegados de todos os Estados da federação.

• Os resultados das ações de fiscalização trabalhista também foram consideráveis. Em 2006, foram registrados 670,03 mil trabalhadores pela ação da fiscalização do trabalho. Destaca-se que, do total de trabalhadores registrados sob ação fiscal, 110,16 mil eram trabalhadores rurais. O total de trabalhadores alcançados pelas ações da fiscalização do trabalho também foi expressivo: 30,68 milhões, superando em quase 11% os números de 2005, cujo total chegou a 27,65 milhões. Quanto às questões de saúde e segurança do trabalho, foram realizadas 162,05 mil ações fiscais específicas da área de segurança e saúde no trabalho, as quais alcançaram o conjunto de 19,45 milhões de trabalhadores e propiciaram a correção de 768,83 mil situações irregulares, as quais apresentavam risco à saúde e à integridade física dos trabalhadores. A fiscalização para prevenir e reprimir a prática de trabalho de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos resultou, em 2006, no afastamento de 12.458 crianças do trabalho. A fiscalização do trabalho de adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos resultou na contratação de 40.947 adolescentes na condição de aprendizes e no registro de 2.831 adolescentes de 16 a 18 anos. No que tange à fiscalização para erradicação do trabalho escravo foram libertados 3.309 trabalhadores em condições análogas à escravidão e fiscalizadas 202 fazendas, número quase 10% maior que em 2005, tendo o número de ações fiscais aumentado em cerca de 25% - de 82 para 103. Destaca-se a concessão de assistência financeira ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo mediante percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada. Em 2006, a cobertura superou 80% dos trabalhadores libertados.

• Na área de relações de trabalho, destaca-se a implementação do Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT), que passou a dotar o MTE de uma base de dados atualizada e confiável de informações relativas às entidades sindicais, às negociações coletivas e a outros indicadores de relações de trabalho. O primeiro módulo deste sistema corresponde ao novo Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, o qual foi construído com base em uma campanha de atualização das informações sindicais e, atualmente, conta com mais de 14 mil entidades sindicais atualizadas. Além disso, os subsistemas de pedido de registro sindical eletrônico e atualização continuada já estão disponíveis desde novembro de 2006. Outras

iniciativas de valorização da negociação coletiva e composição voluntária de conflitos do trabalho são as capacitações de servidores públicos e de dirigentes sindicais na área de relações do trabalho. Em 2006 foram qualificados 1.891 técnicos da área de relações de trabalho e houve incremento da mediação de conflitos realizada por auditores fiscais nas delegacias regionais do trabalho (DRTs). Em termos de efetividade, o número registrado de mediações que resultaram em acordo – ou seja, não se transformaram em dissídios coletivos – foi de 9.450 (71,19% do total) – superior aos 69,86% verificados em 2005.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS – AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO

Ao avaliar o grau de aderência entre a atual estrutura programática e a estrutura organizacional do MTE percebe-se que a heterogeneidade e a diversidade do mundo do trabalho o desafiam a assumir novas funções refletidas na programação do órgão. No entanto, sua estrutura organizacional não tem acompanhado essa dinâmica, gerando problemas relacionados à inexistência/indefinição de unidades administrativas responsáveis pela execução de novas ações. Diante deste contexto, foi necessária a constituição de diversos arranjos informais, em caráter emergencial para minimizar as disfunções existentes. Ao final de 2006, em parceria com a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), foi elaborada a proposta de alteração de estrutura organizacional, a qual prevê a criação de novas unidades organizacionais e a reestruturação interna das existentes, adequando a estrutura organizacional do MTE à sua estrutura programática. O balanço da gestão, realizado ao final de 2006, confirmou este diagnóstico e explicitou a necessidade de realizar um esforço de planejamento estratégico, com ênfase no aprimoramento dos mecanismos de gestão - estruturas, processos e indicadores. Acredita-se que a aprovação da nova estrutura organizacional e a implementação do Plano Estratégico, ajustando estratégias, objetivos e metas, contribuirão para uma maior efetividade dos resultados institucionais e maior aderência da estrutura organizacional do MTE à estrutura programática, em um cenário ainda mais favorável ao cumprimento das metas do Plano Plurianual (PPA) em 2007.

ASPECTOS RELEVANTES

As principais restrições que dificultaram a implementação da programação do MTE estão relacionadas às seguintes questões:

a) contingenciamento de recursos orçamentários;
b) recursos financeiros liberados ao longo do exercício em fluxo incompatível com a programação;
c) recursos humanos, materiais e de infra-estrutura insuficientes para o cumprimento do objetivo dos programas;
d) inadequada integração/articulação entre ações, comprometendo a qualidade da informação, bem como a otimização dos recursos públicos, em prol do cumprimento do objetivo dos programas.

Por fim, destaca-se o diálogo social, estimulado pelo MTE, para viabilizar o acordo entre o Governo Federal e as centrais sindicais, o qual estabeleceu as bases para uma

política de valorização do salário mínimo para o período de 2007 a 2023, com revisões quadrianuais, por ocasião da elaboração dos PPAs. O referido acordo fixou o piso legal de remuneração em R$ 380,00 em abril de 2007 e, de 2008 até 2011, os reajustes serão definidos pela reposição da inflação somada ao crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB), com antecipação gradual, até 2010, da data-base para janeiro. O valor de R$ 380,00 deve significar um ganho real acumulado de 32,7% do salário mínimo no período de 2003 a 2007. Também foi acordada uma sistemática de correção da tabela e das deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) com a previsão de reajuste de 4,5% ao ano, de 2007 até 2010.

DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

OBJETIVO

Promover a democratização e a modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, por meio do diálogo e da negociação tripartite entre trabalhadores, governo e empregadores.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores, empresas e organizações sindicais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.658.000,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 1.188.624,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 1.188.624,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 71,1
Índice previsto ao final do PPA: 66

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice originalmente previsto para o indicador ao final do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 já foi alcançado.

2. TAXA DE EFICÁCIA DAS MEDIAÇÕES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 82,39
Índice previsto ao final do PPA: 54,82

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice originalmente previsto para o indicador ao final do PPA 2004-2007 já foi alcançado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Sistema Brasileiro de Relações de Trabalho tem origem na década de 1930 e disciplina as condições de contratação, uso e remuneração da força de trabalho por meio de extensa legislação trabalhista, sindical e de regulação do trabalho.

As mudanças legais, ocorridas ao longo de décadas, e os avanços nos direitos políticos e sociais ainda não conduziram à plena democratização das relações de trabalho no Brasil. A atuação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) deve ser a de promotor de um regime de liberdade e autonomia sindical, fundada no estímulo à composição direta dos conflitos de trabalho, compatível com as novas exigências do desenvolvimento nacional e com as características atuais do mercado e das relações de trabalho.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realizadas 13.273 mediações coletivas de conflitos de trabalho – número 17% superior aos 11.360 registrados em 2005. Em termos de efetividade, o número registrado de mediações que resultaram em acordo – ou seja, não se transformaram em dissídio – foi de 9.450 (71,19% do total) – superior aos 69,86% verificados em 2005.

• Beneficiados 7,98 milhões de trabalhadores pelas mediações realizadas pelo MTE que resultaram em acordo, representando 82,39% do total de trabalhadores abrangidos pelas mediações. Este resultado supera em 52% o índice alcançado em 2005 (54,32%). O aumento deste índice evidencia a importância da mediação pública na solução de conflitos, uma vez que os conflitos solucionados não são transformados em ações judiciais de dissídio coletivo.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa foi criado com o intuito de propiciar a modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, adequando-o às especificidades atuais do mundo do trabalho. Neste sentido, conta com uma ação-âncora: o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), composto por representantes de trabalhadores, empregadores e governo. Como resultado dos debates do FNT, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional a proposta de criação do Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNRT), por meio da Medida Provisória (MP) nº 294/06. Essa MP regulamenta termos previstos na Convenção nº 144 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil, que prevê mecanismos de consulta tripartite para as questões referentes às normas internacionais do trabalho e tem como principal objetivo a institucionalização do processo de diálogo social iniciado com o FNT. Outra proposta legislativa resultante dos debates do FNT foi a MP nº 293/06, a qual propõe critérios objetivos para a participação das centrais sindicais de trabalhadores em conselhos ou colegiados de órgãos públicos. Apesar destes atos normativos não terem sido aprovados pelo Congresso Nacional, devido à natureza complexa do tema, seu encaminhamento demonstra o amadurecimento do debate.

Em convergência com as iniciativas de fortalecimento do diálogo social, foram assinados decretos presidenciais, resultantes do consenso firmado no âmbito do FNT e,

posteriormente, ratificados no âmbito do Fórum do Sistema "S". Estes decretos prevêem a inclusão das representações de trabalhadores nos Conselhos do Sistema "S" – Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Todas essas entidades são ligadas ao setor patronal brasileiro e, nesse sentido, os decretos viabilizam a composição tripartite desses conselhos, atendendo assim, a uma reivindicação histórica dos trabalhadores.

Foram, ainda, realizadas reuniões do Grupo Especial sobre Trabalho aos Domingos, inclusive com ampla plenária, reunindo centenas de representações sindicais dos trabalhadores, a fim de analisar propostas legislativas referentes ao tema. O objetivo é o de construir uma normatização para regulamentar essa questão. Por fim, ainda no âmbito desta ação, a coordenação do FNT promoveu eventos de divulgação e sensibilização dos diferentes atores e do público em geral, quanto a temas relativos à reforma trabalhista e sindical. Esses eventos incluíram uma importante parceria com o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que teve como principal objetivo promover encontros de intercâmbio de informações das experiências nacionais e internacionais sobre legislação trabalhista e sistema de relações do trabalho.

No que tange à capacitação de técnicos especializados na área de relações do trabalho, optou-se pela realização de apenas algumas ações de capacitação, de nível nacional, executadas diretamente pela Secretaria de Relações do Trabalho, ficando a maior parte das ações a serem realizadas pelas Seções ou Setores de Relações do Trabalho (SERETs) das delegacias regionais do trabalho (DRTs), observadas as diretrizes estabelecidas pela SRT, com recursos descentralizados. Assim, a ação pôde otimizar o número de técnicos capacitados – 1.891, número muito superior à previsão de 171, com cerca de 58% da dotação prevista. Na LOA de 2007, novas metas foram apresentadas, objetivando-se a correção das distorções físico-financeiras apontadas.

Destaca-se, também, a continuação da implantação do Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT). Ao longo de 2006, a SRT deu continuidade ao esforço de reorganização do módulo Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, garantindo a adesão de mais de 3 mil entidades sindicais ao longo do ano, totalizando mais de 13 mil entidades atualizadas. Organizou-se, ainda, uma tabela padronizada para a classificação das categorias sindicais a partir dos dados obtidos pela atualização sindical, a qual permitirá o cruzamento com os demais módulos do SIRT e com outros sistemas de governo, como: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Receita Federal. Também foram envidados esforços para a construção do módulo Sistema Mediador, um sistema eletrônico único para o cadastro dos instrumentos coletivos de trabalho, depositados e registrados no MTE - o qual substituiu todos os sistemas manuais ou eletrônicos utilizados pelas SERETs - acessível para a consulta de qualquer servidor do MTE, por meio da Intranet. A ação empreendida pela SRT resultou, assim, na criação do Sistema de Registro e Arquivamento de Acordo e Convenção Coletiva (SIRACC), que entrou em funcionamento em abril de 2006, e contemplou todos os instrumentos depositados no MTE a partir de janeiro do mesmo ano.

Em relação à análise do conteúdo de instrumentos coletivos, foi acrescentado artigo à Instrução Normativa (IN) nº 1, de 2004, possibilitando a adoção de procedimentos administrativos, com o objetivo de sanar as irregularidades encontradas antes do encaminhamento da denúncia ao Ministério Público do Trabalho (MPT). Paralelamente à alteração da IN, a capacitação dos técnicos nas SERETs também favoreceu a análise de cláusulas, conferindo maior agilidade e eficiência ao combate à violação de normas trabalhistas. Isto porque, em vez de sanar de forma pontual uma irregularidade praticada, advertindo ou multando um único empregador, o procedimento de análise, de maneira preventiva, permite alterar ou mesmo excluir a cláusula irregular, evitando que a situação se perpetue em prejuízo de todos os alcançados pelo instrumento coletivo. Evita, também, o ajuizamento de diversas ações trabalhistas, com questionamento de tais irregularidades.

Para aperfeiçoamento na aferição da eficácia do Programa, foram adicionados outros dois indicadores, por meio da revisão do PPA em 2006: o Número-Índice de Instrumento Coletivo – relação entre o número de instrumentos coletivos (acordos e convenções) realizados no ano corrente e o número de instrumentos coletivos realizados no ano-base, multiplicado por 100 – e a Taxa de Adesão à Atualização Sindical - relação percentual entre a freqüência absoluta de sindicatos atualizados no SIRT e a freqüência absoluta de sindicatos da pesquisa sindical do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O desempenho físico das ações do Programa é monitorado por meio de reuniões de trabalho trimestrais com os coordenadores da SRT, além de duas reuniões anuais com os chefes das SERETs das 27 Unidades da Federação para planejamento, monitoramento e avaliação das ações da SRT. Além disso, o monitoramento é realizado por sistema informatizado do Programa, por monitoramentos físicos das ações realizados por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e por relatórios de gestão produzidos para o sistema de metas presidenciais e um relatório de gestão anual das atividades e ações do programa .

As metas físicas estão dentro das expectativas, no que diz respeito ao seu cumprimento. Apenas a ação de mediação não conseguiu atingir a meta prevista, apesar do aumento apontado em relação a 2005. De fato, das 15.834 mediações coletivas previstas, ocorreram 13.273 – alcance de mais de 83%. Os recursos orçamentários foram considerados insuficientes, principalmente quando considerados os destinados para o SIRT, pois se faz necessária a aquisição de infra-estrutura, certificação digital e recursos humanos para o desenvolvimento do sistema. Além disso, as ações FNT e SIRT sofreram com o contingenciamento, pois a liberação tardia dos R$ 900 mil provenientes do convênio com a Petrobras causou descontinuidade e a não-realização de algumas atividades previstas. Afora isso, a limitação para gastos com diárias e passagens comprometeram a realização de atividades de formação em nível nacional.

As equipes executoras encontram restrições relativas a espaço físico inadequado; escassez de computadores, *scanners* e impressoras, além da necessidade de melhorar a infra-estrutura de informática para o desenvolvimento do sistema nos quesitos rede e certificação digital. No que concerne aos recursos humanos, a equipe gerencial se encontra

limitada a cinco pessoas. Faz-se necessária a ampliação do quadro gerencial, bem como sua qualificação com cursos na área de gestão, negociação e mediação. Já nas equipes executoras, faz-se necessária uma reorganização das equipes com o objetivo de trazer técnicos mais qualificados e com menor rotatividade. A SRT está elaborando um plano de qualificação continuada para os servidores ligados às relações do trabalho, com o intuito de suprir esta necessidade, que permitirá a formação de técnicos em pelo menos três níveis: padronização de rotinas e procedimentos, gestão e relações do trabalho.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa conta com parcerias não-governamentais para sua execução. O FNT é um espaço de negociação criado pelo Governo Federal para promover a mudança do Sistema Brasileiro de Relações de Trabalho por meio do diálogo social e da negociação tripartite, o que significa que todo o debate está sendo feito com as representações sindicais de trabalhadores e empregadores, principais parceiros e interessados nessa questão. Depois de formatadas as propostas de alteração na legislação, a Coordenação do FNT realizou encontros acerca dos aspectos jurídicos da reforma sindical, que contaram com a participação de dezenas de advogados atuantes na área de relações sindicais e do trabalho. Diversas reuniões foram realizadas também com as principais federações patronais brasileiras e centrais sindicais, além de outras associações de classe, representantes da academia, dos operadores do direito e representantes de outras instituições ligadas ao mundo do trabalho, tais como Ministério Público do Trabalho, TST, Fórum Nacional de Secretários de Trabalho (FNST) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), com o intuito de divulgação da proposta.

Em termos de participação social, o Programa conta com Ouvidoria, além de promover reuniões com grupos de interesse. Assim, diversas reuniões foram realizadas com as principais federações patronais brasileiras durante todo o processo de discussão do projeto de reforma sindical, incluindo-se encontros com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). A Coordenação do FNT também se reuniu com o Núcleo de Relações Trabalhistas e Sindicais do Rio de Janeiro, quando o projeto de reforma foi apresentado para importantes lideranças empresariais brasileiras, de empresas que atuam no Estado. Nesse encontro, estavam presentes representantes de empresas com forte expressão na economia nacional, tais como a Coca-Cola, BR Distribuidora, Vale do Rio Doce, TV Globo e Bayer, oportunidade em que foi verificada a receptividade quanto à proposta de reforma discutida no FNT. Dentre as contribuições da participação social para os resultados do Programa, destacam-se a elaboração da proposta de anteprojeto de lei e de emenda constitucional da reforma sindical, as quais foram possíveis pela participação das entidades sindicais, tanto de trabalhadores quanto de empregadores e de diversas outras entidades da sociedade civil que se envolveram no debate.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

DESENVOLVIMENTO CENTRADO NA GERAÇÃO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

OBJETIVO

Estimular o desenvolvimento econômico e social do País por meio da democratização do crédito, capaz de gerar emprego, trabalho e renda.

PÚBLICO-ALVO

Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, microempreendedores, empresas pertencentes a setores prioritários de políticas governamentais de desenvolvimento e de setores intensivos em mão-de-obra.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 500.000,00	**Empenho Liquidado:**	**-**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**-**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 6.763.022.490,00	**R$ 12.267.151.324,00**	

INDICADORES

1. GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO FORMAIS

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 19.965

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Atualmente, as informações que compõem esse indicador são fornecidas pelo empresário de forma declaratória relacionada à quantidade de empregos que planeja gerar no ato da obtenção do crédito, razão pela qual não há precisão nos dados colhidos. O módulo do Sistema de Acompanhamento de Execução do Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Urbano (PROGER), o SAEP *WEB,* permitirá analisar a relação do saldo de admissões e demissões realizadas pelos beneficiários das operações de crédito, mediante o cruzamento do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do SAEP *WEB* com a variação do número de empregados apurada no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), medindo o impacto do financiamento na geração de postos de trabalho formais. Este módulo, do SAEP *WEB*, está em desenvolvimento e implantação. Desta forma, a apuração do Indicador Geração de Postos de Trabalho Formais não pôde ser mensurada.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Unidade de medida: Índice numérico
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 106

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa
Aplica-se a mesma justificativa para a não apuração do indicador acima.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A geração de emprego e renda é elemento fundamental no processo de inclusão social e desenvolvimento econômico do País. Uma das restrições à geração de emprego e renda é a dificuldade de acesso ao crédito para micro e pequenas empresas, associações produtivas, cooperativas e profissionais liberais. O incentivo via disponibilização de crédito para setores intensivos em mão-de-obra e infra-estrutura, e também é fundamental para promover a geração e a manutenção de postos de trabalho. Além disso, é imprescindível para o desenvolvimento econômico a disponibilização de linhas de crédito para setores apontados como prioritários para a Política Industrial e de Comércio Exterior.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Foram contratadas, no âmbito do Programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda, cerca de 2,3 milhões de operações de crédito, com investimentos da ordem de R$ 12,3 bilhões. Destaque-se o PROGER Urbano que tem como público-alvo micro e pequenos empreendimentos urbanos. Em 2006, mais de 2,2 milhões de operações foram realizadas, com valores contratados de R$ 7,2 bilhões.

• Foram criadas novas linhas de crédito especiais: Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) Giro Setorial, FAT Giro Cooperativo Habitacional e FAT Giro Cooperativo Agropecuário, no intuito de atender a setores da economia que passavam por crise no ano de 2006. Ainda no âmbito das linhas de crédito do FAT, existe a modalidade Jovem Empreendedor, o qual tem como público-alvo micro e pequenas empresas com jovens empreendedores como titulares.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda é constituído por ações formadas por linhas de crédito voltadas para o financiamento de iniciativas empreendedoras, indutoras de emprego e renda, respeitando as especificidades sócio-econômicas do território beneficiado. As linhas de crédito enfatizam o apoio a setores intensivos em mão-de-obra, setores de infra-estrutura, setores prioritários de políticas governamentais de desenvolvimento e grandes geradores de emprego, como as micro e pequenas empresas. O Programa opera com recursos originários da reserva mínima de liquidez do FAT, aplicados na forma de depósitos especiais nas Instituições Financeiras Oficiais Federais: Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Caixa

Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco da Amazônia (BASA) e Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

A única ação do Programa desenvolvida com recursos orçamentários (Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações do FAT) não teve execução em 2006, devido ao contingenciamento de recursos orçamentários do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

No que tange às metas físicas, existem dificuldades para sua definição *a priori* e, conseqüentemente, distorções em seu cumprimento. Dentre tais especificidades, estão:

a) a conjuntura macroeconômica determinando a demanda por crédito produtivo;
b) o risco de inadimplência sendo de responsabilidade dos agentes financeiros que operacionalizam as linhas de crédito, de modo que qualquer meta a ser definida estará comprometida pela propensão dos agentes em atenderem a possíveis beneficiários, com risco de inadimplência considerado inadequado;
c) a alocação dos depósitos especiais sendo definida no âmbito do Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) – que é um órgão tripartite e paritário –, de modo que a decisão sobre quanto alocar em linhas de crédito do FAT não cabe unicamente ao MTE. Além disso, o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), equalizado pelo Tesouro Nacional, absorve parte expressiva do público-alvo do PROGER Rural e das cooperativas e associações de produção. Cabe destacar que embora parte dos recursos do PRONAF seja oriunda do FAT, ele não está contemplado em nenhuma ação do Programa.

O monitoramento do desempenho físico das ações, no âmbito da gerência, é realizado em visitas *in loco* pela equipe responsável do MTE aos empreendimentos financiados pelo Programa, de forma a levantar as principais características e perspectivas dos empreendedores atendidos: dificuldades de acesso ao crédito, impacto dos programas e da sustentabilidade dos empreendedores beneficiados, verificação da adequação das normas e critérios de operacionalização dos programas e a eficiência das instituições financeiras e demais atores envolvidos. Contudo, não há quantidade de recursos humanos suficientes para a execução de visitas em todas as contratações, tendo em vista o volume de operações, razão pela qual se utiliza o método por amostragem. Cabe destacar que os recursos humanos são insuficientes até mesmo para uma amostragem estatisticamente relevante quando comparada com o número total de contratações. Atualmente, as supervisões *in loco* são executadas apenas pela equipe gerencial do Programa, visto que não existe uma equipe executora (a execução do Programa é feita pelas Instituições Financeiras Oficiais Federais), de modo que o tamanho da amostra selecionada é extremamente reduzido se comparado com a quantidade total de operações.

O Programa também possui como ferramenta de monitoramento o Sistema de Acompanhamento da Execução dos PROGER (SAEP). Por meio deste sistema é possível contabilizar o número das operações, além do volume financeiro das operações contratadas.

As metas físicas estão distribuídas por ações, sendo que o físico realizado corresponde à quantidade de operações e o financeiro realizado corresponde a valores contratados, disponibilizados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). Salienta-se que as ações do Programa de Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda não refletem a totalidade dos Programas de Geração de Emprego e Renda do FAT, visto que a dinâmica de criação/extinção de programas/linhas pelo CODEFAT é diferente da dinâmica de revisão do Plano Plurianual (PPA).

Em termos de restrições, foi apontada a inadequação do sistema de informação utilizado, sendo que uma nova versão já estaria sendo desenvolvida. Além disso, há dificuldades para a realização de supervisão *in loco*.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa promove a participação social por meio da Ouvidoria do MTE, a qual repassa todas as demandas às coordenações responsáveis, mediante discussão no CODEFAT. A participação social contribui para a definição de diretrizes nas aplicações de recursos do FAT na eleição de setores prioritários passíveis de financiamento com fonte FAT, bem como na identificação de aspectos do programa que necessitam de melhoria.

RECOMENDAÇÕES

• Apurar o índice dos indicadores do Programa, pois são os instrumentos capazes de medir seu desempenho, além de demonstrar a real capacidade de atendimento ao objetivo estipulado. Esta situação persiste há três anos, fato que inviabiliza avaliação de seu real desempenho. Cabe destacar que o SAEP fornece informações que tornam possíveis a contabilização do volume de beneficiários das operações contratadas, determinando a quantidade de pessoas que foram beneficiadas com os recursos do FAT e o volume financeiro das operações. A mesma justificativa para a não-apuração dos indicadores é apresentada desde a avaliação de 2005, ano-base 2004.

• Em relação ao Indicador Geração de Postos de Trabalho Formais, deve-se compreender que, mesmo sem a existência de um sistema dedicado para o acompanhamento da geração de empregos pelo Programa, estes dados podem ser obtidos com o CNPJ das empresas, de maneira razoavelmente simples por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Ao confrontar o número de funcionários nas empresas beneficiárias em 31 de dezembro de dois anos consecutivos, obtém-se a variação líquida de empregados/funcionários. Pode ser que o sistema próprio gere dados melhores, mas a sua fase de implantação não justifica a inexistência de indicadores por dois anos consecutivos. Além disso, este tipo de processamento dos dados da RAIS é relativamente barato, utilizando estruturas e procedimentos já comuns ao MTE.

• O mesmo acontece com o Indicador Número-Índice de Quantidade de Beneficiários das Operações de Crédito: como as concessões se dão através de instituições financeiras oficiais federais, é possível que se exija das mesmas relatórios semestrais e/ou anuais com um detalhamento mínimo do número de operações realizadas. Deve-se atentar para o fato de que este tipo de indicador poderia ser conseguido por solicitação do CODEFAT

como uma condicionalidade para o repasse dos recursos sem custos adicionais ao MTE ou ao Sistema Público de Emprego, cabendo ao órgão apenas consolidar os relatórios das entidades financeiras.

• Em relação à supervisão *in loco*, entende-se que atividades compreendidas no escopo da fiscalização deveriam utilizar a estrutura das delegacias regionais do trabalho (DRTs). Assim, caberia ao MTE potencializar os recursos e fornecer treinamento específico às DRTs, de forma que pudessem realizar esta atividade adicional. A observação quanto à otimização dos recursos cabe tanto para o sistema de monitoramento (SAEP) quanto para a equipe de supervisão *in loco*. Seriam direcionados recursos para a estrutura atual usar os recursos humanos das DRTs e os atuais sistemas (RAIS, e relatórios das instituições financeiras) de forma mais eficiente, em vez de criar estruturas paralelas.

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO

OBJETIVO

Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores em risco de desemprego, desempregados, autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 34.012.050,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 31.147.571,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 31.147.571,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. NÚMERO-ÍNDICE DE EMPREENDIMENTOS CADASTRADOS

Unidade de medida: Número-Índice
Índice apurado em 2006: 104,85
Índice previsto ao final do PPA: 110

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Considera-se não ser este o indicador mais adequado para mensurar o objetivo a que o Programa se propõe. Por isso, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) optou por excluir o mencionado indicador no processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011.

2. NÚMERO-ÍNDICE DA QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHO GERADOS PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Unidade de medida: Número-Índice
Índice apurado em 2006: 104
Índice previsto ao final do PPA: 105

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Na perspectiva de implantação do Programa, previu-se crescimento maior do número de postos de trabalho gerados pela política pública de economia solidária federal do que aquele que vem se concretizando. Um dos motivos principais é que o planejamento da implantação do Programa previa aumento significativo de recursos disponíveis para a política, fator que traria reflexos quantitativos em termos de geração de postos de trabalho. Para 2007, espera-se que a elevação dos recursos orçamentários disponíveis dê vazão ao potencial reprimido do Programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As mudanças estruturais de ordem sócio-econômica, ocorridas no mundo nas últimas décadas fragilizaram o modelo tradicional de relação de trabalho capitalista. O aumento da informalidade e a precarização dos contratos de trabalho se afirmaram como tendência em uma conjuntura de desemprego. São milhões de trabalhadores e trabalhadoras que se sujeitam a abdicar de seus direitos sociais para garantir a sua sobrevivência. De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e o avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade de se encontrar alternativas de geração de renda. Assim, políticas de geração de renda para a inclusão daqueles menos favorecidos na sociedade têm, obrigatoriamente, que levar em consideração tanto o emprego quanto o trabalho em outras formas de relação que não a relação entre empregado e patrão. Na Economia Solidária, encontram-se milhares de trabalhadores e de trabalhadoras organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho e lutando por sua emancipação. São iniciativas de organizações não-governamentais (ONGs), voltadas para projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção-consumo-comercialização; instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários; empresas recuperadas por trabalhadores organizados em autogestão, cooperativas de agricultura familiar e cooperativas de prestação de serviços, dentre outras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Beneficiados/apoiados 4.087 empreendimentos de economia solidária;
- Formados 280 agentes de desenvolvimento solidário.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento possui sete ações finalísticas que concorrem para o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. Parte significativa dos recursos é descentralizada para a execução das ações, em parceria com ONGs, prefeituras e governos estaduais. O Programa também atua em parceria com as delegacias regionais do trabalho (DRTs), de maneira a ampliar sua capacidade de atuação nos Estados.

As metas físicas e financeiras das ações ficaram dentro da expectativa. A Ação Estímulo à Constituição e Consolidação de Políticas Públicas de Economia Solidária, em anos anteriores, orientava sua intervenção para a constituição de Centros Públicos de Economia Solidária. Em 2006, o foco mudou para a formação e assessoramento técnico a gestores públicos municipais, estaduais e federais de economia solidária, facilitando a ampliação de políticas públicas constituídas para o setor. Além disso, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, reunindo mais de 1.200 delegados de todos os estados da federação. Foi também implantado o Conselho Nacional de Economia Solidária, instância maior da gestão da política pública de economia solidária do Governo Federal.

No que tange à Ação Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária, foi consolidada parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB) que criou redes de economia solidária e apoiou diretamente 756 empreendimentos em todo o Território Nacional, com recursos da ordem de R$ 8,7 milhões. Disso resultou o início da construção de efetivos instrumentos de execução direta do Governo Federal no fomento à economia solidária que se dá, inclusive, pela estruturação de parcerias com bancos públicos que financiam iniciativas de economia solidária.

A Ação Fomento a Redes de Produção e Comercialização de Bens e Serviços Produzidos pela Economia Solidária operacionalizou o Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária, o qual possibilitou a comercialização de produtos de 3.331 empreendimentos de todos os Estados da federação, além de haver propiciado sua articulação em redes e cadeias produtivas, fator crucial para que os empreendimentos pudessem alcançar a sua sustentabilidade. Além disso, está em curso a constituição de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, o qual beneficiaria os cerca de 15 mil empreendimentos econômicos solidários mapeados no Brasil. Os recursos destinados a esta ação somaram R$ 1,2 milhão.

A Ação Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Solidário só foi incluída no PPA 2004-2007 no exercício de 2006. Atualmente, existem agentes de desenvolvimento solidário trabalhando em 258 comunidades, propiciando apoio e assessoria para empreenderem o seu próprio desenvolvimento a partir da constituição de empreendimentos econômicos solidários. O projeto recém-implantado já beneficia mais de 35 mil trabalhadores diretamente e 212 mil pessoas indiretamente na melhoria das condições de vida em suas comunidades.

O mapeamento da economia solidária no Brasil foi feito a partir da mobilização social em Território Nacional com 27 Comissões Gestoras Estaduais, das quais participam 230 organizações governamentais e não-governamentais e 700 pesquisadores. Assim, está em implantação o Sistema Nacional de Economia Solidária (SIES) com plataforma tecnológica disponível para implantação de Sistemas Estaduais de Informações em Economia Solidária, viabilizando novas funcionalidades para organização de redes e promoção de processos de comércio justo e solidário em todo o Território Nacional. Dessa forma a economia solidária ganha visibilidade em seu potencial sócio-econômico no Brasil, com a identificação e caracterização de 15 mil empreendimentos econômicos solidários, das

suas atividades econômicas, da capacidade de geração de trabalho e renda, da auto-gestão e da solidariedade. Além da identificação e do cadastro de empreendimentos econômicos solidários e de entidades de apoio e fomento, dois outros resultados foram alcançados: a publicação do **Atlas Nacional da Economia Solidária** e a consolidação de um sistema de acesso informatizado.

Novamente foi verificada baixa integração entre a gerência do Programa e a coordenação da Ação Promoção da Inclusão Produtiva, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A ação executou cerca de R$ 17 milhões com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), os quais foram destinados ao co-financiamento de 91 projetos, apresentados por 69 Municípios, em decorrência do edital publicado e divulgado pela Portaria 136/2006 de 24 de abril de 2006. Os projetos possibilitaram apoio à capacitação e implementação de unidades produtivas, de forma a viabilizar o acesso de famílias em situação de vulnerabilidade sócio-econômica ao mundo do trabalho e à renda, contribuindo para sua autonomia e emancipação. A apresentação e a análise de pré-projetos foram feitas diretamente no Sistema de Convênios da Rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em relação ao desenho do Programa, há necessidade de desdobramento de algumas ações, que agregariam um conjunto de atividades. Como exemplo, destaca-se a Ação de Fomento a Redes de Produção e Comercialização de Bens e Serviços Produzidos pela Economia Solidária, que precisa de uma ação voltada à comercialização de produtos (na qual seriam contabilizadas feiras e outras atividades de comercialização de produtos da economia solidária) e outra de fomento a redes de produção (na qual poderia ser agregada a Ação de Apoio à Recuperação de Empresas por Trabalhadores, que tem focado seu trabalho com as redes nas quais essas empresas estão inseridas). Além disso, há necessidade de depuração dos indicadores do Programa.

O monitoramento do desempenho físico das ações, no âmbito da gerência, é realizado mediante reuniões de trabalho com os principais parceiros, visitas *in loco*, relatórios de gestão e sistemas informatizados. Nesse sentido, além do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), destacam-se o Projeto Nacional de Feiras e a Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Solidário - os quais possuem estruturas próprias informatizadas de registro do andamento de sua execução - e o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) – sistema nacional, mas com núcleos estaduais de alimentação. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) também possui um sistema próprio de registro e acompanhamento dos projetos e convênios em execução.

No que se refere às restrições enfrentadas pelo Programa, os recursos orçamentários foram considerados insuficientes. Um exemplo foi a demanda de mais de R$ 8 milhões em projetos apresentados que não puderam ser apoiados por falta de dotação, bem como o crescente número de prefeituras e governos estaduais com os quais não foi possível firmar parcerias pelos mesmos motivos. Além disso, a liberação de recursos concentrada no final do exercício afetou substancialmente a qualidade da execução dos convênios, limitando a obtenção de resultados mais expressivos. Também foram apontadas dificuldades de

celebração de convênios na gerência pela falta de equipe adequada e habilitada para o gerenciamento dos convênios firmados. Além disso, alguns convênios não puderam ser pagos devido à inadimplência de órgãos públicos, não necessariamente das áreas convenentes. Os equipamentos, principalmente de informática, e o espaço físico foram apontados como inadequados tanto para a equipe gerencial quanto para as coordenações da SENAES. Explica-se que, por se tratar de uma secretaria criada em 2003, sua estrutura foi adaptada ao MTE na ocasião. Com o desenvolvimento dos trabalhos ficou comprovada a necessidade de tornar os espaços mais adequados para o seu funcionamento. Ressalta-se também a quantidade insuficiente de recursos humanos nas equipes da secretaria.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Todas as ações do Programa são planejadas em conjunto com atores da sociedade civil executora e/ou beneficiária da política pública em questão. Com a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária e a instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária tais diálogos foram formalizados para dentro de espaços oficiais de construção participativa da política pública. Afora isso, o Sistema de Informações em Economia Solidária, o Projeto Nacional de Feiras de Economia Solidária, entre outros, contam com reuniões específicas de articulação com a sociedade civil durante todo o processo de formulação e execução.

RECOMENDAÇÕES

• Alterar o produto da Ação Estímulo à Constituição e Consolidação de Políticas Públicas de Economia Solidária, de forma a incorporar o redirecionamento dado à atuação da ação;

• Analisar, quando se der a elaboração do PPA 2008-2011, eventual proposta do gerente quanto à necessidade de ações específicas, além de novos indicadores;

• Rever o custo médio das ações do Programa, de forma a compatibilizar o previsto na LOA e o efetivamente realizado, especialmente para a Ação Fomento a Redes de Produção e Comercialização de Bens e Serviços Produzidos pela Economia Solidária.

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

OBJETIVO

Erradicar a prática de exploração do trabalho escravo.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores submetidos à condição análoga à de escravos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 10.137.910,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 9.130.520,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 9.130.520,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. NÚMERO DE TRABALHADORES LIBERTADOS

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 3.309
Índice previsto ao final do PPA: 5.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
Considera-se que o índice originalmente previsto para o indicador ao final do Plano Plurianual (PPA) 2004–2007 já foi alcançado, pois os valores são cumulativos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A existência de práticas de exploração de trabalho escravo ainda persiste no País focalizadas sobretudo nos Estados do Mato Grosso (MT), Tocantins (TO), Pará (PA), Maranhão (MA) e Bahia (BA), atingindo milhares de trabalhadores. Esse fato aponta para a necessidade de manutenção e aperfeiçoamento do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo, bem como para o fomento a ações conjuntas com outras instituições governamentais e não-governamentais, de modo que se alcance a definitiva erradicação dessa perversa forma de exploração do trabalho humano.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Libertados 3.309 trabalhadores em condições análogas à escravidão;

• Fiscalizadas 202 fazendas, número quase 10% maior que em 2005, tendo o número de ações fiscais aumentado em cerca de 25% (de 82 para 103 operações fiscais realizadas).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Erradicação do Trabalho Escravo é um programa multissetorial, composto por 10 ações finalísticas que envolvem o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Presidência da República por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e a Justiça do Trabalho. Deste rol, mercem destaque ações estruturantes do Programa, fundamentais para o cumprimento de seu objetivo: a fiscalização para a erradicação do trabalho escravo, o pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado, a implantação de varas de trabalho itinerantes em diversos Estados e o atendimento ao trabalhador libertado por meio da prestação de benefícios sociais, tais como o fornecimento de documentação civil básica e a assistência jurídica.

Em 2006, foram realizadas 103 operações conjuntas do MTE, Polícia Federal e Ministério Público do Trabalho (MPT), que fiscalizaram 202 fazendas e libertaram 3.309 trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão, valendo-se de cerca de 80% da dotação prevista na LOA (R$ 4,07 milhões). O montante de pagamentos de verbas rescisórias (adicional de férias, décimo terceiro, descanso semanal remunerado, etc) foi de R$ 6,13 milhões. Destaca-se, também, a concessão de assistência financeira ao trabalhador comprovadamente resgatado do regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo, mediante percepção de três parcelas de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo cada. Em 2006, a cobertura superou 80% dos trabalhadores libertados. Em dezembro de 2006, o Cadastro de Infratores, que reúne o nome de empregadores flagrados explorando mão-de-obra escrava, recebeu a sétima atualização, passando a conter 204 nomes de pessoas físicas e jurídicas. Com base em acordo firmado com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e recomendação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) aos bancos públicos, esse conjunto de infratores está impedido de contrair financiamento público. Espera-se avanço na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que prevê a desapropriação das unidades produtivas em que for constatada a utilização de trabalho escravo.

É necessária maior integração entre as ações do Programa, de forma que as ações de fiscalização sejam complementadas por aquelas de implantação das varas de trabalho itinerantes, de capacitação de recursos humanos para a prevenção e a repressão ao trabalho escravo, bem como de uma possível integração com programas geradores de emprego e renda. As ações Atendimento ao Trabalhador Libertado de Trabalho Escravo e Capacitação de Recursos Humanos para a Prevenção e a Repressão ao Trabalho Escravo, sob responsabilidade da Presidência da República, não apresentaram execução física, apesar de apresentarem 100% de execução orçamentária.

O Projeto de Lei de Revisão do PPA, enviado ao Congresso Nacional no final de agosto de 2006, compatibilizou a meta física da Ação Assistência Emergencial a Trabalhadores Vítimas de Trabalho Escravo à sua execução média ao longo dos últimos anos – avaliada em torno de 300 trabalhadores assistidos. No ano de 2006, foi necessária a interferência do MTE na assistência a 478 trabalhadores, com utilização de cerca de 28% da dotação orçamentária estipulada. Os recursos financeiros desta ação somente são utilizados caso os empregadores flagrados pelos grupos móveis de fiscalização não paguem todos os direitos trabalhistas e o retorno dos trabalhadores ao seu local de origem. Assim, quando não se obtém êxito, lança-se mão dos recursos desta ação para garantir alimentação, hospedagem e posterior retorno aos locais de origem para os trabalhadores, enquanto se espera a decisão judicial, já que o MPT propõe ações na Justiça do Trabalho. Em relação às demais ações, pode-se afirmar que as metas físicas foram satisfatórias, sendo as variáveis orçamentárias e financeiras consideradas adequadas para o seu atendimento.

O Programa dispõe dos seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: reuniões de trabalho com a presença dos coordenadores e sub-coordenadores (no mínimo semestralmente), relatório circunstanciado confeccionado pelo auditor fiscal responsável pela coordenação ao término de cada ação, e inserção periódica dos resultados para o acompanhamento da meta a ser atingida no Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento (SIGPlan). Além disso, o monitoramento do Programa contará com a utilização dos seguintes instrumentos:

a) Sistema de Acompanhamento do Trabalho Escravo (SISACTE), um banco de dados desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e doado ao MTE. O referido sistema está em fase de homologação junto a Coordenação Geral de Informática (CGI) do MTE;
b) 18 novos veículos, adquiridos no final de 2006, especialmente destinados às ações de fiscalização.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Apesar da assinatura, em 2005, do termo de cooperação entre o MTE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o qual previa a inclusão dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo no Programa Bolsa Família, não houve avanço no diálogo entre as duas áreas. Tal medida contribuiria para promover a reinserção social dos resgatados. Entretanto, foram levantadas dificuldades de integração entre as equipes dos Ministérios, no sentido de operacionalizar o mencionado termo.

Cabe destacar a atuação da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), na medida em que possibilita a participação do público-alvo e fortalece o controle social do Programa. Participam da CONATRAE entidades representativas do Governo Federal e da sociedade civil, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de centros de defesa dos direitos humanos e de sindicatos - entidades não-governamentais fundamentais para a execução do Programa.

RECOMENDAÇÕES

• Aperfeiçoar a articulação entre a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do MTE e o MDS, de forma a viabilizar a inclusão dos trabalhadores resgatados no cadastro de beneficiários do Bolsa Família.

INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

OBJETIVO

Elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles à procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 15.104.305.785,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 15.007.754.421,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 15.007.754.421,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE COBERTURA DO SINE NA (RE)INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 7
Índice previsto ao final do PPA: 8,6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

O indicador é obtido pela comparação relativa entre o número de trabalhadores que obtém a (re)colocação no mercado de trabalho por meio das agências do SPETR e o número de trabalhadores admitidos no mercado de trabalho formal, segundo as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). É, portanto, medida que sinaliza para a efetividade do SPETR. O índice verificado em 2006 foi de aproximadamente 7%, sinalizando queda de 18,6% em relação ao índice de referência, e de cerca de 4,5%, em relação ao ano de 2005. Contudo, na análise das variáveis que compõem o indicador, pode-se constatar ao longo do período 2003–2006, que:

a) apesar da queda no índice do indicador, o número absoluto de trabalhadores colocados no mercado de trabalho em 2006, quando comparado a 2003, registra um crescimento de aproximadamente 4%, passando de 844,6 mil trabalhadores, em 2003 (referência), para 878 mil trabalhadores, em 2006;
b) o número de trabalhadores admitidos no mercado de trabalho, segundo as informações do CAGED, apresentou crescimento de aproximadamente 31% neste período, passando de 9,8 milhões para 12,8 milhões.

Apesar do número de trabalhadores colocados indicar um aumento em relação ao ano anterior, o esforço do SPETR para obter um melhor resultado não foi suficiente para acompanhar o crescimento das colocações no mercado formal. No entanto, deve-se considerar que:

a) nem todas as vagas que surgem no mercado de trabalho são disponibilizadas aos Centros Públicos de Emprego, Trabalho e Renda (CPETR);
b) as vagas que são captadas pelos CPETRs não lhes são exclusivas, existindo, assim, outros mecanismos de intermediação entre demandantes e ofertantes no mercado de trabalho. Uma maior participação do sistema na movimentação do mercado de trabalho perpassa tanto pela melhoria na gestão de processos do sistema quanto pela ampliação da capacidade de cobertura do atendimento.

2. TAXA DE CAPTAÇÃO DE VAGAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 14
Índice previsto ao final do PPA: 16,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

O Indicador Taxa de Captação de Vagas é utilizado para comparar o número de vagas captadas pelas unidades de atendimento do SPETR com o número das admissões ocorridas em determinado período e que foram registradas no CAGED. Evidencia, dessa forma, o grau de atratividade do sistema junto aos empregadores. O indicador de referência em 2003 é de 15,9% e, em 2006, de 14%. Observa-se, assim, uma queda de aproximadamente 12% no período 2003–2006. Contudo, ao analisar o número de vagas captadas pelos CPETRs no período de 2003-2006, observa-se um crescimento de cerca de 13,5%, passando de 1,56 milhão para 1,77 milhão de vagas captadas pelos CPETRs. Em síntese, a redução do índice se deve ao crescimento mais lento do montante de vagas captadas pelo Sistema Nacional de Empregos (SINE) *vis-à-vis* às vagas ofertadas pelo mercado de trabalho formal.

3. TAXA DE APROVEITAMENTO DE VAGAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 50
Índice previsto ao final do PPA: 53,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

A Taxa de Aproveitamento de Vagas compara o número de trabalhadores colocados com o número de vagas captadas pelo SPETR com o número de vagas captadas pelos CPETRs no mesmo período. Indica, portanto, o número percentual de vagas coletadas pelos CPETRs que obtiveram efetiva colocação. O índice de referência obtido em 2003 foi de 54% e, em 2006, foi de cerca de 50%, ou seja, uma queda de aproximadamente 7,7 % no período entre 2003 e 2006. Entretanto, cabe lembrar que o número de vagas captadas pelo sistema durante esse período, apresentou um crescimento de 13%, enquanto a colocação de trabalhadores pelo SPETR aumentou apenas 4% no mesmo período.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Frente ao cenário de rápidas mudanças tecnológicas e gerenciais, integração de mercados, aumento da competitividade e transição geográfica do emprego, percebem-se alterações estruturais importantes no mercado de trabalho brasileiro, as quais acarretam maior risco de desemprego involuntário. Na presente década, o aumento do tempo de desemprego e a demanda das pessoas que ingressam anualmente na População Economicamente Ativa (PEA) elevam a necessidade de ampliação da integração e articulação entre a mão-de-obra e o seguro-desemprego, de forma a minorar os impactos do desemprego na vida do trabalhador e de seus dependentes, potencializando as oportunidades de reinserção no mercado de trabalho e de aperfeiçoamento profissional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Colocação de 878,3 mil trabalhadores no mercado de trabalho por meio de ações de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra nos postos do SPETR;

• 5,1 milhões de trabalhadores beneficiados com o pagamento do seguro-desemprego e 11,1 milhões com o abono salarial.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Integração de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda é implementado para atingir seu objetivo por meio de 16 ações com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), as quais possuem como linhas gerais de atuação:

a) implantação de política de renda por meio do pagamento do abono salarial;
b) prestação de assistência ao desempregado por meio do seguro-desemprego - concedido ao dispensado sem justa causa, ao empregado doméstico, ao pescador artesanal e ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo -, da bolsa qualificação, da facilitação de vagas e profissionais para empregados e empregadores, através dos postos do SPETR e da disponibilização de informações, de forma a fortalecer as ações dirigidas ao sistema por meio da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do CAGED e da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED);

c) integração das ações de emprego por meio do Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego (SIGAE);
d) identificação da população por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Em 2006, o Programa ampliou de 27 para 41 o número de convênios celebrados com os Estados, o Distrito Federal (DF), algumas capitais e Municípios com mais de 300 mil habitantes, para execução das ações de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra, habilitação ao seguro-desemprego e pesquisa de emprego e desemprego. Também houve ampliação da rede de atendimento do SPETR, que atualmente conta com 1,18 mil unidades de atendimento, sendo 648 informatizadas. Esse esforço contribuiu para o alcance de resultados expressivos para o Programa, principalmente no que se refere ao cumprimento das garantias constitucionais como o seguro-desemprego e o abono salarial, que superaram as metas previstas em 15% e 17%, respectivamente. Foram identificados, ainda, 5.708.242 trabalhadores com a CTPS.

A Resolução CODEFAT nº. 466, de 21.12.2005, em seu artigo 4º, instituiu o Convênio Único como instrumento de integração e operacionalização das funções e ações do SPETR e autorizou o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a celebrar convênios plurianuais únicos com os Estados, as capitais, o DF, e os Municípios com mais de 300 mil habitantes. A celebração de convênios para execução das ações por Municípios foi iniciada em 2004, com as prefeituras municipais de Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), a título de experiência-piloto. Em 2006, com o advento da resolução supracitada, houve uma ampliação para 11 Municípios, quais sejam: Osasco, Guarulhos, Diadema e Santo André, no Estado de São Paulo, Salvador (BA), Manaus (AM), Belém (PA), Campo Grande (MT), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS) e Recife (PE).

Essa resolução trata dos principais aspectos de reforma da condução das políticas públicas de emprego trabalho e renda, dentre elas:

a) criação do Plano Plurianual Estadual do SPETR;
b) estabelecimento de convênios plurianuais únicos, como instrumentos de integração de execução das ações de qualificação social e profissional, intermediação de mão-de-obra e habilitação ao seguro-desemprego;
c) previsão de que a execução integrada das ações seja realizada por meio dos CPETRs;
d) exigência da aprovação de termo de referência para o SPETR.

Em relação à concepção, aponta-se a necessidade de ações específicas orientadas ao segmento dos trabalhadores que apresentam maiores dificuldades de recolocação no mercado de trabalho, dadas as dificuldades de reingresso. Dessa forma, foram determinados grupos vulneráveis para a intermediação de mão-de-obra, quais sejam: jovens entre 16 e 24 anos com escolaridade até o ensino médio, trabalhadores com mais de 40 anos com escolaridade até o ensino fundamental incompleto e mulheres com escolaridade até o ensino médio.

O Programa conta com mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações mediante:

a) reuniões gerenciais;
b) visitas *in loco*, necessárias dado o caráter integrativo das ações de intermediação de mão-de-obra, seguro-desemprego, qualificação profissional e da execução financeira dos convênios firmados;
c) diversos sistemas informatizados, os quais permitem o acompanhamento da condução das políticas de intermediação de mão-de-obra, seguro-desemprego, emissão da CTPS, dos registros administrativos e da CBO. Nesse sentido, destacam-se o SIGAE que permite a integração das ações de seguro-desemprego, qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra, o CAGED e a RAIS.

O cumprimento das metas físicas ficou entre 80% e 100% do previsto. As exceções foram a Ação RAIS, por ter sido erroneamente dimensionada, considerando-se seu antigo produto (exemplares distribuídos) em vez de vínculos empregatícios processados (inconsistência já corrigida), e a Ação Bolsa de Qualificação Profissional para o Trabalhador com Contrato de Trabalho Suspenso, com execução de 57% da meta prevista justificada, em razão do benefício depender de acordo coletivo para a manutenção do contrato de trabalho, do oferecimento de cursos de qualificação profissional e da disponibilização do seguro-desemprego ao trabalhador. A Bolsa de Qualificação é uma medida que visa a coibir a suspensão de contratos de trabalho em situação de crise que posteriormente poderá ser contornada, evitando o desligamento e a posterior necessidade de contratação do trabalhador.

Os recursos orçamentários executados foram considerados insuficientes. Apesar do significativo volume de recursos destinados ao Programa, cabe salientar que quase 97% são destinados ao pagamento dos benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial. Assim, o volume de recursos orientados à execução das demais ações é de 3% (cerca de R$ 500 milhões) os quais, ao longo do ano, são objetos de contingenciamento e atraso na liberação.

Cabe ressaltar que os recursos destinados à execução das ações do Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda (SPETR) foram programados ao longo do exercício para serem liberados em duas parcelas. As primeiras parcelas foram repassadas aos executores entre abril e junho de 2006, de acordo com o cronograma de desembolso e a data da assinatura de cada convênio. Entretanto, o fluxo sofreu descontinuidade na previsão de repasse da segunda parcela. Isso ocorreu principalmente pelo fato de muitos executores se encontrarem inadimplentes no momento da liberação do recurso. Além disso, o Convênio Plurianual Único pressupõe a integração das ações e funções do SPETR e, conseqüentemente, condiciona a liberação do recurso de todas as ações de uma só vez. Dessa forma, ainda que, do ponto de vista das ações de intermediação de mão-de-obra, habilitação ao seguro-desemprego e de pesquisas sobre emprego e desemprego, o convenente estivesse apto a receber recursos, foi necessário aguardar a análise das ações de qualificação social e profissional para o repasse da segunda parcela.

No caso específico da CTPS, o contingenciamento interferiu principalmente na execução do cronograma para expansão do sistema informatizado que a emite, pois embora a ação tenha sido beneficiada com a liberação de créditos adicionais, os mesmos não puderam ser integralmente utilizados em virtude da exigüidade de prazos para realização de procedimentos legais necessários às licitações. Outras ações também apresentaram dificuldade de execução financeira, caso da CBO, que viu seu projeto de modernização interrompido.

Os recursos materiais e de infra-estrutura são insuficientes, tanto na equipe gerencial quanto nas executoras. No âmbito da gerência, destacou-se a inadequação dos equipamentos de informática e do espaço físico. No caso das delegacias regionais do trabalho (DRTs), há necessidade de melhor equipar essas unidades, no sentido de colocar à disposição equipamentos orientados, principalmente ao atendimento ao seguro-desemprego e à nova CTPS. No que concerne à questão de recursos humanos, os serviços de acompanhamento e monitoramento das ações do Programa das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda são, na sua maioria, executados pela equipe do DES. Considerando-se a ampliação do leque de novos atores na execução do SPETR, há necessidade de redimensionamento do quadro de pessoal do departamento. Outros fatores revelam-se prejudiciais à equipe gerencial, tais como:

a) o reduzido quadro no exercício de suas atividades;
b) a alta movimentação de contratados motivada, principalmente, por questões salariais;
c) o pouco tempo hábil para qualificação adequada dos recursos humanos contratados. No caso das equipes executoras, a necessidade do MTE de colocar à disposição do trabalhador os serviços de atendimento da intermediação de mão-de-obra (IMO), de seguro-desemprego e de qualificação profissional gerou o problema da escassez de recursos humanos nas diversas regionais, levando à contratação de serviços terceirizados. Entretanto, determinadas atividades, de forma análoga ao que ocorre na unidade gerencial, só podem ser exercidas por servidores, causando sobrecarga aos funcionários remanescentes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa promove a participação social por meio do CODEFAT, órgão que atua como gestor do FAT e é colegiado de caráter tripartite e paritário composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo. A participação da sociedade organizada, além de ser uma diretriz da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é um elemento de grande importância para a execução das políticas públicas do MTE, pois suas ações são realizadas fundamentalmente de maneira descentralizada por meio de convênios com Estados e parcerias. Nos anos de 1994 e 1995, o CODEFAT estabeleceu critérios para o reconhecimento das comissões de emprego estaduais, distritais ou municipais. Atualmente, as comissões estaduais e municipais estão presentes em 3,57 mil (64,3%) dos Municípios do País, 3,10 mil devidamente homologadas pelo CODEFAT.

RECOMENDAÇÕES

• Revisar a pertinência e a suficiência das ações do Programa, no que se refere à criação de ações específicas orientadas ao trabalhador desalentado com maior dificuldade de retorno ao mercado de trabalho;

• Estabelecimento de novos indicadores orientados a captar o desempenho do Programa, quanto a grupos vulneráveis no mercado de trabalho, e a elaboração de indicadores voltados para a aferição da eficácia na integração das políticas públicas de emprego. Atualmente, as ações de habilitação e concessão dos benefícios do seguro-desemprego são realizadas independentemente das ações de intermediação de mão-de-obra. Ou seja, o Programa ainda não conseguiu avançar na questão da integração dessas duas políticas. Isso se torna evidente pela ausência de informações a respeito do número de trabalhadores habilitados pelo seguro-desemprego que utilizaram o serviço de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra.

• A alta rotatividade dos terceirizados é fator que dificulta a capacitação realizada por meio de treinamento ou realização de cursos de formação. Nesse sentido, é relevante que a SPPE busque formas de instalar programas de capacitação específicos para os funcionários nas ações de seguro-desemprego e intermediação de mão-de-obra.

MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

OBJETIVO

Apoiar e estimular o microcrédito produtivo orientado, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R$ 60.000,00.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.500.000,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 117.873,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 117.873,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 707.260.000,00	**R$ 658.071.513,00**	

INDICADORES

1. NÚMERO DE CLIENTES ATIVOS DAS INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO ATUANTES NO PROGRAMA

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

2. VALOR TOTAL EMPRESTADO AOS EMPREENDEDORES POPULARES

Unidade de medida: R$
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

3. NÚMERO DE CLIENTES ATIVOS POR AGENTE DE CRÉDITO

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

4. TAXA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

5. TAXA DE APROVEITAMENTO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Não houve apuração destes indicadores em 2006. Isto porque tais indicadores se mostraram inadequados para aferir os resultados do Programa. Assim, em substituição aos existentes, durante a revisão do Plano Plurianual (PPA) para 2007, foram definidos novos indicadores para o Programa, quais sejam:

a) Número-Índice da Quantidade de Operações de Microcrédito Produtivo Orientado;
b) Número-Índice do Volume de Crédito Concedido para Microcrédito Produtivo Orientado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O microcrédito produtivo orientado é considerado instrumento essencial para a inclusão social e o combate à pobreza, bem como uma ferramenta relevante de política pública. Por esta razão, a existência do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Criado por meio da Lei nº11.110, de 25 de abril de 2005, o Programa oferta recursos em condições compatíveis com a realidade dos empreendimentos de pequeno porte, por meio de uma rede de instituições especializadas na concessão de crédito assistido, ou seja, com a orientação técnica necessária ao desenvolvimento sustentável destes empreendimentos, representando um instrumento fundamental para ampliar a geração de emprego e renda.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realizados 828,85 mil contratos de microcrédito, o que equivaleu a R$ 832 milhões em recursos financeiros emprestados/concedidos;

• Realizadas 216 habilitações para instituições de microcrédito produtivo orientado –- quase 10 % acima do previsto para o ano de 2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A meta inicialmente prevista para o número de contratos realizados era de 707,95 mil. Em termos monetários, cerca de R$ 690 milhões. Observando-se os resultados alcançados, houve superação em cerca de 17% e 20%, respectivamente, das

metas estipuladas. Entretanto, consideram-se apenas as operações do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), pois foi a única instituição a propor uma meta para o ano. Assim, é de se prever que a adoção de metas por outros bancos públicos deverá multiplicar este resultado no curto e médio prazo. No que concerne a habilitações, no início do ano, eram apenas 50 instituições de microcrédito produtivo orientado habilitadas no Programa e, ao final do período, o número de instituições habilitadas alcançou 216. O conjunto de instituições habilitadas atende a 4.327 Municípios, por meio de 309 postos de atendimento. Os contratos realizados pelos bancos com essas instituições já resultaram no atendimento a cerca de 290 mil empreendedores de pequeno porte.

Em relação à concepção, o PNMPO é um programa voltado para a produção, combinando apoio técnico e financeiro. Utiliza metodologia baseada no relacionamento direto de um agente de crédito com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, sendo o valor e as condições dos créditos definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador. Está estruturado em seis ações, dentre as quais apenas duas são orçamentárias: Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito e Gestão e Administração do Programa. As demais ações são não-orçamentárias, sendo uma do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), duas do BNB e outra do próprio Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Entretanto, percebe-se que tal estrutura não adere à atual forma de execução do Programa. Em outras palavras, o BNB lida diretamente com pessoas físicas ou jurídicas por meio de recursos próprios, o BNDES opera com instituições habilitadas pelo Programa, conhecidas como de segundo piso, já a ação do MTE trabalha exclusivamente com recursos da fonte do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), junto aos bancos públicos federais. Sugere-se, pois, reorganizar a estrutura do Programa, de forma a evidenciar todos os bancos públicos que operam com essa modalidade de crédito, bem como as fontes de financiamento. É uma tarefa árdua, pois operacionalmente a instituição pode utilizar diversas fontes – recursos próprios, FAT, fundos constitucionais, exigibilidade, doações, etc. Mas é necessária para que se possa compreender e avaliar o grau de êxito do Programa. É uma forma, também, de responsabilizar os bancos públicos pelas informações prestadas.

Não se pode esquecer, entretanto, que nos termos da Lei nº 11.110/2005, o Programa conta com duas fontes de recursos: uma do FAT (por meio dos bancos públicos federais) e outra de parte dos depósitos à vista (2% da exigibilidade) que os bancos públicos e privados têm de recolher ao Banco Central (BC). Afora isso, por meio de contrato de crédito, os recursos devem ir das instituições financeiras operadoras para as instituições de microcrédito produtivo orientado, que são organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao microempreendedor e agências de fomento. Assim, as instituições de microfinanças habilitadas devem ser a ponte entre o pequeno empreendedor e os bancos. Disto decorre a importância de um plano de desenvolvimento institucional – inclusive para capacitação técnica e apoio à gestão e ao desenvolvimento, já que são as entidades preparadas para fazer um levantamento sócio-econômico do empreendimento e para acompanhar e orientar o empreendimento durante o tempo de crédito ativo.

De forma objetiva, a execução financeira de 2006 esteve sob responsabilidade do BNB – operacionalizado por meio do Crediamigo – e do BNDES. Atualmente, a procura dos bancos públicos pela fonte FAT tem sido pequena, pois os juros são elevados quando comparados a outras linhas disponíveis no mercado (o CODEFAT estipulou recursos de até R$ 5 mil por empreendedor, com taxa máxima de 4% ao mês para o tomador final e, em relação às organizações operadoras, os juros são de 2% ao mês, acrescidos dos encargos administrativos). Em relação aos recursos da exigibilidade, com os quais os bancos operam tanto com as instituições de microcrédito quanto com o cliente, cerca de metade estão efetivamente sendo aplicados no microcrédito livre, ou seja, não necessariamente no microcrédito produtivo orientado, pois esta modalidade específica depende substancialmente da demanda das entidades de microcrédito – o limite máximo por empreendedor é de R$ 1 mil, segundo o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em conjunto com o BNDES, foi iniciado um plano de desenvolvimento institucional com o objetivo de capacitar gestores e operadores em microcrédito produtivo orientado, elaborar manual, disseminar o plano de contas padrão e outras práticas, revisar o marco legal do segmento e realizar formação em governança institucional. Tal plano beneficiará diretamente 100 instituições ou 930 técnicos e gestores de microcrédito. Afora isso, para ampliar a efetividade do Programa, foi iniciada a elaboração de um plano setorial de qualificação social e profissional para os empreendedores participantes do Programa - no primeiro ano, serão mil vagas para a formação em gestão de empreendimentos.

O desempenho físico das ações do Programa é realizado por meio de reuniões de trabalho do Comitê Interministerial do Microcrédito; visitas *in loco*; sistema informatizado do Programa no sítio do MTE, o qual está voltado ao acompanhamento das informações cadastrais, financeiras, operacionais e contábeis das instituições habilitadas; monitoramentos físicos das ações por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e produção de relatórios de gestão para o sistema de metas presidenciais.

O produto da Ação Orçamentária de Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito não foi observado, sendo as informações relativas às metas físicas relacionadas a 11 projetos desenvolvidos, os quais utilizaram R$ 993.459,06 - apesar de não constar execução orçamentária no SIGPlan. Foram apontados, como justificativa, remanejamentos internos ocorridos no âmbito do Gabinete do Ministro. Curiosamente, apesar do empenho de 8% da dotação prevista para o somatório das duas ações orçamentárias, tais recursos foram considerados insuficientes, dadas as necessidades apontadas para o desenvolvimento do Programa. Por outro lado, o fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

Os recursos materiais e de infra-estrutura foram considerados adequados. Porém, indicou-se quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial, devido ao reduzido número de servidores dedicados ao desempenho das atividades do Programa. Por fim, a transferência do Programa para o departamento finalístico, que, atualmente, está na Secretaria Executiva, otimizará a eficiência das atividades de execução.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em termos de participação social, destaca-se a construção de um plano de contas padrão para OSCIPs de microcrédito, desenvolvido em conjunto com mais de 40 instituições do setor. Tal instrumento é importante para se comparar as instituições do setor, para garantir transparência, além de facilitar a consolidação dos dados nacionais da atividade, sendo o *e-mail* (pnmpo@mte.gov.br) de relacionamento um canal eficaz para o fluxo de informações. Esta foi uma ação conjunta entre MTE/PNMPO, instituições operadoras de microcrédito produtivo orientado, representações de classe (microcrédito), representantes dos bancos públicos, Sebrae, bancos de desenvolvimento, BC, etc. Trata-se do exame pormenorizado de uma antiga demanda do setor, dos bancos repassadores de recursos e de outros parceiros de microcrédito. A discussão e a deliberação tem foco na estrutura de um plano de contas contábil que passou a ser considerado padrão para o segmento.

RECOMENDAÇÕES

• Estruturar o Programa de forma a evidenciar todos os bancos públicos que operam com a modalidade de microcrédito produtivo orientado, bem como as fontes de financiamento disponíveis ano a ano para o período 2007-2011.

PRIMEIRO EMPREGO

OBJETIVO

Inserir jovens no mercado de trabalho, facilitando a obtenção do seu primeiro emprego.

PÚBLICO-ALVO

Jovens de 16 a 24 anos desempregados, precariamente ocupados ou que procuram o primeiro emprego.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 149.097.866,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 93.244.674,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 93.244.674,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE JOVENS DO PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO - PNPE NO TOTAL DE ADMISSÕES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 10,2

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não foi apurado o índice do indicador de acordo com a sua fórmula de cálculo, qual seja: número total de jovens na faixa etária de 16 a 24 anos colocados pelo Programa, sobre número total de jovens admitidos no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Cabe ressaltar que esta fórmula se mostra inadequada para mensuração do Programa Nacional Primeiro Emprego (PNPE) e deve ser substituída. Atualmente, o PNPE parte da idéia de que as ações de qualificação são atividades-meio para a inserção de jovens no mercado de trabalho. Assim, para medir a efetividade das ações de qualificação e inserção do Programa, o cálculo foi dividido em dois momentos. O primeiro considera o quantitativo de jovens qualificados pelas ações do Programa, sobre o total de jovens qualificados por outras ações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esse primeiro resultado serve para demonstrar a efetividade das

ações de qualificação do Programa, em relação às outras ações. O segundo momento considera a inserção desses jovens no mundo do trabalho. Para esse cálculo divide-se o quantitativo de jovens que foram intermediados pelas ações do Sistema Nacional de Emprego (SINE), as quais passaram por ações de qualificação sócio-profissional do PNPE, e os que passaram pelo processo de intermediação de mão de obra realizado pelas unidades executoras que utilizam o sistema informatizado do PNPE, pela média dos três últimos anos do saldo CAGED no perfil dos jovens do Programa. Este índice, em 2006, foi de 24,87% .

CONTEXTUALIZAÇÃO

Do total de pessoas desempregadas no Brasil, cerca de 47% são jovens entre 16 e 24 anos de idade. As principais limitações deste público para inserção no mercado de trabalho são, além da pouca experiência profissional, a baixa escolaridade e o reduzido nível de qualificação profissional, sendo que a maioria é proveniente de famílias de baixa renda. No entanto, a inserção precoce de jovens no mercado de trabalho ocorre fundamentalmente pela necessidade de complementação da renda familiar, e acontece de forma inadequada, pois não é precedida de preparação ou transição da escola para o mundo do trabalho. Tal inserção precoce do jovem também afeta o mercado de trabalho, uma vez que a quantidade de jovens exerce pressão sobre o nível de emprego e, conseqüentemente, sobre os salários. Desta maneira, são necessárias políticas públicas capazes de promover o incentivo à escolarização e à qualificação do jovem e, paralelamente, à inserção mais qualificada no mercado de trabalho, por meio da aquisição de experiência profissional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Inserção de 59.602 jovens no mercado de trabalho por meio, principalmente, da regularização do contrato de aprendizagem, promovida pela ação de fiscalização do trabalho;

• Qualificação de 66.517 jovens nas várias linhas de atuação do Programa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O PNPE possuía, em 2006, seis ações finalísticas voltadas para jovens de 16 a 24 anos, com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo, sendo 70% das vagas destinadas àqueles com ensino fundamental ou médio incompletos. Essas ações tinham por objetivo gerar empregos e preparar os jovens para uma maior inserção no mercado de trabalho.

Considerando os resultados alcançados, evidenciados pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), 1.517 jovens foram inseridos no mercado de trabalho por meio da Ação Estímulo Financeiro ao Empregador para Geração do Primeiro Emprego, destinado a jovens. Ou seja, grande parte da inserção ocorreu pelas ações de aprendizagem - via fiscalização do trabalho, estatais e empresas parceiras.

A fiscalização do trabalho realizada no âmbito da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) foi altamente eficiente ao regularizar 40.947 contratos de aprendizes na faixa etária de 14 a 18 anos, nos termos da Lei nº 10.097/2000. Na faixa etária de 19 a 24 anos, foram contratados, no mesmo período, 3.102 trabalhadores na condição de aprendizes. Assim, o total de trabalhadores aprendizes contratados sob ação fiscal, em 2006, foi de 44.049 – mais que o dobro da meta estipulada para o período.

Houve, ainda, empenho do MTE na ampliação de matrículas nos serviços nacionais de aprendizagem – SENAI, SENAC, SENAT e SENAR (Sistema "S") – de tal forma que, aos números destacados nos principais resultados, devem ser adicionados 77.989 jovens inseridos e 124,53 mil jovens qualificados. Entretanto, deve-se observar o fato de que não há registros específicos no SIGPlan acerca de tal modalidade. Há, todavia, registros relativos aos convênios fechados com a Petrobras e a Eletrobrás, com a contratação de 13.110 jovens a partir de maio. No tocante à responsabilidade social – outra modalidade não-orçamentária do PNPE, na qual a empresa contrata o jovem e recebe um selo de empresa parceira –, foram contratados 926 jovens. Soma-se a este esforço carta encaminhada às maiores empresas brasileiras, convocando os empregadores a assumirem seu papel social, contratando, em outras palavras, aprendizes com o perfil do PNPE, sempre que possível, até atingir a cota máxima de 15%, objetivando otimizar a ação.

No que tange às ações de qualificação e inserção, destacam-se os Consórcios Sociais da Juventude e as ações de empreendedorismo, realizados em parceria com entidades da sociedade civil organizada, e que têm como finalidade preparar jovens de 16 a 24 anos, pertencentes a grupos de maior exclusão social, com ações de qualificação social e oficinas de capacitação profissional. Além da meta de qualificação, também está prevista a inserção de, no mínimo, 30% e 50%, respectivamente, dos jovens no mercado de trabalho ao final do curso. Não foram informados especificamente quantos jovens foram inseridos por meio destas modalidades.

O antigo Serviço Civil Voluntário, atual Juventude Cidadã, atua por meio de parcerias com as secretarias de trabalho dos Estados e prefeituras, e enfoca a formação para a cidadania e os direitos humanos conjugada à prestação de serviços à comunidade, para qualificar os jovens e inseri-los na atividade produtiva, seja por meio de emprego formal ou de atividades autônomas e empreendedoras. Em junho de 2006, foram assinados 42 convênios com prefeituras, em diversos Estados, incluse com o Estado do Rio Grande do Norte (RN) para atender a 26 municípios. O encerramento dos convênios dar-se-á ao longo de 2007, quando haverá a prestação de contas e a execução física final. A ação possui uma meta de qualificação de 63.155 jovens e de inserção no mercado de trabalho de 30% deste total.

Destaca-se também, a iniciativa estabelecida por meio de termo de cooperação entre o MTE e o Ministério da Cultura (MinC), para o desenvolvimento de ações que capacitem e favoreçam a inserção de jovens no mercado de trabalho, valendo-se do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, no âmbito do qual são implementados os chamados

Pontos de Cultura, que são espaços de apoio e desenvolvimento das diversas culturas locais. Ao todo, 9.393 jovens dos Pontos de Cultura receberam auxílios financeiros no âmbito da parceria, correspondendo a um volume total de R$ 7,05 milhões.

As ações do PNPE contam com mecanismos de monitoramento, quais sejam:

a) reuniões de trabalho após a assinatura dos convênios;
b) visitas *in loco* realizadas tanto pela equipe do departamento, quanto pelos gestores do Programa lotados nas delegacias regionais do trabalho (DRTs);
c) PNPE *Web* – sistema informatizado que acompanha desde a inscrição do jovem até o encaminhamento para o mercado de trabalho.

A média da execução física das ações do Programa ficou acima de 85% do previsto na LOA 2006. Porém, os recursos orçamentários foram insuficientes, razão pela qual vários convênios deixaram de ser celebrados ou foram celebrados apenas em dezembro. Quando considerado o aspecto financeiro, deve-se ressaltar que os valores inscritos em restos a pagar reduziram substancialmente o limite para 2006 e que o fluxo financeiro sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

O PNPE conta, também, com uma ação executada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/Ministério da Integração Nacional (Codevasf/MI), voltada para jovens residentes no meio rural, oferecendo cursos profissionalizantes que priorizam as atividades de apicultura, piscicultura, fruticultura, artesanato, informática e ovinocaprinocultura, em sintonia com os Arranjos Produtivos Locais (APLs) localizados nas áreas de atuação e responsabilidade da empresa. Em 2006, foram beneficiados 1.607 jovens – número superior aos 1.310 jovens do ano anterior, com cerca de 65% da dotação prevista. Entretanto, é preocupante o baixo grau de coordenação entre as equipes da Codevasf e do MTE, realizada apenas através de contatos por telefone, para cobrança do preenchimento das metas físicas, visto que a responsabilidade de validação trimestral é do gerente do Programa no MTE.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No que tange a parcerias, volume considerável dos recursos do Programa é executado por meio de convênios com entidades não-governamentais. Desde sua implantação, em outubro de 2003, as parcerias têm se aprimorado, objetivando um melhor desempenho das entidades em relação à execução física e financeira, além do processo final de prestação de contas. Além disso, a participação social é encorajada pelo Programa por meio de audiências públicas realizadas pelos Consórcios Sociais da Juventude, e pela discussão no conselho consultivo do PNPE – composto por membros da sociedade civil e do governo –, ao qual cabe debater e sugerir medidas para o aperfeiçoamento do Programa, sendo aprovados os manuais de implementação das ações deste.

RECOMENDAÇÕES

• Apesar da reorientação do PNPE, no sentido de contemplar o ciclo qualificação profissional/intermediação de mão-de-obra/colocação no mercado de trabalho, durante

a revisão de 2005, ainda é necessário adequar sua ação não-orçamentária de inserção de jovens no mundo do trabalho via parcerias. Atualmente, esta ação registra os dados físicos dos jovens inseridos via convênios com as estatais e daquelas empresas da modalidade de responsabilidade social, as quais recebem o selo de empresas parceiras. Entretanto, há de se demonstrar de forma transparente os resultados obtidos pela aprendizagem quando obtidos pelo Sistema "S";

• Sendo a linha de subvenção econômica realmente extinta, deve ser reavaliada a permanência do Programa no PPA, tendo em vista que já existe um programa específico de qualificação social e profissional no MTE, o qual abarca o público-alvo do PNPE – talvez seja viável inserir suas ações de qualificação neste Programa. Se o Programa permanecer, devem ser observados dois pontos:

a) formulação de novos indicadores ou ajuste devido na fórmula de cálculo do atual indicador;
b) inserção das matrículas abertas pelo Sistema "S" no SIGPlan, de tal forma que os números sejam monitorados e avaliados adequadamente;

• Os resultados do Programa poderiam ser mais bem compreendidos se fizessem parte dos seus objetivos e rotinas, as seguintes atividades:

a) acompanhamento sistemático – quantitativo e qualitativo – junto aos jovens egressos do programa, de caráter amostral, envolvendo jovens inseridos e assim computados pelo Programa, jovens qualificados, mas não inseridos, e jovens de um grupo de controle com características semelhantes ao do público efetivamente atendido;
b) acompanhamento eventual – quantitativo e qualitativo – junto às entidades operantes do Programa e alguns parceiros selecionados, também de caráter amostral, visando a mapear a rede de entidades-parceiras, averiguar as condições de funcionamento prático das ações e verificar o grau de desenvolvimento institucional do terceiro setor no País.

QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

OBJETIVO

Promover a qualificação social, ocupacional e profissional do trabalhador, articulada com as demais ações de promoção da integração ao mercado de trabalho e de elevação da escolaridade.

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores que necessitem de qualificação ou requalificação profissional para sua inserção no mercado de trabalho ou para manter seus empregos, e pessoas que desejem abrir negócio próprio.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 99.322.179,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 85.481.073,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 85.481.073,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. CARGA HORÁRIA MÉDIA POR PESSOA QUALIFICADA

Unidade de medida: Hora
Índice apurado em 2006: 192,3
Índice previsto ao final do PPA: 200

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Em 2006, o resultado preliminar do Indicador Carga Horária Média por Pessoa Qualificada foi de 192,3 horas. Considerando-se a série histórica de 62,4 horas (2002), 108,1 horas (2003), 195,08 horas (2004) e 191,02 horas (2005), verifica-se uma tendência de estabilidade da qualidade pedagógica dos cursos, do ponto de vista da sua carga horária média, que tende a ser confirmada pelos resultados finais do Programa de Qualificação Social e Profissional (PQSP) – a serem consolidados após a prestação de contas final dos convênios, no primeiro semestre de 2007.

2. NÚMERO-ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE MULHERES

Unidade de medida: Número-Índice
Índice apurado em 2006: 1,47
Índice previsto ao final do PPA: 1,35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Em 2006, o resultado preliminar do Indicador Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Mulheres foi de 147%. Considerando-se a série histórica de 142% (2004) e 126% (2005), verifica-se uma tendência de estabilidade do indicador em nível levemente superior à meta final Plano Plurianual (PPA) de 135%, que tende a ser confirmada pelos resultados finais do PQSP 2006 (a serem consolidados após a prestação de contas final dos convênios, em julho de 2007).

3. TAXA DE INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 64
Índice previsto ao final do PPA: 80

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Em 2006, o resultado preliminar do Indicador Integração de Políticas Públicas de Qualificação e de Trabalho, Inclusão Social e Desenvolvimento foi de 64%. Considerando-se a série histórica de 75% (2004) e 66% (2005), verifica-se uma tendência de queda relativa do indicador, que sugere a existência de oportunidades para aperfeiçoar o atendimento integrado aos beneficiários do PQSP e de políticas de trabalho, inclusão social e do desenvolvimento, com o aprofundamento a partir dos resultados finais do PQSP 2006 (a serem consolidados após a prestação de contas final dos convênios, em julho de 2007).

4. TAXA DE ENCAMINHAMENTO PÓS-QUALIFICAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 93,7
Índice previsto ao final do PPA: 30

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Em 2006, o resultado preliminar do Indicador Taxa de Encaminhamento Pós-Qualificação ao Mundo do Trabalho foi de 93,7%. Considerando-se o resultado de 2005 (87,5%), verifica-se uma tendência de estabilidade do indicador acima da meta final do PPA (30%).

5. NÚMERO-ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE JOVENS (16 A 24 ANOS)

Unidade de medida: Número-Índice
Índice apurado em 2006: 2
Índice previsto ao final do PPA: 1,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Em 2006, o resultado preliminar do Indicador Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos) foi de 200%. Considerando a série histórica de 220% (2004) e 214% (2005), verifica-se uma tendência de estabilidade do indicador, em patamar superior à meta final do PPA (170%).

6. NÚMERO-ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE NÃO-BRANCOS

Unidade de medida: Número-Índice
Índice apurado em 2006: 1,16
Índice previsto ao final do PPA: 1,65

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

Em 2006, o resultado preliminar do Indicador Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Não-Brancos foi de 116%. Considerando-se a série histórica de 133% (2004) e 131% (2005), verifica-se uma tendência de queda relativa do indicador, que será passível de confirmação a partir dos resultados finais do PQSP 2006 (a serem consolidados após a prestação de contas final dos convênios, em julho de 2007). Com relação a esse indicador, deve-se destacar que a declaração de etnia é opcional e apenas um contingente minoritário de educandos responde a esse item (30%), o que compromete sua adequada apuração.

7. NÚMERO-ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE BAIXA ESCOLARIDADE

Unidade de medida: Número-Índice
Índice apurado em 2006: 0,95
Índice previsto ao final do PPA: 1

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Em 2006, o resultado preliminar do Indicador Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Baixa-Escolaridade foi de 95%. Considerando-se a série histórica de 92% (2004) e 94% (2005), verifica-se uma tendência de estabilidade do indicador, que tende a ser confirmada pelos resultados finais do PQSP 2006 (a serem consolidados após a prestação de contas final dos convênios, em julho de 2007).

CONTEXTUALIZAÇÃO

O mercado de trabalho nacional se caracteriza por um alto grau de desigualdade de oportunidades de trabalho, emprego e renda. As populações mais vulneráveis, entendidas como grupos sociais submetidos à discriminação de gênero, raça/etnia ou que apresentam baixa escolaridade e/ou renda, são as mais fortemente impactadas, sendo a taxa de desemprego metropolitano manifestamente desfavorável às mulheres e aos jovens.

Tais características estruturais demandam, para sua superação, uma maior possibilidade de acesso à educação continuada, em associação estreita com outras ações e políticas de governo, voltadas para a elevação da escolaridade e do desenvolvimento sócio-econômico local, regional e nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Qualificação de 165.056 trabalhadores;

• Encaminhamento de 93,7% dos educandos pós-qualificação ao mundo do trabalho;

• Cobertura de cerca de 64% de pessoas pela qualificação, oriundas de outros programas governamentais voltados para a geração de emprego, trabalho, renda e inclusão social.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O PQSP contribui para promover a integração das políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação por meio da qualificação social e profissional e da certificação do trabalhador, com o objetivo de possibilitar seu acesso e permanência no mundo do trabalho. A execução das ações do Programa ocorre de forma descentralizada por meio de Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs), convênios com Estados, Municípios e Consórcios Municipais – que se responsabilizam pela articulação das demandas de qualificação e pela contratação de entidades executoras – e mediante Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs) – convênios com entidades de educação e qualificação profissional, com reconhecida competência e experiência, e com articulação prévia entre Estados, Municípios, empresas e sindicatos. Em 2006, foram firmados 15 PlanSeQs, além do Plano Setorial de Qualificação em Economia Solidária, com recursos financeiros do Departamento de Qualificação (SPPE/DEQ) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Há, ainda, os Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs), pelo quais entidades sem fins lucrativos podem apresentar projetos, desde que tenham caráter regional ou nacional.

Destaca-se a integração com políticas federais transversais, em particular com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), em parceria com o MTE, com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e com o Ministério da Educação (MEC). Neste Programa, o MTE, por meio do Departamento de Qualificação (DEQ), é

responsável pela organização e gerenciamento das ações de qualificação profissional. Em 2006, foram firmados convênios com 27 Municípios brasileiros, para qualificação social e profissional de 206.650 jovens, com recursos da ordem de R$ 20,8 milhões. Além disso, o PQSP possui como princípios: incorporação de temas transversais como raça, gênero e juventude mediante sua inserção como público-prioritário; ações específicas (por exemplo, ProEsQ Acessibilidade Digital para Pessoas com Deficiência Visual) e indicadores de cobertura relativa por grupo específico da população vulnerável (mulheres, não-brancos, trabalhadores com escolaridade inferior ao ensino médio incompleto e jovens).

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são realizados por meio de:

a) reuniões gerenciais internas semanais para balanço/avaliação das atividades;
b) visitas técnicas realizadas pela equipe técnica do DEQ, aplicando questionários de avaliação junto às conveniadas, entidades executoras e trabalhadores beneficiários;
c) Sistema Integrado de Ações de Emprego (SIGAE), ferramenta informatizada utilizada pelo DEQ, por entidades conveniadas e por entidades executoras;
d) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan);
e) relatórios anuais de tomada de contas, com síntese das realizações físico-financeiras do ano-base;
f) avaliação externa do Programa pela UNITRABALHO (entidade conveniada).

O cumprimento das metas físicas do Programa foi condicionado pela dinâmica de liberação orçamentário-financeira federal de tal forma que, internamente, foram estabelecidos os limites de R$ 86 milhões para empenho e R$ 80 milhões para pagamento. O redimensionamento de recursos implicou revisão das metas iniciais de qualificação e certificação profissional. Conforme a LOA 2006, a meta física do PQSP era de 238 mil trabalhadores qualificados (foram qualificados 51.520, mas com os recursos de restos a pagar, o número atingiu 165,05 mil), 2.380 trabalhadores certificados (a certificação atingiu 125 trabalhadores) e sete metodologias/currículos elaborados. Deve ser ressaltado que a certificação atingiu 125 trabalhadores (5,3% da meta física), mas utilizou 100% dos recursos previstos. Entretanto, não foram apresentadas justificativas para tal fato.

O fato é que permanece o descompasso entre a liberação do fluxo de recursos financeiros - em parte ocorrendo em período avançado do ano - e a adoção de mecanismos licitatórios, carreando dificuldades para a adequada execução das ações de qualificação. Assim, as ações de qualificação relativas aos convênios firmados, em 2006, estão com término previsto para o primeiro semestre de 2007. Esta situação decorre tanto das limitações orçamentário-financeiras quanto de especificidades de gestão operacional, tais como dificuldades de celebração de convênio na gerência e atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios. Além disso, o ritmo descontinuado de alimentação do SIGAE, pelas entidades parceiras conveniadas, causa dificuldades para a apuração em tempo real do nível de execução física do Programa.

A infra-estrutura se mostrou inadequada, tanto na equipe gerencial – pois as necessidades de planejamento/execução do Programa estão em descompasso com o espaço físico para a sua condução –, quanto nas equipes executoras. Dessa forma, as Secretarias Estaduais de Trabalho se ressentem da insuficiência de infra-estrutura necessária para a operacionalização das ações, tal como as delegacias regionais do trabalho (DRTs) para apoiar a equipe técnica do DEQ, quando da realização das ações de monitoramento. Além disso, o crescimento registrado nas demandas por qualificação social e profissional, assim como para articulação institucional, tem demandado fortalecimento da equipe gerencial, de forma que há necessidade de reforço em seus quadros.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social por meio da Ouvidoria do MTE, da disponibilização da legislação, documentos e informações estatísticas do Programa no sítio institucional, de reuniões com grupos de interesse - conforme a demanda, são realizadas reuniões com empresas, sindicatos, prefeituras, Estados, entidades de qualificação e entidades do terceiro setor, com o objetivo de discutir questões específicas relativas à qualificação social e profissional, e, de audiências públicas, as quais são procedimentos obrigatórios para a implementação dos PlanSeQs. Destacam-se, ainda, as Comissões Estaduais de Trabalho, de caráter tripartite e paritário, as quais deliberam sobre as propostas de PlanTeQs referentes às suas respectivas unidades federativas. O DEQ também realizou três audiências públicas, com participação de cerca de 100 entidades sindicais/patronais/educacionais/certificadores/órgãos públicos federais para debate da proposta governamental de Sistema Nacional de Certificação Profissional.

O PQSP é avaliado pelos beneficiários por meio da aplicação de questionários (visitas técnicas de monitoramento do DEQ) e pela avaliação externa do Programa. Há predominância de registro de questões pontuais identificadas nas visitas de monitoramento/contatos telefônicos e eletrônicos com parceiros governamentais e não-governamentais, as quais o DEQ busca solucionar em tempo real. A avaliação externa realizada pela UNITRABALHO tem como enfoque a execução operacional do Programa, o desempenho das entidades executoras e o perfil do público beneficiário.

Apesar dos indicadores do Programa fazerem menção à integração das políticas de trabalho, emprego e renda, não foram evidenciadas as providências concretas adotadas, voltadas para a articulação da qualificação com as demais ações de promoção da integração ao mercado de trabalho e de elevação da escolaridade. Entende-se que a efetividade das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) requer uma integração entre as ações de qualificação, intermediação de mão-de-obra (IMO), seguro-desemprego, certificação e orientação profissional ainda não alcançada.

RECOMENDAÇÕES

• Revisão do dimensionamento da meta física da Ação Certificação Profissional de Trabalhadores, a qual executou 5% da meta física estimada, valendo-se de 100% dos recursos previstos, ou seja, R$ 1,22 milhão;

• Revisar o índice final do Indicador Taxa de Encaminhamento Pós-Qualificação ao Mundo do Trabalho, dado que o índice previsto já foi alcançado.

REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO

OBJETIVO

Garantir o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho.

PÚBLICO-ALVO

População Economicamente Ativa (PEA).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 22.368.067,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 19.835.218,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**19.835.218,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE REGULARIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 86,4
Índice previsto ao final do PPA: 89

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Baixa

A focalização das ações de fiscalização do trabalho em empresas que apresentam um histórico de irregularidades, conforme planejamento elaborado em conjunto com a Comissão de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT), tornou mais difícil a regularização do estabelecimento durante a ação fiscal, apresentando um acréscimo no número de autos de infração lavrados. Este fato justifica um índice final, em 2006, menor que os registrados em 2005 (89,8%) e em 2004 (89,9%), e já evidencia que o índice final do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, alterado na revisão de 2006 de 86% para 89%, não será alcançado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Cerca de 40% da PEA brasileira está inserida no mercado de trabalho sem ter seus direitos respeitados, uma vez que trabalham sem a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente assinada. Ademais, em virtude das diversas alterações que

a legislação trabalhista sofreu nos últimos anos, os níveis de precarização se agravaram, afetando negativamente as condições de trabalho, inclusive no meio rural. Por estes fatos, torna-se necessária a intervenção do Estado, principalmente por meio de seu corpo fiscal, de forma a combater a precarização e verificar o cumprimento eficaz das normas legais e convencionadas. Assim, com o Programa Rede de Proteção ao Trabalho é possível fiscalizar, além das obrigações trabalhistas e a arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o trabalho no campo, buscando garantir direitos trabalhistas a uma maior parcela da PEA, de forma a reduzir a precarização e fortalecer a cidadania dos integrantes do mercado de trabalho brasileiro.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Registro de 670,03 mil trabalhadores pela Ação da Fiscalização do Trabalho - a formalização do contrato de trabalho na CTPS garante aos trabalhadores o cumprimento de seus direitos trabalhistas e previdenciários. Destaca-se que, do total de trabalhadores registrados sob ação fiscal, 110,16 mil eram trabalhadores rurais. O total geral de trabalhadores alcançados pela Ação da Fiscalização do Trabalho também foi expressivo, 30,68 milhões, superando em quase 11% os números de 2005 (27,65 milhões).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A partir das atividades de fiscalização, o foco do Programa é a garantia do cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho, principalmente no que tange à formalização do vínculo empregatício. Estas atividades são divididas basicamente em duas ações: Fiscalização das Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS e Fiscalização do Trabalho no Campo. A primeira alcançou cerca de 560 mil trabalhadores, valendo-se de cerca de 90% dos recursos previstos. Já a segunda ação alcançou 110,16 mil trabalhadores na área rural – número inferior aos 115,56 mil do ano anterior –, utilizando cerca de 90% da dotação orçamentária prevista. Ressalta-se, também, que sua meta física para o ano de 2006 foi incorretamente dimensionada – a revisão do PPA corrigiu essa distorção e previu a meta de 110 mil trabalhadores registrados sob ação fiscal para 2007. Entretanto, várias ações de fiscalização do trabalho no campo não foram realizadas por conta do atraso na aprovação e, por conseguinte, da liberação do orçamento em 2006. Assim, várias safras que têm seu período de colheita concentrados no início do ano não puderam ser fiscalizadas.

Também foi apontada a necessidade de se reavaliar a pertinência da Ação Combate à Discriminação no Trabalho no conjunto das demais ações do Programa, pois sua execução independe de ações de fiscalização, já que se relaciona às denúncias de discriminação do trabalho, realizadas mediante comparecimento em plantões de orientação trabalhista nas delegacias regionais do trabalho (DRTs). Outra questão relevante é a forte restrição orçamentária existente no âmbito da Ação Fiscalização das Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS. Esta ação inclui uma despesa fixa relativa à indenização de transportes paga aos Auditores Fiscais do Trabalho (AFTs). Assim, dos R$ 12 milhões de reais executados em 2006, cerca de 60% (R$ 7,3 milhões de reais) teriam sido destinados

ao custeio da referida indenização. Embora o Programa trabalhe sob a perspectiva do modelo preconizado para o PPA 2004-2007, no que se refere à transparência dos custos das ações de governo, refletindo tanto quanto possível os custos reais de alocação, ressalta-se que o montante destinado a tal despesa compromete o direcionamento da fiscalização para todos os focos de informalidade do País, levando à priorização de atividades econômicas e/ou região. Ainda na avaliação do conjunto de ações, nota-se que, apesar de as metas físicas em sua maioria terem sido atingidas, a execução do Programa foi prejudicada pelos ajustes internos necessários, em face da liberação irregular do fluxo de recursos e do contingenciamento orçamentário.

No que tange à Ação Gestão Administrativa do Programa (GAP), o montante foi direcionado para a realização de reuniões com chefias da fiscalização e de grupos técnicos formados com AFTs das 27 DRTs, bem como para o deslocamento de AFTs para a análise dos recursos administrativos referentes aos autos de infração e às notificações lavradas nas DRTs em que houve apelação para a Coordenação-Geral de Recursos, 2ª instância administrativa, localizada na Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) em Brasília (DF).

Destaca-se que a atuação do Programa perpassa alguns temas transversais. A verificação do cumprimento de cotas de pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, integra o planejamento da fiscalização do trabalho, com a utilização de recursos da ação Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS. Porém, não há indicador específico que mensure o número de pessoas com deficiência registradas sob Ação fiscal no total de trabalhadores registrados. Os temas raça e gênero se inserem na Ação Combate à Discriminação no Trabalho, juntamente com todas as outras formas de discriminação, sem haver especificação na apresentação dos resultados.

O desempenho físico das ações do Programa é monitorado por meio de reuniões de trabalho com as chefias da fiscalização das 27 unidades descentralizadas, nas quais são discutidos os resultados e problemas na execução do planejamento, visitas *in loco* às unidades descentralizadas (especialmente quando se verificam problemas de maior gravidade na condução do planejamento regional) e verificação de dados no Sistema Federal da Inspeção do Trabalho (SFIT) para as ações 2628 e 4785, o qual é alimentado diretamente pelos AFTs e processado mensalmente, com os resultados disponibilizados por volta do dia 10 de cada mês.

Existem, no âmbito do Programa, inúmeras limitações quanto aos recursos materiais e de infra-estrutura para a implementação deste, destacando-se:

a) recursos materiais insuficientes - escassez de equipamentos de informática para a equipe da gerência, especialmente impressoras, uma vez que os equipamentos existentes não raro não suportam os programas de *softwares* implantados em 2005;
b) nas DRTs faltam veículos apropriados para a realização das ações rurais, equipamentos de informática, como PCs e *notebooks*, prejudicando especialmente as ações que exijam levantamento de débito para com o FGTS, e material de escritório;

c) infra-estrutura inadequada, tanto na equipe gerencial, quanto nas equipes executoras, relacionada à instabilidade da rede corporativa, além da falta de interligação em rede de algumas agências de atendimento e subdelegacias localizadas fora da capital do Estado.

Outro problema está relaciodo à quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras. O número de AFTs, responsáveis pelo alcance das metas físicas previstas, é insuficiente para atacar o problema da informalidade no País. Segundo parâmetros internacionais previstos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número deveria ser em torno de 4.500 AFTs em todo o Brasil, mas atualmente existem apenas 3.085. Além disso, há necessidade de qualificar permanentemente os quadros tanto da equipe gerencial quanto da equipe executora, não só para melhorar o desempenho individual e coletivo, mas também como fator motivador. Ao final de 2006, com um convênio assinado com a Caixa Econômica Federal (CEF), com recursos do FGTS, foram capacitados 2.525 AFTs.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação de atores sociais na elaboração, monitoramento e avaliação do planejamento das ações fiscais, mediante atuação das comissões sindicais nas 27 unidades descentralizadas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), merece destaque na implementação do Programa. Tais comissões, com representação dos trabalhadores, representam um importante mecanismo de controle social e permitem melhor focalização das ações para determinadas regiões e/ou atividades econômicas com maior incidência de irregularidades, bem como melhor triagem nas denúncias de irregularidades trabalhistas.

RECOMENDAÇÕES

• Reavaliar a pertinência da Ação Combate à Discriminação no Trabalho no escopo do Programa, quando da elaboração do novo PPA.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

OBJETIVO

Proteger a vida, promover a segurança e a saúde do trabalhador, e produzir e difundir conhecimento sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho.

PÚBLICO-ALVO

População Economicamente Ativa (PEA).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 45.138.112,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 42.680.659,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 42.680.659,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. COEFICIENTE DE ACIDENTES DECORRENTES DO TRABALHO

Unidade de medida: 1/1.000
Índice apurado em 2006: 15,63
Índice previsto ao final do PPA: 11,77

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

A viabilidade de alcance do índice é muito baixa em razão da melhoria na qualidade da informação e notificação de acidentes de trabalho, promovida pela intensificação das ações fiscais e pela ampliação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e do Sistema Único de Saúde (SUS), o que aumenta o numerador da fórmula de cálculo (número de acidentes de trabalho).

2. COEFICIENTE DE DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

Unidade de medida: 1/10.000
Índice apurado em 2006: 12
Índice previsto ao final do PPA: 6,03

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

A viabilidade de alcance do índice é muito baixa pelas razões apontadas acima, ocasionando o aumento do registro de doenças relacionadas ao trabalho.

3. COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRABALHO

Unidade de medida: 1/100.000
Índice apurado em 2006: 10,75
Índice previsto ao final do PPA: 8,35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
A viabilidade de alcance do índice é muito baixa em razão da dificuldade de intervenção das ações do programa nos fatores causais que pressionam a sua elevação.

4. COEFICIENTE DE TRABALHADORES ALCANÇADOS PELA INSPEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE

Unidade de medida: 1/1.000
Índice apurado em 2006: 770
Índice previsto ao final do PPA: 507

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice já foi atingido.

5. TAXA DE ACIDENTES FATAIS INVESTIGADOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 22,45
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
A viabilidade é muito baixa em razão da dificuldade de acesso à informação sobre a ocorrência de acidentes de trabalho fatais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As condições de trabalho no Brasil continuam sendo a causa de mortes, doenças e mutilações para um grande número de pessoas. Somente em 2005, o Ministério da Previdência Social (MPS) registrou 491,71 mil acidentes e doenças relacionadas com o trabalho, dentre os quais 2.708 resultaram em óbito e 13.614 tiveram como conseqüência a incapacidade permanente do trabalhador. No entanto, tais dados expressam a realidade de apenas um terço da População Economicamente Ativa (PEA) do País. Em 2002, dentre os aproximadamente 86,05 milhões de trabalhadores pertencentes à PEA, apenas 29,94 milhões eram contribuintes empregados. Este dado evidencia uma clara subnotificação de casos de acidentes e doenças relacionados ao trabalho informal. Também não estão incluídos nas estatísticas da Previdência Social, os casos envolvendo os servidores públicos. As conseqüências desse cenário são desastrosas para os trabalhadores e suas famílias, para as organizações (empresas tanto públicas quanto privadas, cooperativas, instituições, etc) e para o Estado, que é obrigado a assumir os custos diretos e indiretos dos agravos à saúde decorrentes do trabalho. Estima-se que tais custos possam alcançar cifras da ordem de 2% a 4% do Produto Interno Bruto (PIB).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realizadas 162,05 mil ações fiscais específicas da área de segurança e saúde no trabalho, as quais alcançaram o conjunto de 19,45 milhões de trabalhadores e propiciaram a correção de 768,83 mil situações irregulares, as quais apresentavam risco à saúde e à integridade física dos trabalhadores. Além disso, foram concluídas as análises das causas de 1.558 acidentes de trabalho e impostos 3.857 embargos e interdições.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa possui um total de 16 ações, dentre as quais duas não-orçamentárias e sete padronizadas, que concorrem tanto para a promoção da segurança e saúde do trabalhador principalmente, por meio da ação de fiscalização realizada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), quanto para a produção e difusão de conhecimento sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho, mediante as ações executadas pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro).

A inspeção de segurança e saúde no trabalho, em conjunto com as ações de normatização e alimentação do trabalhador, contribuiu para a melhoria das condições de trabalho e para a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Somados aos resultados da fiscalização, merecem destaque a publicação da Norma Regulamentadora (NR) 33 – Segurança e Saúde em Espaços Confinados, que privilegia a segurança de um grande número de trabalhadores dos setores industriais e de serviços, e a revisão da NR 29 - Trabalho Portuário. Estas alterações de normas foram debatidas com empregadores e trabalhadores, alcançando-se o consenso em todo o conteúdo. A Ação de Incentivo ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) registrou 105,45 mil empresas beneficiárias inscritas no Programa, beneficiando 9,14 milhões de trabalhadores em 2006, superando a meta inicial estipulada de 8,96 milhões de trabalhadores. Foi publicada a Portaria Interministerial de revisão dos parâmetros nutricionais obrigatórios, adaptando-os ao atual perfil epidemiológico e nutricional do trabalhador. Outras modificações também foram implementadas, como a obrigatoriedade de práticas de educação nutricional a todos os estabelecimentos vinculados ao Programa, a atenção especial que deve ser dada aos trabalhadores portadores de doenças relacionadas à alimentação e à nutrição por parte das empresas beneficiárias, e a obrigatoriedade de contratação de responsável técnico nutricionista pelas fornecedoras e prestadoras de serviços de alimentação do PAT.

No âmbito da Fundacentro, destaca-se a ação de Produção Técnico-Científica em Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho. A maioria dos projetos foi desenvolvida em parceria com universidades, sindicatos dos trabalhadores e de empregadores, Ministério Público (MP), delegacias regionais do trabalho e outras entidades. Em 2006, foram divulgadas 79 pesquisas, além da continuidade dada aos projetos relacionados à construção civil (PROESIC), trabalho rural (SAAR), educação (PROEDUC), pesca (ACQUA FÓRUM), pequenas empresas, agentes ambientais (PNEPEAA), proteção de máquinas, portadores de deficiência, eliminação da silicose (PNES), transporte, estatísticas de acidentes (PRODAT) e segurança química. Também foram emitidos 875 laudos (91% da meta física prevista, com cerca de 65% da dotação orçamentária) acerca da avaliação

de sistemas, métodos, e equipamentos de proteção individual e coletiva do trabalhador; realizadas 6.494 análises e ensaios de laboratório em segurança e saúde no ambiente de trabalho (376% acima da meta, com cerca de 86% dos recursos previstos); além de terem sido distribuídos 98.836 exemplares (40% acima da meta com, aproximadamente, 96% da dotação prevista) de material técnico-científico, didático e institucional sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho.

Pelo segundo ano consecutivo a avaliação demonstrou uma piora nos índices de vários indicadores, justificada parcialmente pelo incremento da qualidade da notificação, em razão de maior presença da inspeção nos ambientes de trabalho e da ampliação da Rede de Atenção Integrada à Saúde do Trabalhador (RENAST) do SUS.

De maneira geral, as metas físicas das ações poderiam ter apresentado melhor desempenho se não fossem as dificuldades de execução orçamentária advindas do contingenciamento, além da descontinuidade do fluxo de recursos. Contudo, o programa necessita de reavaliação de alguns aspectos de sua concepção. No que se refere a indicadores, a principal ação do Programa, inspeção em segurança e saúde no trabalho, somente alcança os ambientes de trabalho onde existe relação de emprego (formalizada ou não), ao passo que o público alvo do Programa é a População Economicamente Ativa (PEA). No que tange às metas físicas, como exemplo, a ação de inspeção atingiu 62,5% da meta estipulada (259,50 mil inspeções realizadas), em razão de limitações nos recursos humanos e materiais, valendo-se de cerca de 80% dos recursos previstos. Já a ação de qualificação em segurança e saúde no ambiente de trabalho atingiu 4.536 pessoas – cerca de 1% da meta estipulada de 500,68 mil pessoas, entretanto, foram liquidados R$ 1,2 milhão dos R$ 1,34 milhão previstos (90% da dotação orçamentária).

Quanto ao monitoramento do desempenho físico das ações, no âmbito da gerência, foram realizadas reuniões periódicas com as chefias de fiscalização e segurança no trabalho nas 27 unidades regionais do MTE, além do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFIT), que registra mensalmente as ações de inspeção executadas em todo o Território Nacional.

Em termos de recursos materiais, estes foram considerados insuficientes nas equipes executoras, devido à falta de equipamentos para execução das ações de segurança e saúde no trabalho. Quanto aos recursos humanos, indicou-se ser o dimensionamento da equipe do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho insuficiente para o adequado acompanhamento da execução do Programa, além do número limitado de auditores fiscais do trabalho lotados nas unidades de segurança e saúde do trabalho das delegacias regionais do trabalho (DRTs).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No que tange à participação social, todo o processo de regulamentação em segurança e saúde no trabalho passa por etapa de consulta pública. Afora isso, as Comissões de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT) participam e opinam sobre o diagnóstico,

planejamento e monitoramento das ações nas unidades regionais. A Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) e seus grupos e comissões temáticos participam de todo o processo de regulamentação em segurança e saúde no trabalho. Tal participação contribui na definição das atividades econômicas de intervenção prioritária pela inspeção, bem como na escolha das medidas de prevenção de acidentes a serem regulamentadas.

RECOMENDAÇÕES

• Analisar as possíveis alterações que serão propostas pelo gerente do Programa, especificamente quanto à revisão do público-alvo e à reformulação dos indicadores, quando da elaboração do novo PPA, pois os resultados apresentados pelos indicadores servem de alerta quanto à condução do Programa, no que se refere ao atendimento de seu objetivo.

• Adequar a meta física da Ação de Qualificação em Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho, bem como a da Ação de Análises e Ensaios de Laboratório em Segurança e Saúde, quando da elaboração do PPA 2008-2011.



MINISTÉRIO DO TURISMO

Brasil: Destino Turístico Internacional

Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério do Turismo (MTur), foram utilizados **R$ 1.440.053.696,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 1.702.161.649,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 1.440.053.696,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 1.702.161.649,00**	**Total realizado:**	**R$ 1.440.053.696,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MTUR não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 407.176.889,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 336.572.359,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Desembarque de mais de 5 milhões de turistas estrangeiros em vôos regulares e não-regulares;

• Recorde na entrada de divisas (US$ 4,3 bilhões em 2006);

• Desembarque de 46,3 milhões de passageiros em vôos nacionais;

• Investimentos de R$ 736,2 milhões em infra-estrutura turística, excluídos os investimentos no âmbito dos Programas de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), que atingiram R$ 31,6 milhões, além de R$ 9,1 milhões executados em 2006 a título de restos a pagar do exercício de 2005.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

O número total de turistas estrangeiros que entraram no Brasil em vôos regulares e não-regulares diminuiu em relação a 2005. A queda de 6,33% de 2005 para 2006 - em valores numéricos, de 5,36 milhões para 5,02 milhões - não impediu, entretanto, recorde na entrada de divisas. O País recebeu, segundo dados do Banco Central (BC), US$ 4.316 milhões, 11,77% a mais que os US$ 3.861 milhões recebidos em 2005.

A redução nos desembarques internacionais, reflexo direto da crise da Varig, que deixou de ofertar 480,61 mil assentos em 2006 - em comparação com a oferta de 2005 -, é um dos entraves para se alcançar as metas de turistas preconizadas no Plano Nacional de Turismo (PNT): 9 milhões de turistas ao final do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, conforme demonstrado no único indicador do Programa Brasil: Destino Turístico Internacional.

Apesar disso, os números finais do BC atestam que 2006 foi o ano em que o turismo brasileiro recebeu o maior ingresso de divisas por meio dos gastos de turistas estrangeiros no País.

Mesmo com as limitações oriundas da crise de uma das companhias aéreas brasileiras, que afetou temporariamente o número de assentos disponíveis nos vôos nacionais e internacionais, o setor alcançou recordes em 2006, com o desembarque de passageiros de vôos nacionais alcançando 46,3 milhões, 7,38 % acima do verificado em 2005 (43,1 milhões de passageiros).

O MTur investiu, em 2006, R$ 736,2 milhões em infra-estrutura do turismo - incluídos os investimentos em sinalização turística e as emendas parlamentares para a área, e excluídos os investimentos em infra-estrutura no âmbito aeroportuário e dos Prodetur -, o que deve permitir a expansão das atividades turísticas, a diversificação geográfica de Municípios considerados turísticos e a melhoria da qualidade dos produtos e serviços voltados ao turista. Os valores foram aplicados em melhorias e recuperação da infra-estrutura, saneamento básico e mini-estações de esgoto, melhorias de marinas e pontos náuticos, reurbanização de orlas marítimas e fluviais, melhoria do acesso ferroviário e rodoviário e recuperação de mercados, feiras e pontes. Também foi contemplada a construção, ampliação e reforma de centros de eventos, parque de exposições, parques ecológicos, terminais de turismo, acampamentos, balneários, centros de cultura, teleféricos, mirantes, pórticos, praças, além de escolas destinadas à qualificação para os setores de hotelaria, entre outros. Esses investimentos são 81% superiores aos realizados em 2005.

ASPECTOS RELEVANTES

O MTur se orienta pelas diretrizes definidas pelo PNT, que estabelece um conjunto de macro-programas e programas em consonância com o PPA do Governo Federal. O MTur seguiu priorizando a gestão descentralizada e participativa, ao realizar ampla discussão dos temas em todas as regiões brasileiras, com todos os setores representativos do turismo, por meio das reuniões regulares do Conselho Nacional de Turismo e do Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, além de outras ações. Estas ações têm como pressupostos básicos a ética e a sustentabilidade, e como princípios orientados a redução das desigualdades regionais e sociais, a geração e a distribuição de renda, a criação de novos empregos e ocupações e a geração de divisas para o País.

O MTur executou R$ 127,1 milhões em 2003 e R$ 1,4 bilhão em 2006, o que representa um crescimento de 1.008% em três anos. Esta evolução se deve, principalmente, ao fortalecimento do setor com ações de desenvolvimento junto às entidades representativas do *trade* turístico. As divisas geradas pela entrada de turistas estrangeiros passaram de US$ 1,99 bilhões, em 2002, para US$ 4,31 bilhões, em 2006 - um crescimento de 116%. O número de desembarques de vôos domésticos passou de 30,7 milhões, em 2003, para 46,3 milhões, em 2006 - 51% de crescimento. E, de janeiro de 2003 a novembro de 2006, o turismo gerou 878 mil novos postos de trabalho (formais e informais) no País. A execução dos programas e das ações do PNT, em sintonia com o PPA, considerando

a excepcional execução orçamentária de 2006, propiciou as condições para que o Brasil continue obtendo bons resultados em relação ao histórico do setor.

O PNT foi lançado no dia 29 de abril de 2003, consolidando metas que comporiam o PPA 2004-2007 e viabilizando enormemente a elaboração do PPA do MTur. O documento referencial **Turismo no Brasil 2007-2010**, lançado em 5 de junho de 2006, garante a continuidade da discussão da política nacional de turismo e uma reflexão sobre a realidade do setor no Brasil. O PPA, que sistematizou as proposições para a definição desta política setorial nacional, no âmbito do Governo Federal, foi elaborado de forma integrada às ações e às programações das demais esferas de governo, numa ação articulada com a iniciativa privada e o terceiro setor. No entanto, em função da experiência acumulada com a implementação da política do turismo e as exigências de atuação no mercado internacional, encontra-se em discussão com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) uma nova estrutura organizacional que reflita as atuais necessidades.

BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL

OBJETIVO

Aumentar o fluxo de turistas estrangeiros no País.

PÚBLICO-ALVO

Turistas estrangeiros e *trade* turístico.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 86.546.087,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 84.330.747,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 84.330.747,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. FLUXO DE TURISTAS ESTRANGEIROS

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 5.018.991
Índice previsto ao final do PPA: 9.000.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
A crise da Varig e o câmbio valorizado estão inviabilizando o atendimento à meta prevista.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Deve-se criar uma estratégia bem estruturada de inserção internacional do Brasil no mercado turístico, com metas definidas e avaliação de resultados eficiente. A promoção do turismo brasileiro no mercado internacional terá como conceito estratégico a diversificação da imagem do País. O trabalho de *marketing* irá orientar a construção do Brasil como destino turístico de natureza exuberante, com sol e praia, e com carnaval e futebol. Mas, sobretudo, irá comunicar uma nova mensagem de País moderno, com credibilidade, alegre, jovem e hospitaleiro, capaz de proporcionar lazer de qualidade, novas experiências aos visitantes, realizar negócios, eventos, incentivos e ser competitivo internacionalmente.

Será chave no Programa de Promoção e *Marketing* a essência da cultura brasileira, sua qualidade, diversidade étnica, social e natural. Como exemplo, podemos observar que os países atualmente mais dinâmicos no crescimento turístico são países em desenvolvimento (China, África do Sul, Malásia, Indonésia e Turquia). Estes países cresceram a taxas médias que variam entre 11% e 15% ao ano, nos últimos 20 anos. Cabe salientar que Malásia, Turquia e Indonésia não representam, *a priori*, modelos de interesse para o Brasil. Já a China e África do Sul apresentam não apenas produtos semelhantes em segmentos de grande potencial para o Brasil (aventura, ecoturismo, sol e mar, etc), como também desenvolveram planos de *marketing* extremamente profissionais, competentes e eficazes. Entre 1980 e 1997, a África do Sul passou da 55ª para 26ª posição, apresentando um crescimento médio de 12,82% ao ano. Já o Brasil, que se encontrava na 39ª posição em 1980, caiu uma posição em 17 anos, descendo para 40º, com um crescimento médio de 4,85% ao ano. No que diz respeito ao crescimento das receitas provenientes das entradas de turistas estrangeiros, enquanto o Brasil apresentou um crescimento de 44,65% de 1980 a 1997, a África do Sul cresceu 252,3%. Dados mais recentes apontam para um crescimento de 11% no receptivo da África do Sul, em 2002, e 20% nas receitas em dólares provenientes desta atividade. Atualmente, a África do Sul recebe 7 milhões de turistas por ano.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Desembarque de 5,018 milhões de turistas estrangeiros em vôos regulares e não-regulares;

• Recorde na entrada de divisas: US$ 4,3 bilhões em 2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O número total de turistas estrangeiros que entraram no Brasil em vôos regulares e não-regulares diminuiu em relação a 2005. A queda de 6,33% de 2005 (5,36 milhões) para 2006 (5,02 milhões) não impediu, entretanto, recorde na entrada de divisas. O País recebeu, segundo dados do Banco Central (BC), US$ 4.316 milhões, 11,77% maior que os US$ 3.861 milhões recebidos em 2005.

A redução nos desembarques internacionais, reflexo direto da crise da Varig, que deixou de ofertar 480.616 assentos em 2006, em comparação com a oferta de 2005, é um dos entraves para se alcançar as metas de turistas preconizadas no Plano Nacional de Turismo (PNT): 9 milhões de turistas ao final do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, conforme demonstrado no único indicador do Programa. Apesar disso, os números finais do BC atestam que 2006 foi o ano em que o turismo brasileiro recebeu o maior ingresso de divisas por meio dos gastos de turistas estrangeiros no País. De acordo com o BC, com a entrada de US$ 400 milhões em dezembro, o Brasil fechou o ano com US$ 4,32 bilhões recebidos com a atividade. O valor supera em 11,77% os US$ 3,87 bilhões registrados em 2005 - até então a maior marca da série histórica iniciada em 1969

- e significa o quinto ano consecutivo de expansão do ingresso de divisas no País por meio do turismo internacional.

Foram realizados, em 2006, 100 eventos internacionais destinados à captação de oportunidade de mercados e à promoção, no exterior, do Brasil como destino. A meta prevista era a realização de 39 eventos. A Ação Fomento à Comercialização e ao Fortalecimento dos Produtos Turísticos Brasileiros, junto aos operadores internacionais, também apresentou desempenho acima do previsto, com 43 eventos realizados, em 2006, de uma meta prevista de 30 eventos. O Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) gastou R$ 34,3 milhões em campanhas de promoção do Brasil como destino turístico internacional e R$ 5 milhões para o funcionamento de oito escritórios de fomento no exterior.

O Programa empenhou e liquidou 97% do orçamento aprovado, o maior percentual desde o início do atual PPA 2004-2007. O fluxo financeiro sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução do Programa.

O desempenho do Programa foi satisfatório em 2006. Entretanto, a execução do Programa enfrenta algumas dificuldades. A escassez de equipe gerencial tem levado a Embratur a terceirizar parte de suas ações finalísticas, como é o caso da manutenção dos Escritórios Brasileiros de Turismo (EBTs), responsáveis por grande parte da estratégia de inteligência comercial do País, a qual vem sendo executada por uma empresa privada, licitada pela autarquia. O quadro de servidores permanentes da Embratur é de 46 pessoas. Este quadro não é suficiente para ocupar o total de suas 99 funções de confiança.

O calendário internacional do turismo começa em setembro e vai até abril do exercício seguinte. Nesse período, invariavelmente, o orçamento da União não está disponível. O uso de recursos de restos a pagar minimiza os efeitos dessa indisponibilidade. Entretanto, a disponibilidade orçamentária total, nesse período, maximizaria os efeitos da aplicação dos recursos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Embratur, em conjunto com a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEGES/MP), está estudando uma nova personalidade jurídica para o órgão, que possibilite maior flexibilidade administrativa e financeira com compromisso de resultados.

O turismo de *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (GLBT) é um dos segmentos de maior crescimento e potencial do mundo. Ações específicas para captar esses turistas têm sido desenvolvidas pela Embratur com os governos dos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia. O Ministério do Turismo (MTur) e a Embratur participaram também de uma ampla campanha de combate ao turismo sexual de crianças e adolescentes.

O Conselho Nacional de Turismo se reúne trimestralmente para debater, entre outros assuntos, a execução das metas do Programa. A discussão das metas e dos objetivos para a elaboração do PNT 2007-2010, que será a base para a elaboração do PPA 2008-2011, foi realizada com a participação de atores interessados.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS

OBJETIVO

Aumentar o fluxo do turismo mediante a estruturação e a diversificação da oferta turística brasileira.

PÚBLICO-ALVO

Turistas domésticos e *trade* turístico.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.255.778.248,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 998.065.578,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 998.065.578,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. FLUXO DE TURISTAS DOMÉSTICOS

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 46.300.000
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Mesmo com as limitações oriundas da crise de uma das companhias aéreas, que afetou temporariamente o número de assentos disponíveis nos vôos nacionais e internacionais, o setor alcançou recordes em 2006. O desembarque de passageiros de vôos nacionais foi de 46,3 milhões, 7,38% acima do verificado em 2005 (43,1 milhões de passageiros). São 38 meses consecutivos de crescimento (desde outubro de 2003), considerando-se o acumulado de 12 meses.

O somatório da contagem direta do número de turistas domésticos em viagem pelo País foi, em 2005, de acordo com o desembarque de passageiros de vôos nacionais, 43,1 milhões, 17,8% acima do verificado no ano de 2004 (36,6 milhões de passageiros).

Informações detalhadas são encontradas em:

a) <http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/desembarque_nac.php?in_secao=396> ;
b) <http://200.189.169.141/site/arquivos/dados_fatos/estatisticas_basicas_do_turismo/estatisticas_basicas_do_turismo_2000_a_2005_final.pdf> ;
c) <http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/desembarque_int.php?in_secao=396>;
d) <http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/desembarque_int.php?in_secao=396>.

2. GASTO MÉDIO DO TURISTA ESTRANGEIRO NO PAÍS

Unidade de medida: US$
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Mesmo com as limitações oriundas da crise de uma das companhias aéreas, que afetou temporariamente o número de assentos disponíveis nos vôos nacionais e internacionais, o setor alcançou os seguintes resultados em 2006:

a) desembarque de 6,3 milhões de passageiros de vôos internacionais (incluindo brasileiros voltando do exterior e turistas estrangeiros), número próximo ao recorde de 6,8 milhões, alcançado no ano de 2005;
b) vôos *charters* (fretados), que transportam exclusivamente turistas, trouxeram 422,1 mil estrangeiros, número bem superior ao de 2005 (349,6 mil). O resultado é o novo recorde deste tipo de transporte no País;
c) receita cambial turística de US$ 4,316 bilhões, superior em 11,77% à receita do ano de 2005 (US$ 3,861 bilhões), o que leva o Brasil à marca de cinco anos consecutivos de crescimento, desde 2002.

Considerando-se a série histórica mensal, percebe-se que esse crescimento é consistente e, com exceção de setembro, em todos os outros meses de 2006 houve aumento de gastos de estrangeiros no Brasil em relação aos mesmos meses do ano anterior. O Banco Central do Brasil (BC), que faz essa estatística desde 1969, registrou o recorde mensal no setor em março de 2006, quando foi alcançado o resultado de US$ 453 milhões de receita cambial turística.

O índice de referência é de 1999. O índice apurado é relativo a 2003. Dados do **Anuário Estatístico 2004** indicam que o gasto médio por dia passou de US$ 86,17, no ano de 2002, para US$ 87,99, no ano de 2003, um crescimento de 2,11%. Os dados relativos a 2004 e 2005 estão em depuração e serão divulgados oportunamente pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). O Indicador Gasto Médio do Turista Estrangeiro no País tende a ser substituído por Receita Cambial Turística.

Em 2005, o País alcançou a receita cambial turística de US$ 3,86 bilhões, 19,83% superior a do ano de 2004 (US$ 3,22 bilhões).

Informações detalhadas são encontradas em: <http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/receita_cambial.php?in_secao=400>.

3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS DESTINOS TURÍSTICOS NO TOTAL DA DEMANDA TURÍSTICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Buscando aprofundar os estudos sobre o funcionamento do setor turístico e, conseqüentemente, a melhoria do processo de planejamento e acompanhamento da Política de Turismo do Governo, o Ministério do Turismo (MTur), por meio da Embratur, tem investido na realização de pesquisas que propiciem o conhecimento do comportamento e das tendências dos turismos nacional e internacional. Entre os principais trabalhos executados em 2006 estão:

a) boletins de desempenho econômico do turismo;
b) Estudo da Demanda Turística Internacional – 2004-2005-2006;
c) Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo;
d) cartas de conjuntura;
e) Estudo da Demanda Turística Doméstica - 2006;
f) Estudo da Demanda Turística em Aeroportos - 2006;
g) meios de hospedagem;
h) estrutura de consumo e impacto na economia;
i) compilação e divulgação mensal de dados sobre a movimentação de embarque e desembarque de passageiros nacionais e internacionais.

Dando continuidade ao desenvolvimento da metodologia de Conta Satélite do Turismo, foram calculados os indicadores econômicos e sociais do setor no Brasil, a partir de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de sua articulação com o turismo. Foi elaborada ainda a Conta Satélite de Turismo Experimental. A Conta Satélite é uma metodologia recomendada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), para dar apoio às ações, acompanhar e avaliar a implementação da política de turismo e seu reflexo no mercado e para o estabelecimento de bases comparativas.

A Embratur realiza estudos com informações sobre o dimensionamento e a caracterização do mercado interno de viagens, identificando os principais centros emissores e receptores de turistas, a receita gerada pelo turismo interno, o perfil sócio-demográfico dos turistas, as principais motivações de viagem, os meios de transporte e de hospedagem utilizados, a estimativa da estrutura de gastos efetuados pelo turista nacional e a avaliação

de serviços e equipamentos. Estudos preliminares da Embratur revelam uma mudança de paradigma quanto à participação dos principais destinos turísticos no total da demanda turística brasileira.

Informações detalhadas são encontradas em:

a) <http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/lista.php?in_secao=289>;
b) <http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/lista.php?in_secao=288>.

4. NOVOS EMPREGOS E OCUPAÇÕES GERADOS NO SETOR TURISMO

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 878.000
Índice previsto ao final do PPA: 1.200.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de janeiro de 2003 a novembro de 2006, o setor turístico gerou 292 mil novos empregos formais (ressalta-se que o período do PPA é de 2004 a 2006). Segundo estudos realizados pelo Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB), para cada emprego formal gerado no setor de turismo outros dois informais são criados. Sendo assim, pode-se afirmar que, no citado período, o setor gerou cerca de 878 mil novos empregos no País.

Informações detalhadas são encontradas em: <http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/lista.php?in_secao=288>.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A oferta brasileira de produtos turísticos tem se caracterizado pela ausência de requisitos de diferenciação e diversificação. A oferta se restringe a poucos segmentos e está concentrada em algumas regiões. Estruturar e aumentar esta oferta, colocando no mercado novos produtos de qualidade, considerando a diversidade cultural e ambiental, contemplando as diferentes regiões brasileiras, é estratégico para que o crescimento do setor contribua como fator de maior eqüidade social. A vocação da produção local pode agregar valor ao turismo, contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento de produtos turísticos, potencializando o impacto positivo sobre o nível de emprego e renda, além de permitir que a atividade seja abordada de modo sistêmico e integrado, inclusive com outras áreas com as quais se complementa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Desembarque de 46,3 milhões de passageiros em vôos nacionais, 7,38% maior que em 2005;

• Investimentos de R$ 736,2 milhões em infra-estrutura turística, excluídos os investimentos no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O MTur investiu, em 2006, R$ 736,2 milhões em infra-estrutura do turismo, incluídos os investimentos em sinalização turística e as emendas parlamentares para a área, e excluídos os investimentos em infra-estrutura no âmbito aeroportuário e dos Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), o que deve permitir a expansão das atividades turísticas, a diversificação geográfica de Municípios considerados turísticos e a melhoria da qualidade dos produtos e serviços voltados ao turista.

Os recursos foram aplicados em melhorias e recuperação da infra-estrutura dos Municípios, saneamento básico e mini-estações de esgoto, melhorias de marinas e pontos náuticos, reurbanização de orlas marítimas e fluviais, melhoria do acesso ferroviário e rodoviário e recuperação de mercados, feiras e pontes. Também foi contemplada a construção, ampliação e reforma de centros de eventos, parque de exposições, parques ecológicos, terminais de turismo, acampamentos, balneários, centros de cultura, teleféricos, mirantes, pórticos, praças, além de escolas destinadas à qualificação para os setores de hotelaria, entre outros. Esses investimentos foram 81% superiores aos realizados em 2005.

O MTur também apoiou a modernização da infra-estrutura aeroportuária, no âmbito da Ação Modernização da Infra-Estrutura Aeroportuária, do Ministério da Defesa (MD). Foi firmado convênio entre o MTur e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) para a ampliação e modernização da infra-estrutura aeroportuária de 11 Municípios: Brasília (DF), Boa Vista (RR), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Guarulhos (SP), João Pessoa (PB), Macapá (AP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Paulo (SP) e Vitória (ES). O incremento do fluxo turístico nacional e internacional em níveis acima da média mundial foi um dos fatores preponderantes para que o MTur participasse diretamente da reestruturação dos aeroportos brasileiros. Em 2006, foram destinados para estas obras R$ 350 milhões pelo MTur.

No âmbito do Prodetur, o MTur aplicou, em 2006, recursos da ordem de R$ 31,6 milhões, sem considerar os R$ 9 milhões inscritos em restos a pagar de 2005.

O Programa Nacional de Qualificação Profissional e Empresarial, lançado em 2006, investiu R$ 15,3 milhões para atender a 46 mil pessoas no País, em parceria com os Estados, os Municípios, a iniciativa privada e as organizações não-governamentais (ONGs). Importa ressaltar que o Programa consolidou as ações que o MTur desenvolvia desde 2003. As ações de fomento ao desenvolvimento local e à inclusão social contaram com investimentos do Ministério no valor de R$ 10,8 milhões. Registre-se, ainda, que visando a fortalecer a imagem do Brasil por meio de segmentos da economia de reconhecido valor, o MTur atuou junto às entidades representativas dos setores de moda, gastronomia, gemas e jóias, tendo aplicado R$ 2,45 milhões.

No exercício de 2006, foi aplicado R$ 1,409 bilhão em apoio às ações do setor, excluídos os gastos com pessoal ativo e inativo, o que corresponde a um crescimento próximo a 96,8% em relação ao ano anterior (R$ 716,3 milhões).

O MTur possui um quadro de funcionários reduzido. A grande carga de trabalho, o espaço reduzido e a inexperiência dos novos servidores, a fora a baixa atratividade dos salários, tornam difícil a retenção da força de trabalho e sobrecarregam as equipes gerenciais e executoras. A despeito desses fatores, o Programa vem alcançando ótimos resultados. Em 2006, o Programa empenhou e liquidou aproximadamente 80% do orçamento aprovado - o melhor percentual no atual PPA 2004-2007. Entretanto, o MTur enfrenta dificuldades na celebração de convênios e contratos, além de licitações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em 2006, para o desenvolvimento das ações e dos programas do PNT, perfeitamente adaptado ao PPA 2004-2007, o MTur seguiu priorizando a gestão descentralizada e participativa, ao realizar ampla discussão dos temas, em todas as regiões brasileiras, com todos os setores representativos do turismo, por meio das reuniões regulares do Conselho Nacional de Turismo e das suas 10 Câmaras Temáticas, dos Fóruns Estaduais de Turismo e do Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, além de outras ações relacionadas a diversos programas, cuja implementação se dá de forma descentralizada e articulada com vários parceiros localizados nas diferentes regiões do País. Estas ações têm como pressupostos a ética e a sustentabilidade, e como princípios orientadores a redução das desigualdades regionais e sociais, a geração e distribuição de renda, a criação de novos empregos e ocupações e a geração de divisas para o País.

O Conselho Nacional de Turismo, hoje integrado por 65 conselheiros de instituições representativas do setor em âmbito nacional, realizou quatro reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária durante o ano de 2006. A reunião extraordinária foi realizada para a aprovação do documento elaborado pelo MTur, por solicitação do próprio conselho, como forma de garantir a continuidade da política nacional de turismo, implantada pelo Ministério e considerada um sucesso pelo conselho.

Este documento, denominado **Turismo no Brasil 2007-2010**, resultou de um amplo debate entre as diversas instituições representativas do setor no País, onde foram estabelecidas as metas para o desenvolvimento da atividade no período de 2007 a 2010. No final da referida reunião, este documento foi entregue ao Presidente da República, em solenidade realizada no Palácio do Planalto.

O MTur apoiou projetos que permitiram a dinamização econômica das comunidades locais com a geração de renda e trabalho, destacando-se, entre eles, a criação de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, em áreas de pobreza e com potencial turístico, e a criação de oficinas de desenvolvimento de produtos artesanais, que oferecem cursos voltados ao fortalecimento organizacional e ao empreendedorismo, beneficiando cerca de 900 artesãos. Para promover os produtos associados ao turismo e

escoar a produção, patrocinou-se a participação de artesãos em mais de 10 feiras e eventos do setor. As ações de fomento ao desenvolvimento local e à inclusão social contaram com investimentos no valor de R$ 10,8 milhões. Registre-se, ainda, que visando a fortalecer a imagem do Brasil por meio de segmentos da economia de reconhecido valor, o Ministério atuou junto às entidades representativas dos setores de moda, gastronomia, gemas e jóias, tendo aplicado R$ 2,45 milhões.

No que se refere ao turismo de aventura, encontram-se em implementação assistência técnica e certificação para 225 empresas, e qualificação e certificação de 2.500 condutores em 15 destinos. Para os meios de hospedagem, está em implementação, em 565 empresas de 30 destinos, a norma de sustentabilidade, que relaciona os requisitos econômico, ambiental e social mínimos para uma atuação responsável no turismo. Em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Associação Brasileira de Bares, Restaurantes e Similares (Abrasel), deu-se continuidade à implementação do Programa de Alimento Seguro no Turismo, com a qualificação de 5.632 manipuladores de alimentos e atendimento a 662 empresas.

Quanto aos trabalhos relacionados à temática de Turismo Sustentável e Infância, o governo, por meio do MTur, dedicou parcela substancial de seus esforços, em 2006, para promover uma ação de sensibilização em 21 Estados do País. Essa ação foi decidida como prioritária pela Câmara Temática Turismo Sustentável e Infância em um esforço de mudar a cultura do País, mostrando que a exploração sexual é um péssimo negócio para o turismo brasileiro. Foram desenvolvidos *kits* de sensibilização para levar o tema ao nível operacional dos diversos segmentos da cadeia produtiva do turismo. Foram feitos ainda seminários de sensibilização em 25 cidades do País. Essa ação deve atingir mais de 40 mil pessoas em todo o País.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Corredor Araguaia-Tocantins

Corredor Fronteira Norte

Corredor Leste

Corredor Mercosul

Corredor Nordeste

Corredor Oeste-Norte

Corredor São Francisco

Corredor Sudoeste

Corredor Transmetropolitano

Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário

Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval

Infra-estrutura de Transportes

Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Manutenção de Hidrovias

Navegação Interior

Serviços de Transporte Aquaviário

Serviços de Transporte Rodoviário

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério dos Transportes (MT), foram utilizados **R$ 8.119.117.567,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 10.062.843.180,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 8.119.117.567,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**R$ 593.833.333,00**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 10.656.676.513,00**	**Total realizado:**	**R$ 8.119.117.567,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MT não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 3.348.870.917,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 2.558.716.628,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Nos Programas de Gestão de Política e Infra-estrutura de Transportes, foram realizados: contratações de estudos de impacto ambiental; adequação de projetos; avaliação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de indicadores e estudos e pesquisas para o planejamento de transportes;

Foram realizadas as seguintes intervenções na Infra-estrutura de Transportes:

a) a construção e adequação de pontes e rodovias federais, com destaque para o Estado de Minas Gerais;
b) a implantação, ampliação e modernização dos Modais Ferroviários e Portuários;
c) a implantação de infra-estrutura para fortalecimento da navegação na Região Norte.

• Nos programas de Exploração da Infra-estrutura e de Serviços de Transportes, foram realizadas as metas previstas de estudos para regulação de Concessões de Rodovias e Ferrovias; investimentos das concessionárias de acordo com o Programa de Exploração das Rodovias; e a análise dos estudos de viabilidade econômica e financeira do projeto de expansão da Ferrovia Norte-Sul;

• Em relação aos Serviços de Transportes, no que diz respeito ao Modal Aquaviário, foram realizados 170 procedimentos de inspeção e fiscalização. E a implementação do Sistema de Desempenho Operacional superou o alcance das metas no exercício de 2005. Dentre os principais resultados, destacam-se o crescimento da movimentação de contêineres em 7% e de carga (tonelada) em 5%;

• Nos programas relativos aos corredores de transportes, destacam-se importantes realizações de investimentos no setor: nos Corredores Leste e Mercosul, realização das

adequações de trechos rodoviários da BR-381 e BR-153, onde foram gastos 64% dos recursos no Estado de Minas Gerais, e na BR-101, onde foram gastos 67% dos recursos nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul;

• Quanto às outras realizações, são relacionadas a seguir as mais importantes ações em consonâncias com os objetivos setoriais de transportes:

a) no Corredor São Francisco:
   i) construção de trechos rodoviários na BR-135/BA;
   ii) construção de trechos ferroviários no Município de São Félix /(BA);
   iii) alargamento da ponte sobre o Rio São Francisco na BR-407/PE;

b) no Corredor Leste:
   i) construção e adequação de diversos trechos rodoviários nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo;
   ii) dragagem de aprofundamento nos portos de Rio de Janeiro e Vitória;

c) no Corredor Transmetropolitano:
   i) melhoramentos e obras no Complexo Portuário de Santos /(SP);
   ii) construção do Rodoanel;
   iii) adequação de diversos trechos rodoviários no Estado de São Paulo;

d) no Corredor Sudoeste:
   i) construção de trechos rodoviários no Estado de Mato Grosso do Sul;
   ii) construção de Terminal Intermodal em Campo Grande;
   iii) obras complementares da Ponte Rodoferroviária na BR-158, na divisa dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul;

e) no Corredor Mercosul:
   i) construção e adequação de trechos e contornos rodoviários nos Estados do Sul;
   ii) ampliação e recuperação dos molhes e berços, além de dragagem de aprofundamento dos portos de São Francisco do Sul, Itajaí e Rio Grande;

f) no Corredor Nordeste:

   i) adequação de trechos rodoviários da BR-101, nos Estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;
   ii) adequação de diversos trechos rodoviários nos Estados de Ceará, Paraíba e Alagoas;
   iii) melhoramentos da infra-estrutura e modernização dos Portos de Recife, Suape e Fortaleza;

g) no Corredor Araguaia-Tocantins:

   i) melhoramento e recuperação do trecho rodoviário da BR-319 no Estado do Amazonas;
   ii) construção e adequação de diversos trechos rodoviários nos Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, no Corredor Oeste-Norte;
   iii) adequação de trechos rodoviários na BR-060 nos Estados de Goiás e Distrito Federal;

iv) construção e adequação de diversos trechos rodoviários nos Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Goiás;
v) construção da Ferrovia Norte Sul;
vi) construção das eclusas de Tucuruí;

h) no Corredor Fronteira Norte:

i) construção de trechos rodoviários na BR-364 no Estado do Acre;
ii) construção de diversos trechos rodoviários nos Estados do Acre e Amapá.

• No Programa de Manutenção da Malha Rodoviária Federal, são realizados os mais importantes investimentos do modal de transportes rodoviários, com despesas correspondentes a 13% do total realizado no MT. Correspondem aos gastos com conservação, preventiva e rotineira, restaurações, serviços de manutenção terceirizada de rodovias e sinalização rodoviária;

• No Programa de Manutenção de Hidrovias e de Navegação Interior, a realização de manutenção em oito segmentos hidroviários do País cumpre os objetivos setoriais de melhoria de transporte nas hidrovias interiores. São realizadas atividades permanentes de monitoramento ambiental, manutenção das barragens e eclusas; sinalização, balizamento e dragagem de trechos; levantamento topobatimétrico e batimetria; e recuperação de atracadouros hidroviários. Um dos principais resultados alcançados foi a manutenção das barragens das hidrovias do sul;

• Quanto ao programa de Navegação Interior, seu principal resultado é a manutenção de transportes hidroviários transversais realizado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), órgão vinculado ao Ministério de Integração Nacional (MI), na barragem de Três Marias;

• No programa de Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval, foram entregues 25 embarcações, sendo que as liberações de recursos para as obras totalizaram aproximadamente R$ 700 milhões, com realizações de investimentos em estaleiros e construções de embarcações. A celebração dos contratos de financiamentos dos projetos aprovados é feita pelos agentes financeiros, que são independentes do Departamento da Marinha Mercante (DMM), órgão vinculado ao MT;

• Os principais fatores de sucesso para o alcance dos resultados são:

a) método de gestão por parte do Governo Federal, através do Projeto-Piloto de Investimento (PPI), que permitiu a formação de um grande volume de recursos orçamentários e financeiros, para atender a demanda de determinados programas de construção e recuperação da infra-estrutura no setor de transportes;
b) implementação de Agenda Portos e ISPS-CODE - código internacional para a segurança e a proteção de navios e instalações portuárias -, que permitiram a realização de investimentos mais específicos nas áreas de movimentação de cargas e de segurança portuária por meio de dispositivos legais estabelecidos.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

A aderência entre a estrutura programática atual e a estrutura organizacional do MT mostra certa dissociação entre as proposições e as práticas na execução das ações.

Os programas dos corredores de transportes, por exemplo, com recortes que extrapolam as Unidades da Federação e integram regiões diferenciadas nos aspectos econômicos, sociais e culturais, não revelaram o esperado resultado por meio da execução localizada de cada uma de suas intervenções. Além disso, é difícil estabelecer dependências diretas de sucesso ou insucesso dos programas quando suas ações não são integralmente executadas, já que alguns resultados localizados não conseguem influenciar o resultado do todo.

Por outro lado, a atual estrutura de corredores dificulta a gerência, o monitoramento e a avaliação, conjugando diversas ações que não se complementam e não propiciam ganhos sistêmicos em sua execução, acarretando a dispersão de esforços e de recursos.

A estrutura organizacional do Ministério e de suas entidades vinculadas está distribuída geograficamente de forma a atender às demandas e permitir a implementação das ações em cada uma das Unidades da Federação. Assim, como a execução das ações é identificada por seus localizadores geográficos, a composição dos programas poderia ser alterada para atender às demandas regionais, compatibilizando e integrando a infra-estrutura nacional de transportes e incentivando a utilização da multimodalidade com o objetivo de otimizar a aplicação dos recursos públicos.

CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte nos Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 764.956.921,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 574.581.699,00**
	Pago Estatais:	**R$ 514.054,00**
	Total:	**R$ 575.095.753,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 360.333.333,00	**-**	

INDICADOR

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Promover a integração multimodal, objetivando o aumento da capacidade e a redução do custo de transportes no corredor Araguaia-Tocantins.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• BR 010/TO - Ação Construção de Trecho Rodoviário - divisa TO/MA - Aparecida do Rio Negro, pavimentados 36,3 km e atacados 14,1 km no trecho da divisa MA/TO/ Aparecida do Rio Negro;

• BR 060/DF - Ações Adequação de Trecho Rodoviário - Brasília - divisa DF/GO e Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Distrito Federal (Crédito Extraordinário – RAP 2005), duplicados 17 km e restaurados 12 km no trecho Brasília/divisa DF/GO;

• BR 080/GO - Ação Construção de Trechos Rodoviários na BR-080 no Estado de Goiás (RAP 2005), pavimentados 19,5 km e atacados 25,2 km entre Dois Irmãos e Barro Alto;

• BR 153/GO - Ação Adequação de Trechos Rodoviários no Estado de Goiás (RAP 2005), duplicados 20,9 km, restaurados 60,1 km e atacados 15,7 km entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara;

• BR 060/GO - Ações Adequação de Trecho Rodoviário - divisa DF/GO - Entroncamento BR-153/GO e Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás (Crédito Extraordinário – RAP 2005), duplicados 14,6 km e restaurados 11,9 km no trecho divisa DF/GO/Rio Areias;

• BR 153/TO - Ações Adequação de Travessia Urbana em Araguaína e Adequação de Travessias Urbanas em Rodovias Federais no Estado do Tocantins, adequados 3,8 km na Travessia Urbana de Araguaína;

• BR 158/MT - Ações Construção de Trecho Rodoviário - divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira e Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Mato Grosso, pavimentados 17 km no trecho divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira;

• BR 070/GO - Ação Construção de Trechos Rodoviários - entroncamento GO-174 (Aparecida do Rio Claro) - divisa GO/MT (Aragarças), pavimentados 20 km e atacados 33,3 km entre Aparecida do Rio Claro e divisa GO/MT;

• Ferrovia Norte-Sul - Ações Construção da Ferrovia Norte-Sul; Construção da Ferrovia Norte-Sul (Crédito Extraordinário); Construção da Ferrovia Norte-Sul – Aguiarnópolis – Babaçulândia; Construção da Ferrovia Norte-Sul – Aguiarnópolis - Palmas e Construção da Ferrovia Norte-Sul – Babaçulândia – Palmas, concluídos 65 km, sendo 9 km no subtrecho 1 e 56 km no subtrecho 2. A obra está em andamento com 97 km concluídos no biênio 2005-2006, 102 km em execução e 306 km, aguardando ordem de serviço.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento do desempenho físico é realizado por meio de visitas aleatórias de técnicos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) durante o exercício e, ainda, por intermédio do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras (RAFFO), que é atualizado diariamente. Os dados definitivos referentes ao desempenho físico das ações em 2006 constam do RAFFO e do Relatório de Desempenho

- Agenda Portos e Projeto-Piloto de Investimentos, muito embora o órgão não tenha realizado os lançamentos de modo tempestivo no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

A seguir é apresentado um resumo dos dados financeiros registrados no SIGPlan e dos dados físicos registrados no SIGPlan, no RAFFO e no Relatório de Desempenho - Agenda Portos e Projeto-Piloto de Investimentos: das 86 ações listadas no SIGPlan, 28 não tiveram execução financeira em 2006; 40 apresentaram resultado entre 80% e 100%; nove apresentaram resultado entre 40% e 80% e 37 apresentaram resultado abaixo de 40%, resultando em um percentual médio de execução financeira de 69,6%.

No que diz respeito à execução física, apresentaram resultados:

a) acima de 100%, nove ações no SIGPlan e oito no RAFFO;
b) entre 80% e 100%, três no SIGPlan e quatro no RAFFO;
c) entre 40% e 80%, dois no SIGPlan e dois no RAFFO;
d) abaixo de 40%, 72 no SIGPlan e o mesmo quantitativo no RAFFO.

O que implica a realização de um percentual médio de execução física de 11,7% no SIGPlan e 11,4% no RAFFO.

Deve-se mencionar que, de um total de 69,6% de execução financeira realizada, a execução física rodoviária média atingiu 90,1% (concluído + atacado), enquanto a média geral foi de 11,4%. Uma das razões para essa baixa execução são os pequenos valores financeiros programados, inviabilizando a execução das ações propostas.

Com relação à execução orçamentária das ações do Programa, os principais entraves permanecem semelhantes aos dos anos anteriores, como, por exemplo, a existência de significativa quantia de restos a pagar, a expressiva quantidade de obras paralisadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e os extensivos prazos para aprovação das licenças prévias e de instalação concedidas pelos órgãos ambientais. O montante de recursos foi considerado insuficiente e o seu fluxo sofreu descontinuidade, embora não tenha prejudicado decisivamente a execução programada.

Cabe mencionar que, muitas ações desenvolvidas no Estado do Pará foram desaceleradas pela Companhia Docas em decorrência de ação investigativa da Polícia Federal, com apoio dos órgãos de controle, Controladoria-Geral da União (CGU) e TCU, denominada Operação Galiléia, acarretando deficiências na execução físico-financeira, com possível prejuízo ao desempenho do Corredor como um todo, especialmente no que se refere ao modal aquaviário.

Os principais óbices encontrados ao adequado monitoramento e registro da execução física correspondem a dificuldades na obtenção de informações, principalmente relacionadas às obras conveniadas. Adicionalmente, houve o efeito decorrente da rescisão dos contratos terceirizados de desenvolvimento na área de informática, implicando a necessidade de um período relativamente longo para a adaptação do novo prestador, o

Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Atualmente, encontra-se em desenvolvimento um *software* para coleta de dados vinculados às medições dos contratos e análise do desempenho das iniciativas do Programa.

Uma limitação institucional importante está relacionada com a pequena quantidade de pessoal permanente do órgão. Apesar da realização de concurso público em 2006, a necessidade do órgão não foi totalmente suprida. Também há grande carência de programas de treinamento e capacitação de servidores.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

CORREDOR FRONTEIRA NORTE

OBJETIVO

Incrementar o fluxo de pessoas e mercadorias entre os Estados do Amapá, Roraima, Amazonas, Acre e os países da fronteira norte do Brasil.

PÚBLICO-ALVO

População das fronteiras norte e oeste do País.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 211.584.600,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 157.400.000,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 157.400.000,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-156/AP

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

2. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-401/RR

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

3. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-174/RR

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

4. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-364/AC

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

5. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-317/AC

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Promover o desenvolvimento econômico e social da fronteira norte do País, possibilitando o intercâmbio com a Venezuela e outros países da região do Caribe.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• BR-156/AP, Ação Construção de Trecho Rodoviário Ferreira Gomes - Oiapoque (fronteira com a Guiana Francesa), pavimentação de 54 km;

• BR-364/AC, Ação Construção de Trecho Rodoviário - Sena Madureira - Cruzeiro do Sul, pavimentação de 2,6 km e estavam atacados 121,3 km entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul;

• BR-317/AC, Ação Construção de Ponte sobre o rio Acre (Fronteira Brasil/Peru), conclusão de ponte com 240 m de extensão.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento do desempenho físico é realizado por meio de visitas aleatórias de técnicos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) durante o exercício e, ainda, por intermédio do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras (RAFFO), que é atualizado diariamente. Os dados definitivos referentes ao desempenho físico das ações em 2006 constam do RAFFO, muito embora não tenha sido possível realizar o seu lançamento no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Com relação ao nível de execução financeira, das 23 ações listadas no SIGPlan, 12 não tiveram execução financeira em 2006, 13 apresentaram resultado abaixo de 40%, duas apresentaram resultado entre 40% e 80% e oito apresentaram resultado entre 80% e 100%, resultando em um percentual médio financeiro de 71,4%.

Em contraposição aos dados financeiros apresentados, foi observada uma execução física:

a) abaixo de 40% em 22 ações, segundo o SIGPlan, e em 19 ações, segundo o RAFFO;
b) entre 40% e 80%, não houve nenhum registro no SIGPlan ou no RAFFO;
c) entre 80% e 100%, houve um registro no SIGPlan e três registros no RAFFO;
d) acima de 100%, não foram registradas ocorrências no SIGPlan, enquanto houve um registro no RAFFO.

Com isso, no que se refere à extensão da manutenção realizada, alcançou-se um percentual médio de desempenho físico de 2,5%, segundo os registros do SIGPlan, e de 8,9%, conforme registros do RAFFO.

Cabe esclarecer que, de um total de 71,4% de execução financeira, houve alcance de 71,4% (concluído + atacado) da média de execução física rodoviária, enquanto a média geral foi de 8,9%. Uma das razões para essa baixa execução são os pequenos valores financeiros programados, inviabilizando a execução das ações propostas e, principalmente, porque a maioria das ações se refere às obras conveniadas sobre as quais as informações sobre a execução física são mínimas.

Com relação à execução orçamentária das ações do Programa, os principais entraves permanecem semelhantes aos anos anteriores, como por exemplo, a existência de significativa quantia de restos a pagar e a ocorrência de prazos extensivos para aprovação das licenças prévias e de instalação concedidas pelos órgãos ambientais. O atraso na aprovação do orçamento de 2006 também prejudicou o desempenho físico de algumas ações. Por outro lado, embora o fluxo de recursos tenha sofrido descontinuidade, não houve prejuízo decisivo sobre a execução física programada.

Com relação ao desempenho da execução física, os principais óbices encontrados correspondem a dificuldades de obtenção de informações, principalmente com relação às obras conveniadas (grande parte das ações sob responsabilidade do DNIT) e a existência de ações com muitas obras vinculadas. Adicionalmente, houve o efeito decorrente da rescisão dos contratos terceirizados de desenvolvimento na área de informática, implicando a necessidade de um período relativamente longo para a adaptação do novo prestador, o Serviço Federal de Processamento de Dados –(SERPRO). Atualmente, encontra-se em desenvolvimento um *software* para coleta de dados vinculados às medições dos contratos e análise do desempenho das iniciativas do Programa.

Uma limitação institucional importante está relacionada com a pequena quantidade de pessoal permanente do órgão. Apesar da realização de concurso público em 2006, a necessidade do órgão não foi totalmente suprida. Também há grande carência de programas de treinamento e capacitação de servidores.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

CORREDOR LESTE

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 658.011.626,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 409.375.962,00**
	Pago Estatais:	**R$ 41.973.463,00**
	Total:	**R$ 451.349.425,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR LESTE

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR LESTE

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição

vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

3. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR LESTE

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Faz-se necessária a manutenção e ampliação da utilização dos vários modais de transporte potencialmente existentes na região leste, objetivando racionalizar o transporte de cargas e passageiros, reduzir os seus custos e oferecer melhor atendimento aos usuários.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• BR 050/MG - adequação de trecho rodoviário na divisa MG/SP - divisa MG/GO, obra em andamento, com conclusão de 48,3 km entre Uberlândia e o rio Tejuco;

• BR 153/GO – adequação de trecho rodoviário entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara, tendo sido concluídos 42,8 km e estando atacados 15,7 km;

• BR 265/MG – construção de trecho rodoviário na divisa RJ/MG – Ilicínea, construídos 32,7 km e atacados 16,2 km entre Ilicínea e a divisa MG/SP;

• Ação Dragagem de Manutenção no Porto do Rio de Janeiro - realizados 313,5 mil m^3 (86,6% da previsão);

• Construção de instalação portuária para inspeção fitossanitária no Porto do Rio de Janeiro, executada 90% da obra.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento do desempenho físico é realizado por meio de visitas aleatórias de técnicos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) durante o exercício e, ainda, por intermédio do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras (RAFFO), que é atualizado diariamente.

Os dados definitivos referentes ao desempenho físico das ações em 2006 constam do RAFFO, tendo em vista que o órgão não realizou de modo tempestivo os lançamentos no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). A seguir é apresentado um resumo dos dados financeiros do SIGPlan e físicos do SIGPlan e do RAFFO.

Das 103 ações listadas no SIGPlan, 34 não tiveram execução financeira em 2006, 32 apresentaram resultado entre 80% e 100%, 17 apresentaram resultado entre 40% e 80% e 54 apresentaram resultado abaixo de 40%, resultando em um porcentual médio de execução financeira de 71,2%.

No que diz respeito à execução física, apresentaram resultado:

a) acima de 100%, duas ações SIGPlan e sete no RAFFO;
b) entre 80% e 100%, cinco ações no SIGPlan e seis no RAFFO;
c) entre 40% e 80%, seis ações no SIGPlan e cinco no RAFFO;
d) abaixo de 40% houve 90 ações registradas no SIGPLan e 85 no RAFFO.

Resultando em um porcentual médio de execução física de 20,1% no SIGPlan e 20,1% no RAFFO.

Deve-se mencionar que, de um total de 71,2% de execução financeira realizada, a execução física rodoviária média atingiu 47,5% e a média geral 20,1%. Uma das razões para essa baixa execução são os pequenos valores financeiros programados, inviabilizando a execução da ação proposta.

Com relação à execução orçamentária das ações do Programa, os principais entraves permanecem semelhantes aos dos anos anteriores, como, por exemplo, a existência de significativa quantia de restos a pagar, a expressiva quantidade de obras paralisadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e os extensivos prazos para aprovação das licenças prévias e de instalação concedidas pelos órgãos ambientais. O montante de recursos foi considerado insuficiente e o seu fluxo sofreu descontinuidade, embora não tenha prejudicado decisivamente a execução programada.

Os principais óbices encontrados ao adequado monitoramento e registro da execução física correspondem a dificuldades na obtenção de informações, principalmente relacionadas às obras conveniadas. Adicionalmente, houve o efeito decorrente da rescisão dos contratos terceirizados de desenvolvimento na área de informática, implicando a necessidade de um período relativamente longo para a adaptação do novo prestador, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Atualmente, encontra-se em desenvolvimento um *software* para coleta de dados vinculados às medições dos contratos e análise do desempenho das iniciativas do Programa.

Uma limitação institucional importante está relacionada com a pequena quantidade de pessoal permanente do órgão. Apesar da realização de concurso público em 2006, a necessidade do órgão não foi totalmente suprida. Também há grande carência de programas de treinamento e capacitação de servidores.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

CORREDOR MERCOSUL

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas entre o Brasil e os países do Mercosul.

PÚBLICO-ALVO

Usuários do sistema de transportes da Região Sul do País.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 798.209.176,00	Empenho Liquidado:	R$ 650.005.844,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 650.005.844,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR MERCOSUL

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR MERCOSUL

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição

vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

3. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR MERCOSUL

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A integração comercial com os países do Cone Sul das Américas exige uma perfeita conexão entre os diversos modais de transportes no Brasil, viabilizando a obtenção de menores custos de transporte entre as nações beneficiadas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• BR 101/RS - Ação Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS - Osório/RS, adequados 10,5 km, estavam atacados 63,9 km no trecho divisa SC/Osório;

• BR 101/SC - Ação Adequação de Trecho Rodoviário - Palhoça - Divisa SC/RS, atacados 198,2 km em Palhoça divisa SC/RS;

• BR 116/SC - Ação Adequação de Contorno Rodoviário - Município de Curitiba (Leste), adequados 8,5 km do Contorno Leste de Curitiba;

• BR 158/RS - Ação Construção de Trecho Rodoviário - Santa Maria - Rosário do Sul, construídos 18 km, estavam atacados 35,1 km entre o km 329,2 e o km 404,9;

• Ação Construção de Rodovias Federais no Estado do Rio Grande do Sul, construídos 30,9 km entre o km 404,9 e km 443,9;

• BR 468/RS - Ação Construção de Rodovias Federais no Estado do Rio Grande do Sul, foram construídos 10,5 km, atacados dois km em Três Passos - Fronteira Brasil/Argentina;

• Ação Recuperação dos Molhes do Porto de Itajaí/SC (RAP 2005), obra iniciada em novembro de 2005 e concluída em 2006.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento do desempenho físico é realizado por meio de visitas aleatórias de técnicos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) durante o exercício e, ainda, por intermédio do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras RAFFO, que é atualizado diariamente.

Os dados definitivos referentes ao desempenho físico das ações em 2006 constam do RAFFO, do Relatório de Desempenho - Agenda Portos e Projeto-Piloto de Investimentos, muito embora o órgão não tenha realizado os lançamentos de modo tempestivo no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

A seguir é apresentado um resumo dos dados financeiros registrados no SIGPlan e dos dados físicos registrados no SIGPlan, no RAFFO e no Relatório de Desempenho - Agenda Portos e Projeto-Piloto de Investimentos.

Das 73 ações listadas no SIGPlan, 13 não tiveram execução financeira em 2006, 43 apresentaram resultado entre 80% e 100%, sete apresentaram resultado entre 40% e 80% e 23 apresentaram resultado abaixo de 40%.

No que diz respeito à execução física, apresentaram resultado:

a) acima de 100%, 11 ações registradas no SIGPlan e 14 no RAFFO;
b) entre 80% e 100%, nenhuma no SIGPlan e no RAFFO;
c) entre 40% e 80%, duas no SIGPLan e duas no RAFFO;
d) abaixo de 40%, 60 no SIGPLan e 57 no RAFFO.

Resultando em um porcentual médio de execução física de 24,9% no SIGPlan e 24,5% no RAFFO.

Deve-se mencionar que, em um total de 82,5% de execução financeira, a execução física realizada rodoviária média atingiu 96,6% (concluído + atacado) e a média geral 24,5%. Uma das razões para essa baixa execução são os pequenos valores financeiros programados, inviabilizando a execução das ações propostas.

Com relação à execução orçamentária das ações do Programa, os principais entraves permanecem semelhantes aos dos anos anteriores, como, por exemplo, a existência de significativa quantia de restos a pagar e os extensivos prazos para aprovação das licenças prévias e de instalação concedidas pelos órgãos ambientais. O montante de recursos foi considerado insuficiente e o seu fluxo sofreu descontinuidade, embora não tenha prejudicado decisivamente a execução programada.

Os principais óbices encontrados ao adequado monitoramento e registro da execução física correspondem a dificuldades na obtenção de informações, principalmente relacionadas às obras conveniadas. Adicionalmente, houve o efeito decorrente da rescisão dos contratos terceirizados de desenvolvimento na área de informática, implicando a

necessidade de um período relativamente longo para a adaptação do novo prestador, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Atualmente, encontra-se em desenvolvimento um *software* para coleta de dados vinculados às medições dos contratos e análise do desempenho das iniciativas do Programa.

Uma limitação institucional importante está relacionada com a pequena quantidade de pessoal permanente do órgão. Apesar da realização de concurso público em 2006, a necessidade do órgão não foi totalmente suprida. Também há grande carência de programas de treinamento e capacitação de servidores.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

CORREDOR NORDESTE

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transportes nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 663.532.374,00	Empenho Liquidado:	R$ 506.489.435,00
	Pago Estatais:	R$ 28.077.517,00
	Total:	R$ 534.566.952,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
R$ 233.500.000,00	-	

INDICADORES

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR NORDESTE

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR NORDESTE

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Promover a ocupação e permanência do cidadão no interior do Nordeste é fundamental para a integração e o desenvolvimento da região.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• BR 101/Nordeste - adequação no Rio Grande do Norte de 29 km por meio da Ação Adequação de Trecho Rodoviário - Natal - divisa RN/PB, atacados 46,7 km na Paraíba por meio da Ação Adequação de Trecho Rodoviário - divisa PB/RN - divisa PB/PE e 26 km em Pernambuco por meio da Ação Adequação de Trecho Rodoviário - divisa PB/PE - divisa PE/AL;

• BR 116/CE – execução da Ação Adequação de Trecho Rodoviário - Fortaleza - Pacajus - na BR-116, com 8,1 km concluídos e 1,5 km atacados no trecho;

• BR 230/PB – execução da Ação Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado da Paraíba, com 25,2 km de duplicação atacados e 25,2 km de restauração;

• Ação Construção do Cais 4 do Porto Interno de Suape - reiniciada obra em agosto (após três anos e meio de paralisação), com execução de 20% correspondentes à primeira etapa da obra e 65% correspondentes à segunda etapa da obra;

• Ação Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Fortaleza (CE)- obra em andamento com execução de 98,62% do previsto;

• Conclusão da Ação Melhoramentos na Infra-Estrutura Portuária do Porto de Suape.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento do desempenho físico é realizado por meio de visitas aleatórias de técnicos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) durante o exercício e, ainda, por intermédio do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras (RAFFO), atualizado diariamente.

Os dados definitivos referentes ao desempenho físico das ações em 2006 constam do RAFFO, do Relatório de Desempenho - Agenda Portos e Projeto-Piloto de Investimentos, muito embora o órgão não tenha realizado os lançamentos de modo tempestivo no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

A seguir é apresentado um resumo dos dados financeiros registrados no SIGPlan e dos dados físicos registrados no SIGPlan, no RAFFO, no Relatório de Desempenho - Agenda Portos e Projeto-Piloto de Investimentos.

Das 91 ações listadas no SIGPlan, 38 não tiveram execução financeira em 2006, 47 apresentaram resultado abaixo de 40%, 12 apresentaram resultado entre 40% e 80% e 32 apresentaram resultado entre 80% e 100%, resultando em uma porcentagem média de execução financeira da ordem de 70,9%.

No que diz respeito à execução física, apresentaram resultados:

a) abaixo de 40%, 81 ações registradas no SIGPlan e 72 no RAFFO;
b) entre 40% e 80%, duas no SIGPlan e três no RAFFO;
c) entre 80% e 100%, quatro no SIGPlan e quatro no RAFFO;
d) acima de 100%, quatro no SIGPlan e 12 no RAFFO.

Resultando em um percentual médio de execução física de 22,3% no SIGPlan e 23,7% no RAFFO.

Deve-se mencionar que, de um total de 70,9% de execução financeira realizada, a execução física rodoviária média atingiu 60,2% (concluído + atacado) e média geral de 23,7%. Uma das razões para essa baixa execução são os pequenos valores financeiros programados, inviabilizando a execução das ações propostas.

Com relação à execução orçamentária das ações do Programa, os principais entraves permanecem semelhantes aos dos anos anteriores, como, por exemplo, a existência de significativa quantia de restos a pagar e os extensivos prazos para aprovação das licenças prévias e de instalação concedidas pelos órgãos ambientais.

O atraso para aprovação do orçamento de 2006 também prejudicou o desempenho físico de ações, como por exemplo, as Ações Construção do Armazém Frigorífico no Porto de Fortaleza, Construção do Cais 4 do Porto Interno de Suape e Modernização dos Portos do Ceará. Embora o fluxo de recursos tenha sofrido descontinuidade, não houve prejuízo decisivo da execução física programada.

Os principais óbices encontrados ao adequado registro da execução física correspondem a dificuldades na obtenção de informações, principalmente relacionadas às obras conveniadas, que representam grande parte das ações do DNIT, ou a existência de ações com muitas obras vinculadas, como no caso da Ação Dragagem e Melhoramento na Infra-Estrutura do Porto de Suape.

Adicionalmente, houve o efeito decorrente da rescisão dos contratos terceirizados de desenvolvimento na área de informática, implicando a necessidade de um período relativamente longo para a adaptação do novo prestador, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Atualmente, encontra-se em desenvolvimento um *software* para coleta de dados vinculados às medições dos contratos e análise do desempenho das iniciativas do Programa.

Uma limitação institucional importante está relacionada com a pequena quantidade de pessoal permanente do órgão. Apesar da realização de concurso público em 2006, a necessidade do órgão não foi totalmente suprida. Também há grande carência de programas de treinamento e capacitação de servidores.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

CORREDOR OESTE-NORTE

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas em área que abrange parte dos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte nos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 363.787.672,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 246.841.129,00**
	Pago Estatais:	**R$ 42.933,00**
	Total:	**R$ 246.884.062,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADOR

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR OESTE-NORTE

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Promover a recuperação e interiorização dos meios de transportes para a região é fator preponderante para o seu desenvolvimento econômico e social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• BR 319/AM – na Ação de Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - divisa AM/RO - foram melhorados e recuperados 20 km entre Rio Tupãna e Igarapé Novo, 21,4 km entre Humaitá e rio Madeira e 7,2 km em segmentos pontuais;

• BR 364/RO – nas Ações Adequação de Trecho Rodoviário - Candeias do Jamari - UNIR (entre Candeias do Jamari e o acesso ao campus da Universidade Federal de Rondônia – UNIR) e Adequação de Trechos Rodoviários, foram adequados 17,3 km, e atacados mais 4,8 km;

• BR 364/MT - Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 - foram construídos 73 km, sendo 39,7 km no trecho entre Sapezal e Campos de Julho e 33,3 km entre Diamantino e Parecis.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento do desempenho físico é realizado por meio de visitas aleatórias de técnicos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) durante o exercício e, ainda, por intermédio do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras (RAFFO), que é atualizado a partir das informações prestadas pela empresa supervisora, no caso das obras rodoviárias. Os dados definitivos referentes ao desempenho físico das ações em 2006 constam do RAFFO, muito embora o órgão não tenha realizado o seu lançamento no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

A execução financeira registrada no SIGPlan demonstra que dentre as 59 ações listadas, 16 não tiveram execução financeira em 2006, 21 apresentaram resultado abaixo de 40%, 20 apresentaram resultado entre 40% e 80% e 18 apresentaram resultado entre 80% e 100%, o que significa um percentual médio de execução financeira de 64,2%.

No que tange à execução física, pelos dois sistemas de registro utilizados, 55 ações no SIGPlan e 50 no RAFFO apresentaram resultados:

a) abaixo de 40%, nenhuma no SIGPlan e duas no RAFFO;
b) entre 40% e 80%, nenhuma no SIGPlan e duas no RAFFO;
c) entre 80% e 100%, nenhuma no SIGPlan e nenhuma no RAFFO
d) acima de 100%, quatro no SIGPlan e sete no RAFFO.

Resultando em um percentual geral médio de execução física realizada de 12,6% no SIGPlan e de 17,9% no RAFFO.

Deve-se mencionar que, aos 64,2% de execução financeira realizada, corresponde a um avanço físico de 47,1% no modal rodoviário (concluído + atacado) e a média de 17,9% no conjunto das intervenções previstas no Programa. Uma das razões apresentadas para a baixa execução é a recorrência de pequenos valores financeiros programados, tornando inexeqüível a programação proposta, o que configura pulverização desconforme com o interesse público.

Com relação à execução orçamentária das ações do Programa, os principais entraves permanecem semelhantes aos dos anos anteriores, como, por exemplo, a existência de significativa quantia inscrita em restos a pagar, a expressiva quantidade de obras paralisadas de forma cautelar pelo Tribunal de Contas da União (TCU), os prazos extensivos para avaliação dos pedidos de licenças prévias e de instalação pelos órgãos ambientais, dentre outros.

Os principais óbices encontrados em relação à execução física correspondem a dificuldades na obtenção de informações, principalmente relacionadas às obras conveniadas. Adicionalmente, houve o efeito decorrente da rescisão dos contratos terceirizados de desenvolvimento na área de tecnologia da informação, implicando a necessidade de um período relativamente longo para a adaptação do novo prestador, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Atualmente, encontra-se em fase de homologação e teste um *software* para coleta de dados vinculados às medições dos contratos, o que possibilitará maior celeridade e segurança nos procedimentos atinentes à liquidação dos serviços, monitoramento e análise do desempenho das iniciativas do Programa.

No tocante ao emprego dos recursos orçamentários consignados na Lei de Meios, das 59 ações constantes no SIGPlan, 16 não apresentaram execução financeira no ano 2006. Ainda assim, 43 ações que tiveram recursos empenhados apresentaram execução financeira da seguinte forma:

a) entre 80% e 100% - Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado do Mato Grosso;
b) entre 40% e 80% - Adequação de Trecho Rodoviário - Candeias do Jamari - UNIR e Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - divisa AM/RO;
c) menos de 40% - as demais 40 ações.

De maneira geral, pode-se dizer que o mau desempenho da execução física deve-se, principalmente, à existência de significativa quantia de restos a pagar, à paralisação de obras pelo TCU, à dificuldade na aprovação das licenças prévias e de instalação concedidas pelos órgãos ambientais e à demora na conclusão das licitações devido à recorrente interposição de recursos por empresas concorrentes.

Uma limitação institucional importante está relacionada com a insuficiente quantidade de pessoal permanente do órgão. Apesar da realização de concurso público em 2006, a necessidade do órgão não foi totalmente suprida, notadamente no quadro de engenheiros, incompleto, o que pode comprometer a eficácia na gestão das obras e serviços capilares. Os servidores envolvidos na operação e gestão do Programa também se ressentem da ausência de uma política de treinamento e capacitação nas unidades em que estão lotados.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

CORREDOR SÃO FRANCISCO

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados da Bahia e Sergipe e o norte de Minas Gerais.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transportes nos Estados da Bahia, Sergipe e norte de Minas Gerais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 218.034.354,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 126.459.184,00**
	Pago Estatais:	**R$ 13.301.777,00**
	Total:	**R$ 139.760.961,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em

discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há necessidade de desenvolvimento da infra-estrutura de transportes para o escoamento da produção a custos menores como condição essencial para o desenvolvimento econômico e para a integração dessas regiões.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Adequação de trechos rodoviários na Rodovia BR-101 nos Estados de Sergipe e Bahia;

• Construção de contornos rodoviários no Estado da Bahia, ressaltando a obra em Feira de Santana;

• Construção de trechos rodoviários no Estado da Bahia – BR-135, BR-116, BR-235 e BR-418;

• Construção , ampliação e modernização da infra-estrutura portuária no Estado da Bahia - Portos de Aratu, Ilhéus e Salvador;

• Melhoramento do canal de navegação da hidrovia do rio São Francisco.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os dados de desempenho físico das ações em 2006 constam do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras (RAFFO) e dos sistemas de medição para acompanhamento do andamento das obras.

A execução física alcançou patamar 40% abaixo do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006, devido à existência de problemas nos processos licitatórios, na assinatura de convênios e ao grande número de editais analisados de maneira centralizada (cerca de 1.500) e ao contingenciamento das ações não integrantes do Projeto-Piloto de Investimentos (PPI).

Por outro lado, houve descontinuidade no fluxo de recursos em função da burocracia inerente aos processos para a liberação dos recursos de ações constantes do PPI. Nos demais casos, a diferença existente entre o limite para movimentação e empenho, de um lado, e o fluxo financeiro de outro, conduziu para alta inscrição de empenhos em restos a pagar.

No caso das ações que tiveram sua meta financeira atingida em 100%, essas foram integralmente empenhadas para cumprir os convênios com as Companhias das Docas e com o Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, operação realizada por meio de destaques.

Quanto à questão de execução orçamentária e financeira, desperta especial preocupação o histórico recente de elevado montante de recursos inscritos em restos a pagar, fato que pode comprometer a execução das ações não classificadas como PPI para os próximos anos.

O fator climático também tem sido empecilho para a realização de obras, tendo em vista que, constantemente, obras são interrompidas devido à ocorrência de chuvas. Com isso, tais obras apenas são retomadas após a assinatura de termo aditivo a seus contratos originais, implicando a necessidade de prorrogação do prazo contratual por período equivalente ao da paralisação.

Uma limitação institucional importante está relacionada com a pequena quantidade de pessoal permanente do órgão, com destaque para o insuficiente número de engenheiros para atender à demanda de fiscalização de obras. Também há grande carência de Programas de treinamento e capacitação de servidores, especialmente, no caso dos ingressantes.

Algumas restrições estão relacionadas ao atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios e com as dificuldades de celebração de convênios por inadimplência desses entes, obrigando sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e a realização de processo de tomada de contas especial.

O Programa necessita ainda de melhor definição, indicadores mais adequados e de implementação de ferramentas para melhor controle e avaliação de suas ações.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

CORREDOR SUDOESTE

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o sul do Estado de Goiás e parte da Região Sudeste.

PÚBLICO-ALVO

Usuários da malha de transportes na região.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 90.155.000,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 22.029.954,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 22.029.954,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR SUDOESTE

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR SUDOESTE

Unidade de medida: Parecer
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição

vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

3. CUSTO MEDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR SUDOESTE

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

4. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR SUDOESTE

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O aumento da produção de grãos na região demanda uma perfeita integração nos diversos modais de transportes, gerando empregos, reduzindo o custo de transportes e melhorando a trafegabilidade nas rodovias.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Construção do Terminal Intermodal em Campo Grande (MS);
- Construção do Trecho Rodoviário Três Lagoas/Selvíria/MS;
- Construção de Ponte Rodoferroviária sobre o rio Paraná em Aparecida do Taboado/MS;
- Construção de trechos rodoviários na BR-158/MS;
- Realização de obras complementares da Ponte Rodoferroviária na BR-158, divisa SP/MS.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os dados de desempenho físico das ações em 2006 constam do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras (RAFFO) e dos sistemas de medição para acompanhamento do andamento das obras.

A execução física alcançou patamar abaixo de 40% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006, devido a problemas nos processos licitatórios, na assinatura de convênios e relativos ao contingenciamento das ações não integrantes do Projeto-Piloto de Investimentos (PPI). Com isso, os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação apenas no caso das ações integrantes do PPI.

Cabe destacar que o desempenho físico foi prejudicado em face da necessidade de assinatura de convênios e do grande número de editais de concorrência para a realização de obras, as quais tiveram início ou foram concluídas somente ao final do exercício, conforme demonstram as ações que apresentam percentual de realização próximo ou igual a zero.

Quanto à questão de execução orçamentária e financeira, desperta especial preocupação o histórico recente de elevado montante de recursos inscritos em restos a pagar, fato que pode comprometer a execução das ações não classificadas como PPI para os próximos anos.

Uma limitação institucional importante está relacionada com a pequena quantidade de pessoal permanente do Órgão, com destaque para o insuficiente número de engenheiros para atender à demanda dos três modais de transportes e para a fiscalização de obras. Também há grande carência de programas de treinamento e capacitação de servidores, especialmente no caso dos ingressantes.

Algumas restrições estão relacionadas com o atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios e com as dificuldades de celebração de convênios por inadimplência desses entes, obrigando sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e a realização de processo de tomada de contas especial.

Outro aspecto restritivo resulta do acúmulo de editais de concorrência, cerca de 1.200 em 2006, em decorrência da necessidade de centralização de todas as licitações na sede, dificultando sua realização, assim como a celebração de contratos.

Apesar das articulações empreendidas pela Presidência da República (PR), ainda persistem alguns entraves junto aos órgãos de controle do meio ambiente, implicando alguma lentidão ao processo de licenciamento ambiental.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange o Estado de São Paulo e sudoeste do Estado de Minas Gerais.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transportes nos Estados de São Paulo e sudoeste de Minas Gerais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 192.818.557,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 80.102.067,00**
	Pago Estatais:	**R$ 8.314.993,00**
	Total:	**R$ 88.417.060,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	-	

INDICADORES

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição

vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

3. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Devido ao alto grau de movimentação de cargas e passageiros na região, a adequação das vias torna-se necessária, objetivando melhorar a segurança e o conforto, além de promover a redução dos custos de transporte.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Construção do rodoanel Mário Covas em São Paulo - Trecho Sul;
- Adequação de trechos rodoviários na BR-116 no Estado de São Paulo;
- Adequação de trechos rodoviários no Estado de São Paulo;
- Construção de pontes na BR-158/SP;
- Construção de ponte sobre o rio Paraná, entre Paulicéia (SP) e Brasilândia (MS), na BR-158/SP;
- Construção de trecho na BR-497;
- Entroncamento da BR-461 com a BR-364/MG;
- Obras no complexo portuário de Santos, São Paulo;
- Convém destacar que a maioria das obras foi realizada por meio de convênios, razão da apresentação do valor empenhado como realizado, entretanto, faltam alguns repasses financeiros, que são capazes de expressar mais claramente os valores incorridos e o andamento das mesmas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Não há mecanismos próprios para o monitoramento do desempenho físico das ações. Isto ocorre, em parte, devido à execução descentralizada, que traz dificuldades para a aferição das metas físicas antes da conclusão das obras, o que pode explicar o deficiente registro da execução física do Programa, situado no patamar definido de 40% a 80% da previsão da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006.

Quanto à suficiência dos recursos orçamentários executados, é possível apontar duas situações distintas: a das ações classificadas como Projeto Piloto de Investimentos (PPI), caso em que os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e a liberação de recursos ao longo do exercício teve fluxo compatível com a programação e a das ações não classificadas como PPI, caso em que os recursos orçamentários executados foram insuficientes e houve defasagem entre empenho e pagamento.

Uma importante restrição de natureza institucional, que compromete o melhor desempenho do Programa, diz respeito ao insuficiente quantitativo de recursos humanos alocados no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT). Para suprir essa necessidade, aguardam convocação cerca de 700 novos servidores aprovados no último concurso público realizado.

No âmbito das restrições institucionais, cabe ressaltar que permanece a insuficiência de recursos materiais, notadamente veículos e combustíveis para o acompanhamento e a fiscalização de obras.

Quanto à questão de execução orçamentária e financeira, desperta especial preocupação o histórico recente de elevado montante de recursos inscritos em restos a pagar, da ordem de R$ 700 mil em 2005 e R$ 1 milhão em 2006, fato que pode comprometer a execução das ações não classificadas como PPI para os próximos anos.

Algumas restrições estão relacionadas com o atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios e com as dificuldades de celebração de convênios por inadimplência desses entes, obrigando sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e a realização de processo de tomada de contas especial.

Outro aspecto restritivo resulta do acúmulo de editais de concorrência, cerca de 1.200 em 2006, em decorrência da necessidade de centralização de todas as licitações na sede, dificultando sua realização, assim como a celebração de contratos.

Apesar das articulações empreendidas pela Presidência da República (PR), ainda persistem alguns entraves junto aos órgãos de controle do meio ambiente, implicando alguma lentidão ao processo de licenciamento ambiental.

RECOMENDAÇÕES

• Realização de concurso público e convocação dos aprovados com o intuito de suprir as deficiências nos quadros do DNIT;

• Aperfeiçoamento dos indicadores com o intuito de melhor aferir e demonstrar os resultados alcançados;

• Realização de pesquisas e estudos capazes de demonstrar o alcance dos resultados.

EXPLORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO

OBJETIVO

Melhorar as condições de tráfego das rodovias e ferrovias federais mediante sua concessão à iniciativa privada ou pela transferência de sua administração aos Estados.

PÚBLICO-ALVO

Usuários e concessionários das rodovias e ferrovias federais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 22.090.000,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 11.836.446,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 11.836.446,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
R$ 794.000.000,00	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE CONCESSÃO DE MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não houve a aferição do índice tendo em vista que a gestão dos processos de concessão da malha rodoviária federal pertence a outro órgão, impossibilitando o fornecimento de informações consistentes por parte da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

2. TAXA DE TRANSFERÊNCIA DE MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não houve a aferição do índice tendo em vista que a gestão dos processos de transferência da malha rodoviária federal pertence a outro órgão, impossibilitando o fornecimento de informações consistentes por parte da ANTT.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A necessidade de redução dos custos de manutenção da malha rodoviária federal e de agilização na prestação dos serviços diretos aos usuários das rodovias são fatores que induzem o Programa de descentralização dos serviços aos Estados, Municípios e à iniciativa privada.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A Ação Fiscalização da Concessão dos Serviços de Exploração da Infra-estrutura Rodoviária teve sua meta atingida por meio da priorização da verificação da conformidade do planejamento anual das concessionárias e da realização de diversas iniciativas, dentre as quais pode-se destacar:

a) autorização, pela ANTT, da realização de várias obras como, por exemplo, o início da construção do novo trevo de Queimados (RJ), na Baixada Fluminense, km 198,5 da Via Dutra, iniciativa que contribui para impulsionar o desenvolvimento econômico da região e amplia a segurança dos moradores da comunidade circunvizinha na travessia da rodovia;
b) realização, pelas concessionárias, de investimentos privados em recuperação, conservação e manutenção da ordem de R$ 219 milhões nos 1.500 km de rodovias federais concedidas sob fiscalização da ANTT;
c) realização de 16 projetos de recuperação, reforço e alargamento em obras-de-arte especiais, implantação de quatro viadutos, seis passarelas, duas bases operacionais, duas pontes, um trevo, passagem inferior e ruas laterais nas rodovias concedidas;
d) execução, pelas concessionárias, de obras de recuperação de saias de proteção, duplicação de pistas simples, implantação de terceira pista, iluminação e reforço em proteção adicional de acordo com o Programa de Exploração da Rodovia.

• Realização de audiências públicas referentes à 2ª etapa de concessões rodoviárias, onde se prevê a licitação de mais de 2.600 km, distribuídos em sete trechos de rodovias federais nos Estados de MG, RJ, SP, PR e SC;

• A Ação Fiscalização da Concessão dos Serviços de Exploração da Infra-estrutura Ferroviária também teve sua meta atendida. As inspeções buscaram a verificação da conservação da malha, dos ativos operacionais e do cumprimento dos contratos e regulamentos pertinentes quanto à prestação do serviço, além da realização de diversas intervenções, com destaque para:

a) a regularização de situações detectadas que pudessem prejudicar a qualidade dos serviços prestados de acordo com padrões de segurança e de eficiência;
b) verificação das condições de conformidade dos aspectos legais, contratuais e econômico-financeiros visando a controlar o desempenho econômico e financeiro, conforme estabelecido em contrato, assim como o acompanhamento do Plano Trienal de Investimentos;

c) continuidade às autorizações e ao acompanhamento dos procedimentos relativos à prestação não regular e eventual de serviços de transporte ferroviário de passageiros com finalidade turística, histórico-cultural e comemorativa por meio do compartilhamento da infra-estrutura de transporte ferroviário de passageiros, de modo a estimular o desenvolvimento de atividades de turismo, a preservação da memória das ferrovias e a perpetuação de elemento importante da cultura nacional;
d) realização de estudos, apesar dos limites orçamentários impostos, atingindo bom desempenho.

• Na Ação Concessão e Regulação de Rodovias Federais houve a continuidade dos estudos sobre o banco de informações técnicas de transportes terrestres, da análise da exploração da faixa de domínio, e dos estudos e da análise dos impactos sócio-econômicos na Ponte Rio-Niterói;

• Realização dos estudos necessários à licitação da 2ª etapa de concessões, bem como a promoção de correções e a incorporação de parâmetros para melhorar o desempenho na gestão dos contratos;

• Início da elaboração do termo de referência para a contratação de empresa responsável pela realização dos estudos de tráfego e de viabilidade econômica de trechos rodoviários a serem contemplados na 3ª etapa de concessões rodoviárias;

• O desempenho da Ação Concessão e Regulação de Ferrovias Federais também alcançou bom nível de desempenho, especialmente por meio das seguintes realizações:

a) continuidade aos estudos de aprimoramento do marco regulatório do transporte ferroviário e da especificação e implantação dos sistemas de acompanhamento e fiscalização ferroviária;
b) análise dos estudos de viabilidade econômico-financeira do projeto de expansão da Ferrovia Norte-Sul, elaborados pela Corporação Andina de Fomento;
c) análise documental sobre projeto da ferrovia Transnordestina.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Há um sistema de acompanhamento de metas e atividades relacionadas às superintendências, no qual são cadastradas as informações bimestrais referentes às atividades classificadas em finalísticas, administrativas, empresariais, mercadológicas e tecnológicas.

Por intermédio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), é realizado o acompanhamento mensal das metas previstas para o ano, buscando-se assegurar o preenchimento por parte dos coordenadores de ação a fim de atender ao princípio da publicidade e transparência na gestão pública.

Também são desenvolvidos relatórios regulares de monitoramento, como ferramenta adicional de gestão, para que cada gestor possa prestar contas e avaliar o desempenho da Agência na prestação de suas obrigações legais.

A execução física situou-se no patamar de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006, enquanto o cumprimento das metas físicas foi eficiente visto que conseguiu atingir níveis satisfatórios de desempenho, mesmo com o contingenciamento no orçamento.

As ações de fiscalização tiveram suas metas cumpridas, mas foram prejudicadas pela impossibilidade de desenvolvimento de novos projetos, tornando impositiva a permanência das intervenções anteriores.

Ressalve-se que as iniciativas de estudos não obtiveram pleno desempenho devido à limitação orçamentária imposta aos órgãos e unidades jurisdicionadas da administração pública. Diante disso, houve a priorização da continuidade das iniciativas de fiscalização dos serviços e da infra-estrutura de transportes terrestres, impossibilitando o alcance de todas as metas fixadas para o Programa.

O contingenciamento do orçamento da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) também afetou a programação técnico-operacional das ações finalísticas, devido à impossibilidade de desenvolvimento de novos projetos. Contudo, as ações de estudo foram as mais prejudicadas, diante da impossibilidade de cumprimento das metas e da inexistência de condições para o início da realização de alguns dos novos estudos previstos.

A dotação disponível para execução orçamentária e financeira no exercício de 2006 foi insuficiente em relação aos parâmetros planejados e esperados pela Agência. Apesar do alcance das metas de fiscalização, impediu-se a realização de resultados mais expressivos, bem como a maior evolução dos estudos. Ademais, o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada.

No exercício de 2006, o atraso na liberação de recursos financeiros impediu que convênios de cooperação, bem como alguns contratos necessários ao apoio da realização das atividades fossem efetivados, diante da necessidade de trâmites demorados para que sejam acordados. Dessa forma, o alcance das metas foi comprometido, impedindo o cumprimento do planejamento realizado.

A aprovação da Lei Orçamentária somente em março de 2006 implicou a limitação legal de execução de despesas mensais a 1/12 do orçamento previsto, além da ocorrência, em alguns casos, de contingenciamentos de mais de 35% da dotação prevista. Com isso, as iniciativas planejadas pela Agência também foram afetadas pela falta de tempo hábil para a realização de novas contratações.

A Agência encontra-se em processo de reestruturação para alcançar o cumprimento de suas metas com maior eficiência e rapidez. Nesse sentido, vem realizando um processo de desconcentração de atividades por meio da criação de unidades regionais e postos de fiscalização e atendimento em várias cidades do País, de forma a tornar-se mais próxima e acessível ao público beneficiário de seus programas. A implementação da infra-estrutura

adequada ao alcance das metas também foi prejudicada pelas restrições orçamentárias já mencionadas.

O processo de preenchimento do quadro de servidores efetivos da Agência, ainda que parcial, somente teve início a partir de 2005. Entretanto, além da adequação da infra-estrutura da unidade central e de suas regionais, é necessário que se complete o quadro de efetivos, processo este também prejudicado pela ocorrência de contingenciamentos.

É necessária a revisão da regionalização da Ação Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Estrutura Rodoviária, demanda já sinalizada em anos anteriores, nas avaliações do PPA realizadas via SIGPlan. A ANTT possui entendimento, materializado em seus Programas de trabalho de fiscalização, acerca da necessidade de adoção de regionalização em nível nacional, como forma de viabilizar a melhor avaliação do seu desempenho físico e financeiro.

Uma vez que as Ações Concessão e Regulação de Ferrovias Federais e Concessão e Regulação de Rodovias Federais voltam-se, respectivamente, à consecução de estudos relativos a aspectos regulatórios das concessões ferroviárias e rodoviárias, entende-se que a titulação mais adequada para tais ações seria, respectivamente: Estudos para a Regulação da Concessão de Ferrovias Federais e Estudos para a Regulação da Concessão de Rodovias Federais.

Quanto à Ação Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Rodoviária, mantém-se necessária a unificação dos subtítulos sob um único título, sob pena de se prejudicar a avaliação do cumprimento das metas físicas em relação à eficiência da utilização dos recursos orçamentários. Isso é decorrente da aplicação dos recursos por subtítulo de fiscalização das concessões rodoviárias mostrarem-se de difícil execução.

No caso da ação direta, haveria necessidade de adoção de critérios complexos de apropriação de horas trabalhadas, enquanto, no caso de ação indireta, seria necessária a adoção de método de rateio da despesa realizada em função do peso relativo da atividade em cada concessionária beneficiária ou envolvida. Na medida em que se amplia o número de trechos e se consolida a atuação da ANTT, torna-se mais relevante a unificação dos subtítulos. Atualmente, há oito trechos concedidos a seis concessionárias.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A ANTT disponibiliza aos cidadãos-usuários diversas opções para contato, que incluem telefone, mensagem eletrônica pela Internet, atendimento pessoal, carta e fax. Independentemente do meio utilizado, todas as manifestações são registradas no banco de dados da Ouvidoria, recebem um número de protocolo e são encaminhadas para resolução. Tal procedimento garante a padronização e formalização de todos os atendimentos, possibilita que outros setores da Agência sejam cientificados e consultados, de forma sistemática, sobre os casos recebidos, proporcionando maior confiabilidade dos resultados que subsidiam a elaboração de relatórios gerenciais.

Por meio de audiências públicas, a Agência procura dar maior transparência e credibilidade às novas normas que estão sendo estabelecidas, na medida em que permite a participação dos usuários e das empresas do setor para buscar melhores soluções aos problemas. O recebimento de contribuições que apóiam o processo decisório é feito por meio de consultas públicas, que geram sugestões colhidas nas audiências e nos atendimentos da Ouvidoria.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL

OBJETIVO

Renovar e expandir a frota brasileira, mediante financiamento de embarcações construídas no País, para o transporte matítimo internacional e nacional, de passageiros e carga de navegação interior, de apoio marítimo e portuário e na atividade pesqueira.

PÚBLICO-ALVO

Empresas brasileiras de navegação, empresas de exploração de petróleo e gás no mar, parque industrial de construção naval e as empresas pesqueiras.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.653.077.150,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 1.032.316.350,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 1.032.316.350,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

O programa não foi avaliado.

INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

OBJETIVO

Desenvolver a infra-estrutura de transportes, promovendo, entre outras ações, a construção, a ampliação, a recuperação e a modernização da infra-estrutura rodoviária, ferroviária e aquaviária.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 176.645.850,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 138.063.358,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 138.063.358,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

Indicador em processo de definição.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado para sanar a necessidade da implantação de ações que modernizem e otimizem a intermodalidade do sistema de transportes, de forma a reduzir o alto custo do transporte de cargas e dinamizar o fluxo de passageiros entre as regiões brasileiras, colaborando ainda para a integração regional sul-americana.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• BR-040/MG, restaurados 4,4 km do entroncamento MG/452 – Santos Dumont;

• BR-226/CE, pavimentados 7,3 km entre Pedra Branca e Cruzeta;

• BR 365/MG, adequados 4,5 km entre Uberlândia e o acesso a Monte Alegre;

• BR-153/GO, adequados 3,3 km, atacados 4 km na Travessia Urbana de Anápolis.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Em relação a mecanismos de monitoramento, há visitas *in loco*, sistemas informatizados e relatórios de gestão.

Os recursos orçamentários foram insuficientes. Além disso, o fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. A execução financeira das 22 ações listadas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) ocorreu conforme descrito a seguir:

a) uma não teve execução financeira em 2006;
b) oito apresentaram resultado entre 80% e 100%;
c) nove apresentaram resultado entre 40% e 80%;
d) quatro apresentaram resultado abaixo de 40%.

Tais fatos significaram uma porcentagem média financeira realizada de 69,6%.

As execuções físicas constam do SIGPlan, do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras (RAFFO) e do Relatório de Desempenho - Agenda Portos e Projeto-Piloto de Investimentos (PPI). A execução física ocorreu da seguinte forma:

a) acima de 100%, duas ações no SIGPlan e uma no RAFFO;
b) entre 80% e 100%, nenhuma no SIGPlan e nenhuma no RAFFO;
c) entre 40% e 80%, nenhuma no SIGPlan e uma no RAFFO;
d) abaixo de 40%, 20 em ambos os sistemas.

Como resultado tem-se uma porcentagem geral média física realizada de 14,4% no SIGPlan e 16% no RAFFO.

Deve-se mencionar que, em um total de 69,6% de execução financeira, a execução física rodoviária média atingiu 22,5% (concluído + atacado). Uma das razões para essa baixa execução são os pequenos valores financeiros programados, inviabilizando a execução das ações propostas.

O cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na LOA ficou prejudicado devido, entre outros fatores, à existência de significativa quantia de restos a pagar e pelo atraso na aprovação do orçamento. Cabe citar que há dificuldades de obter informações com relação à execução física, principalmente, relacionadas às obras conveniadas. Adicionalmente, os entraves na obtenção das informações estão relacionados ao rompimento dos contratos terceirizados da área de informática, tendo havido necessidade de adaptação durante um período relativamente longo. Atualmente, encontra-se em desenvolvimento um programa para a coleta de dados vinculados às medições dos contratos, entre outros.

A quantidade insuficiente de recursos materiais nas equipes gerencial e executora tem prejudicado o andamento do Programa. Em 2006, houve melhorias nos recursos materiais no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), em especial na sede. No entanto, ainda há insuficiência de recursos como veículos, materiais e equipamentos de informática, entre outros.

Há uma quantidade inadequada de recursos humanos no órgão; ainda que tenha havido o concurso público em 2006, as necessidades não foram totalmente supridas.

Insuficiente qualificação e quantidade inadequada dos recursos humanos das equipes executoras. Falta de programas de treinamento e pequena quantidade de pessoal permanente do órgão; mesmo com concurso público, em 2006, a necessidade do órgão não foi totalmente suprida.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa promove mecanismos que promovam a participação social, como Ouvidoria, audiência e consultas públicas.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL

OBJETIVO

Manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego.

PÚBLICO-ALVO

Usuários das rodovias federais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.437.176.677,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 2.087.291.122,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 2.087.291.122,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE RODOVIAS COM BOAS CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 62
Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Na composição do índice apurado em 2006, foram consideradas as rodovias em condições boas (31%) e regulares (31%). Convém destacar que essa performance deve-se ao Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas (PETSE).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Manter a malha rodoviária em bom estado de trafegabilidade, promovendo maior segurança, conforto e economia aos usuários.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• BR-020: foram recuperados 338,2 km, sendo 29,2 km de restauração no Ceará, entre a divisa PI/CE e Fortaleza; 241,3 km (dos quais 12,1 km de restauração) na Bahia, entre a divisa GO/BA, entroncamento da BR-242 e 67,7 km de restauração no Distrito Federal;

• BR-040: foram recuperados 63,6 km (sendo 50,7 km de restauração) e estavam atacados 48,8 km, entre a divisa GO/MG e Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais;

• BR-116: foram restaurados 612,9 km entre o entroncamento da BA-306 (para Chorroxo) e a divisa BA/MG, no Estado da Bahia;

• BR-116/MG: foram restaurados 107,6 km e estavam atacados 39,9 km, entre a divisa BA/MG e a divisa MG/RJ;

• BR-116/PB: foram recuperados 153,5 km, entre a divisa CE/PB e a divisa PB/SE;

• BR-116/PR: foram restaurados 16 km e estavam atacados 3,1 km, entre a divisa SP/PR e a divisa PR/SC;

• BR-153/GO: foram restaurados 129,3 km e estavam atacados 15,7 km, entre a divisa TO/GO e a divisa GO/MG;

• BR-153/MG: foram restaurados 14 km e estavam atacados 8,5 km, entre a divisa GO/MG e a divisa MG/SP;

• BR-153/PR: foram restaurados 21,6 km, entre a divisa SP/PR e o entroncamento com a BR-272 (para Japira);

• BR-153/RS: foram recuperados 203,4 km (sendo 198,4 km de restauração) e estavam atacados 20,0 km, entre a divisa SC/RS e Aceguá;

• BR-153/TO: foram restaurados 183,2 km, entre a divisa PA/TO e a divisa TO/GO;

• BR-158/GO: foram restaurados 133,1 km, entre a divisa MT/GO e entroncamento com a BR - 060(A);

• BR-158/RS: foram recuperados 408,4 km (sendo 392,4 Km de restauração) e estavam atacados 111,1 km no trecho da divisa SC/RS e a Fronteira Brasil-Uruguai;

• BR-158/SC: foram restaurados 49,7 km, entre entroncamento da BR 282 e a divisa SC/RS;

• BR-163/MS: foram recuperados 263,4 km (sendo 138 km de restauração), entre a divisa PR/MS e a divisa MS/MT;

• BR-163/MT: foram restaurados 67 km e estavam atacados 36,9 km, entre a divisa MS/MT e Santa Helena;

• BR 163/SC: foram restaurados 11,8 km, entre São Miguel do Oeste e a divisa SC/PR;

• BR-174/364/MT: foram restaurados 38,2 km e estavam atacados 5,0 km, entre a divisa GO/MT e a divisa MT/RO;

• BR-222/PI: foram recuperados 76 km (sendo 15 km de restauração), entre a divisa CE/PI e Piripiri;

• BR-226/TO: foram restaurados 71,5 km, entre a divisa MA/TO e Wanderlândia;

• BR-242/BA: foram recuperados 478,6 km (sendo 270,7 km de restauração), no trecho situado entre o entroncamento com a BR-116 e o entroncamento com a BA-460;

• BR-251/MG: foram recuperados 32 km (sendo 28 km de restauração), no trecho do entroncamento da BR-116 ao entroncamento da BR-365;

• BR-262/MG: foram restaurados 132,6 km e estavam atacados 60,7 km, no trecho entre a divisa ES/MG e a divisa MG/SP;

• BR-262/MS: foram recuperados 63,3 km (sendo 60,2 km de restauração), no trecho entre a divisa SP/MS e Corumbá;

• BR-280/SC: foram restaurados 64,1 km, no trecho entre Porto de São Francisco do Sul e Canoinhas;

• BR-343/PI: foram restaurados 112,3 km e estavam atacados 2,1 km, no trecho entre Piripiri e Teresina;

• BR 343/GO: foram restaurados 79,9 km e estavam atacados 63 km, no trecho entre a divisa MG/GO e a divisa GO/MG;

• BR 365/MG: foram restaurados 269,2 km, no trecho entre Montes Claros e a divisa MG/GO;

• BR 316/PI: foram restaurados 39,2 km, no trecho entre Valença do Piauí e a divisa PI/PE.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento do desempenho físico é realizado por meio de visitas aleatórias de técnicos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) durante o exercício e, ainda, por intermédio do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras (RAFFO), que é atualizado diariamente.

Os dados definitivos referentes ao desempenho físico das ações em 2006 constam do RAFFO, muito embora o órgão não tenha realizado os lançamentos de maneira tempestiva no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

A respeito do nível de execução financeira, das 147 ações listadas no Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan), em 15 ações não houve registro de execução, 19 apresentaram resultado abaixo de 40%, 25 apresentaram resultado entre 40% e 80% e 103 apresentaram resultado entre 80% e 100%, importando na realização de um percentual médio de execução financeira de 85,4%.

Em face dos dados financeiros apresentados, foi observada uma execução física:

a) abaixo de 40%, em 121 ações, segundo dados do SIGPlan, e em 105 ações, segundo dados do RAFFO;
b) entre 40% e 80% , não houve registro no SIGPlan, e dois registros no RAFFO;

c) entre 80% e 100%, houve um registro no SIGPlan e cinco no RAFFO;
d) acima de 100%, foram registradas: 25 no SIGPlan e 35 no RAFFO.

Com isso, no que se refere à extensão da manutenção realizada, alcançou-se um percentual médio de desempenho físico de 33,5%, segundo os registros do SIGPlan, e de 68,3%, conforme registros do RAFFO. Quanto à sinalização realizada, atingiu-se um percentual médio de execução física de 78,8% segundo dados do RAFFO.

Em face das condições precárias de conservação em que se encontravam aproximadamente 25 mil km de pistas de rolamento de rodovias federais, o que colocava em risco a segurança e a vida dos usuários, ampliava o tempo de viagem e onerava os custos do transporte de bens e pessoas, influenciando negativamente o desenvolvimento do País, foi implantado e executado, no período de janeiro a novembro de 2006, o PETSE. Com isso, foi possível melhorar as condições de segurança e conforto em 23.330 km de rodovias em 22 Estados e no Distrito Federal.

No esforço de reabilitação das rodovias federais, foram implementadas diversas iniciativas específicas, visando à otimização dos investimentos. Parte dessas iniciativas foi materializada por meio da contratação de 46.296 km de conservação. No Programa de Recuperação, por exemplo, foram restaurados 3.416,8 km e recuperados 971,9 km, mediante a contratação da extensão total de 10.865,7 km, enquanto, no Programa Contrato de Restauração e Manutenção (CREMA) foram restaurados 585,9 km e recuperados 266,2 km, com extensão total contratada de 4.668,8 km.

Quanto à execução orçamentária das ações do Programa, os principais entraves permanecem semelhantes aos anos anteriores como, por exemplo, a existência de significativa quantia de restos a pagar e a ocorrência de prazos extensivos para aprovação das licenças prévias e de instalação concedidas pelos órgãos ambientais. O atraso na aprovação do orçamento de 2006 também prejudicou o desempenho físico de algumas ações. Por outro lado, embora o fluxo de recursos tenha sofrido descontinuidade, não houve prejuízo decisivo sobre a execução física programada.

Com relação ao desempenho da execução física, os principais óbices encontrados correspondem às dificuldades de obtenção de informações, principalmente no que concerne às obras conveniadas (grande parte das ações sob responsabilidade do DNIT) e à existência de ações com muitas obras vinculadas. Adicionalmente, houve o efeito decorrente da rescisão dos contratos terceirizados de desenvolvimento na área de informática, implicando a necessidade de um período relativamente longo para a adaptação do novo prestador, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Atualmente, encontra-se em desenvolvimento um *software* para coleta de dados vinculados às medições dos contratos e da análise do desempenho das iniciativas do Programa.

Uma limitação institucional importante está relacionada com a pequena quantidade de pessoal permanente do órgão. Apesar da realização de concurso público em 2006, a

necessidade do órgão não foi totalmente suprida. Também há grande carência de programas de treinamento e capacitação de servidores.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS

OBJETIVO

Manter as características físicas e operacionais das vias navegáveis interiores.

PÚBLICO-ALVO

Usuários das vias navegáveis interiores e armadores.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 31.288.000,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 27.372.586,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 27.372.586,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Devido à indefinição da metodologia de cálculo e de metas para o Programa no âmbito do PPA, além da falta de harmonia entre as administrações de hidrovias na implementação do Programa, não há como apurar a taxa.

As fórmulas das taxas estão sendo definidas junto às administrações de hidrovias, utilizando-se dos indicadores apresentados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão nº 351/2006.

2. TAXA DE NAVEGAÇÃO EFETIVA NAS HIDROVIAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
Devido à indefinição da metodologia de cálculo e de metas para o Programa no

âmbito do PPA, além da falta de harmonia entre as administrações de hidrovias na implementação do Programa, não há como apurar a taxa.

As fórmulas das taxas estão sendo definidas junto às administrações de hidrovias, utilizando-se dos indicadores apresentados pelo TCU no Acórdão nº 351/2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Para garantir a implantação de um sistema integrado dos modais de transportes, o Ministério dos Transportes (MT), no âmbito de suas atribuições, deve manter as características físicas e operacionais das vias navegáveis interiores, como forma de propiciar o desenvolvimento das regiões abrangidas pelas hidrovias.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Os principais resultados alcançados pelo programa foram materializados por meio da realização de dragagens, balizamentos, sinalizações, monitoramentos ambientais, paliteiros, espigões e novos estudos de expansão das hidrovias navegáveis;

• A atual dependência do Programa de repasses financeiros realizados por parte das Companhias Docas, implicando a possibilidade de ressarcimento de valores em futuro indeterminado, representa uma restrição institucional que prejudica a sua execução e seu desenvolvimento. Dessa forma, há problemas de disponibilidade de recursos em algumas Companhias Docas, a exemplo da Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA), implicando a não realização integral do montante de repasses referentes ao Orçamento de 2006, impedindo o ressarcimento das despesas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Atualmente, não há captação sistemática de informações relativas ao desempenho do Programa, devido às características das hidrovias, uma vez que as intervenções são condicionadas a fatores externos para que se alcance o avanço físico desejado. Isso significa que a manutenção de hidrovias é dependente de fenômenos da natureza, como, por exemplo, no caso da realização de dragagens ou de destocamentos.

Outro problema enfrentado pelo Programa Manutenção de Hidrovias decorre do direcionamento médio de 30% de seu orçamento para os pagamentos de pessoal realizados por meio dos convênios.

Durante o exercício de 2006, a execução física do Programa atingiu o patamar situado entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006. Entretanto, houve uma importante restrição relacionada ao fluxo de recursos, decorrente do atual modelo de execução do Programa, no qual o ressarcimento das despesas realizadas depende da conclusão da execução das atividades e do encaminhamento da prestação de contas para que, somente então, haja a efetivação dos pagamentos ou a execução dos empenhos correspondentes.

Embora os recursos tenham sido liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, houve prejuízo à execução do Programa, tal como o comprometimento do limite financeiro para o exercício seguinte, em razão da inscrição em restos a pagar ocasionada pelo sistema de ressarcimento, que difere da operação de antecipação de despesas.

Há insuficiência de recursos para a realização de manutenções em dragas e para a realização de estudos para o desenvolvimento de novos trechos navegáveis e a infra-estrutura de execução disponível também é insuficiente, necessitando de maiores investimentos e medidas de racionalização, tal como a implantação de unidades menores e mais próximas aos locais de atividade.

As equipes gerenciais são penalizadas com a insuficiência de pessoal (engenheiros e técnicos especializados), de equipamentos mais modernos para fiscalização, além da indisponibilidade de cursos de aperfeiçoamento, diante do elevado grau de especificidades da área.

As equipes executoras, por sua vez, também sofrem com a ausência de cursos de aperfeiçoamento, com a necessidade de aquisição de equipamentos mais modernos para navegação e com a utilização de equipamentos sucateados que demandam recuperação ou, em alguns casos, imediata substituição. Neste caso, embora não haja suficiência de pessoal, ao menos existe a perspectiva de convocação de pessoal concursado.

Outra fonte de preocupação são os atrasos decorrentes da lentidão no processo de licenciamento ambiental, obrigando que se recorra ao Judiciário para a solução dos litígios.

Do ponto de vista da concepção do Programa, emerge a necessidade de revisão do atual modelo institucional utilizado no sentido de promover ampla redefinição de atribuições e competências, possivelmente por meio da incorporação das administrações de hidrovias ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Encontra-se em estudo a implementação de instrumentos de participação social e avaliação da satisfação dos beneficiários dos serviços prestados, visando, inclusive, ao atendimento do Acórdão nº 351/2006-TCU.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

NAVEGAÇÃO INTERIOR

OBJETIVO

Prestar serviços de transporte hidroviário de cargas e passageiros no rio São Francisco.

PÚBLICO-ALVO

Armadores e usuários das hidrovias.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.014.822,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 5.524.119,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 5.524.119,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA NO RIO SÃO FRANCISCO

Unidade de medida: R$/t x km
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

O Programa se resume à concessão de subsídios à Companhia de Navegação do São Francisco (Franave) e à obrigação da União em proporcionar travessias no lago da barragem de Três Marias. Como há outros armadores atuando no rio São Francisco, além da Franave, e que não são abrangidos pelas ações deste Programa, o indicador escolhido é pouco apropriado para mensurar o resultado do Programa. O indicador só faria sentido se os custos considerados fossem os custos da estrutura de fretes da Franave contemplassem as grandezas 'unidade de massa transportada' e 'unidade de distância percorrida', para que fossem significativos e passíveis de apuração efetiva. Convém esclarecer que o plano de gerenciamento do programa previa a análise da estrutura de custos de fretes da Franave, por intermédio de relatórios bimestrais, evitando que os subsídios existentes se transformassem em *dumping*, para que a salutar concorrência entre as diversas modalidades de transporte de superfície pudesse existir, assegurada a navegação de outras empresas.

O Programa envolve transportes hidroviários longitudinais e transversais, assim como de cargas e de passageiros. Os transportes longitudinais variam em quantidade e percurso, enquanto os de travessia, apenas em quantidade. Há um conflito em torno desse

indicador e em relação às ações por ele tuteladas. Enquanto as ações alusivas ao transporte longitudinal são de fomento, as concernentes ao transporte transversal têm características sociais. O indicador espelha apenas parte do Programa (transporte longitudinal de cargas) e sobre ele não se tem, ainda, bases de referência, passadas ou futuras. O Programa, dada sua inconsistência, foi excluído na proposta do PPA 2008-2011. A Franave, responsável por 80% das ações do Programa e pelo indicador em tela, entrou em processo de liquidação, nos termos do Decreto nº 6.020, de 22 de janeiro de 2007.

2. CARGA TRANSPORTADA NO RIO SÃO FRANCISCO

Unidade de medida: t/mês
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Conforme mencionado, o indicador não é representativo por não considerar as distâncias percorridas. O Programa foi extinto em 2007 devido à sua inconsistência e a Franave, responsável por 80% das ações e pelo indicador, entrou em processo de liquidação nos termos do Decreto nº 6.020, de 22 de janeiro de 2007. Ao se manter o indicador para o acompanhamento de outras iniciativas, há que se explicitar que se trata de tonelada por mês, média anual.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Atender e fomentar a movimentação de carga no rio São Francisco e assegurar a circulação de cargas e passageiros nas cinco travessias mantidas pelo setor público para acesso ao Município de Morada Nova (MG), cujas vias de acesso foram interrompidas devido ao enchimento do reservatório da barragem de Três Marias.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A principal ação do Programa é a que alude ao transporte de pessoas, seus pertences e veículos na travessia do lago da barragem de Três Marias, em Minas Gerais, em face de sua impossibilidade de interrupção. Com a proposta de extinção do Programa Navegação Interior, suas ações migraram para o Programa Corredor São Francisco;

• A Ação de Gestão e Administração do Programa possuía o maior valor monetário alocado, sendo utilizada para o cumprimento do subsídio de custeio da Franave, diferenciando-se das usuais ações Gestão e Administração dos Programas (GAP);

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Em relação ao monitoramento do Programa, algumas reuniões de trabalho aconteceram, buscando assegurar o cumprimento do Plano de Gerenciamento do Programa. Contudo, a elaboração dos relatórios bimestrais, conforme previsto no Plano

de Gerenciamento do Programa, só foi cumprida pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

O Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) foi utilizado para a realização de consultas com freqüência mínima trimestral. A execução física média das ações do Programa ficou situada em um patamar 40% abaixo do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006.

A Franave não informou o cumprimento das metas físicas das ações Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados e Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados, nem enviou os relatórios previstos no plano de gerenciamento do Programa, apesar de seus servidores terem sido beneficiados.

A meta física relacionada à Ação Operação das Linhas de Navegação do rio São Francisco, no item carga transportada, é pouco adequada por não considerar em sua fórmula de cálculo a variável - distância percorrida.

A meta física estipulada para a Ação Operação das Linhas de Navegação no lago de Três Marias também é pouco representativa, uma vez que o dispêndio de recursos para se transportar um ou mais veículos, dentro do limite de capacidade da embarcação, pode ser considerado um custo fixo por travessia realizada. A suplantação dessa meta física, como verificado, não significa necessariamente bom desempenho, podendo ser resultante de sua inadequação qualitativa. Ainda com relação à mesma ação, sua meta deveria contemplar a satisfação dos usuários, ou seja, algo como o número de travessias ofertado ou a freqüência diária das travessias.

Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, tendo em vista que não houve qualquer comunicado à gerência do Programa nesse sentido.

A gerência entende que o Programa possui sérias deficiências de concepção, devido à existência de ações dissociadas de seus objetivos, indicadores e metas físicas não representativas, público-alvo mal caracterizado, além de classificação inadequada como programa finalístico. Portanto, não é possível realizar o dimensionamento dos recursos materiais e da infra-estrutura necessários ao seu gerenciamento e à sua execução. Ademais, as ações do Programa não se correlacionam com as atribuições da Secretaria de Fomento para as Ações de Transportes (SFAT), do Ministério dos Transportes (MT).

A concessão de subsídio ao serviço de travessia do lago da barragem de Três Marias, teve um desempenho classificado como médio, tendo em vista que a satisfação dos usuários não foi verificada. A Codevasf implementa as travessias sob sua responsabilidade por intermédio de convênios, mas a gerência desconhece o nível de satisfação dos usuários do serviço e mesmo a opinião do responsável pela regulação das travessias (Estado de Minas Gerais). Dessa forma, os recursos financeiros foram suficientes apenas para o cumprimento

da meta física e os relatórios de monitoramento, previstos no plano gerencial do Programa, só começaram a ser entregues em maio de 2006.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

SERVIÇOS DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

OBJETIVO

Garantir a qualidade na prestação de serviços de transporte na navegação interior, de cabotagem e de longo curso.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte aquaviário de carga e de passageiros.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 49.766.798,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 34.117.367,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 34.117.367,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE CARGA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento em conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

Nesse sentido, também estão sendo desenvolvidos estudos, mediante a contratação de empresas especializadas, objetivando a avaliação da capacidade de movimentação de cargas nos portos e terminais a fim de dimensionar a demanda de mercado nas Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. Também estão sendo desenvolvidos estudos sobre as Diretrizes para a Promoção e Defesa da Concorrência no Subsetor Portuário. Os resultados desses estudos possibilitarão ao executor do Programa uma avaliação quanto ao atendimento das demandas atuais e futuras e, somente então, haverá condições para a definição de indicadores adequados, que permitem a aferição de seus índices.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de completar a reestruturação institucional dos subsetores portuário e hidroviário, propiciando a melhoria das condições de competição da construção naval no mercado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Contribuição para o aumento de 7,4% na movimentação de unidades de contêineres passando de 3,6 milhões de unidades em 2005 para 3,7 milhões de unidades, em 2006;

• Contribuição para um aumento de 5% na movimentação geral de cargas (granéis sólidos, líquidos e carga geral), cuja movimentação em toneladas passou de 649,4 milhões em 2005 para 682 milhões, em 2006;

• Realização de 170 procedimentos de inspeção/fiscalização, com o objetivo inclusive de apurar denúncias ou indícios de práticas comerciais irregulares ou violação de dispositivos legais e regulamentares;

• Implementação do Sistema de Desempenho Operacional, com a integração ao sistema de todas as administrações portuárias;

• Aperfeiçoamento do marco regulatório do setor, com a edição ou alteração de normas visando à obtenção de ganhos de eficiência para o sistema por meio de estímulo à competição e à ampliação da oferta de serviços;

• Edição de 56 instrumentos de outorgas destinados a empresas de navegação e terminais de uso privativo.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Para o monitoramento do desempenho físico das ações, são utilizadas reuniões de trabalho, visitas *in loco*, sistemas informatizados próprios, o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e os relatórios de gestão demandados pelos órgãos de controle.

Nas reuniões de trabalho, os gerentes reúnem-se mensalmente com os coordenadores de ação, de modo a assegurar que todas as informações estatísticas relativas ao desempenho físico das ações produzidas pela entidade executora guardem coerência e unicidade com aquelas encaminhadas para a composição do Balanço Geral da União (BGU), da Mensagem Presidencial e outras, solicitadas por autoridades governamentais.

As visitas *in loco* são realizadas pelas unidades que desenvolvem as atividades finalísticas do Programa, viabilizando a produção de informações utilizadas pelos coordenadores de ação para alimentação do SIGPlan. Neste caso, ainda se verificam algumas dificuldades relacionadas à escassez de recursos financeiros para se firmar convênios de cooperação com outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, uma

vez que o quadro efetivo da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) ainda é insuficiente para o desenvolvimento adequado de todas as atividades de fiscalização na área de abrangência do Programa.

Ainda como instrumento de apoio à execução do Programa, foram desenvolvidos sistemas de informação (*softwares*) voltados ao atendimento de demandas das áreas técnicas e administrativas da entidade executora. Dentre estes, destacam-se:

a) o sistema corporativo, que compreende informações comuns às áreas de portos e navegação;
b) os procedimentos para outorga às empresas de navegação marítima, de apoio, interior e terminais de uso privativo;
c) o Sistema de Desempenho Portuário (SDP), que integra informações das 21 Autoridades Portuárias, 34 portos públicos e está sendo ampliado para integrar, no decorrer do exercício de 2007, os 128 terminais de uso privativo.

A respeito do desenvolvimento de sistemas de informação, cabe destacar as dificuldades relacionadas à escassez de recursos financeiros destinados a investimentos em equipamentos e material permanente, o que tem provocado uma taxa de desenvolvimento e manutenção de sistemas inferior à necessidade.

Encontra-se em processo de elaboração um instrumento administrativo (Instrução Normativa) visando à sistematização de procedimentos internos no sentido de se assegurar a prestação de informações em tempo hábil para alimentação do SIGPlan.

A ANTAQ, entidade executora do Programa, produz Relatório de Gestão estruturado, em conformidade com as orientações da Secretaria Federal de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União, onde são apresentadas, de forma sintética, as principais ações desenvolvidas.

Com uma execução física situada no patamar de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006, as ações finalísticas que compõem o Programa atingiram um resultado acima da meta programada, não obstante as dificuldades enfrentadas pelo agente executor, a ANTAQ que, durante o exercício de 2006, vivenciou uma situação completamente atípica, dada a ausência total de diretores ao longo de quase metade do exercício. Tal situação acarretou o impedimento de deliberações por falta de quorum legal, afetando, principalmente, a ação finalística à qual estão vinculadas as concessões de outorgas.

As metas físicas de maior importância foram em sua maioria alcançadas, concretizando um resultado médio situado no patamar de 80% a 100% da previsão constante da LOA, havendo ainda casos de execução superior a 100%. A exceção é feita apenas em ações de apoio administrativo, tais como Capacitação de Servidores, Assistência Médica e Odontológica e Auxílio Transporte.

Os recursos orçamentários foram insuficientes para a realização de despesas de capital (equipamentos e material permanente), impossibilitando a conclusão do processo de reaparelhamento da ANTAQ, tanto em sua sede, quanto em suas unidades administrativas regionais. Do total de recursos aprovados (LOA + Créditos), foram liberados pelo órgão setorial apenas R$ 36,1 milhões, sendo R$ 20,4 milhões destinados a Pessoal e Encargos Sociais, R$ 14,3 milhões a Outras Despesas Correntes e R$ 1,4 milhão a Despesa de Capital (Investimentos). Apesar da restrição mencionada, os recursos foram liberados ao longo do exercício em tempo hábil, em fluxo compatível com a programação.

O Programa também sofre restrições quanto ao quadro de servidores, considerado insuficiente para desenvolvimento das ações finalísticas, especialmente no caso das ações de fiscalização. Dessa forma, mostra-se necessário maior aporte de recursos dirigidos à formalização de convênios com órgãos e entidades nas diversas esferas de governo, com a finalidade de dar suporte à atuação da ANTAQ no cumprimento dessa atribuição.

As ações de maior impacto no Programa são aquelas de caráter finalístico, que embora tenham atingido a meta física programada, sofreram restrições em função do contingenciamento dos recursos orçamentários, conforme se segue:

a) Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura do Transporte Aquaviário - dotação autorizada (LOA + Créditos);
b) de R$ 1,9 milhão, a dotação liberada pelo órgão setorial foi de R$ 129,5 mil - contingenciamento de 93,2%. Ação 2090 - Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura do Transporte Aquaviário - dotação autorizada (LOA + Créditos);
c) R$ 8,2 milhões - dotação liberada (órgão setorial);
d) R$ 707,2 mil - contingenciamento de 91,4%.

Também foram descentralizados para a Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes (SEGES/MT), recursos no valor de R$ 300 mil para execução da Ação de Publicidade de Utilidade Pública, com execução de 100% do valor. Convém destacar que outros recursos descentralizados ao final do exercício ainda carecem de prestação de contas pelo executor.

Durante o exercício de 2006, a entidade executora do Programa instaurou dois processos de fiscalização para a apuração de denúncias de irregularidades na concessão de benefícios às pessoas com deficiência, conforme a Portaria Interministerial nº 003/2001 e aos idosos, conforme Resolução - ANTAQ nº 260/2004, apresentada pelo Ministério Público Federal em Santarém (PA).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Ouvidoria serve de elo de ligação entre as demandas da sociedade e o executor do Programa e responde aos pedidos de informação, esclarecimentos e reclamações diretamente aos interessados.

Outro importante mecanismo de participação social utilizado corresponde à submissão à audiência pública das propostas da ANTAQ de normas e regulamentos.

Durante o exercício, foram instaurados 25 procedimentos de fiscalização com o intuito de apurar denúncias, más práticas comerciais e indícios de violação de dispositivos legais e regulamentares.

A realização e manutenção de contatos permanentes com agentes econômicos, associações de classe, bem como participação em seminários, fóruns especializados e audiências públicas visam a aferir o grau de satisfação dos usuários.

Convém destacar como boas práticas o levantamento e a identificação dos macroprocessos desenvolvidos na ANTAQ, acompanhado do levantamento de dados e fluxos de informações realizado com a utilização de técnica de mapeamento de informações para atualização de seu banco de dados. Outra iniciativa positiva consiste na informatização total dos procedimentos administrativos e operacionais, inclusive para a coleta de dados e informações junto aos portos para fins de monitoramento.

RECOMENDAÇÕES

• Recomenda-se alterar o objetivo do Programa, para o qual sugere-se "garantir a prestação dos serviços de transportes aquaviários e da exploração da infra-estrutura portuária, condições de segurança, acessibilidade e modicidade tarifária";

• Recomenda-se nova definição de público-alvo, transformando-o em "usuários e agentes econômicos envolvidos nas atividades de transportes aquaviários e da exploração da infra-estrutura portuária";

• Recomenda-se a substituição do indicador denominado "Grau de Satisfação do Usuário de Transporte Aquaviário de Carga", devido à sua inadequação, por um conjunto de indicadores mais específicos e adequados, como: "Evolução da Movimentação de Contêineres nos Portos"; "Evolução da Movimentação de Carga Geral nos Portos"; "Evolução da Movimentação de Carga na Navegação Interior" e "Evolução da Movimentação de Passageiros na Navegação Interior".

SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

OBJETIVO

Garantir a qualidade na prestação de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e cargas.

PÚBLICO-ALVO

Usuários do transporte rodoviário de cargas e passageiros.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 21.261.294,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 11.463.522,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 11.463.522,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
No período destinado à apuração, ainda se encontrava em curso o estudo de avaliação dos resultados obtidos da Pesquisa de Satisfação dos Usuários.

2. GRAU DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
No período destinado à apuração, ainda se encontrava em curso o estudo de avaliação dos resultados obtidos da Pesquisa de Satisfação dos Usuários.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A modificação do papel do Estado na economia brasileira, com foco no melhor atendimento das demandas da sociedade por bens e serviços passíveis de fornecimento mais eficiente e eficaz quando oferecidos pela iniciativa privada, tem requisitado a implementação de processo de reestruturação administrativa do setor público, com vistas a proporcionar condições para regular e fiscalizar adequadamente o desempenho dos serviços prestados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A Ação Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Interestadual e Internacional de Passageiros teve um bom desempenho quanto à realização dos estudos para a regulação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e para o transporte rodoviário de cargas, apesar da meta não ter sido totalmente atingida. O produto adequado às características da Ação seria Estudo Realizado e não Outorga Concedida, conforme atual especificação legal;

• Houve também o desenvolvimento dos estudos que subsidiaram a adequação da etapa 1 dos 2º, 4º, 6º, 7º, 8º e 10º planos de outorga, que foram encaminhados ao Ministério dos Transportes (MT), o Diagnóstico das Linhas do Setor de Transporte Semi-Urbano de Passageiros do Entorno do Distrito Federal, além de estudos sobre o Reajuste Tarifário do Sistema de Transporte Semi-Urbano;

• Na Ação Fiscalização dos Serviços de Transportes Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, a quantidade de veículos fiscalizados atingiu o esperado com o total de 176.289 veículos;

• A Ação Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas é composta pela fiscalização do excesso de peso, do vale pedágio e do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga, totalizando 8,4 milhões de veículos fiscalizados;

• No período de apuração, as Ações Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros e Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas têm como produto esperado legalmente especificado, o número de veículos fiscalizados, o que não condiz com as características do trabalho efetivamente realizado pela Agência. Dessa forma, considerando-se como produto da Ação Empresa Fiscalizada, há pleno cumprimento do planejado, dentro das limitações impostas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Há um sistema de informação para o acompanhamento de metas e atividades relacionadas às superintendências, no qual são cadastradas as informações bimestrais referentes às atividades classificadas em finalísticas, administrativas, empresariais, mercadológicas e tecnológicas.

O acompanhamento mensal das metas anuais previstas é realizado por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), iniciativa que visa a

estimular a inserção de dados por parte dos coordenadores de ação em atendimento ao estabelecido em normatização pertinente e em cumprimento ao princípio da publicidade e transparência na gestão pública.

As gerências também desenvolvem relatórios regulares de monitoramento para que cada gestor possa prestar contas e avaliar o desempenho da Agência na prestação de suas obrigações legais.

A execução física do programa atingiu no período o patamar de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006. O cumprimento das metas físicas foi eficiente, apesar da não liberação total dos recursos previstos para o atendimento em decorrência de contingenciamento na dotação orçamentária, visto que conseguiu atingir níveis esperados de desempenho.

As ações de fiscalizações tiveram suas metas cumpridas, embora tenham sido prejudicadas pela impossibilidade de desenvolvimento de novos projetos, permanecendo apenas os anteriores.

A Ação Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Interestadual e Internacional de Passageiros ficou impossibilitada de obter o pleno desempenho devido à limitação orçamentária imposta aos órgãos e às unidades jurisdicionadas da administração pública. Com isso, houve a priorização da continuidade dos estudos para Otimização dos Fluxos de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros e para a Identificação e Proposição de Medidas para Desburocratização do Transporte Intermodal de Cargas.

A ação de realização de estudos foi a mais prejudicada, devido à impossibilidade de iniciar alguns dos novos estudos previstos.

A dotação orçamentária disponível para a execução da despesa no exercício de 2006 foi insuficiente em face do planejado esperado pela Agência. Embora as metas de fiscalização tenham sido atingidas, perdeu-se a oportunidade para a consecução de números de resultado mais expressivo.

A aprovação da Lei Orçamentária somente em março de 2006 implicou a limitação legal de execução de despesas mensais a 1/12 do orçamento previsto, além da ocorrência, em alguns casos, de contingenciamentos de mais de 35% da dotação prevista. Com isso, as iniciativas planejadas pela Agência também foram afetadas pela falta de tempo hábil para a realização de novas contratações.

A Agência encontra-se em processo de reestruturação para alcançar o cumprimento de suas metas com maior eficiência e rapidez. Nesse sentido, vem realizando processo de desconcentração de atividades por meio da criação de unidades regionais e postos de fiscalização e atendimento em várias cidades do País, de forma a se tornar mais próxima e acessível ao público beneficiário de seus programas. A implementação da infra-estrutura

adequada ao atingimento das metas também foi prejudicada pelas restrições orçamentárias já mencionadas.

Somente a partir de 2005, iniciou-se o preenchimento de parte do quadro de servidores efetivos da Agência. Entretanto, além da adequação da infra-estrutura da unidade central e de suas regionais, é necessária que se complete o quadro de efetivos, processo este também prejudicado pela ocorrência de contingenciamentos.

O contingenciamento do orçamento da ANTT também afetou a programação técnico-operacional das ações finalísticas, devido à impossibilidade de desenvolvimento de novos projetos. Contudo, as ações de estudos foram as mais prejudicadas, diante da impossibilidade de cumprimento das metas e da inexistência de condições para o início da realização de alguns dos novos estudos previstos.

No exercício de 2006, o atraso da liberação de recursos impediu que convênios de cooperação, bem como alguns contratos necessários ao apoio da realização das atividades fossem efetivados, pois estes exigem procedimentos demorados para que sejam acordados. Dessa forma, o alcance das metas ficou comprometido, visto que não houve tempo hábil para a realização de todo o seu planejamento.

A Ação Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Interestadual e Internacional de Passageiros volta-se à consecução de estudos relativos a aspectos de regulação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e para o transporte rodoviário de cargas. Dessa forma, entende-se que o nome mais adequado à ação seria Estudos para a Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros e para o Transporte Rodoviário de Cargas.

A Ação Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Interestadual e Internacional de Passageiros deveria ter seu produto esperado alterado para Estudo Realizado como forma de assegurar a coerência entre o produto esperado e o objeto da ação. No exercício de 2006, as ações de fiscalização ainda não tinham o seu produto esperado corrigido para Veículos Fiscalizados, o que de fato caracteriza o esforço de fiscalização empreendido pela Agência.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A ANTT disponibiliza aos cidadãos-usuários diversas opções para contato, que incluem telefone, mensagem eletrônica pela Internet, atendimento pessoal, carta e fax. Independentemente do meio utilizado, todas as manifestações são registradas no banco de dados da Ouvidoria, recebem um número de protocolo e são encaminhadas para resolução. Tal procedimento garante a padronização e formalização de todos os atendimentos, possibilita que outros setores da Agência sejam comunicados e consultados, de forma sistemática, sobre os casos recebidos, proporcionando maior confiabilidade dos resultados que subsidiam a elaboração de relatórios gerenciais.

Por meio de audiências públicas, a Agência procura dar maior transparência e credibilidade às novas normas que estão sendo estabelecidas, na medida em que permite a participação dos usuários e empresas do setor para buscar melhores soluções aos problemas. O recebimento de contribuições que apóiam o processo decisório é feito por meio de consultas públicas, que geram sugestões colhidas nas audiências e nos atendimentos da Ouvidoria.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Certificação Digital

Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental

Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural

Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica

Informações Integradas para Proteção da Amazônia

Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total de **R$ 1.141.135.024,00** em recursos previstos para a Advocacia-Geral da União (AGU), foram utilizados **R$ 1.113.717.552,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 1.141.135.024,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 1.113.717.552,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 1.141.135.024,00**	**Total realizado:**	**R$ 1.113.717.552,00**

Além disso, do total de **R$ 22.691.886,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 20.828.999,00.**

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Nas Impugnações e Revisões dos cálculos judiciais apresentados contra a União, a AGU tem contribuído para gerar sensível economia aos cofres públicos. Em 2006, dos R$ 9,8 bilhões apresentados contra a União, foram impugnados R$ 4,3 bilhões, o que representa 44 % do total executado;

• Além da representação judicial e extrajudicial da União (Administração Direta) e da consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo, a AGU é responsável pela representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais (à exceção do Banco Central do Brasil - BC) por meio da Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão vinculado à AGU, criado pela Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, cobrindo 180 entidades e um universo de 804 unidades jurídicas;

• A respeito de sua atuação junto aos Tribunais Superiores, merece destaque: a exclusão de expurgo inflacionário em precatório complementar; a não incidência de juros de mora em processamento e pagamento de precatórios judiciais; a suspensão de pagamento de precatórios milionários, a exemplo do extinto Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no valor de R$ 3,3 milhões; a redução da ordem de R$ 770 mil em precatório expedido em reclamação trabalhista movida contra a Fundação Nacional de Saúde no Estado do Ceará; o recurso interposto junto ao Superior Tribunal Federal (STF) contra o pagamento indevido de honorários advocatícios em execução não embargada, resultando em acórdão favorável junto ao STJ em relação à matéria, além da obtenção de redução no valor de R$ 6 milhões em honorários advocatícios arbitrados de modo exorbitante e o provimento de Embargos interposto pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), relativamente à obrigatoriedade do pagamento de honorários advocatícios pelo desistente quando da adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS);

• No que se refere à arrecadação judicial, merece destaque o desempenho do órgão de arrecadação da PGF, responsável pela cobrança judicial de contribuições previdenciárias, que arrecadou cerca de R$ 4 bilhões, sem considerar os pagamentos efetuados nos parcelamentos do REFIS, Lei nº 11.196/2005, em benefício dos Municípios, e a Medida Provisória nº 303/2006, que concede redução de juros e multas;

• Destaca-se ainda a atuação da Procuradoria Federal junto ao INSS: manteve a cobrança de R$ 3 milhões de dívida de Prefeitura Municipal com o INSS, em Pedido de Restituição em face da Massa Falida de empresa, entendeu o STJ que é devida à restituição das contribuições previdenciárias descontadas dos salários do empregados e não repassadas aos cofres públicos e a cassação de liminar contra o INSS que suspendia a cobrança da contribuição patronal de Sociedade de Ensino Superior;

• Ressalte-se a atuação das Procuradorias junto às Agências Reguladoras, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) do DF, que evitou dispêndio financeiro da ordem de R$ 3,8 milhões, ao obter vitória em Ação Civil Pública, que questionava o critério de enquadramento na "subclasse residencial baixa renda", elevando os gastos concernentes à subvenção tarifária. E também em julgamento improcedente de pedido de revogação de reajuste tarifário da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern), cujo efeito contrário da decisão seria da ordem de R$ 47 milhões anuais, valor que poderia ser cobrado da União em ação de regresso, para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão;

• Em relação ao desempenho do Programa, os recursos destinados a despesas correntes e de capital, a execução orçamentária da AGU, sob a responsabilidade da Secretaria-Geral, foi de aproximadamente 97% do limite orçamentário autorizado para movimentação e empenho pelo decreto de programação orçamentária e financeira do exercício, Decreto nº 5.780, de 19.5.2006 e suas alterações;

• Na Ação Consultoria e Assessoramento Jurídico ao Poder Executivo, a execução financeira foi de 91,95%, sendo a execução física muito superior à meta prevista em função da implantação dos Núcleos de Assessoramento Jurídico (NAJs), ficando a redefinição das metas desta ação para o próximo PPA;

• A ação Correições nos Órgãos Jurídicos da AGU teve execução física 142,67% superior à meta e financeira de 54,92%; a Ação Representação Judicial e Extrajudicial da União teve execução física de 348,44% e financeira de 78,26%; e a Ação Representação Judicial e Extrajudicial das Autarquias e Fundações de 100,95% (física) e 89,5% (financeira). Observam-se níveis razoáveis de execução com leve subestimação dos custos unitários. Em 2006 foram analisados ou elaborados 72.760 processos de cálculos judiciais tendo a União como ré e 8.962 tendo a União como autora, resultando em montante de valores impugnados de R$ 4.284.261.207,36. Cabe observar que os números apresentados retratam o resultado da atividade de cálculos e perícias na Defesa Jurídica da União, o qual depende da especialização e da competência do corpo jurídico, de instrumentos de apoio técnico e administrativo, mas, principalmente, da demanda de processos em que a União é parte, dos valores das causas e da velocidade do andamento dos feitos no Poder Judiciário;

• Com relação à PGF, em 2006 foram movimentados 3.915.466 ações judiciais e extrajudiciais e produzidas 1.858.136 peças jurídicas (peças judiciais e extrajudiciais por atividade) na orientação e defesa dos interesses do INSS, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), do Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transporte (DNIT), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), da ANEEL, da Agência Nacional de Águas (ANA), da Agência Nacional do Petróleo (ANP), das Universidades Federais e de outras instituições, num total de 180 autarquias e fundações;

• Entre os fatores que impactaram negativamente o desempenho do Programa, consta o fluxo de recursos, principalmente quanto à aprovação de créditos suplementares solicitados via projetos de lei. Todavia, apesar da dificuldade aqui destacada, 2006 foi um ano proveitoso para a AGU, caracterizado, principalmente, pelo desenvolvimento de ações que constituíram manutenção da linha estratégica autorizada pela alta direção da Casa, especialmente por Sua Excelência o Senhor Advogado-Geral da União, destacando-se:

a) os esforços desenvolvidos em conjunto com os Excelentíssimos Senhores Advogado-Geral da União e Consultor-Geral da União, no sentido de que fosse promovida, pelo Poder Executivo, a isonomia salarial entre os membros da AGU e PGF e os das demais carreiras jurídicas da União (membros do Ministério Público e do Poder Judiciário). Obteve-se vitória parcial, mas foram abertos espaços para que a tese da isonomia prospere, de sorte a se tornar realidade em futuro próximo;

b) as tratativas com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) voltadas para a aprovação do Plano de Carreira dos servidores administrativos (este Plano já foi autorizado pelo Senhor Presidente da República);

c) a obtenção de prioridade, no MP, para a aprovação da estrutura da AGU, agora considerando a criação dos NAJs e Escritórios de Representação e as necessidades de operacionalização da PGF;

d) a realização de concurso para provimento de cargos administrativos de nível superior.

• A infra-estrutura inadequada para as equipes executoras é uma restrição ao desempenho do Programa, uma vez que a instituição encontra-se em expansão em virtude do intenso crescimento da demanda de atuação jurídica da União, tendo em vista o projeto de interiorização da justiça por parte do Judiciário com reflexos na advocacia pública;

• Por fim, uma restrição adicional refere-se à relativa inadequação dos recursos humanos disponíveis. Na área de apoio técnico-administrativo, a AGU ainda não dispõe de uma carreira para os servidores que nela atuam de forma a assegurar um melhor cumprimento das funções institucionais.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

O Programa da AGU Defesa Jurídica da União tem como objetivo representar a União judicial e extrajudicialmente e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo.

O Programa visa proporcionar os meios indispensáveis à condução das ações de representação judicial e extrajudicial da União, como ré ou autora, em qualquer instância em que seja demandada, assegurando a defesa dos seus direitos.

A estrutura programática do orçamento da AGU reflete os macroprocessos institucionais: consultivo, correicional, judicial, contencioso e a gestão da Instituição.

As ações orçamentárias estão sob a responsabilidade dos coordenadores de ação, que são os titulares das unidades administrativas da AGU correspondentes a cada macroprocesso.

A infra-estrutura inadequada para as equipes executoras é uma restrição ao desempenho do Programa, uma vez que a instituição encontra-se em expansão em virtude do intenso crescimento da demanda de atuação jurídica da União, tendo em vista o projeto de interiorização da justiça por parte do Judiciário com reflexos na advocacia pública. Acrescente-se a isto a publicação da Lei nº 11.419, de 19.12.2006, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 20.12.2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, com o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, que entrou em vigor em 19.3.2007, ou seja 90 dias após sua publicação. Outras dificuldades encontradas foram:

a) a não aprovação do Plano de carreira dos servidores administrativos;
b) a não aprovação da estrutura da AGU, agora considerando a criação dos NAJs e Escritórios de Representação e as necessidades de operacionalização da PGF, inclusive com a aprovação da Medica Provisória da Receita Federal do Brasil;
c) a realização de concurso para provimento de cargos administrativos de nível superior;
d) relativa inadequação dos recursos humanos disponíveis;

Na área de apoio técnico-administrativo, a AGU ainda não dispõe de uma carreira para os servidores que nela atuam de forma a assegurar um melhor cumprimento das funções institucionais.

A AGU passa por intenso processo de mudanças e, a partir das realizações sintetizadas nesta avaliação setorial, pode-se concluir que o grande desafio da Instituição é modernizar-se, para ser capaz de fornecer respostas qualificadas, na área jurídica (pareceres, intervenções em processos, etc) em tempo hábil.

O ano de 2006 foi particularmente produtivo, tendo culminado com a elaboração de um novo Projeto de Lei Orgânica para a AGU, capaz de conferir atualidade a diversos aspectos do mencionado processo de mudanças.

As discussões com o MP sobre o Plano de Carreira da área técnico-administrativa e a Estrutura da AGU apontam para um cenário favorável à aprovação de ambos, no início de 2007.

Dessa forma, são satisfatórios os resultados colhidos ao final do exercício, o que em grande parte pode ser creditado ao alinhamento dos corpos jurídico e administrativo da AGU com o desempenho qualificado da missão desta.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total de **R$ 322.138.811,00** de recursos previstos para a Controladoria-Geral da União (CGU), foram utilizados **R$ 318.192.801,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 322.138.811,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 318.192.801,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 322.138.811,00**	**Total realizado:**	**R$ 318.192.801,00**

Além disso, do total de **R$ 3.316.229,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 2.666.122,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A CGU, atua como órgão central do Poder Executivo Federal para as funções de controle interno e correição, desenvolvendo, ainda, ações voltadas para promoção da transparência, fomento ao controle social e prevenção e combate da corrupção. Quanto à função de controle interno, a CGU cumpriu seu dever constitucional com a realização do trabalho de auditoria de avaliação da gestão, que constitui verdadeira síntese crítica da totalidade das ações desenvolvidas pelos gestores públicos. Em 2006, em termos quantitativos, 1.316 unidades foram objeto da avaliação, sendo 995 da administração direta e 321 da administração indireta. A seguir encontram-se os principais resultados da CGU em 2006:

• No tocante a realização de auditorias de avaliação do desempenho dos contratos e acordos com organismos internacionais de financiamento e cooperação técnica, em 2006, foram auditados 198 projetos da carteira de 2005, sendo 121 referentes à cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), onde foram identificadas irregularidades que ensejaram pedidos de devolução de recursos da ordem de R$ 338, 3 mil, em 30 dos 121 projetos (25% do total auditado);

• Instituído pela Portaria CGU nº 247, de 20.6.2003, o Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos realizou, em 2006, três sorteios de Municípios (do 20º ao 22º Sorteio), oportunidades em que foram sorteadas e fiscalizadas 180 unidades municipais, examinando programas e ações de governo que envolveram, aproximadamente, R$ 1,2 bilhão em recursos públicos federais. Essas fiscalizações englobaram uma população total de 5,7 milhões de habitantes, o que representa em torno de 3,04% da população do País;

• Algumas ações de controle foram realizadas em conjunto com o Departamento da Polícia Federal do Ministério da Justiça (DPF/MJ) e os Ministérios Públicos, tanto em nível Federal quanto Estadual, sendo possível destacar:

a) Operação Alcaides: envolveu ações de controle em cinco Municípios do Estado de Pernambuco (Agrestina, Cupira, Lagoa dos Gatos, Manari e Panelas), apontando um prejuízo potencial de R$ 11, 6 milhões;
b) fiscalização no Município de Aracruz (ES): focada na análise da aplicação de recursos repassados ao Município no período de 2001 a 2006, apontando para um prejuízo potencial de R$ 9, 3 milhões;
c) fiscalização no Município de Bayeux (PB): análise do uso de recursos federais no período de 2000 a 2004, sendo constatado um prejuízo potencial de R$ 1, 2 milhão;
d) fiscalização no Município de Coremas (PB): detectou problemas ligados a diversas áreas, como construção de barragem de terra, canal de drenagem urbana, adutora para abastecimento hídrico residencial e melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas, apontando um prejuízo potencial de R$ 340, 4 mil;
e) Operação Grande Família: fiscalização na Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa, baseada na análise da aplicação dos recursos federais do Sistema Único de Saúde (SUS), com identificação de diversas irregularidades com um prejuízo potencial de R$ 7 milhões;
f) fiscalização realizada no Município de Icó (CE): consistiu na análise da aplicação dos recursos federais repassados ao Município evidenciando um prejuízo potencial de R$ 17, 3 milhões;
g) Operação Galiléia: consistiu em trabalho realizado a fim de apurar denúncias de irregularidades na Companhia Docas do Pará (CDP). As ações de controle realizadas evidenciaram situações de impropriedades e irregularidades que apontam para um prejuízo potencial de R$ 42, 02 milhões;
h) fiscalização realizada no Governo do Estado da Paraíba: os trabalhos foram realizados na cidade de João Pessoa, sede do Governo do Estado e nos Municípios de Coremas e Sousa;
i) fiscalização realizada no Município de Goiânia (GO): fiscalização para verificar a aplicação de recursos federais repassados ao Governo do Estado de Goiás, apontando para prejuízo potencial de R$ 296, 8 mil;

• No desempenho da função correicional, foram instaurados, no âmbito do Poder Executivo Federal sindicâncias e processos disciplinares que resultaram na demissão de 298 servidores em 2006;

• Inspecionou-se e verificou-se a regularidade de 3.779 processos disciplinares, instaurando-se diretamente 97 e foi determinada aos demais órgãos e entidades da Administração Pública Federal a instauração de outros 345 processos;

• Em relação às sindicâncias patrimoniais, instauraram-se 364 procedimentos de investigação preliminar de enriquecimento ilícito, a partir de informações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), da análise de declarações, ou de denúncias e representações fundamentadas;

• Foram realizadas 47 inspeções nos Ministérios por intermédio das Corregedorias Setoriais, o que proporcionou certificar a regularidade da gestão disciplinar, o cumprimento das recomendações e as determinações de instauração de procedimentos correcionais;

• No tocante as ações de promoção da transparência e fomento ao controle social, a Controladoria deu continuidade ao projeto Olho Vivo no Dinheiro Público, que tem por objetivos a promoção do controle social, a capacitação de agentes públicos e conselheiros municipais e a mobilização de lideranças comunitárias no que diz respeito ao acompanhamento, ao controle e ao cumprimento dos dispositivos legais na aplicação dos recursos públicos federais;

• Somente em 2006, 33 Eventos de Educação Presencial do citado Programa foram realizados, atingindo um total de 189 Municípios, contemplando todas as regiões do País, totalizando em quatro anos 1.859 agentes públicos municipais, 1.781 conselheiros municipais e 1.703 lideranças locais capacitadas em controle de recursos públicos;

• A prioridade atribuída pelo atual governo ao incremento da transparência pode ser constatada pelos avanços verificados no Portal da Transparência, que disponibiliza de maneira direta ao cidadão informações acerca das transferências de recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios, além de dados sobre as aplicações diretas dos Órgãos Federais e gastos dos cartões de pagamento (corporativos) do governo, lançado em 2004, contendo inicialmente 80 milhões de registros. Hoje, o Portal da Transparência abriga mais de 433 milhões de informações, envolvendo a aplicação de recursos federais superiores a R$ 2,76 trilhões;

• A CGU instituiu, em junho de 2006, Programa que tem por objetivo fortalecer a gestão municipal mediante a promoção de ações relativas ao fornecimento de orientações e informações necessárias à correta aplicação de recursos públicos. Todos os Municípios brasileiros com população de até 50.000 habitantes são abrangidos pelo Programa, bastando, para isso, que se inscrevam previamente. Os Municípios inscritos no Programa são selecionados mediante sorteios periódicos, que utilizam os mesmos mecanismos de sorteio das loterias federais, sob a administração da Caixa Econômica Federal (CEF). Apesar do pouco tempo de implantação, o Programa já conta com 711 Municípios inscritos.

• Em 2006, a CGU e a Secretaria da Receita Federal (SRF) realizaram o acompanhamento da evolução patrimonial de servidores públicos, por meio da análise de 17 mil declarações de imposto de renda de servidores;

• Além dos resultados alcançados em 2006, devem-se ressaltar também os esforços para concretização da reestruturação da CGU que efetivamente se deu com a publicação do Decreto n.º 5.683, de 24 de janeiro de 2006. Com a nova estrutura foram criadas a Corregedoria-Geral da União e a Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI); A Corregedoria-Geral passou a centralizar as ações de correição até então desenvolvidas por três corregedorias, assumindo a função de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, enquanto a SPCI passou a concentrar as ações de prevenção da corrupção e de promoção da transparência, até então dispersas nas várias unidades;

• Adicionalmente, a CGU passou a contar com uma Diretoria de Desenvolvimento Institucional, com atribuições de formulação e implantação de estratégias e mecanismos de integração, desenvolvimento e fortalecimento institucional;

• Diante do exposto, a análise e avaliação do conjunto de ações desenvolvidas em 2006, pela CGU indica o alcance dos seus objetivos estratégicos, voltados para ações de caráter preventivo e inibidor, contribuindo para a consolidação da instituição como centro de combate à corrupção e aproximando, cada vez mais, os instrumentos do controle e a sociedade;

• Pode-se atribuir grande parte do sucesso da CGU, não só em 2006, mas nos últimos anos, ao empenho da administração e dos servidores em superar as restrições e dificuldades para executar os projetos do órgão.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

Em relação à estrutura programática, a CGU passou a administrar um único Programa de Governo intitulado Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção. Essa alteração visou à unificação dos dois programas existentes em um mais abrangente e com representatividade mais ampla, que pudesse racionalizar e melhor representar as ações da Casa.

O antigo Programa Correição no Poder Executivo Federal foi transformado em uma Ação da Corregedoria-Geral da União, a fim de possibilitar uma maior transparência e visibilidade das atividades da área. Também foi criada a Ação Prevenção da Corrupção e Transparência das Ações de Governo, que visou agregar as atividades e os projetos de prevenção da corrupção, enfatizando a transparência, o estímulo social e a ampliação da eficiência da administração pública, de responsabilidade da SPCI.

Para incrementar a aderência entre a atual estrutura programática e a estrutura organizacional da CGU, torna-se necessário considerar a oportunidade de junção das Ações Fiscalização da Aplicação de Recursos Públicos Federais por Estados e Municípios e Controle de Execução dos Programas do PPA, considerando que tudo que é fiscalizado nos sorteios serve, dentre outros objetivos, para avaliar a execução dos programas de governo, tanto que o resultado das ações de governo fiscalizadas mediante sorteios são apropriados à Ação Controle da Execução dos Programas do Plano Plurianual. Além disso, a ação de Ouvidoria, atualmente integrante do Programa da Casa Civil, poderia ser incluída no Programa único da CGU.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total de **R$ 1.522.709.272,00** previstos para a Presidência da República (PR), foram utilizados **R$ 1.211.117.433,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 1.522.709.272,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 1.211.117.433,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 1.522.709.272,00**	**Total realizado:**	**R$ 1.211.117.433,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pela PR não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 155.887.173,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 117.460.802,00.**

PRINCIPAIS RESULTADOS

Por tratar-se de órgão em que a heterogeneidade da programação é uma característica marcante, preparar e apresentar o Relatório de Avaliação Setorial do Gabinete da Presidência da República (PR) representa um enorme desafio. Ademais, sua avaliação contempla a gestão de três estruturas organizacionais com *status* de Ministério, quais sejam, a Casa Civil, a Secretaria-Geral (SG) e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Dessa forma, por meio de uma abordagem baseada em programas e ações, são apresentados os principais resultados alcançados no âmbito da PR:

- Certificação Digital:

a) a disseminação da tecnologia da certificação digital é a principal estratégia para superação do problema apontado da insegurança no comércio eletrônico e das comunicações entre as organizações. Neste sentido, a expansão da Infra-estrutura de Chaves Públicas do Brasil (ICP-Brasil) contribuiu para sua disseminação, tanto no setor público, quanto no privado. A ICP-Brasil encerrou o ano de 2006 com 29 autoridades certificadoras credenciadas e 59 autoridades de registro, presentes em todos os Estados da federação, num total de 862 instalações técnicas;

b) várias ações abriram portas importantes para a consolidação da tecnologia, como por exemplo o desenvolvimento do aplicativo Nota Fiscal Eletrônica (NF-e);

c) a modernização do Judiciário, com a utilização de certificados digitais na informatização dos processos judiciais, o que facilitará o trabalho dos juízes de todo o País, que utilizarão a versão eletrônica dos autos, agilizando sua rotina e economizando recursos e tempo;

d) a Nota Fiscal Eletrônica NF-e fornece ao contribuinte uma forma prática, controlada, segura, transparente e de baixo custo para a emissão de suas notas fiscais de serviços. Pode-se afirmar que a Administração Tributária será beneficiada com o aumento da confiabilidade da nota fiscal, com a melhoria do processo de controle fiscal, em virtude do melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos, com a redução dos custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito, com a diminuição da sonegação e o aumento da arrecadação e do suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Secretaria da Receita Federal (Sistema Público de Escrituração Digital – SPED);

e) os avanços no Projeto da Plataforma Tecnológica da Autoridade Certificadora Raiz busca a autonomia tecnológica, o fortalecimento da soberania e o desenvolvimento de massa crítica sobre as áreas de conhecimento da criptografia e da certificação digital;

f) a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) concluiu importante etapa do desenvolvimento do Projeto Sistema de Gerenciamento de Certificados (SGC), restando para 2007 sua integração ao Projeto do Módulo de Segurança Criptográfica em desenvolvimento pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA);

g) o Instituto Nacional de Tecnologia de Informação (ITI) firmou convênio com a UFSC e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para a montagem de sala-cofre, naquela Universidade, destinada ao armazenamento e geração de assinaturas e informações digitais sigilosas. Instalada em ambiente seguro, a sala-cofre é um dos projetos integrantes do Programa João de Barro e, nela será desenvolvido o Projeto de Desenvolvimento de Massa Crítica, que visa à formação de mão-de-obra para os setores público e privado;

- Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental:

a) constitui o meio de acesso aos acervos recolhidos da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e aos extintos Serviço Nacional de Informações (SNI), Conselho de Segurança Nacional (CSN) e Comissão Geral de Investigação (CGI), possibilitando a emissão de certidões probatórias e cópias de documentos para a Comissão de Anistia, Pessoas Físicas e Jurídicas, para a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, além da realização de pesquisa acadêmica e Jornalística;

b) foi realizado concurso público para admissão de 182 servidores ao quadro permanente do Arquivo Nacional, possibilitando abertura de novas frentes de trabalho, avaliação de metodologias e ampliação dos serviços ao público;

c) houve melhoria nas condições de acesso, via novo portal, com maior disponilização dos dados e informações;

- Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural:

a) a Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) transmitiu ao vivo todos os 265 eventos do Presidente da República, além de 442 eventos dos Ministros;

b) a Agência Brasil foi referência para outras empresas jornalísticas, conquistando o prêmio de segunda melhor agência do País e mais seis prêmios de reconhecimento pela sua qualidade, demonstrando a viabilidade de sua atuação como veículo multimídia e da distribuição de centenas de matérias em vídeo e em áudio pela Internet;

c) ofereceu a todos os órgãos de imprensa do País e do mundo, um total de 24.236 matérias, 18.960 fotos, 256 vídeos e 216 áudios;

d) disponibilizou 1.300 matérias e uma grande série em áudio e vídeo. A Radiobrás definiu um protocolo de compromisso com o cidadão, que estabeleceu os princípios e parâmetros que orientaram a produção jornalística da empresa durante o processo eleitoral. Também elaborou um Código de Conduta, obtendo o comprometimento de todos os funcionários da empresa em zelar pelo caráter apartidário da cobertura eleitoral;

e) introduziu o chamado Fator Radiobrás, que permitiu uma leitura da votação não apenas em função de dados geográficos, como também dos dados econômicos, sociais e políticos, com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU);

f) a TV Brasil tem 46 entidades sul-americanas conveniadas para troca de conteúdo e 150 operadoras a cabo dispostas a distribuir o seu sinal;

g) a Radioagência teve 252.510 downloads de 1.320 emissoras do País que reaproveitaram suas matérias, enquanto o Radioclipping cresceu 87% e o Banco de Notícias 47%. A entidade encerrou o ano inaugurando a Rádio Mesorregional do Alto Solimões e editando o inédito Manual de Redação que foi distribuído para cada um dos funcionários da Empresa;

h) para a realização das transmissões ao vivo as equipes da Radiobrás percorreram 130.146 km de estradas;

i) para informar os atos e fatos do Presidente da República e dos Ministérios, a Radiobrás transmitiu 8.090 horas e a TV Nacional 8.138 horas;

j) a Radiobrás é retransmitida em 1.022 Municípios brasileiros e alcança 85% da rede NET;

k) o Presidente da República falou ao vivo em teleconferência com o primeiro astronauta brasileiro direto de Kürolev, na Rússia e fez videoconferência com a Seleção Brasileira de Futebol, na Alemanha, por ocasião da Copa do Mundo;

l) a Radiobrás realizou 99% do orçamento liberado para investimentos e 95% do valor destinado às despesas correntes da seguinte forma:

i) cresceu 22,5% em receitas próprias e 22,1% em ganho de produtividade;

ii) cuidou para que a tecnologia ajude a melhorar o trabalho de informar;

iii) desenvolveu uma nova Agência Brasil, agora com textos, fotos, sons e vídeos;

iv) informatizou a gestão de concurso público, da avaliação de desempenho e a cobertura das eleições;

v) cuidou da segurança;

vi) protegeu a rede contra ataques externos;

vii) adquiriu 17 servidores novos para melhorar a velocidade de processamento das informações e renovou 245 estações de trabalho;

m) a pontuação obtida na avaliação dos 20 indicadores do contrato de gestão atingiu, na média, 97,9%, o que significa pleno alcance das metas pactuadas pela organização. Na linha da inclusão social, a parceria com a Petróleo do Brasil S.A (Petrobras) assegurou a disponibilidade de recursos para a manutenção do serviço de legenda oculta em tempo real (*closed caption*) em mais de 25% da programação. A TVE Brasil é a primeira emissora educativa a prestar esse tipo de serviço aos deficientes auditivos e possui a maior cobertura do sistema dentre os canais abertos;

n) a Radiobrás alcançou sinergia concreta com a unificação das pautas da Agência Brasil, da TV Nacional, da NBr, da Radioclipping e do Banco de Notícias, ingressando definitivamente na era multimídia;

• Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica:

a) com foco no cidadão, nas demandas da sociedade, na melhoria das condições de trabalho do servidor, na otimização dos processos de produção e no aumento de produtividade, diversas ações foram ou vem sendo implementadas a partir do exercício de 2006, dentre as quais cabe destacar:

i) a comercialização dos jornais oficiais em versão eletrônica com certificação digital nos padrões da ICP-Brasil, para qualquer modalidade de assinatura, inclusive na empresarial, em que há cessão dos direitos autorais para as empresas contratantes, para fins de revenda de subprodutos aos cidadãos, preenchendo uma lacuna na oferta de subprodutos dos Diários Oficiais da União com garantia de autenticidade de conteúdo;

ii) otimização do fluxo de produção editorial dos jornais oficiais, com substancial redução no horário de fechamento das edições, antecipação dos processos de pré-impressão, impressão e expedição dos jornais, refletindo de maneira positiva na logística de distribuição em todo o País e proporcionando entregas mais cedo aos clientes;

iii) elaboração de projeto e preparação do ambiente editorial para criação de um novo caderno eletrônico do Diário Oficial da União (DOU), Seção 3, contendo somente atos referentes a contratos e licitações públicas a fim de atender demanda de empresas, órgãos públicos e sociedade por publicação oficial específica;

iv) ampliação dos pontos de revenda avulsa do DOU e do Diário da Justiça (DJ) em todo o País, além da manutenção do processo de credenciamento e contratação de bancas de jornal no Distrito Federal para comercialização em pontos de grande fluxo de cidadãos, como forma de disponibilizar informação oficial a todos. De maneira análoga, foram cadastradas e contratadas bancas nos Estados do Ceará, Rio de Janeiro e Espírito Santo, uma vez que não há imprensa oficial no Ceará e não houve interesse das imprensas oficiais dos outros dois Estados e realizar a comercialização;

v) em função do volume de matérias recebidas do Poder Judiciário, houve significativo aumento do número de páginas editoradas em 2006, comparativamente aos anos de 2003, 2004 e 2005, mesmo com a implementação do plano de otimização da mancha gráfica que contempla, dentre outros aspectos, a redução de espaços entre textos durante o processo de paginação, o que resultou em 420, 3 mil páginas editoradas contra 381, 3 mil páginas em 2005 (crescimento de 91,98%);

• Gestão da Política de Comunicação de Governo:

a) A otimização, o fortalecimento e a integração dos canais de comunicação dos órgãos do Poder Executivo Federal tem como objetivo informar e esclarecer aos cidadãos brasileiros sobre as políticas públicas, os programas e as ações governamentais;

• Dentre as iniciativas e os resultados obtidos, merecem destaque:

a) coordenação e execução de 110 ações de comunicação publicitária com o intuito de informar aos cidadãos sobre seus direitos e prestar contas à população;

b) aprovação de 5.906 ações de comunicação publicitária dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;

c) avanço na política de regionalização da mídia do Governo Federal, com evolução de mais de 50% no número de Municípios participantes e 46% no número de veículos programados, em comparação aos dois últimos quadriênios. No período, o número médio de Municípios programados passou de 799 para 1.199 e o número médio de veículos passou de 3.472 para 5.084;

d) o Fale com o Governo, serviço de relacionamento com os cidadãos, disponível no Portal Brasil, recebeu em média 7.000 mensagens/mês, tendo respondido aproximadamente 72 mil mensagens em 2006;

e) conclusão da reestruturação do portal da PR, <http://www.presidencia.gov.br>, com seu lançamento no primeiro semestre de 2006;

f) desenvolvimento do Sistema de Controle de Contratações das Ações de Publicidade da Secretaria de Comunicação Social (SECOM), o SECOMWEB, para dotá-la das competências, processos e ferramentas adequadas à administração da produção de ações comunicativas do governo;

g) revisão dos procedimentos de controle interno de contratações de ações de publicidade, com a redefinição dos critérios para a cotação de serviços junto a fornecedores e a negociação de nova tabela de custos internos, o que resultou na redução de custos, incorporação de itens inexistentes e revisão da forma de apresentação e descrição das peças;

• Gestão da Política Nacional sobre Drogas:

a) a Ação Apoio a Projetos Desenvolvidos pelos Órgãos do Sistema Nacional Antidrogas tem por finalidade promover o funcionamento integrado e sistêmico das organizações que compõem o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, bem como orientá-las quanto a sua atuação na redução da demanda de drogas, mediante o estabelecimento de convênios e outras formas de parcerias ao

financiamento, execução e acompanhamento de projetos, assim como disseminar os resultados com vistas a subsidiar políticas setoriais na área da redução da demanda e da oferta de drogas;

b) a previsão inicial de apoio a 20 projetos foi superada com a execução, diretamente pela Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), de 25 projetos mediante a realização de parcerias com entidades públicas ou privadas, contribuindo para a meta institucional de coordenação de políticas públicas e ampliando a capacidade nacional de redução da demanda e oferta de drogas;

c) a Ação Regularização do Contencioso tem a finalidade de financiar atividades necessárias à formalização de processo administrativo autuado na SENAD, relativo à Ação Penal correspondente que tramita no Juízo Criminal. Tal Ação contém ou pode conter o Auto de Apresentação e Apreensão de bens e/ou valores, a sentença condenatória que declare o perdimento do bem ou valor, além de eventual Acórdão e Certidão de Trânsito em Julgado, possibilitando, relativamente a esses valores, o depósito ou transferência para o Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) e, no que se refere aos bens, o exercício de controle para a sua destinação, conforme legislação em vigor, concorrendo ainda para evidenciar importante ação do Estado na discussão das atividades delituosas;

d) a Ação Capacitação de Agentes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas tem como finalidade promover a formação e a orientação dos agentes do Sistema Nacional de Políticas Públicas Antidrogras (SISNAD) para atuação na redução da demanda de drogas, através da qualificação de agentes públicos por meio de cursos, treinamentos e palestras, dentre outras ferramentas. Foi alcançada execução integral do recurso disponibilizado e financiada parcialmente, a capacitação de 20.000 professores da rede pública de ensino. A meta física prevista constituía-se na capacitação de 6.000 agentes;

e) a superação da meta física prevista decorreu da parceria firmada com o Ministério da Educação (MEC) e com a Universidade de Brasília (UnB), com o objetivo de capacitar os educadores de escolas públicas para o desenvolvimento de programas de prevenção do uso indevido de drogas e outros comportamentos de risco no contexto escolar;

f) a Ação Gestão e Administração do Programa proporcionou o apoio logístico e administrativo para que a SENAD alcançasse a articulação política com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o Ministério Público (MPU) e com outros órgãos do Poder Executivo para viabilizar ação integrada de redução da demanda de drogas;

g) a articulação e cooperação internacional para a redução da demanda de drogas, a coordenação e a elaboração de resposta ao questionário do Mecanismo de Avaliação Multilateral da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas da Organização dos Estados Americanos (CICAD/OEA), a participação efetiva e debates intersetoriais sobre a redução da demanda de drogas, a articulação com a comunidade científica e acadêmica para o desenvolvimento de metodologias e referenciais teóricos e a promoção de consensos nacionais à área de redução da demanda de drogas são iniciativas em que não há possibilidade de aferição

imediata de resultados em decorrência de seu caráter preventivo, de articulação, de organização e de coordenação de órgãos públicos e outros entes da sociedade que, organizados e orientados conforme uma Política Nacional, produzirão os efeitos necessários para reduzir a demanda e a oferta de drogas no País;

- Gestão de Políticas na Área da Presidência da República:

a) reestruturação do Centro de Capacitação e Desenvolvimento da PR;

b) participação de servidores em 2.632 ações de capacitação;

c) atendimento a 89 % das demandas de capacitação;

d) disseminação da Agenda Nacional de Desenvolvimento e do conceito de diálogo social e divulgação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES);

e) realização do projeto piloto do Observatório da Eqüidade, ferramenta do CDES para o estudo da situação das desigualdades no País;

f) realização de cinco reuniões plenárias do CDES, além de outras cinco regionais, em 2006;

g) implantação de nove novas unidades de ouvidoria no Poder Executivo Federal, totalizando 133 unidades em operação;

h) análise de 2.004 novas manifestações de cidadãos quanto à prestação de serviços públicos;

i) realização do 1º Curso de Capacitação em Ouvidoria Pública;

j) realização dos estudos estratégicos em Nanotecnologia e soluções estratégicas do Projeto Brasil 3 Tempos, na matriz de combustíveis e na melhoria da qualidade da educação básica;

k) inclusão Digital;

l) rede de Conhecimento da Amazônia/Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na Amazônia;

m) Sistema Multicritério para os cenários do Projeto Brasil 3 Tempos;

n) A Ação Sistema Federal de Ouvidorias apresentou execução física abaixo do programado em razão da impossibilidade de ampla divulgação dos serviços de ouvidoria nos meios de comunicação e o atraso na estruturação do serviço da central de atendimento (0800). A partir do exercício 2007, esta ação foi transferida para o programa Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção;

o) Na trajetória de disseminar temas fundamentais para o desenvolvimento do País e fortalecer o diálogo social, o CDES promoveu Workshops e Seminários em Brasília e São Paulo;

p) No cenário internacional, realizou o evento Mesa-redonda da América Latina - Mobilização e Diálogo Social, com a parceria do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC/ONU). Destaca-se ainda, a candidatura já referendada do CDES à Presidência da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS) para o biênio 2007-2009, sendo a posse em junho de 2007, na Assembléia Geral da Associação, em Pequim;

q) O CDES, a partir da criação do Observatório da Eqüidade, declarou, em sua Agenda Nacional para o Desenvolvimento, que as desigualdades vigentes

na sociedade brasileira representam um obstáculo estrutural ao desenvolvimento. Neste sentido, o trabalho em desenvolvimento pelo Observatório da Eqüidade objetiva ampliar o conhecimento da sociedade sobre situações de desigualdade, disponibilizando informações sobre as ações, projetos, políticas e recursos existentes que buscam materializar os objetivos e metas para superá-las;

- Informações Integradas para Proteção da Amazônia:

a) durante o ano de 2006, o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) centralizou esforços na realização de ações de gestão voltadas para a sustentabilidade do Sistema e no planejamento institucional de longo prazo;

b) deve-se destacar, como grande marco para o fortalecimento institucional em 2006, a realização de processo seletivo para a contratação de servidores temporários, com oferta de 220 vagas. Tal ação reduziu a dependência da terceirização de serviços, além de permitir a internalização de conhecimentos e redução de custos da instituição. Outro fato relevante foi a mudança do Centro de Coordenação Geral (CCG), em Brasília, para um novo prédio;

c) na busca do aprimoramento das práticas de governança, foi realizada capacitação do corpo gerencial do Censipam, por intermédio de parceria com o Ministério do Planejamento (MP);

d) o Censipam coordenou estudos e análises de viabilidade técnica para a execução de missões de imageamento demandadas por órgãos parceiros, envolvendo o emprego dos sistemas sensores instalados nas aeronaves de sensoriamento remoto do Sistema de Proteção Ambiental da Amazônia (Sipam). Em 2006, foram realizadas cinco missões de que totalizaram cobertura de 1.975.000 km²;

e) com relação às ações de Meteorologia, destaca-se a aprovação dos projetos nos editais nº 013 e 014 FINEP, o que possibilitará a criação de uma rede regional para estudos e monitoramento meteorológico na Amazônia Legal e a assinatura de acordo de cooperação técnica entre o Censipam e a Rede Amazônica para o fornecimento de boletins meteorológicos às três edições diárias de telejornais locais;

f) foram realizadas oito missões de articulação e manutenção de terminais remotos, reduzindo o número de terminais inoperantes e aumentando o tempo de uso dos mesmos;

g) os telefones do Sipam nas prefeituras foram instalados em local de acesso ao público;

h) a página na Internet foi publicada em agosto de 2006 e, dentre as novidades estabelecidas, há a inclusão de informações sobre os Estados da Amazônia Legal, legislação sobre a região, projetos de cooperação estabelecidos com outros órgãos, acesso a mapas, dados digitais, imagens de satélite, boletins meteorológicos, entre outros dados;

- Inteligência Federal:

a) foram produzidos 610 relatórios de inteligência, 3.212 pesquisas para atendimento de demandas da Casa Civil da PR, 41 certidões de dados pessoais e

834 informações para outros serviços de inteligência;

b) os conhecimentos abordaram variados temas de interesse nacional, com prevalência daqueles relacionados à segurança pública, ao terrorismo, à economia, à ciência e tecnologia, à dinâmica social, às políticas nacionais, à questão fundiária, ao meio ambiente, à conjuntura internacional e à não-proliferação de armas de destruição em massa;

c) equipes do Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis (Pronabens), realizaram diversas visitas técnicas a empresas das áreas química e biológica com o intuito de orientá-las a respeito das listas de controle de transferência de material sensível, além de dois seminários para a área nuclear;

d) na área científica e tecnológica, a ABIN desenvolveu e produziu a Plataforma Criptográfica Portátil (PCP), para ser empregada na instituição e em órgãos da alta administração, telefones seguros para centrais digitais, módulos criptográficos e assinatura digital utilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas Eleições de 2006, solução de segurança criptográfica para o Projeto da Rede Nacional de Inteligência de Segurança Pública (RENISP) da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), Módulo Gerador Aleatório (MGA), além de equipamentos de segurança da informação e das comunicações a serem utilizados por diversos órgãos integrantes da PR;

e) o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC), atuou de forma sistemática, por meio de avaliações, diagnósticos e orientações a empresas públicas e privadas na proteção do conhecimento sensível. O Programa foi implementado nos seguintes órgãos e entidades: Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel) e Faculdade de Administração e Informática (FAI) de Santa Rita do Sapucaí-MG;

f) a despeito das consideráveis dificuldades orçamentárias, financeiras e, em menor escala, de capital humano - particularmente nas áreas de Inteligência e Contra-Inteligência, a ABIN cumpriu suas competências legais de obtenção de dados e superou a meta de produção de conhecimentos sobre temas das conjunturas nacional e internacional;

- Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem):

a) o ProJovem teve como meta atuar em todas as 27 capitais brasileiras, a partir de 2005 e, desde 2006, foi expandido para as cidades com número igual ou superior a 200 mil habitantes, conforme dados do Censo Demográfico 2000, realizado pelo Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das regiões metropolitanas das capitais (34 cidades, no total). Atuar nas regiões metropolitanas das capitais representou uma consolidação do Programa como meio para a redução das desigualdades, criação de oportunidades aos jovens e combate à violência;

b) em 8 de maio de 2006, foi publicada a Resolução nº 25/CD/FNDE que visa contemplar ações voltadas para a formação inicial e continuada de educadores e coordenadores locais do ProJovem; aquisição de gêneros alimentícios para atendimento dos alunos matriculados no Programa; pagamento de educadores,

pessoal de apoio e coordenadores locais do ProJovem; e, excepcionalmente, locação de espaço físico, bem como, aquisição de material de consumo;

c) para que o material didático pudesse ser disponibilizado aos jovens matriculados no Programa, bem como aos educadores e aos coordenadores locais dos Municípios e do Distrito Federal, a Coordenação Nacional do ProJovem, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do MEC (FNDE/MEC), realizou processo licitatório em 2005 e 2006, para seleção e contratação de empresa especializada para prestação de serviços de impressão gráfica de materiais pedagógicos, para atender o Programa, serviços de embalagem, rotulagem, formação de encomendas, paletização, armazenagem e entrega dos materiais produzidos;

d) Em 2006, o material didático passou por um processo de reformulação em que todo o conteúdo foi revisto pelos autores das áreas específicas, e ainda, instrumentos de avaliação e cadernos de atividades pedagógicas foram reorganizados de modo a propiciar uma maior adequação às demandas dos diferentes atores que compõem a dinâmica pedagógica. Ao todo, foram adquiridos e entregues até 2006, 19.615 computadores, 19.615 estabilizadores, 2.154 impressoras a laser e 2.154 *switches*;

e) no ano de 2006, a Coordenação Nacional organizou uma série de encontros com as instituições formadoras do ProJovem das capitais. De 3 a 5 de maio foi realizado o Encontro Nacional das Instituições Formadoras, em Brasília (DF), um dos desdobramentos do encontro foi a realização de outros três encontros regionais, sediados em Recife, 5 e 6 de junho – Reunião Região Nordeste, Curitiba, 8 e 9 de junho – Reunião Regiões Sul e Sudeste e Brasília, 12 e 13 de junho - Reunião Regiões Norte e Centro-Oeste;

f) com o crescimento do ProJovem, houve a criação do seu sítio <http://www.projovem.com.gov.br>, um canal de comunicação e de divulgação mais direto e moderno, com a proposta de disponibilizar e tornar públicas todas as informações referentes ao funcionamento do Programa, abrir um canal de comunicação entre alunos e Coordenação Nacional, fazer uma interação das atividades de cada um dos Municípios participantes, divulgar o trabalho e as atividades nos Núcleos e Estações Juventude, estimular os alunos, professores e equipes de coordenação, além de registrar todos os acontecimentos do Programa. O sítio na Internet obteve o selo AAA – Acessibilidade Brasil;

- Promoção da Ética Pública:

a) as autoridades vinculadas ao Código de Conduta da Alta Administração Federal (CCAAF) estão em sua totalidade abrangidas pelos trabalhos da Comissão, resultando na análise de 100% das declarações sobre conflitos de interesses;

b) o número de pessoas capacitadas excedeu a meta prevista, contemplando principalmente, integrantes das comissões de ética e representantes da Comissão de Ética Pública (CEP) nos órgãos e entidades;

c) a execução financeira total passou de 40% em 2004, e 57% em 2005 , para 71% em 2006, sem aumento da estrutura da Secretaria Executiva da CEP. Todos os treinamentos e eventos previstos foram realizados, com vários excedendo

as metas previstas, devido ao trabalho junto à Escola de Administração Fazendária (ESAF) e Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

Os objetivos setoriais da Casa Civil , da Secretaria-Geral e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da PR , no que diz respeito às suas competências legais e suas atribuições regimentais, apresentaram uma perfeita sintonia com as orientações estratégicas de governo integrantes do PPA 2004-2007 e, consubstanciadas nos três megaobjetivos definidos, quais sejam:

a) inclusão social e redução das desigualdades sociais;
b) crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais;
c) promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

Assim, no que se refere às atribuições regimentares das organizações sob análise, pode-se dizer que a programação de 2006 encontra-se alinhada com os objetivos setoriais, embora, no caso de alguns programas, caiba o registro de problemas e inadequações pontualmente encontrados, como as apontadas a seguir:

a) Certificação Digital:
i) não foram explicitadas as características sócio-econômicas do público-alvo, que também poderia ser melhor segmentado;
ii) o adequado dimensionamento depende da melhor caracterização do público-alvo;
iii) uma melhor compreensão do potencial representado por Estados e Municípios poderá resultar na criação ou intensificação da atuação junto a essas esferas regionais, tanto no setor público quanto no setor privado;
iv) sobre a suficiência das ações, poderá haver necessidade de criação de novas ações;
v) necessidade de aprimoramento das metas físicas;
vi) necessidade de ampliar a definição de indicadores, estabelecendo sua correlação com um possível sistema de medição do desempenho global do ITI;
vii) necessidade de identificação das informações comparativas, com as quais seria possível estabelecer uma comparação pertinente com outras instituições nacionais ou internacionais, atuantes no mesmo segmento do ITI, além de estabelecer as principais relações de causa e efeito entre elas;

b) Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental:
i) necessidade de criação de nova ação orçamentária referente a atuação do órgão, como agente de modernização dos serviços arquivísticos governamentais, visto que a gestão de documentos federais não é

representada no conjunto atual das ações que, por sua vez, focalizam as funções de difusão da informação, preservação e organização do acervo. A ação proposta está definida na Lei nº 8.159, de 1991, e nos Decretos nº 4.073/2002 e nº 4.915, de 2003;

ii) ainda não há como aferir o alcance total da atuação do Arquivo Nacional junto aos órgãos governamentais, devido à ausência de ações específicas nas atividades contínuas de gestão de documentos e de divulgação do acervo. Atualmente, seus custos são apropriados na Ação de Gestão e Administração do Programa e, portanto, não são mensuráveis;

iii) sobre a suficiência de metas físicas, ainda não há pleno alcance do objetivo do Programa devido à ausência das ações específicas de gestão de documentos e de divulgação do acervo;

c) Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural: definição dos indicadores - para a Radiobrás há necessidade da criar um indicador que expresse a evolução qualitativa dos profissionais envolvidos e a qualidade das informações disponibilizadas.

d) Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica:

i) o Programa foi concebido com intuito de garantir a publicidade de atos oficiais, atuando nos problemas detectados na cadeia causal de produção e distribuição dos Diários Oficiais, por meio de ações coordenadas, garantindo a melhoria da eficácia na divulgação destes atos, bem como do processo produtivo. Outras medidas contribuíram para o desempenho do Programa, tais como aquisição de novos equipamentos de ponta, aquisições de peças para a reforma da impressora rotativa e outras em andamento;

ii) as metas físicas das ações merecem estudo para fins de adequação ao objetivo do Programa, pois neste exercício houve prejuízo de alguns objetivos;

iii) foram incluídos mais dois indicadores focados nos acessos ao sítio da Imprensa Nacional e nas assinaturas do DOU e DJ;

e) Informações Integradas para Proteção da Amazônia:

i) Entende-se a necessidade de uma revisão no objetivo do Programa;

ii) o Sipam permeia as atividades e gera informações de interesse a um público diverso e complexo, sendo oportuna a sua revisão para o PPA 2008-2011;

iii) o público-alvo previsto na concepção do projeto é suficientemente abrangente, ao ser caracterizado como "todos os órgãos de governo e a sociedade amazônica", entretanto, para melhor caracterizar e definir o foco de atuação do órgão, existe a necessidade de sua revisão para o PPA 2008-2011;

iv) as ações definidas no PPA não expressam fielmente as atividades do órgão e já existe em curso, no órgão, um processo de redirecionamento e reposicionamento estratégico, na busca de uma redefinição das ações, com o intuito de melhor representar o papel da instituição no Programa;

v) assim como as ações do Programa estão desajustadas em relação à atuação do Censipam, as metas relacionadas a cada uma destas ações também não são adequadas para se projetar a atuação do órgão;

vi) precisa-se definir melhor o indicador, uma vez que não é mensurado o desempenho global do órgão;

f) Inteligência Federal: a ABIN, no desempenho de suas atividades, relaciona-se com serviços de inteligência estrangeiros, além de agências de inteligência de diversos órgãos da administração pública em âmbito federal, estadual e municipal. Esse relacionamento, muitas vezes, exige a recepção de convidados e personalidades (delegações estrangeiras para encontros de trabalho), a troca de brindes institucionais, a realização de eventos (seminários, conferências e capacitação de pessoas para o exercício da atividade de Inteligência), implicando que o Programa Inteligência Federal necessite de ação voltada para a representação da Inteligência brasileira;

g) Promoção da Ética Pública:

i) necessidade de incluir no público-alvo os agentes públicos, previstos no Decreto nº 6.029/2007, dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;

ii) precisa-se contemplar a cooperação com Estados e Municípios;

iii) é necessário que as entidades e órgãos do Poder Executivo Federal tenham ações voltadas para a implementação da infra-estrutura ética (gestão, orientação e controle), uma ação voltada para campanhas educativas na sociedade seria importante;

iv) como a pesquisa sobre valores éticos não foi realizada, não foi possível avaliar a adequação dos indicadores com base em resultados concretos.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

OBJETIVO

Disseminar o uso da certificação digital na administração pública e no conjunto da sociedade brasileira e obter autonomia tecnológica em áreas estratégicas da tecnologia da informação e comunicação.

PÚBLICO-ALVO

Usuários de sistemas informatizados privados ou públicos e órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 18.524.952,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 11.273.657,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 11.273.657,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

Indicador em processo de definição

O processo de definição de indicadores é de alta complexidade e os mesmos estão sendo formulados mediante demanda do Comitê Gestor da Infra-Estrutua de Chaves Públicas do Brasil (ICP-Brasil). Já foram criados no decorrer de 2006 três indicadores para o Programa a serem aplicados a partir de 2007, quais sejam: Taxa de Crescimento do Credenciamento de Autoridades pela ICP - Brasil; Taxa de Incremento de Emissão do Certificado Digital e Taxa de Segurança Criptográfica da Chave Privada Emitida pelas AC da ICP - Brasil. A identificação de indicadores terá continuidade desenvolvendo-os nas perspectivas Resultados, Clientes, Processos, Tecnologia e Pessoas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerando o atual estágio de utilização da rede de computadores na sociedade, por meio do comércio eletrônico ou das comunicações entre organizações públicas e privadas, há necessidade de garantir um sistema de segurança e privacidade nas transações por intermédio da implementação e operação da ICP - Brasil, bem como a sua disseminação, fomento e desenvolvimento.

Além disso, a atual dependência de sistemas proprietários e monopolistas de hardware e software apresenta-se como um impeditivo para o desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação nacionais, como também para a promoção da inclusão digital.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• 29 autoridades certificadoras credenciadas;

• 59 autoridades de registro, presentes em todos os Estados, num total de 862 instalações técnicas;

• Desenvolvimento do aplicativo Nota Fiscal Eletrônica;

• Utilização de certificados digitais na informatização dos processos judiciais;

• Fomento a estudos e pesquisas, junto às universidades;

• Convênio com a Autoridade Certificadora do Rio Grande do Sul (AC-RS) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);

• Realização de avanços no projeto da plataforma tecnológica da Autoridade Certificadora Raiz;

• Conclusão de importante etapa do desenvolvimento do Projeto do Sistema de Gerenciamento de Certificados (SGC) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), restando para 2007 a sua integração com o Projeto do Módulo de Segurança Criptográfica em desenvolvimento pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA);

• Convênio com a UFSC e com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), para a montagem de sala-cofre na Instituição, destinada ao armazenamento e geração de assinaturas e informações digitais sigilosas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento institucional do Programa abrange todas as suas ações, tem freqüência mensal e acontece em reuniões gerenciais do Comitê de Gerência de Projetos do Programa João de Barro. Ademais, os projetos são acompanhados por meio de visitas técnicas do Gerente do Programa João de Barro às instituições desenvolvedoras e por meio de relatórios mensais de acompanhamento de projetos elaborados por essas instituições.

São utilizadas no Programa João de Barro ferramentas de gerenciamento de projetos, de gestão de conteúdo (CMS), de controle de versões, de gerência de requisitos e de gerência da qualidade dos produtos.

Em relação à execução física das ações, as metas inicialmente previstas foram frustradas e dessa forma, os coordenadores das respectivas ações foram orientados a analisar melhor as estimativas físicas e financeiras para o próximo PPA.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e com fluxo de liberação compatível com a programação, contudo os créditos suplementares foram aprovados tardiamente comprometendo a execução de algumas ações.

A disponibilidade de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras foi considerada inadequada e com nível de qualificação insuficiente, razão pela qual se executa, com o apoio da Universidade de Brasília (UnB), projeto voltado para a definição de quadro adequado de profissionais do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).

A lentidão na celebração de convênio com a Finep, entidade parceira no Programa João de Barro, em função de requisitos de ordem jurídica a que o ITI está submetido, restringiu a execução plena de algumas ações.

Foram descentralizados créditos e recursos por meio de convênios e Termos de Descentralização de Créditos na Ação Desenvolvimento de Criptossistemas em Código Aberto, a fim de que outros parceiros do Governo, tais como UFSC e ITA, pudessem contribuir com o Projeto. Os parceiros entregaram os produtos encomendados no prazo previsto e assim o Projeto está sendo executado de forma adequada.

As informações foram disponibilizadas através das respectivas prestações de contas, sendo que, durante todo o processo, houve uma excelente integração entre a gerência do Programa e o ente executor da Ação.

Não foram explicitadas as características sócio-econômicas do público-alvo assim como o seu dimensionamento.

Uma melhor compreensão do potencial representado por Estados e Municípios poderá resultar na criação e intensificação da atuação junto às esferas regionais, tanto no setor público quanto no setor privado, podendo haver a necessidade de criação de novas ações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui variados mecanismos que promovem a participação social tais como :

a) consulta pública: prática adotada no Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-Ping), onde o ITI participa em grupos de trabalho;
b) reunião com grupos de interesse: o ITI realiza anualmente, desde 2003, o Fórum de Certificação Digital, onde há a oportunidade de se reunir com diversos grupos de interesse a exemplo de segmentos da indústria, de entidades da ICP-Brasil e de delegações estrangeiras de organizações similares ao ITI;
c) estabelecimento de fórum de cooperação internacional com a Venezuela e a Argentina;

d) desenvolvimento do conhecimento mútuo com as empresas privadas que atuam no setor que opera o ITI.

O Programa João de Barro se utiliza continuadamente dos referenciais CMMi, PMBoK e dos padrões éticos estabelecidos para a Admistração Pública Federal (APF). Esses padrões são empregados pelo ITI e instituições conveniadas a exemplo do Centro de Análise de Sistemas Navais (CASNAV), UFSC e ITA para engenharia de software e gerência de projetos. Os padrões éticos procuram nivelar a conduta de desenvolvedores provenientes de culturas organizacionais diferenciadas.

RECOMENDAÇÕES

• Há necessidade de se aprimorar as metas físicas e a definição de indicadores, estabelecendo sua correlação com um possível sistema de medição do desempenho global do ITI;

• Nesse contexto, também há a necessidade de identificar as informações comparativas com as quais seria possível estabelecer uma comparação pertinente com outras instituições nacionais e/ou internacionais que atuam no mesmo segmento do ITI, além de estabelecer as principais relações de causa e efeito entre elas;

• Outro aspecto de suma importância é se constituir um quadro efetivo e qualificado de funcionários do ITI.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA GOVERNAMENTAL

OBJETIVO

Garantir o pleno acesso à informação arquivística governamental com a finalidade de apoiar às decisões governamentais de caráter político-administrativo e ao cidadão na defesa dos seus direitos, bem como contribuir para a produção de conhecimento científico e cultural.

PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 29.087.779,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 26.904.150,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 26.904.150,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO A DEMANDA DE ACESSO À INFORMAÇÃO PELOS CIDADÃOS E ÓRGÃOS PÚBLICOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 44,37
Índice previsto ao final do PPA: 87,45

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa visa cumprir o disposto no Parágrafo 2º do Artigo 216 da Constituição Federal, o qual determina que cabe à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. Conseqüentemente, o programa atende ao disposto na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, que, ao regulamentar esse princípio constitucional, identifica o papel singular do Arquivo Nacional como órgão competente na esfera do Poder Executivo Federal para exercer a gestão documental, bem como implementar e acompanhar a política nacional de arquivos.

O Programa de Democratização do uso da informação arquivística governamental é a estratégia mais eficaz para ratificar a legitimidade do Arquivo Nacional como agente fundamental no processo de modernização administrativa do Estado e no fortalecimento da cidadania. A ausência de padrões técnicos no que se refere à gestão, guarda, preservação e acesso aos documentos públicos, implica a dispersão e perda do patrimônio documental do País, a limitação do acesso à informação e o comprometimento da eficácia da própria máquina administrativa do Estado, além de significar desperdício de recursos humanos, materiais e financeiros.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Acesso ao acervo recolhidos da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), dos extintos Serviço Nacional de Informação (SNI), do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e da Comissão Geral de Investigação (CGI), possibilitando a emissão de certidões probatórias e cópias de documentos para a Comissão de Anistia, Pessoas Físicas e Jurídicas e para a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, além de viabilizar a realização de pesquisas acadêmicas e jornalísticas;

• Realização de concurso público para admissão de 182 servidores ao quadro permanente do Arquivo Nacional, possibilitando a criação de novas frentes de trabalho, avaliação de metodologias e ampliação dos serviços ao público;

• Melhoria nas condições de acesso, por meio do novo portal do Arquivo Nacional, com maior disponibilização de dados e informações.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

No âmbito da gerência, há diversos mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações, tais como :

a) reuniões trimestrais de trabalho, com a participação de toda a equipe do Programa, em que são debatidas as dificuldades encontradas e os resultados obtidos;
b) inserção mensal de dados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) pelos coordenadores de ação credenciados, subsidiando as reuniões mensais de coordenação que contam com a presença do gerente-executivo do Programa, responsável pela Assessoria de Planejamento e Projetos do Gabinete do Diretor-Geral, tornando possível à gerência do programa acompanhar ao desempenho físico e financeiro das ações, além de viabilizar a implementação dos ajustes necessários à consolidação trimestral das ações.

O cumprimento das metas físicas inicialmente estabelecidas para as ações consideradas como atividades, segundo metodologia do PPA, ficou acima do previsto na LOA 2006, em parte, devido ao convênio com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e à ampliação dos quadros funcionais do Arquivo Nacional por meio de concurso público. Da mesma forma, na maioria dos casos, as ações padronizadas também alcançaram seus índices físicos.

Os recursos orçamentários para a implementação das ações autorizados na LOA 2006 atenderam às necessidades do Programa. Contudo, a liberação dos recursos sofreu

descontinuidade, embora tal fato não tenha prejudicado decisivamente a execução prevista, em virtude da compatibilidade entre o cronograma de liberação efetiva e as necessidades para o atingimento das metas físicas propostas.

Cabe destacar que a execução do orçamento de 2006 sofreu prejuízo em razão da liberação em pequenas parcelas do limite para movimentação e empenho. Outra razão decorre do fato de que, embora a solicitação de crédito suplementar tenha obedecido ao prazo legal, sua liberação ocorreu somente no dia 29 de dezembro, impossibilitando a execução integral do orçamento existente.

O impacto das ações executadas com recursos não-orçamentários foi considerado alto, consistindo em Projetos específicos junto às agências de fomento, visando ao tratamento técnico do acervo.

Os recursos materiais e a infra-estrutura foram considerados inadequados e insuficientes nas equipes executoras. Constituíram restrições importantes as dificuldades na execução orçamentária; a aprovação tardia do orçamento; a liberação dos recursos em parcelas; e a aprovação e liberação de crédito suplementar em prazo incompatível para sua execução. Tais fatos comprometeram a aquisição de materiais e de serviços de interesse da Instituição.

Há a necessidade urgente de ampliação orçamentária para a realização de investimentos na modernização da infra-estrutura institucional (ampliação e adequação dos espaços para guarda de documentos, aquisição de estantes, implantação dos requisitos necessários dos registros eletrônicos, etc) no Rio de Janeiro (RJ) e em Brasília (DF).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Faz-se necessária a criação de nova ação orçamentária referente à atuação do órgão como agente de modernização dos serviços arquivísticos governamentais. Tal ação refere-se à Gestão de Documentos Federais não contemplados no atual conjunto de ações e que está definido na Lei nº 8.159 de 1991 e nos Decretos nº 4.073/2002 e nº 4.915/2003.

Conforme mencionado anteriormente, por determinação legal, cabe ao Arquivo Nacional prover a gestão de documentos de arquivos junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, assim como a coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), no âmbito da Administração Pública Federal. Na atual configuração do Programa, apenas são contempladas a difusão da informação e a preservação e organização do acervo, permanecendo ausente esta importante incumbência do Arquivo Nacional.

Não há como aferir a íntegra da prestação e influência do Arquivo Nacional junto aos órgãos governamentais, devido à ausência de ações específicas para esse fim, dentre as atividades contínuas de gestão de documentos e de divulgação do acervo, o que também compromete o alcance do objetivo do Programa.

O Programa realiza parcerias não governamentais para sua execução que colaboram para o cumprimento das metas, como por exemplo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero-Americanos (ADAI), parceria com a Unesco.

O Arquivo Nacional possui alguns mecanismos que promovem a participação social, tais como:

a) as ferramentas de comunicação disponibilizadas em seu sítio eletrônico para acesso à ouvidoria, à direção-geral e às demais unidades de sua Intranet, além das reuniões de coordenação e planejamento;
b) o Conselho Nacional de arquivos (Conarq), fórum integrado por representantes de setores governamentais e da sociedade civil onde são debatidos temas ligados à política de arquivos.

As atividades e projetos empreendidos encontram, nas demandas dos órgãos públicos, dos seus usuários especializados e do público em geral, um balizamento importante para sua execução.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários e apresenta boas práticas de gestão que podem ser replicadas na Administração Pública Federal.

RECOMENDAÇÕES

• Ampliação dos investimentos, no Rio de Janeiro e em Brasília, para modernização da infra-estrutura institucional (ampliação e adequação dos espaços para guarda de documentos, recolhimento e preservação do acervo);

• Necessidade de estreitamento de laços, no campo da gestão documental, com outros órgãos e entidades do Governo Federal;

• Necessidade de criação de nova ação orçamentária referente à atuação do órgão como agente de modernização dos serviços arquivísticos governamentais.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL

OBJETIVO

Ampliar o acesso da população a informações jornalísticas, educacionais e culturais, contribuindo para a inserção social e desenvolvimento de sua cidadania.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 168.653.756,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 158.306.895,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 158.306.895,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TOTAL DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 386.213
Índice previsto ao final do PPA: 444.512

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

O indicador, que expressa apenas a quantidade, não consegue aferir toda a mobilização do jornalismo da Empresa Brasileira de Comunicações (Radiobrás) pelo direito à Informação, pela qualificação dos seus funcionários e pela melhoria da qualidade da sua informação. A Agência Brasil, por exemplo, que no passado produzia apenas textos e fotos, exibe hoje um trabalho multimídia que inclui infográficos, matérias em vídeo e áudios. A melhoria na informatização já permite que se acompanhe o número de visitas, os *pageviews*, que são registrados desde julho e não são contemplados pelo indicador, que não é capaz de representar a cobertura jornalística da Radiobrás, não expressando a qualidade do trabalho realizado. Desta forma, durante 2006 foram registradas 1.654.088 visitas e 6.599.381 *pageviews*.

2. TRANSMISSÃO DE EVENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 100
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Este indicador reflete todo o empenho da Radiobrás na transmissão dos eventos da Presidência da República (percentual de eventos da Presidência da República cobertos pela Radiobrás), seja em Brasília, nos Estados ou nas viagens do Presidente ao Exterior. Em 2006 ocorreram 155 eventos em Brasília, 130 em outras cidades brasileiras e 24 no exterior, com cobertura integral da Radiobrás.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O problema tem origem na necessidade de dispor à sociedade brasileira a universalização das informações jornalísticas, educacionais, culturais e de utilidade pública para promover a expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Transmissão ao vivo de todos os eventos do Presidente da República sendo 265 ao vivo e mais 442 eventos dos Ministros;

• Conquista do prêmio de segunda melhor agência do País e mais seis prêmios de reconhecimento pela sua qualidade;

• Disponibilização a todos os órgãos de imprensa do País e do mundo de um total de 24.236 matérias, 18.960 fotos, 256 vídeos e 216 áudios via Internet;

• Disponibilização de 1.300 matérias e uma grande série em áudio e vídeo;

• Disponibilização pela Radioagência de 252.510 *downloads* à 1.320 emissoras do País para reaproveitamento das matérias;

• Incremento de 87% do Radioclipping e 47% do banco de Notícias;

• Inauguração da Rádio Mesorregional do Alto Solimões;

• Edição do inédito Manual de Redação, distribuído a cada um dos funcionários da Empresa;

• Cobertura de 130.146 km de estradas para a realização de transmissões ao vivo a fim de informar sobre os atos e fatos do Presidente da República e dos Ministérios;

• Transmissão de 8.090 horas pela NBr e 8.138 horas pela TV Nacional;

• Alcance pela Radiobrás de 85% da rede NET e retransmissão em 1.022 Municípios;

.

• Definição de protocolo de compromisso com o cidadão, pela Radiobrás, para o estabelecimento dos princípios e parâmetros que orientaram a produção jornalística da empresa durante o processo eleitoral;

• Elaboração do Código de Conduta da Radiobrás por meio do qual todos os funcionários da empresa se comprometem a zelar pelo caráter apartidário da cobertura eleitoral;

• Introdução, como novidade na apuração das eleições, do chamado Fator Radiobrás, o que permitiu uma leitura da votação não apenas em função de dados geográficos, como também econômicos, sociais e políticos, com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da Organizações das Nações Unidas (ONU);

• Aumento do faturamento da Radiobrás de 25,2% em relação ao ano de 2005, em virtude do aumento de 5% no volume de publicações;

• Realização de 116 licitações, 135 contratos, 134 acordos com entidades nacionais e internacionais, 140 instrumentos como convênios e acordos, além de 846 contratos de publicidade e 146 parcerias;

• Realização de 99% do orçamento liberado para investimento e 95% do valor destinado às despesas correntes;

• Crescimento de 22,5% em receita própria e 22,1% em ganho de produtividade;

• Criação da nova Agência Brasil, com textos, fotos, sons e vídeos;

• Informatização da gestão de concursos públicos, da avaliação de desempenho e da cobertura das eleições;

• Aquisição de 17 novos servidores para assegurar maior velocidade de processamento das informações e renovação de 245 estações de trabalho;

• Publicação, a partir de maio, de uma pauta diária unificada dos diferentes veículos da Radiobrás no Jornalismo à Central de Pauta;

• Produção e distribuição, pela Radiobrás, do programa semanal Café com o Presidente, em que o Presidente da República discorre sobre projetos e ações do governo, além de outros temas de interesse do cidadão, veiculado às segundas-feiras, em quatro horários distintos, em aproximadamente 1.300 emissoras de Rádio, totalizando 120 horas semanais, sete minutos nas emissoras de TV, 240 linhas e duas chamadas de capa nos jornais e 320 linhas e quatro chamadas de capa nas Agências de Notícias;

• Consolidação do programa de TV Diálogo Brasil, criado com o núcleo de documentários e de um novo programa, o VER TV em parceria com a TV Câmara e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados;

• Criação do radiojornal Notícias da Manhã, ancorado do Rio de Janeiro, com participação de Brasília e dos correspondentes nos Estados;

• Inauguração da Rádio Mesorregional do Alto Solimões, instalada em Tabatinga (AM), dentro de projeto da Radiobrás em parceria com o Ministério da Integração Nacional (MI);

• Realização de cursos de português para 185 funcionários;

• Realização de reuniões quinzenais de avaliação envolvendo diretores, assessores, chefes de departamentos e alguns funcionários do quadro;

• Promoção da sistematização do programa de Qualidade Editorial e do Comitê de Qualidade Editorial;

• Alcance do índice médio de 97,9% na avaliação dos 20 indicadores do contrato de gestão da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), significando que a organização atingiu plenamente as metas pactuadas;

• Premiação, na 33ª edição do NHK Japan Prize, da série Um Menino Muito Maluquinho, da ACERP/TVE Brasil, como melhor produção para o público infantil;

• Inclusão dos novos programas O Espaço Público, Casos de Justiça e Animania na programação da ACERP/TVE Brasil;

• Manutenção de recursos para legenda oculta em tempo real (*closed caption*) em mais de 25% da programação da ACERP/TVE Brasil, por intermédio de parceria com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), constituindo importante iniciativa de inclusão social da primeira emissora educativa a prestar esse serviço aos deficientes auditivos;

• Inserção internacional da TVE Brasil, por meio da participação em Fóruns e Eventos e de parceria com canais renomados como o National Geografic e a BBC;

• Intercâmbio com o projeto Item Exchange, com a estréia do programa Janela, Janelinha, que reúne programetes infantis produzidos em todo o mundo e trocados entre emissoras públicas;

• Lançamento do Selo Rádio MEC, pela ACERP, como alternativa de qualidade ao mercado fonográfico, viabilizando no exercício de 2006 a produção integral, gravação e finalização de mais de nove *compact discs* (CDs), no Estúdio da Rádio MEC, com o Patrocínio da Petrobras.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

No âmbito da gerência, o monitoramento sobre o desempenho das ações é realizado por meio do registro das informações de execução física e financeira no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) pelos respectivos coordenadores de ação, permitindo o acompanhamento e monitoramento da execução das ações que compõe o Programa. Também são elaborados Relatórios de Gestão para acompanhamento dos dados inseridos pela ACERP (TVE Brasil e Rádio MEC).

Em 2006, a Radiobrás acompanhou 100% das atividades do Presidente da República e o número de matérias distribuídas alcançou 88,62% da previsão inicial e superou a previsão corrigida.

Além da avaliação anual dos programas do PPA, em 2006 foi realizada pela Subsecretaria de Comunicação Institucional da Presidência da República outra avaliação por intermédio da Comissão de Acompanhamento e Avaliação. Foram analisados 20 indicadores e metas estabelecidas no Contrato de Gestão que refletem o desempenho relativo ao conteúdo informativo, educativo e cultural, índices de avaliação contábil e de atualização tecnológica. Essa avaliação é sistemática, constituída por duas avaliações anuais consubstanciadas em relatórios semestrais. Nos exercícios de 2003 a 2006 as notas obtidas pela Instituição foram, respectivamente, 9,39, 9,06, 9,95 e 9,79, correspondendo ao pleno atingimento das metas pactuadas.

As dotações para o grupo de custeio autorizadas na LOA 2006 foram consideradas suficientes para atender as despesas durante o exercício financeiro, porém para grupo investimento foi necessária a solicitação de crédito suplementar como forma de atender todas a necessidade da empresa.

Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, contudo foram necessários aumentos nos limites estabelecidos para os gastos com diárias a fim de atender a demanda em função, principalmente, das viagens do Presidente da República e da cobertura do primeiro e do segundo turno das eleições realizadas em 2006. Os recursos liberados no final do ano para investimento terão reflexos no ano de 2007, muito mais na qualidade do trabalho do que propriamente no número de material distribuído.

A infra-estrutura foi considerada inadequada nas equipes executoras e, dessa forma, a Radiobrás necessita de melhorias em suas instalações a fim de dispor de melhores condições de trabalho para seus funcionários. Idealmente, seria necessária a construção de sede própria, com todas as diretorias instaladas no mesmo prédio.

A digitalização completa do acervo da Radiobrás se faz necessária com a máxima urgência, de modo a evitar a perda de boa parte da documentação histórica do País. Atualmente, a referida documentação encontra-se em local precário e de difícil acesso para o dia-a-dia do trabalho jornalístico.

Outra necessidade é a definição de indicador que possa expressar a evolução da qualificação dos profissionais envolvidos e qualidade das informações disponibilizadas.

Os temas raça, gênero, pessoa com deficiência, criança e juventude são contemplados no âmbito do Programa, uma vez que a cobertura dos temas especificados faz parte do plano editorial dos programas jornalísticos. Ademais, a cobertura das ações do Governo Federal e entidades ligadas aos temas são uma constante nas pautas da Radiobrás.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Radiobrás possui uma Ouvidoria atuante, incluindo programas no Rádio e na TV, respondendo a questionamentos da sociedade. Em 2006, a Ouvidoria promoveu

audiências públicas com a participação de ouvintes da Rádio Nacional para discutir a sua programação.

O projeto do Alto Solimões tem a participação direta da sociedade na gestão da Emissora Mesorregional, inaugurada no final do ano de 2006.

A Central do Ouvinte tem permitido o contato direto com as emissoras de Rádio, com críticas e sugestões. A sociedade também mantém contato direto com as Rádios, TVs e Agência de Notícias do Sistema Radiobrás via correio eletrônico, cartas e telefonemas.

Há ainda programas dirigidos e construídos com a participação de crianças e adolescentes, cursos de línguas estrangeiras e a participação na sugestão de pautas para todos os veículos da Radiobrás.

RECOMENDAÇÕES

• Criação de indicadores para a Radiobrás que possam expressar a evolução da qualificação do quadro profissional e a qualidade das informações disponibilizadas;

• Aperfeiçoamento nas instalações da Radiobrás a fim de permitir uma melhor condição de trabalho a seus funcionários.

DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA

OBJETIVO

Divulgar os atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno e da Casa Civil da Presidência da República.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 80.521.015,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 77.288.673,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 77.288.673,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. QUANTIDADE DE ACESSOS AO SÍTIO DA IMPRENSA NACIONAL PARA CONSULTA DO DIÁRIO OFICIAL E DA JUSTIÇA

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 13.750.000
Índice previsto ao final do PPA: -

O quantitativo de 13.750.000 acessos à página da Imprensa Nacional na Internet, durante o ano de 2006, foi considerado dentro do previsto. O dado refere-se exclusivamente a acessos via página inicial da Imprensa Nacional, segundo controle do portal Google, cabendo ressalvar que não é possível apurar o número absoluto de acessos, uma vez que o controle não considera os acessos via Favoritos (possivelmente a grande maioria), nem o número de acessos em pontos conectados a assinaturas eletrônicas.

2. QUANTIDADE ABSOLUTA DE ASSINATURAS DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E DO DIÁRIO DA JUSTIÇA.

Unidade de medida: Unidade
Índice apurado em 2006: 13.031
Índice previsto ao final do PPA: 17.130

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

3. TAXA DE RECLAMAÇÃO DE ASSINANTES DO DIÁRIO OFICIAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 10,89
Índice previsto ao final do PPA: 5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Tendo em vista o número de assinantes do jornal impresso ter alcançado 6.307, em relação ao número de reclamações recebidas de 687, no período de janeiro a dezembro de 2006, acredita-se ser altamente provável o alcance do índice previsto.

Vale esclarecer que, considerando o jornal impresso e a versão eletrônica, o número total de assinaturas alcançou um quantitativo de 13.031 assinantes, enquanto o número de reclamações recebidas pela Ouvidoria não identifica com precisão quantas são efetivamente provenientes de assinantes e quantas são de leitores eventuais.

4. TAXA DE DIVULGAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL POR MEIO ELETRÔNICO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 13,65
Índice previsto ao final do PPA: 15

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O número alcançado de assinaturas do jornal eletrônico foi de 1.779, enquanto que o número de assinaturas do jornal impresso foi de 11.252, totalizando 13.031 assinaturas para um total de 6.307 assinantes.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há a necessidade de se facilitar a disseminação de informações internamente ao Governo Federal e, externamente, para toda a sociedade, conferindo maior transparência às suas ações. Busca-se, dessa maneira, assegurar que todos tenham acesso a informações de seu interesse particular geradas no âmbito dos órgãos públicos, ou de interesse coletivo e geral, na forma da legislação vigente, ou ainda tornar públicos os atos praticados para que adquiram legalidade e validade jurídica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Comercialização dos Jornais Oficiais em versão eletrônica, com certificação digital nos padrões da Infra-Estrutura de Chaves Públicas do Brasil (ICP-Brasil) para qualquer modalidade de assinatura, inclusive na modalidade Assinatura Empresarial, com cessão dos direitos autorais às empresas contratantes para fins de revenda dos subprodutos demandados pelos cidadãos, empresas e administração pública, preenchendo uma lacuna na oferta de subprodutos dos Diários Oficiais da União (DOU) com garantia de autenticidade do conteúdo do documento digital;

• Otimização do fluxo de produção editorial dos jornais oficiais, com substancial redução no horário de fechamento das edições e, conseqüentemente, na antecipação dos processos de pré-impressão, impressão e expedição dos jornais, com reflexo positivo na logística de distribuição em todo o País, proporcionando entregas antecipadas aos clientes assinantes e aos compradores avulsos;

• Elaboração de projeto e preparação do ambiente editorial para criação de um novo caderno eletrônico do DOU, Seção 3, contendo somente atos referentes a contratos e licitações públicas, atendendo assim a demanda das empresas, dos órgãos públicos e da sociedade por uma publicação oficial específica para estes atos;

• Manutenção do processo de credenciamento e contratação de bancas de jornal no Distrito Federal para a realização de venda avulsa do DOU e do Diário da Justiça (DJ) em pontos de grande afluxo de cidadãos;

• Ampliação do serviço de revenda avulsa dos jornais oficiais para todo o País, com importantes parcerias firmadas, por contrato, com as imprensas estaduais de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio Grande do Sul e Sergipe;

• Cadastramento e posterior contratação de bancas de jornal para a comercialização, nos Estados do Rio de Janeiro, Ceará e Espírito Santo, diante do não interesse das imprensas oficiais do Rio de Janeiro e Espírito Santo e da inexistência de imprensa oficial no Estado do Ceará;

• Editoração de 505,3 mil páginas no período de janeiro a dezembro de 2006, sendo 77,6 mil páginas do DOU, Seções 1, 2 e 3 (15,36% do total), 420, 3 mil páginas referentes ao DJ, Seções 1, 2 e 3, (83,18% de todas a matérias editadas) e 7.356 páginas de edições extras e suplementares ao DOU (1,46% do total);

• Em função do volume de matérias recebidas do Poder Judiciário, houve significativo aumento do número de páginas editoradas em 2006, comparativamente aos anos de 2003, 2004 e 2005, mesmo com a implementação do plano de otimização da mancha gráfica que contempla, dentre outros aspectos, a redução de espaços entre textos durante o processo de paginação, o que resultou em 420,4 mil páginas editoradas contra 381,3 mil páginas em 2005 (crescimento de 91,98%).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O monitoramento do Programa é realizado tanto por meio de reuniões de trabalho semanais, com a participação do Gerente do Programa, Gerente-Executivo e todos Coordenadores de Ação, quanto por meio do acompanhamento da inserção mensal de dados físicos no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Anualmente, os relatórios de gestão são elaborados com os dados de todas as coordenações e consolidado pelo Gabinete da Direção Geral.

Dada a extensão geográfica do País, a Internet representa o meio de divulgação dos jornais oficiais com maior alcance no momento atual. Embora esteja em curso grande esforço no sentido de distribuir os jornais impressos em todas as capitais dos Estados da Federação, sua divulgação nos locais mais remotos decorre principalmente da divulgação eletrônica, do acesso direto dos assinantes eletrônicos e da disponibilização na Internet.

A Lei Orçamentária Anual nº 11.306, de 16 de maio de 2006, consignou à Imprensa Nacional dotação orçamentária no valor de R$ 229,2 milhões. Desse total, R$ 67 milhões representam reserva de contingências, recurso proveniente de receita própria e vinculada de fundos e da administração indireta.

Do total da dotação orçamentária, R$ 82,6 milhões foram empregados para pagamento de aposentados e pensionistas. O montante aprovado para custeio e investimentos foi de R$ 48,5 milhões, liberado na sua totalidade. O valor de R$ 24,1 milhões foi destinado ao pagamento de pessoal ativo da União.

Foram suplementados créditos orçamentários no valor de R$ 18,2 milhões, R$ 16,02 milhões e R$ 2,2 milhões para a Ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões.

Foram remanejados R$ 470 mil de Custeio para Investimentos, dentro da Ação Funcionamento do Parque Gráfico.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes para a realização das atividades, aquisição de insumos e manutenção dos contratos firmados e foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação física. Nesse sentido, o cumprimento das metas físicas alcançou patamar acima de 100% do previsto na LOA 2006.

O atraso na publicação da LOA 2006, entretanto, comprometeu a programação das despesas, em especial os investimentos da Imprensa Nacional, comprometendo a renovação do convênio com a Fundação de Seguridade Social (GEAP), além de dificultar a realização de licitações e a celebração de contratos, gerando um elevado valor de restos a pagar para 2007.

Em 2006, referentes à cota-parte do rateio de água e energia elétrica, foram repassados: pela Advocacia Geral da União (AGU), recursos orçamentários e financeiros no valor de R$ 97.426,77 (referente ao ano 2005, restando em aberto 2006); pelo Arquivo Nacional, recursos financeiros no valor de R$ 26.201,27 (referentes ao período de dezembro de 2005 a outubro de 2006) e pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), recursos financeiros no valor de R$ 10.027,71 (referentes ao período de dezembro de 2005 a outubro de 2006).

No período de 2006, foram repassados à Casa Civil da Presidência da República recursos orçamentários no montante de R$ 2,4 milhões.

O Programa foi concebido com intuito de garantir a publicidade de Atos Oficiais, atuando nos problemas detectados na cadeia causal de produção e distribuição dos Diários Oficiais por meio de ações coordenadas, garantindo a melhoria da eficácia na divulgação dos Atos Oficiais, bem como do processo produtivo. A aquisição de equipamentos de ponta, de peças para a reforma da impressora rotativa e outras medidas em andamento, também contribuíram para o bom desempenho do Programa.

Em 2010, a Imprensa Nacional será referência na América do Sul e nos países de Língua Portuguesa, pela excelência na publicação e serviços gráficos estratégicos do setor público, com estrutura tecnológica moderna.

Com o intuito de otimizar a programação, para o exercício de 2007 foram aglutinadas a Ação Divulgação Eletrônica e Distribuição de Publicações Oficiais e a Ação Edição, Produção, Divulgação e Distribuição de Publicações Oficias, compreendendo concepção, produção e disponibilização de anúncios e campanhas de divulgação em jornal impresso e eletronicamente por meio da Internet.

Dentro da visão de governo de propiciar cidadania ao povo brasileiro, ampliou-se o serviço de revenda avulsa dos jornais oficiais para todo o País por meio de importantes parcerias firmadas, em contrato, com as imprensas estaduais de São Paulo, Bahia, Sergipe, Pará, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Com foco no sítio da Imprensa Nacional, nas assinaturas do DOU e do DJ, foram incluídos dois novos indicadores em 2006.

O Programa possui sólida sustentabilidade financeira para as despesas discricionárias, projetos e pagamento de pessoal ativo da União, assegurada pelo Fundo de Imprensa Nacional (Funin), não possuindo financiamentos externos, nem privados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Ouvidoria da Imprensa Nacional tem por propósito conhecer o grau de satisfação do cidadão-usuário do órgão, buscar soluções para as questões levantadas, oferecer informações gerenciais e sugestões a seus dirigentes para o aprimoramento da prestação dos serviços. Assim, como importante canal de comunicação entre o cidadão-usuário e a Imprensa Nacional, tem como principal finalidade ouvir dúvidas, reclamações e sugestões, registrá-las e buscar solução para as manifestações em relação aos serviços prestados diretamente.

Para a avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa, além da Ouvidoria, também são utilizados: a central de atendimento telefônico com ligações gratuitas (serviço 0800); o atendimento pessoal; mensagens eletrônicas e Internet; cartas e telegramas.

O Programa apresenta boas práticas de gestão, passíveis de replicação no âmbito da Administração Pública Federal, como por exemplo, a adesão pioneira da Instituição ao

programa de Coleta Seletiva Solidária, instituído pelo Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Instituiu ainda o sistema interno de comunicação, com a edição eletrônica do informativo Nosso Jornal, pelo qual os servidores são informados, instantaneamente, sobre os fatos mais importantes da administração.

RECOMENDAÇÕES

• As metas físicas das ações merecerem novo estudo, de forma a promover seu melhor alinhamento ao objetivo do Programa e estimação mais coerente com a realidade. No exercício de 2006, algumas metas apresentaram inconsistência, como por exemplo:

a) Ação Divulgação Eletrônica e Distribuição de Publicações Oficiais, produto Exemplares Distribuídos – Previsão LOA + Créditos de 2,7 milhões de exemplares, frente ao realizado de 4,3 milhões de exemplares (156,96% da meta);
b) Ação Edição e Produção de Publicações Oficiais - produto Exemplares Distribuídos quando o correto seria Páginas Impressas - Previsão LOA + Créditos de 1,5 milhão de exemplares, frente a 973,9 milhões de páginas, (64.924,88% da meta, como resultado da distorção da unidade).

INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

OBJETIVO

Contribuir para a proteção da Amazônia Legal brasileira, de forma integrada com outras instituições, fornecendo informações, serviços e infra-estrutura.

PÚBLICO-ALVO

O Governo, em todas as esferas, a sociedade brasileira e em particular os Amazônidas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 53.809.640,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 35.774.261,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 35.774.261,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. FREQÜÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DE ALERTAS CONSOLIDADOS DE DESMATAMENTO

Unidade de medida: Alerta Emitido
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 6

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
Os indicadores previstos e as metas físicas não são adequados à avaliação dos resultados do Programa e deverão ser revisados para o próximo PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de coletar, armazenar, processar, analisar e disponibilizar informações atualizadas, de forma contínua para subsidiar as ações de planejamento, integração e intervenção de Governo na Amazônia Legal.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização de processo seletivo para a contratação de servidores temporários, com oferta de 220 vagas. Tal ação reduziu a dependência da terceirização de serviços, além de permitir a internalização de conhecimentos e a redução de custos da instituição;

• Mudança do Centro de Coordenação Geral (CCG), localizado em Brasília para um novo prédio;

• Realização de capacitação do corpo gerencial do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), em atividade realizada em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP);

• Realização de cinco missões de imageamento, totalizando cobertura de 1,9 milhões km²;

• Aprovação dos projetos referidos nos editais nº 013 e nº 014 da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que possibilitará a criação de uma rede regional para estudos e monitoramento meteorológico na Amazônia Legal;

• Assinatura de acordo de cooperação técnica entre o Censipam e a Rede Amazônica, para o fornecimento de boletins meteorológicos às três edições diárias de telejornais locais;

• Realização de oito missões de manutenção de terminais de telecomunicação remotos, reduzindo o número de terminais inoperantes e aumentando o tempo de uso dos mesmos, disponibilizando acesso ao público;

• Reformulação do website do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), desenvolvido em *software* livre;

• Coordenação e elaboração do Projeto de Radiografia da Amazônia para o mapeamento dos vazios cartográficos na escala 1:100.000, da cartografia geológica e da cartografia náutica;

• Realização de reuniões técnicas com a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), Serviço Geológico do Brasil, para a discussão de ações integradas em recursos hídricos, resultando na emissão de boletim de alerta de enchentes pela ANA, CPRM e Censipam;

• Iniciada a execução dos projetos de telessaúde e de teleducação com o uso dos terminais remotos do Sipam;

• Disponibilização de informações nos terminais do Sipam instalados nos Municípios do Alto Solimões, com divulgação pela Rádio AM Mesorregional do Alto Solimões;

• Participação do Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), junto à Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico Nacional (CCZEE).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

As metas físicas previstas para o exercício de 2006 tiveram sua execução situada no patamar entre 80% a 100% da previsão inicial.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, tendo a execução financeira alcançado aproximadamente 67%. Não foram identificadas dificuldades relacionadas à programação financeira.

A quantidade de recursos humanos nas equipes executoras foi considerada inadequada, pois o processo seletivo simplificado ocorrido em 2006 previa a contratação de 220 colaboradores, embora somente 114 vagas tenham sido efetivamente preenchidas em 2006.

O Decreto nº 5.420 de nº 13.4.2005, que prevê a estrutura organizacional do Censipam, carece de reformulação para que o órgão possa estruturar de forma satisfatória seu organograma.

Alguns aspectos adicionais foram considerados inadequados, não atendendo ao objetivo inicialmente estabelecido para o Programa, tais como: a definição do objetivo do Programa em relação ao problema; a caracterização e o dimensionamento do público-alvo; a pertinência e a suficiência das ações; a suficiência das metas físicas e a definição dos indicadores.

Por ocasião da Avaliação do PPA 2004-2007, referente ao ano base 2005, tais aspectos foram questionados e receberam recomendações para que fossem corrigidos e aperfeiçoados, resultando no estabelecimento do Plano de Ação para o biênio 2005-2006. Contudo, o resultado efetivo foi frustrado, não se atingindo as metas inicialmente estabelecidas.

As informações produzidas pelo Sipam são importantes para usos militares em ações de defesa das fronteiras, no combate ao tráfico de drogas e outros ilícitos na região, no combate ao desmatamento ilegal, no planejamento da ocupação controlada da região, na produção de relatórios meteorológicos, para subsidiar estudos acadêmicos sobre a biodiversidade, para otimizar os sistemas de transporte e de comunicações da região e para possibilitar o acesso das populações locais às novas tecnologias, entre outras aplicações.

Dessa forma, não é questionado o mérito a que se propõe o Programa, mas entende-se necessária a revisão de seu objetivo e público-alvo, do foco de atuação de cada ação e do direcionamento estratégico do órgão executor, com o objetivo de redefinir as ações para melhor representar o papel da instituição dentro do Programa.

Os temas raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude são contemplados no âmbito do Programa por meio de palestras sobre parto humanizado,

via sistema de comunicação à população, atendimento à população indígena e o desenvolvimento de programas de teleducação e telessaúde para mães e suas crianças.

Dentre o processo em curso de realinhamento estratégico do Censipam, alguns fatores foram considerados como críticos para o bom desempenho do órgão tais como:

a) qualificação da equipe e mapeamento das competências específicas e transversais;
b) definição da estrutura organizacional por intermédio da revisão do Decreto nº 5.420 de nº 13.4.2005, que prevê a estrutura organizacional do Censipam e aprovação do regimento interno;
c) padronização dos processos administrativos e operacionais;
d) definição de carteira de produtos focada nos diferenciais competitivos do sistema e capazes de gerar complementariedade com os demais órgãos de governo da região amazônica.

RECOMENDAÇÕES

• Já para a elaboração do Plano Plurianual 2008-2011, o Programa deve passar por profunda reformulação em suas ações, indicadores, público-alvo e metas físicas, sendo que essas devem ser revistas e alinhadas com a real capacidade de execução do órgão;

• Recomenda-se a construção de novos indicadores e o levantamento das fontes de dados para alimentação dos mesmos, tendo em vista que não há dados suficientes para o cálculo do indicador atual e esse não é capaz de representar o alcance do objetivo do Programa;

• Realização de processo seletivo para contratação de técnicos para a equipe gerencial e para as equipes executoras.

NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM

OBJETIVO

Reintegrar o jovem ao processo educacional, promover sua qualificação profissional e ação comunitária.

PÚBLICO-ALVO

Jovens que possuam entre 18 e 24 anos, que tenham concluído a 4ª série do ensino fundamental, mas não tenham finalizado a 8ª série, e que não tenham vínculo formal de emprego na data da inscrição a uma das vagas disponibilizadas pelo Programa.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 333.560.445,00	Empenho Liquidado:	R$ 246.549.074,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 246.549.074,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. TAXA DE COBERTURA DA POPULAÇÃO ATENDIDA NO PROJOVEM POR CAPITAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 14
Índice previsto ao final do PPA: 20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Considera-se que o Programa terá logro em sua meta prevista, que corresponde ao atendimento de pelo menos 20% de seu público-alvo nas capitais (200 mil alunos).

2. TAXA DE CERTIFICAÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PROJOVEM POR CAPITAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 60

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Justificativa pelo não cálculo do índice do indicador em 2006: além de toda a avaliação ao longo do processo de capacitação e do desenvolvimento de atividades, como a elaboração e entrega de trabalhos, a certificação de alunos após a conclusão do curso do ProJovem depende da submissão a exame externo de caráter nacional (Exame Nacional Externo – ENE) em 1ª e 2ª chamadas, o que implica na necessidade de prazo para a correção de provas e para a realização de outras atividades inerentes e embora muitos jovens tenham concluído o curso, somente serão certificados no ano de 2007, quando se espera, seja possível apurar os resultados em nível compatível com os índices de certificação previstos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Mais de 33 milhões de brasileiros compõem hoje o segmento juvenil na faixa etária de 15 a 24 anos, dos quais 80% vivem na área urbana (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2000). Os jovens representam cerca de 20% da população brasileira. O aumento do desemprego, da informalidade e da concentração da ocupação nos baixos níveis de renda não atinge de maneira uniforme os vários segmentos populacionais. Além das mulheres, dos negros e das pessoas com mais de 40 anos, os jovens são particularmente afetados pela dinâmica do mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, 17 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos, contingente correspondente a mais da metade do total de jovens, não estudavam, com o agravante de que há maior presença dos que não estudam entre o conjunto dos jovens ocupados: 10,6 milhões trabalham, mas não estudam. Por outro lado, 35,3% dos jovens inativos não estudam. Isso significava que 4,5 milhões de brasileiros de 15 a 24 anos não trabalham, não estudam e nem procuram emprego, o que é equivalente a 13,6% de todos os jovens no País.

O ProJovem caracteriza-se por ser uma iniciativa de gestão compartilhada no âmbito do Governo Federal, com a participação de quatro Ministérios: a Secretaria-Geral da Presidência da República, que o coordena, o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A organização de sua gestão conta com um Comitê Gestor coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e integrado pelos Ministérios parceiros. Como suporte operacional, o Comitê conta com uma Comissão Técnica também composta por representantes da Secretaria-Geral e dos três Ministérios. Além disso, o Programa é executado em parceria com as prefeituras das 27 capitais brasileiras e com 34 cidades das regiões metropolitanas das capitais.

A concepção do ProJovem também é inovadora, pois proporciona formação integral ao jovem por meio de uma efetiva associação entre elevação da escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional com certificação de formação inicial e desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

A integração indissociável entre educação básica, qualificação profissional e ação comunitária proposta pelo ProJovem pressupõe uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar e cria uma organização curricular inovadora e flexível, aliando teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educativa do trabalho e da participação cidadã. Assim, a integração se faz em função da inclusão social dos jovens cidadãos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• O ProJovem teve como meta atuar em todas as 27 capitais brasileiras, a partir de 2005 e, desde 2006, expandiu sua abrangência para 34 cidades, todas integrantes de regiões metropolitanas das capitais e com população igual ou superior a 200.000 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico 2000. A atuação nas regiões metropolitanas das capitais representou uma consolidação do Programa como meio para se reduzir desigualdades, dar oportunidades aos jovens e combater a violência;

• Até 31 de dezembro, o número de inscritos nas capitais foi de 338,9 mil jovens, enquanto que em regiões metropolitanas foi de 47.923, totalizando um contingente de 386,8 mil jovens. Destes, quase a metade encontra-se matriculada, sendo 139.374 nas capitais e 23.758 nas regiões metropolitanas, totalizando 163,1 mil jovens matriculados nos cursos do Projovem. Todas as capitais têm jovens matriculados, com destaque para as capitais nordestinas. Até dezembro de 2006, o Projovem registrava 28.302 concluintes;

• De janeiro a agosto de 2006, os Municípios de Maceió (AL), Aracaju (SE), João Pessoa (PB), Belém (PA), Teresina (PI), Goiânia (GO), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Macapá (AP), São Paulo (SP) e Rio Branco (AC), além do Distrito Federal, deram início às aulas do ProJovem. A partir de novembro tiveram início as aulas nas seguintes cidades de regiões metropolitanas: Embu (SP), Diadema (SP), Mogi Guaçu (SP), Itaquaquecetuba (SP), Guarulhos (SP), Contagem (MG), Niterói (RJ), Duque de Caxias (RJ), Belford Roxo (RJ) e Canoas (RS);

• Em 2006, o material didático passou por processo de reformulação, em que todo o conteúdo foi revisto pelos autores das áreas específicas, e ainda, instrumentos de avaliação e cadernos de atividades pedagógicas foram reorganizados de modo a propiciar maior adequação às demandas dos diferentes atores que compõem a dinâmica pedagógica do Programa;

• O MTE estabeleceu parceria com o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) para formulação e produção de 23 módulos referentes aos arcos ocupacionais e posterior entrega aos entes parceiros;

• Considerando a necessidade de produção de material específico para a formação inicial e continuada dos educadores do ProJovem, foram produzidos o **Manual do Educador - Orientações Gerais** e uma série de cinco vídeos de apoio ao desempenho das funções de professor especialista e orientador, nas três dimensões do currículo do ProJovem (a formação básica, a qualificação profissional e a ação comunitária) com respectivo texto de apoio;

• Produção e distribuição de dois números da Revista Estação Juventude, totalizando tiragem de 80 mil exemplares, com o objetivo de levar informações atualizadas sobre cidadania, educação, cultura e saúde a partir de uma proposta alternativa de entretenimento por meio da leitura, desenvolvendo um canal de comunicação entre o ProJovem e o seu público (estudantes, coordenadores, professores e técnicos);

• Produção e distribuição de 4.000 exemplares do Jornal Mural Estação Juventude, cujo objetivo é divulgar de forma concisa as principais informações contidas em cada Revista. O formato de mural, permite sua fixação em locais de grande circulação, atingindo um maior número de pessoas e oferecendo uma proposta alternativa de entretenimento por intermédio da leitura;

• Aquisição e entrega, até 2006, de um total de 19.615 computadores e estabilizadores, bem como 2.154 impressoras a laser. A responsabilidade pela preparação do espaço físico para instalação dos referidos laboratórios de informática, aquisição do mobiliário necessário e manutenção dos equipamentos é de cada Município ou Distrito Federal;

• Desenvolvimento da parceria, firmada em meados de 2005, entre a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) da Secretaria-Geral da Presidência da República e a Fundação Darcy Ribeiro (Fundar) para a formação continuada de professores da educação básica e de profissionais das áreas de trabalho, ação comunitária e cultura;

• A fim de capacitar os educadores do ProJovem para as aulas de informática, a Coordenação Nacional organizou um processo de formação nas ferramentas *Open Office* (editor de texto e editor de apresentações) e navegador *FireFox*, com carga horária de 16 horas. Em 2006, essa capacitação aconteceu em 20 capitais;

• Em maio foi realizado o Encontro Nacional das Instituições Formadoras, em Brasília (DF), com os seguintes objetivos: firmar princípios inerentes à formação inicial e continuada no ProJovem; promover o intercâmbio de idéias e experiências de formação inicial e continuada entre as Instituições formadoras; socializar metodologias inovadoras constantes das propostas das instituições formadoras; discutir os planos de formação inicial e continuada das instituições, em função dos fatores críticos identificados no diagnóstico integrado realizado no Encontro de Coordenadores Municipais e prover informações necessárias ao funcionamento do programa em rede;

• Posteriormente, foram realizados três encontros regionais, sediados em Recife (PE), Curitiba (PR) e Brasília (DF), com os seguintes objetivos: firmar princípios inerentes à formação inicial e continuada no ProJovem; discutir/ajustar os planos de formação inicial e continuada das instituições, em função dos fatores críticos identificados e das demandas do cotidiano, e prover informações necessárias ao funcionamento da Rede EduproJovem;

• Também foi criado o endereço <http://www.projovem.gov.br>, com as seguintes finalidades principais: disponibilizar e tornar púbicas todas as informações referentes ao funcionamento do Programa, abertura de canal de comunicação entre alunos e Coordenação Nacional, promover a interação das atividades dos Municípios participantes, divulgar o trabalho e as atividades nos Núcleos e Estações Juventude, estimular os alunos, professores e equipes de coordenação e registrar todos os acontecimentos do Programa;

• Levando em consideração que o ProJovem atuou em todas as capitais do País, atendeu a pelo menos 14% de sua população-alvo e foi expandido para as regiões metropolitanas das capitais, pode-se considerar que alcançou os resultados esperados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os executores das ações são o MEC, o MTE e o MDS, que integram o Comitê Gestor coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República. Como suporte operacional, o Comitê conta com uma Comissão Técnica também composta por representantes da Secretaria-Geral e dos três Ministérios parceiros. Durante todo o ano foram realizadas reuniões periódicas do Comitê Gestor e da Comissão Técnica para planejamento e acompanhamento do Programa.

A Coordenação Nacional e os Ministérios gestores do Programa realizam visitas, supervisões, acompanhamentos e avaliações qualitativas de todos os processos de implantação e implementação do Programa nos Municípios parceiros. Além do trabalho realizado constantemente pelas Universidades do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA).

O SMA, concebido especificamente para o ProJovem, implantou e mantém um sistema informatizado de registro e processamento de dados (o Sistema Gerencial de Informações Educacionais - SISLAME), integrando e produzindo a informação necessária aos núcleos, estações juventude, coordenações municipais e coordenação nacional, para fins acadêmicos e administrativos, assim como monitora a execução de ações e etapas do Programa para fins de supervisão e controle de sua implementação.

As dotações orçamentárias alocadas para o Programa em 2006 foram suficientes para atender as despesas durante o exercício financeiro. As Prefeituras parceiras do ProJovem fizeram ajustes ao cronograma inicial, com isso a matrícula e o posterior ingresso dos alunos sofreu alteração, o que ocasionou menor necessidade de recursos para pagamento de auxílio financeiro aos jovens. Esse fato gerou uma readequação do orçamento destinado à ação de pagamento do benefício.

A demora na aprovação de alterações orçamentárias no Congresso Nacional provocou atraso na liberação dos recursos (últimos dias de dezembro de 2006) e conseqüentemente dificultou o cumprimento da programação física do Programa. De modo geral, entretanto, pode-se afirmar que o Programa foi implementado de maneira satisfatória.

Entre as iniciativas executadas por meio da ação Gestão e Administração do Programa (GAP), relacionam-se: Acordo de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que tem, entre várias ações previstas, o fortalecimento da Gestão do ProJovem, a disseminação de informações e resultados do Programa; pagamento de despesas de operacionalização e manutenção (diárias, passagens, etc); convênio com universidades federais com o objetivo de realizar a supervisão do Programa; descentralização de recursos da Presidência da República

para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do MEC (FNDE/MEC), com o intuito de contratar a Central de Atendimento (*Call Center*) para realização de inscrições de jovens no Programa, entre outras ações; implantação e manutenção do Sistema de Monitoramento e Avaliação e a consolidação dos convênios restantes com universidades federais.

Faz parte das responsabilidades dos Municípios parceiros providenciar e arcar com algumas despesas de custeio do ProJovem no âmbito de sua localidade, sendo que algumas coordenações municipais ainda não disponibilizaram adequadamente esses recursos. No entanto, a Coordenação Nacional do ProJovem já está em contato com as respectivas coordenações para auxiliar na solução das dificuldades surgidas.

É obrigação dos Municípios parceiros providenciar e arcar com a infra-estrutura necessária à execução local do ProJovem, referente aos espaços físicos adequados ao desenvolvimento do curso (salas de aula, ambientes apropriados para a instalação dos laboratórios de informática, espaços para a Estação Juventude). Em algumas capitais, a coordenação local não tem disponível essa infra-estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades.

Foram firmados convênios para execução de ações voltadas para a formação inicial e continuada de educadores e coordenadores locais do ProJovem, aquisição de gêneros alimentícios para atendimento dos alunos matriculados no Programa; pagamento de educadores, pessoal de apoio e coordenadores locais do ProJovem e, excepcionalmente, locação de espaço físico, bem como aquisição de material de consumo.

Por meio do MTE foi estabelecida cooperação técnica e financeira mútua para a execução das atividades inerentes à qualificação social e profissional, visando beneficiar os alunos matriculados no Programa nas aulas de Qualificação Social e Profissional - Arcos Ocupacionais, visando contribuir para o aumento da efetividade social das ações e sua integração às políticas públicas de educação, trabalho e desenvolvimento econômico e social.

Para operacionalizar o pagamento e a manutenção do auxílio-financeiro mensal, o MDS que, para tanto, utiliza os recursos orçamentários destinados ao ProJovem, firmou um contrato com a Caixa Econômica Federal (CEF), destinando R$ 85 milhões em 2006 para pagamento desses auxílios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A participação social é feita por meio do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), órgão colegiado integrante da estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República, composto por representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil. Tem como finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da

realidade sócio-econômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. O ProJovem se insere na Política Nacional de Juventude do Governo Federal como um dos principais programas.

Além disso, a central de atendimento do ProJovem (0800-7227777) realiza constantemente pesquisa dos usuários no sentido de verificar as principais demandas, dúvidas, reclamações, elogios, sugestões, etc dos alunos em relação ao Programa, inclusive fazendo ligações aos jovens (consulta ativa). Outro canal de comunicação, além das mensagens por correio eletrônico, é o sítio do ProJovem, que registra as manifetações feitas pelo público em geral. Com isso, o Programa atua de forma preventiva e rápida na resolução de problemas que possam vir a ocorrer pelas mais diversas razões.

O sistema de avaliação do Programa realizou os procedimentos previstos no seu Plano de Pesquisa da Avaliação e produziu relatórios sobre: o perfil dos alunos e grupo de comparação; o modelo de implantação do Projovem; a avaliação intermediária; e os grupos focais com educadores e alunos, em cinco capitais. Entre os resultados parciais desses relatórios, pôde-se constatar que 23,4 milhões de jovens de 18 a 24 anos compõem o público-alvo do Programa, ou seja, 13,5% da população total. Para esta estimativa, foram utilizados como filtros elementares: habitar em região metropolitana, ter entre quatro a sete anos de escolaridade e não ter carteira de trabalho assinada. Verificou-se que o perfil dos jovens atendidos é coerente com o observado na população-alvo, estimada através da Pesquisa Nacional por Amostras de domicílios (PNAD) 2003, o que permite concluir pela focalização do Programa, em relação ao atendimento da população jovem metropolitana em maior situação de risco. Além disso, em referência às características demográficas, observou-se coerência entre dados da amostra da 1ª etapa da Pesquisa de Efetividade e dados do Sistema de Monitoramento.

Quanto à distribuição por gênero constatou-se que 53% são mulheres e 47% são homens. Quanto à escolaridade, o perfil revela, de um lado, o limite das atuais ofertas educacionais para essa clientela e a sua dependência de políticas específicas. Sobre a formação profissional dos beneficiários do Projovem, a pesquisa retratou que daqueles que trabalhavam em 2005, 83% não tinham realizado qualquer qualificação profissional e 50% nunca tinha feito qualquer curso de formação profissional.

Assim, o ProJovem aparece como uma das únicas ações do Estado a que esse público tem acesso. Em relação ao aprendizado, comparando-se a avaliação diagnóstica e a intermediária constata-se ganho de proficiência em língua portuguesa e matemática. Nas avaliações formativas, os percentuais de acerto foram acima da média de referência em quase todos os componentes curriculares. No exame nacional externo, a maioria dos jovens obteve média de acertos próxima a 56%. Portanto, o resultado da avaliação intermediária é de que o ProJovem opera positivamente, tanto na elevação da qualidade (ganho de proficiência), quanto na promoção da eqüidade (diminuição do desvio padrão observado na avaliação diagnóstica).

RECOMENDAÇÕES

• Alterar o título do indicador Taxa de Certificação dos Alunos Matriculados no ProJovem por Capital, para Taxa de Certificação dos Alunos do ProJovem, conforme solicitação recorrente da Coordenação Nacional do ProJovem;

• Ampliação do ProJovem, incorporando ações que promovem formação e qualificação de jovens no âmbito de outros Ministérios, como por exemplo Escola de Fábrica, Consórcio Social da Juventude e Soldado Cidadão, o que possivelmente constituiria uma referência em termos de programa multissetorial, tendo em vista a coordenação das ações pela Secretaria Geral da Presidência da República.



SECRETARIA ESPECIAL DA AQÜICULTURA E PESCA

Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura

Desenvolvimento Sustentável da Pesca

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), foram utilizados **R$ 94.530.120,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 129.459.779,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 94.530.120,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 129.459.779,00**	**Total realizado:**	**R$ 94.530.120,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pela SEAP não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 21.061.411,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 16.395.727,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Financiamentos da ordem de R$ 86 milhões, além de, atualmente, creditar-se ao Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira) a finalização de uma embarcação pesqueira e outras quatro em construção;

• Subvenção ao preço do óleo diesel marítimo de 120 milhões de litros, 2.600 embarcações beneficiadas e milhares de armadores e pescadores profissionais beneficiados;

• Valor agregado ao pescado da região do médio, submédio e baixo São Francisco;

• Autonomia brasileira na produção de formas jovens;

• 61,4 mil em beneficiários em extensão pesqueira;

• Inclusão das práticas de aqüicultura continental e maricultura nos contextos ambiental, social e econômico;

• Recadastramento no Registro Geral da Pesca (RGP) de cerca de 485 mil pescadores profissionais.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

A Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP) foi criada em 2003, e a formulação do PPA 2004-2007 se deu em um cenário diferente da atual realidade. Direção idêntica foi observada no tocante ao orçamento do órgão.

Por sua característica de secretaria especial, com a totalidade do quadro composto

por contratações para cargos em comissão e representação em todos os Estados da União, a SEAP da Presidência da República tem enfrentado constantes desafios, ao longo destes quatro anos.

A criação do Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca (Conape) e as conferências estaduais e nacional, realizadas em 2003 e 2006, constituíram-se nos principais fóruns de discussão e formatação de diretrizes políticas a serem implementadas pela SEAP.

A partir das conferências, outros fóruns de discussão foram criados e diversos encontros promovidos, tanto com o setor produtivo como com governos, sociedade civil e academia.

Estes importantes espaços de discussão têm, desde então, pautado a totalidade das ações da SEAP, mesmo aquelas não-orçamentárias, como a revisão da legislação pesqueira, o fortalecimento das relações internacionais, a produção de inúmeros trabalhos científicos, e o fortalecimento das relações com vários Ministérios e governos das três esferas.

É conhecido o reduzido quadro de servidores da SEAP - um órgão de governo, criado inicialmente para assessorar a Presidência da República, mas que, em curto espaço de tempo, incorporou ações finalísticas. Nesse sentido, seus servidores encontram-se habitualmente assoberbados.

Um dos aspectos que merece destaque é a definição orçamentária, pois o planejamento das ações exige um grande esforço para que reflitam as reais necessidades e demandas a serem implementadas pela SEAP. Contudo, as dotações liberadas para sua execução estão sempre aquém da necessidade, demandando assim novo planejamento de maneira que haja adequação à nova realidade. Assim, os rotineiros contingenciamentos exigem enorme esforço dos gestores para poder executar o orçamento e as metas físicas, comprometendo, por vezes, importantes ações.

Os procedimentos e a necessária versatilidade dos servidores da SEAP na execução dos seus programas, orçamento, cumprimento de metas físicas e avaliações, inevitavelmente têm causado atrasos e dificuldades no cumprimento de algumas atividades, como o atendimento dos dispositivos do Decreto nº 5.233/04.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQÜICULTURA

OBJETIVO

Desenvolver a maricultura e a aqüicultura continental para o crescimento da produção de pescado, aumentando a oferta de emprego e a melhoria da renda dos povos litorâneos, ribeirinhos e produtores rurais.

PÚBLICO-ALVO

Aqüicultores, comunidades e populações tradicionais litorâneas, associações e cooperativas de produtores.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 20.407.130,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 14.600.946,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 14.600.946,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. PRODUÇÃO DE PESCADO ORIUNDA DA AQÜICULTURA

Unidade de medida: tonelada/ano
Índice apurado em 2006: 260.000
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

A aqüicultura brasileira cresceu, em média, 20% ao ano, entre 1997 e 2006, em um cenário difícil, com reduzidos incentivos e dificuldades para efetivação do uso das águas de domínio da União.

O momento atual se diferencia pela aplicação de políticas públicas de fomento direcionadas para atuação nos principais elos da cadeia produtiva, dirimindo entraves ao desenvolvimento e oportunizando condições para um crescimento da produção nacional da ordem de 25% ao ano.

2. PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB AQÜICOLA

Unidade de medida: R$ milhões
Índice apurado em 2006: 962
Índice previsto ao final do PPA: 3.296,51

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

A geração de receita oriunda dos produtos da aqüicultura (pescado), impulsionada pela diversidade de espécies comercializadas com sucesso, tem na carcinicultura (criação de camarões) uma parcela alta (em valores) de contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB), sendo que esse setor em particular apresenta forte recuperação e potencial de expansão. Soma-se a isso a perspectiva de incremento da produção nacional de pescados, incentivada pela ampliação da produção de espécies com alto potencial zootécnico e valores competitivos para o mercado interno e externo. Desta forma, uma correlação com as expectativas de crescimento, sem considerar o incremento do valor agregado, proporciona condições plenas para o alcance da meta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Existe um grande paradoxo entre a produção e a potencialidade para o desenvolvimento da aqüicultura. A produção aqüícola em 2003 foi de aproximadamente 312 mil toneladas, gerando em torno de 500 mil empregos diretos e indiretos. Esses valores, comparados ao potencial humano, à qualidade e à quantidade de água, aos insumos e ao clima, indicam que, em curto prazo de tempo, entre outras vantagens comparativas, a atividade pode se transformar em importante fonte geradora de trabalho e renda, explorando áreas pouco ou ainda não utilizadas, como as enseadas e as baías litorâneas, os grandes reservatórios e a região do semi-árido, dentre outras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Valor agregado ao pescado da região do médio, submédio e baixo São Francisco, com a implantação da Unidade de Processamento de Pescado em Propriá (SE), possibilitando o processamento de 5 toneladas/dia, tornando-se instrumento fundamental para qualificar e ampliar a produção em um dos territórios com maior potencialidade para aqüicultura, seja pela disponibilidade hídrica dos reservatórios de Sobradinho (BA), Xingó (SE/AL), Moxotó (PE/BA) e Itaparica (BA), seja pela existência de pequenas propriedades rurais em perímetros irrigados às margens do baixo São Francisco - que têm a aqüicultura como alternativa de renda;

• Autonomia brasileira na produção de formas jovens. Quatro convênios possibilitaram a inserção de duas novas cadeias produtivas no País. Dois convênios estão relacionados à produção do pirarucu, espécie de água doce com o maior potencial zootécnico do mundo, que apresentava dificuldades tecnológicas para a produção de formas jovens, sendo que parcerias com o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) possibilitam o fornecimento do material genético para implementação do processo produtivo, que deverá inserir no mercado interno e externo um pescado com grande aceitação. A situação do bijupirá era ainda mais crítica, pois não havia produção de formas jovens e o material genético teria de ser importado. Esse peixe marinho apresenta qualidades de sabor, textura e cor, constituindo-se em alvo dos mercados japonês e americano, e deverá ser o foco dos grandes empreendimentos da moderna aqüicultura brasileira;

• 61,4 mil beneficiários em extensão pesqueira;

• Inclusão das práticas de aqüicultura continental e maricultura no contexto ambiental, social e econômico.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O desempenho do Programa é considerado muito bom, embora alguns resultados importantes devam ser alcançados apenas no próximo exercício. Ocorre que o setor aqüícola, com todas as carências que lhe são características no Brasil, demanda ações em todos os elos da cadeia produtiva, além da necessidade de construção de um marco regulatório específico, condição essencial para o desenvolvimento sustentado.

A formatação de um arcabouço legal específico, entretanto, transcende às competências institucionais da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), havendo a necessidade de uma forte articulação interinstitucional para a formação de um ambiente de investimentos.

Nesta análise, faz-se importante ressaltar que os prazos de execução foram agravados pela necessidade de estudos basais, com aquisição de dados primários para proporcionar a formatação de uma avaliação ambiental estratégica e um conseqüente planejamento ambiental estratégico. Dessa forma, estão sendo incorporados fatores sócio-econômicos e de infra-estrutura, para fomentar a atividade produtiva em moldes compatíveis com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e com a Política Nacional de Meio Ambiente, permitindo que os produtores possam efetivamente buscar a regularização de seus empreendimentos, tendo no licenciamento ambiental condição *sine qua non* para o acesso ao crédito e às demais políticas de incentivo.

Obteve-se uma execução de metas físicas entre 40% e 80% do previsto na LOA 2006 em um ambiente desfavorável, com carência de informações estruturais, inexistência de dados estatísticos, limitação orçamentária e contingenciamentos, além de uma estrutura institucional reduzida frente às demandas do setor, inclusive pela ausência de quadros próprios e fidelizados por concursos públicos.

Estão em fase de conclusão estudos para a demarcação de parques aqüícolas em 10 grandes reservatórios hidrelétricos, abrangendo 91 Municípios lindeiros em uma área total de estudo de 17.258 km², ao que se somam 41 Municípios costeiros da Região Sul, da Região Sudeste e da Região Nordeste. Tais estudos são fundamentais para promover a regularização de cerca de 4 mil empreendimentos instalados em águas de domínio da União, os quais buscam há duas décadas a legalização e o conseqüente acesso ao crédito e demais políticas de incentivo.

Através da descentralização de recursos para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), na ordem de R$1,42 milhão, foram executados projetos com diversas entidades governamentais e não-governamentais, que desenvolveram ações de extensão que beneficiaram 61.400 pessoas em 2006. Essa ação se constitui na concretização da

política pública de fomento, alcançando a base para proporcionar condições efetivas de acesso à assistência técnica, ao crédito e à transferência de tecnologias.

RECOMENDAÇÕES

• Proporcionar estrutura institucional compatível para a execução da Política de Fomento à Aqüicultura, inclusive com a efetivação de concursos públicos para a formação de quadros com especificidade de atuação;

• Melhorar o diálogo entre os diversos órgãos que possuem programas ou ações que tratam da aqüicultura, evitando o desperdício dos recursos orçamentários.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA

OBJETIVO

Desenvolver a cadeia produtiva da pesca.

PÚBLICO-ALVO

Pescadores artesanais e industriais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 77.486.754,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 50.377.259,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 50.377.259,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. PRODUÇÃO DE PESCADO ORIUNDA DA PESCA

Unidade de medida: tonelada/ano
Índice apurado em 2006: 780.000
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Nota-se o crescimento da atividade pesqueira, sobretudo, nas atividades localizadas na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira, onde existe um bom potencial de recursos pesqueiros. Todavia, é importante considerar que, atrelados ao alcance das metas preestabelecidas, estão as políticas de construção, modernização e aquisição de embarcações pesqueiras, através do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira), a otimização dos custos de produção e o contínuo fortalecimento das cadeias produtivas, de pontos estratégicos de desembarque dos produtos pesqueiros e da comercialização no mercado interno e, sobretudo, no mercado internacional. Assim, considerando-se a evolução da produção de pescado, conforme os dados estatísticos da produção pesqueira nacional publicada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Ministério do Meio Ambiente (Ibama/MMA) em boletim anual[1] - com elaboração que conta com diversas instituições -, e tendo em vista que os dados estatísticos só são publicados e

1. Fonte: www.presidencia.gov.br/seap.

disponibilizados no ano seguinte ao ano apurado, estima-se que o índice de 2006, relativo à produção de pescado, terá como resultado cerca de 780 mil, o que representará pequeno acréscimo em relação a 2005 (746 mil).

2. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) PESQUEIRO

Unidade de medida: R$ (milhões)
Índice apurado em 2006: 3.850,8
Índice previsto ao final do PPA: 4.822,67

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Considerando a conjuntura nos últimos anos, especialmente a cambial e o disparo sobre o preço do petróleo no mercado internacional, podemos observar que o PIB da pesca extrativa brasileira não cresceu conforme a previsão de 2002. Destaca-se que grande parte do pescado brasileiro tem como destino o mercado europeu e norte-americano, e alterações como as observadas afetam diretamente os custos de produção e logística, e fatalmente comprometem a comercialização desses produtos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A cadeia produtiva da pesca está desestruturada atualmente, sobretudo no que se refere ao desembarque e beneficiamento do pescado, o que vem acarretando consideráveis perdas e desperdícios da produção nacional, a qual, em 2002, foi de 755,28 mil toneladas, sendo 515,86 mil provenientes da pesca extrativa marinha e 239,41 mil da pesca extrativa continental. Uma das preocupações da SEAP é garantir ações que possibilitem a ampliação das capturas pesqueiras de forma sustentável, contribuindo para a geração de novos postos de trabalho, para a inclusão social e para a repartição dos benefícios da pesca (incremento de renda).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Financiamentos da ordem de R$ 86 milhões por meio da equalização dos juros - garantia fundamental para construção de embarcações pesqueiras -, além de, atualmente, creditar-se ao Profrota a finalização de uma embarcação pesqueira e outras quatro em construção;

• Subvenção ao preço do óleo diesel marítimo de 120 milhões de litros, 2.600 embarcações beneficiadas e milhares de armadores e pescadores profissionais beneficiados;

• O Programa de Subvenção ao Preço do Óleo Diesel Marítimo atingiu números nunca alcançados desde sua criação. Assim, de 50,6 milhões de litros, os quais seriam subvencionados por conta do orçamento que a SEAP possuía para o exercício, foi possível contar com grande incremento diante de aprovação de crédito extraordinário no valor de R$ 15 milhões (Lei nº 11.463/2007);

• Destacam-se, ainda, os investimentos realizados nas estruturas para desembarque de pescado em diversos Estados do País, em especial nos terminais pesqueiros de Porto

Velho(RO) e Itarema(CE), que se encontram em fase final de conclusão. Também foi possível, com o orçamento de 2006, a realização de investimentos que garantiram a recuperação de terminais e o início de obras em outros, com destaque para os terminais pesqueiros de Santos(SP), Beberibe(CE), Santana(AP), Guaratuba(PR) e Camocim(CE).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os resultados alcançados neste Programa têm sua avaliação positiva, embora sua execução esteja na média. Considera-se a existência de grandes avanços na implementação das políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro. O ano de 2006 foi caracterizado por solidificação e implementação das diretrizes estabelecidas nos grandes encontros nacionais e por constante avaliação feita, a partir das discussões, por movimentos, representações do setor produtivo e entidades de classe representativas das atividades de pequena escala e artesanal.

A Ação Capacitação de Profissionais em Pesca, embora dotada com recursos não muito expressivos, proporcionou a realização de 14 ações diferenciadas, com abrangência em todas as regiões do País. O foco na capacitação de forma multidisciplinar e as parceiras com outros órgãos governamentais foram os principais responsáveis pela execução de 80%.

Entende-se como positiva a avaliação de cumprimento das metas físicas em relação ao previsto no Orçamento 2006, apesar da equipe reduzida e das dificuldades de formalização de determinados convênios, em função de restrições dos convenentes e do contingenciamento dificultarem a obtenção de um índice maior de cumprimento de metas físicas.

Devido às características e ao extenso litoral brasileiros, o País demanda de seus gestores, além de amplo conhecimento, capilaridade que permita atendimento às mais longínquas localidades. O foco nas diretrizes do atual governo aponta para execução das políticas justamente nessas regiões, o que demanda um esforço superior dos gestores, não somente no compromisso da implementação de ações, mas, sobretudo, no suporte necessário à sua efetiva execução e à capacitação dos parceiros envolvidos, notoriamente desqualificados para execução dos recursos. Desta forma, mostram-se insuficientes não só os recursos orçamentários executados, mas também o quadro de pessoal qualificado deste órgão.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução física programada. A instabilidade orçamentária por meio do contingenciamento tem gerado incertezas quanto à formalização de convênios, sobretudo em sua garantia de implementação e liquidação de parcelas subseqüentes. Esta instabilidade tem sido a principal responsável pelas alterações nos percentuais de execução física do Programa.

A lentidão no processo de licenciamento ambiental tem, por vezes, retardado e até mesmo inviabilizado a implementação de importantes ações do Governo Federal.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.



SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Brasil Quilombola

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), foram utilizados **R$ 18.962.544,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 32.885.138,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 18.962.544,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 32.885.138,00**	**Total realizado:**	**R$ 18.962.544,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pela SEPPIR não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• A descentralização da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR)vem sendo operada, desde outubro de 2003, pelo Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir). Em 2006, houve a adesão ao Fipir de 480 governos municipais, 24 governos estaduais e do Distrito Federal (DF), sendo, destes, 185 com órgãos executivos;

• Inclusão do recorte racial no Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal e acompanhamento da produção e distribuição no Sistema Único de Saúde (SUS) de cartilha sobre as especificidades da mulher negra e as ações previstas no referido pacto;

• Lançamento, em conjunto com Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC) e Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), do Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Negra e Aids, que além do Projeto Afroatitude, envolve a concessão de linhas de financiamento de pesquisas em saúde da população negra e da mulher negra, a realização da Campanha Nacional sobre Aids e Racismo, lançada em 1º de dezembro de 2005, Dia Mundial de Luta Contra a Aids;

• Fomento aos Planos Estaduais de Promoção da Igualdade Racial (PEPIRs) e sua elaboração pelos governos estaduais de Maranhão (MA), Acre (AC), Bahia (BA), Paraíba (PB), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Piauí (PI), Pernambuco (PE), Goiás (GO) e DF;

• Capacitação de agentes públicos em temas transversais nas políticas públicas - direitos humanos, gênero e raça. Ação coordenada pela SEDH, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), SEPPIR e Casa Civil, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), responsável pela coordenação acadêmica do curso por meio do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM);

• Realização de 30 convênios para o fomento ao desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, sendo 23 comunidades quilombolas, cinco comunidades de terreiro e duas comunidades ciganas;

• Celebração de convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para geração de base de dados censitária de 122 comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, com o objetivo de produzir mapas de abrangência nacional com os resultados dos estudos sócio-demográficos e das análises espaciais referentes às comunidades e aos seus Municípios. Os primeiros resultados dessa parceria já foram entregues e se referem ao estudo da presença da população negra na Região Norte, na Região Sul e na Região Sudeste do País;

• Instalação, entre 2004 e 2006, de energia elétrica em 379 comunidades quilombolas de 19 Estados brasileiros, atendendo a 9.765 famílias, pelo Programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia (MME);

• Implantação, em parceria com o Ministério da Integração Nacional (MI), de unidades do Projeto Quiosque do Cidadão, com o objetivo de promover a inclusão digital de cidadãos por meio da instalação de equipamentos de informática, dotados de acesso à Internet via satélite, com programas sócio-educativos e de formação da cidadania. Foram beneficiadas quatro comunidades quilombolas do Município de Poconé (MT);

• Inclusão, até novembro de 2006, de 6.391 famílias quilombolas no Cadastro Único, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Dessas, 4.150 recebem o benefício do Programa Bolsa Família;

• Ampliação do atendimento a famílias quilombolas em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Já são 2 milhões de famílias quilombolas referenciadas em 257 Municípios de 21 Estados, das quais 415,6 mil receberam atendimento direto;

• Realização da Chamada Nutricional Quilombola, ação realizada pelo MDS, em parceria com a SEPPIR, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (Conaq) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com o objetivo de diagnosticar o nível de segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas rurais. Em uma amostra colhida em 22 Estados, a pesquisa passou por 60 comunidades, sempre acompanhando a campanha de vacinação. As crianças foram pesadas e medidas e as famílias responderam a questionários sobre alimentação, condições sócio-econômicas e acesso aos programas sociais e à assistência à saúde.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

Os programas contam com mecanismos de monitoramento, como a realização de reuniões de trabalho e a produção de relatórios de gestão. Ademais, periodicamente ocorrem, visitas *in loco* por parte dos gerentes e da diretoria do Programa. A principal dificuldade para esse monitoramento - durante o ano de 2006 - foi a falta de um banco de dados formal para a população quilombola, pois o banco de dados ainda se encontra em construção, entrando em funcionamento no ano de 2007.

A ampliação do rol de atividades no âmbito do Programa Brasil Quilombola (PBQ) tem demandado ampliação e modernização na infra-estrutura de trabalho e substituição dos equipamentos por outros mais ágeis e potentes. Além de um maior número de servidores adequadamente vinculados à administração pública.

Outra dificuldade encontrada pela SEPPIR diz respeito à celebração de convênios na gerência. A equipe responsável pela execução dos convênios é reduzida e não conta com um apoio de infra-estrutura adequada ao seu trabalho. Além disso, a celebração de convênios é prejudicada pela inadimplência de Estados e Municípios.

Cabe ressaltar que a promoção da igualdade racial não está restrita à execução dos programas da SEPPIR, dependendo da inserção do tema em muitos programas de outros ministérios. A lacuna da questão da transversalidade na maioria dos programas do Plano Plurianual (PPA) se verifica pela escassez de indicadores do recorte racial. Esses fatores, aliados à reduzida capacidade técnica e financeira na maioria dos órgãos executivos e às limitações da estrutura técnico-administrativa da SEPPIR não permitem o avanço desejado no desenvolvimento da Política de Promoção da Igualdade Racial. Acrescente-se, como obstáculo, resquícios de racismo institucional que precisam ser superados durante o processo de articulação político-administrativa e cotidiana entre gestores públicos, talvez pela necessidade de informação maciça nesse meio.

ASPECTOS RELEVANTES

Os programas contam com mecanismos de participação social, como Ouvidoria, audiências e consultas públicas, reuniões com grupos de interesse e discussão no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).

BRASIL QUILOMBOLA

OBJETIVO

Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos desenvolvimento econômico e sustentável e etno-desenvolvimento, bem como justiça social e a propriedade de suas terras.

PÚBLICO-ALVO

População de comunidades remanescentes de quilombos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 52.324.263,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 18.976.546,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 18.976.546,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 6,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

Este indicador não foi apurado em 2006 e, na revisão para 2007, foi modificado para Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável. A partir da revisão, esse indicador deve ser considerado apenas para as ações Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos, Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas e Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Outros dois indicadores foram propostos, uma vez que o número de comunidades quilombolas identificadas tem se ampliado com o passar do tempo. São eles: Taxa de Evolução das Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos e Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas. Atualmente, temos 3.224 comunidades identificadas no País, de modo que 1.522 foram alvo de algum tipo de ação ou foram alvo de ações que não pertencem ao Programa Brasil Quilombola (PBQ), mas que são prioritárias para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

CONTEXTUALIZAÇÃO

As condições de vida das comunidades quilombolas as inscrevem no rol dos grupos sociais mais vulneráveis e que necessitam de urgentes medidas para sua inclusão social, uma vez que estão absolutamente carentes de políticas públicas que as tratem respeitosamente e com o objetivo de fazer valer sua condição plena de cidadania. As medidas de justiça social voltadas para os remanescentes de quilombos devem considerar ações que os preparem para uma nova condição econômica, social e auto-sustentável, na qual possam caminhar com suas próprias forças, condições e potencialidades, o que possibilitará a construção de espaço para elas na sociedade brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização de 30 convênios para o fomento ao desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, sendo 23 comunidades quilombolas, cinco comunidades de terreiro e duas comunidades ciganas. Aprovação de 33 projetos, no âmbito do Projeto Gera Ação Quilombola, para inclusão produtiva e fortalecimento institucional de comunidades quilombolas. O projeto é fruto da articulação entre a SEPPIR, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Fundação Banco do Brasil (FBB);

• Implantação do Programa Organização Produtiva de Comunidades (Produzir) - fruto de articulação com o Ministério de Integração Nacional (MI) -, que tem por objetivo capacitar as comunidades no desenvolvimento de atividades produtivas potenciais no cultivo para comercialização, nas comunidades quilombolas de Cariacá e Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa (BA), e Alto Tamanduá, Jorge e Jacu Mocó, em Poço das Trincheiras (AL);

• Estabelecimento de convênio com o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) para geração de base de dados censitária de 122 comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, com o objetivo de produzir mapas de abrangência nacional com os resultados dos estudos sócio-demográficos e das análises espaciais referentes às comunidades e aos seus Municípios. Os primeiros resultados dessa parceria já foram entregues e se referem ao estudo da presença da população negra na Região Norte, na Região Sul e na Região Sudeste do País;

• Capacitação, entre 2005 e 2006, de cerca de 700 gestores públicos na temática quilombola, com o objetivo de aumentar a participação dos governos estaduais e municipais nas políticas do Governo Federal para a população remanescente de quilombos;

• Emissão, de janeiro de 2004 a dezembro de 2006, pela Fundação Cultural Palmares (FCP), de 809 certidões de auto-reconhecimento em benefício de mil comunidades quilombolas, envolvidas ou não em processos de regularização fundiária. Após a publicação do Decreto nº 4.887/03, instaurou-se junto ao Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra), até dezembro de 2006, o total de 492 processos de regularização fundiária que, ao serem julgados, beneficiarão mais de 500 comunidades. Entre os anos de 2003 e 2006, 31 territórios receberam seus títulos, que conferem a 38 comunidades o direito de posse e domínio sobre a terra. Do restante dos processos instaurados, 43 já

tiveram publicado no Diário Oficial da União (DOU) o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), uma importante etapa para conclusão a favor da comunidade;

• Elaboração, a partir de uma parceria entre Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Ministério das Cidades (MCidades) e SEPPIR, do plano de trabalho para desenvolvimento do Programa de Habitação e Saneamento para Quilombos. O projeto está sendo viabilizado por intermédio da criação de um segmento do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), gerido pelo MCidades. Cerca de 1.160 unidades habitacionais já foram construídas ou estão em obras;

• Início de obras de abastecimento de água e melhorias sanitárias domiciliares em nove comunidades de quatro Estados: Kalunga (GO); Potes, Quilombos, Tapuio e Sumidouro (PI); Cambará, Manuel Barbosa e Família Silva (RS) e Rio das Rãs (BA). Essas obras, ainda em andamento, beneficiarão 448 famílias;

• Instalação, entre 2004 e 2006, de energia elétrica em 379 comunidades quilombolas de 19 Estados brasileiros, atendendo a 9.765 famílias, pelo Programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia (MME);

• Implantação, em parceria com o Ministério da Integração Nacional (MI), unidades do Projeto Quiosque do Cidadão, com o objetivo de promover a inclusão digital de cidadãos por meio da instalação de equipamentos de informática, dotados de acesso à Internet via satélite, com programas sócio-educativos e de formação da cidadania. Foram beneficiadas quatro comunidades quilombolas do Município de Poconé (MT);

• Distribuição, entre 2004 e 2006, de 30.954 exemplares de livros desenvolvidos especialmente para a população quilombola;

• Lançamento do Projeto Quilombola, Venha Ler e Escrever, que tem como objetivo estimular e favorecer aproximadamente 13.300 cidadãos, jovens e adultos quilombolas, na constituição dos conceitos necessários para o desenvolvimento da leitura e da escrita, possibilitando a elevação da auto-estima, a ampliação dos horizontes de socialização, o exercício pleno da cidadania e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida;

• Inclusão, até novembro de 2006, de 6.391 famílias quilombolas no Cadastro Único, em parceria com o MDS. Dessas, 4.150 recebem o benefício do Programa Bolsa Família;

• Ampliação da distribuição de alimentos para comunidades tradicionais, em parceria com o MDS. Até 2006, foram distribuídas 278,7 mil cestas de alimentos para 69.646 famílias de comunidades remanescentes de quilombos de 21 Estados, totalizando 6,28 milhões de quilos de alimentos. Para as comunidades de terreiro, foram distribuídos 304,6 mil quilos em 103,7 mil cestas para 19.750 famílias de 18 Estados brasileiros;

• Ampliação do atendimento a famílias quilombolas em Centro de referência de Assistência Social (CRAS). Já são 2,08 milhões de famílias quilombolas referenciadas em 257 Municípios de 21 Estados, das quais 415,6 mil receberam atendimento direto;

• Ampliação dos Balcões de Direitos para comunidades quilombolas na Bahia (BA), no Espírito Santo (ES), no Amazonas (AM) e no Maranhão (MA);

• Realização da Chamada Nutricional Quilombola, ação realizada pelo MDS, em parceria com a SEPPIR, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (Conaq) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com o objetivo de diagnosticar o nível de segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas rurais. Em uma amostra colhida em 22 Estados, a pesquisa passou por 60 comunidades, sempre acompanhando a campanha de vacinação. As crianças foram pesadas e medidas e as famílias responderam a questionários sobre alimentação, condições sócio-econômicas e acesso aos programas sociais e de assistência à saúde.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os mecanismos de monitoramento adotados no Programa são a realização de reuniões de trabalho e a produção de relatórios de gestão, sempre com participação da Secretaria de Articulação e Monitoramento (SAM) da Casa Civil, uma vez que o Programa foi eleito uma das metas presidenciais. Ademais, periodicamente ocorrem, visitas *in loco* por parte dos gerentes e da diretoria do Programa. A principal dificuldade para esse monitoramento - durante o ano de 2006 - foi a falta de um banco de dados formal para a população quilombola, pois o banco de dados ainda se encontra em construção, entrando em funcionamento no ano de 2007.

A não liberação integral do limite orçamentário, como aconteceu no exercício anterior, prejudica o cumprimento dos objetivos e das metas das ações, bem como tem atrasado a consecução do planejamento do Programa.

A ampliação do rol de atividades no âmbito do PBQ tem demandado ampliação e modernização na infra-estrutura de trabalho e substituição dos equipamentos por outros mais ágeis e potentes. Tal ampliação no âmbito do PBQ tem exigido maior número de servidores adequadamente vinculados à administração pública.

A equipe responsável pela execução dos convênios é reduzida e não conta com um apoio de infra-estrutura adequada ao seu trabalho. Além disso, a celebração de convênios é prejudicada pela inadimplência de Estados e Municípios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

De modo geral, a interlocução com outros ministérios tem sido proveitosa, sobretudo, com o MDS, o MDA, o MCidades, o MME, a Funasa, a Casa Civil, a FCP e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). O monitoramento mensal do Programa aponta para a necessidade de uma pactuação mais sólida com o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Saúde (MS).

O Programa conta com mecanismos de participação social, como Ouvidoria, audiências e consultas públicas, reuniões com grupos de interesse (representantes das comunidades quilombolas, de terreiro e ciganas) e discussão no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).

A inexistência de uma pesquisa censitária torna impossível conhecer o universo sobre o qual se deseja atuar.

RECOMENDAÇÕES

• Inserir ação orçamentária relacionada à realização do censo da população quilombola. Não se refere, aqui, à realização do censo propriamente dito, uma vez que este deve estar a cargo do IBGE, mas à articulação necessária para tanto, à produção de subsídios, de pesquisas-piloto, entre outras atividades importantes para criar as bases para a realização do censo;

• Aprimorar o processo de articulação com os órgãos executores do Programa, por meio da revitalização do comitê de acompanhamento dos programas multissetoriais e da ampla divulgação dos resultados de cada Ministério.



SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES

Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho

Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), foram utilizados **R$ 18.978.931,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	**R$ 27.061.444,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 18.978.931,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 27.061.444,00**	**Total realizado:**	**R$ 18.978.931,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pela SEPM não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 2.173.461,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 1.502.563,00**.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• No âmbito da prevenção e combate à violência contra as mulheres, houve apoio à ampliação da rede de atendimento à mulher em situação de violência. Em 2006, foram apoiados 55 projetos, sendo 19 casas-abrigo, 36 centros de referência e três defensorias nas cinco regiões do País, o que faz com que se tenha hoje uma rede composta por 63 casas-abrigo, 83 centros de referência, 14 defensorias públicas e 396 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM);

• Reestruturação da Central de Atendimento à Mulher - ligue 180, de abrangência nacional, criada pela SPM e que registra, em média, 3.000 atendimentos por mês, entre denúncias, encaminhamentos a serviços especializados, orientações de procedimento e informações sobre direitos;

• Capacitação e treinamentos de agentes públicos que lidam com a questão da violência contra a mulher, executada diretamente pela SPM ou em parceria com outras entidades;

• Elaboração de normas técnicas para o funcionamento das DEAMs e dos centros de referências, com a participação de profissionais que atuam nesses serviços;

• Promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), que, entre outras medidas, dispõe sobre a criação dos Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher;

• Apoio à criação e ao fortalecimento de organismos de políticas para as mulheres nas esferas dos poderes executivos estaduais e municipais, de forma a construir a transversalidade nestas instâncias governamentais e possibilitar a execução das ações definidas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Destaca-se o lançamento da 2ª edição

do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, no âmbito do Programa Mulher e Ciência, uma iniciativa da SPM, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação (MEC) e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), cujo objetivo é valorizar as pesquisas realizadas e estimular a elaboração e divulgação de novos conhecimentos no campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos;

• Ação desenvolvida em parceria com o MEC, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Conselho Britânico para a formação de profissionais da educação em gênero, sexualidade e relações étnico-raciais por meio da realização de curso semipresencial Gênero e Diversidade na Escola no período de maio a setembro de 2006 em seis Municípios das cinco grandes regiões brasileiras, para professores de quinta a oitava séries das redes públicas de ensino;

• Capacitação de agentes públicos em temas transversais, através de curso de extensão coordenado pela Universidade de Brasília (UnB) Temas Transversais nas Políticas Públicas: Direitos Humanos, Gênero e Raça, uma parceria entre SPM, Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e SEPPIR;

• Na área de incentivo ao acesso de crédito, foi celebrado convênio com o Banco da Mulher do Brasil para a continuidade da capacitação e sensibilização de agentes financeiros, com o objetivo de melhorar do atendimento às mulheres residentes em regiões urbanas que buscam o acesso ao microcrédito produtivo;

• No âmbito da ação não-orçamentária, certificação de empresas e instituições voltadas a eqüidade de gênero foi implementado o Programa Pró-Eqüidade de Gênero, que tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nesta primeira edição o Programa recebeu adesão de 16 empresas públicas, dos setores eletro-energético, bancário, comunicação e agropecuário, sendo que 11 receberam o Selo Pró-Eqüidade de Gênero. Em dezembro de 2006, foi lançada a 2ª edição do Programa.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

A estrutura organizacional vigente não está adequada à atual estrutura programática. Ambas necessitam de uma revisão. A estrutura organizacional foi proposta quando da criação da SPM, época em que só existia um Programa. No decorrer desses anos, a estrutura programática foi revisada anualmente, sem alteração da estrutura organizacional.

A maior parte das ações é executada por meio de celebração de convênios, que são acompanhadas nas visitas *in loco* e no monitoramento a distância, mediante aplicação de questionários. Quanto à periodicidade, as visitas são realizadas de acordo com o término do convênio e ou denúncias. Grande parte das atividades é também monitorada a partir do trabalho do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano, que se reúne periodicamente.

Cabe destacar que a Secretaria conta com mecanismos que promovem a participação social tais como:

a) Ouvidoria, que presta diferentes tipos de atendimento, entre eles, orientação às mulheres em situação de violência;
b) audiências públicas nas assembléias legislativas e nas câmaras de vereadores, para discussões sobre a efetivação e qualidade do atendimento dos serviços;
c) reuniões com grupos de interesse;
d) discussões no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;
e) Sistema de Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres, no sítio da Secretaria. O principal resultado dessa participação social foi a sanção da Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), fruto de uma ampla articulação dos movimentos sociais, setores do governo e especialistas.

Dentre as principais restrições enfrentadas pela SPM, destacam-se:

a) inadequação da infra-estrutura (o fato da SPM funcionar em dois prédios distintos, além de instalações inadequadas, prejudicam a integração das equipes);
b) quantidade inadequada de recursos humanos;
c) dificuldade de celebração de convênios por inadimplência dos entes.

INCENTIVO À AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

OBJETIVO

Apoiar iniciativas de empoderamento e capacitação de mulheres com vistas a promover a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

PÚBLICO-ALVO

Mulheres a partir de 16 anos de idade, inseridas na população economicamente ativa.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.850.194,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 3.511.998,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 3.511.998,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO TOTAL DE MICROCRÉDITO CONCEDIDO PELAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Este indicador não atende à amplitude do Programa, que realiza outras ações além do apoio à concessão de microcrédito. Além disso, há dificuldade de mensuração, pois nem todas as instituições possuem cadastro de clientes com informações estratificadas por sexo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As mulheres no Brasil são vítimas de graves discriminações, tanto em termos de acesso a serviços públicos quanto de acesso ao crédito, à terra, à documentação, à formação profissional e à habitação. No que se refere ao mundo do trabalho, as desigualdades salariais entre homens e mulheres ainda são marcantes, independentemente de classe social e do fato de que as mulheres ocupadas contam com um nível maior de escolaridade: em média 7,3 anos de estudo contra 6,3 dos homens, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE). Comparando-se os rendimentos médios mensais dos trabalhadores, cabem às mulheres salários que, na média, equivalem a apenas 70% daqueles auferidos pelos homens.

A desigualdade salarial é ainda maior se focarmos o universo das mulheres negras, que chegam a receber até 60% a menos que os homens brancos e que se concentram em setores de atividade com baixo grau de modernidade e baixa qualificação, como é o caso do emprego doméstico. Apesar de já representarem cerca de 40% da população empregada, aproximadamente 44% das mulheres vivem na informalidade, o que aponta para o baixo prestígio social e político a elas imposto. Na agricultura, as mulheres representam 33% da força de trabalho, mas encontram-se majoritariamente na condição de não-assalariadas e/ou não-remuneradas, por se inserirem na economia de subsistência.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Implementação do Programa Pró-Eqüidade de Gênero, que tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no ambiente de trabalho por meio da outorga de um selo às organizações que adotarem medidas concretas de promoção da igualdade de gênero. Nesta primeira edição, o Programa recebeu adesão de 16 empresas públicas, dos setores eletro-energético, bancário, de comunicação e agropecuário, sendo que 11 receberam o Selo Pró-Eqüidade de Gênero ao final de um ano.

• Capacitação e sensibilização de agentes financeiros por meio da celebração de convênio com o Banco da Mulher do Brasil, com o intuito de melhorar do atendimento às mulheres residentes em regiões urbanas que buscam o acesso ao microcrédito produtivo.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os recursos orçamentários liberados para execução do Programa foram insuficientes frente à elevada demanda de projetos.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. No entanto, a descontinuidade do fluxo de recursos é sempre prejudicial para a execução, pois inviabiliza o planejamento das ações e posterga a execução física para o ano subseqüente.

O fato de a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) funcionar em dois prédios distintos, além de instalações inadequadas, prejudica a integração das equipes e, conseqüentemente, o bom andamento das atividades sob sua responsabilidade.

A SPM conta com quantidade insuficiente de recursos humanos para uma satisfatória implementação do Programa, tanto no que diz respeito à equipe gerencial quanto à equipe técnica. No caso da equipe gerencial, tal insuficiência se revela em função das múltiplas funções assumidas pelas gerentes e diretoras que, além de responderem por todo o gerenciamento da execução, ainda são responsáveis pela articulação com os demais

órgãos de governo e organismos internacionais, bem como pela formulação e proposição de políticas e ações.

Já na equipe técnica, a inadequação dos recursos humanos é resultado do grande volume de trabalho, demandado nos processos de análise de projetos e de celebração de convênios, além da execução cotidiana das atividades diretamente desenvolvidas pela SPM.

Apesar de algumas ações terem sofrido contingenciamento, o Programa conseguiu uma execução física entre 80% e 100%.

Grande parte da execução das ações se dá através da celebração de convênios. Desse modo, a inadimplência dos proponentes prejudica a sua execução.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Foram mantidas parcerias com órgãos como Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), com vistas à melhoria das condições de vida da mulher trabalhadora e à promoção da eqüidade de gênero.

A maior parte das ações é executada por meio da celebração de convênios, que são acompanhados nas visitas *in loco* e no monitoramento à distância, mediante aplicação de questionários. Quanto à periodicidade, as visitas são realizadas de acordo com o término do convênio e/ou denúncias. Grande parte dessas atividades é também monitorada a partir do trabalho do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano que se reúne periodicamente.

O Programa possui mecanismos que asseguram a participação social, tais como:

a) Ouvidoria, que presta diferentes tipos de atendimento, entre eles, orientação às mulheres em situação de violência;
b) reuniões com grupos de interesse;
c) discussões no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;
d) Sistema de Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres, disponível no sítio da Secretaria.

RECOMENDAÇÕES

• De modo geral, as principais ações orçamentárias executadas no Programa referem-se ao apoio a projetos encaminhados pela sociedade civil. A atuação por meio do que se poderia chamar de atendimento de balcão e os parcos recursos disponíveis para tanto não dão à atuação da Secretaria um caráter transformador das condições de vida do conjunto de mulheres brasileiras – não sendo capaz de alterar de modo decisivo a situação de desigualdade no mundo do trabalho – e nem assegura a sustentabilidade dos projetos apoiados. Desse modo, sugere-se a exclusão do Programa e a criação de ações, dentro de

um Programa maior que trate da promoção da transversalidade de gênero nas políticas públicas, que diga respeito à promoção de ações de referência na área do trabalho. Tais ações seriam executadas preferencialmente pela Secretaria ou por esta em parceria com organizações da sociedade civil, desde que a SPM participe ativamente do processo de elaboração e implementação das atividades. As ações de referência têm como objetivo final servir de modelo para uma intervenção a ser assumida como responsabilidade do MTE o que se constitui, de fato, na promoção da transversalidade.

PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

OBJETIVO

Atuar na prevenção e no combate das diferentes formas de violência contra as mulheres e apoiar o atendimento àquelas em situação de violência ou risco.

PÚBLICO-ALVO

Mulheres efetiva ou potencialmente sujeitas a situações de violência.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 14.115.837,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 8.331.237,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 8.331.237,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. MÉDIA ANUAL DE OCORRÊNCIAS DE DELITO REGISTRADAS POR DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES (DEAM)

Unidade de medida: Ocorrência de delito/DEAM
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 1500

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O indicador não teve como ser apurado, pois este dado depende das estatísticas disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que são lançados sempre com um ano de defasagem. O indicador foi alterado na revisão para acompanhar a nomenclatura da pesquisa do Ministério da Justiça (MJ), passando a Evolução do Número de Registros de Ocorrência nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). Este indicador, em 2005, foi de 1.761. Logo, o índice previsto ao final do PPA foi alcançado. Além disso, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) entende que os indicadores deverão estar relacionados com a rede de atendimento às mulheres.

2. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 6
Índice previsto ao final do PPA: 6
Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice previsto ao final do PPA já foi alcançado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A situação de violência contra as mulheres é das mais graves: 43% das mulheres pesquisadas em 2001, pela Fundação Perseu Abramo, em todo o Território Nacional, declararam ter sofrido alguma forma de violência. A cada quinze segundos, um ato de violência contra a mulher é praticado. Essa violência se dá sob diferentes formas: violência doméstica, violência sexual, tráfico de seres humanos e violências simbólicas. As meninas e jovens, em nosso País, constituem uma população especialmente vulnerável, tanto como vítimas de exploração e abuso sexual, quanto pelo alto índice de gravidez na adolescência.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Ampliação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência por meio da estruturação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, de abrangência nacional criada pela SPM e que registra, em média, 3.000 atendimentos por mês, entre denúncias, encaminhamentos a serviços especializados, orientações de procedimentos e informações sobre direitos. E ainda pelo apoio direto, através de celebração de convênios, a 55 projetos, sendo 19 casas-abrigo, 36 centros de referência e três defensorias nas cinco regiões do País;

• Capacitação e treinamentos de 4.100 agentes públicos que lidam com a violência contra a mulher, executados diretamente pela SPM ou em parceria com outras entidades;

• Elaboração de Normas Técnicas para o funcionamento das DEAMs e dos centros de referências, com a participação de profissionais que atuam nesses serviços;

• Efetivação do marco legal por meio da sanção da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), que, entre outras medidas, dispõe sobre a criação dos Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os recursos liberados para execução do Programa ainda foram insuficientes frente à elevada demanda de projetos.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. No entanto, a descontinuidade do fluxo de recursos é sempre prejudicial para a execução, pois inviabiliza o planejamento das ações e posterga a execução física para o ano subseqüente.

O fato de a SPM funcionar em dois prédios distintos, além de instalações inadequadas, prejudica a integração das equipes e, conseqüentemente, o bom andamento das atividades sob sua responsabilidade.

A SPM conta com quantidade inadequada de recursos humanos para a implementação do Programa, tanto no que diz respeito à equipe gerencial quanto à equipe técnica. No caso da equipe gerencial, tal insuficiência se revela em função das múltiplas funções assumidas pelas gerentes e diretoras que, além de responderem por todo o gerenciamento da execução, ainda são responsáveis pela articulação com os demais órgãos de governo e organismos internacionais, bem como pela formulação e proposição de políticas e ações. Já na equipe técnica, a inadequação dos recursos humanos é resultado do grande volume de trabalho, demandado nos processos de análise de projetos e de celebração de convênios, além da execução cotidiana das atividades diretamente desenvolvidas pela SPM.

Apesar de algumas ações terem sofrido contingenciamento, o Programa conseguiu uma execução física entre 80% e 100%.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A maior parte das ações é executada por meio da celebração de convênios, que são acompanhados nas visitas *in loco* e no monitoramento a distância, mediante aplicação de questionários. Quanto à periodicidade, as visitas são realizadas de acordo com o término do convênio e ou denúncias. Grande parte dessas atividades é também monitorada a partir do trabalho do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano que se reúne periodicamente.

O Programa possui mecanismos que asseguram a participação social, tais como:

a) Ouvidoria, que presta diferentes tipos de atendimento, entre eles, a orientação às mulheres em situação de violência;
b) Audiências Públicas nas assembléias legislativas e nas câmaras de vereadores, cujo objetivo é promover discussões sobre a efetivação e qualidade do atendimento dos serviços prestados;
c) reuniões com grupos de interesse, formados por profissionais que atuam nos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência e que resultaram na elaboração das normas técnicas para o atendimento prestado nas DEAMs e nos centros de referência;
d) discussões no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;
e) Sistema de Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres, disponível no sítio da SPM. O principal resultado dessa participação social foi a sanção da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), fruto de uma ampla articulação dos movimentos sociais, setores do governo e especialistas.

RECOMENDAÇÕES

• Em função da falta de informações sobre a realidade da violência contra a mulher, sugere-se incluir uma ação para criação de um sistema nacional de informações sobre violência contra as mulheres. Desse modo, torna-se possível, não apenas, maior conhecimento da realidade que se quer enfrentar com o Programa, mas também possibilita-se o acompanhamento e a avaliação do impacto do Programa implementado, bem como um desenho mais adequado da intervenção pública federal;

• Entendendo-se que o problema da violência doméstica, assim como o seu combate, envolvem diversas áreas, tais como educação, saúde e segurança pública, sugere-se que o Programa seja redesenhado sob a lógica da multissetorialidade. Assim, o Programa seria coordenado pela SPM e executado por todos os órgãos responsáveis pela política que hoje já executam uma série de ações importantes, mas que não são explicitamente vinculadas ao programa da SPM. Propicia-se, assim, um enfrentamento mais completo do problema da violência, bem como uma maior articulação e convergência das ações;

• Sugere-se, ainda, que a Ação 900M de incentivo à formação e ao fortalecimento de redes de cidadania seja uma ação orçamentária, dada a importância de tais estruturas no combate à violência doméstica;

• Como os indicadores ainda se mostram insuficientes, sugere-se a criação de novos indicadores, tais como:

a) Evolução do Número de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência – entendendo-se serviços especializados como aqueles apoiados diretamente pela SPM, os centros de referências, as casas- abrigo e as defensorias públicas;
b) Cobertura Geográfica dos Serviços Especializados: evolução do número de Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. O acompanhamento do número de juizados e varas permite monitorar a implementação da Lei Maria da Penha que instituiu tais estruturas.



SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS

Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas

Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei

Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Direitos Humanos, Direitos de Todos

Nacional de Acessibilidade

Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), foram utilizados **R$ 79.549.165,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

Recursos orçamentários autorizados LOA + Créditos):	**R$ 122.978.059,00**	**Realizado orçamentário:**	**R$ 79.549.165,00**
Recursos não-orçamentários previstos:	**-**	**Realizado não-orçamentário:**	**-**
Total previsto:	**R$ 122.978.059,00**	**Total realizado:**	**R$ 79.549.165,00**

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pela SEDH não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

PRINCIPAIS RESULTADOS

Durante o planejamento da ação institucional para o ano de 2006 foi apontado como ação estratégica o desenvolvimento de um conjunto de ações para a divulgação da agenda direitos humanos, dado o papel essencial da SEDH em pautar a temática na agenda política nacional e internacional, no âmbito do governo e da sociedade em geral. A SEDH reforçou sua atuação em favor da proteção e da promoção dos direitos humanos por meio de ampla articulação com órgãos governamentais em nível federal, estadual e municipal e pelo fortalecimento de parcerias com organizações da sociedade:

• Articulação para a criação do Conselho de Direitos Humanos da ONU e para a eleição do Brasil, País mais votado do Grupo de Países da América Latina e Caribe (GRULAC) e o segundo mais votado no mundo;

• Introdução das pautas Direito à Verdade e à Memória, Combate à Tortura, Prevenção e Combate à Discriminação por Orientação Sexual, Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e Cultura e Educação em Direitos Humanos no fórum das Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul;

• Articulação para aprovação da Convenção Internacional sobre Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado e a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas no Conselho de Direitos Humanos da ONU;

• Articulação junto à mídia impressa, televisiva e de radiodifusão;

• Realização de uma jornada de eventos em comemoração e reconhecimento dos avanços na promoção e defesa dos direitos humanos conjugando no mês de dezembro: o Prêmio Direitos Humanos. I Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul (em quatro capitais brasileiras: São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Recife) e o Festival Direitos Humanos: Iguais na Diferença, a fim de mobilizar a sociedade e os movimentos sociais em torno do tema;

• Aperfeiçoamento significativo da eficácia da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (ReDESAP), em parceria com 45 órgãos e entidades nacionais;

• Consolidação do cadastro nacional de crianças e adolescentes desaparecidos <http://www.desaparecidos.mj.gov.br>;

• Apoio e incentivo a serviços de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos em 17 Estados;

• Desenvolvimento de campanhas nacionais de localização de crianças e adolescentes desaparecidos, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF);

• Realização da pesquisa nacional Conhecendo a Realidade para mapear o perfil e o processo de trabalho dos profissionais que atuam nos Conselhos Municipais e nos Conselhos Tutelares;

• Elaboração do Plano de Ação de Enfrentamento à Pedofilia *on-line* e à Pornografia Infantil na Internet no Brasil, com a realização de três campanhas nacionais e duas campanhas internacionais, em parceria com outros Ministérios, Poder Legislativo, segmento empresarial, organismos e organizações internacionais e sociedade civil;

• Expansão do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (PAIR);

• Criação do Comitê para Prevenção e Combate da Tortura no Brasil;

• Criação do Plano de Ações Integradas para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil;

• Adesão de seis Estados da Federação ao Plano Nacional: PB, ES, PE, RS, AL e o DF;

• Articulação junto ao Congresso Nacional para a aprovação do Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes: aprovação na Câmara dos Deputados em novembro de 2006;

• Apoio Institucional para Ouvidorias de Polícia e Policiamento Comunitário - Acordo Bilateral Brasil – União Européia;

• Adesão de 11 Estados da Federação ao compromisso de montar Ouvidorias autônomas às Polícias, dentro de padrões estabelecidos. Realização de sessões públicas para informar a sociedade sobre o papel e os trabalhos realizados pelas Ouvidorias de Polícia em oito Estados da Federação. Fortalecimento do Fórum Nacional dos Ouvidores;

• Realização de seminários e cursos de formação, incluindo o de especialização em Gestão de Segurança Pública e Justiça Criminal para promotores de justiça, juízes, delegados de polícia civil e policiais militares, realizado nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo;

• Realização de Campanha contra a tortura, com divulgação em 11 Estados;

• Finalização da análise de todos os processos pela Comissão Especial Mortos e Desaparecidos Políticos, com o pagamento de todas as indenizações. Elaboração do Relatório 11 Anos de Memória – Comissão Especial Mortos e Desaparecidos Políticos à sociedade, contendo o histórico de todos os casos, depoimentos e fotografias, constituição

de banco de dados de DNA das famílias para identificação de ossadas e realização de eventos públicos para a coleta de DNA de familiares nos Estados de SP, RJ, BA, PE;

• Fortalecimento da participação do movimento social no Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD);

• Introdução do tema Prevenção e Combate à Discriminação por Orientação Sexual na pauta do fórum das Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul. Implantação de 47 Centros de Referência em Direitos Humanos para a prevenção e combate à homofobia, abrangendo todas as capitais e as cidades-pólos do interior dos Estados;

• Realização de Pesquisas nas Paradas do Orgulho *Gays*, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (GLBT) em quatro regiões do País em 2006, com o objetivo de investigar percepções da discriminação contra homossexuais e transgêneros, fomentar o debate público sobre o tema e subsidiar políticas públicas de combate a essa forma específica de violação dos direitos humanos;

• Aprovação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: primeira versão/2003 e revisão/2006, após consulta pública;

• Realização do I Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos, que reuniu especialistas nacionais e internacionais, pesquisadores e gestores do campo da educação, da segurança, da justiça, da mídia e da sociedade civil, que ao longo do processo de redemocratização contribuíram para a construção de uma cultura de direitos humanos;

• Criação do Grupo de Trabalho Cultura e Educação em Direitos Humanos, no âmbito do fórum das Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul;

• Implantação do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos em três Estados (PA, ES e PE);

• Estreitamento do diálogo com a sociedade civil;

• Realização da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa;

• Implantação do Plano de Ação de Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa;

• Implantação de cinco Centros de Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa;

• Realização de Audiências Públicas relativas às Instituições de Longa Permanência e a situação de violência contra a pessoa idosa;

• Inclusão de ação específica no orçamento para apoio ao enfrentamento da violência e aos maus-tratos contra a pessoa idosa;

• Fortalecimento da representação internacional na cooperação com países ibero-americanos.

ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

A SEDH concentra sob sua responsabilidade um leque de programas e ações definidas no PPA cujos temas merecem atenção especial por se tratar da garantia, promoção e defesa de direitos humanos, consagrados na Constituição Federal, notadamente os relativos aos grupos vulneráveis.

A SEDH desenvolve ainda outras ações institucionais, bem como congrega, em sua estrutura regimental, diversos órgãos colegiados de defesa e promoção de direitos de diferentes grupos populacionais, tais como o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), além da coordenação de importantes Grupos de Trabalho Interministeriais (GTI), como o GTI de Ex-Colônias de Hanseníase, instituído pelo Presidente da República em 2006 com o objetivo de propor e articular a execução de ações interministeriais para a promoção dos direitos de cidadania dessa população. Aliado a isso a SEDH é responsável pela coordenação e execução de programas governamentais. Pela própria característica do tema Direitos Humanos, a vocação maior da Secretaria é o desenvolvimento de articulação de ações com os demais órgãos governamentais, nas três esferas de governo, bem como com outros poderes, e com a sociedade civil.

Essencialmente, a SEDH é o órgão do Governo Federal que tem a incumbência de pautar a temática em âmbito nacional e internacional. Para isso, as atividades da secretaria são em grande medida voltadas cotidianamente para as ações de articulação política junto ao movimento social, às universidades, aos governos estaduais e municipais, às assembléias legislativas e municipais, ao Congresso Nacional, e aos demais órgãos do Governo Federal, devendo também ser ressaltado o leque de parcerias com entidades governamentais e não-governamentais (nacionais e internacionais). Ressalta-se ainda que a SEDH, além de viabilizar o atendimento de demandas emanadas de movimentos sociais, envida esforços no sentido de cumprir os compromissos que o Brasil assumiu no âmbito internacional, balizados pelo Sistema Internacional de Direitos Humanos e pelo Sistema Interamericano para Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão.

A limitada capacidade de execução dos Programas e convênios, por parte da SEDH, é, em parte, contornada pelo seu respaldo institucional, uma vez que pertence à Presidência. Esse respaldo permite, de forma relativa, a mobilização de outros Ministérios, para focar políticas públicas do Governo Federal em torno de temas ou populações extremamente fragilizadas, como crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, adolescentes em conflito com a lei e pessoas com deficiência. Também é a independência assegurada pelo *status* de Ministério que permite que a SEDH possa trabalhar de forma mais intensa em seus programas e na expansão de sua área de atuação, conforme a identificação de carências e atendendo às demandas da sociedade civil.

Contudo, essa expansão e fortalecimento das articulações das políticas públicas federais, estaduais e municipais não encontram reflexo na estrutura organizacional

e na distribuição interna efetiva dos cargos comissionados. A equipe da SEDH é subdimensionada para cumprir sua missão de pautar na agenda do País a temática dos direitos humanos por meio de ações que englobam:

a) direção de Conselhos Nacionais e outros órgãos colegiados;
b) a implementação das ações previstas nos programas do PPA;
c) articulação com outros órgãos governamentais visando a garantir a incorporação dos direitos humanos de maneira transversal em políticas e ações das três esferas de governo, dos três poderes e ainda com organismos internacionais, com representações estrangeiras, com a academia e com a sociedade civil.

Embora tenha sido aperfeiçoada em 2004, constata-se que a estrutura da SEDH é ainda insuficiente, do ponto de vista da composição de cargos em comissão, e inadequada em seu desenho organizacional, ou seja, não corresponde ao seu leque de atribuições. A estrutura programática não reflete com nitidez a sua atuação, nem atende integralmente às necessidades em termos de cargos, de número de servidores e estrutura física. Como tentativa de compensar a carência de cargos de coordenação e suas respectivas estruturas, deslocam-se assessores para exercer tais funções. Diante disso, aponta-se como imprescindível desenvolver uma reestruturação da estrutura organizacional e de cargos em comissão da SEDH, a fim de torná-la razoavelmente condizente com as suas funções e com os desafios que se apresentam para os próximos anos.

Dentre as suas principais limitações, a SEDH tem uma característica peculiar que é a multiplicidade de órgãos que têm relação direta com sua capacidade operacional, sem pertencer, no entanto, à sua estrutura formal:

a) apoio administrativo, de pessoal, patrimônio, serviços gerais e orçamento e finanças, executados pelo Ministério da Justiça (MJ);
b) a assessoria jurídica, prestada pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil;
c) assessoria parlamentar, prestada pela Subchefia para Assuntos Parlamentares da Secretaria de Relações Institucionais;
d) a assessoria de comunicação, prestada pela Secretaria de Comunicação de Governo.

Essa peculiaridade acaba causando um excesso de burocracia e morosidade, além de comprometer a qualidade nos mais diversos processos. No que se refere à gestão de processos administrativos, a dependência em relação ao MJ – em que pese o bom relacionamento existente entre os dirigentes das duas pastas – resulta no fato das prioridades da SEDH nem sempre serem consideradas como tal, tendo em vista a já enorme demanda existente das áreas do próprio MJ. Essa situação se reflete até mesmo na falta de identidade da Secretaria, enquanto órgão responsável pela política de governo para as questões de direitos humanos, confundindo-se como mais um órgão no âmbito do MJ, tal qual Polícia Federal, Departamento Penitenciário, Polícia Rodoviária Federal e outros.

Assim, diante das limitações relatadas, fica colocado o desafio imediato de desenvolver um estudo e garantir o aperfeiçoamento da estrutura da SEDH para dar condições de potencializar sua atuação, reconhecendo a importância de seu status de órgão da Presidência da República, que lhe confere capacidade para pautar e promover uma articulação efetiva das diversas políticas setoriais de governo para a promoção e defesa dos direitos humanos.

ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS

OBJETIVO

Garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes.

PÚBLICO-ALVO

Testemunhas de crimes e vítimas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.166.995,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 12.009.223,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 12.009.223,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS DE CRIMES

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 0
Índice previsto ao final do PPA: 0,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

O indicador se refere ao crescimento do atendimento em relação ao ano de 2004. O Programa atende a mesma quantidade de 2004, motivo pelo qual o índice apurado em 2006 ficou em 0%.

2. TAXA DE ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADE DE PROTEÇÃO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 100
Índice previsto ao final do PPA: 100
Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O indicador do Programa esteve desde o seu início até os dias atuais em 100%, ou seja, todas as solicitações de inclusão no Programa que satisfizeram as exigências previstas pela Lei nº 9.807/99 foram atendidas. O indicador, portanto, mede apenas a capacidade do Programa em atender às demandas de proteção que lhe são dirigidas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Ação Proteção e Assistência a Vítimas e Testemunhas de Crimes é uma das principais ações previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e constitui condição indispensável para o combate à impunidade no País, uma vez que garante a vida de pessoas ameaçadas que colaboram com a polícia e com a Justiça. No âmbito federal, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), por meio da Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas (CGPT/SEDH), é o órgão responsável por implementar, manter e aprimorar o Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.

Este Programa atua por meio de três ações principais:

a) apoio aos Serviços Estaduais de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita), que têm como propósito, além da proteção das pessoas que estejam coagidas ou expostas à grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal, a promoção da reinserção social dos beneficiários em uma nova comunidade, distantes dos locais onde as ameaças ocorreram;
b) apoio aos Centros de Apoio a Vítimas de Crimes (CAVC), que atuam de forma complementar aos serviços de proteção, destinando-se a vítimas que não são consideradas como testemunhas legais de inquérito ou processo criminal. Seu objetivo é conceder amparo jurídico, social e psicológico a pessoas vitimizadas, buscando primordialmente sua reestruturação moral, psíquica e social;
c) Programa Federal de Proteção a Testemunhas, regulamentado pelo Decreto nº 3.518/2000, que visa a assegurar a execução do Programa nos Estados em que os serviços de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas ainda não estejam instalados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Proteção de 891 pessoas, por meio dos 17 serviços estaduais (Provita) e do Programa Federal, que atende aos casos de proteção oriundos dos Estados onde o serviço ainda não foi implantado, e no atendimento a 3.500 vítimas de crimes, em 14 centros de atendimento (CAVC);

• Manutenção dos Programas de Proteção a Testemunhas existentes;

• Capacitação de 50 Técnicos do CAVC e de 105 Técnicos do Provita;

• Realização do V Seminário Brasileiro de Assistência e Proteção a Vítimas e a Testemunhas, que contou com a participação de Programas de Proteção da Colômbia, Estados Unidos, Costa Rica e Panamá;

• Encaminhamento ao Congresso Nacional de Projeto de Lei que acresce o Art. 19-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, dispondo que terão prioridade na tramitação o inquérito e o processo criminal em que figure indiciado, acusado, vítima ou réu colaboradores, vítima ou testemunha protegidas pelos programas de que trata esta Lei.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Todos os esforços possíveis para provimento de pessoal, em cumprimento ao Plano de Ação apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU), têm sido envidados pela SEDH. Ocorre que a composição do quadro de pessoal para a área de Proteção a Testemunhas é dificultada pela necessidade de capacitação específica, pelo caráter estressante da atividade realizada, pela eventual responsabilização jurídica de quem trabalha no Programa, pela escassez de servidores e, ainda, por tratar-se de uma política pública muito recente. Além disso, é necessário o reforço da equipe do Programa Federal de Proteção a Testemunhas, com a contratação de pelo menos mais um técnico nas áreas de direito, assistência social e psicologia; a formação de uma equipe específica para o monitoramento, com técnicos formados nas áreas anteriormente citadas; e, ainda, o reforço no planejamento, na área de convênios e apoio administrativo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O desenho do Programa de Proteção a Testemunhas, em função do modelo adotado, conta com a participação da sociedade civil por meio de uma rede solidária de proteção, composta por entidades e pessoas que se dispõem voluntariamente a acompanhar o processo de reinserção dos usuários e familiares.

O Programa utiliza alguns mecanismos de participação social, por exemplo, quando da implementação de um programa de proteção, realiza-se uma consulta às Organizações não-Governamentais (ONGs) de Direitos Humanos existentes no Estado, momento em que a equipe de monitoramento seleciona as possíveis instituições que poderão ser executoras da ação de proteção e outras que poderão compor a rede solidária de proteção. Além disso, cada programa estadual, bem como o Programa Federal de Proteção a Testemunhas, possui um conselho deliberativo próprio, composto por membros da secretaria estadual ou federal, Ministério Público, Poder Judiciário, sociedade civil, dentre outros.

As ações decorrentes de proteção a testemunhas são monitoradas pela Coordenação-Geral de Proteção a Testemunha (CGPT) em parceria com o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), uma ONG de Pernambuco, pioneira neste tipo de atividade. Todos os programas de proteção recebem, pelo menos uma vez ao ano, uma visita (geralmente de uma semana), momento em que se deslocam para o local três técnicos do GAJOP (advogado, psicólogo e assistente social) e um técnico desta Coordenação-Geral, onde as atividades desenvolvidas pela equipe local são avaliadas, repensadas e aprimoradas. Esta mesma atividade de monitoramento, por meio da equipe, procede à seleção das equipes estaduais e promove a respectiva capacitação para a atividade a ser exercida, em face da sua especificidade. Independente do planejamento de visitas anuais, qualquer necessidade específica dos programas, que exija a presença do monitoramento, a qualquer tempo, é atendida de imediato.

São elaborados relatórios após as visitas, contendo descrição detalhada e respectiva avaliação do que foi observado, bem como as sugestões de aprimoramento indicadas à equipe do Programa, à entidade executora, ao conselho deliberativo do Estado e à secretaria estadual conveniada.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

OBJETIVO

Ampliar e aperfeiçoar os serviços voltados para o cumprimento de medidas sócio-educativas não-privativas de liberdade e humanizar o atendimento nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a Lei.

PÚBLICO-ALVO

Adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas e egressos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.821.005,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 12.791.696,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 12.791.696,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE ATENDIMENTO DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 0,47

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Está sendo realizado um levantamento nacional dos adolescentes que estão cumprindo medidas sócio-educativas em meio aberto e em meio fechado, o que permitirá ter um quadro mais fidedigno da situação no País. Existe grande dificuldade de identificação do número total de adolescentes com medida sócio-educativas aplicada, tendo em vista a existência de 27 sistemas estaduais de justiça com sistemas de informação diferenciados, além de executores de medidas sócio-educativas das mais diversas naturezas, desde varas da infância até organizações não-governamentais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei busca ampliar e aperfeiçoar os serviços voltados para o cumprimento de medidas sócio-educativas não-privativas de liberdade e humanizar o atendimento nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei. Este Programa tem como princípios

a municipalização e a descentralização, conferindo prioridade absoluta aos serviços de execução das medidas em meio aberto de boa qualidade, por meio da articulação, mobilização e qualificação do sistema de justiça, do investimento na capacitação profissional e do reordenamento das unidades de internação, com o intuito de superar a histórica cultura assistencial-repressiva, presente durante séculos no Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Construção do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei (Sinase), o qual foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) em julho de 2006;

• Elaboração do Projeto de Lei de Execução das Medidas Sócio-educativas;

• Criação de 1.060 vagas em unidades de internação restritiva e provisória nos Estados do AC, AL, CE, ES, GO, MG, MS, PA, PI, PE, RJ, RN;

• Atendimento a 2.696 adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas e egressos;

• Reordenamento de 29 unidades de internação, internação provisória e plantão institucional;

• Apoio a projetos de desenvolvimento de novas práticas, como Justiça Restaurativa;

• Desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre:

a) avaliação da gestão municipal das medidas sócio-educativas em meio aberto e elaboração de uma proposta de modelo de gestão, em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam);
b) custos e qualidade das unidades de internação, em parceria com o Fundo das Nações Unidas de Socorro às Crianças (Unicef);
c) Mapeamento Nacional das Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto, em parceria com Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Direito e Tratamento do Delinquente (Ilanud);
d) metodologia de monitoramento de convênios de atendimento sócio-educativo em meio aberto, nos anos de 2005-2006, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e 14 outras universidades associadas em 10 Estados;

• Criação da Comissão Intersetorial de Acompanhamento ao Sinase, envolvendo 12 Ministérios e dois Conselhos Nacionais (Conanda e Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS), sob a coordenação da SEDH.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os recursos orçamentários liberados estão aquém da capacidade de execução da Coordenação do Programa e da necessidade apresentada pelos Governos Estaduais e Municipais para atendimento dos adolescentes em conflito com a Lei, tanto que projetos sem convênio aguardaram uma suplementação do orçamento.

No ano de 2006, houve um grande esforço para a aprovação do Sinase e do Projeto de Lei de Execução das Medidas Sócio-educativas que, embora sejam ações não-orçamentárias, contribuem de forma significativa para o alcance do objetivo do Programa.

O quadro de pessoal é muito reduzido diante das ações que são desenvolvidas no Programa. Não existem recursos humanos suficientes principalmente para monitoramento dos convênios firmados.

Falta uniformidade de procedimentos para a celebração de convênios e pessoal suficiente e qualificado para a análise de propostas.

Os Municípios e Estados freqüentemente estão inadimplentes, o que dificulta o processo de formalização de convênios e posteriormente o pagamento dos convênios.

Os entes federativos enfrentam muitas dificuldades na realização de licitação e a conseqüente celebração dos contratos, principalmente nos convênios para execução de obras nas unidades de internação.

Existe um descompasso entre as normas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sinase em relação às medidas sócio-educativas em meio aberto.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

São realizadas reuniões de trabalho semestralmente com os gestores estaduais da área de atendimento sócio-educativo. A partir de 2007 serão implementadas reuniões também com os gestores municipais e com todos os conveniados para discutir a execução dos projetos conveniados. Além disso, são realizadas visitas *in loco* aos projetos de forma amostral e pelo montante de recursos envolvidos. Em relação aos convênios de execução de construção, reforma ou ampliação de unidades de internação, são realizadas visitas *in loco* periodicamente. Estão sendo elaborados os procedimentos de monitoramento dos convênios, além de ter sido contratada a UFRJ para monitoramento dos convênios em execução até 2008.

O Programa mantém sistematicamente processos de discussão em audiências públicas, utilizando principalmente o sistema de videoconferência para o diálogo com a sociedade interessada no Programa. Mantém, ainda, uma interlocução muito forte com os gestores estaduais e municipais, além de organizações não-governamentais interessadas na execução do Programa, o sistema de justiça juvenil e a sociedade civil. Além de interlocução com os organismos internacionais, apresentando relatórios regularmente à Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), Conferência Ibero-Americana e demais instituições internacionais relacionadas ao assunto. Por fim, as ações do Programa são discutidas mensalmente com o Conanda.

Quando do monitoramento dos convênios, realiza-se a escuta do público-alvo atendido pelo Programa, que são os adolescentes que estão cumprindo medidas sócio-

educativas. Os resultados desse diálogo servem para aperfeiçoar o próprio projeto em execução, bem como para o redirecionamento do Programa. No ano de 2006, inclusive, realizou-se em Brasília um encontro nacional dos adolescentes que estão cumprindo medida sócio-educativa de semi-liberdade para avaliar, em conjunto com eles, os aperfeiçoamentos que são necessários na execução dessa medida.

O mecanismo de pactuação com os governos estaduais e, a partir de 2007, com os governos municipais é, sem dúvida, uma prática de gestão que permite ampliar os resultados do programa e fortalecer a rede de atendimento aos adolescentes. Da mesma forma, o diálogo permanente com o sistema de justiça através da Associação Brasileira de Promotores e Magistrados.

RECOMENDAÇÕES

- Não há recomendações.

COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

OBJETIVO

Prevenir e combater a violência, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 60.149.839,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 58.716.936,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 58.716.936,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DO PROGRAMA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 1,99
Índice previsto ao final do PPA: 1,44

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice previsto para o final do PPA já foi superado em 2006.Até meados de agosto de 2005, o Sentinela estava implantado no mesmo número de Municípios que em 2004 (314). Porém, a partir de agosto de 2005, à luz da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), com a implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), houve uma expansão significativa. Desse modo, em dezembro de 2006, a cobertura do Sentinela atingiu 1.126 Municípios e a meta pactuada ficou em torno de 55,6 mil crianças, adolescentes e famílias com acesso ao atendimento psicossocial e jurídico, registrando um aumento de cobertura para mais 790 Municípios.

2. TAXA DE EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DENÚNCIAS ENCAMINHADAS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 2,64
Índice previsto ao final do PPA: 0,39

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta
O índice previsto para o final do PPA já foi superado em 2006.

Em 2006, a expansão do horário de funcionamento do Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, bem como a mudança do número para o 100, de fácil memorização, possibilitaram, em relação ao ano de 2005, um aumento de mais de 169% de denúncias recebidas e encaminhadas. Além das mudanças referidas, cabe destacar a realização de várias campanhas nacionais de mobilização, sensibilização e divulgação do novo número do serviço.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um problema mundial. O mais freqüente tipo de violência a que estão sujeitas crianças e adolescentes é aquele denominado estrutural, em função da precária situação sócio-econômica das famílias das quais grande parte das crianças e adolescentes se originam. A defesa dos direitos e a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual vêm sendo promovidas mediante ações integradas com as áreas de educação, saúde, cultura e justiça, visando à reintegração social e ao retorno da criança ou adolescente ao convívio da família e da comunidade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Implantação em 1.126 Municípios dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), nos quais são implementados, entre outros, serviços de proteção social a crianças e adolescentes e suas famílias, vítimas de violência, abuso ou exploração sexual. A expansão dos CREAS ampliou sua capacidade de atendimento para 55,6 mil crianças e adolescentes;

• Fortalecimento das redes estaduais e locais de enfrentamento da violência sexual a crianças e adolescentes por meio da expansão do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR). Foram apoiados projetos em 11 Estados da Federação, contemplando 52 Municípios;

• Envolvimento da comunidade escolar com a temática do Programa por meio da expansão do Programa Escola que Protege. Foram capacitados 4.417 professores em todo o País, beneficiando 88.340 crianças e adolescentes;

• Envolvimento e adesão do *trade* do turismo por meio do Programa Turismo Sustentável e Infância;

• Desenvolvimento, no âmbito do Mercosul, de metodologia de implementação de políticas públicas integradas nas regiões de fronteira (cidades-gêmeas);

• Investimento de R$ 3,96 milhões no apoio a 15 projetos de prevenção e enfrentamento ao abuso, tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes, nos Estados do AC, AM, BA, MA, MG, MS, PB, RN. Criação de dois Grupos de Trabalhos (GTs), Pedofilia e Pornografia na Internet e Ações no Mercosul;

• Aperfeiçoamento do Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes: expansão deste serviço, com financiamento da Petrobras, em parceria com o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), possibilitando a ampliação do horário de funcionamento do *call center* (8h às 22h), em todos os dias da semana, incluindo finais de semana e feriados; desenvolvimento do sistema de informação para registro e acompanhamento *on-line* das denúncias, acarretando em aumento do número de atendimentos (2003: 4.494; 2004: 3.774; 2005: 5.155; 2006: 11.872), evoluindo de uma média de 20 para 48 denúncias diárias; mudança do número 0800 para o Disque 100, de fácil memorização e instalação de um *call center* próprio nas dependências da SEDH (antes funcionando no Ministério da Saúde).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Tendo como base o planejamento original, bem como os índices obtidos, verifica-se que os resultados alcançados em 2006 superaram as metas previstas. Apesar dos resultados alcançados em 2006, o problema da violência sexual persiste na maior parte do País, considerando a complexidade do fenômeno e os vários determinantes geradores desse tipo de violação. Importa destacar que o tema se encontra definitivamente consolidado na agenda do País, condição essencial para o enfrentamento desse grave problema.

A Ação de Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias, executada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), obteve execução física satisfatória. A superação da meta foi possível, principalmente, pela suplementação de recursos destinados à expansão do serviço de apoio psicossocial e jurídico.

A Ação de Apoio Educacional a Crianças e Adolescentes superou, em muito, a meta inicialmente programada. A ação dá cobertura ao Programa Escola que Protege, que prevê a capacitação de professores da rede pública de ensino, com o objetivo de identificar e encaminhar os casos de violência sexual. A meta inicial foi recalculada considerando que, para cada professor capacitado, seriam beneficiadas 20 crianças e adolescentes. No caso, foram capacitados, durante o ano de 2006, 4.417 professores em todo o País, beneficiando 88.340 crianças e adolescentes.

A Ação Apoio a Projetos de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes previa o apoio a 40 projetos. Após reavaliação proposta pela SEDH e aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), optou-se por apoiar a disseminação do PAIR. O PAIR, que propõe a criação e o fortalecimento de redes estaduais e locais de enfrentamento, é considerado uma estratégia de maior sustentabilidade. Foram apoiados projetos em 11 Estados da Federação, contemplando 52 Municípios. Outros cinco projetos apoiados guardam estreita relação com o fortalecimento do PAIR e do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Com relação ao CREAS, embora tenha havido um avanço na cobertura/atendimento das situações de violência sexual a partir dos recursos destinados à expansão do Serviço de Enfrentamento à Violência Sexual, os recursos foram insuficientes para a universalização das ações nos 932 Municípios apontados por uma Matriz Intersetorial.

Cabe destacar a importância de reforçar, no novo PPA, o orçamento destinado às ações no âmbito da educação, bem como o destinado ao apoio a projetos, que viabilize a disseminação do PAIR para o restante do Território Nacional. Sobre as ações da SEDH, alguns projetos ficaram em restos a pagar por conta da indisponibilidade do orçamento em tempo hábil. É o caso dos projetos do PAIR, cuja execução se dará efetivamente em 2007, uma vez que os recursos, em sua grande maioria, foram repassados no final de 2006. Além disso, o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Há as seguintes restrições relativas a recursos humanos e materiais: espaço físico inadequado ao número de pessoas da equipe, considerando que a coordenação trabalha em conjunto com equipe do Disque Denúncia Nacional e escassez de pessoal para as ações de monitoramento. A multiplicidade e variedade de atividades ligadas à temática do Programa requerem uma equipe mais bem estruturada. Além disso, há problemas com a qualificação das equipes executoras nos Municípios.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A base de dados do Disque Denúncia Nacional possibilita um recorte de gênero (as informações registradas apontam que 72% das vítimas de violência são do sexo feminino); de raça (53% das crianças e adolescentes registradas como vítimas são negras e 42% são crianças brancas). O PAIR, em localidades relacionadas a comunidades indígenas, prevê a capacitação desse segmento, além de possibilitar a realização de pesquisas referentes à exploração sexual de crianças e adolescentes indígenas e de pessoas com deficiência (7% das denúncias envolvem vítimas com algum tipo de deficiência).

As reuniões mensais da Comissão Intersetorial propiciam a participação da sociedade civil e o controle social. Ademais, as ações do Programa são discutidas no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Conselho Nacional de Educação (CNE), CNAS e no Fórum Turismo Sustentável e Infância.

RECOMENDAÇÕES

• Como forma de maximizar os resultados do Programa, é necessário que o próximo PPA contemple ação na área da saúde da criança e do adolescente;

• Com a elaboração e a aprovação do Plano de Ação de Enfrentamento à Pedofilia *on-line* e à Pornografia Infantil na Internet no Brasil, sugere-se também a criação de uma ação específica para a sua implementação, considerando a complexidade e a especificidade do problema;

• Outra importante contribuição para o fortalecimento do Programa seria a inserção de ação ligada à área de responsabilização e defesa (Ministério da Justiça).

DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS

OBJETIVO

Promover e defender os direitos humanos, assegurando acesso aos mecanismos necessários para o exercício pleno da cidadania.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 640.851.849,00	Empenho Liquidado:	R$ 589.846.171,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 589.846.171,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

1. TAXA DE ESTADOS COM CONSELHOS DE DIREITOS HUMANOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Apesar de considerado inadequado, o indicador mostra o avanço da promoção e defesa dos direitos humanos, visto o engajamento dos Estados com o tema. Tem-se avançado com a criação de conselhos e, mais, tem-se a expectativa de que até 2007, todos os Estados disponham de conselho em funcionamento regular.

2. TAXA DE EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DOS BALCÕES DE DIREITO (FORNECIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA E ORIENTAÇÃO JURÍDICA GRATUITA)

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -0,2
Índice previsto ao final do PPA: 4,5
Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

O índice apurado em 2006 demonstra uma redução do número de atendimentos realizados pelos Balcões de Direitos, justificada pela mudança de enfoque na implementação da ação relativa ao fornecimento de documentação civil básica e de orientação jurídica

gratuita. Ocorre que até 2004 havia uma quantidade significativa de ações itinerantes no formato de Mutirões de Cidadania que geravam uma quantidade alta de atendimentos. Com a preferência pelo apoio a projetos de atuação fixa ou de alcance mais limitado, permitiu-se conceder serviços de maior qualidade, inclusive com a possibilidade de acompanhamento de casos, em detrimento do quantitativo elevado. Dessa forma, faz-se necessária a revisão do índice ao final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A garantia aos direitos humanos é função do Estado. Contudo, ela somente será alcançada no momento em que toda a sociedade brasileira incorporar em seu cotidiano e em suas atitudes o conjunto de princípios e valores que envolvem os direitos humanos. Para tanto, faz-se necessária ação do Governo Federal no sentido de incentivar não somente o debate e a reflexão sobre esse tema, mas também de propor e realizar ações articuladas com a sociedade e com outros níveis de governo com o objetivo de construir de uma cultura de paz, tolerância e de valorização da diversidade. Da mesma maneira, são necessárias ações que visem à defesa de direitos de grupos sociais vulneráveis (no caso do Programa, idosos e homossexuais, principalmente), bem como a prevenção e repressão das violações de direitos específicos (como o de não ser torturado, de possuir os documentos básicos da cidadania, entre outros).

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Capacitação de 11.355 pessoas, nas ações Apoio à Capacitação em Direitos Humanos e Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), superando a meta inicialmente prevista;

• Revisão do PNEDH, com ampla participação social, e a realização do Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos com a participação de representantes de 12 países;

• Apoio a serviços de orientação jurídica gratuita, mediação de conflitos e informação em direitos humanos (Balcão de Direitos) realizado em 40 postos que atendem 78 Municípios de 13 Estados, com 161,7 mil pessoas beneficiadas. Dentre os serviços, registram-se a facilitação e o fornecimento de 14 mil documentos no período. Desde 2003, os Balcões de Direitos têm buscado beneficiar prioritariamente comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, além de refugiados, assentados e acampados;

• Apoio a serviços de prevenção e combate à homofobia e implementação do Plano Brasil sem Homofobia - instalação de 47 Centros de Referência contra a Homofobia, alcançando as capitais de todos os Estados e Municípios-pólos no interior, com a estimativa de que sejam feitos mais de 70 mil atendimentos ao longo de 2007; instalação de sete Núcleos de Estudo para a Prevenção e Combate à Homofobia, junto a universidades;

• Proteção a Defensores de Direitos Humanos - realização de três projetos-piloto com a instalação do serviço de proteção a 19 defensores beneficiados nos Estados do Pará, Pernambuco e Espírito Santo, reconhecidos por situações de ameaças graves a defensores de direitos humanos;

• Assistência Técnica para Ouvidoria de Polícia e Policiamento Comunitário - fortalecimento do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia; realização de eventos de capacitação e sensibilização com o envolvimento de 1.154 pessoas, dentre os quais 596 se formaram como multiplicadores; realização de campanha de prevenção e combate à tortura com a confecção e distribuição de 11 mil cartazes e 33 mil fôlderes; criação de uma biblioteca virtual com informações de pesquisas sobre segurança pública; capacitação e sensibilização de 820 profissionais da área de policiamento comunitário; elaboração de 17 títulos de material didático sobre o tema; revisão e redação de 10 manuais de procedimentos das polícias civil e militar no Rio de Janeiro.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

As Ações de Apoio à Capacitação em Direitos Humanos e de Resgate da Cidadania da Criança e do Adolescente em Situação de Risco superaram as metas previstas. Outras, entretanto, ficaram muito aquém do planejado. Essa situação foi observada principalmente nas ações que receberam grande volume de recursos advindos de emendas parlamentares, que ora previam o cálculo do custo-benefício diferente do utilizado pela gerência, ora os beneficiários das emendas não foram localizados para se firmar o convênio. Não obstante, vale ressaltar que, para o ano 2007, foram definidas novas relações valores-meta que deverão tornar mais reais as previsões de alcance.

O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Importa destacar a indefinição acerca da disponibilização e utilização dos recursos de emendas orçamentárias que foram executadas quase que integralmente no final do exercício.

Há falta de sistemas gerenciais informatizados. Vale dizer que um sistema de gerenciamento de convênios está em desenvolvimento.

Devido ao volume de recursos e de diferentes tipos de atividades a serem desenvolvidas, a quantidade de pessoas à disposição da gerência é reduzida. Mesmo assim, existe um esforço constante de aprimoramento do trabalho e da gestão interna para se otimizar os recursos humanos disponíveis.

A obrigatoriedade do pregão eletrônico para os convenentes tem trazido dificuldades para a execução. Pelo desconhecimento da modalidade por parte dos executores e pela dificuldade de acesso aos mecanismos para a sua realização.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O desenvolvimento das ações é orientado para observar o atendimento preferencial e diferenciado (considerando as especificidades) desses públicos. Os Balcões de Direitos, por exemplo, foram redirecionados das periferias das grandes cidades para atender, preferencialmente, remanescentes de quilombos, indígenas, assentados e acampados da reforma agrária e outros grupos vulneráveis. Da mesma forma, as ações relacionadas à

educação em direitos humanos sempre consideram o aprimoramento do ensino formal (crianças e jovens), orienta a disponibilização de materiais informativos em LIBRAS e Braille.

O Programa realiza parcerias não-governamentais em sua execução e, em geral, as metas são alcançadas. Contudo, há que se mencionar certa dificuldade quanto ao seu planejamento, pela falta de capacitação para elaboração adequada dos projetos, ou pela apresentação de metas subestimadas, com o intuito de evidenciar um resultado maior que o previsto, posteriormente.

Destaca-se a sistemática de editais de chamada pública para a seleção de projetos e parceiros que tornam mais democrático o acesso aos recursos e permitem envolver instituições muitas vezes não conhecidas pelo Programa.

RECOMENDAÇÕES

- Revisão do desenho do Programa, excluindo-se do cadastro as ações que não possuem execução física e financeira.

NACIONAL DE ACESSIBILIDADE

OBJETIVO

Promover a acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.862.001,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 1.470.072,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 1.470.072,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM CÓDIGO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE AO MEIO FÍSICO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
O Ministério das Cidades (MCidades) informou que estes dados ainda não estão disponíveis.

2. TAXA DE ÔNIBUS URBANOS ACESSÍVEIS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 5,8
Índice previsto ao final do PPA: 18

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa
Da estimativa de 95.000 veículos de transporte coletivo urbano existentes, foram identificados, nas principais metrópoles, onde estas informações se encontram disponíveis, 5.500 veículos adaptados, o que significa 5,8% do total da frota. Estes dados foram levantados de forma aleatória, podendo ser considerado que o número de veículos acessíveis é maior do que está apresentado. Há de considerar que o Decreto nº 5.296/04 estipula

um prazo de 10 anos para que a frota de veículos de transporte coletivo urbano esteja plenamente acessível.

3. TAXA DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO COM SINALIZAÇÃO EM LIBRAS/ SUBLEGENDADOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

De acordo com a Portaria 310/2006 do Ministério das Comunicações (MC), as radiodifusoras de sons e imagens (TV) só estão obrigadas a oferecerem recursos de acessibilidade às pessoas com deficiência a partir do ano de 2008. Contudo, algumas delas já estão oferecendo recursos, mas não há levantamento oficial sobre o número de programas com acessibilidade.

4. TAXA DE SÍTIOS ELETRÔNICOS GOVERNAMENTAIS ACESSÍVEIS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Muito Baixa

O Decreto nº 5.296/04 determina que 100% dos sítios eletrônicos governamentais teriam que estar acessíveis até 03 de dezembro de 2005, o que não ocorreu. Ainda não se tem o número exato de sítios eletrônicos governamentais; a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Acessibilidade Brasil já identificou 3.000 sítios governamentais e destes somente 20 sítios estão acessíveis. Logo que os dados estiverem disponíveis, o indicador será apurado.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Nacional de Acessibilidade tem como público-alvo a totalidade da população brasileira e não apenas as pessoas com deficiência, os idosos, as mulheres grávidas, etc, pois qualquer intervenção no espaço físico das cidades, nas edificações, nos transportes, na comunicação e na informação que tenha como referência as normas brasileiras de acessibilidade irá se traduzir em melhor qualidade de vida para todos. Para as pessoas ditas normais e que estejam em sua plena capacidade física, as melhorias significam, principalmente, mais segurança. Para as pessoas com deficiência, idosos, mulheres grávidas ou para aquelas que tenham algum outro tipo de limitação, essas medidas representam a garantia do direito de ir e vir, ou a possibilidade de circularem, com segurança e autonomia, pelo espaço urbano.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização da I Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de 12 a 15 de maio, em Brasília, com o tema Acessibilidade: Você Também Tem Compromisso. Esta Conferência foi precedida por conferências e fóruns estaduais que discutiram as questões pertinentes para a inclusão das pessoas com deficiência a partir do eixo acessibilidade. Do evento participaram cerca de 1.500 pessoas, entre conferencistas oficiais, observadores e convidados, bem como a equipe de apoio para a realização das atividades;

• Instalação do Comitê de Ajudas Técnicas, conforme determinado no Art. 66 do Decreto nº 5.296/04. O Comitê é constituído por profissionais que atuam e têm serviços relevantes realizados nas diversas áreas de ajudas técnicas. Tem como objetivo reestruturar diretrizes da área de conhecimento, estabelecer as competências desta área, realizar estudos para subsidiar a elaboração de normas a respeito de ajudas técnicas, levantar recursos humanos que atualmente trabalham com o tema e identificar os centros regionais de referência em ajudas técnicas, visando à formação de rede nacional integrada;

• Publicação das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 14022 e NBR 10450, que tratam, respectivamente, de acessibilidade nos veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros e nos transportes coletivos aquaviários, resultado do trabalho conjunto da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e ABNT;

• Publicação do Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006, que regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências;

• Capacitação de 80 *webdesigners* dos sítios oficiais, com o objetivo de tornar as páginas do governo acessíveis, em parceria com a OSCIP Acessibilidade Brasil, buscando facilitar o cumprimento do Art. 47 do Decreto nº 5.296/04, que trata de acessibilidade nos sítios eletrônicos governamentais e de interesse público;

• Capacitação de 2.180 técnicos e agentes sociais em acessibilidade por meio de convênios com instituições parceiras;

• Edição e distribuição de 13.000 livros Acessibilidade, contendo toda a Legislação referente ao tema.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução física das ações executadas pela CORDE atingiu um percentual maior do que o esperado, considerando-se satisfatório os resultados obtidos com a maximização dos recursos financeiros. A ação gerenciada pelo MCidades atingiu somente 20% do previsto, mas, ainda assim, considera-se que os resultados foram satisfatórios frente à política adotada e os projetos priorizados.

Os equipamentos são insuficientes para atender a demanda existente, dificultando o andamento de ações.

O Programa tem carência de recursos humanos e necessita de engenheiro civil, arquiteto, estatístico, advogado, sociólogo, administrador, analista de sistema, programador, técnico em comunicação com conhecimento em *webdesign* e pessoal de apoio. A CORDE possui uma equipe muito pequena, estando os técnicos envolvidos com o acompanhamento de várias ações simultâneas.

Não foi possível executar ações que dependiam de contratos firmados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e pelo Ministério da Justiça (MJ) devido ao fato do teto anual ter sido utilizado na sua totalidade. Cabe salientar que as licitações são feitas para atender a todos os setores do MJ, além da SEDH.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa utiliza mecanismos de participação social como: consultas públicas para a análise dos projetos de legislação complementar; reunião com grupos de interesse para debater os aspectos referentes à acessibilidade e discussão de todo assunto referente à pessoa com deficiência no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), do qual participam a sociedade civil e os órgãos setoriais da administração pública.

A Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) representou 6,87% dos empenhos liquidados do Programa. Os recursos utilizados foram para garantir infra-estrutura na realização de eventos importantes e a participação de técnicos e convidados em reuniões, câmaras técnicas, conferências, grupos de trabalho, seminários, congressos, oficinas, fiscalização de projetos e outros.

O monitoramento é realizado com a utilização de vários instrumentos como: reuniões internas com a equipe técnica, reuniões com técnicos de outras instituições governamentais, com o Conade e sociedade civil organizada, além de parcerias na execução de ações importantes para impulsionar a Política para a Inclusão da Pessoa com Deficiência no Processo de Desenvolvimento do País; visitas *in loco* às instituições que tenham ações apoiadas com recursos oriundos das ações de seus programas para acompanhamento da execução e o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência, este sistema, criado por Decreto, busca disponibilizar as informações a todos os interessados por meio de relatórios de gestão, entre outros.

RECOMENDAÇÕES

• Alteração da fórmula de cálculo do indicador Taxa de Municípios com Código de Obras de Acessibilidade ao Meio Físico para a Pessoa com Deficiência, para incluir todos os Municípios e não somente aqueles com população acima de 50.000 habitantes.

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

OBJETIVO

Promover a política de atendimento e garantir a ampla defesa jurídico-social de crianças e adolescentes.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 31.983.945,00	Empenho Liquidado:	R$ 13.160.045,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R$ 13.160.045,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 91,66
Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -
O índice já ultrapassou os 90% ao final do ano de 2006. A variável utilizada para a obtenção do indicador foi o número de conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente cadastrados no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia).

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é composto por três eixos: Promoção, Defesa e Controle Social. O eixo da Promoção envolve a rede responsável pela política de atendimento (fomento dos direitos) composta pelas políticas sociais básicas, pela política assistencial e pela política de proteção especial (destinadas àqueles que têm seus direitos extremamente violados). A articulação e o apoio eventual a ações desenvolvidas pelos órgãos que compõem o eixo da promoção (Ministérios, secretarias estaduais e municipais de políticas sociais; secretarias de direitos humanos ou órgãos equivalentes; entidades de

atendimento e conselhos dos direitos) são responsabilidades da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Para que se faça cessar a ameaça ou violação, o ECA prevê a atuação em conjunto de diversas entidades do Poder Público e da sociedade civil. A ação do Poder Público (órgãos da segurança pública; Ministério Público; Poder Judiciário; e Defensoria Pública) e da sociedade civil (conselhos tutelares e centros de defesa), deve ser implementada de forma articulada e harmônica, integrando um sistema que garanta o enfrentamento da violação e a responsabilização dos agentes. Os conselhos estaduais e municipais de direitos da criança e do adolescente são entidades responsáveis pela definição das diretrizes que orientam a política de atenção integral, sendo também responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento dessa política. O fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente é uma das condições essenciais para que se garanta a cidadania plena das crianças e adolescentes brasileiros.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Constituição de uma equipe gerencial específica para a proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte, com a inclusão do Estado de Pernambuco entre os parceiros do projeto. A Ação promoveu a proteção de 360 crianças e adolescentes ameaçados de morte, em conjunto com seus familiares;

• Aprovação, por Assembléia Conjunta do Conanda e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em 13 de dezembro de 2006, do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, cujo processo de elaboração foi coordenado pela SEDH em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS);

• Realização da pesquisa nacional Conhecendo a Realidade, que aplicou questionários específicos aos conselhos municipais e estaduais dos direitos da criança e do adolescente e aos conselhos tutelares. Foram concluídos relatórios com análises de recorte nacional e por região e a organização do banco de dados para consulta;

• Elaboração do desenho do sistema de ensino a distância de conselheiros tutelares e de direitos por meio de parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz);

• Estabelecimento dos parâmetros para a formação continuada dos operadores do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente (Conanda - Resolução nº 112, de 27 de março de 2006) e para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda - Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento das metas físicas foi prejudicado pelo atraso na liberação de recursos, pela aprovação tardia do orçamento e pela vedação da celebração de convênios no período eleitoral.

Não obstante a melhoria observada no ano de 2006, a equipe do Programa carece ainda de recursos materiais adequados, tais como impressora, aparelho de fax e computadores com maior capacidade de processamento para o tratamento de banco de dados do Sipia e da Rede Brasileira de Informação Sobre Infância, Adolescência e Família (Redinfa).

Falta espaço físico à equipe do Programa, especificamente no que se refere à equipe da proteção aos ameaçados de morte - questão relacionada à necessidade de cessão de espaço ao funcionamento do Conanda e, principalmente, a dificuldade de obtenção de espaço físico para a SEDH como um todo junto ao Ministério da Justiça (MJ).

O Programa de Promoção e Defesa, em especial, e a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA/SEDH) em geral, têm funções de formulação e articulação política tanto dentro do governo como com demais entes federados, entidades representativas da sociedade civil e organismos internacionais. Entretanto, há dificuldades para a execução desse trabalho, advindas da quantidade reduzida de funcionários disponíveis para tarefas administrativas, gerenciais e técnicas. Isso implica em um gasto excessivo do tempo da equipe em tarefas burocráticas, em especial de formalização de convênios, e um comprometimento na realização de atividades de planejamento, coordenação geral, monitoramento e avaliação, haja vista a falta de um adequado quadro técnico.

É importante ressaltar a dependência dessa Secretaria Especial em relação à infra-estrutura do MJ, apesar do *status* de Ministério que lhe foi atribuído.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa utiliza vários mecanismos de monitoramento. A Ação de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, por exemplo, realiza reuniões de trabalho com todos os parceiros executores nos Estados. Nessas reuniões, são definidos procedimentos padrões de funcionamento e discutidas dificuldades e avanços dos programas, as quais são registradas em atas sínteses. Neste tipo de monitoramento, a dificuldade reside na falta de recursos humanos na coordenação da Ação para participar, organizar e secretariar essas reuniões. Há, também, visitas *in loco* em diversas ações, de forma a subsidiar a elaboração dos pareceres de execução física e financeira das prestações de conta. São realizadas, ainda, visitas técnicas a diversos parceiros, como conselhos tutelares, secretarias estaduais, entre outros. No entanto, este monitoramento não dispõe dos recursos humanos necessários para a realização dessas visitas e para a elaboração de relatórios, além de falta de instrumentais e banco de dados para facilitar coleta de dados e avaliação.

A Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) representou 3,51% dos empenhos liquidados do Programa. Esse montante está relacionado com gastos com publicações (em especial de resoluções do Conanda), diárias, passagens e custeio administrativo do Conanda. Além disso, essa Ação abarca também os custos de gestão do Programa de atendimento sócio-educativo. Assim, avalia-se que os gastos com a GAP

são insuficientes para dar conta das necessidades de gestão do Programa, prejudicando sobremaneira o trabalho de monitoramento dos projetos apoiados.

O Programa utiliza vários mecanismos de participação social. Por exemplo, a equipe técnica da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA) se reúne, periodicamente, com gestores estaduais e municipais, bem como com representantes da sociedade civil. Com eles são discutidas as diretrizes e estratégias de atuação, bem como expostas as principais demandas locais. Assim, a SPDCA tem hoje um conhecimento amplo das realidades locais, devido ao processo de trabalho que vem implementando junto aos Estados e Municípios e à rede de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, incluindo o Poder Judiciário e o Ministério Público. Além disso, todas as ações da área da Criança e do Adolescente passam necessariamente pelo conhecimento e análise do Conanda - que é um órgão colegiado, deliberativo e autônomo, composto paritariamente por representantes do governo e da sociedade civil organizada, responsável pela formulação, controle e monitoramento da política de atendimento e da gestão do Fundo para a Criança e o Adolescente. Em 2006, o Programa realizou audiência pública com presença de todos os doadores governamentais do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente, na qual prestou contas dos recursos obtidos e de como eles foram aplicados, ouvindo sugestões e consolidando novas parcerias e submeteu o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária à consulta pública, através do sítio da SEDH.

RECOMENDAÇÕES

• Criação de ação específica de apoio a eventos (encontros de conselhos, conferências, entre outros).

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

OBJETIVO

Assegurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do País.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas portadoras de deficiência.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 5.442.954,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 5.147.140,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 5.147.140,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE ESTADOS BRASILEIROS COM CONSELHOS DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 77,77
Índice previsto ao final do PPA: 74,07

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Em dezembro de 2006, foi apurado que 77,77% dos Estados possuem Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência, criados por Lei. Faltam ser criados Conselhos nos seguintes Estados: Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rio Grande do Norte.

2. TAXA DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM CONSELHOS DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 2,14
Índice previsto ao final do PPA: 2,3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Em dezembro de 2006, foi apurado que 2,14% dos Municípios (119 Municípios) possuem Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência, criados por Lei, tendo-se a

expectativa de que ao final do PPA 2004-2007, o percentual previsto seja ultrapassado. Este indicador deverá sofrer alterações para 2008-2011, sendo necessária a abrangência de todos os Municípios e não somente daqueles que tenham população acima de 50.000 habitantes.

3. TAXA DE INCLUSÃO ESCOLAR

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 21
Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Este índice deverá sofrer alterações para o PPA 2008-2001, ampliando a faixa etária para 0 a 19 anos, abrangendo a educação básica e não somente o ensino fundamental. Em 2006, foi constatado que houve 700,6 mil matrículas (de um total de 3,3 milhões de pessoas com deficiência entre 0 e 19 anos, com base em dados do Ministério da Educação (MEC) e do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo 53,6% em classes especiais e 46,4% em classes comuns, sendo 63% em escolas públicas e 37% em escolas privadas.

4. TAXA DE EFETIVIDADE DA RESERVA DE POSTOS DE TRABALHO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Cabe informar que existem dados no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mas não de maneira a permitir a apuração deste indicador.

5. TAXA DE EFETIVIDADE DO CUMPRIMENTO DA LEI DE QUOTAS POR EMPRESAS COM MAIS DE 100 FUNCIONÁRIOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Cabe informar que existem dados no MTE, mas não de maneira a apurar este indicador.

6. TAXA DE INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Este é outro indicador importante, mas o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) não possui o levantamento estatístico sobre o número de pessoas com deficiência no serviço público. Segundo informações, é espontânea a declaração de ser ou não deficiente. Apesar de não ter sido apurado no atual PPA, é de suma importância que continue fazendo parte da estrutura do PPA 2008-2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A promulgação da Lei nº 7.853/89 promoveu mudanças de paradigmas quanto às questões relativas às pessoas com deficiência. Uma visão assistencialista/paternalista deu lugar à outra, que garantiu os direitos individuais e coletivos e a efetiva inclusão social das pessoas com deficiência.

Apesar de grande avanço do marco legal, o Estado brasileiro ainda necessita desenvolver ações que contribuam para as transformações dos paradigmas assistencialistas, permitindo que a pessoa com deficiência seja sujeito do processo de desenvolvimento do País, exercendo plenamente sua cidadania.

O Censo Demográfico 2000, do IBGE, desenhado em conjunto com a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), constatou que a questão da deficiência no Brasil atinge diretamente 14,48% e indiretamente 43,44% do conjunto da população, ultrapassando a estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em números absolutos, as porcentagens indicam respectivamente, 24,6 milhões e 73,8 milhões de pessoas, além de profissionais atuantes em áreas de atendimento à pessoa portadora de deficiência.

A questão das deficiências é universal, e deve ser preocupação constante não só do governo, mas da sociedade em geral. As medidas governamentais destinadas a melhorar a situação das pessoas portadoras de deficiência devem, necessariamente, estar ligadas à prevenção, à reabilitação e à equiparação de oportunidades, de acordo com o Programa de Ação Mundial para Pessoa Portadora de Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU).

Faz-se necessário intensificar ações que impulsionem o desenvolvimento de políticas integradas junto aos governos de todos os níveis e com a sociedade civil, de forma a garantir os direitos da pessoa com deficiência e combater todas as formas de discriminação, possibilitando o acesso aos bens e serviços existentes e buscando meios de sua inclusão qualificada no processo de desenvolvimento do País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Monitoramento e análise de projetos de lei sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e outros em tramitação no Congresso Nacional, participação em comissões para regulamentação de legislação existente, entre elas a regulamentação da Política Nacional do Livro e Leitura, Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) Ex-Colônias de Hanseníase,

Grupo de Trabalho (GT) Inclusão para Pessoas com Deficiência do Ministério Público Federal (MPF), Comitê de Educação em Direitos Humanos, GT sobre Critérios para Aposentadoria Especial para Servidores com Deficiência;

• Realização da I Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Em todo o País foram realizadas conferências estaduais e municipais que precederam a Conferência Nacional. Houve a participação de cerca de 1.500 pessoas e foram aprovadas mais de 250 proposições e moções;

• Participação na discussão e aprovação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pela Assembléia Geral da ONU. A CORDE realizou amplas reuniões com abrangência nacional para discussão e elaboração de proposta brasileira para a convenção, além de participação nas reuniões na ONU;

• Apuração de denúncias de violação de direitos, de preconceitos e discriminação - são recebidas em média 15 denúncias por semana, que tratam, principalmente, de descumprimento da legislação de concursos públicos, recusa de matrículas em escolas regulares, descumprimento da legislação por companhias de transporte, além de denúncias contra atitudes e ações de discriminação de órgãos do Governo Federal, estadual e municipal;

• Realização de Câmara Técnica - Década das Pessoas com Deficiência - Pelos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência. A Organização dos Estados Americanos (OEA) estabeleceu o período de 2006 a 2016 como a Década das Américas das Pessoas com Deficiência. Este evento teve como objetivo realizar o planejamento de metas e propostas de ações estratégicas para a Década no Brasil, contando com a colaboração de representantes do poder público e da sociedade civil organizada;

• Realização de Câmara Técnica sobre Concursos Públicos, visando a tornar clara a interpretação da legislação a partir de casos práticos, propondo inclusive a complementação das leis vigentes por meio de Atos Regulatórios. Houve a participação de operadores de direito, realizadores de concursos e representantes do movimento de pessoas com deficiência e voltados para pessoas com deficiência;

• Capacitação de 28.658 pessoas sobre questões pertinentes aos direitos das pessoas com deficiência por meio de convênios com instituições parceiras;

• Distribuição de 35.900 exemplares (cartilhas, manuais, livros, fôlderes), 5.000 CDs e edição de quatro vídeos.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A execução física das ações atingiu um percentual maior do que o previsto, considerando-se satisfatórios os resultados obtidos com a maximização dos recursos financeiros.

O Programa apresenta carência de recursos humanos, estando os técnicos envolvidos com o acompanhamento de várias ações simultâneas.

Não foi possível executar ações que dependiam de contratos firmados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e pelo Ministério da Justiça (MJ) devido ao fato do teto anual ter sido utilizado na sua totalidade. Cabe salientar que as licitações são feitas para atender a todos os setores do MJ e da SEDH.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As ações da CORDE estão relacionadas à Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, sendo aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade) sua programação anual e acompanhada a execução de suas ações. Portanto, a sociedade civil organizada representada pelos conselheiros não-governamentais é ouvida e aprova a programação e execução das ações priorizadas. Durante a realização das reuniões do Conade, todos têm a oportunidade de opinar e acompanhar os ajustes que se fizerem necessários em decorrência dos recursos financeiros efetivamente liberados.

A Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) representou 17,55% dos empenhos liquidados do Programa. Os recursos utilizados foram para garantir infra-estrutura na realização de eventos e a participação de técnicos e convidados em reuniões, câmaras técnicas, conferências, grupos de trabalho, seminários, congressos, oficinas, fiscalização de projetos e outros.

O monitoramento é realizado com a utilização de vários instrumentos, como: reuniões internas com a equipe técnica, com técnicos de outras instituições governamentais, com o Conade e a sociedade civil organizada; estabelecimento de parcerias na execução de ações para impulsionar a Política para a Inclusão da Pessoa com Deficiência no Processo de Desenvolvimento do País; visitas *in loco* às instituições que tenham ações apoiadas com recursos oriundos das ações de seus programas para acompanhamento da execução e o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência, criado por Decreto e que busca disponibilizar as informações contidas em relatórios de gestão, entre outros documentos a todos os interessados.

RECOMENDAÇÕES

• Alteração da fórmula de cálculo do indicador Taxa de Inclusão Escolar, de forma a ampliar a faixa etária de 0 a 14 anos para de 0 a 19 anos;

• Alteração da fórmula de cálculo do indicador Taxa de Municípios Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência para abranger todos os Municípios brasileiros e não somente os que tenham população acima de 50.000 habitantes;

• Revisão dos indicadores Taxa de Efetividade da Reserva de Postos de Trabalho das Pessoas com Deficiência e Taxa de Efetividade do Cumprimento da Lei de Quotas por Empresas com mais de 100 funcionários para que possam ser utilizados os dados existentes no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

PROTEÇÃO DA ADOÇÃO E COMBATE AO SEQÜESTRO INTERNACIONAL

OBJETIVO

Garantir o direito à convivência familiar por meio da adoção e promover o combate ao seqüestro internacional de crianças no Brasil.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes em situação de adotabilidade internacionais e crianças seqüestradas para fora do Brasil por um dos genitores.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 164.538,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 164.538,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 164.538,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: -
Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

A Taxa de Adoção Internacional depende da apuração do número de adoções nacionais ocorridas no Brasil, para se poder calcular o percentual das adoções internacionais sobre o total de adoções no País. Não existem dados de adoção nacional, pois os Tribunais de Justiça ainda não tem a compilação dos números. Entretanto, está previsto para este ano projeto que deverá levantar as primeiras estatísticas sobre adoções nacionais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional trabalha no acompanhamento e na viabilização dos procedimentos que envolvem os processos de adoção internacional e seqüestro internacional. Os mecanismos previstos para a execução do Programa envolvem:

a) desenvolvimento, implantação e gerenciamento de um banco de dados específicos;
b) apoio de funcionamento às Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção dos Estados Federados e do Distrito Federal e ao Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras;
c) viabilização dos procedimentos que envolvem o intercâmbio internacional de informações e documentos com todas as autoridades centrais dos Estados contratantes da Convenção de Haia e com os organismos internacionais afetos à matéria de adoção e seqüestro;
d) produção e publicação de material específico.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Uniformização da prática da adoção internacional no País, com base em Resolução aprovada pelo Conselho das Autoridades Centrais, em maio de 2006, que estabeleceu documentos padronizados para utilização pelos Tribunais de Justiça e Vara de Infância e Juventude;

• Realização do I Seminário sobre Seqüestro Internacional de Crianças, com 250 participantes, que incluiu público de operadores de direito - Juízes e Ministério Público - autoridades centrais estrangeiras e meio acadêmico. O seminário ajudou a difundir o tema do Seqüestro Internacional de Crianças e foi um palco para troca de idéias sobre a correta implementação do acordo;

• Realização do I Seminário sobre Seqüestro Internacional de Crianças e capacitação de 308 profissionais;

• Articulação com as autoridades centrais de outros países e aperfeiçoamento da parceria com a Organização Internacional de Polícia (Interpol) e Advocacia-Geral da União (AGU);

• Acompanhamentos de 29 casos em trâmite na Justiça Federal, nove na Interpol, quatro na AGU, e 13 no exterior. De 2003 a 2006, foram encerrados 113 casos de seqüestro de crianças;

• Participação no Grupo de Trabalho instituído pela Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), com o objetivo de assessorar juízes e demais operadores de direito envolvidos na aplicação da Convenção de Haia.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa teve execução física média de 81% em relação ao previsto na LOA 2006. Dentro dos limites orçamentários disponibilizados para o Programa foi possível maximizar o impacto do seminário realizado, mediante a seleção de participantes que representassem todos os Estados da Federação e de representantes de órgão parceiros que posteriormente poderiam ajudar a divulgar as práticas e idéias discutidas.

A equipe gerencial trabalha com poucos recursos administrativos. Devido ao grande volume de documentos que diariamente devem ser produzidos, a falta de material prejudica o atendimento da demanda recebida.

Os recursos humanos são insuficientes. A inexistência de técnicos em apoio administrativo sobrecarrega os servidores existentes. Além disso, no principal órgão parceiro, o Departamento Judicial Internacional da AGU, responsável pela análise jurídica e propositura das ações em casos de seqüestro internacional de crianças não conta com advogados em número suficiente para processar os casos de seqüestro recebidos ao longo do ano, o que impossibilita o atendimento aos requisitos da Convenção de Haia de 1980, no sentido do rápido andamento processual dos casos recebidos.

O trabalho nos temas da adoção internacional e seqüestro internacional de crianças ocorre no âmbito do Poder Judiciário que processa os casos recebidos. A necessidade de urgência no andamento dos casos de seqüestro, muitas vezes não é atendida por autoridades judiciárias o que acarreta prejuízos para o governo brasileiro em sua relação com autoridades estrangeiras.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) representou 25,21% dos empenhos liquidados do Programa. O montante de recursos foi utilizado na realização da Reunião Anual do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, cuja organização e patrocínio fica a cargo da Autoridade Central Administrativa Federal. Entretanto, os resultados da reunião, na forma de resoluções publicadas no Diário Oficial da União (DOU) e adotadas pela Justiça Estadual, colaboram para atingir os objetivos do Programa no sentido de proteger a adoção.

RECOMENDAÇÕES

• Sugere-se que o Programa seja agregado ao Programa Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.



PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO E TCU

Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

Prestação Jurisdicional Trabalhista

Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

Controle Externo

ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

OBJETIVO

Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do poder público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais legais e regimentais do órgão e dos seus membros.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.439.647.506,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 2.275.700.935,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 2.275.700.935,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. INDICADOR EM PROCESSO DE DEFINIÇÃO

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa é o conjunto de todas as atividades, projetos e operações especiais, que objetiva assegurar condições de funcionamento e manutenção da Câmara dos Deputados, de modo a propiciar o desempenho de suas atribuições constitucionais e regimentais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Dentre os principais resultados atingidos pelo Programa, destaca-se a aprovação de vários atos normativos, além da fiscalização exercida pela Câmara dos Deputados por meio da atuação parlamentar. Foram instaladas, ao longo de 2006, duas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) que realizaram um total de 44 reuniões;

• Os resultados obtidos pelo Programa Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados são de difícil mensuração. Uma forma de se avaliar o Programa, a despeito da Casa possuir outras prerrogativas, é por meio das principais matérias aprovadas que foram:

a) cinco Emendas à Constituição;
b) seis Leis Complementares;
c) 37 Leis Ordinárias;

d) 60 Medidas Provisórias, convertidas;
e) 46 Decretos Legislativos;
f) nove Resoluções.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O desempenho físico das ações que compõe o Programa é registrado mensalmente no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) pelos respectivos coordenadores e consolidado e validado trimestralmente pelo gerente.

O cumprimento das metas físicas foi considerado dentro do previsto, com 80% a 100% do inicialmente previsto na LOA 2006, com exceção dos projetos que, além de sofrerem contingenciamento orçamentário, são bastante suscetíveis a decisões políticas, frustrando a realização de obras programadas para o exercício.

Os recursos orçamentários foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação e foram considerados suficientes.

Algumas contribuições a entidades de intercâmbio legislativo, apesar de existir dotação em ação orçamentária específica, não foram executadas, visto que não foram cumpridos todos os requisitos para a celebração do convênio.

Igualmente, a contribuição ao Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) não foi concretizada, pois para que houvesse a liberação dos recursos, era necessária autorização em normativo próprio, que não chegou a ser aprovado.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Um aspecto relevante é o fato do Programa possuir mecanismos que promovem a participação social tais como:

a) petições, reclamações, representações ou queixas apresentadas por pessoas físicas ou jurídicas contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, ou imputadas a membros da Casa são recebidas e examinadas pela Ouvidoria Parlamentar, pelas Comissões ou pela Mesa, conforme o caso;
b) cada Comissão pode realizar reunião de audiência pública com entidade da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou a pedido de entidade interessada;
c) consulta pública, em que a sociedade apresenta diversos questionamentos à Presidência da Câmara dos Deputados, que, por sua vez, os encaminha às Comissões ou à Ouvidoria Parlamentar, conforme o caso. Além disso, no âmbito da Casa foi constituída a Comissão de Legislação Participativa com a atribuição de receber sugestões de iniciativa legislativa apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, dentre outras;

d) a participação da sociedade civil poderá ser exercida mediante o oferecimento de sugestões de iniciativa legislativa, de pareceres técnicos, de exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas na alínea a do inciso XII do Art. 32 da Resolução nº 17/89 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal, dentre as quais pode-se destacar: Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG); Banco de Talentos; Comitê Técnico de Gestão do Conhecimento; Gestão de Comunidades Virtuais e Ciclo de Palestras Gerenciais.

RECOMENDAÇÕES

• Promover a realização de estudos e análises a respeito da construção de indicadores para o Programa, considerando que, no ano de 2004, existiam os indicadores: Taxa de Apreciação de Proposições e Tempo Médio de Tramitação de Projetos de Lei;

• Deve-se verificar a possibilidade de alinhamento com o Senado Federal, de forma a proporcionar um mecanismo de mensuração sobre a atuação do Poder Legislativo Brasileiro, inclusive com observância de referências internacionais a respeito do assunto.

CONTROLE EXTERNO

OBJETIVO

Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais em benefício da sociedade e auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade, Congresso Nacional e gestores de recursos públicos federais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 666.346.005,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 666.346.005,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 630.366.973,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 45,8
Índice previsto ao final do PPA: 41

A viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Foi considerada alta uma vez que o índice apurado vem evoluindo ano a ano. No início do PPA, o índice apurado foi de 32,1% e, em 2006, ultrapassou o índice previsto para o final de 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O controle dos gastos públicos e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, no que diz respeito à legalidade, à legitimidade, à economicidade e à fiscalização das subvenções e renúncias fiscais, justificam a demanda que a sociedade exige de programa voltado para a função judicante e fiscalizatória, com objetivo de coibir, inibir, evitar e punir a malversação e o desperdício de recursos públicos federais, auxiliando o Congresso Nacional em suas atividades de fiscalizar as contas dos administradores públicos federais,

bem como de fiscalizar a correta aplicação de recursos federais. Neste sentido, a ação do Tribunal de Contas da União (TCU) busca atender a demanda social de fundamental importância que é a busca pela transparência e pela aplicação legal dos recursos públicos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Superação do índice do indicador, previsto para 39% para o ano de 2006, alcançando o valor de 45,8%, maior até que o previsto para o fim do PPA. Esse resultado decorreu em virtude de: estabelecimento de metas anuais de desempenho, melhoria em processos de trabalho, implementação de ações voltadas para a melhoria da satisfação profissional, ampliação do uso de Tecnologias de Informação (TI).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento das metas físicas ficou entre 80% e 100% do previsto na LOA 2006.

A execução física das ações apresentou, em geral, nível de execução satisfatório, ressaltando-se apenas o Projeto Construção de Sede do Instituto Serzedello Corrêa teve sua execução prejudicada, por conta das dificuldades durante a fase de elaboração dos projetos da obra.

No que diz respeito à Atividade Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais, a meta física apresentada na LOA estava, equivocadamente, quase quatro vezes superior ao valor correto, fato este comunicado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Levando-se em consideração a meta correta, a execução física da ação mostrou-se plenamente satisfatória.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e mostraram-se plenamente satisfatórios.

O fluxo de liberação dos recursos financeiros foi compatível com a programação física, motivo pelo qual as ações não sofreram qualquer tipo de prejuízo em função da disponibilidade de recursos orçamentários.

Os mecanismos de monitoramento do desempenho físico usado nas ações são:

a) reuniões de trabalho realizadas mensalmente com as gerências ;
b) estatísticas relativas aos resultados alcançados são obtidas a partir dos diversos sistemas informatizados existentes no TCU, além da utilização do Sistema de Informação Gerenciais (SIGPlan), no qual, mensalmente, os diversos coordenadores das ações do Programa Controle Externo procedem à inserção das informações relacionadas à execução física das ações;
c) relatórios mensais de gestão, que os coordenadores encaminham à gerência.

A infra-estrutura foi considerada inadequada na equipe gerencial e nas equipes

executoras, assim como a insuficiente quantidade e pouca qualificação dos recursos humanos nas equipes executoras. Embora o TCU tenha atribuições mais amplas e em maior quantidade do que a maioria das entidades de fiscalização superiores, a quantidade de analistas por habitante de que dispõe é significativamente inferior.

As crescentes complexidade e sofisticação dos objetos de controle impõem a necessidade de contínuo aprimoramento do quadro do TCU. Com esse objetivo, encontra-se em fase final de desenvolvimento o sistema de gestão por competências. Relativamente à quantidade, cumpre esclarecer que foi aprovada pela Lei nº 10.799/2003 a criação de 600 novos cargos de analista. Contudo, o provimento estender-se-á até 2009.

A falta de acesso à quebra dos sigilos bancário e fiscal de objetos de investigação foi identificada como conflito decorrente de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social por meio de Ouvidoria, implantada em 2004, e realização de eventos de diálogo público.

Nos eventos de diálogo público, diversos segmentos da sociedade puderam discutir vários aspectos de controle externo. Como forma de aprimorar a transparência e facilitar a participação, foi inaugurado, em 2004, um novo portal de acesso público na Internet.

As contribuições da participação social para os resultados do Programa conferiram maior efetividade às ações de controle externo, facilitaram e incrementaram o controle social, focaram as ações de controle em áreas de risco, aumentaram a relevância e a materialidade e melhoraram a alocação de recursos públicos federais.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários, realizando pesquisas para colher a percepção da imagem do TCU junto a parlamentares, Ministério Público da União, controle interno, tribunais de contas dos Estados, pareceres emitidos pelas comissões da Câmara e do Senado acerca dos relatórios de atividades que o TCU encaminha, trimestral e anualmente, àqueles órgãos para promover melhorias. Ainda, houve a criação da Ouvidoria para recebimento de denúncias, sugestões e reclamações acerca da atuação do TCU.

Como boa prática de gestão, poderia ser replicada a experiência do órgão no estabelecimento de metas de desempenho institucional e da vinculação de parte da remuneração ao grau de alcance dessas metas, além da estruturação de ampla base de dados com informações da administração pública, propiciando melhor conhecimento do ambiente externo.

RECOMENDAÇÕES

• Ampliação de uso de Tecnologias de Informação e de espaço físico para atividades de treinamento.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

OBJETIVO

Garantir o pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, processar e julgar ações e demais procedimentos que sejam inerentes a atividades judicantes, incluídas no Artigo 105 da Constituição Federal.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 449.570.014,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 442.729.293,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 442.729.293,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADOR

1. TAXA DE PROCESSOS JULGADOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 64
Índice previsto ao final do PPA: 69

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

Visto que, em 2006, cumpriu-se mais de 90% da meta para o ano, e para melhorá-la, tem-se tomado um conjunto de medidas corretivas, como, por exemplo, implantação do Projeto Catálogo de Questões Jurídicas, Otimização do Trâmite Processual e Incremento de Novas Tecnologias, entre outras.

O índice apurado em 2006 foi diferente do previsto (69%), em função, dentre outros fatores, de haver quatro vagas de Ministros, que somente foram preenchidas nos meses de junho, agosto e setembro. Além disso, ressalta-se que um Ministro atua como Corregedor no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme Art. 103-B, parágrafo 5º da Constituição Federal.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa a atender à demanda social no que cabe ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), especialmente, pela prestação jurisdicional constitucionalmente atribuída ao órgão,

zelando pela autoridade e uniformidade interpretativa das normas infraconstitucionais, garantindo a todo cidadão o acesso à justiça e ao julgamento do direito.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Maior celeridade processual, com a diminuição do prazo médio de tramitação das principais classes de processos;

• Modernização dos julgamentos, com avanços na certificação digital, petição eletrônica e intimação *on-line*;

• Ampliação da produção da TV e Rádio do STJ por meio de parcerias com emissores de outros Unidades da Federação, possibilitando maior transparência na disponibilização das informações e na divulgação dos trabalhos realizados no STJ;

• Ampliação e aprimoramento do Consórcio da Base de Dados Jurídica (BDJur) no âmbito nacional, contribuindo para a disseminação, preservação e facilitação do acesso ao conhecimento jurídico;

• Julgamento de 262,34 mil processos, perfazendo cerca de 92% da meta prevista para o ano;

DESEMPENHO DO PROGRAMA

O cumprimento das metas físicas, projetadas inicialmente na Lei Orçamentária Anual 2006, ficou entre 80% e 100% do previsto.

Em média, a execução física das ações totalizou 96%, atingindo os resultados esperados e contribuindo ao desempenho apresentado pelo Programa Finalístico do STJ. Ressalte-se que, para o cálculo dessa média, se excluíram as ações Implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Implantação de Sistema de Uniformização e Padronização de Rotinas Processuais, que não apresentaram execução física em função da alocação total de seus recursos para atender contingenciamento e crédito suplementares.

Os recursos orçamentários executados foram considerados insuficientes, em primeiro lugar, devido à edição da LOA 2006, que não conservou a totalidade dos recursos inicialmente contemplados no Projeto de Lei Orçamentária. Em segundo lugar, porque, no decorrer do exercício, fatores como a limitação de empenho dificultaram ainda mais o desempenho da execução, comprometendo em parte as metas previamente estabelecidas.

Houve um comprometimento significativo do fluxo de execução dos recursos, tendo em vista o descontingenciamento de recursos no mês de dezembro e a aprovação dos créditos suplementares, que ocorreram apenas na segunda metade do mês de dezembro. Nesse momento, já não se dispunha de tempo hábil para realizar parte da programação. A dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais dificultou o remanejamento de crédito com recursos dados em cancelamento, haja vista que os créditos solicitados em abril somente foram atendidos no final do ano.

A quantidade de recursos humanos nas equipes executoras foi considerada inadequada, uma vez que o número de processos distribuídos no STJ é crescente, demandando uma maior estrutura de recursos humanos. Soma-se a esse fator a rotatividade alta de servidores que, aprovados em outros concursos, deixam de prestar serviços ao Tribunal.

O Sistema de Informações Gerencias e Planejamento (SIGPlan) é o mecanismo usado no monitoramento do desempenho físico das ações no qual, mensalmente, é feito o registro das informações repassadas pelas unidades administrativas.

O Tribunal mantém projetos de aproximação da sociedade (principalmente, da juventude e da terceira idade) às atividades desenvolvidas no STJ, a exemplo do Projeto Museu-Escola, que difunde a História do Poder Judiciário Brasileiro junto a jovens estudantes. Cite-se também o Projeto Despertar Vocacional, que tem por finalidade auxiliar os jovens na escolha profissional por meio do contato com os profissionais de formação jurídica atuantes no STJ.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social por meio de sua Ouvidoria-Geral, mantida como instrumento de conscientização da sociedade acerca do papel do STJ, tendo como canais de acesso formulários eletrônicos, correio eletrônico, 0800, carta, fax e atendimento pessoal. Em 2006, a Ouvidoria-Geral atendeu mais de 11.000 manifestações.

A participação social permite às várias unidades do órgão, por meio de elogios, críticas e sugestões, aperfeiçoarem suas atividades, contribuindo, dessa forma, para melhorar a consecução dos resultados do Programa.

A satisfação dos beneficiários é mensurada por meio de pesquisa, disponibilizada no sítio do Tribunal, em caráter permanente, com o intuito de captar a opinião do cidadão no tocante aos serviços prestados e identificar pontos e aspectos que permitam seu aperfeiçoamento. Com mais de 374 mil respondentes, a pesquisa apresentou um grau de satisfação de cerca de 70%.

RECOMENDAÇÕES

• O STJ deve criar novas ações, não necessariamente vinculadas às metas específicas do Programa Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça, a fim de melhor detalhar a alocação de recursos com despesas específicas, relacionadas à manutenção, à recuperação e à modernização das instalações do STJ.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

OBJETIVO

Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R$ 6.283.040.434,00	**Empenho Liquidado:**	**R$ 6.238.871.017,00**
	Pago Estatais:	**-**
	Total:	**R$ 6.238.871.017,00**
Previsto não-orçamentário	**Realizado não-orçamentário**	
-	**-**	

INDICADORES

1. TAXA DE PROCESSO SOLUCIONADOS

Unidade de medida: %
Índice apurado em 2006: 48,67
Índice previsto ao final do PPA: 62,6

A viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média
O índice apurado em 2006 ficou abaixo do índice de referência, sendo necessário maior esforço para atingir o índice final.

O índice de 48,67 refere-se à média dos índices apurados em toda a Justiça do Trabalho. Nas três instâncias, isoladamente, a taxa de processos solucionados em 2006 apresentou o seguinte comportamento: 1ª Instância, 39%; 2ª Instância, 71%; Última Instância, 36%.

2. NÚMERO DE PROCESSOS POR MAGISTRADO

Unidade de medida: unidade
Índice apurado em 2006: 4.998,33
Índice previsto ao final do PPA: 1.790

A viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Média

Considerando a grande quantidade de processos que tramitam na 3ª instância em relação ao reduzido número de magistrados, a viabilidade de alcance do indicador é baixa.

O índice de 4.998,33 processos por magistrado refere-se à média dos índices apurados em toda a Justiça do Trabalho.

Nas três instâncias, isoladamente, esse número apresentou o seguinte comportamento no exercício de 2006: 1ª Instância, 912 ; 2ª Instância, 509; e Última Instância, 13.574 processos.

3. PRAZO MÉDIO DE CONCLUSÃO DA AÇÃO TRABALHISTA

Unidade de medida: dias
Índice apurado em 2006: 768,17
Índice previsto ao final do PPA: -

A viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não há parâmetros de avaliação, ou seja, índice de referência e índice projetado para o final do PPA 2007. O prazo médio apurado foi 768,17 dias no âmbito da 1ª instância.

O índice apurado refere-se a reclamações trabalhistas que tramitaram por rito ordinário no âmbito da 1ª instância trabalhista (Varas do Trabalho). O prazo médio de conclusão de ação trabalhista no rito sumaríssimo, em 2006, foi de 371,7 dias. Esse prazo corresponde à soma dos prazos de 1ª audiência, instrução, prolação de sentença, liquidação e execução.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O considerável crescimento da demanda processual trabalhista, que autuou mais de 20 milhões de processos na última década, impõe à Justiça do Trabalho um intenso esforço no sentido de racionalizar, dar celeridade e efetividade à tramitação e julgamento das causas trabalhistas. Para tanto, torna-se imprescindível dotar o órgão de ações que possibilitem:

a) modernizar o seu parque de informática, buscando-se a criação de um sistema integrado de gestão da informação jurisdicional em todo País;
b) implantar varas em Municípios-pólos de desenvolvimento que apresentam demanda trabalhista crescente, bem como interiorizar suas ações, permitindo o acesso dos jurisdicionados nos mais distantes pontos do Território Nacional;
c) modernizar e ampliar a estrutura física, mediante reforma e construção de novas sedes trabalhistas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - ação finalística que visa a constante

otimização e celeridade processual. O grande volume processual observado nos últimos anos torna visível a magnitude da ação governamental com significativo impacto social traduzido nos números apresentados;

• Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicinal na Justiça do Trabalho (E-Jus), infraestrutura de instalações físicas, programas e equipamentos, para atender à política de centralização do processamento e armazenamento de dados, comunicação e segurança, substituição e aquisição de novos equipamentos de informática e aquisição de *hardwares* e *softwares*;

• Modernização de Instalações da Justiça do Trabalho:

a) manutenção, reforma e ampliação de diversos edifícios-sede de varas e fórum trabalhistas;
b) adaptação de diversas Varas do Trabalho, visando o acesso a pessoas com deficiência física;
c) melhoria da gestão e do atendimento à população, tendo como resultado o funcionamento das instâncias trabalhistas em condições adequadas e seguras;
d) padronização do mobiliário, atendendo aos princípios de ergonomia e racionalização dos espaços prediais;
e) conclusão do Edifício Sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, sede construída com 96.000 m² de execução física;
f) elaboração de projetos de construção e/ou ampliação de edifícios-sede de TRTs e Varas do Trabalho em diversas cidades;
g) contemplação, em 2006, de 76 ações no Programa Prestação Jurisdicional Trabalhista, sendo 11 atividades, 64 projetos e quatro operações especiais;
h) viabilização do funcionamento das instâncias trabalhistas em condições adequadas de segurança, propiciando o atendimento aos jurisdicionados com presteza e qualidade, em ações que buscaram racionalizar, dar celeridade e efetividade à tramitação e ao julgamento das causas trabalhistas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

A Justiça do Trabalho alcançou a meta prevista para 2006. Em levantamento junto às unidades orçamentárias, obtiveram-se as seguintes informações:

a) alcance acima da meta inicialmente prevista em 4% dos Tribunais;
b) alcance da meta inicialmente estabelecida em 88% dos Tribunais;
c) meta atingida abaixo do inicialmente previsto em 8% dos Tribunais.

De forma geral, a execução física realizada foi entre 80% e 100% da meta prevista na LOA 2006.

A execução orçamentária foi considerada suficiente por 80% dos TRTs e insuficiente por 20%. Dentre os que consideraram os recursos insuficientes, foram ressaltadas, por ordem de prioridade, a dificuldade em licitar e celebrar contratos, o contingenciamento orçamentário e o atraso na liberação dos recursos.

Os recursos orçamentários foram liberados ao longo do exercício de 2006 em fluxo compatível com a programação. Contudo, 12% dos Tribunais do Trabalho consideraram que o fluxo de liberação de recursos sofreu descontinuidade, com prejuízo na execução física programada.

Com relação à quantidade de recursos humanos nas equipes executoras:

a) 72% dos tribunais assinalaram que possuem equipe qualificada, porém, com quantidade inadequada;
b) 20% alegaram quantidade adequada e equipe qualificada;
c) 4% alegaram quantidade adequada e qualificação insuficiente;
d) 4% alegaram quantidade inadequada e qualificação insuficiente.

As principais restrições apresentadas, em ordem de importância declarada pelos tribunais, foram:

a) dificuldades em licitações e celebração de contratos;
b) contingenciamento orçamentário;
c) atraso na liberação de recursos;
d) dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais;
e) conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo;
f) inadequação e/ou inexistência de norma legal.

O atraso na liberação de recursos e as dificuldades na realização de processo licitatório e de contratação dificultaram sobremaneira o planejamento para a liberação de recursos financeiros para as Ações Modernização das Instalações da Justiça do Trabalho e Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho. Em decorrência, registrou-se atraso na execução destes projetos, com a conseqüente inscrição de grande parte dos recursos em restos a pagar para 2007.

Durante o exercício de 2006, o Setorial da Justiça do Trabalho (Gerência do Programa) e os executores (Coordenadores de Ação das Unidades Orçamentárias) mantiveram comunicação constante, por meio de contatos telefônicos e elaboração de manual de procedimentos, visando ao melhor desempenho na execução das metas físicas e financeiras.

A Ação Modernização de Instalações da Justiça do Trabalho alocou recursos para adaptação de instalações e prédios a fim de melhor atender ao cidadão com necessidades especiais, contemplando temas transversais de políticas sociais.

No âmbito da gerência, existem mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações tais como:

a) reuniões de trabalho, periódicas, entre o gerente do Programa e os diversos coordenadores de ação quando do surgimento de quaisquer problemas e/ou necessidades na execução das ações que compõem o Programa;

b) sistemas informatizados implantados com o objetivo de atender às demandas das ações finalísticas do Programa por meio da Ação Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho. Atualmente são utilizados, pelo gerente e sua equipe, os sistemas: Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR), SIDORNet, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e o próprio Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan), com o intuito de monitorar os dados inseridos pelos coordenadores das ações.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social por meio da Ouvidoria de cada unidade e das audiências públicas promovidas pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que se constituem em canal de comunicação do cidadão com os Jurisdicionados.

RECOMENDAÇÕES

• Recomenda-se o mapeamento e a priorização das obras estratégicas com monitoramento intensivo de sua execução física e financeira uma vez que existe restrições orçamentárias e contingenciamento de recursos durante o exercício fiscal a que o órgão está sujeito.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Coleção Ambiental

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre a legislação que aborda a questão ambiental.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)
Agência: 4201-3
A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP
Conta-corrente: 170.500-8
Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 832 PÁGINAS

(OS: 15274/2007)